



João Manuel Pereira da Silva. Ilustração de S. A. Sisson, in *Galeria dos Brasileiros Ilustres*.

.....

# MEMÓRIAS DO MEU TEMPO



*Mesa Diretora*  
Biênio 2002/2003

Senador José Sarney  
*Presidente*

Senador Paulo Paim  
*1º Vice-Presidente*

Senador Eduardo Siqueira Campos  
*2º Vice-Presidente*

Senador Romeu Tuma  
*1º Secretário*

Senador Alberto Silva  
*2º Secretário*

Senador Heráclito Fortes  
*3º Secretário*

Senador Sérgio Zambiasi  
*4º Secretário*

*Suplentes de Secretário*

Senador João Alberto Souza  
Senador Geraldo Mesquita Júnior

Senadora Serys Slhessarenko  
Senador Marcelo Crivella

*Conselho Editorial*

Senador José Sarney  
*Presidente*

Joaquim Campelo Marques  
*Vice-Presidente*

*Conselheiros*

Carlos Henrique Cardim  
João Almino

Carlyle Coutinho Madruga  
Raimundo Pontes Cunha Neto

.....  
*Edições do Senado Federal – Vol. 3*

# MEMÓRIAS DO MEU TEMPO

PELO CONSELHEIRO

*João Manuel Pereira da Silva*

Introdução  
Célio Ricardo Tasinafo



*Brasília – 2003*

EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL

Vol. 3

---

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto Gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2003

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70.168-970 – Brasília – DF

CEDIT@cegraf.senado.gov.br

<http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm>

.....  
Silva, João Manuel Pereira da.

Memórias do meu tempo / pelo conselheiro João

Manuel Pereira da Silva ; introdução Célio Ricardo

Tasinafo. -- Brasília : Senado Federal, Conselho

Editorial, 2003.

628 p. – (Edições do Senado Federal ; v. 3)

1. Segundo Reinado (1840-1889), Brasil. 2.  
Maioridade de Pedro II, (1840). I. Título. II. Série.

CDD 981.043  
.....

.....

## *Sumário*

Introdução

Célio Ricardo Tasinafo

*pág. 11*

PARTE PRIMEIRA

Prólogo

*pág. 55*

I – Julho de 1840

*pág. 57*

II – De julho a dezembro de 1840

*pág. 73*

III – De dezembro de 1840 a março de 1841

*pág. 87*

IV – De março a dezembro de 1841

*pág. 101*

V – De janeiro a junho de 1842

*pág. 111*

VI – De junho de 1842 a janeiro de 1843

*pág. 125*

VII – De janeiro de 1843 a fevereiro de 1844

*pág. 139*

VIII – De fevereiro de 1844 a dezembro de 1845

*pág. 151*

IX – De janeiro de 1846 a março de 1848

*pág. 165*

- X – De março a setembro de 1848  
*pág. 183*
- XI – De outubro de 1848 a fevereiro de 1849  
*pág. 201*
- XII – De fevereiro de 1849 a dezembro de 1850  
*pág. 215*
- XIII – De janeiro de 1850 a setembro de 1853  
*pág. 231*
- XIV – De setembro de 1853 a dezembro de 1855  
*pág. 245*
- XV – De janeiro de 1856 a dezembro de 1858  
*pág. 257*
- XVI – De dezembro de 1858 a março de 1861  
*pág. 269*
- XVII – De março de 1861 a dezembro de 1862  
*pág. 281*
- XVIII – De maio de 1862 a janeiro de 1863  
*pág. 295*
- Epílogo  
*pág. 309*

## PARTE SEGUNDA

- Prólogo  
*pág. 313*
- I – De janeiro a setembro de 1864  
*pág. 315*
- II – De setembro de 1864 a maio de 1865  
*pág. 329*

- III – De maio de 1865 a agosto de 1866  
*pág. 345*
- IV – De agosto de 1866 a julho de 1868  
*pág. 363*
- V – De julho de 1868 a maio de 1869  
*pág. 385*
- VI – De maio de 1869 a março de 1871  
*pág. 401*
- VII – De março de 1871 a maio de 1872  
*pág. 421*
- VIII – De maio de 1872 a junho de 1875  
*pág. 435*
- IX – De junho de 1875 a janeiro de 1878  
*pág. 449*
- X – De janeiro de 1878 a março de 1880  
*pág. 461*
- XI – De março de 1880 a janeiro de 1882  
*pág. 477*
- XII – De janeiro a julho de 1882  
*pág. 493*
- XIII – De julho de 1882 a maio de 1883  
*pág. 509*
- XIV – De maio a dezembro de 1884  
*pág. 523*
- XV – De janeiro a agosto de 1885  
*pág. 537*



XVI – De agosto de 1885 a dezembro de 1886

*pág. 551*

ANEXOS

I – Organizações ministeriais no Segundo Reinado (1840–1889)

*pág. 567*

II – Dissolução da Câmara dos Deputados durante o Segundo Reinado

*pág. 601*

Obras publicadas do autor

*pág. 605*

ÍNDICE ONOMÁSTICO

*pág. 607*

.....

## *Introdução*

### *MEMÓRIAS DO MEU TEMPO:* POLÍTICA COMO CIÊNCIA EXPERIMENTAL

*Célio Ricardo Tasinafo* \*

“A política constitui ciência experimental, e aplica-se nos seus pormenores a ocasião e às necessidades do momento ou do futuro. Podem, conscientemente, estadistas alterar suas opiniões como o praticam os médicos na escolha de remédios apropriados à situação dos doentes. Ao entrar para o poder, cumpre que sacudam à porta seus ombros, e não maculem com o pó dos partidos a majestade governativa.”

João Manuel Pereira da Silva, *Memórias do Meu Tempo*, Capítulo XVI – “De dezembro de 1858 a março de 1861”, Volume 1.

**M**EMÓRIAS do Meu *Tempo* foi o último livro publicado pelo político-escritor João Manuel Pereira da Silva e representa o primeiro

---

\* Mestre e Doutorando em História, pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). O trabalho de pesquisa, que permitiu a produção deste texto, é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Quero consignar meus agradecimentos à Profa. Dra. Izabel A. Marson (IFCH – UNICAMP), orientadora de minhas pesquisas sobre a política monárquica desde a graduação; à Profa. Dra. Cecília Helena L. de Sales Oliveira (Museu Paulista – USP) e à colega Eide S. de Azevedo Abreu, com as quais também tive o privilégio de discutir previamente muitas das idéias aqui enunciadas.

*a ser reeditado após o seu falecimento, ocorrido em 16 de junho de 1898. O quase total desconhecimento, nas últimas décadas, da carreira pública e da obra daquele fluminense, contrasta com o longo período em que ele esteve atuante no Parlamento do Segundo Reinado e com o volume de livros, artigos e discursos de sua autoria publicados entre 1839–1897.*

*Nascido em 30 de agosto de 1817,<sup>1</sup> em Iguaçú, Pereira da Silva era filho de Miguel Joaquim Pereira da Silva e de Joaquina Rosa de Jesus e Silva – prósperos comerciantes portugueses, estabelecidos na então província do Rio de Janeiro. Coursou Direito em Paris, entre 1834 e 1838; período em que chegou a colaborar com Araújo Porto-Alegre, Gonçalves de Magalhães e Torres Homem na Revista Niterói, onde publicou, no segundo número, “Estudos sobre Literatura”.*

*De volta ao Brasil, em 1839, passou a produzir narrativas ficcionais, mas com marcadas ambientações históricas, como é o caso dos folhetins Religião, Amor e Pátria e O Aniversário de D. Miguel em 1828 – ambos publicados pelo Jornal do Commercio. Ainda naquele ano, junto com Pedro de Alcântara Bellegarde e Josino do Nascimento, fundou a Revista Nacional e Estrangeira, que circulou até 1841. Seguindo na seara marcadamente literária, publicou, em 1840, Jerônimo Corte Real – Crônica portuguesa do século XVI e passou a elaborar, em 1843, por encomenda da casa editora Laemmert, uma coletânea de poemas do período colonial e romântico – coletânea só concluída em 1848, quando foi publicada conjuntamente com o seu ensaio “Uma introdução histórica e biográfica da Literatura Brasileira”.*

*A partir de 1844, contudo, sua atuação sócio-política deixou de se fazer apenas por meio de escritos de cunho literário-ficcional. Naquele ano, Pereira da Silva chegou à Câmara dos Deputados, após vencer elei-*

---

1 O conjunto mais completo de informações bio-bibliográficas sobre Pereira da Silva, ainda que bastante sintético, pode ser encontrado no site do Programa de pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, no seguinte endereço: <http://www.pucrs.br/letras/pos/historiadaliteratura/textosraos/biografia.htm>, acessado em 30 de maio de 2003.

ções complementares realizadas no Rio de Janeiro, para preencher a vaga aberta pela renúncia de Joaquim José Rodrigues Torres (futuro Visconde de Itaboraí), então eleito e nomeado Senador. Aquela seria a primeira de uma longa série de quinze eleições que disputaria para a casa temporária do Parlamento e também a primeira vitória das onze que obteve.

Das 17 legislaturas do Segundo Reinado – incluindo a eleita em 1837 e que proclamou a maioria de Pedro II, em julho de 1840 – Pereira da Silva tomou parte em onze delas.<sup>2</sup> Foi também incluído por duas vezes em listas tríplexes, encaminhadas à Coroa, para a escolha de um novo representante fluminense no Senado – em 1884, foi o segundo mais votado na província, perdendo apenas para Paulino José Soares de Sousa Filho, então um dos mais prestigiados líderes do Partido Conservador e o escolhido senador naquela ocasião; em 1887, também com votação significativa, tornou a figurar em lista tríplex e foi nomeado para a casa vitalícia do Parlamento pela então regente, Princesa Isabel.

Pereira da Silva foi, assim, membro de um dos grupos políticos mais aguerridos e que atuou com maior unidade durante todo o reinado de Pedro II: o do Partido Conservador, baseado no Rio de Janeiro. Grupo que teve por principais expoentes Paulino José Soares de Sousa (Visconde de Uruguai) e, posteriormente, seu filho Paulino Soares Filho, bem como Eusébio de Queirós e o já mencionado Rodrigues Torres – para referenciar apenas os nomes mais proeminentes, que chegaram aos altos postos de comando do país.<sup>3</sup>

As sucessivas eleições e mandatos parlamentares não fizeram com que Pereira da Silva abandonasse a produção e publicação de li-

---

2 Após a sua primeira eleição, ele só não fez parte da Câmara dos Deputados nas seguintes legislaturas: Sexta (1845–1847), Décima (1857–1860), Décima Segunda (1864–1866), Décima sétima (1878–1881) e Décima Nona (1885).

3 Ao final desta reedição de *Memórias do Meu Tempo*, encontra-se uma relação completa dos gabinetes ministeriais do Segundo Reinado, na qual se pode verificar o peso deste grupo político em vários governos como o que aboliu, em definitivo, o tráfico de africanos para o Brasil, em 1850.

*vros e artigos. Continuou a publicar, desta maneira, obras ficcionais e estudos literários no mesmo formato já explorado anteriormente, mas passou também a produzir ensaios histórico-biográficos e coletâneas de seus discursos feitos na Câmara. Em 1847, organizou uma antologia de biografias, chamada então de Plutarco Brasileiro e rebatizada, em 1858, de Varões Ilustres do Brasil Durante os Tempos Coloniais. Em 1862, publicou Variedades Literárias, uma reunião de antigos poemas e crônicas, acompanhados de narrativas de suas viagens à Europa e de dois estudos poéticos: um sobre a obra de Lorde Byron e outro sobre a de Junqueira Freire. Entre 1864–1868 escreveu os três volumes da obra História da Fundação do Império Brasileiro; ao mesmo tempo em que publicou em 1865, na França, Situation sociale, politique et économique de l’empire du Brésil e, em 1866, uma nova ficção histórica, Manuel de Moraes, crônica do século XVII.*

*Atuando de forma contundente contra o projeto de lei que libertava o ventre-escravo, apresentado durante a Décima Quarta Legisatura (1869–1872), Pereira da Silva então pronunciou a sua maior série de discursos; os quais foram reunidos em dois volumes publicados em 1872, já após a transformação daquele projeto na lei de 28 de setembro<sup>4</sup> – publicação feita, ao que parece, com o nítido objetivo de divulgar sua*

---

4 A lei de 28 de setembro de 1871 é conhecida na historiografia nacional como Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco. Estabelecia, principalmente, que todos os filhos de mulher escrava, nascidos a partir daquela data, eram considerados de condição livre, cabendo aos senhores de suas mães “criá-los e tratá-los” até a idade de oito anos, quando poderiam ser entregues ao governo em troca de uma indenização de 600\$000. Se os senhores quisessem, a título ainda de indenização, poderiam se utilizar dos serviços dos “negros de condição livre” até a idade de 21 anos. A lei fixava também a criação do fundo de emancipação, cujos recursos seriam destinados à compradealforrias. Além disso, legalizava o acúmulo de pecúlio pelos próprios cativos para a compra de suas liberdades e o recurso destes, por meio de curadores, à justiça no caso dos senhores não concordarem com o valor da indenização no momento da concessão da carta de alforria. Cf. *Lei número 2.040, de 28 de setembro de 1871, Coleção de Leis do Império do Brasil, 1872.*

atuação para seus eleitores, durante o pleito eleitoral que se realizou naquele ano. Data daquela mesma época o livro *Segundo Período do Reinado de D. Pedro I no Brasil*, com o qual confirma uma intenção, ainda que não expressa, de produzir uma obra completa sobre toda a história do Império: da fundação até o reinado de Pedro II. Intenção que certamente orientou, na seqüência, a escrita do livro *História do Brasil (1831–1840)*, publicado em 1879. Retomando, especificamente, os estudos lingüístico-literários, publicou, em 1884, o livro *Nacionalidade, língua e literatura de Portugal e Brasil*.

Com a instauração do regime republicano, a partir dos acontecimentos de 15 de novembro de 1889, Pereira da Silva abandonou definitivamente a atuação parlamentar. Seguiu cuidando apenas de seus negócios privados – ao que tudo indica, relacionados ao comércio fundeado na praça do Rio de Janeiro – e da escrita das memórias políticas do *Segundo Reinado*, nomeado como *Memórias do Meu Tempo* e que cobria os acontecimentos nacionais do período de julho de 1840 a dezembro de 1886.<sup>5</sup>

---

Ainda que o gabinete conservador, presidido por José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco), tenha tomado a si a tarefa de aprovar o projeto, os conservadores fluminenses representaram uma importante dissidência e levantaram todos os obstáculos possíveis à aprovação do mesmo. Duque-Estrada Teixeira, Paulino de Sousa Filho, Andrade Figueira e Pereira da Silva consideravam, em geral, o projeto uma interferência indébita do Estado no gerenciamento da propriedade privada e, por conseguinte, um ataque frontal ao artigo 179 da Constituição do Império, o qual estabelecia: “A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade...”. Cf. *Constituição Política do Império do Brasil*, acompanhada pelo Ato Adicional de 1834 e pela Lei de Interpretação de 1840. Brasília: Ministério do Interior/Programa Nacional de Desburocratização, 1986. Em linhas gerais, este foi o mesmo argumento utilizado contra a abolição total da propriedade escrava, sem indenização, pelos mesmos políticos na década de 1880.

- 5 Pereira da Silva contava com 72 anos quando teve início o regime republicano e, ao que parece, principalmente por conta de moléstias, manteve-se distante de todos os eventos públicos após 1889. Foi um dos trinta membros originais da Academia Brasileira de Letras, aclamado na sessão de 28 de janeiro de 1897. Contudo,

“MAIS DIGNO FALAR À BORDA  
QUE DO FUNDO DA CAMPA”<sup>6</sup>

*O primeiro tomo de Memórias do Meu Tempo foi escrito, a considerarmos as datas de seu Prólogo e Epílogo, entre março e outubro de 1895 e enviado à publicação no final do mês de fevereiro do ano seguinte. O segundo foi escrito no mesmo período do ano de 1896 e, como revela a “Advertência” publicada ao seu final, deve ter sido editado em fins de 1897 ou início de 1898, em um momento em que Pereira da Silva se encontrava impossibilitado para rever suas provas tipográficas.<sup>7</sup>*

*Ainda que separada em dois tomos, a narrativa não apresenta um fracionamento importante de um para outro volume; pelo contrário, o*

---

em nenhuma das atas encontramos registro de sua presença nas reuniões daquela instituição. Na ata da sessão inaugural, figura junto com Alcindo Guanabara, Carlos de Laet, Coelho Neto, José do Patrocínio, Luís Murat, Medeiros e Albuquerque, Pedro Rabelo, Rui Barbosa e Inglês de Sousa como um dos membros efetivos ausentes, sem ter enviado explicações. Na sessão de 26 de setembro de 1898, o então presidente da Academia, Machado de Assis, informou que passados mais de três meses do falecimento de Pereira da Silva, mandava o regimento que se procedesse à eleição de seu substituto, que aconteceu no dia 1º de outubro daquele ano. O eleito para a vaga, por unanimidade, foi José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão do Rio Branco), que tomou posse, poucos meses depois, por procuração e deixou assim de apresentar discurso sobre o seu antecessor na cadeira. Cf. Atas da Academia Brasileira de Letras, Sessões Preparatórias, Sessão Inaugural e Sessão de 26 de setembro de 1898, in <http://www.machadodeassis.org.br/atas7.htm>, site acessado em 30 de maio de 2003.

6 Frase do *Epílogo* do volume 1.

7 Não temos informações específicas sobre o seu estado de saúde no momento em que o segundo volume do livro é publicado. De qualquer forma, fosse por problemas daquela natureza (ele viria a falecer poucos meses depois da publicação do livro), fosse por impossibilidade de ter acesso aos originais do volume, editados pela editora francesa Garnier em Paris, é certo que ele não pôde corrigir as provas do mesmo, como certamente fez com relação ao primeiro volume. Assim, ao final do livro, encontramos a seguinte “Advertência”, talvez escrita pelo editor quando o livro já se encontrava praticamente pronto: “*Esta obra foi impressa em Paris e o autor não lha reviu as provas. Escaparam ao corretor muitos erros, sem dúvida por não entender a letra do manuscrito. A maior parte de les com ta o edi tor que por si e pelo sen ti do cor ri gi rá o leitor...*”

*primeiro capítulo do segundo livro – correspondente aos acontecimentos do período de janeiro a setembro, do ano de 1864 – poderia muito bem ser o décimo nono capítulo do volume precedente. De tal forma que, no curto prólogo do tomo dois, Pereira da Silva tem apenas a preocupação de esclarecer ao leitor que continuava então a tarefa que já iniciara, quer seja a de “escrever notas, apontamentos, narrativas” do que vira e ouvira “na convivência dos varões que se salientavam no serviço da pátria”.<sup>8</sup> Tarefa que só se completaria com um terceiro livro, não escrito, que correspondesse ao período posterior a dezembro de 1886.<sup>9</sup>*

*A obra não representa, contudo, uma autobiografia, em que o autor se recordaria, explicaria e/ou justificaria sua atuação particular, durante os quase cinquenta anos em que esteve, direta ou indiretamente, envolvido nas disputas político-partidárias do Segundo Reinado. Ela se afigura, de fato, como uma extensa crônica política, escrita com gênio, de forma ágil, na qual seu autor procura, entre outros aspectos, defender a excelência das instituições da Monarquia parlamentar e constitucional brasileira, tal como ele entendia que elas funcionavam ou deveriam funcionar; bem como os acertos das administrações de seu grupo político, quando aquele estivera à frente do governo.*

*Subjacente a toda organização e escrita das Memórias transparecem, desta forma, as inquietações de um quase octogenário com o seu presente e a preocupação em avaliar os rumos que levaram o país a substituir a Monarquia pela República. Isto ao par do desejo inconfesso de continuar a interferir, de alguma maneira, nas pugnas políticas, mesmo estando fora do quadro político-institucional então vigente ou de qualquer organização ou grupo partidário dissidente ao novo re-*

---

8 Fragmento do *Prólogo* do volume 1.

9 Pelo menos é o que sugere o próprio autor, ao encerrar o segundo volume com as seguintes palavras: “Favoreça-me a Providência Divina com a prolongação da vida, e me não esquivarei à tarefa de prosseguir na empresa, que encetei, bem que sinta que o gelar dos anos me vai aluindo a inteligência.” Fragmento do Capítulo XVI, “De agosto de 1885 a dezembro de 1886”, volume 2.



*gime.*<sup>10</sup> Trata-se, por conseguinte, de obra de combate que tinha por adversários imediatos os republicanos e também alguns dos antigos políticos com quem ele conviveu no Parlamento do Império e que não tinham aderido ao novo regime – estes, em graus variados, dedicados a uma possível restauração, mas também, e principalmente, à construção de obras de história/memória sobre a Monarquia, tais como Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior e Joaquim Nabuco.<sup>11</sup>

10 Partilhando, como todos os historiadores de sua época, da crença na história como ciência isenta por apartada da política, Pereira da Silva se preocupou em dizer que, na escrita daquela obra, tivera por norte o “juízo refletido” de quem não se encontrava mais no interior das disputas. Assim, mesmo nomeando seu escrito por *Memórias* e explicitando ao longo do texto um referencial documental ínfimo, se tivermos em conta as suas obras historiográficas anteriores, ele escreveu, com o nítido propósito de dar a mais completa credibilidade à sua versão da história do Segundo Reinado: “Afastado agora dos negócios públicos, recolhido à vida íntima, e abrigando na região serena dos estudos e labores literários, persuado-me que guardarei a exatidão e imparcialidade indispensáveis à exposição dos fatos que ocorreram, ao exame das idéias e doutrinas que preponderaram, e à apreciação dos homens que ocuparam posições eminentes na gerência dos negócios públicos, ou se distinguiram nas lutas porfiadas do parlamento. À proporção que se nos vai apagando o fogo das paixões, desprendemo-nos dos preconceitos que alteravam outr’ora nosso juízo.” Fragmento do *Prólogo*, Volume 1.

11 Entre os então monarquistas dedicados, mais significativamente, à escrita de textos e livros sobre o “antigo regime” estes dois parecem ser os principais interlocutores de Pereira da Silva, no momento em que ele escrevia a sua obra. Bem mais jovens que o autor de *Memórias*, ambos iniciaram suas carreiras político-parlamentares na década de 1880 e sempre estiveram do lado oposto ao conservador fluminense, já que faziam parte do Partido Liberal e atuaram, sobretudo a partir de 1884, francamente pela abolição rápida da escravidão e sem indenização aos proprietários. Os textos de Afonso Celso e Joaquim Nabuco com os quais Pereira da Silva parecia mais discordar foram publicados entre 1895–1896 no jornal monarquista de propriedade de Eduardo Prado, chamado *O Commercio de S. Paulo* ou em pequenas brochuras então distribuídas na capital da República. São desta época, por exemplo, os seguintes escritos de Afonso Celso: *Aos Monarquistas* e *Guerrilhas*, ambos escritos em 1895 e *Contraditas Monárquicas*, de 1896 – todos publicados no Rio de Janeiro, pela editora de Domingos de Magalhães. A obra de Joaquim Nabuco tinha ainda maior fôlego que a de Celso. Além dos artigos para o jornal de Prado – muitos dos quais, reunidos em 1900, deram origem à autobiografia *Minha Formação* – Nabuco, concomitante a Pereira da Silva, preparava também uma

Deixando transparecer ceticismo para com uma eventual derrocada da República,<sup>12</sup> Pereira da Silva parecia ter, contudo, plena certeza de seus êxitos com relação àquele segundo grupo de adversários. Narrou, a partir disto, toda a história do Segundo Reinado, demonstrando o valor político, administrativo e moral do “antigo regime”, como forma de resgatá-lo “do ingrato e desdenhoso olvido” a que os republicanos tinham-no condenado ao realizar sobre ele “falsas apreciações e infundados juízos”.<sup>13</sup> Percorrendo 34 das 36 organizações ministeriais que tiveram lugar durante o reinado de Pedro II<sup>14</sup> – ainda que sempre apontando os equívocos das que não contaram com o apoio político-parlamentar de seu grupo – Pereira da Silva buscou traçar o seguinte panorama geral do regime monárquico:

“O regime monárquico arrostou, é verdade, perigos, sofreu reveses, cometeu erros, manteve po-

---

história do Segundo Reinado, escrevendo a biografia de seu pai, nomeada de *Um Estadista do Império*. Escrito entre 1893 e 1896, o livro sobre o Senador Nabuco teve seu primeiro volume publicado em 1897, ainda que alguns capítulos da obra já tivessem sido divulgados em 1895, quando foram publicados pela *Revista Brasileira* de propriedade de José Veríssimo.

- 12 O desalento para com uma possível restauração nos parece evidenciado no trecho abaixo, ainda do *Prólogo* do volume 1, escrito justamente antes dele esclarecer que “as lembranças eram o único alimento dos velhos” e que por isso ele se punha a recordar os acontecimentos passados: “Quanto da mocidade distancia-se a velhice! Naquela idade afortunada tudo me sorria, alegrava-me, suscitava-me esperanças! Acabrunham-me hoje saudades, decepções, amarguras! **Cada ano, que passa, rouba-me uma parte do ideal que me encantava o espírito, despe-me de ilusões que me inebriavam o coração, e afugenta o bando de fantasias que me amenizavam a existência. Que me vai restando? Corpo que definha, inteligência que desfalece.**” Grifos nossos.
- 13 Fragmento do *Prólogo* do volume 2.
- 14 Conforme já nos referimos, a narrativa de *Memórias do Meu Tempo* vai até dezembro de 1886. De tal sorte que seu autor não contempla as duas últimas administrações que precederam à queda da Monarquia: a do gabinete conservador de João Alfredo, organizado a 10 de março de 1888; e a do liberal Afonso Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto), organizado a 7 e junho de 1889. Administrações que não contaram com o apoio parlamentar de Pereira da Silva.

rém, contra o vértice revolucionário que uma ou outra vez irrompeu, a integridade do império, conservou por quarenta anos a tranqüilidade pública, fomentou progressos materiais e morais da nação e deixou buriladas nas páginas da história pátria cenas gloriosas, que hão de ser eternamente memoradas.”<sup>15</sup>

*Pesou em tal balanço a agitação e instabilidade predominante nos primeiros anos do regime republicano, marcados por um violento jogo político que levou a duas grandes sedições: a Revolta da Armada (dezembro de 1893 a março de 1894), na então capital federal; e a Revolta Federalista (fevereiro de 1893 a julho de 1895) no Rio Grande do Sul – ambas iniciadas durante o conturbado período de governo do Marechal Floriano Peixoto (23 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894). A primeira transcorrida, portanto, quando Pereira da Silva deveria já estar cogitando da escrita das Memórias; a segunda ainda se desenrolava quando ele já produzia o livro.*

*A República teria substituído por truculência o espírito de cavalheirismo e generosidade pública que, segundo ele, teriam sido as grandes marcas da política monárquica, mesmo após conflitos armados – como as revoltas liberais de Minas e São Paulo, em 1842, e a revolta Praieira em Pernambuco, em 1848. Marcas impressas pelo caráter “clemente” de um Monarca, que não pretendia ver as causas mais justas – como a unidade do Império – “desdouradas” pelo derramamento de sangue.*

“A história do Brasil, desde a independência, lastima apenas a triste execução no cadafalso de alguns autores do movimento revolucionário de Pernambuco em 1823. De então em diante foram os promotores de sedições condenados meramente à

---

15 Fragmento do *Prólogo* do volume 2.

prisão temporária, e soltos posteriormente em virtude de anistias ou perdões isolados. Convém acrescentar que tanto os de 1825 como os posteriores subordinaram-se a tribunais competentes, e nunca a alçadas extraordinárias.

“Nunca nas ocasiões das derrotas, e depois das vitórias, praticaram-se assassinatos, degolações e fuzilamentos, que envergonham a humanidade e provam a ferocidade do coração.

“Desdouram-se e mancham-se as causas mais legítimas e santas com o derramamento inútil e cruento de sangue.

“Os prisioneiros de São Paulo em 1842, de Pernambuco em 1849, bem como os do Maranhão, Pará e Bahia durante a menoridade, foram, segundo a lei, sujeitos a processos, a maior parte absolvidos pelos Juizes, poucos condenados à prisão, e uma anistia, porém, partido do ânimo clemente do Imperador nunca faltou-lhes para recuperarem suas liberdades.”<sup>16</sup>

*Com isto, Pereira da Silva sugeria também o quanto o novo regime desprezava o árduo aprendizado que o país fizera durante o governo de Pedro I, no período regencial e nos primeiros anos do Segundo Reinado, após os quais “as máximas de resistência legal em casos de divergências de opiniões”, substituíram a “luta material sempre perniciosa para os povos”.<sup>17</sup> Marcava, portanto, a instauração da república como um retrocesso político grave para o Brasil, pois favorecia a permanência latente de um estado de conflitos, sem criar canais legais/institucionais para resolvê-los. O sistema parlamentar da monarquia surgia, por oposição, como símbolo de uma organização racional,*

16 Fragmento do capítulo VI, “De junho de 1842 a janeiro de 1843”, volume 1.

17 Fragmento do capítulo V, “De janeiro a junho de 1842”, volume 1.

*capaz de manter as paixões humanas sob controle; o que nenhum outro sistema de governo conseguia fazer eficazmente:*

“Nenhum sistema político liberta-se das paixões, despeitos, egoísmos e ambições dos homens. Mais francamente se aponta o regime parlamentar em que não raro irrompem mudanças de procedimento e de idéias, transformações de cenário e ligas imprevistas. Embora se escureçam com nuvens carregadas de perigos, produzem, todavia, menores males as borras-cas que em seu seio se levantam, do que quaisquer outros sistemas governativos.”<sup>18</sup>

*Ao retrocesso político correspondiam também outros de ordem “moral” e “material”. Com um sistema representativo ineficaz, o país teria se “esquecido” dos “interesses materiais e morais”, para se ocupar “exclusivamente de controvérsias políticas”.<sup>19</sup> Desaparece- ra o cenário intelectual de fomento às letras, ciências e artes em geral – “resultados imediatos da civilização”<sup>20</sup> – e os talentos artísticos se “ocultaram”. Em um dos raros momentos nitidamente confessionais do livro, o autor se lamenta, ao comparar o ambiente cultural da Monarquia com o da República:*

“Vivia-se já por fim em um redemoinhar de gozos literários, agradável, suave, e auspicioso; excitavam-se e alegravam-se as inteligências com a rivalidade e a concorrência dos talentos, e com os aplausos do público...

“Tempos idos, que parecem quase fabulosos atualmente! Recordando-os, cortam-me o coração

---

18 Fragmento do capítulo X, “De janeiro de 1878 a março de 1880”, volume 2.

19 Fragmento do capítulo XIII, “De janeiro de 1850 a setembro de 1853”, volume 1.

20 Fragmento do capítulo VIII, “De maio de 1872 a junho de 1875”, volume 2.

saudades encantadoras e inexprimíveis prazeres do espírito...”<sup>21</sup>

*A situação das artes, sobretudo da literatura, era muito sensível a Pereira da Silva, tendo-se em vista toda a sua atuação naquele setor. Porém, tão ou mais sensível, que isto, era para ele a situação financeira, do crédito público no país naquela primeira quadra de administração republicana. Até o Governo Campos Sales (1898-1902),<sup>22</sup> o Brasil passou pelos efeitos da política econômica inaugurada por Rui Barbosa, quando ministro da Fazenda entre 1889–1891. Conhecida como “encilhamento”, aquela política se propunha a desenvolver a indústria nacional, por meio de algumas medidas protecionistas e, principalmente, pela concessão de créditos para serem investidos no setor. O governo então emitiu grande volume de papel moeda, lastreado apenas em títulos da dívida federal, além de autorizar que várias instituições bancárias fizessem o mesmo. Os recursos, provenientes de tais emissões, acabaram desviados para a simples especulação financeira e aquela estratégia de desenvolvimento falhou, deixando em seu rastro uma série de falências, uma moeda nacional bastante desvalorizada e uma onda inflacionária que atravessou quase toda a década de 1890 – aspectos que impediram a obtenção de novos recursos no exterior para dar lastro à economia nacional, ao mesmo tempo em que serviram como combustível na maior parte das crises políticas já referenciadas.*

*Estes fatos, sem dúvida, são os considerados por Pereira da Silva como os grandes responsáveis pelo “atraso material” do país, após o fim da*

21 *Idem, ibidem.*

22 Joaquim Murinho, Ministro da Fazenda durante a administração daquele presidente, realizou uma ampla política de reorganização das finanças públicas, que foi em sentido contrário às práticas doencilhamento. Cortou drasticamente os gastos do governo federal, aumentou em muito a carga tributária e desvalorizou o câmbio. Tal política foi condição para que o país conseguisse um empréstimo de 10 milhões de libras (*Funding Loan*) e recuperasse, a partir dali, sua credibilidade junto a credores estrangeiros. O contrato daquela operação de crédito estabelecia o início do pagamento dos juros de 5% ao ano, dali a 3 anos; o dos serviços das dívidas após 13 anos e o prazo finalparaliquidar o empréstimo de 63 anos.

*Monarquia; e o levaram a se estender, em muitos pontos de sua obra, em descrições e análises das várias situações pelas quais passaram as finanças durante o Segundo Reinado – o que transformou Memórias em um dos mais detalhados e circunstanciados livros, escrito por um ex-político da Monarquia, sobre as administrações financeiras dos vários governos daquele período.*

*Em todas aquelas análises, o autor ressaltou os acertos ou equívocos dos muitos ministros da fazenda de Pedro II, a partir dos efeitos de suas diferentes políticas sobre as atividades comerciais – explicitando, por conseguinte, seus vínculos sócio-econômicos com o setor de comerciantes fluminenses, o qual ele parece ter representado diretamente durante todo o largo tempo em que esteve no Parlamento. Câmbio oscilante ou desvalorizado, emissão de papel-moeda, de títulos públicos ou de bancos privados com prazos de vencimentos curtos e sem lastro imediato e, portanto, não conversíveis em ouro: estes eram os aspectos econômicos mais nefastos apontados por ele, pois causavam a “perturbação do comércio legítimo, e especulações inconfessáveis”.<sup>23</sup>*

*Não é sem entusiasmo, portanto, que ele menciona a fixação do câmbio por uma lei, aprovada “sem debate”, em 1846, por iniciativa de Bernardo Pereira de Vasconcelos. Cuidava ela de “manter o câmbio então predominante” e foi idealizada para poupar “oscilações dos valores e prejuízos do governo e do comércio.”<sup>24</sup> Sistema que, dez anos depois, foi completamente abandonado durante a gestão de Sousa Franco na Fazenda, quando do Gabinete de 4 maio de 1857. A possibilidade aberta por aquele ministro de vários bancos emitirem “notas promissórias, despidas de prazos fixos de pagamento e realizáveis apenas quando apresentadas ao troco, em papel moeda”,<sup>25</sup>*

23 Fragmento do Capítulo XV, “De janeiro de 1856 a dezembro de 1858”, volume 1.

24 Fragmento do Capítulo IX, “De janeiro de 1845 a março de 1848”, volume 1.

25 Fragmento do Capítulo XV, “De janeiro de 1856 a dezembro de 1858”, volume 1.

e não em metal, desestabilizou todo o “mercado monetário nacional”, *produzindo os seguintes efeitos:*

“Não tardou a agiotagem em propagar-se. Ansiam os bancos auferir lucros, e quanto maior a emissão sua circulava, mais vantajosos proventos lhe provinham. O crédito individual exagerou-se. Dinheiro facilmente emprestado suscitava a jogatina. Instituíram-se igualmente muitas sociedades mercantis e de indústria, sem estudos suficientes e sem critério bastante, dispostas a ágio fictício que lograssem títulos.

“Tudo eram alegrias, ilusões porém tudo. Aparências de ventura enganavam; em vez de verdadeira prosperidade do país, preparava-se medonha crise futura.”<sup>26</sup>

*Desorganização econômica, que, pelo menos na narrativa das Memórias, parece ter sido a pá de cal sobre os já combalidos acordos que tinham selado a política de união dos partidos, a partir do Gabinete presidido por Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná), organizado em 6 de setembro de 1853. Sob a administração financeira de Sousa Franco, Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde Itaboraí) deixou a presidência do Banco do Brasil e junto com os demais conservadores fluminenses abriu fogo, no Parlamento e na imprensa, contra o que ele chamava de “carnaval financeiro”.<sup>27</sup>*

*Tanto quanto seus correligionários provinciais daquela época, Pereira da Silva seguiu, quase quarenta anos depois, condenando o referido “carnaval”. Mas, no livro, a condenação ganhou o significado político adicional de ataque direto ao encilhamento republicano. Da mesma forma que a descrição elogiosa da austeridade financeira do sucessor de Sousa Franco na pasta da Fazenda, Francisco Sales de Torres Homem, revela, em primeiro plano, o contentamento do grupo político que teve, em*

---

26 *Idem, ibidem.*

27 *Idem, ibidem.*



*1859, seus interesses sócio-econômicos contemplados; e, em segundo, a vontade de Pereira da Silva de apontar caminhos para os responsáveis pelas finanças públicas em 1895.*<sup>28</sup>

*Vontade expressa com maior ênfase, e que não fica longe de assumir a forma de um receituário econômico a ser seguido, quando ele narra a administração financeira do Gabinete presidido justamente por Rodrigues Torres, organizado em 16 de julho de 1868 – após a controversa queda do ministério presidido por Zacarias de Góis e Vasconcelos. Assinalando que os efeitos da política de Sousa Franco se fizeram sentir até 1865<sup>29</sup> – a despeito dos mencionados esforços de Torres Homem e depois de Ângelo Ferraz<sup>30</sup> – e que a situação financeira do país tinha*

---

28 O autor reproduz, no Capítulo XVI – “De dezembro de 1858 a março de 1861” do volume 1, o seguinte trecho de um discurso de Torres Homem, feito quando defendia o fim da permissão para que fossem emitidos títulos sem que os mesmos pudessem ser convertidos em ouro: “*Em economia política, há supersticiosos que acreditam que os bancos criam capitais e que o seu papel emitido multiplica os valores. Em toda a parte as mesmas causas produzem os mesmos efeitos. O papel inconvertível produz necessariamente a depressão do câmbio, a fuga dos metais sem esperança de volta, a deterioração do valor do meio circulante, e, por consequência, a subida dos preços, a lesão dos contratos, os sofrimentos das classes mais numerosas da população. O único valor real do bilhete bancário é a conversibilidade. O expediente falacioso de cauções irrealizáveis nas ocasiões oportunas e urgentes, é concepção deplorável que expõe a naufrágio certo os interesses mais respeitáveis do comércio, a fortuna particular, e a fortuna pública.*”

29 Governava o país, no final de 1865, o Gabinete presidido por Francisco José Furtado. Sob sua gestão se assistiu a uma nova crise do sistema bancário-financeiro, pela falta de lastro para que o governo cobrisse os saques de títulos: “*A suspensão de pagamento metálico das notas do Banco do Brasil produziu de súbito queda do câmbio, e em vicissitudes desastrosas estorceu-se o comércio; subiram os valores dos gêneros necessários à vida, e de todos os espíritos apossaram-se terrores. Conteve-se, todavia, a agitação popular nas ruas, e mais ou menos desastrosamente se foram liquidando as fortunas dos comprometidos na pavorosa crise. **Consequência infalível do jogo e especulações exageradas, das antigas emissões de bancos, que abriram válvulas de abuso do crédito, e demora das liquidações!***” Fragmento do Capítulo III, “De maio de 1865 a agosto de 1866”, volume 2. Grifos nossos.

30 Ao gabinete de 12 de dezembro de 1858, no qual Torres Homem era ministro da Fazenda, seguiu-se o organizado em 10 de agosto de 1859 no qual ocupava aquela pasta Ângelo Ferraz. Dando continuidade à política de acabar com a liberdade de emissão de papéis inconvertíveis por bancos particulares, Ferraz encampou no

*se agravado muito após aquele ano, dada à necessidade de recursos para acudir às despesas com a Guerra do Paraguai (1865–1870), Pereira da Silva julgou como brilhante a saída encontrada pelo seu líder político-partidário de então: emissão inicial de pequena quantidade de papel-moeda para atender a necessidades imediatas, seguida da transformação da maior parte das dívidas de curto prazo (dívida flutuante) em títulos com vencimentos a perder de vista (dívida fundada) e realização de um empréstimo interno por meio da emissão de apólices especiais para atrair ao tesouro “o produto de pequenas economias particulares”. Com o resultado deste empréstimo, atendeu às demandas comuns da administração, da guerra e ainda, ao final de sua gestão, resgatou papel-moeda, elevou o câmbio e deixou o tesouro com superávits.*

*O trecho abaixo revela tudo o que o “comércio legítimo”, representado pelo autor de Memórias, endossava do ponto de vista administrativo-financeiro, ao mesmo tempo em que representa um excelente resumo do que um dos grupos políticos mais influentes do Segundo Reinado realizava quando à frente da administração:*

“Devotou-se Rodrigues Torres a exame minucioso do estado do tesouro. A guerra exigira, e exigia ainda, somas elevadíssimas e extraordinárias... O papel-moeda em circulação excedia a 83 mil contos, não incluída a soma de notas do Banco do Brasil, e de outros estabelecimentos bancários em ouro já inconvertíveis. Os cofres públicos não dispunham de dinheiro para as despesas ordinárias da administração, quanto mais para as extraordinárias da guerra.

“Urgia pagar saques cotidianos vindos do Rio da Prata, e remeter para ali igualmente somas avultadas e

---

Senado um projeto de lei de seu antecessor sobre o tema, assim como emendas a ele feitas pelo Senador Rodrigues Torres. Aprovado o projeto, a lei ficou conhecida como Lei Ferraz. Cf. Capítulo XVI – “De dezembro de 1858 a março de 1861”, volume 1.

em ouro, a fim de manter-se o exército e a marinha. Impossível era suspender serviços internos, nem os juros e amortização das dívidas contraídas em Inglaterra, e nem dispensar armamentos já encomendados. Empréstimos se não obtinham, pela baixa das apólices internas... e externas... e pela elevação dos juros com emissão de bilhetes do tesouro, que se reformavam sempre pela impossibilidade de pagá-los.

“Bem que declarado inimigo do papel-moeda, percebeu Itaboraí que lhe não sobrava outro recurso, ao encetar sua administração, até que restabelecida alguma confiança pública, pudesse lançar mão de meios menos prejudiciais à nação... Adotou, portanto, este pernicioso expediente... comprometendo-se amortizá-la, apenas melhorasse o estado financeiro, que não reputava inteiramente desesperado.

“Emitiu de pronto cerca de oito mil contos de papel-moeda, e apressou-se para efetuar novos empréstimos por meio da dívida fundada. Ansiava reduzir a flutuante que, além de juros pesados, roubava-lhe o sono com prazos fatais, que não satisfeitos, equivaleriam à declaração de falência do tesouro.

“Resolveu emitir apólices amortizáveis em ouro, ao câmbio de 27, e juro de 6%, no intuito de atrair ao tesouro o produto das pequenas economias particulares, ávidas de rendas maiores e seguras...

“Com a soma recolhida ao tesouro, considerou-se habilitado para corresponder satisfatoriamente aos serviços da guerra e da administração interna, para minorar os juros dos bilhetes e prazo em circulação, e que conseguiu reduzir imediatamente, aplicando parte dos empréstimos ao seu pagamento. Não menos de oito mil contos retirou da circulação.

Convencido ainda de que lhe convinha não arrancar recursos do comércio legítimo, pagou ao Banco do Brasil não só a importância de ouro, que de suas arcas havia Zacarias recolhido, como a de onze mil contos que ao Banco devia o tesouro, pela amortização de papel-moeda que efetudara anteriormente.”<sup>31</sup>

*Planejava Itaboraí, segundo Pereira da Silva, seguir utilizando os superávits do tesouro – conseguidos à custa de um orçamento bem contingenciado e com o fim do conflito com o Paraguai – para amortizar ainda mais o meio monetário circulante e elevar o câmbio que já tinha subido significativamente durante sua gestão. Isto ao mesmo tempo em que pretendia estabelecer amplas linhas de financiamento estatal para a imigração – medida fundamental, para sua base política, e que, por conseguinte, deveria preceder a qualquer outra que tratasse da reorganização da mão-de-obra nacional, via emancipação do elemento servil.*

*Contudo, o grupo de conservadores fluminenses perdeu a hegemonia no partido e ao gabinete de 16 de julho de 1868 substituiu efetivamente o gabinete de 7 de março de 1871, presidido por José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco); isto após a passagem pelo poder do efêmero ministério presidido por José Antônio Pimenta Bueno (Marquês de São Vicente).<sup>32</sup> Tendo permanecido na oposição ao Governo Rio Branco durante todo o período, Pereira da Silva não lhe faz uma análise lisonjeira da atuação. A garantia da propriedade privada pelo Estado, após a lei de 28 de setembro de 1871, teria sido maculada – conforme o que já nos referimos na primeira parte deste texto – e o plano administrativo-financeiro de Itaboraí interrompido. Rio Branco passara a gastar os saldos do tesouro com despesas superfluas ou com a garantia de lucros juros a capitais privados, investidos*

31 Fragmento do Capítulo V – “De junho de 1865 a maio de 1869”, volume 2.

32 Organizado a 29 de setembro de 1870, este gabinete ficou à frente do governo apenas durante o recesso do Parlamento, dirigindo o país por pouco mais de cinco meses. Cf. Capítulo VI – “De maio de 1869 a março de 1871”, volume 2.

*em empreendimentos de êxito duvidoso e mal dimensionados, como era o caso de algumas ferrovias.*

“Saldos de receita sobre despesa empregou em edifícios e ajardinamentos da capital do império, em construções de estradas, em subvenções a companhias que se prepusessem a abrir vias terrestres e marítimas de comunicação, algumas sem estudo prévios e calculados mais ou menos razoavelmente quer relativamente a seus custos, quer a suas vantagens. *Foram os saldos do tesouro desaparecendo, e necessário tornou-se pedir empréstimos no interior e nos países estrangeiros.*

“*Para prejudicar ainda mais o futuro, o ministério e as câmaras de acordo votaram aumentos de tribunais de relação, de ordenados da maior parte dos funcionários, de soldos e gratificações à classe militar, de novas repartições públicas destinadas a melhorar o serviço, com o que a despesa avolumou-se extraordinariamente. Tanto o ministério como o parlamento iludiram-se com o florescimento progressivo das finanças para resistirem aos novos dispêndios decretados.*”<sup>33</sup>

*A partir deste ponto de Memórias, além das “imperfeições políticas” e “absurdos” da gestão econômica republicana, pareceu mover Pereira da Silva a preocupação detida em explicar a derrocada da Monarquia. Sem risco de incorrer em exagero, podemos afirmar que, para ele, o fim do regime se deu pelo descalabro das administrações capitaneadas pelo Partido Liberal entre 1878–1885, sob as quais se permitiu ou mesmo se incentivou o surgimento da idéia de abolição definitiva da propriedade escrava sem indenização aos proprietários. Idéia totalmente subversiva à ordem vigente e que teria contribuído, por tal motivo, para levar os primeiros republicanos ao Parlamento durante a Décima Nona Legis-*

---

33 Fragmento do Capítulo VIII – “De maio de 1872 a junho de 1875”, volume 2. Grifos nossos.

*latura (1885). Assim é, desenhando o penhasco pelo qual a Monarquia seria precipitada, que Pereira da Silva narrou a trajetória dos governos que se sucederam a partir de junho de 1875.*

*Organizado no dia 25 daquele mês, o ministério presidido por Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias) e que tinha como homem forte o então Ministro da Fazenda, João Maurício Wanderley (Barão de Cotegipe), ainda teria tentado, na opinião do autor de Memórias, reverter o “tenebroso” quadro deixado por Rio Branco – que para socorrer à praça bancária brasileira, encerrara sua gestão emitindo 25 mil contos de réis em papel-moeda e provocando, por conseguinte, queda do câmbio.<sup>34</sup>*

*Contando com o apoio da facção fluminense de seu partido, Cotegipe retomara as linhas gerais da política financeira de Itaboraí, ao produzir uma lei orçamentária (1877) que aumentava alguns impostos de importação, cortava despesas e permitia a consolidação de dívidas flutuantes – meios com os quais se buscava conseguir superávits a serem empregados na amortização do papel-moeda.<sup>35</sup> Sem referenciar que tal política provocou então mais dissenso que consenso nas fileiras conservadoras, assim como o escândalo de contrabando de popelines,<sup>36</sup> em que o*

---

34 Aquela emissão foi realizada para estancar a crise iniciada pela suspensão dos pagamentos pelo Banco Mauá e Cia., no qual o governo tomara saques. Pereira da Silva assim resume o episódio: “*Algumas quebras de negociantes produziram surtos de crise iminente financeira. O tesouro tomara saques avultados sobre Londres, da casa bancária Mauá e Cia., confiando na sua robustez e garantia. Não foram aceitos em Londres os saques remetidos, pelo governo, e a casa bancária se viu coagida a suspender pagamentos... O revés suportado por Mauá e Cia. produziu abalo aterrador na praça do Rio de Janeiro, e o Banco do Brasil sentiu-se em dificuldades, porque era credor das firmas que suspenderam pagamentos, e depositário de somas importantes em conta corrente de movimento.*” Fragmento do Capítulo VIII – “De maio de 1872 a junho de 1875”, volume 2.

35 Cf. Capítulo IX – “De junho de 1875 a janeiro de 1878”, volume 2.

36 O escândalo das popelines, como ficou conhecido, repercutiu durante todo o mês de julho de 1877. Em abril daquele ano, a casa de Comércio Masset e Cia. foi autuada na alfândega da Corte, por tentar passar o tecido popeline, como se fosse simples riscado de algodão – o imposto sobre as popelines era cerca de sete vezes mais elevado que o imposto sobre o riscado. Autuado, o representante da casa comercial aceitara

*ministro da Fazenda estivera envolvido, Pereira da Silva anotou apenas que a subida dos liberais ao governo interrompeu aquela administração austera, a qual não se “poderia regatear elogios”.*<sup>37</sup>

*O gabinete liberal presidido por João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, organizado a 5 de janeiro de 1878, teve, inicialmente, como Ministro da Fazenda o gaúcho Gaspar Silveira Martins que, ao invés de emitir títulos do tesouro com vencimentos a longo prazo, como pretendia fazer seu*

---

pagar o imposto sobre a mercadoria que acabava sendo liberada, ao invés de apreendida como previa a lei. Ocorreu que o Deputado liberal Cesário Alvim, na sessão da Câmara de 13 de julho, divulgou, depois de acoimar a casa Masset como sendo uma das mais afamadas empresas de “comércio/contrabando” da Corte, o contrato daquela firma que tinha como um dos sócios o então Ministro da Fazenda, além de um dos conferentes da alfândega. Cotegipese defendeu dizendo que se tornara sócio da casa comercial apenas para ajudar o “amigo” Masset, quando não era ainda ministro e que por ser um acionista minoritário nunca mantivera qualquer tipo de controle sobre o empreendimento. Conseguiu um voto de confiança da Câmara, mas perdeu muito de seu prestígio. Sem dúvida enfraquecido politicamente, teve dificuldades para conduzir as negociações durante a tramitação do projeto de lei orçamentária, principalmente quando se tratava de cortar emendas propositivas de gastos e que fossem apresentadas por deputados de seu partido. Cf. *Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Srs. Deputados*, volume 2 da décima sexta legislatura.

- 37 *Idem, ibidem*. O projeto de orçamento elaborado sob a égide de Cotegipe levou toda a sessão de 1877 tramitando na Câmara e no Senado. A primeira proposta é apresentada pelo governo em 6 de fevereiro daquele ano e a versão final é aprovada apenas em 11 de outubro. Durante os debates, vários conservadores se pronunciaram violentamente contra o governo de seu partido e sua respectiva proposta de orçamento, renunciando a dificuldade da execução da lei uma vez aprovada. Na votação final, fizeram questão de encaminhar à mesa declarações de voto contra dispositivos fundamentais, como os que criavam novos tributos, os Deputados conservadores: João Mendes, Cunha Figueiredo Júnior, Henrique Graça e Taunay. Mesmo os fluminenses pareciam pouco à vontade com a versão final da peça orçamentária, tanto que Paulino de Sousa Filho, então presidente da Câmara, deixou de comparecer à sessão que foi presidida por Machado Portela, Vice-Presidente daquela Casa. Além dele, outras notabilidades do Partido Conservador não compareceram para a votação, como José de Alencar. Aspecto evidente da corrosão na base de apoio daquele gabinete. Cf. *Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Srs. Deputados*, volume 1 da décima sexta legislatura, pp. 11-17; e volume 5, pp. 111-131.

*antecessor, optou por emitir perto de trinta mil contos de réis em papel-moeda com a finalidade de prover o governo dos recursos indispensáveis para a administração e pagar os contratos firmados. Destruía-se assim tudo o que os esforços de Cotegipe tinham alcançado em matéria de finanças. Caía o câmbio novamente e as mercadorias dos vários gêneros, sobretudo as importadas, tiveram seus preços elevados. O autor de Memórias se encontrou então entre os “espíritos” que “manifestaram apreensões”:*

*“... (logo após a emissão) seguiu-se a tendência gradual de baixa do câmbio, e da subida dos valores de todos os gêneros. Os espíritos populares mais esclarecidos pela experiência dos negócios manifestaram incontinenti suas apreensões”.<sup>38</sup>*

*Sinal de que aquela política emissionista era “fatal”, segundo Pereira da Silva, foi o abandono dela pelo segundo Ministro da Fazenda do Gabinete Sinimbu, Afonso Celso de Assis Figueiredo que “patenteou febril atividade no empenho de melhorar as finanças e sustentar o câmbio”. Para tanto, o então deputado mineiro assumiu o compromisso de indenizar os prejuízos que o Banco do Brasil teria para estancar a desvalorização da moeda nacional, ao mesmo tempo em que levou o governo a comprar considerável quantidade de café, remetê-lo e vendê-lo no exterior, para que o “tesouro não fosse coagido a tomar letras de câmbio nas praças do Império”.<sup>39</sup> Esforços vão, para o autor, por partirem de princípios econômicos equivocados, representando apenas “remédios fictícios” incapazes de produzirem “efeitos vantajosos” sobre “as moléstias.”<sup>40</sup>*

*Sem solucionar os graves problemas que seu ministério criou, Sinimbu passou o comando do país para o também liberal José Antônio Saraiva, organizador do Gabinete de 28 de março de 1880. O novo go-*

---

38 Fragmento do Capítulo X – “De janeiro de 1878 a março de 1880”, volume 2.

39 *Idem, ibidem.*

40 *Idem, ibidem.*



*verno procedeu à elaboração de uma lei orçamentária – “pródiga” em gastos, segundo o autor de Memórias – e que seria prorrogada de sessão em sessão legislativa até 1885, graças à desunião dos liberais que não conseguiam se entender em torno de uma nova; como ademais não conseguiram, segundo Pereira da Silva, se colocarem em acordo em torno de qualquer princípio administrativo fundamental, como adiante nos referiremos. Na oposição, durante sete anos, o conservador fluminense relata que a intenção dos seguidos presidentes de conselhos ministeriais do Partido Liberal – Martinho Campos, João Lustosa da Cunha Paranaguá e Lafayette Rodrigues Pereira – de “equilibrar as receitas com os gastos públicos” sempre fora baldada pelos seus próprios aliados que insistiam em votar “verbas de despesa”; daí o surgimento de vários impasses que impediram a aprovação de uma lei orçamentária, durante aquelas gestões.<sup>41</sup>*

*Além de desunidas e insensíveis às necessidades financeiras e administrativas do país, Pereira da Silva caracterizou as legislaturas liberais (1879–1885) como férteis na propagação de idéias promotoras de crises, que abalaram decisivamente a Monarquia. De tal maneira que o Deputado Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior, filho de um ex-ministro de estado, sentiu-se à vontade para marcar sua estréia parlamentar declarando solenemente que “com quanto abraçasse os princípios republicanos, dispunha-se a sustentar os liberais que mais se lhe aproximavam em idéias, sem que todavia se alistasse em suas fileiras”.<sup>42</sup> Procedimento que tinha como precedente o de Joaquim Nabuco, também filho de ex-ministro, senador e conselheiro de estado, quando, dois anos antes, tinha insistido em encaminhar medidas concernentes ao elemento servil totalmente desrespeitosas ao direito à propriedade*

41 Cf. os seguintes capítulos: XII – “De janeiro a julho de 1882” e XIII – “De julho de 1882 a maio de 1884”, volume 2.

42 Pereira da Silva se refere ao discurso pronunciado por Afonso Celso Jr. quando da apresentação do Gabinete Martinho Campos na Câmara, em 24 de janeiro de 1882. Fragmento do capítulo XII - “De janeiro a julho de 1882”, volume 2.

*privada; propondo-se então a resolver abruptamente uma questão grave, independente de “quaisquer que fossem os inconvenientes e sacrifícios a que o Império se expusesse”.<sup>43</sup>*

*Nem Afonso Celso Jr., nem Joaquim Nabuco foram os primeiros a exararem, na tribuna da Câmara, idéias tomadas por seus adversários políticos como impatrióticas ou danosas a todo um regime sócio-político; tão pouco foram os últimos. A referência explícita a eles, por parte de Pereira da Silva, revela que, para além de seus inimigos políticos durante o “antigo regime”, ambos eram adversários importantes na década de 1890, momento em que os três faziam balanços e análises do Segundo Reinado – conforme o que nos referimos anteriormente. Subliminarmente, a lembrança do primeiro como antigo aderente das idéias republicanas e do segundo como alguém que pouco se importou com o Império, atuando irrefletida e precipitadamente em favor da “pior solução” para a questão servil, tinha como objetivo questioná-los como historiadores da Monarquia e como “defensores sinceros” daquela forma de governo.*

*Fustigava com suas Memórias antigos e novos adversários e por tal motivo considerava mais digno “falar à borda que do fundo da campã”. Mesmo sentindo que não tardaria o momento em que pagaria “à natureza seu inevitável tributo”, o veterano de tantas lides políticas continuava aguerridamente a defender seus pontos de vista e os interesses de seu classe social – os quais, de forma compreensível, concebia como sendo os “mais nobres” e afeitos ao desenvolvimento de todo o país.*

---

43 Capítulo XI – “De março de 1880 a janeiro de 1882”. Neste ponto, o autor se refere à tentativa frustrada de Joaquim Nabuco de discutir, em agosto de 1880, um projeto que previa como data fatal para a escravidão o ano de 1890, além de reconhecer como ainda vigente a lei de 1831 que abolira o tráfico de africanos para o Brasil, declarando livre todos os negros ingressos no território nacional a partir da sua promulgação. Nunca cumprida, aquela lei ficou conhecida em nossa história como a “lei para inglês ver”, já que foi aprovada na época por força de tratados comerciais celebrados entre o Brasil e a Inglaterra.

*Vencido por vezes no passado, esperava triunfar no futuro alcançando êxito sobre a memória das gerações subseqüentes – como ele lembra, a “crítica é sempre indulgente para os finados”. Todavia, não queria se “esquivar” de “nenhuma responsabilidade” em seu presente e não se furtou em registrar, entre tantas outras posições, o seu desgosto pelo fim da escravidão, como fora definido a partir do ministério presidido por Manuel Pinto de Sousa Dantas, organizado em 6 de junho de 1884.*<sup>44</sup>

“CORRENDO POR UM PLANO INCLINADO”<sup>45</sup>

*Mesmo após mais de cem anos de sua publicação original, Memórias do Meu Tempo não deixa de ser uma obra de interessante leitura para qualquer pessoa que tenha o mínimo de curiosidade para com as coisas da política e, em especial, para com a experiência de governo monárquico-parlamentar pela qual o Brasil passou durante a segunda metade do século XIX.*

*Escrito com grande dose de paixão – sentimento nunca ausente das procelas públicas, nas quais seu autor sempre esteve envolvido – o texto raramente perde ritmo e fluidez; isto mesmo quando o objetivo é analisar as questões concernentes às finanças, tema tido, em geral, por árido. Por outro lado, as narrativas das principais batalhas militares ocorridas durante a Guerra do Paraguai têm um tom ainda mais vibrante e sedutor;<sup>46</sup> o qual se repete nas descrições das sessões parlamentares*

44 Os trechos em destaque, deste parágrafo, correspondem a fragmentos do *Epílogo*, volume 1.

45 Frase do Deputado liberal Lourenço Albuquerque, proferida para atacar o projeto do Gabinete Dantas sobre o elemento servil e reproduzida por Pereira da Silva em trecho do Capítulo XIV – “De maio a dezembro de 1884”, volume 2.

46 Cf., em especial, as descrições das batalhas do Riachuelo e de Tuiuti, no Capítulo III – “De maio de 1865 a agosto de 1866”; da “Passagem em Humaitá”, no Capítulo V – “De julho de 1868 a maio de 1869” e das batalhas finais da guerra no Capítulo VI – “De maio de 1869 a março de 1871”, volume 2.

*mais cruciais, em que se procederam a votações relevantes ou quando gabinetes ministeriais ruíram ante à oposição de parcelas majoritárias de membros da câmara temporária.*

*Sem sombra de dúvidas, a experiência de Pereira da Silva como autor de folhetins e romances contribuiu para a forma assumida pelas Memórias. Todavia, parece-nos que a agilidade da escrita e o interesse amplo pelo texto devem antes serem tributados à opção dele pela seqüência rigorosa da cronologia dos acontecimentos – evidenciada pela forma como divide os capítulos nos dois volumes: sempre tendo por parâmetro, a depender da ocasião, substituições ministeriais, processos eleitorais ou inícios/términos das sessões anuais das várias legislaturas. Opção que, independente das preocupações imediatas de seu autor no momento da escrita da obra, leva a um mapeamento importante do intrincado jogo político-partidário do Segundo Reinado em que os interesses dos grupos sociais representados nas casas legislativas eram relativamente constantes, mas as formas para contemplá-los, as alianças com adversários de véspera ou as dissidências com relação a companheiros de anos sempre múltiplas, circunstanciais e passíveis de rápidas modificações. Em uma palavra, o texto é fluido porque a matéria que narra tem esta característica por excelência e ninguém melhor do que um participante do Parlamento por mais de quatro décadas para dar conta de transmitir isto.*

*Neste sentido, podem ser tomados por emblemáticos os capítulos de XII a XV, do segundo volume, nos quais Pereira da Silva narra as administrações liberais de 1882–1884, que culminaram com a subida ao poder do gabinete presidido por Manuel Pinto de Sousa Dantas e todos os reveses por ele sofrido ao tentar encaminhar um projeto de emancipação definitiva da escravidão.<sup>47</sup> Capítulos importantes no escopo geral da obra por ser onde o autor procura demonstrar cuidadosamente sua tese sobre o fim da monarquia; mas também capítulos fundamentais*

---

47 São respectivamente os capítulos: “De janeiro a julho de 1882”, “De julho de 1882 a maio de 1883”, “De maio a dezembro de 1884” e “De janeiro a agosto de 1885”.

*para os estudiosos de política em geral, pois neles Pereira da Silva não deixa de chamar atenção para o fato de que não é por meio de generalizações em torno de propostas político-administrativas, que conseguiremos compreender as divisões entre e intra grupos sócio-partidários.*

*De fato, os liberais, segundo o autor de Memórias, estiveram desunidos não só quanto a melhor maneira de se realizar uma lei orçamentária que garantisse o equilíbrio das contas do Estado. Eles não lograram entrar em acordo sobre pontos fundamentais de seu programa político que deveria ser implementado uma vez que estavam no governo – fato que se expressa pelas constantes trocas ministeriais ocorridas entre 1882–1885. Por conseguinte, Pereira da Silva naqueles capítulos, mesmo querendo atribuir culpas históricas a antigos adversários, acabou por demonstrar como em política as realizações diferenciam-se na forma, nas estratégias para fazê-las: os liberais apresentavam-se unidos quando tratavam genericamente aos principais pontos de seu programa partidário, mas totalmente divididos quando lhes cumpria definir pragmaticamente as maneiras para implementar os tais pontos.*

*Dantas foi o quarto presidente de Conselho liberal, durante a Décima-Oitava legislatura (1882–1884). Tratava-se da primeira em que a Câmara de Deputados fora eleita diretamente, após a reforma eleitoral realizada durante o Gabinete Saraiva e apresentava, em 122 deputados, 75 liberais e 47 conservadores.<sup>48</sup> Por dissidências partidárias, que não ultrapassaram a vinte deputados, caíram os gabinetes presididos por Martinho Campos (em 30 de junho de 1882) e por João Lustosa da Cunha*

---

48 Afora as instruções expedidas pelo Ministério do Império em 4 de maio de 1842, com base apenas no texto constitucional de 1824 e que orientaram o pleito daquele ano e o de 1843, o Segundo Reinado teve outras quatro leis eleitorais antes da que fora aprovada em 9 de janeiro de 1881 (Lei número 3.029) e que estabelecia a eleição direta, em que eram eleitores todos os cidadãos brasileiros alfabetizados, que tivessem renda líquida anual não inferior a 200\$ por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego. Além disso, aquela lei dividia as províncias em distritos eleitorais que escolhiam apenas um representante e nos quais se realizava um segundo escrutínio entre os dois mais votados, no caso de nenhum dos candidatos conseguirem

*Paranaguá (em 14 de maio de 1883). Lafaiete Rodrigues Pereira solicitou demissão, em 4 de junho de 1884, após ter conseguido barrar uma moção de desconfiança por apenas 4 votos de diferença na sessão do dia anterior.*

*Os três governos sucumbiram após tentativas fracassadas de formatar projetos de leis que conferissem maior autonomia às administrações das províncias e das municipalidades – um dos temas caros ao Partido Liberal e que constava há mais de uma década de seu programa. Especificamente, Campos caiu quando tentou adiar a discussão de um relatório, produzido por uma comissão formada por representantes da Câmara e do Senado, sobre mudanças na lei eleitoral na parte relativa à eleição de vereadores e deputados provinciais; Paranaguá resignou o governo depois que passou a ser atacado por aliados por ter revogado vários impostos estabelecidos pelas assembleias das províncias, mas tidos por inconstitucionais pelo governo central. Lafaiete se viu em minoria quando, após apresentar propostas fechadas para nova lei das municipalidades e para o casamento civil, demitiu o então ministro da Guerra para recompor seu gabinete e conseguir os votos necessários à aprovação das medidas – manobra que não teve qualquer êxito e abreviou a sua permanência à testa do ministério.*

---

maioria absoluta de votos no primeiro. As quatro leis anteriores mantinham o sistema de eleição em dois graus (indireta) estabelecido na Constituição de 1824, alterando, contudo, a forma de qualificação eleitoral (comprovação da renda) e a maneira de se eleger os representantes – se por distritos (círculos) ou se por listas provinciais. O sistema indireto previa a escolha por votantes (cidadãos brasileiros ou naturalizados, com renda líquida anual não inferior a 100\$ por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego), de eleitores (cidadãos brasileiros, com renda líquida anual não inferior a 200\$ por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego) que escolhiam os deputados e senadores. As leis do sistema indireto foram: a de 19 de agosto de 1846, que estabelecia a eleição por listas provinciais; a de 19 de setembro de 1855 (Lei dos Círculos), que estabelecia a eleição por círculo de um deputado e um suplente; a de 18 de agosto de 1860, que estabelecia a eleição por círculo de 3 deputados; a de 20 de outubro de 1875 (Lei do Terço ou de Representação das Minorias), que estabelecia a eleição por lista provincial em que votantes e eleitores escolhiam apenas 2/3 do total de nomes a serem eleitos (se a província, por exemplo, elegeisse 9 deputados, cada eleitor votaria apenas em 6 nomes).

*Com as finanças públicas mais combalidas que nunca, pela simples prorrogação da lei orçamentária de 1881, e com uma série de acordos fracassados em torno de projetos que versavam sobre limitações ao poder do governo central, Dantas, ao assumir o governo, alterou significativamente a pauta política que seus antecessores tinham traçado e colocou em primeiro plano a necessidade de solução do problema do elemento servil. Dava início, segundo o autor de Memórias, a uma “revolução” no país, causada por “questões econômicas”, sempre mais poderosas que as questões políticas:*

“... situação tão lamentável [a do tesouro], [Dantas] falava em elemento servil que podia perturbá-la e prejudicá-la, porquanto a agricultura constituía a fonte principal da riqueza pública, e assustava-se com a idéia de diminuir-lhe os braços que a alimentavam. As grandes revoluções eram mais vezes produzidas por questões econômicas do que pelos conflitos políticos.”<sup>49</sup>

*Pereira da Silva fez então coro com a maioria de seus colegas conservadores e com muitos liberais como Manuel de Barros e Lourenço Albuquerque – este ex-ministro dos Negócios Estrangeiros do Gabinete Paranaguá – voltando-se com todo vigor contra o projeto do ministério que previa a libertação dos escravos pela idade, pela omissão de matrícula e pela compra de grande número de alforrias pelo Estado a partir de recursos que viriam da taxa de 6% a ser acrescida a todas as contribuições diretas ou indiretas que já compunham a renda do Estado, inclusive os impostos sobre gêneros exportados.<sup>50</sup> Isto além de criar tributos específicos sobre as transações com a propriedade escrava, que praticamente*

49 Fragmento do Capítulo XV – “De janeiro a agosto de 1885”.

50 Tais cotas se destinariam ao fundo de emancipação que já existia, criado, como referenciamos acima, pela lei de 28 de setembro de 1871, mas que dispunha na opinião dos partidários de uma abolição mais rápida de pouquíssimos recursos para cumprir satisfatoriamente sua principal finalidade. Daí a proposta de Dantas de aumentar impostos com fins à emancipação.

as inviabilizavam; e de impedir a comercialização dos escravos para além de seus domicílios provinciais, após a promulgação da lei.

*Para acabar com a escravidão, não hesitava o gabinete, segundo aqueles seus adversários, em onerar toda a produção do país, fosse pela privação da lavoura de mão-de-obra, fosse pela elevação dos custos das mercadorias nacionais que passariam a pagar tributos maiores. Neste sentido, o autor de Memórias fez suas as palavras do liberal Albuquerque que, na época, dizia ser a política de Dantas “antinacional”, por ser benéfica apenas aos concorrentes do Brasil “nos grandes mercados”, já que fazia com que a nossa capacidade de concorrência “desaparecesse”.<sup>51</sup> O desrespeito flagrante ao direito de propriedade privada – pois libertava, sem qualquer indenização, os escravos maiores de sessenta anos e impedia a livre comercialização da propriedade cativa – e o ônus que ela impunha ao comércio e à produção de todos os gêneros nacionais só podiam despertar, na opinião de Pereira da Silva, disputas apaixonadas em torno da proposta e também desestabilizadoras da administração e das instituições, em geral.*

*Como acontecera com seus antecessores imediatos, mas por motivo diferente, Dantas não teve da casa temporária do Parlamento a confiança que precisava para governar. Em 28 de julho de 1884, era aprovada por 59 votos contra 52 a seguinte moção de autoria do Deputado João Penido: “A Câmara reprovando o projeto sobre o elemento servil [que tinha sido apresentado na sessão do dia 15 daquele mês] nega a sua confiança ao ministério.”<sup>52</sup> O presidente do Conselho solicitou então, do Imperador, a dissolução da Câmara dos Deputados e a conseqüente realização de novas eleições. Como sempre acontecia nestes casos, Pedro II convocou o Conselho de Estado a se pronunciar sobre a questão. Sem lei orçamentária aprovada ou mesmo sem a prorrogação, por mais um ano, da lei de 1881, o Conselho negou a dissolução imediata, no que foi acompanhado pelo monarca.*

---

51 Fragmento do Capítulo XV – “De janeiro a agosto de 1885”.

52 *Idem, ibidem.*



*Dantas então, anunciando que a dissolução só viria depois de votado o orçamento, promoveu, com êxito, um amplo acordo entre as facções de seu partido e com a oposição conservadora para que se aprovasse, em definitivo, a proposta orçamentária que tramitava desde o Gabinete Martinho Campos – cedeu, diversamente de seus antecessores, às “verbas de despesa”. Assim, o decreto de dissolução de 3 de setembro de 1884 fora pedido pelo gabinete, assinado pelo Imperador, que era o único com poderes constitucionais para promover dissoluções do ramo temporário do Parlamento, mas, sem dúvida, fora referendando pelos vários grupos políticos que se abrigavam nos dois partidos e que se encontravam representados nas duas casas legislativas – afinal, todos sabiam que a dissolução só aconteceria após a aprovação dos orçamentos e meios para dificultar/impedir tal aprovação não lhes faltavam, tanto que três gabinetes caíram sem conseguir aquele intento. A maior parte dos deputados conseguiu, por conseguinte, dar a feição que lhe parecia a melhor para a peça orçamentária, ao mesmo tempo em que demonstrava não temer as urnas.*

*Se alguns liberais já se utilizavam da tribuna da Câmara para expor teses e “idéias exageradas” desde 1879, o projeto do Gabinete Dantas contribuiu para que aquelas idéias ganhassem “perigosamente” as ruas das principais cidades do Império e chegassem ao ponto de interferir na produção agrícola, por meio da excitação dos escravos à fuga. Das “arruaças” abolicionistas poderiam ressurgir, após quase quarenta anos, “doutrinas revolucionárias”:*

*“Passeavam pelas ruas da Capital e de muitas cidades provinciais bandos de população, com bandeiras características da emancipação dos escravos... Improvisavam-se tribunas nas praças e espalhavam-se proclamações apregoando que a escravidão era um crime e a propriedade um roubo. Desenvolveu-se a propaganda a ponto de aconselhar os escravos a abandonar seus proprietários, e de oferecer-lhes asilos para escaparem ao serviço forçado... Tinham os partidos políticos re-*

nunciado à doutrina da revolução e gozava o país até então da tranqüilidade que lhe favorecia os progressos de toda espécie. Dos alvoroços e aparatosas e ameaçadoras arruaças que os abolicionistas praticavam começara a organizar-se sinistras apreensões...<sup>53</sup>

*Segundo Pereira da Silva, conscientes dos riscos para todo o país – e em particular para seus interesses – comerciantes, banqueiros e industriais de várias províncias se reuniram na Corte, no Club da Lavoura e Comércio e demonstraram, ante ao tamanho da “subversiva” agitação dos abolicionistas, as maiores disposições para negociarem o fim da escravidão por “meios indiretos e paulatinos que não desorganizasse o trabalho agrícola, e não animassem seus escravos a abandonarem o serviço das propriedades...”<sup>54</sup> Todos eram contrários à permanência do trabalho servil, mas este não poderia ter um fim apressado, desrespeitando direitos “sagrados”, como o era o da propriedade privada.*

*Foi no clima de maior apreensão, que se realizaram as eleições para a nova Câmara – pleito “renhido, pertinaz e violento”. Segundo o autor de Memórias, o governo demonstrou todo o empenho em vencer, chegando em muitos distritos eleitorais a usar da força e fraude para que seus partidários tivessem êxito. Não obteve, todavia, o Gabinete Dantas a maioria na nova Câmara que se formou – sinal de que a força movida pelo governo durante o processo eleitoral, e apontada pelo então derrotado Pereira da Silva, não fora tamanha e “tão irresistível”.<sup>55</sup> Foram eleitos 55 con-*

---

53 *Idem, ibidem.*

54 *Idem, ibidem.*

55 Pereira da Silva disputou o pleito no 9º distrito da província do Rio de Janeiro, pelo qual tinha sido eleito deputado para a legislatura anterior. Foi derrotado no segundo escrutínio pelo liberal Carlos Antônio de França Carvalho, que recebeu então 516 votos contra 495 dados a ele. O conservador ainda recorreu do resultado na comissão de verificação de poderes da Câmara, mas não obteve êxito. Sem mencionar o seu caso particular, o autor apenas afirma que, durante a verificação das eleições: “Conseguiu, todavia, o ministério que o espírito partidário prevalecesse nos julgamentos de alguns diplomas sobre a justiça...” *Idem, ibidem.*

*servadores, 3 republicanos e 67 liberais – muitos dos quais, como Moreira da Barros, Lourenço Albuquerque e João Penido, já tinham se declarado e atuado francamente contra o governo e sua proposta de emancipação.*

*Para além dos resultados pouco auspiciosos para o governo de então, a eleição realizada em 1º de dezembro de 1884, foi mais nefasta para a Monarquia, na opinião de Pereira da Silva. A agitação promovida pela proposta de abolição do gabinete foi a responsável direta pela eleição dos três republicanos e garantiu o ressurgimento e a animação de uma propaganda que parecia ter “esmorecido” em todo o Império.*

“Ganharam sobretudo com estas inesperadas circunstâncias os partidários das idéias republicanas, que até então pareciam esmorecidos de lucrar com a propaganda de suas idéias políticas.

“Imputando ao Imperador a origem e progressos do abolicionismo, proclamando que do povo e não do trono devia partir a iniciativa de qualquer providência que necessitasse, acoimavam a coroa de poder absoluto e as instituições de instrumentos da vontade imperial, única força que pretendia representar a opinião pública, e que em vez de garantir-lhe os direitos e defender-lhe os interesses, inspiravam-se na vanglória que abolicionistas estrangeiros lhe acenavam.”<sup>56</sup>

*As primeiras sessões da nova legislatura são das mais turbulentas que o país já assistira e os adversários do gabinete ganham os principais postos de comando na Câmara – como Moreira da Barros, eleito seu presidente. Em 13 de abril de 1885, é apresentada a seguinte moção de desconfiança para com o governo e sua política:*

“A Câmara dos Deputados não aceitando o sistema de resolver sem indenização o problema do elemento servil, nega o seu apoio à política do gabinete.”

---

56 *Idem, ibidem.*

*Moção que recebeu 50 votos favoráveis e 50 votos contrários. O gabinete não se deu por vencido e preferiu mergulhar o país em tumultos ainda maiores que os da época da eleição. Para Pereira da Silva, perdera, então, o Governo Dantas a autoridade e a capacidade de manter a ordem pública, pois permitia e incentivava seus partidários a gritarem, pelas ruas da Corte, “morras” aos adversários e “vivas” ao gabinete.*

“Atingiu a desordem proporções assustadoras. Deputados dissidentes e o próprio presidente da Câmara eram atacados quando nas ruas públicas os descobriam... a polícia e o governo manifestavam-se indiferentes a descatos idênticos. Passeavam os magotes... dando vivas ao ministério e ao projeto de emancipação servil e morras aos seus opositores e tribunos improvisados os açulavam com frases violentas... mais exasperavam os ânimos.”<sup>57</sup>

*A situação corria tão “desesperada” que, em 4 de maio, é apresentada uma nova moção contra o governo, acusando-o justamente de ser incapaz de manter a ordem pública, essencial para que se tratasse de questão tão importante. Sustentou-a, com “uma lógica esmagadora”, segundo o autor de Memórias, o Deputado Lourenço Albuquerque ao expor as conseqüências das violências que atingiam “representantes da nação”, atentavam “contra a liberdade da tribuna e a ordem da discussão”, além de revelarem a estratégia do governo de “promover pela violência e pelo terror a aprovação de seu projeto querido”.<sup>58</sup> Por 52 votos a 50, a Câmara negou a Dantas a sua confiança. O resultado era inequívoco e não restou ao então presidente do Conselho de Ministros solicitar do Imperador a demissão de todo o seu gabinete.*

*Indicado pelo antecessor, José Antônio Saraiva foi chamado por Pedro II a organizar o novo governo. Sinalizando, já em 6 de maio,*

---

57 *Idem, ibidem.*

58 *Idem, ibidem.*

*que seu ministério não daria qualquer apoio aos pontos mais polêmicos do projeto Dantas – a maior evidência disto foi a nomeação para a pasta da Justiça de Afonso Pena, um dos signatários das duas moções apresentadas contra o governo anterior – conseguiu “como por encanto” que cessassem as “arruaças e distúrbios” prevalecendo “por si mesma a tranqüilidade pública.”*<sup>59</sup>

*O projeto do Gabinete Dantas para o elemento servil foi mandado aos arquivos da Câmara e um outro, que libertava os escravos maiores de sessenta anos ao mesmo tempo em que “contemplava o direito da propriedade”, foi apresentado e sustentado pela maioria do Partido Liberal e por parcelas significativas do Partido Conservador, que reconheceu “na situação angustiada que a propaganda da emancipação dos escravos colocara a agricultura” ser “sábio e patriótico” “votar-se qualquer medida que serenasse a agitação...”*<sup>60</sup> *Além do reconhecimento do direito à propriedade e fixação de uma tabela com os valores dos escravos, o projeto do Governo Saraiva era escoimado dos pesados tributos sobre as transações comerciais que envolvessem cativos e, principalmente para Pereira da Silva, deixava livre do acréscimo tributário os direitos que o Estado recolhia quando da exportação de mercadorias – garantia, portanto, a competitividade dos gêneros brasileiros no exterior; o que era fundamental para ele, ligado que estava ao setor comercial. Como membro do Club da Lavoura e do Comércio, o autor de Memórias considerou a solução encontrada por Saraiva a melhor possível depois da borrasca sócio-política provocada pelas medidas aventadas pelo seu antecessor – isto apesar daquele período ter deixado no solo nacional “sementes” de idéias “desorganizadoras das instituições” que poucos anos mais tarde brotariam, colocando toda a Monarquia abaixo.*

<sup>59</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>60</sup> Fragmentos do Capítulo XVI – “De agosto de 1885 a dezembro de 1886”, volume 2.

*Aprovado o projeto na Câmara, o presidente do Conselho pediu demissão ao Imperador, pouco mais de três meses depois de assumir o governo. Tinha conseguido aprovar o projeto, graças “ao concurso” dos conservadores, mas não conseguia “concentrar e harmonizar” os deputados de seu partido, a ponto de ter sólida maioria para dar encaminhamento à administração. Sem aventar qualquer outra proposta legislativa e antes que seus correligionários o derrubassem, como foi o destino de seus quatro antecessores, o então presidente do Conselho dirigiu a Pedro II a seguinte carta, reproduzida por Pereira da Silva:*

“Senhor. A passagem do projeto sobre o elemento servil na Câmara dos Deputados só pôde ser levada a efeito pelo concurso patriótico dos dois partidos constitucionais, cujos representantes na Câmara temporária constituem até hoje a grande maioria que votou a reforma e apoiou o ministério contra a oposição formada pelas minorias dos mesmos partidos. Esta situação, porém, que produziu a passagem da reforma na Câmara temporária, não pode, nem deve continuar desde que o projeto foi votado, e está entregue à prudência, sabedoria e patriotismo do Senado. Em tais circunstâncias julguei necessário reunir o Conselho de Ministros para decidir: 1<sup>o</sup> – Se o ministério devia continuar, tendo esperança de reconstituir a antiga maioria liberal, em cujo nome foi organizado; 2<sup>o</sup> – Se no caso negativo devia esperar um voto de desconfiança, ou dar imediatamente sua demissão, não só para ser aproveitado o tempo de sessão legislativa como para facilitar a nova organização. A decisão unânime do Conselho de ministros foi que o ministério não podia ter a esperança de reconstituir a antiga maioria liberal e que devia retirar-se já sem mesmo esperar um voto de desconfiança. Peço, pois, a Vossa Majestade se digne de marcar dia

e hora para levar à sua augusta presença essa deliberação do Conselho de Ministros.”<sup>61</sup>

*Como parece ter acontecido em todas as inversões partidárias que tiveram lugar durante o Segundo Reinado, o partido majoritário na Câmara dos Deputados perdeu o governo por se encontrar extremamente fragmentado e sem condições de dar sustentação a qualquer encaminhamento político-administrativo, mesmo para reformas que há muito constassem de seu programa e que, teoricamente, seriam consensuais. Não indicava Saraiva a Pedro II nenhum correligionário capaz de montar um gabinete aceitável à maioria do partido liberal. Tentou o Imperador fazer com que João Lustosa da Cunha Paranaguá – ex-presidente de Conselho e então ministro dos Negócios Estrangeiros do gabinete demissionário – aceitasse a tarefa de formar novo governo. Recusou-se aquele senador e o ministério acabou sendo organizado por João Maurício Wanderley (Barão de Cotegipe).*

*Na “desgraça”, os liberais se uniam, não em torno de uma proposta administrativa, mas para atacar o gabinete da parcialidade diversa. Já na sessão de 24 de agosto, quando o novo presidente de Conselho se apresentava pela primeira vez à Câmara, foi proposta e aprovada moção de desconfiança ao ministério por 63 votos a 49. Da mesma forma como se passara com Dantas, em 1884, Cotegipe conseguiu o compromisso do Imperador de dissolver o ramo temporário do Parlamento tão logo fosse votada uma lei de orçamento – sem condições de pactuar qualquer acordo com deputados do partido adverso, o ministério conseguiu apenas a prorrogação das disposições orçamentárias então vigentes. Em 28 de setembro, o projeto do elemento servil, após aprovado pelo Senado, foi sancionado;<sup>62</sup> em 26 de outubro de 1885, foi lido o decreto de dissolução e de convocação de novas eleições para o dia 15 de janeiro seguinte.*

61 Fragmento do Capítulo XV – “De janeiro a agosto de 1885”, volume 2.

62 Trata-se da Lei número 3.270, conhecida em nossa historiografia como Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários.

*Com Cotegipe, voltava ao governo a facção do Partido Conservador, a qual pertencia Pereira da Silva, que foi eleito novamente para uma cadeira na Câmara dos Deputados, durante a Vigésima Legislatura (1886–1889) – mandato que renunciaria para assumir, no Senado, a vaga que fora ocupada por Brás C. Nogueira da Costa e Gama (Conde de Baependi). Presidente da Comissão de Orçamento durante os anos de 1886–1887, o autor de Memórias colaborou ativamente com o seu co-provinciano Francisco Belisário Soares Sousa, então ministro da Fazenda, na elaboração de uma lei orçamentária que contemplava a todos os seus maiores interesses e, portanto, avaliada por ele como “excelente para as finanças nacionais”, depois de desastrosas administrações. Assim ele resume os princípios do orçamento que ajudou a fazer:*

“Revisão de tarifas alfandegárias para elevar o imposto de importação de mercadorias estrangeiras, dispensados somente os gêneros de primeira necessidade, modificação de tributos internos, diretos e indiretos, tenderam a aumentar as rendas públicas. Diminuição em algumas verbas de despesa, abolição e suspensão de outras, produziram o equilíbrio orçamentário. Aplicava-se ainda uma soma para amortização gradual de papel-moeda, que superabundava na circulação e causava as oscilações desastrosas do câmbio.”<sup>63</sup>

---

63 Antes da consolidação da lei orçamentária, Pereira da Silva esclarece que o ministério fez tudo o que podia dentro das disposições legais existentes para recuperar o crédito do país no exterior e obter empréstimo que desse fôlego à moeda nacional. Neste sentido, escreveu: “Assentou o ministério em estabelecer primeiramente economias em todos os serviços públicos que pudessem comportá-las, e adiar as despesas que não fossem indispensáveis e urgentes. Adqui riu, por este meio, a confiança geral, diminuindo os déficits do tesouro, o que constituía já um proveitoso passo para a melhoria da situação geral.”

“Carecendo ainda de fundos pecuniários, recorreu à praça de Londres, e entendeu-se o ministro da Fazenda diretamente e por telegramas reservados com os banqueiros Rothschild e Cia. Abandonou o sistema de intermediários diplomáticos,



*Além do equilíbrio fiscal-orçamentário, Pereira da Silva não deixa de anotar o trabalho que o Gabinete Cotegipe patenteou no sentido de acabar em definitivo com a escravidão, mas sem provocar abalos. Estabeleceu aquele governo meios de subvenção à imigração estrangeira que em pouco tempo, se fossem mantidos ou incrementados, garantiriam um volume significativo de trabalhadores livres, permitindo a remissão dos últimos cativos.*

“Erro era pensar-se que ainda brasileiro havia que desejasse a permanência da escravidão. O que todos queriam era a evolução pacífica do trabalho escravo pelo livre, e sem prejuízo imediato de seus produtos agrícolas, e de suas fortunas adquiridas. Da emigração européia cumpria urgentemente, pois, cuidar-se a fim de preparar-se o país para a final transformação social. Tratara-se até então unicamente de colonização, que não satisfazia as necessidades da lavoura existente, e impressionado com este pensamento, esmerou-se o ministério presidido por Wanderley. Assinou contratos de subvenção para se introduzirem emigrantes em quantidade suficiente para os lavradores, que os fossem empregando em suas propriedades. Fixou-lhes em regulamentos condições de jornal ou parceria, abrindo por este modo a válvula para a regeneração do trabalho livre.”<sup>64</sup>

---

que percebiam comissões inconfessáveis. Firmou-se um contrato de empréstimo de seis milhões de juro de 5%, e ao preço de 95%. Lucrou assim que somente se pagasse a comissão de banqueiro.”

*“Tão feliz operação tendeu imediatamente a elevar o câmbio, com o alívio da praça comercial e com saques que o governo forneceu aos particulares...”*

*“Aplaudiu toda a população tão acertadas providências, e o ministério rodeou-sedo maior prestígio e confiança nacional.”* Fragmentos do Capítulo XVI – “De agosto de 1885 a dezembro de 1886”, volume 2.

64 *Idem, ibidem.*

*Todavia, sem sombra de dúvidas, esta política que tanto entusiasmou Pereira da Silva não era consensual em seu partido. Se ele foi pródigo em apontar as dissidências nas hostes liberais, em geral silenciou sobre as que grassavam entre seus correligionários. No Memórias do Meu Tempo a narrativa fica restrita ao mês de dezembro de 1886 e não há notícias sobre quais os acontecimentos que, segundo ele, levaram à mudança da facção conservadora na direção dos negócios públicos, a partir da subida do gabinete presidido por João Alfredo Correia de Oliveira – ex-ministro do Império do Governo Rio Branco, ao qual Pereira da Silva tanto se opusera entre 1871–1875. Assim, ele sugere apenas que as “sementes” de “idéias subversivas às instituições monárquicas”, espalhadas durante as administrações liberais, notadamente a de Sousa Dantas, germinaram apesar dos esforços políticos e administrativos de seu grupo.*

“... nuvens temerosas por detrás dos horizontes, que pareciam, no entanto, claros e diáfanos. Como raízes que na terra se conservam ocultas, e que de repente brotam em plantas nocivas contra a expectativa dos agricultores, assim idéias desorganizadoras minavam o seio da sociedade política, sem que fossem percebidas pelos que maior interesse ligavam às instituições.”<sup>65</sup>

*Muito além de um certo saudosismo para com a Monarquia e da conseqüente desilusão de Pereira da Silva para com a República, a maneira empregada por ele para recuperar os acontecimentos do Segundo Reinado tem muito a oferecer aos historiadores da política daquele período.*

*Não se furtando a explicitar os interesses de classe que defendera enquanto parlamentar por mais de quarenta anos e, por conseguinte, a elogiar as administrações em que aqueles interesses foram contemplados e a lamentar os “erros” das que os preteriram, o autor de*

---

65 *Idem, ibidem.*

*Memórias deixa patente o quanto as instituições da Monarquia parlamentar-constitucional brasileira eram permeáveis a demandas sociais; o quanto elas permitiam arranjos e rearranjos político-partidários entre os grupos que logravam, ou buscaram lograr, a hegemonia sobre o poder público. Se Pedro II foi o personagem constante em praticamente meio século de nossa história nacional, não será por meio de seus “desejos” e “interesses” que conseguiremos explicar o desenrolar de políticas e de orientações administrativas tão diversas quanto as que existiram durante aquele largo período.*

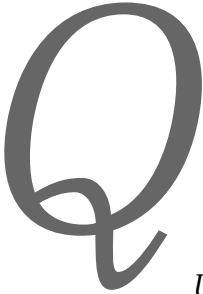
*Partícipe de uma infinidade de acordos para sustentar ou derubar governos, para ganhar eleições, para fazer passar ou barrar projetos de lei, Pereira da Silva parece dar a chave para entendermos tantas administrações distintas, sob um mesmo monarca, ao patentear que a política como “ciência experimental” só pode ser compreendida por meio de “seus pormenores” definidos pelas circunstâncias, pelas “necessidades do momento”. Incita-nos, com isso, a não questionarmos os programas dos partidos do Império apenas por suas propostas genericamente colocadas, mas sim pelas maneiras como eles pretendiam executá-las; ou seja, justamente, por suas “minúcias de ocasião”; tanto quanto nos provoca a identificar a qual ou quais grupos de interesse as diferentes formas de execução satisfaziam.*

*Neste sentido, a chave oferecida em Memórias talvez seja tão útil para compreender o nosso presente republicano quanto o é para o passado monarquista – afinal, desde que caiu Pedro II, a única coisa que parece constante neste país é o discurso por “reformas” e por “mudanças econômicas e políticas”, que “desenvolvam a nação” e “tragam justiça social”.*

# PARTE PRIMEIRA

.....

## Prólogo



*QUANTO da mocidade distancia-se a velhice.*

*Naquela idade afortunada tudo me sorria, alegrava-me, suscitava-me esperanças! Acabrunham-me hoje saudades, decepções, amarguras!*

*Cada ano que passa rouba-me uma parte do ideal que me encantava o espírito, despe-me de ilusões que me inebriavam o coração, e afugenta o bando de fantasias que me amenizavam a existência.*

*Que me vai restando? Corpo que definha, inteligência que desfalece.*

*Manifestam alguns amigos, desejos de que eu escreva notas, apontamentos, narrativas do que vi, do que ouvi, do que pensei, do que senti, do que participei ativa ou passivamente na convivência dos varões que se salientaram no serviço da pátria, e que, quase todos, baixaram infelizmente já à sepultura.*

*Não são as recordações o alimento dos velhos?*

*Não os consolam em suas dores? Não lhes levantam o ânimo prostrado pelo tumultuar ininterrupto dos acontecimentos?*

*Decido-me a satisfazê-los, e principio a esboçar uma série de reminiscências que podem servir de matérias para a História. Dou-lhes o*

*título de Memórias do Meu Tempo e tomo por ponto de partida a época notável de 1840, em que D. Pedro II, na idade de quatorze anos e alguns meses, foi revolucionariamente declarado maior, e assumiu o exercício das funções da realeza.*

*Contava eu então vinte e um anos, e empenhava-me já em lides políticas, que me fascinavam com seus prismas sedutores.*

*Afastado agora dos negócios públicos, recolhido à vida íntima e abrigado na região serena dos estudos e labores literários, persuado-me que guardarei a exação e imparcialidade indispensáveis à exposição dos fatos que ocorreram, ao exame das idéias e doutrinas que preponderaram e à apreciação dos homens que ocuparam posições eminentes na gerência dos negócios públicos, ou se distinguiram nas lutas porfiadas do Parlamento.*

*À proporção que se nos vai apagando o fogo das paixões, desprendemo-nos dos preconceitos que alteravam outrora nosso juízo.*

Rio de Janeiro, 6 de março de 1895.

.....

*I*  
*Julho de 1840*

**A**BRIGARA o Brasil em 1808 a dinastia de Bragança, fugida de seus domínios europeus invadidos e conquistados por Exércitos franceses.

De acordo com Carlos VI, Rei de Espanha, riscara Napoleão I da carta das nações independentes o reino de Portugal, e partilhara seu território por França, princesa da Etrúria e príncipe da Paz, mediano no convênio assinado em Fontainebleau, em outubro de 1807.

Resolvera o Príncipe D. João, regente de Portugal, em nome de sua mãe demente, D. Maria I, estabelecer a sede do seu governo na cidade do Rio de Janeiro, elevar o Brasil à categoria de reino unido, e abrir seus portos ao comércio estrangeiro, proibido até então pela metrópole.

Depois de três sucessivas invasões, foram finalmente os franceses expelidos de Portugal, e restaurado o reino para seus soberanos legítimos.

Cumpria à família de Bragança voltar para Lisboa. Preferiu, porém, o Príncipe regente conservar-se no Brasil, e da América governar todos os seus estados.

Foi-se, no entanto, transformando a situação tanto do Brasil assim como de Portugal. Convertido o primeiro em metrópole, e Rio de

Janeiro em capital da monarquia; rebaixado Portugal à condição de colônia, e Lisboa à classe de cidade de província, originaram-se atritos e conflitos entre as duas poções da monarquia.

Aumentaram-nos alterações de usos, costumes e transações mercantis. Gozava o Brasil de um governo em seu seio e de liberdade de relações com os estrangeiros, desenvolvia-se em luzes e civilização, e antes que se rasgavam horizontes de autonomia e de nacionalidade própria.

Por seu lado exacerbavam-se os povos de Portugal, privados de seu rei, de sua corte, dos privilégios de metrópole, do domínio exclusivo das suas antigas colônias, o que os colocava em posição miserável e precária.

Os acontecimentos políticos da Europa haviam igualmente modificado suas idéias e orientações, e tendiam os espíritos a derrubar o regime absoluto dos reis e a proclamar liberdades.

Introduzidas em todo o reino estas tendências, revolucionaram-se os portugueses, e em 1820 proclamaram o Governo provisório, convocaram Cortes eletivas destinadas a formular uma Constituição para a monarquia, e intimaram D. João VI, já então rei pelo falecimento de sua mãe, para que deixasse o Brasil e se recolhesse à terra de seus maiores.

Percebeu D. João VI a corrente dos sucessos. Não podia recusar-se à vontade dos seus súditos da Europa, porque não queria perder sua soberania em Portugal. Ansiava guardar também o Brasil sob seu domínio.

Pensou conseguir estes dois desejos, partindo para Lisboa, deixando, porém, confiado o governo da América ao filho primogênito, o Príncipe D. Pedro, herdeiro presuntivo da Coroa, casado com Arquiduquesa austríaca, D. Leopoldina. Nomeou-o Regente do Brasil, e saudoso e melancólico seguiu viagem para Lisboa.

Não aprovaram as Cortes constituintes portuguesas os atos que D. João VI praticara no Rio de Janeiro. Promulgaram leis que reduziam o Brasil a sua antiga situação de colônia; exoneraram D. Pedro da regência; ordenaram-lhe volver para Lisboa, e trataram-no mais como pupilo, que necessita de educação, que como Príncipe habituado a governar povos.



Aumentada a irritação entre europeus e americanos, uniram-se francamente os habitantes do Brasil e o Príncipe, despeitado em um único pensamento: resistir às Cortes portuguesas e despedaçar o jugo europeu.

Em 1822 irrompeu no Brasil uma revolução, que proclamou a independência do continente americano e D. Pedro Imperador da nova nacionalidade e estado, que se desligava inteiramente de Portugal.

Após alguns anos de guerra e expulsos do solo os soldados portugueses, que em Montevideu, Bahia, Piauí e Maranhão pretendiam ainda defender a causa da velha metrópole, influências diplomáticas da Inglaterra intervieram na contenda, e conseguiram que fosse reconhecido em 1825 o Brasil como emancipado, quer pelas nações estrangeiras, quer pelo próprio governo de D. João I.<sup>1</sup>

Entranham-se, porém, e sempre, no âmago das revoluções, por mais justas e felizes que sejam, elementos desorganizadores e anárquicos.

Outorgada por D. Pedro I uma Constituição política, principiou-se no Brasil a executá-la.

A morte de D. João VI em 1825 comprometeu, todavia, e logo, a situação de D. Pedro I.

Levantaram-se em Portugal dúvidas e partidos no tocante aos direitos de sucessão do trono português. Opinavam uns que pertencia a Coroa ao filho primogênito do rei finado, bem que imperador do Brasil; outros, porém, o consideravam estrangeiro, e inclinavam-se ao irmão mais moço, o Infante D. Miguel de Bragança.

Preponderaram os primeiros em Lisboa, e enviaram uma deputação ao Rio de Janeiro, encarregada de prestar homenagem a D. Pedro I e de receber suas ordens.

Compreendeu D. Pedro I que não podia ser rei dos dois estados já separados. Abdicou a Coroa portuguesa em sua filha, D. Maria da Glória, escolheu regência para Portugal em nome da rainha menor, e conservou-se no Brasil.

Travou-se luta no reino europeu. Não me cumpre sumariá-la e apenas referir que D. Miguel apoderou-se do trono.

---

1 Vide *História da fundação do Império brasileiro*, 2ª edição, para os pormenores dos acontecimentos.

Não podia D. Pedro sacrificar os direitos que transferiu à filha, e para sustentá-los interferiu eficazmente nos negócios políticos de Portugal.

Começaram os brasileiros a desgostar-se de seu procedimento.

Magoaram-se ainda mais com as infelicidades da guerra suscitada nas margens do rio da Prata, da qual resultou a perda da província oriental, conquistada por D. João VI.

Os erros políticos que cometia D. Pedro na administração interna do Império concorreram igualmente para alienar-lhe o amor e respeito de seus súditos.<sup>2</sup>

Uma segunda revolução do povo obrigou, no dia 7 de abril de 1831, D. Pedro I a abdicar a coroa brasileira no filho D. Pedro, nascido a 2 de dezembro de 1825, e a retirar-se para Europa com sua segunda consorte, a Princesa Amélia de Leuchtemberg.

Governaram o Brasil, durante a menoridade de D. Pedro II, cinco regências: duas interinas, e três ordinárias; uma de três membros nomeados pela Assembléia Geral Legislativa, e as últimas de um só sufragado por todos os eleitores do Império.

Desencadearam-se durante o regime regencial as paixões e ambições individuais; propagaram-se pelas províncias idéias subversivas; e desenvolveu-se a anarquia, que umas após outras assolou-as ininterruptamente.

Posto que se houvesse dissolvido o Exército que se manifestou indisciplinado, e abafado sedições e revoltas praticadas em várias localidades, precária patenteava-se sempre a situação das regências.

De 1831 até fim do ano de 1834, três parcialidades digladiaram-se: a que sustentava a ordem, a que proclamava doutrinas subversivas e anárquicas, e a que anelava a volta de D. Pedro I para de novo ocupar o trono.

Por vezes combateram as duas últimas, e bem que, vencidas em luta Armada, prosseguiam em seus propósitos.

---

2 Para mais amplos esclarecimentos, veja-se a *História do 2º período do reinado de D. Pedro I no Brasil*, 2ª edição.

O falecimento de D. Pedro em Lisboa, ao terminar o ano de 1834, extinguiu a facção denominada restauradora, e repartiu seus adeptos entre a liberal moderada ou governativa, e a exaltada ou de princípios democráticos exagerados.

Restavam em 1835 dois únicos partidos, que posto fora de sua ação discólos persistiam em sublevações parciais, arrastados mais por instintos particulares que inspirados por idéias políticas.

Sob a regência do Padre Diogo Antônio Feijó, Ministro da Justiça em 1831 e 1832, se nobilitara pela sua energia, tremenda revolta rebentou no Rio Grande do Sul. Não a podendo sufocar, e contrariado em sua autoridade, que exclusivamente firmara o partido exaltado, renunciou o Padre Feijó à regência; e em 1839, Pedro de Araújo Lima<sup>3</sup> assumiu-a interinamente.

Datam dessa época os novos apelidos dos dois partidos, outrora denominados moderado e exaltado, e de então em diante conservador e liberal. Araújo Lima compôs seu primeiro Ministério de parlamentares conservadores. Bem que ratificada a regência de Araújo Lima pelos votos dos eleitores de todas as províncias, repetiram-se de novo sedições já no Pará, e na Bahia, e já no Maranhão, que se sufocaram felizmente. No Rio Grande, porém, manteve-se a revolta, apesar dos esforços empregados pelo governo quer por meio das armas, quer com oferecimento de anistias.

Notava-se no povo uma ansiedade de ver terminado o período regencial, e alcançar governo de maior prestígio, que pudesse restabelecer a tranqüilidade pública, e extirpar a semente revolucionária, que parecia enraizada no solo.

Nos primeiros dias de 1840 espalhou-se o boato de que Bernardo Pereira de Vasconcelos, que abandonara em 1839 o Ministério, queixoso do procedimento de Araújo Lima, comunicava em conversas e reuniões particulares de amigos, que em virtude da Constituição do Império pertencia a regência à Princesa D. Januária, por ter atingido sua maioridade.

Concorreu este boato para diminuir a autoridade do regente, e ao abrir-se em abril uma sessão extraordinária da assembléia geral,

---

3 Marquês de Olinda.

convocada para votar as leis ânuas e a interpretação do ato adicional à constituição do Império, ousou Francisco Álvares Machado proclamar na Câmara dos Deputados a ilegalidade da regência de Araújo Lima, e o direito da Princesa D. Januária para governar.

Complicava-se a situação; o povo em geral não reputava mais auspiciosa a regência de uma mulher, quaisquer que fossem seus predicados e jerarquia; mas as vozes ecoadas no Parlamento, e os artigos das gazetas agitavam e assustavam os espíritos.

Despertou-se outra idéia mais fascinadora, a declaração imediata da maioria de D. Pedro II que geralmente se dizia educado com esmero, e revestido de prendas superiores de inteligência.

Abraçou-a o Partido Liberal, e inscreveu-a imediatamente em sua bandeira. Auxiliado por alguns conservadores, cujas simpatias pessoais Araújo Lima alienara, foi-se a idéia propagando pelo país, e adquirindo prosélitos.

Seus principais arautos instauraram clubes, abriram relações com funcionários palacianos, que rodeavam D. Pedro II e que podiam servir-lhes de intermediários para que entretivessem correspondências com o Príncipe.

Aberta a sessão ordinária legislativa no dia 3 de maio, Antônio de Paula Holanda Cavalcanti<sup>4</sup> e seu irmão Francisco de Paula<sup>5</sup> apresentaram no Senado um projeto de imediata declaração de maioria a fim de exercer D. Pedro II a suprema autoridade. Presidia o Marquês de Paranaguá que anunciou incontinênti, que lhe prestava apoio. Rejeitaram-no, todavia, os senadores, adesos à letra e ao espírito da Constituição, que em um de seus artigos fixava a idade do Príncipe para a governação do estado.

Aproveitou na Câmara dos Deputados Aureliano de Sousa de Oliveira Coutinho<sup>6</sup> a oportunidade da resposta à fala com que o regente instalara a assembléia geral, e introduziu-lhe um tópico, que exprimia o desejo de que se aproximasse a época da maioria.

---

4 Visconde de Alburquerque.

5 Visconde de Suaçuna.

6 Visconde de Sepetiba.

Honório Hermeto Carneiro Leão<sup>7</sup>, chefe reconhecido dos conservadores, adivinhou o ardil que se incluía no tópico referido. Combateu-o com energia. Em sua opinião não admitia o pacto social dúvidas, e uma lei ordinária não podia decretar disposições e princípios contrários. Apoiou-o a maioria da Câmara e rejeitou o tópico proposto por Aureliano.

Abatera-se, no entanto, a força moral do Governo. Entendeu Araújo Lima conveniente robustecer o Ministério com a exoneração de alguns de seus membros e substituí-los por parlamentares de decidido influxo na Câmara dos Deputados, Joaquim José Rodrigues Torres<sup>8</sup> e Paulino José de Sousa<sup>9</sup> tomaram conta de duas pastas e trataram de imprimir ação enérgica e uníssona à administração pública.

Modificado profundamente o Ministério, não esmoreceram, contudo, os partidários da declaração da maioridade. Martim Francisco Ribeiro de Andrada ofereceu na Câmara dos Deputados, novo projeto que a decretava.

Tempestuosos debates perturbaram as sessões; conturbaram-se os ânimos, alvoroçaram-se as paixões, e ouviram-se insultos e injúrias pessoais. Nas ruas e praças das vizinhanças do edificio derramavam-se ondas de povo, que soltavam vivas à maioridade; apinhavam-se também em número extraordinário nas galerias da Câmara, e daí dirigiam apelos aos conservadores, e bravos aos defensores do projeto. Não os continha o presidente, e por vezes foi coagido a suspender os trabalhos dos legisladores. Choviam representações de assembléias provinciais e de câmaras de municípios em sentidos contrariados.

Compreendeu Honório Hermeto que a idéia progredia, e mais conveniente era encaminhá-la que afrontá-la. Propôs que a declaração da maioridade do imperador se efetuasse no dia 2 de dezembro, em que Sua Majestade completava 15 anos de idade; e que previamente se votasse a criação de um Conselho de Estado, destinado a auxiliar e esclarecer o imperador na missão delicada do governo, que se lhe confiava, quando ainda tão verde em anos, e inexperiente dos negócios públicos.

---

7 Marquês de Paraná.

8 Visconde de Itaboraí.

9 Visconde de Uruguai.

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, seu irmão Martim Francisco, e Antônio Paulino Limpo de Abreu<sup>10</sup> não abandonaram a tribuna, profligando o projeto de Honório Hermeto, e sustentando a imediata declaração da maioria. Teófilo Ottoni, Álvares Machado, Francisco Jê Acaiaba Montezuma<sup>11</sup> e Antônio Navarro de Abreu, pronunciaram violentos discursos. O último levantou tumultos no recinto, e quase se lamentaram ofensas físicas. Falaram em vão para apaziguar os ânimos os conservadores Carlos Carneiro de Campos,<sup>12</sup> Bernardo de Sousa Franco,<sup>13</sup> Urbano Sabino Pessoa de Melo, Manuel Vieira Tosta,<sup>14</sup> Antônio Peregrino Maciel Monteiro,<sup>15</sup> pretendendo convencer os liberais de que enfraqueciam a idéia, que apregoavam.

Impressionado pelas cenas desagradáveis que se passavam na câmara temporária, convocou o Regente a conselho os próceres conservadores, e em seu número incluiu Bernardo Pereira de Vasconcelos, posto que separado do seu governo, mas que no Senado havia votado contra o projeto de Holanda Cavalcanti.

Era Vasconcelos dotado de superior inteligência, de vasta erudição, e de amestrada estratégia parlamentar.

Respeitado e atendido, bem que não estimado pelos correligionários conservadores, e extremamente temido pelos liberais, que o reputavam adversário implacável. Um insulto de paralisia proibia-lhe o uso das pernas, e para mover-se de um para outro lugar necessitava de um carrinho puxado por fâmulos.

Assíduo, todavia, às sessões do Senado, intervinha em todos os debates, e ilustrava-os com seus discursos.

Opinou Vasconcelos que se adiassem as sessões da assembleia geral para fins de novembro para que, apaziguadas as paixões e conseguida alguma calma dos espíritos, se proclamasse no dia 2 de dezembro a maioria do Imperador, e se lhe entregasse o governo, pois que os acontecimentos não permitiam que se cumprisse a disposição

---

10 Visconde de Abaeté.

11 Visconde de Jequitinhonha.

12 Visconde de Caravelas.

13 Visconde de Sousa Franco.

14 Marquês de Muritiba.

15 Barão de Itamaracá.

constitucional referente à idade legal, e preferível era uma evolução pacífica a uma revolução inevitável.

Convidou-o o Regente para aceitar a pasta do Império, referendar os decretos de adiamento, e à frente da administração pública encaminhar os acontecimentos.

Anuiu Vasconcelos à proposta; lavraram-se, e assinaram-se a 22 os respectivos decretos.

Seguiu o Regente para S. Cristóvão e participou ao Imperador o que se deliberara.

Cumpriu-se o decreto no Senado e retiraram-se quase todos os senadores. Conservaram-se apenas no recinto alguns dos liberais, em companhia do Marquês de Paranaguá.

Na Câmara dos Deputados, porém, ao dar o secretário conhecimento das determinações do governo, celeuma furiosa de vozes e gritos ecoaram com inaudito estrondo.

Levantou o presidente a sessão, e declarou adiada a assembléia geral dos representantes da nação.

Invadiram imediatamente o recinto grupos desordenados de populares. Assentaram os deputados promotores da maioria em dirigir-se ao Senado, e conferenciar com os amigos que se lhes avisou ali persistirem à sua espera.

Encontraram no Senado vários membros liberais. Assumiu o Marquês de Paranaguá a presidência e abriu sessão com as minorias das duas câmaras.

Votou-se a proclamação imediata da maioria do Imperador, e que se enviasse ao Palácio de S. Cristóvão uma deputação encarregada de solicitar de Sua Majestade que exercesse imediatamente suas funções majestáticas.<sup>16</sup>

Constituiu este ato uma perfeita revolução cometida, não pelo povo, como as duas de 1822 e de 1831, mas pelas minorias das duas casas do Parlamento.

Recebida e ouvida pelo Imperador a deputação, pediu D. Pedro II a demora de alguns minutos a fim de refletir e decidir-se. Bem se

---

16 Vide *História do Brasil de 1831 a 1834*, 2ª edição.

não retirava para seus aposentos, quando se lhe anunciou a chegada do Regente acompanhado pelo Ministro Rodrigues Torres. Voltou Sua Majestade para a varanda, onde tanto uns como outros o esperavam.

Repetiu-lhe Araújo Lima suas intenções de entregar-lhe dia 2 de dezembro a governação do Estado, e explicou-lhe as providências assentadas pelo Governo, a fim de garantir a ordem pública, que poderia ser perturbada pelos atos ilegalmente praticados na reunião que as minorias das duas Câmaras haviam efetuado no Senado.

Respondeu-lhe Sua Majestade que queria entrar já no exercício das funções governativas, e ordenou-lhe que, revogado o decreto de adiamento das Câmaras, as convocasse para no dia seguinte às três horas da tarde, reunidas no edifício do Senado, assistirem a seu juramento de respeitar e executar fielmente a Constituição do Império.

Lembro-me, que Sua Majestade disse-me na ocasião em que apreciava a história do período de 1831 a 1840, cuja segunda edição eu havia publicado, que se não deixara influir em sua resolução por funcionários do paço, e nem por personagens políticos, que ouvira acerca do assunto; mas que somente o convencera de que assim devia proceder, e na manhã de 23 de julho, seu preceptor literário, Cândido José de Araújo Viana,<sup>17</sup> recordara-lhe que no Senado tinha votado contra a declaração imediata da maioria, por lhe parecer contrária à Constituição, mas que em vista da marcha dos acontecimentos e nas críticas e perigosas circunstâncias do país, tornava-se medida de salvação pública, bem que revolucionariamente realizada.

Obedeceu o Regente ao Imperador e transmitiu incontidamente as ordens para cumprir-se sua vontade.

No dia 23 de julho de 1840 teve lugar nos paços do Senado o cerimonial do estilo. Prestou o imperador seu juramento constitucional e tomou conta do governo. Saudações populares estrondosas acolheram-no, e patentearam-lhe os sentimentos de seus súditos, quer ao penetrar no recinto do edifício, quer dentro dele, e ainda quando saiu, tomou sua carruagem e voltou para S. Cristóvão.

Iniciava-se uma nova era. O fato estava consumado, e findo o governo de regências.

---

17 Marquês de Sapucaí.



Publicaram-se no dia 24 de julho os nomes dos cidadãos designados por Sua Majestade para seu primeiro Ministério.

Couberam as repartições da Marinha e Guerra aos Senadores Holanda Cavalcanti e seu irmão Francisco de Paula, e aos Deputados Antônio Carlos, Martim Francisco, Limpo de Abreu e Aureliano de Sousa, as do Império, Fazenda, Justiça e Negócios Estrangeiros.

Natural era que aos promotores primaciais da declaração da maioria coubessem os despojos da vitória.

Prognosticaram, porém, espíritos refletidos que precedentes políticos, anteriores desavenças e indisposições pessoais entre alguns dos ministros poderiam suscitar crises que perturbassem a marcha do gabinete.

Tinham-se revelado os Andradas volúveis em opiniões e versáteis em partidos políticos. Ao proclamar-se a independência ocupavam José Bonifácio de Andrada e Silva e seu irmão Martim Francisco pastas ministeriais, e Antônio Carlos proclamava-se líder da Assembléia Constituinte brasileira, convocada para decretar a Constituição do Estado. Dedicaram-se ao serviço, à pessoa e às regalias do Imperador. Demitidos, porém, do ministério José Bonifácio e Martim Francisco, tanto eles como Antônio Carlos precipitaram-se em oposição desabrida, e intentaram redigir uma constituição inteiramente democrática que nulificasse as atribuições da Coroa. Dissolvida por D. Pedro I a Assembléia Constituinte e deportados para fora do Império, volveram à pátria os três irmãos, depois de alguns anos de exílio e afastaram-se dos negócios públicos.

Abdicada em 1831 a coroa e nomeado por D. Pedro I José Bonifácio para tutor de seus augustos filhos menores, que deixava no Brasil, não hesitaram os três Andradas em guerrear o governo da regência, que se proclamara, e em colocar-se à frente de um partido que pretendia a restauração do ex-Imperador. Partiu Antônio Carlos para Lisboa incumbido de pedir ao ex-Imperador que recuperasse o cetro de seus estados americanos. Falecido, porém, D. Pedro I, em 1834, e extinto o partido restaurador, enfileiraram-se os Andradas no conservador ou moderado, que elegeu Martim Francisco e Antônio Carlos para deputados pela província de S. Paulo, apesar de combatidos pelo liberal capitaneado

pelo Padre Feijó e Rafael Tobias de Aguiar. Morto era já então José Bonifácio.

Durante as sessões de 1838 e 1839 mostraram-se os dois irmãos gratos ao partido que os favorecera com assento na Câmara temporária, e defenderam com suas palavras e seus votos o Ministério de 19 de setembro de 1837 e a regência de Araújo Lima.

Em 1840 destacaram-se, todavia, dos conservadores, reproduziram doutrinas democráticas e incorporaram-se no Partido Liberal em oposição ao regente.

A nomeada que haviam adquirido na época da independência; as simpatias que provocam sempre os sofrimentos e dores do exílio e do ostracismo; e mais que tudo seus talentos e singulares aptidões no Parlamento, concorreram poderosamente para que os liberais os acolhessem com o maior regozijo e entusiasmo.

Ornavam Antônio Carlos notáveis faculdades oratórias. Posto empregasse constantemente frases pomposas, vocábulos obsoletos, expressões antiquadas e conceitos bombásticos, eletrizava os ouvintes com fogosa veemência de linguagem, sarcasmos pungentes que despedia contra seus adversários, voz sonora e vibrante e gestos imponentes. Arrancava principalmente aplausos estrepitosos dos espectadores das galerias, que mais se impressionam com as exterioridades oratórias que com a dialética dos discursos.

Falava Martim Francisco com pausa e bastante dificuldade. Estudava e decorava previamente o que devia dizer na Câmara. Bem que dissertasse com critério, envolvia-se em uma atmosfera metafísica, como que misteriosa, o que lhe atraía consideração e respeito.

Nenhum dos dois irmãos gozava, porém, de simpatias pessoais, porque não poupavam manifestações e desdém e desprezo aos colegas, que não raro molestavam com a fatuidade de seu saber, capacidade e nobiliarquia de família, ao passo que provocavam igualmente maiores animosidades dos contrários.

A excêntrico espírito, opiniões extravagantes e singularidade de caráter, unia Holanda Cavalcanti alma generosa, cavalheirismo de procedimento, e honestidade de vida. Não se alistara em nenhum partido, e habituara-se a contrariar os Ministérios de que não fosse membro efetivo.

Nunca se salientara Francisco de Paula no Parlamento. Acompanhava o irmão em todas as ocorrências.

Verdadeiro e genuíno, liberal e histórico, na expressão moderna política, e único representante do seu partido no gabinete era Antônio Paulino Limpo de Abreu. Tino prático, experiência dos negócios públicos, habilidade de orador nas procelas parlamentares, maneiras agradáveis, e trato ameno, conquistavam-lhe entre seus correligionários apreciável influxo.

Não primava Aureliano como parlamentar, mas era tido em conta de magistrado instruído e de enérgico na administração. Cortês nas maneiras, afável nas palavras, dedicado aos amigos particulares, granjeava também a estima e confiança do jovem Imperador; como cortesão atilado empregava linguagem de súdito reverente, e de estadista imparcial, que aos interesses dos partidos sabia preferir as regalias e o decoro do trono.

Ministro da Justiça em 1834, dissolvera clubes e sociedades restauradoras e contivera turbulências e alvoroços. Figurava como principal personagem na expulsão dos paços imperiais do tutor José Bonifácio e de seus aderentes e partidários, e ordenara fossem processados como criminosos de traição. Conseguiria então colocar em seus lugares e junto aos Príncipes menores, como tutor, o marquês de Itanhaém, como diretor dos seus estudos Frei D. Pedro de Santa Mariana,<sup>18</sup> e como mordomo Paulo Barbosa da Silva, seus amigos diletos e prestimosos.

Compreende-se facilmente que os Andradas o não podiam ver com bons olhos, e que em seus corações devia permanecer ainda sangrando a punhalada dirigida contra seu irmão José Bonifácio.

No tocante às relações anteriores de Limpo de Abreu e Aureliano, senão de tão magoada recordação, não podia contudo existir igualmente harmonia e nem pessoal confiança. Aureliano, ministro, e Limpo de Abreu, presidente da província de Minas, tinham-se inteiramente inimizado.

Acrescia ainda que Aureliano enfileirava-se no partido moderado ou conservador, e Limpo de Abreu no exaltado ou liberal. Dizia-se geralmente que o motivo, que separara nos últimos tempos Aureliano

---

18 O bispo da Anamaria.

do Partido Conservador, procedia da exoneração, que Araújo Lima fulminara em 1840 contra seu irmão Saturnino de Sousa e Oliveira, então presidente da província do Rio Grande do Sul, e o levava a abraçar a idéia da maioria do Imperador no intuito de desafrontar-se.

Composto o gabinete de homens opostos em princípios e doutrinas políticas, e molestados por queixas e fatos particulares, no mesmo Ministério agora, ao iniciar-se o reinado de um príncipe em tão tenra idade, havia razão em supor-se que difficilmente concordaria em providências e programa indispensáveis à nova situação dos negócios públicos.

Asseverava contudo a Aureliano que, reunidos, e em despacho imperial, haviam-se harmonizado em estabelecer e firmar uma política de concórdia e de esquecimento do passado; em solicitar o concurso dos dois partidos, a fim de consolidarem-se as instituições e a força moral do trono, e acalmarem-se as paixões e exaltamento dos espíritos. Assentado tinha, portanto, aproveitar a sessão da Câmara dos Deputados existente para conseguirem-se os orçamentos e os meios indispensáveis de governo.

Como seu primeiro ato publicou incontinênti o Ministério anistia para todos os crimes políticos praticados no período das regências. Com o perdão dos culpados encetava o Imperador honrosamente seu reinado, e ninguém podia prescindir de encomiar-lhe procedimento tão generoso quanto magnânimo.

Reabriram-se, pois, as Câmaras no dia 25 de julho. Resolve-ram antes de tudo enviar ao Imperador comissões de seus membros, incumbidos de felicitá-lo pela posse de suas funções majestáticas, e exprimir-lhe os votos e protestos dos representantes da nação devotados à sua Augusta Pessoa e às instituições juradas, fundamento da tranqüilidade pública e dos progressos e prosperidade da pátria.

Além das comissões das duas câmaras, recebeu o Imperador igualmente numerosíssimas outras de assembléias provinciais, municipalidades, repartições administrativas e sociedades particulares. Apregoavam todos quantos se aproximaram de Sua Majestade, e se honraram com seu acolhimento, quer a delicadeza de seus modos, quer suas expressões lisonjeiras e ao mesmo tempo reservadas.

Sob tão favoráveis auspícios provaram os moradores da capital do Império quanto seus corações inundavam-se de júbilo, entusiasmo e esperanças de que desapareceria de uma vez, o espírito sedicioso e desordeiro que tanto atrasara o progresso do Império.

Estrondosas festas públicas e particulares, te-déuns nas igrejas, iluminações brilhantes, fogos de artifício nas praças públicas, vivas incessantes nas ruas, arcos levantados e enriquecidos de dísticos patrióticos, passeatas de povo acompanhadas de músicas, praticaram-se durante três dias e três noites seguidas. Revelava-se geral a satisfação, e todos os credos políticos fundiam-se em um único pensamento, o de patentear a união e harmonia dos brasileiros em torno de um trono, ocupado por Príncipe jovem, mas venerado já e admirado por suas peculiares e primorosas qualidades.

Ao funcionarem as Câmaras no dia 26 para ouvirem as respostas de Sua Majestade às comissões, que lhe haviam enviado, nem uma novidade ocorreu no Senado; mas na Câmara dos Deputados teve lugar um incidente, que produziu desagradável sensação.

Escolhera-se para relator da comissão o Deputado Francisco Jê Acaiaba de Montezuma, que redigiu, e recitou ao Imperador o discurso de congratulação, de que se incumbia, sem que o mostrasse previamente a seus companheiros. Ao repetir na Câmara a oração que endereçara ao Imperador, ressentiram-se muitos deputados de frases políticas e de conceitos desairosos ao governo da regência, que findara.

Levantou-se Rodrigues Torres; estranhou palavras políticas em uma alocação meramente congratulatória, e perguntou se era obra isolada do relator, ou fora aprovada pelos demais membros da comissão.

Maciel Monteiro respondeu-lhe que não tivera conhecimento anterior do discurso, e reprovava-lhe as expressões. Igual declaração enunciaram outros membros da comissão. O Padre Henrique de Resende, representante pela província de Pernambuco, acrescentou ainda, que ao ouvir Montezuma proferir sua oração na presença de Sua Majestade, dera alguns passos para trás, no intento de lavar protestos contra o abuso cometido pelo relator da Comissão.

Apesar de defender-se Montezuma, seus colegas censuraram-lhe oficialmente o procedimento.

Fixou a Câmara dos Deputados o dia 29 de julho para a discussão do orçamento do Império, e remeteu-se a Antônio Carlos ofício de convite a fim de comparecer ao debate.

.....

II

*De julho a dezembro de 1840*

**S**EM QUE por ela fosse convidado oficialmente, não permitia então o regimento da Câmara dos Deputados o ingresso de ministros que não fossem efetivamente seus membros. Os dois irmãos Cavalcanti pertenciam ao Senado. Os demais ministros haviam perdido seus assentos na Casa temporária pelo fato de entrarem para o Gabinete. Somente a reeleição lhes podia de novo abrir as portas do Parlamento.

Ansiosa a Câmara de ouvir o programa do novo Gabinete, apressara a discussão do orçamento do Império, e convidara Antônio Carlos.

No dia aprazado, porém, Antônio Carlos não compareceu, e oficiou alegando urgentes trabalhos administrativos, que lhe inibiam de assistir à sessão.

Propôs-se adiamento da discussão para o dia seguinte, e novo convite ao ministro, visto que se tratava do orçamento do Império a seu cargo. Opôs-se Montezuma ao requerimento e sustentou a doutrina de que era dispensável a presença do ministro. Maioria imponente de votos aprovou contudo o adiamento, e o primeiro-secretário comunicou a Antônio Carlos a resolução da Câmara.

Na sessão de 30 penetrou Antônio Carlos no recinto, e, recebido com o cerimonial do estilo, tomou assento na mesa ao lado esquerdo do presidente.

Romperam de diversas bancadas interpelações no tocante ao programa do Ministério.

Um perguntou-lhe o que pretendia fazer, a respeito da lei promulgada em abril de 1840, que não somente Antônio Carlos como Martim Francisco e Limpo de Abreu haviam estigmatizado como ofensiva do Pacto Fundamental do Estado.

Desejou outro saber se persistia em propor a revogação da lei de 1831 a respeito de penas aos desordeiros e anarquistas, a qual ele acoimara de infratora dos direitos individuais e políticos dos cidadãos brasileiros.

Vários deputados exigiram ainda que lhes dissesse se recusaria ainda seu voto e apoio à proposta de reforma do Código do Processo Criminal aprovada pela Câmara na sessão de 1839, e dependente da deliberação do Senado.

Não faltaram vozes desejosas de saber que política o Ministério aplicaria ao Rio Grande do Sul convulsionado pela guerra civil, e onde se proclamava sua separação do Império e sua ereção a república independente. Não havia, ultimamente, Antônio Carlos exprimido opinião favorável aos sublevados, e verberado energicamente os atos do governo da regência?

Posto que Antônio Carlos fosse habituado às borrascas parlamentares, pareceu todavia atordoado com os instantes esclarecimentos que se lhe reclamavam. Não esmoreceu, todavia; pediu a palavra, e o mais profundo silêncio sucedeu aos repetidos murmúrios que ainda ecoavam.

Principiou seu discurso afirmando que o Gabinete se formara sob as bases de unidade de vistas e solidariedade de atos; se empenharia na fiscalização rigorosa das rendas e na economia severa das despesas públicas; não praticaria reação no pessoal administrativo, respeitados e acatados os direitos de todos os empregados; e, quanto ao pessoal político, que funcionava, exoneraria apenas um ou outro dos atuais presidentes de província, que lhe não merecessem inteira confiança, ou que o serviço imperiosamente exigisse.



Acrescentou que o Ministério desejava o esquecimento das lutas passadas, e a conciliação dos partidos, cujo concurso solicitava para que, iniciada nova época de regeneração, congregassem-se todos no pensamento de se consolidarem as instituições representativas e prestigiar-se a Coroa, únicos e indispensáveis alicerces da ordem pública e dos progressos e engrandecimento da nação brasileira. Com a continuação das discórdias perpetuar-se-ia o espírito anárquico que tanto prejudicava os interesses como lustre e decoro da pátria e a dignidade do trono.

Espantaram-se os deputados diante não só de declarações tão explícitas do ministro como da forma por que eram anunciadas. Voz pausada, expressões calculadas, palavras custosamente proferidas, substituíam agora os fogosos arrojados, a acrimônia do desdém e do sarcasmo, e o tom de mestre tão usuais ao tribuno da oposição.

Mais ainda excitou-lhes a surpresa, ao descer Antônio Carlos a assuntos peculiares sobre que fora interpelado.

Anunciou que cumpriria escrupulosamente as leis de interpretação do Ato Adicional de 1840, e a de 1831, enquanto a experiência não demonstrasse seus defeitos e o corpo legislativo as não revogasse ou modificasse. Relativamente à alteração do Código do Processo Criminal, dependia do Senado o projeto e, quanto aprovado pelo Parlamento, seria cumprido pelo Governo, posto que individualmente persistisse em pensar que não das leis, mas de sua péssima execução derivassem os males de que a opinião pública justamente se queixava. Não faria o ministro do Império questão do modo por que fosse decretada a referida reforma, logo que seus colegas do Gabinete divergissem de suas idéias. Como cidadão e deputado, podia considerar o assunto sob diferente prisma; como ministro e responsável, devia prudentemente estudá-lo na prática e aproveitar-se da experiência que adquirisse, e convencido de seu erro anterior, mudar de opinião. Um particular, ou um deputado, muitas vezes diversamente de um ministro, aprecia as necessidades públicas.

Referindo-se à situação do Rio Grande do Sul, e à guerra persistente na província, asseverou que o Governo estava resolvido a tratar de sua pacificação; que para conseguí-la preparava um plano, que honrosamente ofereceria aos rebeldes, e que conteria condições razoáveis que eles poderiam aceitar e esperava do patriotismo de brasileiros desvair-

dos que obedecessem à lei e ao governo do Imperador, que, mais que seus sonhos republicanos, prestava garantias às liberdades individuais e políticas.

Subiram à tribuna Rodrigues Torres, Honório Hermeto, e Maciel Monteiro, e solicitaram que o ministro do Império os esclarecesse mais amplamente acerca do plano de pacificação que meditava.

Dependeria somente das atribuições do Governo, ou careceria do auxílio dos representantes da nação? Em qualquer dos casos precisavam conhecê-lo a fim de prestar-lhe apoio, quando assentado na dignidade da nação e da Coroa. Tanto como o Ministério, inspiravam-se no desejo de ver pacificada a província, e sustentada a integridade do Império.

O Deputado Joaquim José Pacheco desceu a controvérsias individuais e azedas, e exprobrou ao ministro as tergiversações e mudanças de opinião, de que fazia alarde, e que suplicava agora auxílio de adversários que tanto maltratara. Diante da necessidade de conservar-se no poder, não se pejava de implorar misericórdia dos que havia ofendido.

Não aceitou Antônio Carlos a luva que Pacheco lhe atirara à face. Prometeu que comunicaria à Câmara o plano que pretendesse desempenhar no Rio Grande, e requereria em tempo oportuno sua coadjuvação a fim de realizá-lo. Requereu à Câmara que votasse as leis anuais necessárias ao Governo.

Atendeu-o a Câmara e aprovou o orçamento do Império. Por mais que, na discussão do orçamento da Justiça, se esforçassem alguns deputados em arrastar Limpo de Abreu para questões incandescentes políticas, esquivou-se o ministro a respostas no tocante a princípios, e solicitou com instância o concurso dos seus adversários. Interpelado a respeito do procedimento que o Gabinete pretendia ter, quando no mês de outubro próximo tivessem lugar as eleições de deputados para a legislatura de 1842 a 1845, que segundo a lei vigente, efetuavam-se com ano e meio de antecedência à instalação da assembléia que se nomeasse, afiançou que o Governo desejava que prevalecesse a maior liberdade a fim de que se conhecesse a opinião pública e a vontade nacional.

Mais que os dois encontrou Martim Francisco oposições, individuais, numerosas e tenazes. Muitos deputados da maioria lhe não perdoavam agravos antigos, e aproveitaram-se da oportunidade para doestá-lo. Foi sobremaneira incomodado, no exame das verbas e algarismos

do orçamento de sua repartição, por Carlos Carneiro de Campos e Joaquim Francisco Viana, que lhe contestaram opiniões que lhes não pareciam consoantes com os serviços da época.

Rápidos correram os orçamentos da Guerra, Marinha, e Relações Exteriores, bem como as fixações de forças de mar e terra. A Aureliano manifestou, contudo, a maioria da Câmara tal qual confiança política, que seus colegas não tinham conseguido. Dir-se-ia que tributava estima a seu correligionário, apesar de ser ultimamente arredado dos arraiais conservadores.

Não se prolongaram as discussões no Senado. Apenas deliciou-se Vasconcelos em magoar os ministros com a ironia que lhe era peculiar, e em proclamar que as horas mais gloriosas de sua vida pública tinham sido as quatorze, que passara no último Ministério da regência.

Apesar, porém, da rapidez com que decidiu o Parlamento as leis ânuas, a dotação do Imperador, da futura Imperatriz, com quem Sua Majestade se consorciasse, e as das Augustas Princesas, D. Januária e D. Francisca, foi preciso prorrogar-se a sessão legislativa por mais quinze dias, a fim de que se concluíssem todos os trabalhos.

Raiara, enfim, o dia 7 de setembro designado pela lei para a eleição de juizes de paz de paróquia e de vereadores das Câmaras Municipais do Império. Concorreram com entusiasmo os povos no intuito de nomearem magistrados idôneos para a administração peculiar das suas freguesias e termos. Correu plácida mais ou menos em todas as províncias; não era ainda uso a intervenção do Governo, e o processo se efetuava sem as praxes viciosas que macularam depois as urnas eleitorais. Sob o reinado de D. Pedro I e durante a época regencial digladiavam-se os partidos, e um ou outro distúrbio ou fraude se lamentava independentemente da intervenção indébita do Governo. No primeiro período venciam ordinariamente as oposições, e no segundo contaram sempre os conservadores triunfos assinalados. No último pleito para deputados haviam desbaratado o Partido Liberal, posto que representado então no poder pelo Padre Feijó, regente do Império.

Em algumas paróquias, porém, da capital do Império, notou-se em 1840 a invasão nos templos de grupos armados, capitaneados por agentes policiais disfarçados, que expeliam as mesas legalmente organizadas, quebravam urnas, rasgavam cédulas e espancavam os

votantes. Interferiu ainda o ministro do Império, ordenando em aviso oficial ao juiz de paz presidente da mesa paroquial de Santa Rita que recebesse e apurasse listas dos operários e praças de marinha, bem que seus nomes não estivessem incluídos nos respectivos alistamentos.

Da ocorrência aproveitou-se Honório Hermeto para censurar na Câmara dos Deputados ato tão insólito do governo, e perguntar se constituía pano de amostra para as futuras eleições de deputados. Observava quanto fatal seria este precedente para as instituições, para a moralidade, e para o livre exercício dos direitos políticos dos cidadãos, quando se iniciava o reinado de D. Pedro II.

Acompanhou-o Vasconcelos no Senado, e responsabilizou energicamente os ministros do Império e da Justiça, pelos distúrbios praticados pela polícia, e pela interferência do Governo na pugna eleitoral alterando as qualificações dos votantes, suprimindo as atribuições das mesas encarregadas de receber e apurar cédulas, produzindo tumultos dentro dos templos, e afugentando os votantes.

Na Câmara dos Deputados não haviam ministros para responderem; no Senado, alegou Holanda Cavalcanti que o Governo se não intrometia no pleito, e que o aviso do ministro do Império era explicativo da lei, e não ordem positiva para ser executada pelo presidente e mesários incumbidos da eleição.

Encerrou-se a 13 de setembro a sessão legislativa.

Releva-me agora apreciar a posição dos dois partidos militantes, liberal e conservador, no decurso do ano de 1840.

Disponha o Partido Conservador de importância e popularidade em quase todas as províncias do Império desde que falecera D. Pedro I.

Com suas idéias de respeito às leis e às autoridades, adquirira adeptos numerosos nas classes interessadas na tranqüilidade pública, magistrados, funcionários de elevada hierarquia e militares de postos superiores, que até então desejavam a restauração.

Além deste contingente poderoso chamara a seu grêmio os brasileiros adotivos que em máxima parte simpatizavam com os restauradores, e que não tardaram em engrossar as fileiras do partido moderado. Numerosíssimos eram ainda, e espalhados por todas as localidades do Império e principalmente nas cidades marítimas, opulentos de bens de

fortuna adquiridos com seus trabalhos na indústria e no comércio, e chefes de famílias preponderantes e laboriosas. Ansiando por governo estável e forte que os amparasse contra paixões e instintos da plebe exaltada e inquieta, preferiram o partido que lhes garantia ordem e sossego.

Ao inverso dos conservadores, o Partido Liberal apregoava doutrinas democráticas; pretendia diminuir o prestígio da autoridade, transferir para eleitos do povo as funções da magistratura e da polícia, conceder às províncias atribuições autonômicas, modificar as bases da Constituição, e apoiar-se nas classes inferiores da sociedade, e nos espíritos mais adiantados em doutrinações de liberdade.

Parecia natural que o primeiro Ministério da maioria lembrasse ao Imperador a conveniência de dissolver a Câmara dos Deputados, e convocar o povo a eleger outra, que manifestasse a sua opinião e vontade para o governo da nação.

Posto que guardado fielmente o sigilo sobre o que a respeito os ministros houvessem conferenciado, espalharam-se diversos boatos. Asseveraram uns que os dois Andradas e Limpo de Abreu tinham lembrado a necessidade da dissolução da Câmara, e que, combatidos pelos Cavalcantis e Aureliano, fora a proposta rejeitada por Sua Majestade.

Desmentiam outros a apregoada divergência e afirmavam que apreensões e sustos da influência exercida no país pelos conservadores haviam prevalecido no ânimo de todos os ministros.

Não faltava igualmente quem afirmasse que a resolução do Ministério estava firmada, e tendia a conseguir da Câmara existente meios de governo, empregar todos os esforços para vencer as eleições de outubro, e, quando vitorioso, dissolvê-la então e convocar, para substituí-la, a novamente eleita.

Por seu lado, a maioria da Câmara dos Deputados entendia acertado não abrir hostilidades, e nem recusar ao Gabinete meios necessários à administração pública. Seria arriscado provocar dissoluções, e arrastar o governo a violências.

Libertados das censuras das câmaras, cuidaram particularmente os dous Andradas e Limpo de Abreu de coligir, concentrar e aparelhar todos os elementos e condições, de que o Governo licita ou abusivamente pudesse dispor, para o triunfo ministerial nas urnas.

Demitiu Antônio Carlos quatorze presidentes de província, e seus respectivos secretários. Salvaram-se apenas da faina reacionária Francisco do Rego Barros,<sup>19</sup> de Pernambuco, parente próximo de Holanda, Luís Alves de Lima,<sup>20</sup> do Maranhão, que se precisava para concluir-se a pacificação da província; Manuel Felizardo de Sousa e Melo, de Alagoas, particular amigo de Aureliano, e o Visconde da Parnaíba, que parecia feudatário do Piauí desde os tempos de D. Pedro I.

Martim Francisco cometeu igualmente notável reação no tesouro geral, tesourarias, alfândegas e repartições do fisco. Os Deputados Joaquim Francisco Viana e Carlos Carneiro de Campos, funcionários superiores, probos e experimentados, incluíram-se no número das vítimas sacrificadas à política.

Mais adiantou-se ainda Limpo de Abreu. Removeu muitos juizes de direito de comarcas importantes para comarcas inferiores em localidades longínquas. Exonerou chefes de polícia, suspendeu numerosos comandantes superiores e oficiais da Guarda Nacional das províncias; ordenou aos que nomeava para substituir-lhes que chamassem a serviço de corpos destacados do Exército quatro mil guardas nacionais por eles designados, e insinuou ao ministro da Guerra que mandasse proceder a recrutamento forçado para as fileiras militares, nas vésperas de uma eleição, a que eram os povos convidados.

Brado estrondoso de indignação levantaram as gazetas da capital do Império, contra reação tão completa, quanto inesperada. Patrocinava Vasconcelos a *Sentinelá da Monarquia*, e Paulino de Sousa o *Brasil*, que pelos seus artigos habilmente elaborados adquiriam circulação considerável em quase todo o Império. Periódicos das províncias apresaram-se em acompanhá-los no rompimento de hostilidade contra o Gabinete. A luta travou-se imediatamente entre liberais e conservadores, ministeriais e oposicionistas, luta que parecia suspensa desde 23 de julho, mais desabrida e veemente ainda diante da hipocrisia empregada pelo Governo nas suas relações com as Câmaras. Indignou-se principalmente a opinião pública da capital do Império com a exoneração de Eusébio de Queirós Matoso da Câmara, chefe de polícia da cidade do Rio de Janeiro, que Limpo de Abreu removeu para os sertões de Cantagalo.

---

19 Conde de Boavista.

20 Duque de Caxias.

Durante seu tempo aniquilara Eusébio de Queirós hordas de salteadores que inundavam impavidamente propriedades rústicas, roubavam viandantes, assassinavam cidadãos que encontravam nas estradas, e que lhes resistiam às violências, e aterrorizavam os cidadãos com suas façanhas e tropelias. Chamava-se seu principal campeão Pedro Espanhol, e o nome do terrível bandido, apenas pronunciado, derramava sustos por toda a parte.

Lograra Eusébio de Queirós facilitar inteiramente e garantir as estradas para o interior da província, com a morte que o chefe arrojado sofrera em uma terrível escaramuça promovida pela polícia.

Este fato importante, e as ativas diligências de Eusébio de Queirós na manutenção do sossego público e na perseguição dos criminosos, haviam aureolado seu nome, e conquistado universal estima e gratidão dos povos para sua pessoa.

Resoluto Antônio Carlos a alcançar vitória no pleito eleitoral que se aproximava, além das providências que adotou o Gabinete, firmou o princípio de suspender arbitrariamente os juizes de paz, que deviam presidir as eleições paroquiais, e quase todos da capital foram retirados de suas funções e substituídos por suplentes que correspondessem à vontade do Governo. Instruções expediu também aos presidentes de província, para que procedessem de igual maneira.

Percebeu-se logo o resultado da luta. De que servia ao Partido Conservador a maioria numérica da população diante da fraude, do suborno e da violência praticada pelos agentes do Governo?

A 13 de outubro teve lugar a eleição de deputados para a legislatura de 1842 a 1845.

Representou-se verdadeira farsa, tanto na cidade do Rio de Janeiro, como nas províncias confiadas a agentes hábeis nas tramóias eleitorais. Em muitas localidades distúrbios, espancamentos e assassinatos assinalaram-se promovidos sempre pela força pública, que se espalhou nas paróquias mais importantes.

Na capital do Império mangas de vagabundos, de empregados e soldados de polícia, de operários dos arsenais, apoderaram-se das entradas dos templos, proibiram o ingresso dos votantes qualificados, e instalaram mesas a capricho. Em algumas paróquias, onde mesas legais

se haviam instituído, e corria plácido o processo, penetraram à força, afugentaram os votantes, despedaçaram as urnas, e rasgaram as cédulas já recebidas. Traziam ao pescoço uma fita amarela para se conhecerem, pelo que o público apelidou-os “papos amarelos”.

No Ceará, o presidente, Padre José Martiniano de Alencar, suspendeu arbitrariamente as garantias para apavorar os conservadores, obrigá-los a recuar das urnas, e conquistar a eleição.

Não se tendo Luís Alves de Lima envolvido no pleito do Maranhão, os liberais forjaram atas nas paróquias em que predominavam, elevaram o número de seus eleitores de trezentos que elas deviam dar a quatro mil, com que sufragaram seus candidatos. Em quase todas as províncias escândalos inauditos se praticaram no intuito de nulificar-se a opinião pública.

Apesar de todas as providências que o Ministério adotara, cerca de vinte e cinco conservadores foram eleitos pelas províncias do Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Piauí e Pernambuco. Demonstrava assim o partido sua pujança, e com protestos e reclamações documentadas, as fraudes e violências cometidas pelas autoridades, na máxima parte das paróquias.

Certo é que os liberais sisudos e honestos desaprovaram os meios empregados pelo Governo, e pressagiaram que o exemplo de indébita e violenta intervenção da autoridade pública, que se iniciava no Império, comprometeria as instituições e trono, e desmoralizaria o regime representativo.

Além de outras eleições saudaram os conservadores sobretudo as de Rodrigues Torres, Paulino de Sousa, Eusébio de Queirós e Joaquim Viana pela província do Rio de Janeiro; de Francisco Gonçalves Martins,<sup>21</sup> pela Bahia; de Pedro Cavalcanti,<sup>22</sup> Maciel Monteiro, Sebastião e Francisco do Rego Barros, Urbano e Nunes Machado, por Pernambuco; de Manuel Felizardo, pelas Alagoas; e de Francisco de Sousa Martins, pelo Piauí.

---

21 Visconde de São Lourenço.

22 Visconde de Camaragibe.



Não passaram despercebidos dous fatos: o da reeleição de Aureliano pelos votos dos conservadores e a derrota de seu irmão Saturnino, incluído na chapa recomendada pelos ministros.

Lamentaram, todavia, os conservadores a perda da máxima parte dos seus correligionários, e mais que todos, as de Honório Hermeto, José Clemente Pereira, Manuel Vieira Tosta, e Carlos Carneiro de Campos.

Excetuado Montezuma, que os sufrágios dos eleitores da Bahia repeliram, todos os candidatos ministeriais receberam diplomas. Compensou-lhe, todavia, o Gabinete a derrota eleitoral nomeando-o imediatamente enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil, na corte de Londres.

Jubiloso Antônio Carlos com a vitória alcançada, propôs a Sua Majestade que, no seu dia aniversário, distribuísse títulos, funções de nobreza e condecorações honoríficas pelos seus amigos e aderentes. Durante todo o período das regências, se não haviam concedido estas graças.

Extensa lista de nomes publicou-se então, galardoados pela imperial munificência. Os próprios ministros se não incomodaram ao ornarem-se com as pomposas qualificações de gentis-homens da casa imperial, que lhes davam regalias aristocráticas, e lhes facilitavam as relações com Sua Majestade.

Não lucraram, contudo, contentar todos os seus amigos, nem satisfazer partidários políticos, e menos ainda angariar prosélitos.

Notou-se sempre durante a monarquia, que quanto mais graças honoríficas eram espalhadas, mais elas se desconsideravam. Despertava-se a cobiça pessoal, irritavam-se vaidades, mordida a inveja nos peitos dos que não eram galardoados, e entre os próprios favorecidos desenvolviam-se despeitos, porque uns aos outros se reputavam superiores em merecimentos e serviços, sempre que comparavam o que obtinham com o que era distribuído aos demais favorecidos.

Souberam as gazetas da oposição aproveitar os ciúmes, as queixas, e a celeuma levantadas pelas concessões das graças. Não as julgavam efeitos da generosidade e justiça de Sua Majestade; atribuíram aos ministros manejos escandalosos, para as lembrarem e alcançarem.

Pesavam então as gazetas na opinião pública, propagavam as doutrinas do partido a que pertenciam, e animavam a seus aderentes para não esmorecerem nas contendas. Além do *Jornal do Comércio*, do *Diário do Rio de Janeiro*, e do *Correio Mercantil*, exclusivamente dedicados aos anúncios, e que se não envolviam na política, infinidade de gazetas derramaram-se na cidade do Rio de Janeiro e nas mais populosas das províncias, sustentadas pelos respectivos partidários, e redigidas por escritores notáveis. O *Brasil*, a *Nova Aurora Fluminense*, a *Sentinela da Monarquia*, o *Tempo* e várias outras circulavam em profusão e usufruíam extensa nomeada.

Quando se não entregam à venalidade e à corrupção, são as gazetas instrumentos poderosos para encaminharem o espírito publico, e fomentarem a civilização. Alimenta-se a sociedade atual com sua leitura. Instrui-se no tocante à marcha da política, às vicissitudes dos partidos militantes, e ao critério que merecem os homens encarregados da administração pública.

São as gazetas amigas, que diariamente nos acordam no leito para comunicar-nos as notícias dos acontecimentos que ocorrem, e bem que hajam diminuído o valor e leitura dos livros que mais que elas iluminaram as inteligências, releva aplaudirmos-lhes seus serviços. Preparam estadistas, parlamentares e literatos, que começam como redatores de periódicos. Cumpre, porém, para exercer influxo, que se convertam em uma espécie de sacerdócio convicto e inspirado exclusivamente em sincero patriotismo. Perde a imprensa periódica autoridade moral quando excita paixões, calunia caracteres, demonstra parcialidade inconfessável, anima revoltas, promove a anarquia, e de preferência a interesses públicos atende a ganâncias pecuniárias.

Observa-se que as gazetas conservadoras separavam Aureliano de seus colegas; a estes agrediam com veemência, a ele teciam às vezes elogios. Não hesitavam em publicar que o ministro dos Negócios Estrangeiros queixava-se do desvio do programa ministerial combinado na ocasião de organizar-se o ministério de 23 de julho; e que não aceitava responsabilidade nas medidas tomadas contra seus conselhos.

Tão precipitadamente baixava o crédito do Ministério quanto espalhava-se também que vultos políticos, que haviam cooperado para a declaração da maioria, patenteavam-se já infensos à marcha do

Governo, e reprovavam sem reboço sua política violenta, e reacionária. Citavam-se entre os mais desgostosos o Marquês de Paranaguá, o Marquês de São João da Palma, o Marquês de Itanhaém, e o mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa da Silva, que pela sua posição e serviços no Paço, e pela facilidade de falar com o Imperador a todos os momentos, podia concorrer para que Sua Majestade esclarecesse acerca da situação dos ânimos públicos.

Encaminhava-se visivelmente o Gabinete para a ruína. Poderia ainda suspender-lhe o andar precipitado a política que executasse na província do Rio Grande do Sul. Caso alcançasse sua pacificação, servir-lhe-ia o fato para sustentar-se na administração pública. Era este o ponto melindroso do qual sua sorte dependia.

.....

*III*  
*De dezembro de 1840 a março de 1841*

**E**STOURARA a guerra civil no Rio Grande do Sul em setembro de 1835, sob a regência do Padre Diogo Antônio Feijó. Dous partidos digladiavam-se na província, como em todo o Império; o exaltado representado no Governo, e o moderado, que se colocara em oposição. Ao executar-se o Ato Adicional, e ao proceder-se à eleição de membros da assembléia legislativa por ele concedida às províncias, conquistará maioria o último, que tinha por chefe o doutor Pedro Rodrigues Fernandes Chaves.<sup>23</sup> Desencadearam-se as paixões, exacerbaram-se os ódios, nasceram rancores, e temeram-se acontecimentos desastrosos. Exercia a vice-presidência da província Antônio Rodrigues Fernandes Braga, irmão de Pedro Chaves.

Tramou o partido exaltado expeli-lo da governação, esperançoso da proteção do regente. Após alguns alvoroços suscitados na capital de Porto Alegre, bem que sufocados pelo vice-presidente, correram em socorro dos conjurados os Coronéis Bento Gonçalves da Silva e Bento Manuel Ribeiro, comandantes das fronteiras do Jaguarão e do Alegrete, e ameaçaram com a força Armada invadir a capital da provín-

---

<sup>23</sup> Barão de Guaraim.

cia. Abandonado pelo Comandante das armas Sebastião Barreto Pereira Pinto, que se evadiu para a República Oriental fronteira, tratou o vice-presidente de salvar-se, partiu de Porto Alegre, recolheu-se à cidade do Rio Grande, e ali instalou a sede do Governo.

Entrou Bento Gonçalves em Porto Alegre; aclamou-se um presidente interino, reuniu-se em sessão a minoria dos membros da assembléia provincial que convocou suplentes para poder funcionar com o número pela lei determinado.<sup>24</sup>

Do Regente, apenas instruído dos acontecimentos, aceitou José de Araújo Ribeiro,<sup>25</sup> amigo e parente de Bento Manuel Ribeiro, a comissão de presidir o Rio Grande e de apaziguar a província.

Apenas chegado à cidade do Rio Grande, assumiu Araújo Ribeiro o governo perante a Câmara municipal e escreveu para diversos pontos sublevados da província, prometendo anistia e afirmando administração imparcial, contanto que se depusessem as armas, e se reconhecessem a sua autoridade.

Na maior parte das localidades foram ouvidas suas vozes e prestou-se obediência. Bento Manuel deu o exemplo, apresentando-se a Araújo Ribeiro e oferecendo-se a servi-lo. Recusaram-se, todavia, outros rebeldes, arrastados pelo influxo de Bento Gonçalves da Silva.

Nomeado Bento Manuel comandante das forças da legalidade, conseguiu restaurar Porto Alegre, domar a maior parte das cidades que haviam aderido ao movimento revolucionário, derrotar em combates várias partidas de rebeldes, aprisionar Bento Gonçalves na batalha de Fanfa e restabelecer a sede da presidência legal na capital da província.

Caminhava-se, portanto, para o extermínio da revolta. As instâncias, porém, do partido exaltado no Rio de Janeiro e representações e manejos de seus correligionários do Rio Grande, obrigaram o Regente a mudar de política, a exonerar Araújo Ribeiro da Presidência e a nomear-lhe e enviar-lhe substituto, com ordens positivas de retirar Bento Manuel do comando das tropas.

---

24 Vide pormenores da *História do Brasil de 1831 a 1840*, 2ª edição.

25 Visconde do Rio Grande.

Desesperou-se Bento Manuel, voltou para o acampamento dos revoltosos e empunhou de novo as armas contra a legalidade, congado com seus antigos correligionários. Tornou-se a luta mais ousada e tenaz, por vezes bárbara e cruenta, com assassinatos e fuzilamentos de prisioneiros, devastação selvagem de propriedades rústicas, roubos de cavalhadas, saques de cidades.

Restabelecidos em recursos, proclamaram os rebeldes em novembro de 1836 a autonomia da província, sua separação do Império, e o regime republicano. Estabeleceram a sede do seu governo na cidade de Piratinim. Elegeram para Presidente Bento Gonçalves que estava encarcerado em uma fortaleza da Bahia, e para interinamente substituí-lo no cargo José Gomes Vasconcelos Jardim.

Perigosa tornou-se a situação da província. Nas fronteiras das Repúblicas Oriental e Argentina deparavam os revolucionários auxílios. Interessavam-se os estados vizinhos e limítrofes na continuação da guerra, e em tribulações e calamidades do Império. Tanto mais estas cresciam quanto a luta alimentava igualmente legalistas e rebeldes que se enriqueciam à custa do Tesouro.

Sofreram daí em diante desastres as tropas do Governo do Rio de Janeiro. O presidente e comandante das armas Antônio José Ferreira de Brito<sup>26</sup> foi traiçoeiramente preso por Bento Manuel Ribeiro, no passo de Tapevi, a 23 de março de 1837. O Coronel João Cristóvão da Silva rendeu-se vergonhosamente em Caçapava a 8 de abril; e outros tantos eventos provaram os erros do Padre Feijó, que por fim desorientado com a fuga de Bento Gonçalves, que da Bahia seguira para o Rio Grande, e se colocara de novo à frente dos revolucionários, renunciou a regência do Império, e transferiu-a, a 19 de setembro de 1837, a Pedro de Araújo Lima.

Tomaram conservadores conta da administração do país. Não há dúvida que empregaram esforços louváveis no intuito de terminar a guerra do Rio Grande; ora, ofereciam anistias, que eram desprezadas, ora acumulavam no Rio Grande forças militares, e nomeavam e demitiam presidentes e comandantes das armas desafortunados no exercício de seus cargos. Derrotas da legalidade no rio Pardo e outras localidades não

---

26 Barão de Tramandataí.

foram suficientemente compensadas em princípios de 1840 pela vitória do Marechal Manuel Jorge Rodrigues<sup>27</sup> no passo de Taquari. Além de tão lamentáveis acontecimentos achou-se a braços o Regente Araújo Lima com novas revoltas que irromperam na Bahia, no Pará e no Maranhão, e que o coagiram a dividir seus cuidados por diversos pontos do Império.

Substituíra enfim o Governo do regente, em princípios de 1840, Saturnino de Sousa, presidente da Província e o Marechal Manuel Jorge, comandante das armas, pelo General Francisco José de Sousa Soares de Andréia<sup>28</sup> que esmagara a rebelião no Pará, e expelira de Santa Catarina os rebeldes do Rio Grande que a tinham invadido e ocupavam Lajes e Laguna, sob o mando de Davi Canavarro, e do afamado italiano José Garibaldi, que os servia com a fogosa exaltação do seu espírito, e a robustez notável do seu braço. Pensou o Governo do Regente que, para prevenir desavenças entre presidente e comandante das armas públicas, convinha ao serviço da guerra concentrar ambos os serviços na mesma pessoa.

Conseguiu Andréia vantagens na luta, já com algumas pequenas vitórias, já com a salvação de S. João do Norte, e finalmente com indulto concedido a Bento Manuel Ribeiro que desamparara as fileiras revolucionárias, e se recolhera à vida privada.

Era esta a situação do Rio Grande quando em julho de 1840 proclamara-se a maioria de D. Pedro II.

Na categoria de Ministro do Império avocou Antônio Carlos a direção exclusiva da política que se devia aplicar ao Rio Grande. Conjeturara que influiria sobre os revolucionários pelos elogios que lhes havia dirigido da tribuna da Câmara dos Deputados, e que no Governo, oferecendo-lhes paz e concórdia, conquistaria adesão às suas idéias e planos.

Começou mandando suspender remessas de contingentes militares, que a Regência reunira em Santa Catarina e destinara para engrossar o Exército em operações bélicas no Rio Grande. Escreveu confidencialmente a Bento Gonçalves da Silva solicitando seu concurso a fim de restaurar-se o Governo imperial na província, e propondo-lhe

---

27 Barão de Taquari.

28 Barão de Caçapava.

condições, que lhe pareciam honrosas para ambos os contendores. Ordenou oficialmente ao General Andréia que suspendesse as operações de guerra e publicasse uma proclamação assinada pelo Imperador apelando para o patriotismo dos revolucionários, e convidando-os a submeter-se à égide e proteção do trono.

Remeteu-lhe igualmente instruções reservadas para entender-se e reconciliar-se com os rebeldes.

Não agradaram a Andréia as providências do Governo.

Militar, porém, e disciplinado, resolveu obedecer-lhe. Em vez de reforços de soldados e armas, que requerera e necessitava para perseverar na guerra, deliberara o Governo que se tornasse diplomata de paz, e expedira-lhe uma série de condições com que a efetuasse.

Entendeu, também, que lhe cumpria com toda a lealdade de soldado expor seu pensamento ao Governo; algumas das condições pareciam-lhe desairosas ao decoro da Coroa, e à dignidade da nação e resolvia guardá-las em silêncio, consistiam em confundir-se no perdão os soldados do Exército imperial voluntariamente revoltosos; em libertar-se os escravos fugidos alistados nas fileiras dos revolucionários, sem que se indenizassem os proprietários; em admitir-se no Exército imperial e como oficiais e nos postos em que se tinham por si investidos indivíduos que lhe não pertenciam; e em solicitar como fraco a anuência dos rebeldes, quando o perdão devia simbolizar a magnanimidade da Coroa.

Participou-lhe que entraria em relações e acordos com os sublevados, oferecendo-lhes unicamente completa anistia por seus feitos passados; garantia de seus bens e pessoas; reconhecimento dos postos e empregos daqueles que na administração e no Exército imperial os tivessem ocupado anteriormente à rebeldia, com a condição de deporem previamente as armas e reconhecerem o Governo legal de Sua Majestade.

Não teve dúvida em afirmar que enquanto uma vitória, que ele esperava alcançar em breve espaço de tempo e para a qual se preparava, não reduzisse os rebeldes a impotência de perseverar na luta, impossível parecia-lhe que aceitassem a paz e subscrevessem a qualquer condição que lhes fosse oferecida.



Escreveu e enviou Andréia imediatamente uma carta a Bento Gonçalves, comunicando-lhe as condições do Governo; recebeu resposta evasiva, e projetos extravagantes.

Não esmoreceu; repetiu suas instâncias de pacificação, refutou como desairosas as exigências de Bento Gonçalves, e aconselhou-o a reconciliar-se por seu próprio interesse e pelos da província, que era o seu ninho natal. Lembrou-lhe os deveres do militar e a glória que coroava sempre os soldados leais e obedientes.

Considerou Bento Gonçalves as propostas do Governo verdadeiras súplicas que ocultavam fraqueza e temores do resultado da luta. Cortou relações com Andréia participando-lhe que se entenderia diretamente com Antônio Carlos, que lhe havia escrito a respeito.

Dirigiu-se, de feito, a Antônio Carlos e declarou-lhe que estava pronto a pactuar pazes diretamente com ele ou com qualquer dos ministros do Imperador, que o procurasse no Rio Grande, e em conferências discutisse o assunto com boa fé e lealdade, que não reconhecia no General Andréia.

Não lhe aceitou Antônio Carlos o alvitre; mas admitiu-o em parte, trocando a viagem de um ministro pela de um agente secreto, munido das instruções e poderes necessários.

Escolheu o Deputado Francisco Álvares Machado para mediador. Devia Álvares Machado merecer a confiança dos rebeldes porque na Câmara advogara constantemente sua causa, e criticava o procedimento dos defensores da legalidade.

Aceitou Álvares Machado a missão, guardado o maior sigilo a fim de alcançar resultado vantajoso. Partiu do Rio de Janeiro em caráter privado, e alegando negócios particulares. Chegando à cidade do Rio Grande escreveu a Bento Gonçalves missiva secreta, e solicitou-lhe uma conferência particular.

Respondeu-lhe Bento Gonçalves fixando a época e o local em que deveriam juntar-se; anunciou-lhe, todavia, que precisava de uma garantia do Presidente Andréia a fim de não ser incomodado ou surpreendido pelos seus inimigos. Comunicou Álvares Machado a Andréia suas instruções e a exigência de Bento Gonçalves.

De Porto Alegre remeteu-lhe Andréia carta de seguro para Bento Gonçalves, e dirigiu-lhe votos para o feliz êxito da negociação.

Reuniram-se no dia e localidade designados Bento Gonçalves e Álvares Machado. O que se passou entre eles conta-se por diferentes modos. Certo foi, porém, que não lograram conciliar-se. Terminadas as conferências seguiu Bento Gonçalves para seu acampamento, e Álvares Machado para Porto Alegre.

Com Andréia concordou Álvares Machado em condições de paz que podiam ser propostas aos revolucionários por Andréia que continuaria como delegado do Governo, pois que a rotura das suas relações com Bento Gonçalves terminava seus poderes de emissário e coagia-o a voltar para o Rio de Janeiro.

Assinaram ambos um documento explícito do acordo com a data de 26 de outubro.

Dizia o documento:<sup>29</sup>

1<sup>a</sup> Que todos os indivíduos envolvidos na rebelião, quaisquer que fossem os crimes que houvessem cometido em seu ato, poderiam voltar para suas casas e permanecer nelas em paz sem que autoridade nenhuma os pudesse inquietar pelos feitos praticados.

2<sup>a</sup> Que os que tivessem postos no Exército imperial ou empregos públicos vitalícios ou com direitos à aposentadoria, reentrariam no gozo dos seus postos ou cargos, e receberiam seus soldos e ordenados desde o dia em que se apresentassem.

3<sup>a</sup> Que não se reconheciam postos ou empregos outorgados pelos rebeldes durante a rebelião.

4<sup>a</sup> Que seria livre a saída da província do Rio Grande para outra qualquer a quantos a desejassem, e o governo pagaria suas passagens e as de suas famílias, e dar-lhes-ia guias a fim de receberem suas soldadas e ordenados ou fixarem residência.

5<sup>a</sup> Que se estenderia a anistia a toda a espécie de deserções.

6<sup>a</sup> Que o Governo pagaria a seus senhores os escravos fugidos que serviam como soldados nas fileiras dos rebeldes, e os espalharia por diversas províncias do Império como livres.

---

29 Próprias palavras.

7<sup>o</sup> Que tudo quanto se concedia aos rebeldes se reputaria ato de generosidade e clemência do Imperador, e pois quando se recusassem eles a anuir, se perseveraria na guerra para vencê-los pela força, e curvá-los à obediência às leis e ao Governo.

Despediu-se de Andréia e encaminhou-se Álvares Machado para a cidade do Rio Grande.

Bem não chegava, quando penetrou no porto um navio de guerra brasileiro, que tinha a seu bordo o Marechal João Paulo dos Santos Barreto, portador de despachos urgentes do Governo.

Surpreenderam a Álvares Machado as deliberações de Antônio Carlos, que lhe remetia título de sua nomeação de presidente da província do Rio Grande, e o de exoneração de Andreia de ambos os postos que ocupava; e igualmente a notícia de que João Paulo se colocaria à frente do Exército, na categoria de comandante das armas. Ordenava-lhe igualmente continuasse a guerra, quando recusadas pelos rebeldes as condições de paz, que o Governo lhes propusera.

Seguiram incontinênti Álvares Machado e João Paulo para Porto Alegre, e empossaram-se de seus cargos.

Ainda iludiu-se Álvares Machado. Pensou que sendo presidente da província, alcançaria de Bento Gonçalves anuência à paz, que como emissário secreto não conseguira.

Reatou, por cartas amistosas, suas relações com Bento Gonçalves e com vários caudilhos da revolta. Adiantou condições às do convênio que assinara com Andreia.

Perdeu o seu tempo; recusou-se Bento Gonçalves a ouvi-lo. Ora, o chefe dos revolucionários alegava sua vontade de aceitar as condições oferecidas e a relutância de alguns de seus companheiros, nomeadamente Neto, José Máximo de Melo e Davi Canavarro; ora, exigia mais amplas e em termos que provassem a generosidade dos rebeldes em depor as armas.

Perdeu Álvares Machado todas as esperanças de conciliar-se com os revolucionários, e cuidou de combatê-los com energia. Confessou em ofício ao Governo do Rio de Janeiro a impossibilidade de entender-se com tão rancorosos inimigos.

Sob que auspícios, porém, recomeçavam as hostilidades? Qual a situação dos beligerantes depois de tanto tempo gasto em negociações inúteis?

Mostravam-se descontentes e desanimados os defensores da legalidade. Reputaram-se sacrificados pelo governo às vinditas de seus inimigos. Nenhuma guerra estrangeira provoca ódios e rancores como a guerra entre irmãos, entre naturais da mesma terra. Pretextavam moléstias cabos valentes, e despeitados com o procedimento do comandante Santos Barreto, que em vez de confiar-lhes comandos de colunas dirigidas contra os rebeldes concentrou todo o Exército no passo de São Lourenço a fim, segundo declarou, de vigiar as fronteiras e proibir comunicações de auxílios estrangeiros. O Vice-Almirante Paschoe Greenfell, os Generais Pedro Labatut e João da Silva Tavares mais que todos impressionaram desfavoravelmente os defensores da legalidade, com o fato de se retirarem do serviço ativo.

Desesperava-se o presidente com a inação das tropas, e Santos Barreto alegou que lhe faltavam soldados suficientes com que pudesse afrontar os revolucionários.

De Piratinim transferiram-se os rebeldes para Bagé, São Borja e Alegrete; ocupavam as margens do rio Jacuí e devastavam os territórios adjacentes, desassustados dos legalistas e ufanos com os fatos ocorridos e com as apreensões e inércia do comandante das armas.

Conhecedores da topografia da província, de todos os seus desvios, esconderijos, posições estratégicas e rios vadeáveis, não se atreviam a combater em batalha regular e campo raso tropas disciplinadas e fornecidas de todas as armas. Dispersavam-se porém em grupos, capitaneados por caudilhos arrojados, e manobravam como os árabes dos desertos argelinos, ou os antigos mouros espanhóis, por meio de algaras repentinas, assaltos inesperados, escaramuças e correrias.

Comunicações oficiais, cartas particulares, notícias miúdas expedidas do Rio Grande abalavam cada vez mais os créditos e a situação do Ministério. Publicaram as gazetas da oposição narrativas de lamentáveis sucessos, de desânimo dos legalistas na província, de inação do comandante das armas, de falta de recursos, que cumpria ao Governo remeter para a guerra, e vaticinavam a perda de tão preciosa porção do Império.

Atribuía-se particularmente a Antônio Carlos o êxito infeliz das negociações de paz, que havia engenhado e executado. Ridicularizava-se a vaidade de seu espírito, que o arrastara a acreditar que seu nome era suficiente para chamar ao grêmio da sociedade brasileira discolos tão endurecidos, como eram os revoltosos do Rio Grande.

Que lucrara em suspender as operações de guerra, mudar o presidente e comandante das armas, propor pazes desairosas aos revolucionários, enviar ao Rio Grande um emissário convertido depois em presidente da província, para oferecer vinho e marmelada<sup>30</sup> a aqueles que só a energia e força do Governo podiam obrigar a depor as armas?

Declarou posteriormente Aureliano que decidido a desligar-se de seus colegas opinara desde então e isoladamente em sentido contrário às medidas que o Ministério perseverava em adotar no tocante às críticas circunstanciais do Rio Grande, e esperava oportunidade para estabelecer questão de gabinete.

Ao principiar o mês de março de 1841 recebeu o Ministério o ofício de Álvares Machado, solicitando sua exoneração de presidente. Referia-se à situação melindrosa em que se achava de ter sido malogrado negociador de paz, desautorizado da confiança dos legalistas da província e inabilitado de praticar atos que a restabelessem. Aludiu igualmente à falta de cooperação do comandante das armas, que vivia a queixar-se de não poder entrar em operações sérias de guerra, quando o governo o não robustecia com auxílios de tropa.

Lembrou Aureliano aos colegas a necessidade de exonerar-se o comandante das armas, aceitar o pedido de demissão de presidente, e substituir o presidente por seu irmão Saturnino de Sousa e Oliveira e a Santos Barreto por um general de confiança. Fundava-se em que Saturnino quando governara a província em 1839, e com a publicação de artigos, que no Rio de Janeiro imprimira, revelava-se capaz de dirigir a política e até a guerra na província.

Não lhe aceitou a opinião Antônio Carlos que terminantemente anunciou-lhe que sua confiança no brigadeiro Santos Barreto persistia inabalável, e relativamente a Álvares Machado pensava que

---

30 Expressões das gazetas do tempo.

mais conveniente seria ao serviço público recusar-lhe a demissão e exigir de seu patriotismo que se conservasse no Rio Grande.

Os demais ministros aderiram ao voto de Antônio Carlos, e Aureliano declarou-lhes que a Sua Majestade exporia francamente suas divergências.

A dissidência surgida entre os membros do Ministério foram publicadas, imediatamente, nas gazetas da capital do Império.

Em despacho imperial de 21 de março expôs Aureliano a Sua Majestade a questão suscitada no seio do Gabinete.

Ouviu o Imperador igualmente as razões alegadas por seus colegas, e decidiu conforme Aureliano propunha quanto à demissão de Santos Barreto e quanto também à urgência de conceder-se a Álvares Machado a exoneração que solicitava, e à nomeação de Saturnino.

Antônio Carlos, Martim Francisco e Limpo de Abreu declararam imediatamente que não podiam continuar no Ministério. Holanda Cavalcanti e seu irmão, porém, submeteram-se à decisão do Imperador, conquanto acordes no assunto controvertido com os colegas que se retiravam, mas que não reputavam questão de Gabinete que os constrangesse a abandonar o serviço público.

Incumbiu o Imperador a Aureliano que, de harmonia com o Marquês de Paranaguá e Araújo Viana, que lhe mereciam toda a confiança, organizasse novo Gabinete.

Não perderam tempo os dois estadistas em suas diligências. Convieram primeiramente que se deviam dispensar do Ministério os dois irmãos Albuquerque. Convidaram depois Miguel Calmon du Pin e Almeida<sup>31</sup> e José Clemente Pereira para ocuparem as pastas da Fazenda e da Guerra. Assumiu a da Marinha o Marquês de Paranaguá, e a do Império Cândido de Araújo Viana. Continuou Aureliano na dos Negócios Estrangeiros. Restava a repartição da Justiça a preencher-se, e trataram de escolher para sua gerência um deputado de importância e prestígio na Câmara temporária.

O nome de Paulino José Soares de Sousa pareceu-lhes o mais apropriado à situação. Fora administrador ilustrado e zeloso na presidência da província do Rio de Janeiro e no último Ministério da regência

---

31 Marquês de Abrantes.

de Araújo Lima. Provara-se estadista e jurisconsulto notável com seus trabalhos de relator da lei de interpretação do Ato Adicional à Constituição do Império, e nas discussões do projeto de reforma do Código do Processo Criminal, ainda pendente no Senado.

No dia 23 de março de 1841 instalou-se com estes personagens o segundo Ministério da Maioridade.

Era Paranaguá lente catedrático na Academia de Marinha em Lisboa e recebera o grau de doutor em Matemática na Universidade de Coimbra. Eleito deputado à Assembléia Constituinte portuguesa pelo Rio de Janeiro, defendeu a causa brasileira contra as pretensões dos legisladores da antiga metrópole, posto que protestasse que não queria a separação dos dois reinos, europeu e americano. Proclamada a independência do Brasil em 1822, abandonou Portugal, e os cômodos honorários e empregos que em Lisboa desfrutava, apresentou-se no Rio de Janeiro a D. Pedro I preferindo a pátria natural à adotiva. Senador do Império, e por vezes ministro de estado durante o reinado do primeiro Imperador demonstrava princípios destoantes do regime representativo e da interferência parlamentar na administração pública. Procedia, porém, com uma independência de caráter, que lhe alienara as simpatias pessoais do monarca,<sup>32</sup> mas que lhe conquistara o respeito público.

José Clemente Pereira, bem que nascido em Portugal, domiciliado, todavia, no Brasil, e juiz de fora da cidade do Rio de Janeiro, constituiu-se, antes mesmo que D. Pedro I prendesse sua causa à causa brasileira, um dos mais ardentes arautos da independência.

Serviços relevantes desempenhara em companhia e acordo com Joaquim Gonçalves Ledo, o cônego Januário da Cunha Barbosa, o advogado José Joaquim da Rocha e o Marechal Luís Pereira da Nóbrega. Contribuíra esforçadamente para que D. Pedro I desobedecesse às Cortes portuguesas e se conservasse no Brasil. Proclamada a independência, rompeu em oposição ao Ministério dos Andradas, que o acusaram de republicano e o deportaram para a Europa.

Com a queda dos Andradas regressara para o Rio de Janeiro. Foi por vezes chamado ao Ministério, e provou extraordinária atividade e energia em todos os seus atos. Devia-lhe ainda a Santa Casa da Miseri-

---

32 Vide para maiores esclarecimentos a *História da fundação do Império brasileiro*, 2ª edição.

córdia do Rio de Janeiro os progressos e consideráveis melhoramentos que a enobreciam, e a tornaram uma das instituições piedosas do mundo mais importantes e caritativas.

Miguel Calmon reputava-se o orador mais fluente e agradável da Câmara dos Deputados. Apelidava-o o público “canário da tribuna”, ainda que pouco succulentos os seus discursos, mas brilhante e melodiosamente proferidos. Ocupara o cargo de ministro da Fazenda, quer no Primeiro Reinado, quer durante o período regencial, e da Câmara dos Deputados, transferira-se em 1840 para o Senado.<sup>33</sup>

Primava Araújo Viana pelos estudos literários. Governara o Maranhão antes de 1831, e ocupara o Ministério durante a Regência.

Nomeado preceptor dos príncipes menores, afeiçoava a estima de Sua Majestade que o distinguia e acatava publicamente pela mansuetude do espírito e moderação de seu caráter.

---

<sup>33</sup> Vide *Segundo período do reinado de D. Pedro I no Brasil*, 1ª edição.



.....

IV  
*De março a dezembro de 1841*

**C**OM A dissolução do gabinete de 23 de julho salvara-se a Câmara dos Deputados. A sessão de 1841 não podia deixar de ser tempestuosa. A maioria, composta de conservadores, negar-lhe-ia decerto sua confiança, e o impeliaria libertar-se da sua oposição, e a convocar para substituí-la a eleita em outubro de 1840, na qual os liberais preponderavam inteiramente.

Interessa sumariar um singular incidente que teve lugar ao prestarem os novos ministros juramento nas mãos do Imperador, como era de uso tradicional, para tomarem conta das pastas que lhes eram confiadas.

Foi-me referido confidencialmente por Paulino de Sousa e José Clemente, que me honravam com sua amizade.

Permaneceu secreto; não penso, porém, ofender a religião do sigilo, quando trato de referir acontecimentos históricos, posto que passados no interior dos reposteiros dos paços imperiais.

Introduzidos os ministros na sala dos despachos, e sentados à mesa presidida por Sua Majestade, pediu Aureliano vênias, e requereu que seu irmão Saturnino de Sousa, cuja nomeação de presidente do Rio Grande do Sul considerava aprovada, fosse admitido ao despacho e rece-

besse instruções, que lhe deviam ser transmitidas no tocante ao governo da província.

Anuiu imediatamente o Imperador; Aureliano levantou-se, saiu da sala, e voltou de pronto, acompanhado por Saturnino, que tomou assento entre os membros de gabinete.

Posto que surpreendidos, não ousaram os ministros articular protestos contra o ato praticado. Desvaneceu-lhes, todavia, Araújo Viana as apreensões declarando que não estava ainda assinado o decreto de Saturnino, e nem redigidas as instruções que lhe deviam ser transmitidas; pedia-lhe portanto que no dia seguinte, em sua casa ou na secretaria do Império o procurasse para se entenderem regularmente. Retirou-se Saturnino de Sousa da sala do despacho, e encetou o Ministério suas relações com Sua Majestade.

Ao saírem dos paços imperiais, reuniram-se José Clemente e Miguel Calmon em casa de Paulino de Sousa, e trocaram opiniões a respeito do incidente. Convieram, para bem da harmonia, com que o Gabinete devia marchar, que se entendessem confidencialmente, com Araújo Viana para que no caráter de ministro do Império providenciasse de modo a não repetir-se o incidente.

Assinaram-se os decretos de exoneração de Álvares Machado e de Santos Barreto, e de nomeação de Saturnino de Sousa, do Conde de Rio Pardo para presidente e comandante das armas da província do Rio Grande.

Dedicaram-se os ministros aos trabalhos da administração; acordes em não estabelecer política reacionária, resolveram conservar todos os presidentes e chefes de polícia da confiança do anterior Gabinete. Foram apenas deliberadas algumas reparações no pessoal administrativo que o serviço público reclamava.

Publicaram o dia para a sagração de Sua Majestade, e esperaram que as Câmaras funcionassem a fim de solicitar-lhes as providências que lhes pareciam indispensáveis.

A época da menoridade até 1837 fora a da ação democrática, e pois a autoridade despojara-se de atribuições necessárias para resistir às ambições de caudilhos e prevenir revoltas e desordens, que a anarquia das opiniões havia excitado.

Reação autoritária sucedera à ação democrática, e proclamada a maioria devia ela precipitar-se com maior desassombro.

Reuniram-se em assembléia geral os senadores e deputados no dia 3 de maio. Era a primeira vez que o Imperador em pessoa instalava as sessões legislativas. Cerimonial diferente do dos tempos regenciais atraiu geral curiosidade. Para Sua Majestade levantou-se um trono no recinto do Senado e designaram-se assentos particulares para suas irmãs, as duas augustas princesas. Deputações de honra nomeadas pelo Presidente do Senado receberam à porta do edifício os príncipes e os acompanharam aos seus lugares. Magistrados, generais, funcionários elevados e diplomatas estrangeiros acreditados perante o Governo e damas ricamente adornadas colocaram-se nas galerias. Multidão considerável de povo derramava-se pelos corredores do edifício, praça e ruas adjacentes.

Ao penetrar Sua Majestade na sala das sessões foi estrepitosamente saudado e sobre sua cabeça choveram quantidades de variadas flores com que seus súditos desejavam provar sua veneração e júbilo.

Ornamentado com as insígnias da realeza, manto, coroa e cetro; de aspecto juvenil e simpático, de maneiras agradáveis, ordenou Sua Majestade que os senadores e deputados se sentassem em suas cadeiras.

Extremamente comovido leu então o Imperador a fala do trono dirigida aos representantes da nação.

Terminado seu discurso, repetiram-se as aclamações populares e acompanharam-no vivas repetidos até que desapareceu aos olhos dos curiosos.

Mencionava a fala do trono a melindrosa situação da província do Rio Grande do Sul, e asseverava que, quando uma pacificação honrosa o Governo não alcançasse, empregaria todos os elementos de força para extinguir a revolta. Recomendava a criação de um Conselho de Estado a que fossem chamados os próceres políticos e administrativos que pudessem esclarecer Sua Majestade nos casos graves da governação. Exigia a reforma das leis criminais a fim de prestar-se à autoridade a força conveniente para a defesa da ordem pública.

Lembrava a necessidade de alterar-se a lei eleitoral da Guarda Nacional cuja organização lhe parecia defeituosa; e terminava afirmando que existiam inalteráveis as boas relações do Brasil com as potências

estrangeiras, e reinava a tranqüilidade pública nas demais províncias do Império.

Na Câmara dos Deputados a discussão do projeto de resposta ao discurso da Coroa suscitou a oposição do Partido Liberal. Os dois irmãos Andradas, Limpo de Abreu, Teófilo Ottoni e o Cônego José Antônio Marinho estranharam a composição do Gabinete, mescla de personagens do regime do Primeiro Império, e de reacionários durante a menoridade. Combatidos no terreno geral por Honório Hermeto, Rodrigues Torres, Vieira Tosta, Maciel Monteiro, Urbano, Nunes Machado, Carneiro de Campos, Sousa Martins e Sousa Franco, desceram a recriminações acerca das causas da dissolução do anterior Gabinete e dos negócios do Rio Grande.

Mais que nenhum ministro foi Aureliano molestado pelos liberais, não somente por ter continuado no novo Gabinete, como por ser o único que na ocasião do debate da resposta à fala do trono ocupava seu lugar na Câmara dos Deputados. José Clemente e Paulino de Sousa esperavam sua reeleição, a fim de poderem voltar à representação nacional.

Acusou-o Antônio Navarro de traidor a seus últimos colegas, e dirigiu-lhe apodos e injúrias, que excitaram numerosos protestos da maioria, e perturbaram, por vezes, as sessões dos legisladores. Notou-se que sempre que Navarro falava retirava-se do recinto Aureliano no intuito de poupar cenas desagradáveis.

Elevou-se então Honório Hermeto à altura de exímio parlamentar, e estadista proeminente. Analisou a situação do país ao proclamar-se a maioria; a política executada pelo Ministério de 23 de julho, que irritara e exasperara os espíritos, e renovava as passadas lutas com maior desabrimento; demonstrou seus desacertos na tentada pacificação da Província do Rio Grande, desacertos tão prejudiciais que aumentaram as dificuldades de uma concórdia tão indispensável ao prestígio dos primeiros anos do reinado de D. Pedro II. Lembrou aos novos ministros um programa definido a fim de reconstruir-se a sociedade e arrancar-se dos elementos revolucionários, que a agitavam, um governo sério, que satisfizesse as necessidades e os interesses de todos, e encaminhasse o país para progressos reais e duradouros. Aconselhou ao Gabinete que exercitasse francamente uma política moderada mas firme, que entre-

gasse a administração das províncias a funcionários de sua confiança e não permitisse que continuassem a governá-las adversários declarados que se aproveitavam das suas posições para perseguir o Partido Conservador, e cometer violências e arbítrios que comprometiam a dignidade do Gabinete.

Considerável maioria aprovou na Câmara dos Deputados o voto de graças expressivo de confiança no Ministério.

Não foi menos pertinaz e demorado no Senado o debate relativo ao mesmo assunto. A Vergueiro, a Paula Sousa, a Holanda Cavalcanti, em oposição ao Ministério, respondeu em várias ocasiões Bernardo Pereira de Vasconcelos, com aquele vigor lógico e a fina ironia que caracterizavam seu talento.

Tratou o Ministério de conseguir no Senado a terminação do projeto de reformas do Código do Processo Criminal, e adotadas emendas em diversos artigos, fosse com urgência dissolvida a Câmara dos Deputados. Alcançou igualmente que a Casa dos anciões da pátria aprovasse a criação de um Conselho de Estado, e que não tardou igualmente em ser remetido ao ramo temporário do Parlamento.

Discutiu se votara, no entanto, a Câmara dos Deputados as propostas de fixação de forças terrestres e marítimas, e ocupara-se com os orçamentos de despesa e receita públicas. Ininterruptas e azedas controvérsias políticas levantaram sempre os liberais, ansiosos de dificultar a marcha do Governo, gastar o tempo reservado e necessário para se votarem os projetos recebidos do Senado.

Foi preciso, para que a Câmara concluísse seus trabalhos, reformar-se o seu regimento, e autorizar-se a maioria a encerrar as discussões, depois de ouvido número determinado de discursos.

Nem com esta providência lograr-se-ia votar as medidas solicitadas pelo Governo; tornou-se indispensável prorrogar por vezes a sessão legislativa até fim do mês de novembro.

Encontrou o Ministério amigos que não abandonaram o Parlamento, bem que não remunerados com os subsídios pecuniários estabelecidos unicamente para sessões ordinárias.

Tinham os opositoristas concertado retirar-se para que faltasse o número legal de deputados com que continuassem as sessões.

Chamou então a Câmara suplentes que substituíssem os desertores e com este sistema pôde ultimar em seus trabalhos.

Aprovaram as Câmaras as leis ânuas, e além de outros assuntos de somenos interesse, três projetos da maior importância: o que transferia das atribuições das assembleias provinciais para o Governo a nomeação de vice-presidentes de província; o que instituía um Conselho de Estado; e o que alterava as disposições do Código Criminal quanto à organização da polícia, formação dos processos, funções da magistratura, e ao julgamento dos réus perante o tribunal dos jurados.

Das crespas pugnas parlamentares, em que os oradores se enlearam em tão memorável sessão, resultaram claramente os princípios, que dividiam então os dois partidos militantes, Liberal e Conservador. Antônio Carlos preconizou a opinião do ilustrado estadista francês Adolfo Thiers de que o rei reina e não governa. Combateram-lhe a máxima Honório Hermeto, Vasconcelos, Rodrigues Torres e Paulino de Sousa, fundados na letra e no espírito da Constituição do Império, que inaugurara um quarto poder confiado exclusivamente ao critério do Monarca. Afirmavam que para ser exercido na plenitude de suas funções prejudicial era que fosse o rei um autômato, alheio à marcha dos negócios públicos. Vergueiro, Paula Sousa e Limpo de Abreu admitiam o direito de resistência Armada e de revolução, sempre que o governo cometesse arbitrariedades e infringisse as leis e a Constituição do Império.

Encontraram ainda neste ponto contraditores em seus adversários políticos, que sustentavam a ilegalidade de empunharem-se as armas contra o Governo, porquanto na tribuna, na imprensa, nas eleições e nos tribunais estavam consignados tanto a liberdade de propaganda de doutrinas como os recursos contra os depositários da autoridade pelos atos que praticassem opostos à lei e aos interesses públicos.

Pretendiam os liberais que se decretassem mais amplas franquezas políticas às províncias a fim de descentralizar-se a ação governativa geral, exigiam ainda restringir a ação da polícia e confiar-se ao povo a eleição de magistrados, a fim de que o país se administrasse pelos agentes de sua vontade e escolha.

Replicavam os conservadores que era indispensável a centralização política para se manter a integridade do Império; que o Poder Judiciário carecia de ser independente e inamovível para cumprir seus

deveres e amparar os direitos dos cidadãos, e firmar a esfera da resistência legal que se facultava.

Estes princípios mais ou menos bem desempenhados, segundo as ocorrências e segundo também os temperamentos dos homens políticos, separaram os dois partidos militantes.

Logo que as Câmaras encerraram suas sessões, publicou-se o regulamento para a execução do Conselho de Estado, e escolheram-se para compô-lo os varões mais geralmente reputados por seus talentos, estudos e experiências dos negócios. Não atendeu o Governo a partidos e nem a opiniões políticas. Ao lado de Honório Hermeto, Vasconcelos, Araújo Lima e José da Costa Carvalho, genuínos conservadores, colocou Manuel Alves Branco,<sup>34</sup> Caetano Maria Lopes Gama,<sup>35</sup> e o Marechal José Joaquim de Lima e Silva,<sup>36</sup> conhecidos por suas tendências e adesões mais ou menos liberais; e Francisco Cordeiro da Silva Torres, José Antônio Silva Maia, e D. Frei Pedro de Santa Mariana, arredados inteiramente dos partidos, respeitados porém por seus conhecimentos especiais nas questões militares, financeiras e eclesiásticas.

Convencido de que sua política tolerante produzia perigos para a marcha dos negócios públicos e fiel execução de seu programa, exonerou a maior parte dos presidentes das províncias, e nomeou cidadãos de sua confiança. Preferiu para os mais importantes vultos políticos superiores, que conheçam o peso da responsabilidade e dispunham de necessária experiência para moderar a ação governativa. Honório Hermeto incumbiu-se da do Rio de Janeiro, José da Costa Carvalho da de São Paulo, Carlos Carneiro de Campos da de Minas, o General José Joaquim Coelho<sup>37</sup> da do Ceará, e Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos<sup>38</sup> da Bahia.

Festas significativas prepararam-se para solenizar a sagração de Sua Majestade. Assembléias provinciais, câmaras municipais, sociedades científicas e literárias, corporações mercantes, faculdades de ensino superior, liceus de instrução, enviaram ao Rio de Janeiro comissões a

---

34 2<sup>o</sup> Visconde de Caravelas.

35 Visconde de Maranguape.

36 Visconde de Magé.

37 Barão de Vitória.

38 Visconde de Montserrat.

fim de assistirem à sua celebração, e felicitarem o Imperador pelo complemento religioso das funções da realeza.

Ergueram-se nas ruas e praças da cidade arcos cobertos de folhagem, de arbustos e árvores, ornados de dísticos honrosos, coroados de bandeiras nacionais e estrangeiras.

De pompas e galas revestiu-se a capela imperial, cena designada para a cerimônia. Tapetes e alcatifas pelas paredes e pelo chão, lustres e arandelas por toda a parte, flores e ornatos pelas portas, janelas e escadas do templo. Rasgou-se-lhe comunicação para com os paços imperiais por meio de um passadiço pitorescamente formado, e por fora dos edifícios intermediários entre a capela e o palácio de uma larga e comprida varanda.

O exterior de todas as casas da cidade enfeitaram-se com bambinelas, iluminações multicores e desenhos fascinantes que exprimiam o contentamento dos moradores.

Desde o palácio de S. Cristóvão até o da cidade, multidão extraordinária de ambos os sexos e de todas as idades, agrupados, confundidos, e alegres, rompiam em saudações ao Imperante.

Cercou-se Sua Majestade, no palácio da cidade, de senadores, deputados, diplomatas estrangeiros, funcionários elevados em categorias, e comissários de assembléias provinciais e municipalidades.

Trazia o Imperador o manto que servira a seu pai e a espada que ele cingira ao proclamar a independência nos campos do Ipiranga.

Do palácio e pela galeria e passadiço transferiu-se Sua Majestade para a capela, seguido de numeroso cortejo.

Recebido ao penetrar no templo pelo bispo, cabido e dignitários da Igreja, encaminhou-se para um trono que se improvisara e começaram as solenidades religiosas.

Terminada a missa, foi Sua Majestade unguido no punho do braço direito e nas espáduas pelo Arcebispo da Bahia, metropolitano do Império, assistido por seis bispos de várias dioceses, e recebeu das mãos do celebrante a coroa, o cetro e as imperiais insígnias.

Em altas vozes proclamaram então no adro da igreja o rei de armas e o alferes-mor que a sagração do Imperador se concluíra. Tiros estrondosos dispararam os artilheiros e fuzileiros postados na praça.



Foguetes e bombas lançados ao ar, sons repetidos dos sinos, vivas incessantes do povo, causaram estrepitosos alaridos.

Deixou o Imperador o templo, e ao passar pela galeria, as multidões apinhadas na praça aplaudiram-no entusiasmadas.

Listas de títulos nobiliários e de condecorações honoríficas, publicadas no dia seguinte ao da sacração, patentearam a generosidade e gratidão de Sua Majestade.

Parecia tudo nadar em alegria, mas o Ministério incomodava-se com as notícias que chegavam do Rio Grande, para onde, no entanto, remetia o ministro da Guerra constantes e copiosos socorros em tropas e munições de guerra. Custa a crer a atividade desenvolvida por José Clemente. Diariamente recebia, distribuía, assistia à disciplina de recrutas, que lhe vinham das províncias, e bem não estavam suficientemente educados no serviço e manejo das armas, e já as remetia para o Rio Grande, e recomendava ao general operasse com urgência e energia contra os revoltosos.

Não correspondia no entanto o Conde do Rio Pardo à confiança que em seu valor e perícia militar o Governo depositara. Seu antecessor, Santos Barreto, posto que nunca houvesse arrostado o inimigo, concentrava o exército perto das fronteiras, e no meio dos soldados proibia comunicações dos rebeldes com os povos das repúblicas vizinhas, de onde costumavam receber socorros, e para onde fugiam, quando derrotados no território brasileiro.

Em Porto Alegre conservava-se inativo o Conde de Rio Pardo, e contentava-se com amparar a capital da província contra qualquer assalto dos inimigos, aos quais deixava abertos e livres os campos, e expostas as povoações e cidades a suas devastações e saques.

Senhores de toda a campanha, moviam-se os revolucionários impunemente de uma para outra localidade, em procura de gados e cavalhadas, e em surpresa de comboios legalistas, que conduziam gêneros e munições de guerra. Apoderavam-se até de pequenos barcos, que devassavam as águas da lagoa dos Patos.

Por mais apertadas que fossem as instâncias do ministro da Guerra, e as recomendações do Presidente Saturnino de Sousa, não

demovia-se o Conde de Rio Pardo de sua inércia, que apelidava plano estratégico.

Convenceu-se enfim José Clemente que nem todos os velhos cabos de guerra eram os mais próprios para dirigirem Exércitos, e que as valentias de braços provadas em idade juvenil ou madura extinguem-se com o tempo, que no seu marchar precipitado diminui quando não quebra inteiramente as forças do corpo e do espírito.

Exonerou-se o Conde de Rio Pardo do cargo de comandante das armas, e nomeou-se para substituí-lo o Brigadeiro José Maria Silva de Bittencourt.

Tempo era para suspender o desconceito em que caía a direção da guerra.

Reinava no entanto a paz e a tranqüilidade em todas as demais províncias do Império, e o Governo recebia principalmente das do Norte cópia de recrutas com que aumentava os contingentes necessários para a guerra do Rio Grande.

Dedicou-se fervorosamente Paulino de Sousa à redação de regulamentos para a lei de 3 de dezembro. Diversos foram segundo a especialidade das matérias. Polícia, formação de processos, separação do administrativo e do contencioso, atribuições do júri, reorganização da magistratura, especialização de juizes municipais e de órfãos em termos distantes a fim de fundar-se uma classe experimentada para os cargos de juizes de direito com que se collocasse o Poder Judiciário em esfera respeitável, e em posição de independência.

Despendeu em sua espinhosa missão todo o mês de dezembro, e somente ao principiar o ano de 1842 pôde publicá-los e ordenar sua execução em todo o Império. Destacava as atribuições dos juizes de direito das dos chefes de polícia, e a estes, sob aprovação dos presidentes de província, cabia nomear delegados de termos, e subdelegados de paróquias.

Transformava-se a situação com tão radical disposição da lei e de seus regulamentos, e tendia a ser uniformizada no Império com o tempo suficiente.

.....

V

*De janeiro a junho de 1842*

**A**PESAR da moderação, que o governo geral e os presidentes das províncias empregavam em suas funções administrativas, foram-se desde o começo do ano de 1842 assombrando os horizontes. Exaltadas as paixões, recrudescidos os ódios, despertados os rancores, persistente o espírito revolucionário que dominara durante a menoridade, não adotadas ainda as máximas de resistência legal em casos de divergência de opiniões, e de ofensa de interesses privados ou públicos, deviam-se temer repetições de rebeldias e explosões de desespero que pensam encontrar recurso na luta material sempre perniciosa para os povos.

Propagavam-se boatos de que nas províncias de São Paulo e Minas apresentavam-se os liberais a romper em hostilidade Armada, para o que formavam clubes, juntavam adeptos, e com insidiosos manejos atraíam a população miúda, amedrontada com recrutamentos e ansiosa de gozar de completa liberdade e independência.

Na capital do Império fundara-se o clube central, que se entendia com os estabelecidos nas duas províncias, e lhes enviava socorros e avisos. Ocupava sua presidência Limpo de Abreu, e era seu principal

arauto Teófilo Ottoni. Publicando periódicos incendiários, folhetos e circulares tendentes a incitar os brios de seus correligionários, entretinha agitação e conservava aceso o fogo do exaltamento dos ânimos. Aconselhava que se resistisse ao reconhecimento e posse das autoridades policiais nomeadas pelo Governo para os termos e paróquias, sob o pretexto de inconstitucionalidade da lei de 3 de dezembro. Agredia a instituição do Conselho de Estado como meio de fundar-se o regime autoritário; a nomeação de vice-presidentes das províncias, como infração dos direitos das assembléias provinciais, e a interpretação do Ato Adicional como destruição das franquezas e regalias das províncias.

Afirmava de indispensável medida recuperar o que os povos tinham ganho durante a menoridade em instituições civis e políticas, e resistir com todos os elementos de que dispusessem para que se malograsse a reação intentada pelo Governo.

Principiaram os conspiradores a executar seus projetos com representações e protestos de Câmaras Municipais contra as leis referidas. Linguagem ameaçadora empregaram as Câmaras Municipais de São João d'el-Rei, de Barbacena e de Minas Novas em mensagens que dirigiram ao ministro do Império. Ordenou Araújo Viana que, suspensos os vereadores signatários, fossem processados criminalmente por haverem excedido as funções meramente administrativas fixadas nas leis relativas às municipalidades.

Não trepidou então a assembléia provincial de São Paulo, composta de liberais em maioria, em aprovar uma moção desairoso ao Governo, e em nomear emissários incumbidos de apresentá-la ao Imperador, instando pela urgência de suspender as leis decretadas, e asseverando que o povo da província estava disposto a resistir a seu cumprimento.

Encarregou-se o Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro de cumprir este mandato. Dirigiu a Araújo Viana um ofício e cópia da moção aprovada, e solicitou audiência particular do Imperador a fim de apresentá-lo.

Respondeu-lhe o ministro do Império que as frases e conceitos exarados na moção, por sua veemência e injuriosas expressões, não permitiam que Sua Majestade a recebesse.

Retirara-se o Padre Feijó para Itu e dizia a seus amigos que se aborrecera das lides políticas. Exacerbou-se-lhe, porém, o espírito, e mudou de idéia e de procedimento. Publicou um manifesto aos paulistas, que espalhou pela província, e que produzia sensação notável. Verberava, em termos violentos, as leis de interpretação do Ato Adicional, de reforma do Código do Processo Criminal, e da criação do Conselho de Estado, e exortava seus conterrâneos a lançar mão das armas, a fim de que não fossem executadas.

Indícios eram, de certo, da revolta que se tramava. Resolveu o Ministério enviar para São Paulo contingentes militares que reforçassem os provinciais de que o Presidente Costa Carvalho dispunha. Em ordem do dia do quartel-general, mandaram-se aprontar dois batalhões de linha.

Ao constar na província a resolução do Governo, apressou-se Rafael Tobias de Aguiar, que a voz pública designava como chefe da conspiração projetada, em procurar Paula Sousa, o Padre Vicente Pires da Mota e o doutor José Antônio Pimenta Bueno,<sup>39</sup> a fim de que intervissem para que não fossem pelo Governo do Rio de Janeiro expedidas tropas para a província.

Dirigiram-se os quatro cidadãos ao Presidente Costa Carvalho, e expuseram-lhe as apreensões que nutriam de que forças militares excitassem mais as paixões e exasperações dos povos. Asseguraram-lhe que o sossego público se não alteraria, que nenhuma revolta se premeditava, que as leis seriam plenamente executadas enquanto os liberais não lograssem constitucionalmente sua revogação.

Declarou particularmente Paula Sousa que estava arrependido de não haver comparecido na Assembléia Provincial quando se votara a moção dirigida ao Governo, porque a teria combatido por ilegal, bem que reputasse inconstitucionais as leis de que os povos se queixavam. Acrescentou que empenharia seu prestígio na província para que se não perturbasse a ação do Governo e nem a tranquilidade pública; mas que no Senado proporia revogação das leis referidas.

Não hesitou Rafael Tobias em garantir ao presidente que falsos eram os boatos espalhados de que se planejava a revolução, e era ele seu principal chefe. Comprometia-se pessoalmente a obstar qualquer

---

<sup>39</sup> Marquês de São Vicente.

resistência à execução das leis decretadas, e a conter o Partido Liberal no círculo de seus deveres de obedecer às autoridades constituídas. Assustava-se, todavia, dos desesperos dos mais enfurecidos, quando chegassem à província tropas militares, de que se não carecia para manutenção da ordem pública.

Atendeu-os Costa Carvalho, e respondeu-lhes que comunicaria ao Ministério a conferência e as declarações formais que lhe faziam de que se não alteraria a tranqüilidade pública, e nem se oporia resistência às leis e ao Governo.

Ofereceu-se Rafael Tobias a fretar por sua conta um vapor em Santos, que partisse imediatamente para o Rio de Janeiro, levasse os officias do presidente, e voltasse com a resposta do Governo. Parecia-lhe assunto tão urgente, que qualquer demora causaria perigos.

Aceitou-lhe Costa Carvalho a proposta, redigiu suas missivas ao Governo e entregou-as a Tobias. Pareceu ao Ministério ao receber notícias do ocorrido que de prudência seria esperar a remessa de tropas para São Paulo.

Aproximava-se, entretanto, o dia 3 de maio, em que se devia instalar a primeira sessão da legislatura de 1842 a 1845, e conforme a disposição do regimento da Câmara dos Deputados, a 21 de abril teve lugar a primeira preparatória destinada a examinar os diplomas dos eleitos e reconhecer-lhes os poderes.

Aclamaram os liberais que compareceram em grande maioria Martim Francisco para presidente da Câmara, e nomearam uma comissão encarregada de estudar as atas e documentos das eleições, composta dos mais extremados do partido.

Causou admiração aos poucos conservadores que concorreram às sessões preparatórias um fato inteiramente novo nos *Anais* do Parlamento. Contestados estavam muitos processos eleitorais das províncias com alegações de fraudes e violências praticadas e apresentação de documentos comprovativos que os inquinavam de nulidades. Não demorou-se todavia a comissão em propor logo no segundo dia das sessões preparatórias parecer aprovando todos os diplomas e reconhecendo os deputados de todas as províncias, sem que mencionasse nenhum dos protestos, representações e documentos, que se lhe tinham enviado para seu esclarecimento. Acrescia ainda a circunstância de que não tinham

chegado à Câmara a maior parte das atas das eleições paroquiais nem as particulares dos colégios. Não demorou-se Martim Francisco em designar para a ordem do dia 29 a discussão do parecer.

Iniciado o debate, lamentaram Rodrigues Torres, Maciel Monteiro, Sousa Martins e Cansação de Sinimbu quanto incompletos haviam sido os estudos e exames da comissão que nem mencionava os protestos e reclamações recebidas, e nem percebera que as eleições do Ceará tinham sido procedidas sob estado de sítio decretado pelo presidente, o Padre José Martiniano de Alencar. Requereram pelo menos discussão separada das eleições de províncias a cujo respeito tinham sido enviados documentos valiosos para sua invalidação.

Gastou-se o dia na discussão do requerimento que foi por fim rejeitado pela maioria.

A 30 de abril exprobravam os conservadores a sofreguidão de votar o reconhecimento de todos os liberais, independente de referências a documentos e representações que se não tinham impresso e examinado. Em despeito de suas reclamações, aprovou a maioria as eleições de todas as províncias, declarou haver número suficiente para se instalar a assembléia geral, e ordenou à Mesa que oficiasse ao Governo, solicitando a abertura da assembléia.

Propalou-se imediatamente no Rio de Janeiro que na celeridade empregada pela maioria liberal para a abertura das Câmaras, executava-se um plano de no primeiro dia de sessão ordinária propor-se e votar-se acusação dos ministros e por este modo expeli-los da administração publica.

Não assevero a exatidão do boato, mas affianço que tomou incremento e foi geralmente acreditado.

Ao receber o Ministério comunicação de que havia número suficiente de deputados reconhecidos e presentes na Câmara para que se procedesse à cerimônia da abertura do corpo legislativo, redigiu, assinou e apresentou à Sua Majestade o seguinte relatório atribuído à pena de Araújo Viana.

“Senhor,

“Os ministros de V. M. Imperial incorreriam em grave responsabilidade para com o país, trairiam as suas consciências, seriam

indignos da confiança que V. M. Imperial tem neles depositado, se não viessem pedir com o mais profundo respeito a V. M. Imperial uma medida que as circunstâncias reclamam imperiosamente para manter contra os embates das facções o sistema monárquico-constitucional-representativo, único que pode assegurar a salvação do Estado.

“É sem duvida melhor prevenir a tempo as conseqüências, que a marcha incalculável das facções costuma acarretar consigo, do que lutar com elas depois de haverem produzido irreparáveis estragos.

“A atual Câmara dos Deputados, Senhor, não tem a força moral indispensável para acreditar seus atos e fortalecer entre nós o sistema representativo. Não pode representar a opinião do país porque a expressão da vontade nacional e das necessidades públicas somente pode produzir a liberdade dos votos. A existência dessa Câmara não é compatível com a idéia de um governo regular, porque nela predominam homens que, pondo de parte os meios constitucionais, não recuam diante de outros que subvertem todas as idéias de organização social, invadem, usurpam e pretendem constringer, no exercício de suas atribuições, outros poderes do Estado.

“Ainda não se apagaram da memória dos brasileiros as recordações das tramas e violências que na eleição da atual Câmara dos Deputados, foram cometidas em quase todos os pontos do Império. O triunfo eleitoral, calcadas embora as leis do pudor, foi o objeto em que puseram todo o seu desvelo as influências que, a despeito da vontade nacional, então predominavam, e o resultado coroou seus deploráveis esforços, porque contam na Câmara dos Deputados decidida maioria.

“O Brasil inteiro, Senhor, se levantará para atestar que em 1840 não houve eleições regulares. São irregularmente suspensas (até mesmo em massa) autoridades, cuja adesão é suspeita ou duvidosa; ordens com prevenção lavradas são confiadas aos agentes que presidem à empresa eleitoral, para remover obstáculos e impedir que predomine a vontade pública; empregados públicos são colocados na dura colisão de optar entre o sacrifício da sua consciência e o pão de seus filhos; operários de repartições públicas, soldados, marinheiros de embarcações de guerra, são constringidos a levar à carga cerrada, em listas que lhes são impostas, um voto de que não têm consciência; agentes subalternos de menor moralidade, e autorizados para proceder como lhes aprouver,



arregimentam e armam indivíduos, cujos direitos são mais que contestáveis, cuja nacionalidade mesma é duvidosa, e muitos dos quais, não pertencendo às paróquias, não têm nelas votos; estes regimentos invadem os templos, arrancam das mesas com violência, e rasgando-lhes as vestes, cidadãos que para as compor haviam sido chamados, e os substituem por outros à força; expõem dos mesmos templos com insultos e ameaças cidadãos pacíficos que aí concorrem para exercer um dos mais preciosos direitos do cidadão livre, qual o de eleger os seus representantes. E se esses regimentos não bastam, se o cidadão não se acobarda, a um aceno daqueles agentes, obedecidos pela força Armada, são acometidos os templos, profanados por baionetas, e corre o sangue brasileiro!

“Quando todos esses meios falham, é empregado outro recurso: empenham-se em perturbar por todos os modos as operações eleitorais. Se a maioria dos cidadãos indignada se retira sem entregar as suas listas, aparecem, não obstante, pejadas as urnas de um número delas excedente ao dos cidadãos ativos da paróquia. Das mãos dos que as proclamaram, recebem as mesas as listas aos maços, aos centos e sem conta, quer venham ou não assinadas, quer os nomes que por baixo delas se lêem sejam ou não de cidadãos ativos, de meninos, de escravos, e ainda mesmo imaginários. E, como se tanto não bastara, é a apuração feita por essas mesas uma amarga e criminosa derrisão do direito de votar! Contam os votos como lhes apraz; lêem os nomes dos votados como lhes parece; apuram listas em massa. Esta capital foi, com indignação, testemunha dessas saturnais, as quais disseram ser eleições de um povo livre.

“A esses atentados outros crescem: roubam-se as urnas; substituem-se nelas as listas verdadeiras, ou pelo menos publicamente recebidas, por outras falsas; e até não se hesita diante da escandalosa e tão pública falsificação das atas, quando o resultado que apresentam não está em tudo ao sabor dos interessados.

“Em alguns lugares é o número de eleitores aparentemente aumentado por uma maneira incrível e espantosa. Colégios houve que, não podendo sequer dar cem eleitores, apresentaram todavia mais de mil.

“Não há quase parte alguma do Império, Senhor, onde alguns desses atentados contra a liberdade do voto não fosse perpetrado em as eleições da atual Câmara dos Deputados.

“Uma câmara legislativa eivada em sua origem por tantos vícios e crimes, desconceituada na opinião geral dos brasileiros, que os testemunharam, jamais poderá conciliar a estima, veneração e prestígio que produzem a força moral, tão necessária a tais corpos políticos e à manutenção do regímen representativo. Os seus atos não podem encontrar aquela obediência tão fácil e voluntária que é filha da convicção, que têm os governados, de que para eles concorreram por meio de uma eleição livre. Nem ela conseguirá, quaisquer que sejam seus esforços, dominar a razão social.

“Entregue necessariamente à publicidade tudo quanto se passa em uma câmara legislativa, chama para o campo da discussão a inteligência, as paixões, os interesses de todos os membros da associação, é cotidianamente julgada, e condenada ou aprovada. De quanta força moral deve ela gozar, de quanta confiança deve ser revestida, para que não sofra quebra a sua autoridade por essas cotidianas sentenças?

“Uma câmara legislativa desconceituada é a maior calamidade que pode afligir uma nação.

“Contra a Câmara dos Deputados que acaba de constituir-se, ergue-se de cada ponto do Império uma queixa exprobrando à sua origem uma violação de lei; logo no mesmo dia da sua eleição ouviu-se em cada ponto do Império um protesto contra ela, a razão pública a foi condenando, foi decretando a sua dissolução; e cada fato que ia depois aparecendo mais a confirmava em sua sentença. Aceitar ou tolerar tal câmara, é concorrer para que seja falseado o sistema representativo, ou impelir a nação para que seja abismada na anarquia ou no despotismo.

“Reconhecem os ministros de V. M. Imperial que os princípios de ordem não foram de todo repelidos da composição da atual Câmara dos Deputados; e reconhecem-no com tanto maior prazer quanto isso prova a força da opinião nacional, que, apesar de comprimida, conseguiu colocar na mesma câmara homens notáveis por suas luzes, talentos e virtudes; mas o que poderão seus esforços, sua habilidade e seu patriotismo diante dos obstáculos que têm de encontrar?

“A salvação do Estado, tal qual se acha constituído pela Constituição e seu Ato Adicional, exige portanto que a atual Câmara dos Deputados seja substituída por outra, a quem a liberdade do voto dê o caráter de representante da opinião nacional e a força moral indispensável para firmar entre nós o sistema monárquico-constitucional-representativo.

“E por isso os ministros de V. M. Imperial não hesitaram um momento em pedir a Vossa Majestade Imperial a providência compreendida no decreto que têm a honra de depositar nas augustas mãos de V. M. Imperial, que resolverá como houver por bem.

“De V.M. Imperial: súditos fiéis e muito reverentes.

*“Marquês de Paranaguá – Cândido José de Araújo Viana – Paulino José Soares de Sousa – Visconde de Abrantes – Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho – José Clemente Pereira.”*

“Palácio do Rio de Janeiro, 1<sup>ª</sup> de maio de 1842.”

Anuiu-lhes o Imperador à proposta e com data do dia 1<sup>º</sup> de maio lavrou-se decreto que dissolvia a Câmara dos Deputados e convocava outra para o 1<sup>º</sup> de novembro. Ao principiar a sessão de 2 de maio leu-se e cumpriu-se o decreto em ambas as Casas do Parlamento. Não quis, todavia, Martim Francisco, que se lavrasse, aprovasse, e assinasse a respectiva ata na Câmara dos Deputados segundo as praxes do regímen representativo. Suspendeu imediatamente a sessão, e retirou-se do recinto da Câmara.

Suscitaram posteriormente os periódicos a questão de constitucionalidade. Alegavam que a Câmara não estava ainda suficientemente instalada, e portanto fora a prévia dissolução ato arbitrário. Responderam-lhes os conservadores que a Câmara se constituíra em número suficiente de deputados para funcionarem além de que a Constituição política do Império não distinguia hipóteses; firmavam-se também nos exemplos da Inglaterra e França, onde se dissolviam câmaras apenas eleitas e antes mesmo de sessões preparatórias.

Quando tudo parecia sossegado, surpreendeu-se a população da capital do Império com a notícia de que rebentara uma revolução na província de São Paulo, e na cidade de Sorocaba, a cuja frente Rafael Tobias se colocara, aclamado pelos revoltosos presidente da província.

A 13 de maio haviam de feito os sublevados repellido as autoridades de polícia, e estendido seu movimento revolucionário a Itu, Itapetininga, Porto Feliz, Ipanema e várias povoações do sul da província e dispuñham-se a assaltar a capital, e depor o presidente Costa Carvalho.

Propagou-se também que vários municípios do Norte de São Paulo, Areias, Silveiras e Bananal manifestavam aderência aos atos sediciosos de Sorocaba, e pretendiam obstar a passagem de tropas que por terra o Governo enviasse em socorro do presidente.

Por ordem do Ministério partiram imediatamente por terra dois batalhões que contivessem os sediciosos de Areias e Silveiras. Mil e duzentas praças, munidas de todas as armas, embarcaram-se também em navios de guerra com destino ao porto de Santos. Nomeado general-em-chefe das operações militares, seguiu no dia 18 Luís Alves de Lima com as forças destinadas a esmagar a rebeldia.

Arribou em S. Sebastião, deixou ali um contingente de soldados que se encaminhassem diretamente para São Paulo. Chegou a Santos a 21, e a 23 estava na capital da província.

Aparelhavam-se no entanto, os sediciosos, cujo número excedia dois mil homens, para atacarem a cidade de São Paulo, e ali instalarem seu governo.

Na cidade de São Paulo conferenciou Luís Alves de Lima com Costa Carvalho que se apoiava em guardas nacionais e corpo policial, e à frente de duas mil praças correu incontínenti ao encontro dos revoltosos.

Não havia então estradas de ferro, e raras eram as que se prestavam a serviço de carros. Transitava-se a pé ou a cavalo, e íngremes e por vezes dificultosos eram os caminhos.

No dia 7 de junho, avistou Luís Alves de Lima, no sítio denominado Venda Grande, os rebeldes entrincheirados em número considerável. Arremeteu de improviso contra eles. Aos primeiros tiros debandaram-se, abandonaram as armas, e desataram em precipitada fuga. Não houve, propriamente, combate, e quase que nem escaramuça. Nem um inimigo ousou afrontá-lo. Aprisionou Luís Alves cerca de quinhentos e penetrou em Sorocaba sem que encontrasse resistência. De Sorocaba

transferiu-se para Faxina, e Itapetininga e outros municípios sublevados, restaurou as autoridades depostas e restabeleceu a tranqüilidade.

Volvido o sul da província a seu estado normal, regressou Luís Alves para a capital da província.

Chegavam ao Rio de Janeiro notícias diárias dos sucessos de São Paulo. Um serviço de navios a vapor estabelecera-se, e as gazetas publicavam-nas imediatamente.

Ordenou o governo a Luís Alves que obrigasse a jurar bandeiras como soldados os prisioneiros aptos para o serviço militar, e a Costa Carvalho que intimasse ao Padre Feijó e a Vergueiro que se recolhessem à província do Espírito Santo, enquanto durasse a luta e o estado de sítio, que em São Paulo se tinha decretado, e onde sua permanência poderia prejudicar a tranqüilidade pública.

Obedeceram os dois senadores, protestando contra a violência de suas imunidades. Transferiram-se para a cidade de Vitória em navios aprestados pelo Governo, e aí fixaram sua residência transitória.

A expedição militar que o Governo enviara por terra encontrou resistência, e sofreu escaramuças em Silveiras, Areias e Queluz. Domadas, todavia, as povoações e presos os autores da sublevação, e quantos se reputaram seus cúmplices, foram enviados para Rio de Janeiro e recolhidos às fortalezas de Santa Cruz, S. João, Conceição e ilha das Cobras.

Releva acrescentar que Paulino de Sousa empregou atenção escrupulosa para que eles não sofressem a menor perseguição, mau-trato ou insulto. Com cuidado leu e examinou todas as participações oficiais que os comprometiam, e procedeu calma e prudentemente. Os que lhe pareceram autores ou principais cúmplices dos movimentos sediosos, e que se destinavam a processos, mandou-os reter nos cárceres. Os que entendeu perigosos na província, apenas, porém, acusados de indícios, deu-lhes a cidade do Rio de Janeiro, por menagem, sob promessa de se não evadirem. Quantos e muitos foram que mais a suspeitas deviam sua prisão que a provas de se haverem envolvido na revolta, decidiu que se soltassem e pudessem regressar livremente para suas casas e para o seio de suas famílias.

Não se concluíra ainda a luta em São Paulo e já ao Ministério teria se denunciava que o Clube dos Liberais, fundado na capital do Império, remetia instruções e armamentos secretos para a província de Minas e exortava seus correligionários para imitarem o exemplo de São Paulo e sublevarem-se contra o governo de Bernardo Jacinto da Veiga, que sucedera na presidência a Carlos Carneiro de Campos. Soube igualmente que Teófilo Ottoni misteriosamente partira do Rio de Janeiro, ocultara-se em propriedades rústicas de amigos, e logo que atravessara a ponte do rio Paraibuna, que separa as duas províncias contíguas, lançou-se-lhe fogo, e fora destruída, a fim de obstar comunicações e remessas de tropas para Minas.

Chegaram também participações de que um movimento sedicioso se cometera a 15 de junho na cidade de Barbacena.

Resolveu o Governo decretar também para a capital do Império e para as províncias do Rio e de Minas suspensão de garantias, dissolver o clube central dos liberais, prender e deportar para fora do Império seu presidente Limpo de Abreu e alguns de seus mais preeminentes membros. Embarcados em navio de guerra, seguiram eles para França, munidos de ordens do Governo que lhes garantiam no exílio pensões pecuniárias com que pudessem subsistir decentemente.

Acudiu de pronto o Governo em socorro de Minas. Chamou de São Paulo, Luís Alves de Lima, que no dia 23 de junho apresentou-se na capital do Império; nomeado general-em-chefe das operações militares em Minas, recebeu ordens para partir incontínenti com as forças de linha que restavam na capital do Império, e com os guardas nacionais e corpo de polícia da província do Rio de Janeiro, que de pronto havia Honório Hermeto congregado e enviado para a Paraíba do Sul e margem do Rio Paraibuna limite de Minas e do Rio de Janeiro.

Injustiça é poupar elogios a Honório Hermeto, presidente da província do Rio de Janeiro. Logo que recebeu notícia da sedição de Barbacena, proclamou aos povos, e chamou a serviço de guerra a Guarda Nacional dos municípios. Conseguiu que lhe ouvissem as vozes as de Magé, Iguaçu, Valença, Resende, Paraíba do Sul e Pirai, encontrou no patriotismo dos comandantes dedicação para não somente opor-se a movimentos revolucionários na província, como também para marchar para Minas e combater os revoltosos vizinhos.

Seguiu Honório Hermeto de Niterói, para a Paraibuna, onde concentrara o corpo de polícia e batalhão de guardas nacionais de Magé e outros contingentes de guerra. Tinham-se de feito sublevado os habitantes de Barbacena, arrastados pelos vereadores da Câmara Municipal, pelos chefes da sua Guarda Nacional, e por vários deputados da legislatura dissolvida. Nomearam presidente da província José Feliciano Pinto Coelho<sup>40</sup> que em uma proclamação aos mineiros excitou-os a lançar mão das armas, a depor as autoridades, e a resistir à execução das leis promulgadas.

Reunira-se-lhes Teófilo Ottoni que preponderou pelo seu ânimo arrojado, atividade admirável e perspicaz inteligência.

Forças remeteram para os limites da província com as do Rio de Janeiro, Paraibuna, e Rio Preto; para S. José e S. João d'el-Rei, e para várias localidades que abraçaram o movimento sedicioso. Muitos comandantes da Guarda Nacional que continuavam no exercício de seus postos apelidavam a serviço seus subordinados, e engrossavam-se a olhos vistos os elementos da revolta.

Anunciavam os revolucionários aos povos mineiros que o Ministério pretendia escravizar os homens livres de cor parda ou preta e com este ardil angariavam-lhes o concurso; alegando também que o governo legal tratava de governar absolutamente e roubar aos cidadãos seus direitos políticos, adquiriam ainda mais numerosos habitantes de Minas, que tão ciosos se mostraram sempre de suas liberdades e foros.

Desguarneceu-se a capital do Império de forças de linha e de polícia e empregou-se a Guarda Nacional na guarnição da cidade e na vigilância das prisões e de estabelecimentos públicos, e na manutenção da ordem. Entusiasmo extraordinário, porém, apossou-se dos seus habitantes. Tornou-se alvo geral a defesa das instituições e do Governo.

---

40 Barão de Cocais.

.....

## VI

*De junho de 1842 a janeiro de 1843*

O

S CHEFES da rebelião partiram de Barbacena para S. João d'el-Rei, e dali encaminharam-se para Ouro Preto, no propósito de apoderarem-se da capital da província. Resistiu-lhes com denodo a guarnição de Queluz, que foi todavia obrigada a render-se. Oferecendo-lhes, porém, Ouro Preto obstáculos sérios, que no momento previram invencíveis, seguiram para Sabará, que igualmente domaram pela força das armas, e para ali convocaram seus partidários. Bernardo Jacinto dispunha-se com coragem a defender Ouro Preto. Reunira o corpo policial e a Guarda Nacional, que se lhe manifestava fiel e devotada. Levantava fortificações, improvisava trincheiras, vigiava com cuidado seus arredores e esperava auxílios do Governo, que lhe chegaram felizmente, comandados pelo Coronel José Tomás Henriques à frente de dous batalhões de linha, e que transpusera as águas do rio Preto, e penetrara na capital da província sem que os rebeldes lhes estorvassem a marcha.

Não demorou-se Alves de Lima mais que dois dias no Rio de Janeiro. Recebidas as ordens e instruções do Governo, pelo porto da Estrela dirigiu-se a Paraíba do Sul, organizou as forças com que devia operar em Minas e restaurou a ponte do Paraibuna.



Haviam-se já cometido escaramuças e pequenas pelejas entre os guardas nacionais de Valença e Piraí, e os insurgentes postados na margem esquerda do rio Preto.

Foi a mais notável a que teve lugar nos sítios próximos do rio do Peixe, fortalecidos pelos rebeldes, e defendidos pela serra Negra. O brigadeiro reformado Inácio Gabriel Monteiro de Barros, e o capitão igualmente reformado José Joaquim de Lima e Silva,<sup>41</sup> fazendeiros de importância, atacaram os rebeldes em seus acampamentos, derrotaram-nos, desalojaram-nos de suas posições, afugentaram-nos e apossaram-se de armas, de munições abandonadas e da posição estratégica que ocupavam.

Chamou Luís Alves seu irmão José Joaquim de Lima e Silva para acompanhá-lo a Minas e capitanear uma coluna de seus soldados: escolheu o tenente-coronel da Guarda Nacional de Magé, Guilherme Pinto de Magalhães, e seu respectivo batalhão, e com cerca de setecentas praças, penetrou em Minas, em direitura a Ouro Preto, sem que os rebeldes o afrontassem. Preferiram eles seguir para o Sabará, onde o grosso de suas tropas estacionava.

Cerca de três mil soldados de linha e guardas-nacionais reuniu Luís Alves em Ouro Preto, compreendidos os que levava do Rio de Janeiro, e os que Bernardo Jacinto da Veiga lhe prestara. Marchou sem perder tempo ao encontro dos revoltosos.

De Sabará retiraram-se contudo os sediciosos para o arraial vizinho de Santa Luzia, que lhes pareceu mais estratégico que o Sabará; aquartelaram-se, entrincheiraram-se na povoação sita em um morro extremamente defensável.

Mais de três mil homens aglomeraram-se em Santa Luzia e animava-os tanto o presidente revolucionário José Feliciano, como os deputados da legislatura dissolvida, Teófilo Ottoni, José Pedro Dias de Carvalho, Joaquim Antão Fernandes Leão, e o Cônego José Antônio Marinho, que não temeram envolver-se nos conflitos bélicos.

Alardeavam desprezo pelas tropas que Luís Alves de Lima comandava, zombeteavam da perícia do general legalista, e vaticinavam vitória certa para a causa revolucionária.

---

41 Conde de Tocantins.

Muitos oficiais superiores da Guarda Nacional da província, diversos e opulentos proprietários afeiçoados ao Partido Liberal haviam aderido à rebeldia, e concorriam com contingentes da Guarda Nacional que lhes obedecia, e fâmulos agregados de que dispunham.

No dia 19 de agosto anunciaram-lhes que Luís Alves de Lima apoderara-se do Sabará e seguia para Santa Luzia pela estrada geral, que comunica as duas povoações da província.

Prepararam-se incontínenti para oferecer-lhe batalha; distribuíram suas forças em três comandos, e planejaram que lhes favoreceria mais a sorte das armas tomando a ofensiva logo que avistassem as tropas do Governo para que não descansassem após a marcha forçada, a que Luís Alves as obrigava.

Por seu lado, Luís Alves de Lima, antes que se tivessem aproximado de Santa Luzia, destacou seu irmão José Joaquim de Lima e Silva com uma coluna composta de trezentos guardas-nacionais da província do Rio de Janeiro e de outros tantos soldados de linha para tornear o morro, e pelo sítio da Lapa assaltar, no dia 21 por ele fixado para o combate, a posição dos rebeldes que ele invadiria pelo ponto do Tamanduá. Contava dar repouso às suas tropas durante o dia 20, e somente a 21 arremeter contra os inimigos.

Soavam dez horas da manhã de 20 quando, repentina e inesperadamente, agrediram os revoltosos suas avançadas que se aproximavam de Santa Luzia. Coagido a aceitar a peleja com tropas cansadas, não trepidou todavia Luís Alves responder-lhes.

Todas as atenções e esforços dos sediciosos concentraram-se no sítio do Tamanduá, porquanto ignoravam que pela Lapa deviam ser igualmente assaltados. Durava vivíssimo o fogo dos canhões e da fuzilaria; soavam quatro horas da tarde e se não decidia ainda a fortuna das armas. Em ambas, os combatentes provaram valentia, e nenhuma parecia recuar de suas propostas.

José Joaquim de Lima, que já ocupava a Lapa, e esperava o dia 21 para romper as hostilidades, ouviu, no entanto, os estrondos dos tiros, e compreendeu que se adiantara o instante reservado para a luta. Não hesitou em interferir, e tratou imediatamente de galgar e assaltar o arraial de Santa Luzia. Ao perceberem os revoltosos que inimigos ines-

perados partiam do lado da Lapa e os colocavam entre dois fogos, perderam a coragem, consideraram-se vencidos, e desandaram em fuga.

Escaparam os que atravessaram as águas do rio, que lhes abria facilidades de evasão. Cercou-se o arraial, e penetrou-se em seu recinto. Número considerável de prisioneiros efetuou Luís Alves, e entre eles alguns dos principais promotores da rebeldia. José Pedro Dias de Carvalho, Teófilo Ottoni, Antão e outros mais caíram em poder do general vencedor e foram por sua ordem remetidos para Ouro Preto.

Deparo aqui oportunidade para desmentir boatos falsos que se propalaram, não então, mas tempo depois, e que foram inventados pelos ódios e despeitos dos vencidos. Acusou-se não somente o general como também várias autoridades de haverem consentido que se maltratassem os presos.

Em carta dirigida a Luís Alves de Lima por Teófilo Ottoni, com data de 1845, assegurou o exímio parlamentar que tanto ele como José Pedro e vários amigos, acorrentados os braços e a pé, seguiam para Ouro Preto escoltados por soldados, mas que logo ao principiarem a viagem, chegado o fato ao conhecimento do general, mandara este à toda pressa arrancar-lhes os ferros, e prestar-lhes cavalos para sua comodidade.

Contou-me José Pedro Dias de Carvalho que encerrado na cadeia de Ouro Preto soube que lhe falecera a mãe, e achavam-se desamparadas as irmãs, ainda em menoridade. Excitado pela dor, escreveu ao General Andréia, presidente da província de Minas em 1843, expôs-lhe o triste acontecimento e suplicou-lhe a graça de seguir escoltado para o lugar em que sua família residia. Ordenou Andréia que fosse conduzido a palácio. Perguntou-lhe quantos dias precisava para ausentar-se de Ouro Preto, e à sua resposta de dez dias, disse-lhe que lhe concedia quinze, e que partisse livremente, dada sua palavra de honra de voltar para a cadeia. Acrescentou-lhe graciosamente que, no caso de falta à promessa, o general se recolheria em seu lugar à prisão, porque era responsável por sua guarda, e mereceria castigo por lhe ter coadjuvado a fuga.

Um terceiro fato realizou-se com o doutor Camilo Maria Ferreira Armond,<sup>42</sup> preso na cadeia de Barbacena. Consentiu-se-lhe que

---

42 Conde de Prados.

durante os dias andasse em liberdade pela cidade e visitasse os que necessitavam seus socorros médicos.

É possível, direi mesmo provável, que algumas vinditas particulares suportassem os vencidos de Santa Luzia, exacerbadas como estavam as paixões e acendidos os ódios. Não se devem, todavia, imputar fatos isolados às autoridades que recebiam do Governo instruções para não consentirem perseguições aos presos.

Salientava-se então o caráter dos brasileiros pelo cavalheirismo e generosidade, e nem um prisioneiro padeceu por motivos de lutas políticas.

A História do Brasil, desde a independência, lastima apenas a triste execução no cadafalso de alguns autores do movimento revolucionário de Pernambuco de 1825. De então em diante foram os promotores de sedições condenados meramente a prisão temporária, e soltos posteriormente em virtude de anistias ou perdões isolados. Convém acrescentar que tanto os de 1825 como os posteriores subordinaram-se a tribunais competentes, e nunca a alçadas extraordinárias.

Nunca nas ocasiões das derrotas, e depois das vitórias, praticaram-se assassinatos, degolações e fuzilamentos, que envergonham a humanidade e provam a ferocidade do coração.

Desdouram-se e maculam-se as causas mais legítimas e santas com o derramamento inútil e cruento de sangue.

Os prisioneiros de São Paulo em 1842, de Pernambuco em 1849, bem como os do Maranhão, Pará e Bahia durante a menoridade foram, segundo a lei, sujeitos a processo, a maior parte absolvidos pelos juizes, poucos condenados a prisão, e uma anistia, porém, partida do ânimo clemente do Imperador, nunca faltou-lhes para recuperar suas liberdades.

Esmagada a rebelião de Minas com a vitória de Santa Luzia, restabelecida em toda a província a tranqüillidade pública, regressou Luís Alves de Lima para o Ouro Preto.

No meio de ovações populares e mensagens de felicitações que recebeu, apareceu-lhe uma comissão do bispo e do cabido de Mariana pedindo sua presença para um *te deum* em ação de graças a Deus pelas vitórias das armas da legalidade.

Respondeu-lhes o general que o ofício do clero consistia em rezar pelos mortos, e não congratular-se pelos resultados de uma luta fratricida, que devia entristecer todos os corações brasileiros.

Não demorou-se em Ouro Preto, e poucos dias depois chegou ao Rio de Janeiro, acolhido entusiasticamente por todas as localidades que atravessava. Estrondosas foram igualmente as festas que se praticaram em seu louvor e honra, na capital do Império.

Revogou o Governo imediatamente os decretos de suspensão de garantias na capital e nas três províncias de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro. Suspendeu o exílio de Limpo de Abreu e de seus companheiros e permitiu-lhes que livremente voltassem para a pátria. Comunicou ao Padre Feijó e a Vergueiro que podiam deixar a cidade de Vitória e recolher-se para onde julgassem conveniente.

Pôde aplicar então o Governo toda a sua atenção à província do Rio Grande, cujas operações de guerra pareceram suspensas, enquanto duraram os movimentos revolucionários em São Paulo e Minas.

Não progredia ali a causa da legalidade. O General Bittencourt não se revelava na altura do cargo eminente de comandante-das-armas e de chefe do Exército em operações de guerra. Reclamações instantes dos povos ao Governo imploravam a exoneração do comandante-das-armas, formulavam queixas de dissidências sempre irrompidas entre as duas principais autoridades.

Entendeu José Clemente que indispensável tornara-se uma mudança de sistema, e que sem a reunião dos dois cargos civil e militar em uma única pessoa, se não lograria êxito afortunado. General provec-to se não subordinava a presidentes e queria ser livre para ter responsabilidade. Lembrou a seus colegas do Ministério o nome de Luís Alves de Lima para se lhe confiar a presidência e o comando das armas. Era o general mais preconizado pela opinião pública, e sua estrela, habituada à fortuna desde Maranhão, o não abandonaria decerto em missão mais melindrosa que lhe fosse incumbida.

Magoou-se, certamente, Aureliano com a proposta de demissão de seu irmão Saturnino. Percebeu, todavia, que geralmente aplaudida seria a nomeação de Luís Alves de Lima, e concordou com seus colegas do Gabinete.

Desde essa ocorrência manifestou-se, porém, desgostoso de José Clemente.

Exonerados Saturnino de presidente e Bittencourt do comando das armas no Rio Grande, nomeou-se Luís Alves de Lima para ambos os cargos. Compensou-se Saturnino com a inspetoria da alfândega do Rio de Janeiro.

Inexpressivo foi o júbilo tanto no Rio de Janeiro como no Rio Grande. A reputação de Luís Alves augurava o termo da prolongada guerra.

A 27 de outubro seguia Luís Alves para o Rio Grande.

Bem não chegara e já o velho lidador Bento Manuel Ribeiro, que tantas vezes mudara de acampamento e de amigos políticos, oferecia-se-lhe para servir sob suas ordens.

Anuiu-lhe Luís Alves aos desejos, e confiou-lhe imediatamente o comando de uma brigada do Exército que dividira e distribuía a cabos valentes a fim de, com energia e celeridade, procurar e combater os rebeldes, onde quer que fossem encontrados.

Enquanto sob novos auspícios, se renovavam no Rio Grande as operações de guerra, pensava o Gabinete em consorciar Sua Majestade com princesa de estirpe nobre e de casa régia da Europa.

Foi Bento da Silva Lisboa,<sup>43</sup> oficial maior da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, escolhido para ministro plenipotenciário em missão especial, e encarregado da delicada negociação.

Recebeu do Imperador instruções para preferir a família austríaca, a que sua augusta mãe pertencia. Embarcou-se para Inglaterra, e de Londres passou-se para Viena, capital do Império Austro-Húngaro.

Preponderava na corte austríaca o Príncipe de Metternich, principal ministro de Estado. Solicitado por Bento Lisboa para falar ao Imperador, respondeu-lhe que a Corte austríaca recordava-se das ofensas que a Imperatriz do Brasil, D. Leopoldina, recebera de seu consorte, D. Pedro I.

---

43 Barão de Cairu.

Aconselhou, todavia, a Bento Lisboa que entabulasse negociação na Corte de Nápoles, e prometeu coadjuvá-lo a fim de assegurar à sua missão êxito venturoso.

Afiançou-lhe mais que uma irmã solteira do rei de Nápoles agradaria decerto a D. Pedro II pelos dotes do coração e da inteligência e pela esmerada educação que recebera. Pertencia a várias famílias reinantes na Europa, a de Nápoles, a de França, a de Espanha, a da Bélgica e a do Piemonte, e era parenta próxima da austríaca. Chamava-se D. Teresa Cristina de Bourbon.

Encaminhou-se Bento Lisboa para Nápoles, pediu-a ao rei para esposar-se com o Imperador do Brasil. Tanto o rei de Nápoles como a princesa, anuíram-lhe à proposição. Enviou Bento Lisboa ao Rio de Janeiro seu secretário, incumbido de comunicar ao Imperador notícia tão agradável.

Aprovou D. Pedro II a escolha de Bento Lisboa e muniu-o de poderes para lavrar e assinar escritura antenupcial, fundada nas condições estabelecidas pelas leis brasileiras.

Mandou-se de súbito aprontar uma divisão de três navios de guerra destinados a singrar para Nápoles, e a transportar para o Rio de Janeiro a Imperatriz futura. Nomeou-se o gentilhomen da casa imperial José Alexandre Carneiro Leão<sup>44</sup> plenipotenciário incumbido de receber a augusta princesa, logo que fossem celebradas as núpcias, e de acompanhá-la à capital do império americano. Enviou-se a procuração de Sua Majestade ao príncipe herdeiro presuntivo do Reino das Duas Sicílias a fim de representá-lo nas cerimônias religiosas exigidas pela Igreja Católica, e de receber a Princesa no caráter de esposa de Sua Majestade.

Efetuaram-se no entanto em outubro as eleições para deputados da Câmara que se convocara. Reinava no Império perfeita tranquilidade, com exceção do Rio Grande, onde, por causa da guerra civil persistente, estavam suspensas as garantias, e a província privada de eleger representantes à assembléia geral da nação. Resolveu o Ministério não intervir na eleição, e facultou ao povo e aos partidos pleiteantes plena liberdade de voto.

---

44 Visconde de S. Salvador de Campos.

A base da eleição era ainda de dois graus. Escolhiam os moradores das paróquias seus eleitores e a estes competia eleger os deputados e os candidatos ao Senado; dos últimos incluídos em listas tríplices pela maioria dos votos competia ao Imperador a escolha. Concorria única e diretamente o povo para nomear juizes de paz e vereadores das Câmaras de municipalidades. No processo primário é que se travava principalmente a contenda que tenaz e porfiada quase sempre corria. Conhecidos os eleitores, com mais ou menos acerto se previa o resultado final da eleição.

Não se apresentou nos comícios paroquiais o Partido Liberal de Minas e São Paulo. Reputava-se esmagado depois da derrota de Santa Luzia e da Venda Grande. Abstiveram-se igualmente do pleito seus correligionários do Norte e nem mesmo nas províncias do Ceará e Paraíba ousaram aceitar o certame.

Entenderam os chefes conservadores que não deviam organizar listas completas de candidatos. Surgiram então pretendentes numerosos, que apelavam para amigos de localidades que os auxiliassem com seus sufrágios e influência. Brigas intestinas no Partido Conservador gerou a quantidade de candidatos. Foi eleita uma Câmara de Deputados uníssona conservadora, mas separados e desgostosos uns dos outros, composta de grupos ou facções no tocante aos indivíduos, não todavia às idéias políticas.

As ambições pessoais não contidas pelos chefes dos partidos produzem sempre incalculáveis dificuldades e males. Difícil é depois serenar os ânimos, aplacar as paixões, sufocar os despeitos e conciliar os que se crimnavam por divergências particulares.

A briga entre os candidatos não arredou da Câmara a maior parte dos antigos deputados conservadores, mas produziu a derrota eleitoral para alguns personagens de notória reputação.

Entre os que foram vencidos no pleito, contou-se Saturnino de Sousa, irmão do ministro dos Negócios Estrangeiros, apresentado candidato à província do Rio de Janeiro. Ocupou apenas o terceiro lugar de suplentes.

Pensou Aureliano que Paulino de Sousa o não favorecera na luta, e desafeiçoou-se igualmente do ministro da Justiça. Desapareceu a harmonia e confiança recíproca dos membros do Gabinete.



Nas listas tríplexes, resultado das eleições das províncias de Alagoas, Pará e Minas, para senadores do Império, recaiu a escolha imperial em Aureliano, José Clemente e Honório Hermeto que se transferiram para a casa vitalícia.

Desembarcou no entanto no Rio de Janeiro, na categoria elevada de embaixador extraordinário da Rainha da Grã-Bretanha, Henrique Ellis, encarregado por seu governo de cortar dúvidas suscitadas entre Inglaterra e Brasil relativas ao tratado de comércio de 1827, e de pactuar novos acordos de mútua coadjuvação para coibir o tráfico de escravos que se importavam da África, e que já durante o reinado de D. João VI se estipulara dever extinguir-se.

Era o segundo embaixador estrangeiro que o Brasil acolhia em suas plagas. Vinha rodeado das pompas, do esplendor e do prestígio inerentes ao mais elevado cargo da diplomacia.

A D. João VI enviara Luís XVIII de França o Duque de Montmorency, no caráter de seu embaixador extraordinário. De cortesia fora mais sua missão que de interesses comerciais ou políticos. Incumbira-se apenas de participar ao rei de Portugal e Brasil a elevação de Luís XVIII ao trono de seus maiores.

Diferente em 1842 era o encargo de Henrique Ellis. Consiste o privilégio dos embaixadores em representar a pessoa do monarca ou do chefe da nação, e de poder tratar diretamente com aquele perante quem se acredita. De regalias, direitos e foros especiais goza, enquanto que ministros plenipotenciários e enviados extraordinários entendem-se exclusivamente com os ministros de Estado, e os ministros residentes e encarregados de negócios com os secretários ou oficiais maiores da repartição respectiva.

Recebido com pomposo cerimonial, acolhido pelo Imperador e suas augustas irmãs com galhardia, saudado por todos os navios de guerra surtos no porto do Rio de Janeiro, aplaudido e vitoriado pelos comerciantes ingleses residentes na capital do Império, e ostentando logo magnificências deslumbrantes com guardas à porta do edifício que habitava, esplêndidas carruagens puxadas por oito cavalos de raça, que trouxera, criados fardados, e cerimonial faustoso em seu domicílio, tornou-se Henrique Ellis o alvo da curiosidade do povo.

Nomeou o Imperador seu ministro de Negócios Estrangeiros para tratar com o embaixador da Inglaterra. Levantaram-se no entanto apreensões em quase todas as classes da sociedade brasileira. Prejudicialíssimo fora ao Império o tratado comercial de 1827 com a Grã-Bretanha. Esmagavam as leis inglesas com pesados impostos de importação em seus domínios os produtos brasileiros, ao passo que o Império não podia exceder 15% *ad valorem* o que recebia sobre mercadorias inglesas. Quando se sobrecarregassem os gêneros das demais nações a pagar maiores direitos alfandegários, excluir-se-iam do concurso seus artefatos, e tornar-se-ia monopólio o comércio da Grã-Bretanha. Lamentava o governo brasileiro a situação precária de suas finanças, e na importação não podia encontrar recursos, coarctado pelo tratado de 1827. Acrescia ainda que a Grã-Bretanha dispunha no Brasil para todas as questões criminais e civis de um Juízo privativo denominado *Cameratoria Inglesa* enquanto que os brasileiros sujeitavam-se nas ilhas britânicas aos tribunais ordinários ingleses.

Fixara-se a duração do tratado de 1827 a quinze anos, que deviam findar em 1842, ou dois anos mais quando qualquer dos signatários deixassem de notificar sua resolução de continuá-lo.

Em princípios de 1840 cumprira o Governo brasileiro seu dever comunicando ao britânico que daria por extinto o tratado em 1842.

Recusou-se a Inglaterra aceitar a notificação e declarou que somente em 1842 podia ser-lhe participada, terminados os quinze anos ajustados.

Rebateu-lhe em vão diplomaticamente o Governo brasileiro interpretação tão insólita da letra e espírito do tratado. Discordes como estavam, propôs o governo brasileiro a nomeação de um árbitro a fim de solver a divergência.

Não se lhe admitiu a idéia, e o Governo brasileiro, bem que protestando contra tão insólito arbítrio, viu-se compelido a curvar-se à interpretação inglesa, pois que nações pequenas e fracas não podem lutar com estados grandes e poderosos.

Correspondente com o litígio comercial tratou-se dos convênios acerca do tráfico de africanos. Bem que se estipulasse a proibição de ser continuada sua importação no Império desde mesmo o reinado de João VI, era o comércio alimentado por especuladores especialmente

portugueses, que se locupletavam, e protegido pelos agricultores brasileiros, que careciam de braços para desenvolver suas lavouras.

Aprendiam constantemente os cruzeiros ingleses navios carregados de escravos africanos, ou suspeitos de se terem empregado no seu contrabando.

Convenções especiais entre os dois governos estabeleciam comissões mistas de ingleses e brasileiros no Rio de Janeiro e na Serra Leoa para o julgamento das presas. Abusavam os cruzeiros britânicos do direito de apreensão, exercendo-o até nas águas marítimas do Império, e à vista de fortalezas e cidades. Insultos tão manifestos à soberania nacional alienavam-lhes igualmente as simpatias públicas e produziam indisposições e animosidades do povo.

Ansiavam os brasileiros que o tratado de 1827 terminasse em sua época prescrita, e que se não concordassem com o Governo britânico em nenhum assunto, porque ele interpretava a seu talante todos os ajustes, e obrigado era o Império a submeter-se à violência e à força.

Apresentou Henrique Ellis as bases dos novos convênios que a Inglaterra reclamava do Governo brasileiro. Prometia favores especiais ao comércio brasileiro em Inglaterra, mas não aceitava argumento de direitos alfandegários para os produtos britânicos importados no Império. Em vez de um juiz conservador, escolhido pelo Governo inglês, dentre os desembargadores das relações, lembrava para as questões litigiosas de ingleses e brasileiros no Brasil, um tribunal misto de súditos de ambas as nações. Relativamente ao tráfico de escravos africanos exigia o julgamento dos barcos apreendidos por juízes meramente ingleses.

A notícia de que o ministro dos Negócios Estrangeiros conferenciava com o embaixador britânico e empenhava-se em chegar a acordo, desgostava a opinião pública, resolvida energicamente a repelir convênios com Inglaterra. Colocava-se Aureliano em situação melindrosa, e abatia-se em popularidade.

Mais a esse motivo que a culpas de Paulino de Sousa devia-se atribuir a derrota eleitoral de seu irmão Saturnino de Sousa.

Aproximava-se a época da abertura da primeira sessão legislativa de 1843 a 1846 e corriam boatos de dissensões surgidas entre os membros do Gabinete.

Em fins do mês de dezembro reuniram-se os deputados diplomados em sessões preparatórias.

Apresentaram-se à Câmara dos Deputados imensas reclamações e protestos. Deliberou prudentemente a Câmara solver as eleições que não eram contestadas e reservar para mais tarde, e depois de esclarecimentos e estudos sérios, a decisão das inquinadas de vícios.

Com o reconhecimento dos representantes da maior parte das províncias, cujas eleições não ofereciam dúvidas, instalou-se em 1<sup>º</sup> de janeiro de 1843, oficial e solenemente, a Assembléia Legislativa.

.....

VII

*De janeiro de 1843 a fevereiro de 1844*

**C**ONCISA foi a fala do trono. Congratulava-se o Imperador pela reunião do corpo legislativo, convencido de sua solicitude no serviço da nação. Participava-lhe jubiloso o contrato de seu consórcio com a Augusta Princesa D. Teresa Cristina, irmã de Sua Majestade o Rei das Duas Sicílias, a qual brevemente devia chegar ao Rio de Janeiro.

Assegurava que subsistiam inalteráveis as relações de amizade entre o Império e as potências estrangeiras. Manifestou a mágoa profunda, que dilacerava seu coração pelas duas revoltas cometidas nas províncias de São Paulo e Minas, mágoa mitigada apenas pelas provas de dedicação dos brasileiros às instituições nacionais e à sua pessoa. Aproveitava a ocasião para agradecer o entusiasmo e presteza com que, de todos os pontos do Império, haviam os povos acudido em defesa da ordem pública, das leis e da prerrogativa da Coroa. Tecia elogios ao Exército, à Marinha e à Guarda Nacional, que haviam reduzido os rebeldes à obediência das autoridades constituídas. Lamentava que persistisse a luta no Rio Grande do Sul; esperava, todavia, que terminaria brevemente, com o emprego dos meios, que o Governo não poupava, quer resultantes da força e da energia que lhe fossem aplicadas, quer da clemência própria do seu caráter e de sua alma. Recomendava o estudo das

finanças públicas e da instrução primária e secundária. Concluía solicitando igualmente as providências legislativas já iniciadas e discutidas na sessão anterior, e que, por falta de tempo, se não tinham votado, e medidas que favorecessem a emigração européia, tão necessária aos progressos e engrandecimento da Pátria.

Em ambas as Casas do Parlamento revelou-se maioria considerável em sustentação e apoio do Ministério. Na Câmara Temporária, porém, raiaram desconfianças de que Aureliano não amparasse devidamente os direitos e interesses do Império nas suas relações com a Grã-Bretanha.

Resolveu a Câmara dos Deputados ocupar-se, de preferência a qualquer assunto, da verificação de poderes e reconhecimento de diplomas que não haviam concluído nas sessões preparatórias.

Não esperou o Deputado Antônio Pereira Barreto Pedroso que fosse apresentado o projeto de resposta ao discurso da Coroa para suscitar um debate político que interessava a permanência do Ministério na administração pública.

Ofereceu um requerimento solicitando do Governo comunicação de toda a correspondência entre o ministro dos Negócios Estrangeiros e o embaixador britânico para o esclarecimento dos deputados no tocante ao modo por que as negociações se entabulavam. Anunciava receios de que os interesses nacionais não fossem devidamente amparados, e de que o diplomata inglês conseguisse condições prejudiciais ao país e desairosas ao Governo.

Aprovou a maioria urgência para discutir o assunto.

Paulino de Sousa, ministro da Justiça, não aquiesceu ao requerimento, porque pendentes estavam as negociações, e poderiam da publicação dos documentos resultar inconvenientes. Afiançou que o Ministério não podia prescindir de atender às reclamações de potências estrangeiras, nunca, porém, sacrificaria os interesses e dignidade do Império.

Vários deputados, que se envolveram na discussão, patentearam sua inteira confiança nos membros do Gabinete e particularmente em Paulino de Sousa, mas revelaram-se temerosos com boatos que se espalhavam de que o ministro dos Negócios Estrangeiros chegara a acordos com o embaixador britânico. Rejeitou-se o requerimento; per-

cebeu-se, contudo, que a maioria opunha-se a convênios com a Inglaterra.

Não tardou em ser lido na sessão de 18, o projeto de resposta à fala do trono, elaborado pela comissão respectiva. Incluía um tópico concernente à negociação com Henrique Ellis.

Persuadiu-se Aureliano de que se lhe abriam hostilidades na Câmara. Expôs aos colegas resolução de demitir-se do Gabinete. Responderam-lhe os demais ministros, que a questão interessava a todos, e pois o acompanhavam na retirada.

Concedeu o Imperador aos ministros sua exoneração e autorizou Honório Hermeto a organizar novo Gabinete.

Pretendeu Honório Hermeto conservar alguns dos ministros demissionários, com os quais se harmonizava completamente.

Declarou-lhes Sua Majestade que desejava Ministério novo, uniforme em vistas, e que não repetisse divergências e desconfianças individuais, que prejudicavam o serviço público.

Cuidou Honório Hermeto em escolher companheiros para a governação. Guardou para si a repartição da Justiça e interinamente a dos Negócios Estrangeiros; confiou a da Marinha a Rodrigues Torres, a da Fazenda a Joaquim Francisco Viana, e as do Império e Guerra a cidadãos de especialidades administrativas, José Antônio da Silva Maia, e o General Salvador José Maciel.

A 21, foram as nomeações comunicadas às Câmaras e Paulino de Sousa referia as causas da dissolução do Gabinete de 23 de março. Tinham nascido desconfianças pessoais, que podiam entorpecer a uniformidade de vistas políticas e a de solidariedade necessária para a marcha regular dos negócios públicos.

No Senado anunciou Honório Hermeto seu programa. Aprovava a política de seus antecessores por lhe parecer apropriada às circunstâncias e à apaziguação dos ânimos quer de amigos quer de adversários, e não consentiria perseguições e vinditas contra os vencidos nas últimas revoltas.

Considerou-se geralmente homogêneo e forte o Gabinete. Dois vultos de primeiro plano o simbolizavam, estreita e intimamente

ligados por comunhão de princípios políticos, plena confiança individual, e vínculos de íntima amizade.

Unia Rodrigues Torres à experiência dos negócios e apurada erudição, qualidades de caráter, de honestidade, e de firmeza de idéias, que seus próprios adversários devidamente prezavam.

Não era literalmente parlamentar a composição do Gabinete conforme os usos admitidos. Das câmaras aproveitavam-se três membros: um senador e dois deputados. A pasta do Império e da Guerra entregavam-se a cidadãos alheios a partidos.

Entendera Honório Hermeto que seus precedentes políticos e os de Rodrigues Torres bastavam para conquistar a confiança do Partido Conservador; e não quis preferir no meio dos grupos e facções em que as províncias se dividiam uns que descontentassem os outros. A cisão em Pernambuco entre os Cavalcanti e Urbano e Nunes Machado; na Bahia, entre Gonçalves Martins, Moura Magalhães e Ramiro de Assis Coelho, também careciam de ser igualmente atendidas para coadjuvação do Governo.

Suspendeu a Câmara debates políticos, continuou a discutir as eleições contestadas, que não havia ainda liquidado.

No caráter de ministro das Relações Exteriores esmerou-se Honório Hermeto em terminar as negociações entabuladas pelo embaixador da Grã-Bretanha. Não combinaram os dois plenipotenciários, e Henrique Ellis solicitou seus passaportes, e partiu para Inglaterra.

Ganhou o Gabinete espantosos créditos na opinião pública, e tratou de acalmar os ciúmes dos diversos grupos provinciais em que a Câmara dos Deputados se dividia.

Para mais robustecer o Gabinete chamou-se, então, Paulino de Sousa para preencher a pasta vaga de Negócios Estrangeiros.

A atividade e inteligência que esta pasta exigia na ocasião reclamava talento robusto e superior para geri-la.

Complicavam-se as questões diplomáticas no Rio da Prata, e em guerra intestina laborava a República Oriental, na qual se intrometeu D. Juan Manuel Rosas, ditador de Buenos Aires.

Chegavam no entanto notícias agradáveis do Rio Grande.

Acertara Luís Alves de Lima, dividindo o Exército em colunas, confiando seus comandos a cabos distintos e estratégicos da província, e



incumbindo-os de arremeter contra os revoltosos por diversos pontos, de modo a levantar o moral das tropas legalistas e reduzir o inimigo a depor as armas, e a entregar-se à clemência do Imperante. Prevenira os revolucionários em uma proclamação que concederia aos arrependidos perdão, garantias de bens e pessoas, e proteção do Governo, mas castigaria com todo o rigor os recalcitrantes e teimosos na luta fratricida.

Duas pequenas empresas levara logo a efeito nos dias 26 e 30 de novembro, a primeira em frente da povoação do Triunfo, e a segunda no sítio de Camaquã, coroadas ambas de feliz sucesso pelo desbarato de partidas revoltosas, que naqueles pontos se tinham concentrado.

A 23 de maio de 1843, ousaram setecentos rebeldes atacar, com ciladas e surpresas, o Coronel Arondo, que os rebateu vitoriosamente. A 26 de maio cerca de dois mil e quinhentos revolucionários encontraram Bento Manuel em Ponche Verde. Não dispunha Bento Manuel de mais de mil e quatrocentas praças.

Era, porém, Bento Manuel guerrilheiro de arrojo e experiência, amestrado nos combates usados no Rio Grande. Não temeu arrostá-los bem que inferior em forças. Capitaneados os rebeldes por cabos de guerra valentes e audaciosos, foram, todavia, repelidos e desbaratados com tão resoluta maestria, que esplendorosa vitória cobriu de louros o general vencedor. Morreram e aprisionaram-se muitos revoltosos, e o resto, escapo da refrega, desapareceu espavorido por ínvios caminhos, e esconderijos da província.

Pressagiou-se logo que a guerra dirigida conveniente e energicamente tendia a seu fim, e desenlace.

Tentou ainda Canavarro apoderar-se de Alegrete para dominar um ponto tão estratégico. Defendida a praça corajosamente por quinhentos homens, foi Canavarro coagido a recuar de seus intentos.

No dia 5 de junho, Francisco Pedro de Abreu,<sup>45</sup> à frente de um batalhão de infantaria, atreveu-se a combater cerca de mil rebeldes no Pau Ferro e conseguia dispersá-los. Pelo mesmo tempo Manuel Marques de Sousa<sup>46</sup> debelou-os diante de sua própria capital de Piratinim, perseguiu-os sem dar-lhes descanso, e penetrou no interior da cidade,

---

45 Barão de Jacuí.

46 Conde de Porto Alegre.

onde encontrou abundante cavallhada, munições de guerra, e depósito importante de fazendas e de gêneros alimentícios.

Pôde então Luís Alves estender linhas militares desde a foz do Jaguarão até S. Borja, e prosseguir na guerra, esperançoso de terminá-la em breve espaço de tempo.

Inundava-se de júbilo e entusiasmo a população do Rio de Janeiro e do Império; exaltava-se o nome de Luís Alves de Lima; saudavam-se os ministros; e enviavam-se ao Imperador felicitações pelo triunfo das armas da legalidade.

Enquanto a 5 de março de 1843 seguia do Rio de Janeiro viagem para Nápoles a divisão naval, que devia transportar ao Brasil a futura Imperatriz, chegou a 27 à capital do Império o Príncipe de Joinville, filho de Luís Filipe, rei dos franceses, autorizado por seu pai a pedir a mão da princesa D. Francisca, que desejava para sua esposa. Oficial distinto da marinha, salientava-se também o príncipe pela cultivada inteligência, e prendas singulares com que a natureza e a educação lhe tinham aumentado a nobreza do berço e a hierarquia da família.

Acolheram-no galhardamente o Imperador e as princesas. Aceito o pedido, efetuou-se seu consórcio no primeiro dia de maio.

Serviram de testemunhas à cerimônia Pedro de Araújo Lima e José da Costa Carvalho. A 13 retiraram-se das plagas brasileiras o Príncipe e a Princesa de Joinville.

Fundeara, no entanto, no porto de Nápoles a divisão naval brasileira, incumbida de transportar para o Brasil a futura Imperatriz. Aparecia pela primeira vez naquela formosa baía, esmaltada por pitorescas ilhas, prodigiosos cabos, deliciosas enseadas, e pelo tormentoso Vesúvio, uma Esquadra brasileira, pouco numerosa em vasos de guerra, mas notável pela qualidade dos navios, e esmerada disciplina dos tripulantes. Visitaram-na os principais personagens do reino, saudaram com prazer à bandeira imperial, e renderam justos encômios ao procedimento dos oficiais e marinheiros.

Não se perdeu tempo em celebrar o sacramento do matrimônio do Imperador com a princesa D. Teresa Cristina. Teve lugar a cerimônia na capela palatina dos paços régios. Como procurador, recebeu-a o príncipe de Siracusa por esposa de D. Pedro II no dia 30 de maio e a

31 entregou-a ao plenipotenciário brasileiro, Carneiro Leão, que a embarcou imediatamente a bordo da fragata *Constituição*.

Partiu de Nápoles a divisão no 1<sup>a</sup> de junho, singrando para o Rio de Janeiro, e o rei das Duas Sicílias a fez acompanhar até seu destino por quatro navios de guerra, no propósito de prestar-lhe todas as honrarias.

Às onze horas da manhã de 2 de setembro, divisaram-se os navios que compunham as duas divisões, brasileira e napolitana, aproximando-se da entrada da barra.

Alvorçou-se a população da cidade; uns subiram aos morros, outros se aglomeraram nas praias; estes embarcaram-se em escaleres, que vogavam pela baía; aqueles se decidiram a procurar os navios de guerra e mercantes ancorados no porto, ansiosos todos de assistir ao espetáculo da chegada das fragatas e corvetas, que com todos seus panos abertos ao vento penetravam no porto. Embandeiraram-se os edifícios públicos e casas particulares, os navios surtos na baía, as fortalezas, ilhas e os morros do Castelo, São Bento, Conceição, Santo Antônio e Santa Teresa.

Ao fundarem os navios no ancoradouro, já as sombras da noite abafavam os horizontes; luzes, porém, espalhadas por toda a parte, em terra e no mar, os esclareciam, e os olhos se alegravam, alongando-se pelo espaço, e dirigindo-se para a divisão brasileira e napolitana.

Roucos sons de artilharia, repiques amiudados dos sinos, vivas e aclamações repetidas e ecoadas nas ruas e praças provavam o contentamento do povo.

Embarcou-se imediatamente Sua Majestade em uma galeota, e subiu a bordo da fragata *Constituição* ansioso de ver sua consorte. Demorou-se aí algumas horas, conversando alegremente, e voltou para S. Cristóvão, já quando ia a noite muito adiantada.

A 3 de setembro, conduzida em uma galeota e acompanhada por muitas outras, deixou a Imperatriz a fragata, e subiu ao cais então apelidado Valongo onde um pitoresco pavilhão se erguera, ornado com luxo, e colocado no tope da escada que descia para o mar.

Esperavam-na aí o Imperador, ministros, senadores, deputados, funcionários da Corte, e cópia extraordinária de cidadãos de todas as classes.

Em carruagens numerosas seguiram todos para a capela imperial, e executaram-se as bênçãos imperiais com toda a solenidade religiosa.

Retiraram-se depois Suas Majestades para o Palácio de S. Cristóvão. Três dias consideraram-se feriados, e durante as noites repetiram-se iluminações na cidade.

Folgava o povo porque com o consórcio do Imperador assegurava-se a perpetuidade da dinastia reinante, e das instituições políticas, que a nação adotara, e que lhe pareciam as únicas mantenedoras da integridade e da ordem pública e adaptadas aos costumes e índole dos brasileiros.

Ocuparam-se, no entretanto, as Câmaras com vários trabalhos. A dos deputados gastara quase todo o tempo da primeira sessão da legislatura em exame de eleições, reconhecimento de diplomas e na fixação das forças marítimas e terrestres; e somente na segunda, instalada a 3 de maio, dedicou-se ao estudo dos orçamentos.

Maior atenção de Honório Hermeto atraíram as controvérsias políticas suscitadas no Senado com o processo instaurado ao Padre Feijó e a Vergueiro, réus na rebelião de S. Paulo, e que lhe haviam sido enviados pelos magistrados da província.

Muitos rebeldes tinham sido já absolvidos pelos tribunais do júri; outros, que se consideravam principais autores, condenados a prisão temporária.

Ocuparam-se sessões inteiras do Senado tanto na elaboração do processo, como a respeito da criminalidade dos acusados. Absolveu por fim o Senado os dois réus por quase unanimidade de votos.

Produziu sensação no público o julgamento. Poupara o Senado os mais elevados chefes da revolta, quando os tribunais do júri haviam condenado autores e cúmplices de somenos responsabilidade.

Críticas veementes dirigiram-lhe algumas gazetas; uma inseriu em suas páginas, e repetia em muitos de seus números as seguintes frases: “Não há que admirar. Lobo não mata lobo. Como podem as justiças ordinárias condenar réus, cúmplices apenas do crime, quando os que

os impeliram para a rebelião são, por seus pares, escandalosamente declarados inocentes?”

Foi-se desde logo propagando a idéia de que era necessário o perdão de todos, para que se nivelassem os julgamentos.

Lembraram-se alguns deputados, inclinados aos sentimentos de clemência, que era indispensável uma anistia.

Respondeu-lhes Rodrigues Torres que o Ministério desejava propô-la à Sua Majestade, mas que entendia que não eram ainda propícias as circunstâncias. Carecia-se de esperar mais seguranças de que se não perturbaria a ordem pública, como se praticara no tocante às sedições do Pará, do Maranhão, da Bahia e de outras províncias, às quais não faltaram idênticos indultos. Não permitiria, no entanto, que qualquer perseguição ou ofensa se praticasse contra os revoltosos, e em tempo oportuno resolveria com equidade e prudência assunto tão delicado.

Recebia o Ministério apoio decidido da Câmara, apesar das brigas intestinas de várias deputações. Esforçava-se em neutralidade para conservar devotados os diversos grupos, mantendo na administração das províncias cidadãos moderados, que se não deixassem influir por interesses privados. Conseguia que na segunda sessão da legislatura se votassem as leis ânuas, e se adiantassem discussões de propostas de reforma da instrução, da Guarda Nacional, da lei eleitoral, de um projeto oferecido por Rodrigues Torres acerca da demarcação das terras públicas, e do serviço de colonização; de um código comercial que fixasse as regras e direitos dos negociantes apenas definidos nas velhas ordenações do reino, e em decretos pela maior parte desprezados.

Preocupavam extremamente os cuidados do ministro de Negócios Estrangeiros as desordens continuadas na campanha da República Oriental, e a guerra em que o ditador de Buenos Aires, D. Juan Manuel Rosas, se empenhava auxiliando D. Manuel Oribe, que com as armas disputava a Fructuoso Rivera a autoridade suprema.

As comunicações pelas fronteiras entre os rebeldes do Rio Grande e os beligerantes do Estado Oriental retardavam o êxito da guerra civil no Império, auxiliando-se mutuamente os revolucionários.

Convinha ao Governo brasileiro vigiar e acompanhar as questões que separavam os povos do rio da Prata; prevenir que se não

ofendessem propriedades e pessoas de cidadãos brasileiros, e numerosos eram, residentes na campanha oriental, possuidores de estâncias e terras desde a margem direita do rio Negro até a esquerda do Guaraim. Ininterruptas reclamações dos governos de Montevidéu e de Buenos Aires, e protestos particulares de brasileiros compeliavam o ministro de Negócios Estrangeiros a correspondências incômodas e melindrosas.

Não raro queixavam-se os governos vizinhos de interferências indébitas de brasileiros em suas contendas bélicas; e, por seu lado, era o ministro brasileiro obrigado a reclamar providências que proibissem a orientais e argentinos coadjuvar os rebeldes do Rio Grande e enviar-lhes munições e armamentos.

Quantas exigências para o reconhecimento do bloqueio que no porto de Montevidéu pretendia Rosas estabelecer, posto que não dispusesse de navios de guerra, que o tornassem efetivo?

Enleavam-se ainda as controvérsias com a proteção prestada pelos franceses e ingleses à República Oriental, e com os sustos de que Rosas, vencedor, assaltasse sua independência, e a reduzisse à antiga situação de província, como fora durante o regime colonial de Espanha, sob o título de Vice-Reinado do Rio da Prata.

Firmava-se, todavia, a confiança do povo brasileiro no Ministério, já por seu procedimento em relação aos negócios estrangeiros, já pela moderação e justiça com que no interior executava sua política. Os próprios liberais encomiavam seus atos tendentes à conciliação dos ânimos, à calma das paixões partidárias, ao esquecimento do passado, e ao desvanecimento das idéias desorganizadoras e anárquicas.

Dir-se-ia sólida a duradoura sua situação ao raiar o ano de 1844.

Começaram, porém, a divisar-se nuvens nos horizontes elevados, que pouco a pouco crescendo ameaçavam a existência do Gabinete.

Espalhava-se que se maquinava oposição entre os mais considerados funcionários dos paços imperiais; que Aureliano e Paulo Barbosa convocavam amigos à quinta denominada da Joana, onde residia o mordomo de Sua Majestade e francamente censuravam o Gabinete. Referia-se igualmente que apregoavam que o Imperador se magoava

com os modos bruscos de Honório Hermeto, distantes do respeito devido à realeza, e contrários às etiquetas da Corte.

Não se tratava de uma oposição franca, mas de manejos ocultos para derrubar o Ministério, e o falecimento do Padre Feijó, senador pela província do Rio de Janeiro, produzia sua primeira manifestação pública.

Publicou Saturnino de Sousa no *Jornal do Comércio* uma circular aos eleitores, solicitando-lhes os seus sufrágios.

De envolto com formal declaração de que era candidato particular e independente do Gabinete, incluía graves acusações ao ministro da Fazenda relativamente às providências e opiniões acerca da arrecadação dos impostos.

Não devia o Gabinete tolerar a linguagem e o procedimento de um funcionário subalterno.

Cerrou, todavia, os ouvidos às publicações do inspetor da alfândega, para que se não pensasse que lhe contrariava a candidatura ao Senado, desprendendo-o de elementos de influência, que as funções importantes de seu cargo lhe prestavam.

Organizou, no entanto, o Partido Conservador uma lista de três nomes, ofereceu-a ao critério e voto dos eleitores. Não compreendia o nome de Saturnino, que pleiteava por sua conta e risco, e com inteira liberdade.

Compunha-se a lista tríplice, recomendada pelo Partido Conservador, de três deputados da província do Rio de Janeiro: Joaquim José Rodrigues Torres, Joaquim Francisco Viana, e General Francisco José de Sousa Soares de Andréia, que presidia então a província de Minas.

Empenhou-se Saturnino arrojadamente no pleito, e lançou mão de todos os recursos e influência do seu cargo para impor-se aos eleitores. Triunfou, todavia, e com extraordinário número de votos a lista completa dos conservadores. Refletia Honório acerca do que interessava o Gabinete. Sabia dos manejos empregados por Aureliano, Paulo Barbosa e Saturnino para alienar-lhe a confiança da Coroa. Resolveu propor a demissão de Saturnino, no intuito de assegurar-se da opinião de Sua Majestade.

Fundamentava-se na circular que Saturnino publicara, hostil a seu superior, o ministro da Fazenda, e no fato de ter abusado do seu cargo de inspetor da alfândega para coagir seus subordinados.

No penúltimo dia de janeiro de 1844 solicitou do Imperador a exoneração de Saturnino.

Recusou-se Sua Majestade. Alegou que o inspetor da alfândega era empregado administrativo e não funcionário político.

Insistia Honório Hermeto que um empregado administrativo não podia travar luta com seu superior e inserir em gazetas acerbas censuras a seus atos, e que o inspetor da alfândega comunicava-se a todo o instante com o ministro da Fazenda, servia sob suas ordens, e bem se não reputasse funcionário político, carecia de confiança pessoal de seu superior, e que a influência exercitada por Saturnino sobre seus inferiores imediatos prejudicava os interesses do fisco, e sua franca oposição desairava o Governo.

Não lhe atendeu ainda o Imperador aos avisos, e o Ministério solicitou sua exoneração, que foi aceita por Sua Majestade.

Foi chamado a S. Cristóvão José da Costa Carvalho o incumbido de formar novo Gabinete.

Nenhuma escolha mais acertada. Desde a independência, prestara Costa Carvalho relevantes serviços. Fora regente do Império durante a menoridade. Senador, conselheiro de estado e cidadão privado, gozava de estima e respeito geral, pela moderação de seus atos, pela tolerância de seu espírito, pela nobreza de seu caráter, e pela ilustração, talento e experiência dos negócios públicos.

Lembrou-lhe Sua Majestade a necessidade de uma anistia para os sediciosos de Minas e São Paulo.

Com lealdade impugnou-lhe Costa Carvalho a idéia.

Declarou que mais tarde, e quando apaziguadas as paixões e perfeitamente garantida a tranqüilidade pública, podia ser adotada.

Consentânea com os sentimentos generosos e magnânimos de D. Pedro II era decerto a idéia de anistia. Durante todo o seu reinado demonstrou a clemência de seu coração.

Encarregou então o Imperador a Almeida Torres de organizar Ministério.



.....

VIII

*De fevereiro de 1844 a dezembro de 1845*

**A** 2 DE FEVEREIRO de 1844 estava composto o Gabinete com Almeida Torres na repartição do Império, Manuel Alves Branco na da Fazenda e interinamente na da Justiça, Jerônimo Francisco Coelho na da Guerra e interinamente na da Marinha, e Ernesto Ferreira França na dos Negócios Estrangeiros.

Não agradou ao Partido Conservador a organização do Gabinete, pois que não incluía nenhum dos seus prestimosos auxiliares.

Almeida Torres o acompanhara durante a rebelião de São Paulo e de Minas, opinara sempre por rigoroso castigo dos seus principais promotores; era dotado de caráter autoritário, e irascível, e com facilidade passava de um para outro extremo, logo que se lhe contrariavam as opiniões, ou se lhe censuravam os atos. Alves Branco pedia francamente para os liberais, e servira de ministro na regência do Padre Feijó, cujo amigo era e íntimo. Talentos e erudição aprimorada o habilitavam, todavia, para o exercício de funções públicas.

Em conta de liberal, bem que moderado, reputava-se Jerônimo Francisco Coelho, e em Ernesto França nenhum partido depositava confiança.

Resolveram, todavia, os conservadores, esperar os atos do Ministério.

No dia 14 de março, publicou o Gabinete plena anistia para os revoltosos de São Paulo e Minas e anexou ao decreto imperial que a concedia um relatório extenso, redigido por Alves Branco e assinado pelos quatro ministros.

Não se ressentiram os conservadores pela anistia, que mais tarde ou mais cedo todos anteviam. Julgaram-se, porém, ofendidos nas frases empregadas no relatório.

Atribuía-se claramente as causas da rebelião a atos do Ministério de 1841 e não às doutrinas de resistência armada apregoadas pelo partido que a cometera.

Previu-se que os conservadores romperiam em oposição, logo que as Câmaras funcionassem.

Desembarcou, por esse tempo, no Rio de Janeiro, o Príncipe napolitano, Conde de Aquila, irmão da Imperatriz, e contratado consorte da Princesa D. Januária. Celebraram-se as núpcias, com todas as solenidades da Igreja Católica; o Príncipe naturalizou-se brasileiro, e foi nomeado almirante da Esquadra nacional.

Trataram Almeida Torres e Alves Branco de angariar maioria de deputados que sustentasse o Gabinete. Não se incomodavam com o Senado. Doutrina corrente foi sempre no Brasil que os venerandos anciões da pátria não levantavam crises políticas. Que recurso restava à Coroa quando o Senado era vitalício? Podiam seus debates, e mesmo suas votações, desmoralizar os ministros na opinião pública, mas a confiança, para conservar-se no poder, dependia somente da Coroa e da Câmara dos Deputados.

Procuraram os ministros adquirir apoio nas frações provinciais que existiam na Câmara. Nas deputações da Bahia, de Alagoas e de Pernambuco encontraram defensores, entregando-lhes o predomínio exclusivo de suas províncias. Arrebanharam igualmente os representantes das províncias menores dependentes do Ministério. Conheceram, todavia, que lhes era infensa a maioria, e pensaram desde logo em dissolução da Câmara.

Abriam então comunicações e celebraram pactos com os liberais de Minas e S. Paulo, cuja gratidão lhes não podia faltar depois da anistia que lhes fora concedida.

À sessão da legislatura, instalada no dia 3 de maio, anunciou a fala do trono que sua Majestade concedera com júbilo a anistia e, confiava que resultariam de seu ato magnânimo vantagens de conciliação dos partidos, garantias de ordem pública, e aproveitamento de todos os brasileiros, quaisquer que houvesse sido seus procedimentos anteriores.

Demonstrou a maioria da Câmara dos Deputados seus intentos hostis, elegendo para presidente e membros da Mesa e das comissões mais importantes os que se dispunham a combater a política do Ministério.

Formou-se, todavia, uma minoria composta de cerca de trinta deputados a cuja frente colocaram-se Urbano Sabino e Nunes Machado, inimigos particulares dos Cavalcantis, de Pernambuco; Ramiro, Moura Magalhães, e João Maurício Vanderlei<sup>47</sup> que estavam afastados do grupo de Gonçalves Martins; Cansação de Sinimbu, que representava seus amigos alagoanos; Franco de Sá, do Maranhão, e Sousa Franco, do Pará, até então todos conservadores. As deputações de Minas, S. Paulo, Rio de Janeiro, unidas às facções de Pernambuco e Bahia desprezadas pelo Ministério, contaram maior número de adeptos.

Eusébio de Queirós, relator da comissão incumbida de elaborar o projeto de resposta à fala do trono, incluiu em um dos seus períodos dúvidas acerca dos resultados da anistia, tão preconizada pelo Ministério.

Encetado o debate, ofereceu Ramiro emenda ao período e Almeida Torres declarou imediatamente que convertia em questão de confiança a resolução que lhe fosse dada pela Câmara.

Prolongava-se a discussão. De um lado ouviram-se discursos notáveis. Eusébio de Queirós conquistou desde logo fama de orador ameno, lógico na argumentação, delicado nas frases e conceitos, e agradável pela suavidade da voz e correção dos gestos e atitude.

Não esperou Almeida Torres que se declarasse a maioria.

---

47 Barão de Cotegipe.

No dia 24 de maio completou o Gabinete com os Senadores Manuel Antônio Galvão e Holanda Cavalcanti, e expediu decreto de dissolução da Câmara dos Deputados.

Ao ler-se na Câmara a comunicação do ministro, estrondaram vivas e aplausos das galerias, atopedadas de expectadores, os quais de antemão se tinham aparelhado para vitoriarem o ato do Ministério.

Perturbou-se a sessão, e insultados, vaiados e ameaçados foram os oposicionistas.

Calma e prudentemente procedeu o Presidente, Manuel Inácio Cavalcanti de Lacerda.<sup>48</sup> Conseguiu que se restabelecesse o sossego, e se lavrasse e aprovasse a ata respectiva, e se dissolvesse a Câmara.

Ao retirarem-se do recinto da Câmara, foram nas ruas adjacentes injuriados os membros da maioria e aplaudidos os que eram favoráveis ao Ministério.

No dia imediato ao da dissolução, executou o Gabinete tremenda reação política. Demitiu todos os presidentes e chefes de polícia das províncias. Removeu cerca de sessenta juizes de direito de uma para outras comarcas, e aposentou ou exonerou vários dos chefes de repartições administrativas, de cuja influência se assustava para as eleições que se deviam pleitear no Império.

Foram dispensados igualmente todos os delegados e subdelegados de polícia do município neutro, como era apelidado o da capital do Império, e os das mais províncias, logo que os novos presidentes tomaram conta de sua governança.

Entregou-se a Aureliano de Sousa a presidência da província do Rio de Janeiro; o poder em Pernambuco ao grupo capitaneado por Nunes Machado e Urbano Sabino; na Bahia aos adesos à fração de Ramiro, nas Alagoas aos amigos de Cansação de Sinimbu, no Pará aos de Sousa Franco, e no Maranhão aos de Franco de Sá. As províncias de S. Paulo e Minas confiaram exclusivamente ao Partido Liberal, que se rebelara em 1842, porque todo o Partido Conservador nelas predominantes se tinha arredado do Ministério.

---

48 Barão de Pirapama.

Os conservadores ministeriais aliaram-se nas províncias com os liberais; Urbano e Nunes Machado não hesitaram em alistar-se na fração turbulenta e desordeira, inimiga dos estrangeiros, e adversária das opulentas famílias dos Sousa Leão, Cavalcanti e Rego Barros.

Os aprestos para a eleição da nova Câmara de Deputados, cuidadosa e previdentemente patentearam a razia da reação política em que o Ministério se precipitava.

Aproveitou-se o arbítrio que a lei de 3 de dezembro facultava aos chefes, delegados, subdelegados e inspetores de quarteirões nas respectivas províncias, termos e paróquias a fim de sufocar toda a liberdade do voto.

Na capital do Império e em todas as províncias pesou excessivamente a ação governativa. Empenhadas as autoridades no pleito, e aplicados todos os meios de coerção, violência e fraudes, de que podiam dispor, loucura certamente seria dos conservadores opositoristas que ousassem comparecer nos comícios.

Inauditos atos de prepotência, perpetrados pelos delegados e subdelegados de polícia, publicaram as gazetas da época.

Avulta entre eles o despejo e arrojo de um padre, José de Ceia, delegado do município de Saquarema, pertencente à província do Rio de Janeiro. Assinou e remeteu aos inspetores dos quarteirões um edital ordenando-lhes que intimassem os moradores a votar nas listas para eleitores da paróquia, que lhes fossem entregues, e comunicando aos recalcitrantes a pena de prisão. Acrescentava que podiam matar com moderação os que nas urnas pretendessem depositar cédulas contrárias às distribuídas pela polícia.

Estigmatizou a imprensa tão curioso edital, e nem urgido pelos brados da opinião pública, cumpriu Aureliano seus deveres de exonerar o delegado, submetê-lo a processo a fim de ser legalmente punido.

No meio da agitação eleitoral um incidente realizou-se dentro dos paços imperiais, que atraiu igualmente a atenção pública.

Malquistara-se o Conde d'Áquila com o Imperador. Não se soube ao certo se de Sua Majestade ou do Príncipe partira a resolução de sair do Brasil o Conde d'Áquila acompanhado por sua augusta con-

sorte. Certo é que separou-se a família imperial, e que os dois príncipes embarcaram para a Europa.

Excetuados alguns brasileiros, envolvidos na guerra civil do Rio Grande e que abraçavam idéias republicanas, inspiravam-se ainda todos os habitantes do Império em doutrinas monárquicas e rendiam sincera homenagem e ilimitada dedicação ao Imperador, já por ter nascido no Rio de Janeiro, e agradar extremamente por sua juventude, maneiras graciosas, apurada educação, e amor aos estudos e à sua pátria, quer, finalmente, porque se persuadiam que as instituições consagradas na Constituição lhes afiançavam garantias mais seguras de paz e promotoras de progresso.

Impressionaram-se, portanto, com o acontecimento que magoava a família imperial, e imputaram ao Conde de Áquila as causas que o haviam produzido.

Procedeu-se a uma comédia, senão a um drama intitulado eleição. Drama, digo, porque correu o sangue em muitas paróquias do Império com as lutas empenhadas pelas autoridades de justiça. Mesas improvisadas com expulsão dos seus membros legítimos e espancamentos dos que queriam votar livremente. Não comparecendo pessoalmente os votantes, na qualidade de seus procuradores, despejavam os inspetores nas urnas maços de cédulas, que se apuraram, ou simularam-se apurar, e expediram-se diplomas aos designados eleitores. Datam desta época os apelidos que mutuamente se aplicaram os dois partidos, a um o de Luzia por ter sido derrotado no arraial mineiro deste nome, e ao outro o de Saquarema, por ser a residência de Rodrigues Torres, e recordar igualmente os façanhudos feitos do Padre Ceia, protegido pelo Presidente Aureliano.

Não foi duvidoso o êxito das eleições. Raros deputados da oposição escaparam pelas malhas da rede estendida pela polícia, e garantida pelos seus capangas. Não permitiu Aureliano que um só adversário recebesse diploma de deputado na província do Rio de Janeiro. Apenas cerca de dez opositoristas cantaram vitória na Bahia, Pernambuco e Piauí. Os de Pernambuco, Francisco de Rego Barros e Pedro Cavalcanti nem aceitaram os mandatos. Tomaram assento unicamente na Câmara os opositoristas Gonçalves Martins, José Alves da Cruz Rios, Francisco

Antônio Ribeiro, Amâncio de Andrade, Ângelo Ferraz, e Almeida Couto, pela Bahia, Sousa Martins e José Ildefonso de Sousa Ramos,<sup>49</sup> pelo Piauí.

A enorme maioria, conseguida pelo Ministério, partia-se, todavia, em duas frações, liberais históricos, e conservadores dissidentes. Conseguira Aureliano fortalecer-se pessoalmente com um grupo composto dos dez deputados pela província do Rio de Janeiro e mais com Odorico Mendes, Paulo Barbosa e vários amigos que lograra eleger em outras províncias.

Falecido era Martim Francisco. Voltara à Câmara, porém, Antônio Carlos, e igualmente Limpo de Abreu, Teófilo Ottoni, Rafael Tobias, Álvares Machado e muitos liberais da legislatura dissolvida em 1842, libertados dos cárceres pela anistia que lhes fora concedida. Reeleitos foram quase todos os conservadores que se haviam separado do seu partido para apoiarem o Ministério.

As duas frações liberal e conservadora equilibravam-se, todavia, quase em número.

Ocorrera, durante o processo eleitoral, um episódio notável. Pretendeu Cansação de Sinimbu, coadjuvado pelo Presidente Sousa Franco, a eleição de amigos e partidários particulares com exclusão dos liberais históricos das Alagoas, que reconheciam por seu chefe o magistrado José Tavares Bastos.

Enfureceram-se os ânimos por forma que os liberais amotinaram-se e envolveram-se em luta armada.

Amedrontou-se o Presidente Sousa Franco, abandonou o palácio do Governo, embarcou-se num iate de guerra chamado *Caçador*, ancorado no porto de Maceió e fugiu para fora da província.

Ao ferir a notícia os ouvidos de Almeida Torres, demitiu Sousa Franco, nomeou o Senador Lopes Gama para presidente da província, e novo comandante-das-armas, posto que o general que se achava ali à testa das forças militares houvesse repellido da capital os insurgidos, e sustentasse a dignidade do Governo.

De posse da autoridade suprema, ou espontaneamente ou conforme as instruções recebidas do Ministério, abriu Lopes Gama rela-

---

49 Visconde de Jaguarí.

ções com o partido revoltoso, conseguiu acomodá-lo, e restabeleceu a tranquilidade pública, com o sacrifício dos amigos de Cansação, e com a escolha de autoridades policiais indicadas por Tavares Bastos.

Aceitaram em compensação, os liberais históricos das Alagoas, para deputados, a lista de nomes de pessoas alheias à província por Lopes Gama indicadas. Cansação não foi portanto eleito por sua província representante à Assembléia Geral Legislativa.

Iniciou a Câmara suas sessões preparatórias em fim de dezembro de 1844, e antes mesmo que se instalasse oficialmente para ocupar-se dos trabalhos legislativos, exacerbaram-se os liberais de Minas com a escolha do Marquês de Itanhaém para senador do Império, o qual, bem que tutor de Sua Majestade e das princesas suas irmãs, jamais primara por talentos, e nem conhecimento dos negócios públicos.

À instância de Aureliano e do Ministério fora incluído na lista tríplice votada pela província de Minas conjuntamente com Limpo de Abreu e Antônio Carlos.

Resignaram-se, todavia, à sua sorte, decididos a governar com seus princípios políticos, e seus homens de partido, logo que lhes sorrisse a ocasião oportuna.

A fala do trono pronunciada pelo Imperador no dia 1<sup>o</sup> de janeiro de 1845, ao instalar a assembléia geral dos representantes da nação, começava comunicando que Sua Majestade se colocara na dolorosa necessidade de separar-se de sua prezada irmã, a Princesa D. Januária, e de anuir às solicitações do Conde de Áquila, que solicitara licença para ausentar-se do Império. Anunciava pacificada a província das Alagoas, em via de terminar-se a guerra civil no Rio Grande, e inalteradas as relações com as potências estrangeiras. Terminava reclamando providências em favor da indústria nacional.

Perceberam imediatamente os conservadores, que o Ministério não inserindo no discurso da Coroa necessidade de revogação ou reforma da lei de 3 de dezembro, e da que instituía o Conselho de Estado, causas alegadas pelos liberais de Minas e S. Paulo para a revolta de 1842, obstar-lhes-ia os intentos de realizarem as idéias proclamadas nos manifestos de Rafael Tobias, e de José Feliciano, e os colocaria em situação precária e anormal que os desmoralizasse como partido político.



Posto que anunciassem os liberais confiança no Gabinete, ofereceram todavia, ao principiar a sessão ordinária vários projetos a respeito da lei de 3 de dezembro. O Ministério, porém, lograva que fossem enviados às comissões, antes de admiti-los às honras dos debates. Decidida oposição dirigiram ao Ministério no Senado Vasconcelos, Honório Hermeto, Rodrigues Torres, Araújo Lima e José Clemente. Bem que os acompanhassem na Câmara dos Deputados Gonçalves Martins, Ferraz e outros distintos conservadores, virou-se toda a atenção pública para a casa vitalícia, onde discussões calorosas ilustravam e atraíam geral curiosidade. Paula Sousa e Vergueiro apoiaram o Gabinete, e Alves Branco e Holanda Cavalcanti, a todo o momento apelidados ao certame, recebiam golpes profundos e desapiedados de seus valentes adversários.

Provocava Holanda muitas vezes hilaridade com conceitos e opiniões exóticas, no tocante à política, à administração, às prerrogativas da Coroa, e aos usos parlamentares consagrados pela prática do regime representativo.

Principiou então a espalhar-se o boato de que existia uma facção áulica, que se denominava Clube da Joana, a qual rodeava o Imperador, iludia-o com notícias inventadas em seu interesse, dominava-lhe o ânimo ainda inexperto, e governava o país, com prejuízo e sacrifício dos próprios ministros de estado.

Mencionavam-no algumas gazetas, e o público o foi aceitando como realidade.

Marchava o Ministério sobre espinhos. Os liberais de Minas, de S. Paulo, do Ceará e da Paraíba do Norte não cessavam de exigir reformas das leis que intitulavam inconstitucionais.

O grupo pernambucano comandado por Nunes Machado e Urbano, e que se denominava partido praieiro, posto que conseguisse na presidência Chichorro da Gama, seu exaltado correligionário, temia-se da influência de Holanda no Gabinete e o maltratava com seus discursos. Ernesto França provava extraordinária desídia. Jerônimo Coelho exigia que se tratasse da revogação da lei de 3 de dezembro, e Galvão alegava moléstias que o inibiam de continuar no Governo.

Serviam unicamente de lenitivo ao Gabinete as notícias do Rio Grande. Em todas as localidades, em que apareciam os rebeldes, sofriam derrotas. Dominava já em quase toda a província o presidente

Luís Alves de Lima. Reduzidos em número quer pelos indultos particulares concedidos a vários dos seus cabos de guerra, que abandonavam suas fileiras, quer pela deserção dos soldados cansados da luta, e desejosos de descanso, e enfim pela falta que sentiam de armamento e munições de guerra que até então recebiam do estado Oriental, dispersaram-se os grupos, e nem quando juntos neste ou naquele ponto, onde se refugiavam, atreviam-se a afrontar as falanges do Império.

Alguns dentre eles, aconselhados por Davi Canavarro, concordaram finalmente em enviar o Coronel Fontoura ao Rio de Janeiro, incumbido de pactuar com o governo imperial condições que terminassem a guerra.

Remeteu-o o Ministério ao General Luís Alves de Lima.

Recebeu-o Luís Alves de Lima, e depois de diversas conferências, impôs as condições que julgava decorosas ao Governo. Cifravam-se em plena anistia a todos os revoltosos, quaisquer que fossem seus feitos anteriores; em garantias às suas pessoas e bens; na entrega solene das armas; na declaração de que reconheciam o Governo imperial, comprometiam-se à obediência às leis e às autoridades, e tranquilos se recolheriam à vida íntima; na reintegração dos postos militares dos que haviam pertencido ao Exército; na obrigação que aceitava o Governo imperial de pagar uma parte das dívidas por eles contraídas durante o curso da rebelião, e na restituição dos escravos fugidos, que haviam arregimentado em suas fileiras, e dos quais, posto considerados livres, o Governo pagaria o preço aos seus antigos senhores.

Resolvidos os rebeldes a curvar-se às condições impostas pelo general presidente da província, requereram-lhe designasse o sítio onde se deviam juntar e depor as armas. Os chefes que não quiseram anuir à proposta, e muito poucos foram, abandonaram imediatamente a província. Foi o sítio de Ponte Verde escolhido para a cerimônia.

Aí postou-se Davi Canavarro com seus companheiros e soldados. Singular espetáculo! De um lado Luís Alves de Lima com suas tropas vitoriosas: do outro os rebeldes. Pronunciou Canavarro um discurso exortando seus amigos a render-se e retirar-se para o seio de suas famílias e de sua pátria. Despediu-se do seu comando; mandou-lhes depor as armas que solenemente se entregaram ao presidente

da província, e jurou fidelidade ao Imperador. O número dos rebeldes que então se renderam subiu a mil e duzentas praças.

Estava pacificada a província depois de uma tão prolongada luta.

Pareceu a Almeida Torres que fortaleceria seu governo, exonerando Galvão, Jerônimo Coelho e Ernesto França e chamando Limpo de Abreu para a direção das Relações Exteriores, transferindo interinamente a repartição da Guerra a Holanda Cavalcanti, e juntando à do Império a da Justiça, reduzindo o Ministério a menor pessoal para mais facilmente harmonizar-se. A admissão de Limpo de Abreu nos conselhos da Coroa devia, em sua opinião, satisfazer aos mineiros, e contê-los nas ânsias de revogar as leis de 3 de dezembro e do Conselho de Estado.

Tinha-se finalizado a primeira sessão da legislatura. A fala do trono não tratou de reformas, e recomendou apenas ao Parlamento o estudo sobre emigração.

Em dias de junho compareceu Holanda Cavalcanti na Câmara dos Deputados para discutir a fixação de forças marítimas.

Interpelou-o Ângelo Ferraz acerca das causas da modificação do Gabinete, e exigiu saber se havia programa novo como consequência do ato.

Copiarei as próprias palavras do ministro:

*O Sr. Ministro da Marinha* – Ah! a modificação do Ministério; sim, senhor. (*Movimento de curiosidade.*)

– Senhores, devo confessar que, ou porque tresleia, ou porque muito estude os negócios do meu país, eu não vejo o nosso sistema constitucional em estado normal...

*Alguns Senhores* – Muito apoiado.

*O Sr. Ministro da Marinha* – ... mas o que posso asseverar é que exteriormente via pequenas desinteligências entre os ministros; essas desinteligências todavia não eram para uma separação, para uma modificação; outras circunstâncias haveria... Os ministros que deram a sua demissão estou que serviram bem ao seu país. (*Apoiados.*) A política atualmente seguida suponho que não discrepa da política que então se seguia...

*O Sr. Ferraz* – Da inércia?

*O Sr. Ministro da Marinha* – A inércia na significação vulgar não é nada; porém, quando um matemático fala em inércia, é alguma coisa. (*Apoiados.*)

Se fosse pela vontade de falar, eu falaria três dias e a tudo daria resposta. Disse-se tanta coisa!... Mas é preciso terminar...

*O Sr. Ferraz.* – E as causas da modificação?

*O Sr. Ministro da Marinha* – O que quer mais? Eu já as dei. Alguma desinteligência entre os ministros havia... Os ministros são escolhidos e demitidos pelo monarca. (*Apoiados.*) A política é a mesma. Que mais explicações quer que lhe dê? Não sei.

*O Sr. Gonçalves Martins* – Queríamos as causas.

*O Sr. Ministro da Marinha* – A Câmara julgue e entenda como quiser.

Estavam os legisladores habituados às singularidades do espírito de Holanda Cavalcanti. Na repartição que lhe pertencia mostrava-se justiceiro, e proibia vexames de subordinados. Afirmava, além disto, que se não responsabilizava pelas reações exercitadas pelos colegas, porque em sua opinião cada um dos ministros devia governar como entendesse a pasta que lhe fosse confiada.

Não o maltrataram, portanto, e riram-se de seus extravagantes conceitos.

Votaram-se na segunda sessão as leis ânuas e ocuparam-se com um projeto alterando a lei eleitoral. A pretexto de mais desenvolvidos estudos e de mais experiência, conseguia sempre o Ministério abafar a discussão de reformas propostas e reclamadas pelo Partido Liberal de Minas e S. Paulo.

Uma discussão provocada pelo Deputado Gabriel José Rodrigues dos Santos no tocante aos negócios do Rio da Prata, produzia contudo tal qual descontentamento no seu próprio partido. Limpo de Abreu elogiou o procedimento de Paulino de Sousa, que o antecederara no exercício da pasta das Relações Exteriores. Declarou-se solidário de sua política e resolvido a continuá-la. Necessitava-se de firmar a neutra-

lidade nas contendas de Oribe e de Frutuoso Rivera para que não perigasse a independência do Estado Oriental e se defendesse o direito dos ribeirinhos superiores à livre navegação dos rios Paraguai, Uruguai, e Paraná.

Desde esta ocorrência começou a afastar-se do Partido Liberal, e elevado pouco tempo depois ao Senado, se foi aproximando dos conservadores.

Encerradas as Câmaras, pôde o Ministério melhorar a administração financeira. Anunciou que se extinguiu em 1844 o tratado de 1827 com a Grã-Bretanha, elevou os direitos de importação de gêneros de produção estrangeira, e procurou nas alfândegas recursos para diminuir o déficit resultante da inferioridade da receita sobre a despesa.

Surpreendido por estas providências, propôs e conseguiu Lorde Aberdeen, ministro das Relações Estrangeiras em Inglaterra, que o Parlamento do Reino Unido votasse uma lei ou *bill* pelo qual se transferia exclusivamente para tribunais ingleses o julgamento de presas de navios empregados efetiva ou suspeitosamente no tráfico de africanos destinados ao Império. Sem que ouvisse o Governo brasileiro, aboliu as comissões mistas concordadas em convênios diplomáticos. Tripulações e passageiros, considerados piratas, ficavam daí em diante sujeitos às leis e juizes meramente britânicos, e autorizava-se o cruzeiro a não respeitar as águas e territórios do Brasil na apreensão de navios que desconfiassem empregados no tráfico da escravatura.

Desairoso à dignidade do Governo brasileiro, infrator das normas mais comensuradas do direito das gentes, que regula as regalias de todas as nações, e tendente a empecer até o comércio lícito, não podia o *bill* inglês deixar de produzir profunda irritação no Brasil. Protestou imediata e energicamente o Ministério. Resolveu o povo dispensar as mercadorias das fábricas inglesas, como represálias necessárias ao procedimento do Governo britânico. Foi preciso muita prudência para que se não praticassem insultos aos súditos ingleses e à bandeira britânica.

Satisfeito o Imperador com a submissão dos rebeldes do Rio Grande, deliberou visitar pessoalmente a província, e contribuir com sua presença para a inteira apaziguação dos espíritos, e união completa de vencedores e vencidos.

Aprontou-se uma divisão de navios de guerra, e Suas Majestades, acompanhadas pelo Ministro do Império, Almeida Torres, embarcaram-se a 5 de outubro. Comandava a esquadilha o Vice-Almirante Paschoe Greenfell, que desde a independência servia na Armada brasileira.

Bonanzosos os mares, e favoráveis os ventos, rápida e felicíssima foi a viagem.

Acolhidos com entusiasmo pela população da província, percorreram-na Suas Majestades, e penhoraram-se os habitantes com suas maneiras galhardas, e palavras graciosas. Contribuíram para extinguirem-se antigos ódios, e desaparecerem as indisposições oriundas de ressentimentos e contendas passadas.

De volta do Rio Grande dirigiram-se Suas Majestades para Santos, subiram a serra do Cubatão e visitaram a cidade de S. Paulo, capital da província.

Não menos intenso foi o júbilo dos paulistas, que se esmeraram em provar a seus monarcas o amor, a veneração e o respeito que lhes tributavam.

Somente em dias de janeiro de 1846, recolheram-se Suas Majestades ao Rio de Janeiro.

.....

IX  
*De janeiro de 1846 a março de 1848*

*D*

O RIO GRANDE queixara-se Almeida Torres a seu colega ministro da Marinha de que recebera ofensa pessoal do Vice-Almirante Paschoe Greenfell. Acusou-o de ter faltado ao respeito devido à sua posição e ao seu decoro, e reclamou reparação pública. Chegado ao Rio de Janeiro repetiu suas instâncias, e Holanda Cavalcanti esquivava-se a satisfazê-las.

Bem que ferido, em seu orgulho, acompanhou ainda Almeida Torres a Suas Majestades em uma excursão empreendida a Campos de Goitacases, mais considerável cidade da província do Rio de Janeiro.

Soube em seu regresso que Holanda Cavalcanti, em vez de re-preender o Vice-Almirante Greenfell, assinara e remetera-lhe um aviso, elogiando-o pelo seu procedimento no comando da esquadilha, que transportara Suas Majestades ao Rio Grande.

Pareceu-lhe indecoroso conservar no Ministério Holanda Cavalcanti, e insinuou-lhe que solicitasse sua demissão.

Rebelde era o caráter de Holanda a imposições alheias. Fora constantemente de opinião que cada um ministro governasse sua repartição como entendia conveniente, e por esse motivo resignava-se ao

extermínio de sua família e amigos de Pernambuco. Apreciador das qualidades do vice-almirante, não pretendeu com uma censura oficial desgostá-lo, e arredá-lo do serviço do Império. Respondeu portanto a Almeida Torres que não abandonava o posto de ministro por tão miserável questiúncula.

Concordou Almeida Torres com Alves Branco e Limpo de Abreu apresentar a Sua Majestade pedidos mútuos de exoneração, persuadido que arrastaria em sua queda Holanda Cavalcanti.

Procurou em vão o Imperador dissuadi-los de seu propósito e harmonizá-los com Holanda Cavalcanti, que lhe merecia confiança pela justiça com que exercitava suas funções de ministro da Marinha. Concedeu por fim a demissão implorada pelos três ministros e encarregou Holanda de completar o Gabinete.

Convidou Holanda Cavalcanti o Deputado José Joaquim Fernandes Torres, o Desembargador Joaquim Marcelino de Brito, o oficial maior da Secretaria de Negócios Estrangeiros, Bento da Silva Lisboa, e o General João Paulo dos Santos Barreto para ocuparem as pastas da Justiça, Império, Relações Exteriores e Guerra. Guardou para si a da Marinha e tomou posse interina da repartição da Fazenda.

Assinaram-se os decretos no dia 2 de maio, véspera da instalação da terceira sessão da legislatura.

Declarou Holanda no Senado que aceitava a cooperação de todos e não fazia diferença de partidos: “Se a política”, acrescentou, “do Gabinete de 2 de fevereiro se desviou por vezes de seu princípio criador, estava-se em tempo de entrar em bons caminhos.”<sup>50</sup>

Na Câmara dos Deputados, começou a desmoronar-se a maioria. Os representantes pela Bahia e por Minas alegraram-se por deparar no Ministério com provincianos e mercedores de sua confiança. Os paulistas permaneceram em neutralidade, mais favoráveis que adversos ao Ministério. Descontentes revelaram-se todavia os do Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro.

O movimento da Câmara reproduziu-se nas gazetas liberais. O *Novo Tempo*, influenciado por Holanda Cavalcanti, enunciou-se em

---

50 Textuais palavras.



seu apoio. O *Correio Mercantil*, periódico convertido de comercial em folha política, não hesitou romper hostilidades contra o Ministério.

Não se importou Holanda Cavalcanti com as ameaças da oposição ecoadas na Câmara dos Deputados e na imprensa diária. Continuou a proclamar em palavras que se conservaria alheio aos partidos militares, mas não publicou atos nenhuns de reação. Perseveraram no governo das províncias adversários pessoais seus, e particularmente Chichorro da Gama, subserviente à fração pernambucana que o combatia francamente. Deu-se à política deste Ministério o título de inércia. Era-lhe perfeitamente apropriado, porque nem eram suas ordens obedecidas pelos presidentes de províncias, e nem ele ousava exonerá-los, apesar de participações oficiais impertinentes, e até extremamente desairosas a seus créditos.

A dor que então sentiram Suas Majestades, como todos os brasileiros, pelo falecimento do filho primogênito e presuntivo herdeiro da Coroa, batizado na pia eclesiástica com o nome de D. Afonso, foi em parte mitigado pelo nascimento da Augusta Princesa D. Isabel.

Tanto no Senado como na Câmara dos Deputados correu desordenada a discussão das respostas à fala do trono. Observou-se, todavia, que os conservadores históricos suspenderam hostilidades, e que a briga empenhou-se entre os liberais e dissidentes, que formavam a grande maioria da casa temporária.

Urbano Sabino, Nunes Machado, o Padre Peixoto de Alencar, e os deputados do Rio de Janeiro, ameaçaram de romper em oposição, caso o Gabinete exonerasse os presidentes do Ceará, de Pernambuco e do Rio de Janeiro. Expressavam suspeitas no tocante ao sistema apregoado por Holanda Cavalcanti de aceitar o concurso de todos os partidos, e de não fazer diferença entre liberais e conservadores.

Finara-se o Cônego Januário da Cunha Barbosa, literato insigne, e um dos principais cooperadores da independência do Império. Na qualidade de suplente imediato pela província do Rio de Janeiro, preencheu-lhe a vaga na Câmara Paulino de Sousa.

Pronunciou na tribuna um discurso que impressionou seriamente a Câmara. Analisou a política externa e interna praticada no Império desde 2 de fevereiro de 1844. Tratando dos negócios do Rio da Prata, provou que se tinham desprezado os interesses do Império e persistiam

dificuldades apesar dos esforços empregados ultimamente por Limpo de Abreu para manter intacta a dignidade da nação brasileira. No tocante ao interior censurou a composição do gabinete de 2 de maio, suas palavras contrárias aos atos e que produziam a anarquia já nas administrações das províncias onde os presidentes não obedeciam ao Ministério, já no seio da representação nacional.

As rixas intestinas da maioria manifestavam antes desconfiança que apoio. Os governos mais perigosos, acrescentou, são os governos fracos, que seguem a maioria parlamentar, em vez de a guiarem, e suportam todos os seus caprichos.

Proclamava-se a necessidade de revogar ou reformar as leis do Conselho de Estado e de 3 de dezembro, e nenhuma proposta o Governo aceitava para o debate. Não se ocupavam as Câmaras senão em discussões estéreis, quando o país reclamava medidas em pró de sua indústria, de sua colonização, de seus progressos materiais, de seu desenvolvimento moral, e de uma honrosa situação perante os governos estrangeiros. Carecia-se de um sistema de governo homogêneo, franco, leal que não deixasse perigar o regime representativo.

Prometeu então Fernandes Torres propor a reforma da lei de 3 de dezembro, e solicitou da Câmara que no entanto votasse um projeto oferecido por Paulino de Sousa em 1843, de reorganização da Guarda Nacional. A declaração do ministro da Justiça agradou aos liberais históricos, e votou-se a resposta à fala do trono.

Posto em ordem do dia o projeto de Paulino de Sousa, que se fundava em qualificação sobre renda provada, na nomeação dos oficiais pelo Poder Executivo, e na vitaliciedade dos postos, requereu João Coelho Bastos adiamento até que comparecessem todos os ministros que pensava não estarem de acordo em suas opiniões. Decidia a Câmara que fossem unicamente convidados para o respectivo debate os da Justiça e da Guerra.

Admitidos no recinto da representação nacional, asseverou Santos Barreto que o Gabinete adotava as bases principais do projeto, divergia, porém, em pontos secundários. Soaram brados da oposição ao ouvirem-se as palavras do ministro da Guerra, e requereu-se de novo o adiamento do projeto. Aproveitou-se o Padre Peixoto de Alencar para

perguntar que garantias oferecia Holanda Cavalcanti para ter em suas mãos as chaves do Tesouro.<sup>51</sup>

Protestos, reclamações e estrepitosas vozerias cobriram a voz do orador cearense, e tornou-se tão tempestuosa a sessão que o presidente suspendeu-a.

Continuado no dia seguinte o debate do adiamento, repeliaram-nos dois ministros, e apenas por um voto de maioria conseguiram que fosse rejeitado. Para a vitória do Gabinete foi mister que concorressem os deputados conservadores que tinham assento na Câmara.

Solicitaram então os ministros que fosse o projeto retirado da discussão, e remetido a uma comissão para mais maduramente estudá-lo.

Durante esse tempo promovera o Senado o andamento da reforma eleitoral, que a Câmara dos Deputados lhe enviara no correr da sessão de 1846. Emendara-o radicalmente e reenviara-o à Casa temporária com as modificações que lhe introduzira. Determinavam as emendas do Senado alistamento anual dos votantes das paróquias por uma junta composta do juiz de paz mais votado do quadriênio, pelo subdelegado de polícia e pelo vigário da paróquia. Admitia recusa da exclusão ou inclusão para as relações dos distritos. Proibia voto a quem se não incluísse no alistamento, e exigia a presença do votante. Deviam-se as mesas compor com o juiz de paz mais votado, embora suspenso de suas funções por deliberação do Governo, dous secretários nomeados pelos eleitores, e dous escrutadores pelos suplentes convocados em igual número. Facultava-se a fiscalização do processo aos interessados no pleito. Transferia-se a eleição de deputados para o ano imediato ao da legislatura que se tivesse de eleger. Determinava também que eleitores especiais sufragassem os candidatos às listas tríplexes de senadores.

De harmonia haviam adotado as emendas os senadores liberais e os conservadores, no propósito de conseguirem uma lei que oferecesse garantias aos partidos pleiteantes. Não apareceu na Câmara oposição séria às emendas do Senado. Compreende-se a urgência de decretar-se a reforma, a fim de adiar-se a eleição, que pela lei vigorante

---

51 Palavras textuais.

devia proceder-se no ano de 1846. A união dos conservadores e liberais do Senado impunha-se igualmente aos deputados. Não é, pois, de admirar que se votassem as emendas, e que no mesmo ano de 1846 como lei se promulgasse o projeto.

Não demorou-se Fernando Torres em ler uma proposta de reforma da lei de 3 de dezembro, a fim de corresponder à confiança dos seus correligionários de Minas e São Paulo.

Revelou-se logo contrariedade de opiniões. Propendiam alguns deputados para completa revogação da lei, e restauração de funções policiais e judiciárias em magistrados de eleição popular. Cultores exclusivos da liberdade sacrificavam à ordem pública o princípio da autoridade, e a juizes sujeitos à volubilidade do voto e aos interesses de funções e partidos, a decisão de assuntos importantíssimos. O exagero demagógico esquecia as lições das experiências colhidas durante a época da menoridade. Contentavam-se outros com modificações da lei, e com o cerceamento de arbítrios facultados aos agentes encarregados de sua execução. Não faltavam deputados, que pensavam dever mais acuradamente estudar o assunto, e resolvê-lo quando claramente reconhecidos seus defeitos.

Certo é que na discussão da proposta mais descobriu-se desordem de doutrinas que desejos de chegar-se a acordo.

Sentiram-se fundamente feridos os liberais ao ouvirem um discurso pronunciado por Paulino de Sousa que apontou-lhes a incongruência de seu procedimento, a insignificância e perigos de suas idéias, a sua incapacidade de alterar uma lei, que haviam apelidado inconstitucional, e por esse motivo promovido e praticado sublevações populares contra o Governo. Exprobrou-lhes que houvessem, na sua aplicação, abusado do arbítrio nela estabelecido, quer para vencerem as eleições, quer no exercício de seus cargos. Desenvolveu erudição jurídica e conceitos de estadista, e restabelecendo o sentido e espírito da lei interpretada razoavelmente, e não como o havia sido pelos seus adversários. Concluiu afirmando que a calma, a experiência, o exato conhecimento da situação e das necessidades públicas, constituíam as condições necessárias para uma reforma, e não o entusiasmo das paixões e o atropelo dos partidos.

Não se encaminhava a discussão para êxito útil e foi coagida a Câmara, depois de prolongados debates, a suspender a solução da proposta e a adiá-la para ser de novo examinada pela respectiva comissão.

Aprovou todavia sem debate um projeto enviado pelo Senado a respeito do padrão monetário. Fixava o valor do ouro à razão de quatro mil-réis a oitava, e regularizava sua cunhagem; destinava-se a manter o câmbio então predominante, e que convinha sustentar para que se poupassem oscilações dos valores e prejuízos do Governo e do comércio. Fora seu autor Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Surgiu, no entanto, um conflito entre as duas Casas do Parlamento. Votara a Câmara dos Deputados e enviara ao Senado um projeto aumentando o número de tribunais judiciários de segunda instância, e os dos membros que deviam compô-los. Introduziu-lhe o Senado emendas, que a Câmara rejeitou por votação considerável.

Requeriu a Câmara ao Senado fusão das duas Casas do Parlamento, a fim de decidirem as emendas em assembléia geral dos representantes da nação.

Introduzida no recinto do Senado a comissão nomeada pela Câmara temporária, e exposto o requerimento de fusão, pretendeu o presidente fixar o dia para a reunião dos legisladores.

Contrariou-lhe Rodrigues Torres a intenção; propôs que se discutisse e votasse previamente a respeito de concessão ou denegação do requerimento, e sustentou o princípio de que a qualquer dos dois ramos da representação nacional cabia o direito de recusar-se à fusão.

Resolveu o Senado que se abrisse o debate, e decidiu por fim que não anuía ao requerimento da Câmara.

Logo que à Câmara dos Deputados foi a notícia comunicada, votou a maioria que a comissão incumbida de requerer fusão volvesse àquela Casa do Parlamento e protestasse que o Senado não podia recusá-la.

Regressou a comissão para o Senado, e admitida de novo na sala das sessões, anunciou a deliberação da Câmara dos Deputados.

Não recuaram os senadores de suas opiniões; negaram pela segunda vez o requerimento da Câmara. Notáveis foram as palavras então proferidas por Antônio Carlos, já então senador do Império pela Província de Pernambuco. Aplicou ao vocábulo requerer, admitido na Constituição, significação literal, e não o direito de obrigar o Senado a submeter-se a exigências da Câmara dos Deputados. Acrescentou que,

como senador, guardava intactas as prerrogativas de sua corporação e não admitia interpretações nocivas à boa confecção das leis, que cumpriria promulgar-se.<sup>52</sup>

No dia aprazado para o encerramento da sessão ordinária da assembléia geral, procedeu-se ao cerimonial do costume embora se não tivesse votado o orçamento. A situação do Ministério na Câmara provava sua fraqueza, e a todo o momento ele arriscava-se a crises, que desejava poupar para não abandonar o seu posto.

Terminadas as lutas parlamentares podia caminhar durante o intervalo de uma para outra sessão legislativa.

Nem libertado das críticas dos deputados, ousou todavia demitir presidentes de província, chefes de polícia e autoridades que lhe não prestavam obediência.

Findou o ano de 1846 e correram os quatros primeiros meses do ano 1847 como que no meio de verdadeira anarquia administrativa e política.

Procedera-se, neste espaço de tempo, a eleição para uma lista sêxtupla de candidatos à senatoria pela Província de Pernambuco em duas vagas, que a morte de Antônio Carlos e José Carlos Mayrink abria na Câmara vitalícia.

O Presidente Chichorro da Gama desatendeu as ordens do Ministério para não intervir no pleito que correu extremamente tumultuoso. Assassinatos, prisões, espancamentos e graves desordens o macularam: atos violentos e arbitrários do presidente publicados nas gazetas e comentados em representações de povos, o inquinavam de nulidade e fraude.

Apresentadas ao Imperador as atas autênticas da apuração efetuada pela Câmara municipal da cidade de Recife, recaiu a escolha de Sua Majestade em Chichorro da Gama e Ernesto Ferreira França, incluídos na lista sêxtupla.

Tinha-se já instalado oficialmente a sessão ordinária da legislatura no dia 3 de maio.

---

52 Palavras textuais.

Esforçava-se Holanda Cavalcanti em opor dúvidas à validade da eleição e em acusar o presidente de haver empregado arbitrios, abusos, fraudes e violências para ser incluído na lista tríplice.

Respondeu-lhe todavia o Imperador que lhe não competia avaliar a eleição e somente escolher na lista que lhe fosse apresentada. Percebeu Holanda que seus dias de Ministério estavam contados, e que lhe era necessário, para evitar maiores desgostos, solicitar exoneração do cargo que ocupava.

Concedida por Sua Majestade a demissão, foram os outros ministros autorizados a convidar um senador, que preenchesse a vaga de Holanda.

Recusou-se Alves Branco, para quem primeiro se digiram. Anuiu-lhes, porém, às instâncias Lopes Gama, e no dia 5 publicou-se a notícia da modificação do gabinete.

Difícil é descrever a irritação da maioria da Câmara dos Deputados. Os praieiros, bem que satisfeitos com a retirada de Holanda, não aceitavam a entrada de Lopes Gama por pertencer na sua província ao partido dos Cavalcantis.

Os liberais históricos não admitiam igualmente o novo ministro pela dubiedade e fraqueza de seu caráter, que o faziam oscilar constantemente ora para um, ora para outro lado.

Reunidos em conferência particular assentaram os últimos em intimar a Fernandes Torres, seu representante no Ministério, que não podiam prestar apoio a Lopes Gama.

Decidiram-se então todos os ministros a renunciar as funções de governo.

Incumbia o Imperador a Alves Branco da formação do novo Gabinete.

Entendeu-se Alves Branco com Paula Sousa e solicitou sua cooperação. Nunca Paula Sousa exercitara o poder, e como aliado incomodava seus amigos. À pureza de um girondino, a fé intemerata de um romano, unia uma firmeza de princípios democráticos, e uma alma cerrada à ruim inspiração do ódio e das vinditas. Desaprovava todas as perseguições, abusos, desvios e arbitrios que se cometiam. Não era para ele o poder uma vaidade, mas um peso e uma fadiga, a que se considerava

inabilitado, e com razão justificada pela falta de tirocínio, e desconhecimento dos homens.

Meramente teórico, mas pairado nas atmosferas metafísicas que apreciador da realidade, pretendia que a maior liberdade assegure a ordem, e quanto mais dilatados seus horizontes mais benefícios se conseguem.

Exigiu Paula Sousa, como condição para entrar no Gabinete, a nomeação de um presidente de conselho que simbolizasse seu programa político, fiscalizasse os colegas na administração e proibisse que atos parciais contrariassem o sistema estabelecido.

Assentiu o Imperador à proposta, e lavrou-se e assinou-se um decreto criando a presidência de Conselho, de que foi Alves Branco investido. Dividiram-se as pastas da Fazenda, Império, Justiça, Negócios Estrangeiros, Guerra e Marinha, por Alves Branco, Paula Sousa, Vergueiro, Saturnino de Sousa, Antônio Manuel de Melo, e Cândido Batista de Oliveira.

Agradou à maioria da Câmara dos Deputados a organização do Gabinete.

Ocupou-se o Senado, nas suas primeiras sessões, do reconhecimento das cartas imperiais que nomeavam Senadores Chichorro da Gama e Ernesto França.

A comissão incumbida do exame compunha-se de Honório Hermeto, Araújo Lima e Cassiano Melo Matos.

Apresentou a comissão parecer contrário à validade das eleições. Historiava o andamento do processo, analisava as atas da eleição primária e secundária, estigmatizava os atos do presidente da província, mencionava as violências e fraudes cometidas, e opiniava que se procedesse a nova eleição.

Declarou o presidente que submetia à discussão o parecer previamente impresso e incluído na Ordem do Dia. Censurou Alves Branco o parecer por desprezar as cartas imperiais, desacatar a Coroa e amesquinhar suas prerrogativas.

Respondeu-lhe Honório Hermeto. Firmou as atribuições do Senado não somente na letra e espírito da Constituição, como em precedentes estabelecidos. Durante o reinado de D. Pedro I e no ano de 1829 anulou o Senado a eleição e escolha do Marquês de Lajes; no período



regencial e em 1833 procedera do mesmo modo no tocante à do Padre Diogo Antônio Feijó.

Tentou Vergueiro sustentar a opinião de Alves Branco, e Vasconcelos estranhou que ministros envolvessem perigosamente a Coroa em assunto exclusivo da competência do Senado. Subiu à tribuna Araújo Lima no propósito de provar as nulidades insanáveis da eleição. Sumariou os fatos ocorridos, patenteou os vícios e ilegalidades que se haviam cometido, a interferência abusiva e indébita do Presidente Chichorro, que era candidato, as violências praticadas pelas autoridades de polícia e soldados armados, a multiplicidade de atas contrárias e cuja preferência transformava a lista sêxtupla, de modo que se não podiam conhecer quais as pessoas exatamente mais votadas. Leu uma circular enviada aos eleitores por vários deputados do partido praieiro, recomendando que sufragassem os nomes de Chichorro da Gama e de Ernesto França, o primeiro por gratidão da província, e o segundo por ser o candidato que o Imperador desejava.

Dezessete senadores votaram em favor do parecer e treze contra. Declaradas, portanto, nulas as eleições, ordenou o Senado que se procedesse a novas.

Romperam os deputados praieiros em furiosas diatribes contra o Senado. Propuseram reforma da Constituição para modificar-lhe a organização e regalias. Exclamaram que enquanto se não destruísse a oligarquia preponderante do Senado, não poderia existir no país liberdade, e nem vigorar o regímen representativo.

Não se converteram, todavia, em resoluções legislativas as manifestações de despeitos e desprezo, que levantaram, e que suspenderam, no entanto, por muitos dias o andamento dos assuntos que convinha à Câmara resolver em benefício do país.

Pensava Paula Sousa que realizaria seus projetos, e anunciou que o Gabinete desejava a concórdia para converter em leis suas idéias políticas; que se devia formar um terceiro partido composto dos homens mais aproximados em opiniões e que se congregassem para repelir exageros de opiniões, e sustentar um governo honesto, tolerante, e aplicado exclusivamente à satisfação das necessidades públicas, morais e materiais, e ao desenvolvimento e progresso da civilização e da educação nacional.

E enquanto inspirava-se nos idílios, que a candidez do coração alimentava, adotaram seus colegas reações reclamadas pelos liberais e praieiros da Câmara. Magistrados que não serviam de instrumentos às paixões políticas removeram-se de boas para péssimas comarcas, e exoneraram-se funcionários administrativos suspeitos de conservadores. Em Pernambuco, principalmente, se não conservou juiz de direito; entregou-se a Guarda Nacional a partidários extremados, e a polícia a asseclas turbulentos e arrojados. Censurado Alves Branco no Senado, não trepidou em declarar que cometia, dolorosos, mas indispensáveis sacrifícios, para poder concentrar a fé política.

Desiludido, Paula Sousa pretextou moléstia e necessidade de restaurar sua saúde na província de S. Paulo, e demitiu-se do cargo de ministro. Triste e meditabundo, recolheu-se à solidão. Incumbiu-se Vergueiro interinamente da pasta do Império.

Não poupavam os conservadores o Ministério, nem a pessoa do Imperador, que, pela primeira vez, foi alvo de críticas.

Imprimiu-se um folheto, sob o título de *Facção Áulica*, que espalhou-se por todas as províncias do Império, e profundamente impressionou a opinião pública. Atribuía-se a uma facção áulica que funcionava no Clube da Joana, e tinha por chefe Aureliano de Sousa e principais corifeus Saturnino de Sousa e Paulo Barbosa, influência sinistra sobre o ânimo do Imperador, cercado de favoritos, que ouvia com favor, e que o afastavam dos homens políticos de convicção e princípios. Unia-se a facção áulica ora a um, ora a outro partido militante conforme seus interesses do momento; elevava ou fazia cair do poder os ministros, e dispunha inteiramente da direção dos negócios públicos.

As gazetas, anunciando o folheto, acrescentavam-lhe a circulação, com artigos tendentes a firmar-lhe o crédito.

Da imprensa subiu ao Parlamento o boato da existência de uma facção áulica.

Consoante com seus hábitos e sistema parlamentar, citou-o Vasconcelos, posto que asseverasse dúvidas da sua realidade. Manifestou, todavia, sustos de que se desprestigiasse a Coroa e se aluíssem os fundamentos do regímen representativo.

Luís Antônio Barbosa, que, como suplente pela província de Minas, tomara assento na Câmara dos Deputados, ousou falar igualmente a respeito da facção áulica, e proferiu um discurso veemente e enérgico.

Disse o talentoso orador: “Apesar da Coroa, e sem ela o presentir, há um círculo traçado por cortesãos em roda da Coroa, que impede a verdade de chegar a ela, que se houvesse alguém tão audaz que atribuisse à Coroa a culpa da existência desse círculo e pensasse que ela consultava esse gabinete secreto antes de deliberar, compreendo que justa indignação devesse recair sobre os inventores de tal boato. Estou convencido, porém, estão todos convencidos de que a Coroa não sabe os manejos empregados para se impedir que a verdade penetre até seus ouvidos, e quando o soubesse não o teria consentido. Não há insulto à Coroa em denunciar os manejos dos cortesãos para iludi-la. Se é real a existência de uma facção áulica, a que me refiro, é outra questão. Desejava que fosse falso o que se propala. Desde o grande ato da maioridade, certo número de homens colocados nos paços imperiais, ou relacionados com os cortesãos, tem empregado todo o jeito, toda a artimanha para fazerem-se poderosos.

“A Câmara e o país observaram que, desde o primeiro gabinete, teve de entrar para o Ministério um homem que não tinha ocupado lugar proeminente no Parlamento, que não esposava as idéias dos outros membros do Ministério, que não entrou para ele senão para traí-lo e que continuou no Gabinete seguinte, de idéias diametralmente opostas ao precedente.”

Esboçando depois a história dos ministérios de 23 de março, de 2 de janeiro e de 26 de maio, para cuja queda concorrera eficazmente Aureliano, exclamou em linguagem acerba:

“Daí nasceu o boato de que existe uma camarilha áulica, e pois um fenômeno que perturba a harmonia constitucional dos poderes públicos.”

Doía-se o Imperador com as diatribes da imprensa oposicionista e mais ainda com as insinuações emitidas na tribuna. Cuidou em provar-lhes as falsidades. Nomeou Paulo Barbosa enviado extraordinário e ministro plenipotenciário para a Rússia, a fim de arredá-lo dos paços e da mordomia da casa imperial. Não o pintavam como prócer mais hábil e perspicaz da facção áulica, e que se aproveitava de suas relações diárias com Sua Majestade?

Quer no Senado, quer na Câmara temporária eram os ministros vigorosamente molestados pelos oradores do Partido Conservador,

que em todos os assuntos os chamavam a contas. Ângelo Ferraz, habituado às batalhas parlamentares que recrescidamente se pelejavam, demonstrava estudos seletos no exame dos atos da administração e na crítica das orientações dos membros do Gabinete.

Das discussões prolongadas não agourava o Ministério poder conseguir na sessão ordinária votação dos orçamentos e das propostas de fixação das forças de mar e terra. Lembrou a urgência de adotar-se uma resolução prorrogando as leis anteriores, enquanto outras se não promulgassem.

Combateu esta proposta, apenas apresentada pela respectiva comissão, a patrulha conservadora.

Luís Antônio Barbosa observou que era a sessão de 1847 a última da legislatura, e que em maio de 1848 uma Câmara eleita em novas eleições devia funcionar. Que responsabilidade e estigma lhe cabiam por não ter cumprido os deveres impostos pela Constituição do Império?

“Veja a Câmara”, exclamou, “que procedendo pelo modo lembrado pelos ministros, dá o direito de lançar-se-lhe no túmulo este epitáfio: – Nasceu na fraude e na violência, viveu no servilismo e acabou no opróbrio.”

Graves acontecimentos agitavam, no entanto, a Província de Pernambuco. O Presidente Chichorro aparelhava os elementos indispensáveis para conseguir vitória no pleito eleitoral da lista sêxtupla de candidatas à senatoria, mandada de novo proceder pelo Senado. Empenhado pessoalmente na luta, ligado estreitamente ao partido praieiro, ao qual de corpo e alma se devotara, mandou organizar nova qualificação de eleitores, quando aos da legislatura que ainda funcionava cabia o direito do voto; convocou para as urnas os que se inscreveram em alistamentos adrede arranjados; transmitiu instruções aos empregados da polícia e aos comandantes da Guarda Nacional para arredarem dos comícios quantos lhes não aderissem à cabala, e excitou as paixões e instintos da população para, com ameaças e insultos nas ruas, amedrontar o partido oposicionista.

Escrevia o Vice-Presidente Manuel de Sousa Teixeira<sup>53</sup> pertencente no entanto ao partido praieiro, que era lamentável e desesperada a

---

53 Barão de Capiberibe.

situação da província; que empregados públicos provocavam com seus desmandos a guerra civil, oprimiam os cidadãos, abusavam, prostituíam e convertiam a autoridade em seu proveito, e em instrumento de ódios, vinganças e caprichos.<sup>54</sup>

Cometeram-se motins e desordens; apedrejaram-se casas, espancaram-se portugueses inermes e industriosos, assinaram-se representações à Assembléa Provincial exigindo sua expulsão de Pernambuco e proibição de comércio estrangeiro a retalho.

O Ministério, em vez de providências, segundo os interesses da ordem pública, exonerou o vice-presidente, que se atrevera a publicar seu juízo no tocante à administração e afiançou a Chichorro da Gama toda a sua confiança.

Ao chegarem ao Rio de Janeiro as notícias das discórdias de Pernambuco e da exaltação dos ânimos da população patrocinada pelo presidente da província, mais azedaram-se as discussões nas duas Casas do Parlamento. Conservadores e até alguns liberais moderados e criteriosos exigiram do Governo que pusesse cobro às calamidades que açoitavam aquela província. Defenderam os deputados praieiros o Presidente Chichorro da Gama e imputaram os malefícios praticados ao partido dos Leões, Cavalcantis e Barros, e aos portugueses que o auxiliavam.

Não se conteve Araújo Lima no Senado. Proferiu um discurso enérgico contra a administração de Chichorro da Gama; estigmatizou o Ministério por não cumprir sua obrigação de exonerá-lo, para que as novas eleições de senadores se efetuassem livremente. Terminou com as seguintes palavras:

– “Os descendentes daqueles que souberam resistir ao rei para melhor servirem ao rei, saberão resistir à opressão dos ministros para melhor servirem ao Imperador.”

Encerraram-se as Câmaras sem que houvessem votado as leis ânuas. Contentou-se o Gabinete com a prerrogativa que mandava vigorar as leis decretadas para o anterior exercício.

Pensou-se unicamente na nova eleição para a Câmara futura dos deputados.

---

54 Próprias palavras.

Resoluto o Governo a cantar vitórias, não deixou província nenhuma manifestar livremente sua opinião e vontade.

Violências e fraudes cometeram-se com aparatosos escândalos. Não abandonou todavia o Partido Conservador os comícios, e o pequeno número de seus representantes que logrou eleger, deveu-o à sua concorrência e esforços. A Bahia, o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro nomearam deputados da oposição. Receberam diplomas Gonçalves Martins, Ângelo Ferraz, Vieira Tosta, Benvenuto Taques, Aprígio de Sousa, Francisco Antônio Ribeiro, José de Góis e Sequeira, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, Luís Alves Leite de Oliveira Belo e José Martins da Cruz Jobim. Ao lado de Paulino de Sousa e de Eusébio Queirós, consegui igualmente eu triunfar na Província do Rio de Janeiro. Constituímos uma bela falange de dezesseis conservadores. Incluiu ainda a Província do Rio de Janeiro um dos candidatos conservadores na lista tríplice para senador, pelo passamento do Marquês de Paranaguá. A Coroa preferiu-lhe todavia na escolha Saturnino de Sousa, ministro dos Negócios Estrangeiros.

Resultou, porém, da luta que Alves Branco malquistou-se com Aureliano, por lhe não aceitar para o Rio de Janeiro a candidatura de seu genro, José de Assis Alves Franco, e nem a de Manuel de Jesus Valdetão, liberal convicto, honesto e ilustrado.

Não tardou igualmente Alves Branco em divergir de Saturnino em questões exteriores, e em fins do ano de 1847 espalhou-se a notícia de crise no seio do Gabinete.

Propôs-se Lorde Howden, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da Grã-Bretanha, acreditado perante o Governo brasileiro, a estabelecer negociações que terminassem as dissidências ocorridas anteriormente. Opinou Alves Branco que se não devia tratar do assunto enquanto se não revogasse o *bill* Aberdeen, que desairava os brios e dignidade do Império. Não concordou Saturnino, e encetou correspondência com o diplomata britânico.

Ao Imperador expôs Alves Branco a dissidência que rebentara no Ministério, e solicitou ou sua demissão ou a de Saturnino de Sousa.

Não somente porque Sua Majestade, que em todo o seu reinado patenteou-se estremecidamente patriota, como talvez também porque desejava que seus súditos soubessem que nenhuma camarilha ou indivíduos lhe influenciavam o ânimo, decidiu que se exonerasse Satur-

nino, e se nomeasse para substituí-lo José Antônio Pimenta Bueno,<sup>55</sup> que não pertencia ao Parlamento, mas que era tido em conta de liberal e de ilustrado jurisconsulto.

Natural era que Aureliano de Sousa se ressentisse do procedimento de Alves Branco, e que se alterassem as relações entre o presidente do Conselho dos Ministros e o presidente da Província do Rio de Janeiro. Não demitiu-se, todavia, do cargo de confiança que ocupava, e nem ousou Alves Branco propor a Sua Majestade sua exoneração. Continuou, portanto, a administrar a província, que reputava seu feudo, e que lhe havia sido confiada desde março de 1844.

Finara-se, no entanto, o Visconde de São Leopoldo, senador pela Província de São Paulo, autor de uma história estimada da Província do Rio Grande do Sul, e presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, que se instalara na capital do Império no ano de 1838.

Corria o mês de janeiro de 1848, e era Presidente de São Paulo o General Manuel da Fonseca Lima, que apresentou-se candidato, e solicitou os votos dos eleitores. Rafael Tobias, porém, chefe provincial do Partido Liberal, recusou-se a adotar sua candidatura, e organizou uma lista de seis nomes, na qual exigiu que seus amigos concentrassem os sufrágios.

Exigiu Vergueiro que se exonerasse o presidente para que a eleição se procedesse livremente. Não lhe aquiesceu Alves Branco aos desejos. Demitiu-se Vergueiro do cargo de ministro da Justiça, e retirou-se para São Paulo.

No intuito de desmoralizar a influência de Tobias, concorreram os conservadores de São Paulo para o triunfo do presidente, posto que igualmente seu adversário político.

Resultou do pleito eleitoral que Rafael Tobias, seu companheiro de lista, Francisco Antônio de Sousa Queirós e Manuel da Fonseca Lima compusessem a lista tríplice sobre a qual devia recair a escolha da Coroa.

Entendeu o Imperador preferir aos dois candidatos Rafael Tobias e Manuel da Fonseca o terceiro votado, Sousa Queirós.

---

55 Marquês de S. Vicente.

Divisou Manuel Alves Branco que empalidecera sua estrela e faltava-lhe a confiança de Sua Majestade.

Solicitou no dia 6 de março a dissolução do Ministério que presidia.



.....

## X

*De março a setembro de 1848*

O

RGANIZOU José Carlos de Almeida Torres novo Gabinete com presidência do conselho e a pasta do Império. Confiou a Limpo de Abreu a da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros, a Manuel Felizardo de Sousa e Melo a da Guerra e a da Marinha, e a Pimenta Bueno a da Justiça.

Era um Ministério misto; continha três liberais um tanto já desapegados dos seus correligionários, um conservador genuíno e histórico; dois senadores e dois cidadãos estranhos então às Câmaras. Conservavam-se vagas duas repartições para serem preenchidas em tempo oportuno.

Apontava-se Manuel Felizardo como administrador ativo, zeloso e abalizado. Exercera com prudência e moderação várias presidências de províncias. Doutorara-se em Matemáticas e professava na Escola Militar estabelecida no Rio de Janeiro. Seu ânimo justiceiro, suas nobres qualidades do coração, seus atributos morais adquiriram-lhe geral consideração e estima. Agregara-se constantemente aos conservadores.

Declarou Almeida Torres: que governaria imparcialmente, e que aceitava o concurso dos homens moderados de ambos os partidos,

e convidava-os a uma verdadeira conciliação e esquecimento do passado, para o fim de promover-se o bem do país, e decretarem-se reformas razoáveis, e refletidamente estudadas.

Não querendo que seu programa permanecesse em palavras, exonerou todos os presidentes de províncias e chefes de polícia que tivessem sido eleitos deputados ou pertencessem ao Senado, e substituiu-os por pessoas tanto do Partido Liberal como do Conservador, reputadas pela tolerância de seus caracteres.

Entre as autoridades demitidas notavam-se o Senador Aureliano e Chichorro da Gama. Fora este eleito deputado por Pernambuco, e de novo incluído na lista sêxtupla da província para senadores do Império.

Para a presidência da Província do Rio de Janeiro nomeou-se Manuel de Jesus Valdetaro, para a de Pernambuco o Padre Vicente Pires da Mota, para a de S. Paulo, Domiciano Leite Ribeiro,<sup>56</sup> para a de Minas, Bernardino José de Lima, e para a do Pará, Jerônimo Francisco Coelho, todos liberais. Para o Ceará, Paraíba do Norte, Bahia, Rio Grande do Sul e Alagoas os conservadores Fausto Augusto de Aguiar, João Antônio de Vasconcelos, Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, Antônio Joaquim Álvares do Amaral, e Marechal Soares de Andréia.

As instruções transmitidas aos presidentes da província cifravam-se em administração justiceira e imparcial; no respeito dos partidos pleiteantes; na abstenção da política reacionária, dispensando apenas os empregados que a moral e o serviço exigissem fossem exonerados; e na proibição de abusos da lei, de violências e de perseguições, que as autoridades subalternas costumavam exercer.

Aproximava o dia da abertura da Assembléia Geral. Cumpria ao Ministério apresentar-se ao Parlamento. Uma proposta de reforma da lei de 3 de dezembro foi redigida por Pimenta Bueno para ser oferecida à Câmara dos Deputados, como penhor de conciliação dos princípios e dos partidos.

Quando assim se dispunham as causas no Brasil, impressionaram-se tanto o Governo como os povos com notícias de França. Uma revolução rebentara em fevereiro de 1848. Destronara-se Luís Filipe,

---

56 Visconde de Araxá.

que se asilara em Inglaterra. Aboliram-se as instituições monárquicas e proclamara-se o regime republicano. Não faltaram sustos de que outras nações da Europa imitassem-lhe o procedimento.

Mais que nunca era preciso que o Brasil se precatasse contra o contágio das doutrinas revolucionárias de França.

A fala do trono com que oficialmente instalou-se no dia 3 de maio a Assembléia Geral dos representantes da nação, enumerava o programa ministerial de conciliação e concórdia, e reclamava a reforma das leis de 3 de dezembro, e da Guarda Nacional, a fim de assegurar-se a liberdade individual e política dos cidadãos brasileiros, e consolidar-se sua tão liberal Constituição.

Chamou então Almeida Torres para ocupar as pastas vagas da Fazenda e Marinha dous deputados mineiros, José Pedro Dias de Carvalho e Joaquim Antão Fernandes Leão, em cujas pessoas e princípios o Partido Liberal depositava confiança. Dias de Carvalho acabava de ser eleito presidente da Câmara por considerável maioria de votos, e ambos protestavam adesão ao programa do Gabinete.

A maioria conservadora, os deputados de Minas, com exceção dos dois irmãos Teófilo e Cristiano Benedito Ottoni, quase todos os da Bahia, e alguns de províncias pequenas, anunciaram seu apoio ao Ministério. Os de São Paulo, porém, os do Rio de Janeiro, adeptas de Aureliano, os do Ceará, os de Pernambuco e os da Paraíba do Norte, não ocultaram suas desconfianças. Pareciam equilibradas as forças, quando foi lido na Câmara o projeto de resposta ao discurso da Coroa.

Continha uma frase duvidosa e suspeita para o Ministério, e fora seu relator Gabriel José Rodrigues dos Santos, deputado por São Paulo, estreitamente vinculado no partido de Rafael Tobias.

Ao iniciar-se a discussão, Almeida Torres exigiu explicações das palavras comprometedoras.

Declarou Rodrigues dos Santos que as frases notadas significavam falta de confiança no Gabinete.

Redigiu imediatamente o Cônego Marinho uma emenda para mudar-lhes o sentido.

Repeliram a emenda os que combatiam o Gabinete e defenderam-na os que estavam resolvidos a sustentá-lo.

Dividiram-se os liberais; Francisco de Sales Torres Homem,<sup>57</sup> os dois irmãos Ottonis e Urbano Sabino, declararam-se em oposição. O Padre Marinho e os demais representantes por Minas aderiram à política do Ministério. Intervieram na batalha Fernandes Chaves e Gonçalves Martins, e em nome dos conservadores prometeram seus votos a Almeida Torres. Apelou o ministro da Justiça para as doutrinas liberais do Ministério, encerradas na sua proposta de reforma da lei de 3 de dezembro, e pediu que se atendessem a princípios políticos de preferência à questão de pessoas.

Diante dos acontecimentos em que a Europa se estorcia, convinha a união dos brasileiros de boa-fé, para que não perigassem as instituições que regiam o Império, e que, únicas, lhe podiam augurar paz e futuro.

Após peleja confusa procedeu-se à votação no dia 26 de maio. Cinquenta e quatro deputados rejeitaram a emenda de Marinho contra quarenta que lhe foram favoráveis.

Estava declarada a crise entre o Gabinete e a Câmara.

Propagou-se a notícia de que Almeida Torres, em conselho de ministros, opinara pela dissolução da Câmara e fora acompanhado por Pimenta Bueno e Manuel Felizardo, mas que os ministros da Fazenda, Marinha e de Relações Exteriores, não adotaram o alvitre e preferiam que o Ministério se exonerasse.

Soube-se depois que Almeida Torres cedera de seu propósito, e solicitara a demissão do Ministério. Ouviu-o o Imperador acerca do nome do estadista que devia suceder-lhe na administração e aceitou-lhe o de Paula Sousa, que na sessão de 1848 comparecera no Senado.

Tentou Paula Sousa esquivar-se, cedeu contudo às instâncias de Sua Majestade.

A 31 de maio publicaram-se os nomes dos novos ministros. Paula Sousa na presidência do Conselho e na pasta da Fazenda, os Deputados Antônio Manuel de Campos Melo, e Bernardo de Sousa Franco, nas de Justiça e Negócios Estrangeiros; o General Santos Barreto na da Guerra. Dias de Carvalho e Antão tomaram conta do Império e Marinha.

---

57 Visconde de Inhomirim.

Assemelham-se as ilusões do espírito às saudades do coração: reaparecem por mais que se diligencia expeli-las.

Raia sempre uma esperança, ainda que tênue e fraca para os ânimos convictos e teóricos. Como as folhas que se desprendem das árvores, ao modificar-se a temperatura da atmosfera, tombavam as ilusões de Paula Sousa, dificuldades inesperadas lhe estorvavam a execução das idéias. Renasciam, contudo, logo que a primavera coava pelos horizontes sua luz benéfica.

A persuasão de que ser presidente do Conselho e diretor exclusivo da política lhe conseguiria a aprovação de projetos que imaginava, lisonjeou-o e levou-o a aceitar o Ministério.

Anunciou ao Senado que adotava o programa inscrito na fala do trono, e elaborado pelo Gabinete que o precedera, e requereu a um e outro partido o auxiliassem nas críticas conjunturas em que os acontecimentos de França colocavam as demais nações do mundo. Afirmou que o pessoal exclusivamente liberal do seu Ministério lhe não nulificaria os intentos generosos, pois que na categoria de presidente do Conselho velaria em sua execução.

Explosão de desgostos e despeitos rebentaram em vários grupos que formavam a maioria dos deputados. Queixavam-se uns de que o Gabinete contivesse três membros que no Parlamento haviam apoiado o Ministério presidido por Almeida Torres, um que não pertencia às Câmaras, e apenas Bernardo de Sousa Franco, que se tinha alistado na maioria vencedora. Havendo a crise, suscitada entres os dois Poderes Executivo e Legislativo, produzido a retirada do Ministério, por que se não entregava a administração aos que conquistaram vitória? Por que se tinham excluído representantes das províncias de Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, que se achavam à frente da maioria?

Estranhavam outros a singularidade e utopia de um programa que seria impossível praticar-se.

Concordaram, no entanto, em eleger presidente da Câmara Chichorro da Gama, genuíno corifeu das mais exaltadas doutrinas do liberalismo, como demonstração que esclarecesse o Ministério acerca de sua situação, e o obrigasse a respeitar o partido que constituía maioria na Câmara.

Entendeu Paula Sousa que devia modificar sua linguagem, apresentou-se na Câmara dos Deputados e depois de pintar o estado do país, onde em sua opinião abundavam elementos de maior perigo que nas nações do velho continente, solicitou o apoio decidido de seus amigos políticos, e, para merecê-lo lembrou todo o seu passado em favor das doutrinas liberais do partido que reclamava reformas das leis promulgadas em detrimento das liberdades. Ofereceu, como garantia de sua política, uma proposta que determinava incompatibilidades de presidentes de província, magistrados, empregados de polícia, e funcionários administrativos para o cargo de representantes da nação. Requereu que tanto esta proposta, como a da reforma da lei de 3 de dezembro, entrassem imediatamente na ordem do dia.

No desejo ainda de afeiçoar-se o apoio dos deputados de Pernambuco e do Rio de Janeiro, exonerou os presidentes das duas províncias e substituiu-os por liberais mais que eles adiantados em idéias políticas.

Tratava, no entanto, o Senado de examinar a eleição senatorial procedida em Pernambuco, e as novas cartas imperiais de escolha de Chichorro da Gama e de Ernesto França.

A comissão de verificação de poderes redigiu seu parecer com urgência, e opinou ainda que se anulassem as eleições pela segunda vez efetuadas.

Fundava-se a comissão em que Chichorro da Gama, perseverando na presidência da província, ordenara ilegalmente novo alistamento de votantes de paróquias, que estes alistamentos elevaram escandalosa e fraudulentamente o número dos qualificados; que seu número elevava-se tão exageradamente que passara a duplicado, e triplicado em quase todas as freguesias; que os colégios de Boavista e Goitá apuraram mais eleitores que os constantes nas atas da paróquia; que no Rio Formoso, Pau de Alho, Serinhaém e Una, processos criminais instaurados, e mandados de prisão expedidos pelos agentes policiais, haviam afastado da eleição cidadãos importantes, e os próprios juizes de paz, presidentes legítimos das Mesas; que em vinte freguesias referiam as atas unanimidade de votos; que os locais onde funcionaram diversas Mesas não eram os dos editais de convocação, mas sítios afastados; que finalmente, espantava a

quantidade de inquéritos policiais praticados antes e durante os atos da eleição, para que, assustados os votantes, não ousassem intervir no pleito.

Protestou Vergueiro contra o parecer, mas não combateu-lhe os argumentos. Foi o parecer aprovado por maioria considerável de votos.

Levantou-se amedrontadora celeuma na Câmara dos Deputados. Durante muitos dias desmandaram-se os praieiros em invectivas, ameaças e injúrias aos senadores que haviam pela segunda vez anulado a eleição procedida na província. Ofereceram um projeto de reforma constitucional tendente a cercear as atribuições da casa vitalícia, que foi remetido à comissão respectiva, e um segundo, proibindo aos estrangeiros o comércio a retalho.

Conseguiram que este segundo projeto entrasse em ordem do dia. Para mais se complicar a situação do Ministério propalaram-se também péssimas notícias de Pernambuco.

O Presidente Pires da Mota, ao entregar a administração a seu sucessor, expôs-lhe carregados de negras nuvens os horizontes da província. Desobedeciam-lhe as autoridades de polícia, e se não davam por demitidas as que exonerara. Estava armada por Chichorro da Gama, a Guarda Nacional do interior, e comandada por furiosos e extremados partidários da praia. A ação governativa tornara-se nula e nem os funcionários administrativos a acatavam. Inspirava-se de idéias anárquicas a população, e ameaçava a todo o instante perturbar a ordem pública e expelir do solo os negociantes estrangeiros, particularmente os de nacionalidade portuguesa.

Procurara em vão o novo presidente acalmar os ânimos, e prevenir-se contra deploráveis eventualidades, quando em junho rebentou uma explosão de cólera contra os portugueses e no dia 6 e 27 foram selvagememente alguns assassinados e muitos espancados.

Ocupava-se, então, a Câmara dos Deputados na discussão da proposta do Governo sobre incompatibilidades eleitorais.

Contrariavam-na muitos membros da maioria, e Paula Sousa, presente à sessão, depois de sustentar a necessidade urgente de sua

aprovação, para que o sistema representativo fosse real e genuíno do povo, exclamou entristecido:

“Se me convencesse que a Câmara não participava minhas opiniões, nada mais me restaria senão deplorar a sorte do Brasil, e semelhante ao selvagem, exausto de forças para lutar contra a corrente, que o arrebatava, largaria o remo, e esperando o momento que o precipitasse no abismo, elevaria os olhos para o céu, e, resignado, esperaria os males que não teria podido evitar.”

Impressionaram fortemente a atitude e as palavras do presidente do Conselho, e a maioria aprovou por fim a proposta, bem que lhe introduzisse emendas por ele não adotadas.

Um parecer da Comissão de Fazenda, lido na Câmara, e que anunciava prevaricações e roubos que se perpetravam nas alfândegas, chamou à tribuna Ângelo Ferraz, que mencionou fatos escandalosos, e notou os defeitos dos regulamentos.

Afirmou Paula Sousa que providenciaria, e pediu a Ferraz que, como brasileiro, o auxiliasse com suas luzes e pessoa.

Serviço relevante prestaria aceitando a inspetoria da alfândega do Rio de Janeiro, que na tribuna lhe oferecia, e para que a desempenhasse satisfatoriamente, lhe concedia todos os poderes de reforma, de regulamentos e de modificação do pessoal funcionário. Anuiu Ferraz à sua voz, e foi nomeado imediatamente inspetor da Alfândega.

Coadjuvava poderosamente a imprensa nas vozes dos deputados conservadores. Justiniano José da Rocha, Josino do Nascimento e Firmino Rodrigues Silva combatiam na gazeta *Brasil* e mais que todos atraíam geral atenção às originais e espirituosas crônicas das Câmaras, publicadas por Aprígio José de Sousa na *Sentinela da Monarquia*. Em favor do Partido Liberal respondiam-lhe igualmente com talento e perícia os Deputados Francisco de Sales Torres Homem e José Maria da Silva Paranhos.<sup>58</sup>

Os conflitos travados na Câmara entre liberais e conservadores; as contrariedades com que seus correligionários estorvavam-lhe os planos; os acontecimentos de Pernambuco e as vozes revolucionárias dos deputados praieiros, abateram o espírito de Paula Sousa. Resolveu

---

58 Visconde do Rio Branco.



em princípio de agosto abandonar o Ministério. Alegou moléstias a Sua Majestade, que apenas consentiu-lhe que transferisse interinamente o exercício da pasta da Fazenda a Sousa Franco, e guardasse, bem que fora da administração, o título honorífico de presidente do Conselho. Desde esse momento patenteou-se a fraqueza do Ministério. Faltou-lhe o pensamento, o espírito da administração, o chefe que cercava-se ainda de força moral e de prestigiosa nomeada.

Nem o Gabinete entendeu-se mais com a Câmara e nem a Câmara com o Gabinete. Lutas tormentosas, insultos repetidos, discussões desordenadas marcaram as sessões. Não poucas vezes suspenderam-se em razão dos tumultos suscitados.

Enquanto Paula Sousa conservou o exercício das funções de ministro, mantinham-se os conservadores em oposição moderada, porque acatavam as cãs do presidente do Conselho e apreciavam-lhe as excelentes intenções, posto que compreendessem que faltava-lhe o conhecimento dos homens, e a prática dos negócios. Desde, porém, que Paula Sousa recolheu-se às tendas e abandonou a direção da política, agrediram violentamente os ministros, desorientados pela perda do chefe, e flagelados constantemente por vários grupos da Câmara.

Não poucos distúrbios e cenas deploráveis resultaram dos debates.

Por vezes a injúria vociferada provocava ameaças e tentativas de ofensas físicas que custosamente se preveniam.

Notou-se que crescera nosso número com a aquisição de João Maurício Vanderlei, de Luís Pedreira do Couto Ferraz<sup>59</sup> e de outros deputados, convencidos já das perigosas idéias dos liberais.

A maioria retalhada em frações provincianas votava de modo diverso segundo as ocorrências do momento. O que um dia aprovava, rejeitava no seguinte, e nenhum assunto se solvia.

Decorrera todo o mês de agosto e nem as leis anuais se adiantavam. Foi necessário prorrogar-se a sessão da legislatura até o mês de outubro.

---

59 Visconde de Bom Retiro.

Aproximava-se o dia 7 de setembro, designado em lei para a eleição de juizes de paz de paróquias e de vereadores de câmaras dos municípios. Tanto o Partido Liberal como o Conservador formaram listas de candidatos, e aparelharam-se para o pleito. Incluía o segundo o nome de José Clemente Pereira, confiado em sua atividade e experiência administrativa para melhorar a situação lamentável da Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro.

Suscitou Nunes Machado um debate acrimonioso acerca da administração da Santa Casa da Misericórdia, cuja provedoria José Clemente exercitava. Visava a desprestigá-lo, mas encontrou defensores, que lhe provaram os benefícios que de tão esclarecida administração tinha o estabelecimento conseguido. Acusou-o então Nunes Machado de português de nascimento e exortou os habitantes da capital do Império a repelir sua candidatura. Provocou por este feito os instintos da população, animada pela voz de um representante da nação.

Organizaram-se as mesas paroquiais, e principiou o recebimento das cédulas, com toda a ordem e regularidade. Correu tranqüilo o dia 7 de setembro. À noite, porém, tumultos e desordens rebentaram nas ruas da cidade. A 8, grupos armados, e auxiliados por inspetores de quarteirão e agentes de polícia disfarçados, assaltaram algumas igrejas, em cujo recinto procedia-se à eleição. Espancaram os juizes de paz presidentes, os secretários, escrutadores e votantes. Quebraram as urnas, rasgaram as cédulas recolhidas, improvisaram novas mesas, e recomeçaram a seu talante o processo de recebimento de listas.

Pelas ruas da cidade as mangas dos desordeiros espalharam-se depois, vociferando ameaças contra os conservadores e os portugueses, e espalhando terror, que produziu fecharem-se as casas de comércio, e ocultarem-se os habitantes pacíficos.

Pela noite, repetiram-se as assustadoras tropelias da população; e ainda no dia 9 continuaram até que, apoderados das mesas eleitoras e das urnas de algumas paróquias, e afastados os votantes dos comícios, percorreram livremente as ruas, com gritarias e assuadas.

Reuniu-se o Senado no dia 10, e Rodrigues Torres responsabilizou os ministros pelos atentados perpetrados, senão como autores, pelo menos como cúmplices, por não haverem providenciado como

deviam. Acompanhou-o Honório Hermeto, e exigiu que o Governo abandonasse a inércia e cuidasse do sossego público.

Não comparecera no Senado Paula Sousa, desde que transferira a Sousa Franco a gerência da pasta da Fazenda. Nenhum senador liberal defendeu o Gabinete.

Funcionou a Câmara temporária somente no dia 11. Desde 6 estavam suas sessões suspensas por não comparecer número suficiente de deputados.

Requereu Ângelo Ferraz que se perguntasse ao Governo quais os fatos que determinaram os sustos que se tinham derramado na população, desde 7 de setembro, e a que causas deviam ser atribuídas.

Respondeu o ministro da Justiça, que os distúrbios eram devidos à exaltação dos partidos; que somente às 4 horas da tarde de 8 fora informado de que ajuntamentos de pessoas armadas tinham partido do Sacramento para a igreja de Santa Rita; que pessoalmente os procurara, convencera-os que deviam recuar de seus propósitos, e restabelecera a tranqüilidade pública.

Subiu Eusébio de Queirós à tribuna. Referiu minuciosamente os atos lamentáveis que se haviam cometido. Gritou nomes dos desordeiros, e de agentes de polícia que os auxiliaram nas correrias e tumultos, e descreveu os perigos a que estivera exposta a população da capital do Império diante de magotes que percorriam as ruas, penetravam nos templos, espancavam cidadãos inermes, expulsavam das mesas paroquiais seus membros legítimos, apedrejavam casas de particulares, e dirigiam injúrias aos moradores com gritos sediciosos, e isto tudo impunemente, durante três noites e dias seguintes. Admirava-se que somente na tarde do dia 8 tivesse o ministro da Justiça conhecimento das desordens que tinham principiado na noite de 7 e de que as persuasões amigáveis que declarara ter dirigido aos desordeiros, com o que declarava havê-los apaziguado, não obstassem à repetição de seus atos escandalosos ainda no dia 9.

Não contestou Sousa Franco os fatos revelados por Eusébio de Queirós; afiançou, porém, que o Governo lograra manter a ordem pública.

Urbano elogiou a efervescência popular, e atribuiu ao Senado a causa que a motivara: “o Senado”, disse, “no estado em que se constituiu, colocou-se em uma verdadeira exceção da Constituição, e eu e meus amigos estamos resolvidos a empregar todos os meios para restabelecer a verdade constitucional como a causa pública o exige”.

Nunes Machado não hesitou em declarar que influíra nos grupos pleiteantes da eleição, inspirado no seu patriotismo para que não fosse votado José Clemente, e nem português de nascimento.

Dominava-os ainda o despeito por ter sido pelo Senado anulada a eleição de Pernambuco. Pronunciou-se Nunes Machado em favor das doutrinas derramadas na população da cidade do Recife, e que se traduziam em guerra e extermínio de portugueses, que considerava inimigos naturais dos brasileiros.

Espantou-se a Câmara de ouvir Ângelo Ferraz dizer-se satisfeito com as respostas dos ministros, e requerer a retirada de seu requerimento para que a discussão se terminasse.

Atenderam-lhe ao pedido trinta e cinco deputados contra trinta e três.

Lembro-me que pedi a palavra e apresentei novo requerimento para mais amplas informações. Referi as calamidades e perigos resultantes de idéias tendentes a excitar ódios, e assanhar paixões e instintos populares contra estrangeiros, e particularmente contra portugueses úteis e industriais, nossos irmãos pela raça, religião, costumes e língua. Recapitulando os fatos e exprobrando ao Governo sua inércia, exclamei que levantavam-se com razão suspeitas de sua conivência com os malfeitores.

A estas palavras rebentou na galeria, do lado da terra, temeroso tumulto, e partiram gritos, vaias, ameaças e insultos, que me obrigaram a suspender o discurso.

Ergueram-se de suas cadeiras os deputados, e a anarquia tornou-se tão notável, que se não ouviam os toques da campanha e nem as vozes do presidente que reclamava a ordem.

De súbito, foram invadidos o recinto das sessões, as salas e corredores do edifício, por cópia extraordinária de povo. Todos falavam, todos gritavam, todos batiam com os pés no chão, e as mãos nas ban-

cadás. Confundiram-se deputados com espectadores, e o presidente atordoado suspendeu a sessão, levantando-se da sua cadeira e retirando-se precipitadamente do salão.

Com dificuldade lograram os deputados retirarem-se. Incomodavam a alguns numerosas vaias, insultos e ameaças; não foi felizmente nenhum ofendido em sua pessoa.

Aberta a sessão no dia imediato, e lido o expediente, pedi a palavra pela ordem, e propus urgência para continuar-se na discussão do requerimento que enviara à mesa para estigmatizar as cenas tormentosas da véspera, que tendiam a estorvar a liberdade dos representantes da nação e a desacreditar o sistema representativo.

Por 47 votos contra 30 foi rejeitada a urgência por mim requerida.

Não tratou mais a Câmara dos sucessos ocorridos na eleição de 7 de setembro.

Solicitaram e obtiveram os ministros que se discutisse a proposta de reforma da lei de 3 de dezembro.

Estávamos todos em nossos postos, quando, ao iniciar-se o debate da proposta, requereu um deputado do Norte seu adiamento. Opôs-se-lhe o ministro da Justiça e observou à maioria que não podia encerrar a sessão da legislatura sem ter solvido assunto tão importante, e que formava um dos pontos essenciais do programa político do Partido Liberal.

Trinta e dous votos contra vinte nove aprovaram o adiamento.

Correram os ministros à residência de Paula Sousa, e anunciaram-lhe a votação da Câmara.

Não quis mais o venerando estadista conservar o título ilusório de presidente do Conselho. Declarou a seus colegas, que solicitaria do Imperador a dissolução do Gabinete.

Dirigiu-se de fato ao paço de S. Cristóvão no dia 26, e obtive de Sua Majestade que lhe anuisse aos desejos. Espalhou-se a 27 a notícia de que o Senador José da Costa Carvalho achava-se incumbido de organizar novo Ministério.

Não quis Costa Carvalho deixar fora do poder a Araújo Lima e nem consentir que ele meramente ocupasse uma pasta.

Ofereceu-lhe a presidência do Conselho, e a repartição dos Negócios Estrangeiros; contentou-se com a repartição do Império; e convidou Eusébio de Queirós, Rodrigues Torres, e Manuel Felizardo para as da Justiça, Fazenda e Guerra, e o exercício interno da Marinha, enquanto se não assentasse na escolha do cidadão que devesse definitivamente ocupá-la.

Era o Gabinete composto exclusivamente de chefes conservadores.

Real presidente do Conselho considerou-se Costa Carvalho conquanto Araújo Lima se investisse ostensiva e oficialmente do seu título.

Na sessão que o Senado celebrou no dia 30 interpelou Alves Branco a Araújo Lima sobre o programa que adotara.

Conhecia as causas da dissolução do Gabinete presidido por Paula Sousa, mas estranhava que os chefes conservadores aceitassem o poder, diante de uma Câmara quase unânime adversa, que acabava de ser eleita como representação fiel da opinião do povo.

Respondeu-lhe Araújo Lima que não fazia promessas, nem anunciava programa. Na Constituição e nas leis estava traçada a linha de procedimento do novo Gabinete, que a observaria exatamente, e esperava firmar a ordem pública e promover os interesses das províncias de harmonia com os interesses gerais da nação.

Somente no dia 2 de outubro compareceu número suficiente de deputados para abrir-se a sessão.

Tinham-se, no entanto, juntado os da maioria em casas particulares. Compreenderam que era inevitável a dissolução da Câmara, e acordaram em provocá-la, e não esperá-la em sossego.

Logo que foi lido o expediente, pediu Teófilo Ottoni a palavra, e ofereceu à discussão um requerimento acerca das eleições de Pernambuco, anuladas pelo Senado. Constituiu o assunto pretexto para seu discurso. Referindo-se à dissolução do Gabinete de maio, censurou os ministros por se terem retirado da administração pública, para o que nenhum motivo sério descobria por mais que recorresse à sua memória e ao seu raciocínio. Espantava-se que diante de uma câmara, ultimamente eleita, e expressão legítima da vontade nacional, se organizasse um Mi-

nistério de políticos retrógrados. Atribuía o acontecimento às investigações e manejos da facção áulica, que governava o país, e que tinha agora por chefe o Senador Almeida Torres, que nos últimos dias de setembro viajara muitas vezes do paço de S. Cristóvão para a moradia de Costa Carvalho, e preparara a ressurreição do Partido Conservador. Constituía uma manobra palaciana a transformação de uma para outra política, e não o conhecimento da opinião pública, que se exprimia pelos seus representantes na Câmara temporária.

Admirou Gonçalves Martins que volvesse ainda à cena o boato da facção áulica, e que Teófilo Ottoni o afirmasse. Se acreditava em sua existência, como a não desvendara na tribuna, e apoiara Ministérios por ela organizados e sustentados?

Gastou o debate o dia inteiro, e ficou ainda adiado para o seguinte. Votou-se unicamente um requerimento de urgência para ser incluída na ordem do dia 3 a proposta de reforma da lei de 3 de dezembro, e convidado o ministro da Justiça para assistir à sua discussão.

No dia 3, leu-se um officio de Eusébio de Queirós desculpando-se de não poder comparecer, em razão de negócios urgentes de sua repartição.

Resolveu então a Câmara que continuasse o debate do requerimento de Teófilo Ottoni.

Seus defensores aproveitaram a ocorrência para acusar o ministro da Justiça de desrespeitar a Câmara, não tendo correspondido convenientemente ao seu convite. Os oradores da minoria lembraram a incoerência da maioria, arrancando da sepultura dos arquivos, onde estava enterrada por deliberação recente a proposta de reforma da lei de 3 de dezembro, e o assanhamento com que pretendia ouvir a respeito o novo ministro, que acabava apenas de apossar-se da respectiva repartição.

Rodrigues dos Santos pretendeu dar direção diferente ao debate. Leu uma interpelação ao presidente do Conselho acerca do programa político do Ministério. Recebeu o presidente da Câmara a moção, e fixou o dia 5 para comparecimento de Araújo Lima.

Não se suspendeu, todavia, o debate do requerimento. Ângelo Ferraz estranhou que o Governo não enviasse à Câmara o decreto de dissolução. Devia saber que não lhe merecia a confiança. Não podia o

Ministério prescindir de uma política reacionária, e como homem de princípios moderados, cumpria-lhe colocar-se em oposição, como o fizera ao gabinete de 2 de fevereiro.

Urbano e Nunes Machado prognosticaram calamidades para o Império, com a inexplicável mudança de governo de um para outro partido.

Admirou-se Vanderlei de não compreender o Partido Liberal que não podia mais governar o país; prometera reformas, nenhuma efetuada. Estigmatizava na oposição leis existentes, e no poder executava-as em seu proveito.

Cinco anos de predomínio, elevando e derribando ministérios, montando à sua feição as províncias, preponderando nas Câmaras, explicavam claramente sua desídia, e sua incapacidade para continuar na administração pública.

Gastou-se a sessão inteira. Na seguinte, leu-se um ofício de Araújo Lima anunciando que, por ser necessária sua presença no Senado, não podia comparecer na Câmara dos Deputados no dia que lhe fora designado.

Não estava ainda consagrada no regimento da Câmara a faculdade de ingresso a ministros que não fossem deputados; para poderem comparecer, era-lhes mister convite especial por ofício do 1º secretário da mesa. Quatro membros do Gabinete não pertenciam à Casa temporária do Parlamento.

Eusébio de Queirós, aceito o ministério, perdera seu cargo de deputado. Não era ainda igualmente estilo de apresentar-se o Ministério para expor seu programa político.

Concordaram os liberais e praieiros estabelecer questão de gabinete, mesmo em ausência dos ministros para que se não promulgassem os orçamentos ainda pendentes de final solução. Verberou Cristiano Ottoni o procedimento do presidente do Conselho antepondo o serviço público no Senado ao convite da Câmara, e remeteu à mesa a seguinte moção:

“Proponho que se passe à outra parte da ordem do dia, declarando-se na ata que havendo-se organizado o Ministério atual no dia 29 do mês passado, e havendo tratado com



evidente menosprezo a representação nacional, deixando de comparecer nesta Câmara para explicar seu programa político, apesar de ter sido convidado por duas vezes, a Câmara passa à ordem do dia, retirando-se os convites não aceitos, e protestando contra a desconsideração com que era tratada, e contra tão deploráveis infrações dos princípios da Constituição.”

Fora a moção redigida e escrita por Sales Torres Homem e assinada por Cristiano Ottoni.

Considerou-a o presidente Chichorro da Gama requerimento, e exigiu que aprovassem sua urgência para poder submetê-lo à discussão.

Votou-se sua urgência sem oposição e sem protesto, e vários deputados inscreveram-se para falar a respeito.

Travou-se uma batalha renhida. Compreendeu, porém, a maioria que era indispensável votar, e reclamou que o presidente modificasse sua opinião acerca da natureza da moção. Aceita como requerimento estava exposta a debate, como questão de ordem não admitia controvérsias e sujeitava-se somente a votos. Protestavam os oradores da falange conservadora, que o presidente procedera regularmente e não devia aceder a caprichos da maioria.

Não trepidou, todavia, o presidente em anunciar que errara na apreciação do assunto, não admitia mais debate e submetia a moção a votos.

Excitaram-se os ânimos, acusou-se o presidente de contraditório; por algum tempo reinaram tumultos e desordem.

Negou o presidente a palavra aos deputados que a requereram, e, apesar de reclamações repetidas, procedeu à votação. Sessenta e dois votos contra vinte e cinco aprovaram a moção apresentada por Cristiano Ottoni.

Quando o presidente, no rumor de vozerias produzido pelo incidente, pretendeu designar a ordem do dia, entregou-se-lhe um ofício urgente do ministro do Império.

Pediu silêncio para sua leitura.

Restabeleceu-se a tranqüilidade, e pôde o primeiro-secretário ler a comunicação do ministro.

Recebia a Câmara um decreto assinado pelo Imperador, pelo qual se adiavam os trabalhos da legislatura para o dia 18 de abril de 1849.

Levantou o presidente a sessão, dispersaram-se os deputados, e em poucos minutos esvaziou-se o edifício da Câmara.

.....

XI

*De outubro de 1848 a fevereiro de 1849*

**A**DIADO o Parlamento, esmerou-se o Ministério em escolher pessoal idôneo para a governação das províncias. Era seu intuito estabelecer harmonia completa na administração, serenar as paixões partidárias, conciliar os ânimos e prevenir alterações da ordem pública. Não atendeu a precedentes políticos, e convidou cidadãos que conscienciosamente o auxiliassem.

Confiou a Herculano Ferreira Pena a província de Pernambuco; a Luís Pedreira do Couto Ferraz, a do Rio de Janeiro; a Jerônimo Francisco Coelho, a do Pará; a de São Paulo ao Padre Vicente Pires da Mota, que haviam sido delegados de confiança durante o domínio liberal. Entregou a Bahia a Gonçalves Martins, a de Minas a José Ildefonso de Sousa Ramos. Conservou Fausto de Aguiar, o General Andréia e outros presidentes que o Gabinete de março nomeara e que não haviam sido despedidos pelo de maio.

Foram por toda a parte as novas autoridades acolhidas benevolamente, e aplaudida a prudência com que o Ministério marchava. Transmitiram-se a todos os presidentes instruções particulares para serenarem as efervescências dos partidos militantes e poupar-lhes motivos para desordens e oposições armadas. Tinham-se infelizmente

acumulado na Província de Pernambuco elementos demasiadamente assustadores e perigosos. Todos os empregos públicos, todos os cargos de polícia, todos os postos da Guarda Nacional fornecida de armamento e munições de guerra por Chichorro da Gama, que a presidira durante três anos, eram exercitados por sectários exagerados e decididos a não obedecer às leis e nem a curvar-se a funcionários que não esposassem inteiramente seus interesses. A população miúda excitada com idéias subversivas proclamava-se inimiga figadal dos portugueses e das famílias opulentas importantes dos Cavalcantis, Sousa Leão e Rego Barros, cujas riquezas e preponderância suscitavam as invejas e rancores das classes ínfimas, desfavorecidas da fortuna. Costa Pinto, que o antecedente Gabinete nomeara, pedira com instâncias repetidas sua exoneração, por não poder governar livre e justiceiramente.

Chegou Herculano Pena ao Recife no dia 15 de outubro, assumiu a presidência, e anunciou que respeitava os partidos e aceitava o concurso de quantos desejassem administração moderada e tolerante.

Desembarcaram no mesmo tempo os deputados da legislatura adiada, com exceção de Urbano e Nunes Machado, que se conservaram no Rio de Janeiro.

Apesar das declarações do novo presidente, e antes que ele houvesse publicado ato que se pudesse censurar, iniciaram agressões às gazetas praieiras, particularmente o *Diário Novo*, a *Voz do Brasil*, e a *Guarda Nacional*, redigidas pelos deputados e seus amigos prediletos. Imputava-se ao presidente hipocrisia para ganhar tempo e forças, a fim de praticar com segurança atos de reação.

Um clube fundado na cidade de Recife sob o título de Sociedade Imperial Pernambucana, composta dos próceres praieiros, e ramificada em todas as localidades da província, resolveu resistir com as armas a qualquer demissão de empregados da polícia, de oficiais da Guarda Nacional ou funcionários públicos, e enviou ao presidente uma comissão de cinco deputados da legislatura adiada, que, no dia 3 de novembro, comunicaram-lhe a deliberação votada pelo seu partido. Respondeu-lhe Pena que se não arredaria do dever de administrar a província com toda a justiça e equidade, mas que também se não privaria do direito de exonerar as autoridades e empregados que entendesse indignos dos

cargos que ocupassem, e de nomear pessoas que lhe merecessem confiança.

No relatório com que lhe transferira seu antecessor a presidência da província, afirmava Antônio da Costa Pinto que exigia atender-se à situação crítica e perigosa da comarca de Flores, e era indispensável modificar o pessoal da polícia ali existente, composto de desordeiros que abusavam dos cargos para perseguirem os cidadãos pacíficos, e promoverem agitação na localidade.

Inteirado dos fatos, e convencido da necessidade das alterações administrativas lembradas, demitiu Pena o delegado do termo e dous subdelegados de paróquia, de cujas malversações lograra provas evidentes.

Bastou este ato para que se revoltassem no dia 7 de novembro os chefes da Guarda Nacional de Olinda e do Pau Amarelo, e que à frente dos batalhões que comandavam, se encaminhassem para o Engenho Inhamã, e aí estabelecessem acampamento.

Ao noticiar-se-lhe o fato, expediu Pena contra os insurgidos o Coronel José Vicente de Amorim Bezerra apoiado em uma força militar de duzentas praças. Penetrou Bezerra na vila de Iguaraçu, e soube que os revoltosos em número superior a seiscentos homens, haviam seguido para Nazaré, e que João Inácio de Alves Roma, com cerca de cem satélites apoderara-se das matas de Catucá distantes duas léguas do Recife, e se entrincheirara no sítio de Casa Forte no intuito de proibir comunicação do governo do Recife para o interior da província.

Participou ao presidente que se dirigia ao encontro dos sediciosos, que necessitava, porém, de contingentes de tropa mais numerosos.

De minguadas forças de linha dispunha Herculano Pena. Solicitou imediatamente socorro aos presidentes da Bahia, Paraíba do Sul e Alagoas, e ao Governo do Rio de Janeiro.

A Amorim Bezerra resistiu em Nazaré um troço de sediciosos, que desbaratados, abandonaram a vila, e retiraram-se para o Engenho do Muzambinho a quinze léguas de distância.

Levantadas no Muzambinho muralhas de defesa, atalhas nos picos dos morros, e agrupados nos esconderijos estratégicos, esperaram os revoltosos assalto das tropas do Governo.

Corria a estrada por entre morros, até penetrar em um vale cuidadosamente fortificado.

Logo que Amorim Bezerra apareceu, partiram dos morros tiros repetidos que lhe feriram e mataram alguns soldados. Não se assustou, e avançando para o vale, respondeu-lhes igualmente com o fogo das armas. Três horas sustentou refrega até que chegou ao acampamento dos rebeldes que domou incontínenti. Debandaram-se os sediciosos, abandonando armas e víveres, que no Engenho haviam amontoado.

Morreram no prélio quarenta e três revoltosos, e cinquenta e seis prisioneiros caíram em poder do vencedor. Lamentou Amorim Bezerra a perda de vinte e três dos seus soldados, que perderam a vida, além de vinte extremamente maltratados.

Logo que o presidente recebeu a nova do acontecimento que a 14 de novembro tivera lugar no Muzambinho, publicou uma proclamação prometendo perdão aos rebeldes que se arrependessem de seus feitos, e se submetessem às autoridades constituídas.

Regressou no entanto, do Rio de Janeiro para Pernambuco, o Deputado Nunes Machado, mais que ninguém popular e estimado pelo partido da praia. Espalhou-se o boato de que se manifestara na viagem contrário ao movimento revolucionário, executado na província, e mostrava-se resolvido a demover seus amigos políticos de perseverar em luta Armada contra o presidente.

Verificou-se a inexatidão do boato com a publicação de um manifesto por ele assinado no Recife no dia 18 de novembro. Apelidava o presidente de malvado, responsabilizava-o pelo sangue derramado em Muzambinho, anunciava que cooperaria com os sublevados a fim de salvar a província do jogo da tirania; e exortava-os a desprezar o perdão oferecido pelo Governo, e a perseverar guerra travada.

Diziam uns que Nunes Machado cedera espontaneamente à sua paixão política; pensavam, todavia, outros que acusado pelos seus partidários de desleal e traidor, em consequência dos conselhos saltares que começou a dirigir-lhes, preferiu aderir à revolução e provar que em transes perigosos não abandonava companheiros.

Navios de guerra transportaram logo do Rio de Janeiro e da Bahia socorros militares a Herculano Pena. O Brigadeiro José Joaquim

Coelho,<sup>60</sup> os acompanhava na categoria de comandante-de-armas em Pernambuco. Enquanto o Brigadeiro Coelho aparelhava as tropas, organizaram-se no Recife batalhões de voluntários e companhias de operários dos arsenais de marinha e guerra para se empregarem na manutenção da ordem pública.

Engrossava por seu lado a rebelião. Comandantes de guardas-nacionais de vários municípios abraçavam-na e arrastavam em seu favor as praças que lhes eram subordinadas. Pelo centro e sul da província estendeu-se de maneira assustadora.

Em pouco tempo, mais de dois mil homens contava armados e enrolados em suas fileiras.

De diversos encontros entre as tropas do Governo e os sediciosos, no Engenho de Apipucos, Nazaré, e no Sítio de Mariroca, resultou lamentável mortandade de combatentes

O primeiro passo de José Joaquim Coelho foi assaltar a mata de Catucá guarnecida convenientemente pelos revoltosos e depósito de quantidade de víveres e munições de guerra e armamento. No dia 11 de dezembro, após duas horas e meia de fogo, limpou-a de sediciosos, e aniquilou-lhes os postos estratégicos que ali haviam estabelecido.

Concordaram então os rebeldes concentrar-se em Goiana, cidade setentrional da província, a fim de organizarem uma coluna numerosa e prosseguir com êxito mais feliz contra as tropas do Brigadeiro Coelho que lhes derrocava partidas dispersas.

Apoderaram-se de Goiana, insuficientemente guarnecida, saquearam-na, arrombaram as cadeias, soltaram os presos que arregimentaram em suas fileiras, maltrataram e afugentaram famílias e somente abandonaram a povoação quando os espias encarregados de vigiar os arredores lhes transmitiram notícias de que as forças do Governo se aproximavam. Recolheram-se e entrincheiraram-se em Croangi, comandados pelo coronel da Guarda Nacional Manuel Pereira de Moraes, arrojado caudilho da rebeldia. Contavam aí cerca de dois mil homens armados mais ou menos regularmente, e pensavam pelo número repelir

---

60 Barão da Vitória.

vitoriosamente seiscentos soldados de linha às ordens de José Joaquim Coelho.

Agrediu-os, todavia, o General Coelho, militar valente e experimentado desde a guerra da independência. Pugna tenaz e sangrenta opuseram-lhe os revoltosos, foram porém obrigados a desamparar seus acampamentos e a retirar-se para Iguaraçu, onde receberam novos contingentes de Guarda Nacional de vários municípios, apelidada às armas pelos seus chefes.

Os corifeus da facção, residentes no Recife, excitavam os brios e entusiasmo dos rebeldes combatentes, e espalhavam boatos caluniosos de que o Governo era dominado pelos portugueses, que pretendiam reduzir de novo o Brasil a colônia lusitana, e escravizar os libertos naturais do solo.

Seus agentes derramados livremente pelo Jaboatão, Muribeca, Una, Água Preta, Escada, Santo Antão e outros sítios, aterrorizavam por tal forma os moradores que muitos abandonavam suas casas e recolhiam-se à capital da província e outros resignavam-se a prestar-lhes auxílios posto que contrafeitos.

Não se tinha ainda decretado na província a suspensão de garantias. Perseveravam na capital os clubes, e os deputados da legislatura adiada os animavam francamente com seus discursos e publicação de suas gazetas. Conspiravam portanto claramente contra o Governo, e comunicavam-se com seus partidários em aberta rebelião na província.

Não era Herculano Pena talhado para crises políticas.

Suas qualidades morais aplicavam-se vantajosamente a administrações regulares e pacíficas. Solicitou do Governo que o aliviasse de presidência de Pernambuco, e foi transferido na mesma categoria para o Maranhão. Nomeado Manuel Vieira Tosta para substituí-lo, partiu da Bahia, sem perder tempo e a 23 de dezembro empossou-se da autoridade suprema na cidade do Recife.

Sentiu-se imediatamente a diversidade dos caracteres dos dous presidentes. Magistrado que honrara a toga pela sua retidão, deputado que lograra conceito pelas suas luzes e firmeza de princípios políticos, e cidadão geralmente apreciado pela correção de seus costumes e pela



honestidade de seus sentimentos, inspirava Tosta inteira confiança ao Governo e ao seu partido.

Desenvolveu de súbito assombrosa atividade na administração da província; imprimiu ação enérgica em suas deliberações e levantou os ânimos dos defensores da legalidade que se apavoravam diante da brandura de Herculano Pena.

Proclamou Tosta aos pernambucanos que governaria com justiça, perseguiria a rebelião quaisquer que fossem os meios indispensáveis para extingui-la, faria respeitar por todos as leis e as autoridades. Afiançou, todavia, perdão aos revoltosos, que, arrependidos, se comprometessem a viver sossegados no seio da sociedade, e não publicara imediatamente decreto do Governo imperial suspendendo as garantias por contar ainda com os elementos que a lei lhe facultava.

Mudou, todavia, os chefes de polícia, transmitiu instruções severas aos funcionários, nomeou chefes para os corpos de voluntários, e tornou-se o centro de toda a direção política e administrativa.

Ordenou que se intimassem as tipografias que puniria rigorosamente gazetas animadoras da revolta, e que faria seqüestrar quantos escritos se pretendessem espalhar, tendentes a anarquizar os ânimos com falsas e aterradoras notícias.

Exonerações de agentes policiais, de comandantes da Guarda Nacional, e de empregados públicos suspeitos de conivência com os rebeldes, não poupou Vieira Tosta.

Compreenderam os deputados que não podiam conspirar impunemente na capital, espalharam um manifesto por todos assinado, encomiando a revolta, e anunciando que partiam do Recife decididos a colocar-se em suas fileiras, e seguiram, de feito, logo para o sul da província.

Em Barreiros, Utinga, Camorim e Currais foram logo destruídos grupos que se aprestavam para se juntarem aos revoltosos concentrados em Água Preta onde se tinham acordado congregar-se, a fim de formarem um grosso de tropas, que combatessem vitoriosamente as forças do Governo.

Mais de quatro mil homens se acumulavam em Água Preta. Acharam-se ali os deputados, os comandantes da Guarda Nacional suble-

vados, os mais arrojados capitães da rebelião, e cópia notável de população de origem indígena da província, que tinham seduzido e arrebanhado.

Partiu do Recife o Brigadeiro Coelho com cerca de oitocentos soldados de linha de todas as três armas do Exército, cavalaria, infantaria e artilharia, decidido a derrotá-los.

Empregaram os revoltosos um estratagemas para o iludirem.

Agentes espalhados, e jeitosamente ensinados, como fugidos de suas fileiras, incumbiram-se de surpreender a boa fé do general, para que se afastasse da capital da província, e os procurasse em Água Preta. Por desvios que conheciam e durante a noite desampararam, no entanto, os rebeldes seu acampamento, e furtiva e inesperadamente encaminharam-se para a cidade do Recife, que souberam desguarnecida de tropa de linha.

Aproveitou-lhes a cilada. Marchava Coelho para Água Preta, enquanto os rebeldes aproximavam-se do Recife pelo sul da província.

Ao anoitecer do dia 31 de janeiro espalhou-se na cidade a notícia de que se haviam avistado rebeldes nas proximidades do engenho Mocotó.

Posto que o presidente não acreditasse em surpresas contra a praça, providenciou incontínenti. Na manhã do 1º de fevereiro distribuiu os elementos para a defesa. Dispunha de cerca de mil praças do Exército, da Marinha, da Guarda Nacional, de operários dos arsenais, e de voluntários paisanos, divididos em corpos e companhias auxiliares, ao mando de oficiais valentes que escolhera, e que mereciam sua inteira confiança.

Guarneceu vários sítios fora de muros, a Soledade, o Cubango, o Olho-de-Boi, a estrada do Caxangá, o Chora-menino e o Marguicho.

Segurou a alfândega e os arsenais com operários e voluntários.

Aproveitou-se da arribada da fragata *D. Afonso*, que se fabricara nos estaleiros de Inglaterra, e ancorara no Lameirão, e solicitou do seu comandante, o bravo oficial Joaquim Marques Lisboa,<sup>61</sup> que desembarcasse com a maruja, a fim de coadjuvá-lo. Pessoalmente percorria todas as localidades, e animava os soldados com sua presença e palavras calorosas no intento de repelir qualquer assalto que se cometesse.

---

61 Marquês de Tamandaré.

No engenho do Mocotó descansaram os revolucionários na madrugada do 1<sup>o</sup> de fevereiro, e dividiram-se em duas colunas iguais no número de cerca de dois mil homens cada uma. Devia a primeira transportar as águas superiores do rio Capiberibe, seguir pela estrada do Caxangá e pela Soledade, e atravessar a ponte da Boavista. Era confiada a João Inácio de Abreu Roma, auxiliado pelos Deputados Nunes Machado, Afonso Ferreira, Félix Peixoto e Jerônimo Vilela Tavares.

Tomou o capitão do Exército Pedro Ivo Veloso da Silveira o comando da segunda que devia operar pelo aterro dos Afogados. Destinavam-se ambos a invadir Recife pelos dois pontos, e apoderar-se da cidade.

Puseram-se as colunas em marcha na noite do 1<sup>o</sup> para 2 de fevereiro. Soavam cinco horas da madrugada quando ouviram-se tiros disparados no sítio do Cubango.

Eram os primeiros indícios do assalto, tentado com tanta perícia quanto surpresa. Adiantara-se a coluna capitaneada por Pedro Ivo, e obrigara a guarnição do Cubango a retroceder para o Recife. Senhores do aterro dos Afogados, penetraram facilmente os rebeldes no bairro de Santo Antônio.

Relacionavam secretamente os rebeldes de fora com amigos que permaneciam no Recife, que haviam sido prevenidos, do dia e hora do assalto.

Logo que este realizou-se e empenhou-se a briga no meio das praças e ruas, dispararam-se das casas de vários moradores tiros de armas de fogo, projéteis mortíferos, telhas, tocos de pau e água fervendo sobre os defensores da cidade, no intuito de coadjuvarem os invasores.

Pelejas encarniçadas, no interior do bairro de Santo Antônio, terrorizaram muitos cidadãos e famílias que se embarcaram às pressas em navios estrangeiros surtos no porto. Aconselharam amigos timoratos a Vieira Tosta que se recolhesse igualmente a bordo, a fim de escapar à vindita de seus inimigos.

Respondeu-lhes Vieira Tosta que seu posto era em terra, e em defesa da praça, e que o sustentaria à custa da vida.

Do seu palácio, e da praça em que está situado, enviava instruções, ordens, animações aos agredidos, distribuía cartuchames e

munições de guerra, fazia recolher os feridos, enveredava pelas ruas em que lavrava o prélio, admoestava, excitava, entusiasmava os soldados, calmo e sereno no rosto, ativo e diligente nas providências. Dir-se-ia um militar afeito a guerras, e não um magistrado curvado aos labores do estudo.

Combatiam furiosamente os rebeldes da coluna do sul, e ainda não apareciam os que se tinham incumbido de penetrar pela ponte da Boavista. Depois de terem inutilmente tentado apossar-se dos arsenais e alfândega, e domar o bairro denominado do Recife, resolveram dirigir-se à ponte da Boavista e ao largo do Palácio no intuito não somente de abrir caminho à primeira coluna, embaraçada talvez nos subúrbios da margem esquerda do rio Capiberibe, como de interceptar comunicações entre o bairro de Santo Antônio, e os contingentes militares, destacados para a banda da Soledade, e lograssem assim de penetrar no edifício da presidência.

Repelidos pelos Coronéis Francisco Jacinto e Rego Barros, retrogradaram e entrincheiraram-se no Largo do Rosário e ruas adjacentes.

Os gritos dos combatentes, o estrondo dos tiros, o sombrio da atmosfera enfumaçada, as vozerias dos populares amedrontados ofereciam horroroso espetáculo. Foi um medonho bracejar da cidade no meio da encarniçada pugna. Os que atualmente vivem e assistiram então à luta descrevem-na ainda impressionados e sentem arrepiarem-se-lhes os cabelos com as recordações amarguradas que o tempo não conseguia apagar inteiramente.

Digladiaram todos como heróis enraivecidos, empaparam-se as ruas de sangue e cobriram-se de cadáveres. Encurrallaram-se os revoltosos nos pátios de S. Pedro e da Penha, e nas ruas da Concórdia, da Praia e Augusta, depois de terem perdido o pátio do Carmo, e as ruas da Penha, Livramento e Rosário.

Às duas horas da tarde durava ainda o pleito; mas já se percebia que a vitória pertenceria aos defensores da praça, que, tenazes e valentes, não ofereciam costas aos inimigos.

Ouve-se de repente uma gritaria do lado da ponte da Boavista. Vivas estrepitosos, foguetes arrojados ao ar, e sons de música militar anunciaram que o Brigadeiro Coelho, à frente de suas tropas, atravessava a ponte da Boavista, e corria em auxílio da cidade.

Achava-se o general, na noite do dia 1<sup>o</sup>, distante de dez léguas do Recife, e seguia para Água Preta, quando teve notícia da marcha retrógrada dos rebeldes. Bem que cansados seus soldados, ordenou que retrocedessem a marchas forçadas para o Recife. No dia 2 após trabalhosa viagem e às duas horas da tarde chegaram à capital da província.

Não tinha permitido Coelho quase repouso aos soldados, guiou-os ao combate, e atacou energicamente os pontos do Recife em que os rebeldes ainda combatiam.

Surpreenderam-se todos os habitantes com a volta inopinada do General Coelho, e ninguém mais duvidou do êxito da batalha.

Destroçados, os rebeldes cuidaram exclusivamente da fuga. Cerca de mil mortos ou prisioneiros deixaram em poder dos vencedores. Pedro Ivo, torneando a ilha de Ana Bezerra, e conhecedor das localidades, logrou escapar à perseguição dos inimigos, seguido apenas por duzentos a trezentos companheiros.

Para não cortar o fio desta narração, deixei de referir o que era feito da primeira coluna dos rebeldes comandada por João Inácio Roma, e que devia penetrar no Recife pela ponte da Boavista. É tempo de sumariar os estorvos que lhe demoraram a marcha, e que a impossibilitaram de penetrar no Recife.

Caminhara durante a noite do 1<sup>o</sup> para o 2<sup>o</sup> dia de fevereiro. Não faltou, porém, a Roma resistência dos defensores do Caxangá, depois dos do Olho-do-Boi, os quais o foram atrasando. Conseguira, todavia, chegar a Soledade pouco antes do meio-dia, quando, desde a madrugada, estava a luta travada no bairro de Santo Antônio. Pouco dista a Soledade da ponte da Boavista, mas aí foram ainda os revoltosos contidos valorosamente pelas forças legalistas, que lhe opuseram trincheiras, e lhes disputaram a posse da localidade.

O Capitão Rocha Brasil tinha se fortificado no quartel fronteiro à igreja; Roma apoderou-se da casa de João Aires e do templo. Não cessava o fogo, alimentado com o maior entusiasmo de ambos os contendores.

Recolhido à casa de João Aires, animava o Deputado Nunes Machado seus partidários aí aglomerados e que despediam fogo incessante contra as tropas entrincheiradas no quartel fronteiro, aproveitando-se

das frestas e janelas do edifício; por vezes mostrava-se à janela no intuito de observar o que se passava. O combate enleava-se entre o quartel e a casa de João Aires.

Em uma das ocasiões, recebeu Nunes Machado na região temporal direita uma bala que ofendeu-lhe a massa cerebral, e precipitou-o no chão, banhado em sangue. Acudiram-lhe os companheiros, mas acharam-no já morto.

Resolveram ocultar o deplorável acontecimento para que não esmorecessem os que libravam na luta. Era Nunes Machado a alma e o espírito da sedição, já pelo seu gênio, já pelo seu arrojo, e finalmente pela afeição e respeito que merecia de seus correligionários.

Embrulhou-se o cadáver em uma rede, transferiu-se escondidamente para a igreja, e cobriu-se com tábuas a fim de não ser descoberto.

Azedava-se cada vez mais o combate, quando aos rebeldes chegou a notícia de que Coelho regressara com suas tropas para o Recife, e penetrara na cidade pela ponte da Boavista.

Suspendeu-se então a peleja, e decidiram-se os rebeldes a debandar e fugir, desenganados do malogro de seus planos.

Logrou Roma escapar com cerca de mil e quinhentos soldados, tomar o caminho do norte, e procurar abrigo em Iguaraçu; pouco mais de quinhentos perdera no entanto entre mortos e prisioneiros.

Lamentaram igualmente os defensores do Governo prejuízo considerável de gente. Corpos de ambos os contendentes juncavam as ruas, e foram transportados aos cemitérios. Sangue copioso envermelhava as lajes e o chão, e foi preciso diligenciar em apagar tão tristes sinais da guerra fratricida. Algumas casas e edifícios não escaparam à deterioração.

Excitava no entanto geral admiração o exemplo da calma, da constância, da coragem, dado pelo presidente da província na defesa da praça.

Ordenou logo o presidente que se procedesse a buscas nas moradias dos suspeitos de cumplicidade na revolta, se prendessem os que houvessem auxiliado os assaltantes e molestado as tropas do Governo.

Tanto os que em combate se apanhavam, como os que depois se apreenderam, foram recolhidos uns aos fortes do Brun e de Cinco Pontes, outros às cadeias e encerros do Recife, não poucos a bordo de

navios de guerra. Juraram bandeira e assentaram praça os rebeldes que se reputaram aptos para os serviços militares.

Em uma proclamação, agradeceu o presidente aos pernambucanos, e honrou-lhes os relevantes serviços praticados em defesa da legalidade e da ordem.

No dia 3, recebeu o chefe de polícia denúncia de que Nunes Machado morrera em combate, e depositara-se seu corpo na igreja da Soledade.

Comunicou-a ao presidente, que recomendou-lhe partisse imediatamente, verificasse o fato e providenciasse de modo conveniente.

Dirigiu-se o Desembargador Figueira de Melo, chefe de polícia, acompanhado de escrivães facultativos e testemunhas para a igreja da Soledade.

Ao lado de um altar, divisou o que fosse coberto de tábuas, que retiradas, mostraram um cadáver enrolado em rede.

Bem que transfigurado reconheceu-se ser o corpo de Joaquim Nunes Machado. Testemunharam sua identidade quantos o viram, e os médicos examinando-o cuidadosamente lavraram um auto, em que afirmaram ter sucumbido em virtude de uma bala de espingarda que lhe penetrara na região temporal direita. Procedeu-se o inquérito, e não faltaram provas das circunstâncias que haviam ocorrido.

Transportado o corpo para a cidade, foi exposto na igreja do Carmo, durante dous dias, geralmente reconhecido, e sepultado depois no cemitério interior do convento das Carmelitas.

Sensibilizou-me extremamente a desditosa sorte de Nunes Machado. Bem que as orientações de seu espírito, as exagerações de suas idéias, e a dedicação ao partido político que adotara, o houvessem arrastado a praticar atos de verdadeira alucinação, apreciava-lhe qualidades primorosas que ornavam seu coração largo e propenso a simpatias.

.....

XII

*De fevereiro de 1849 a dezembro de 1850*

**A**TRAÍRA toda a atenção do Ministério a revolta de Pernambuco. Tranqüilas, felizmente, conservavam-se as demais províncias do Império, e nenhum sintoma tinham manifestado em favor do malfadado movimento. Os próprios liberais de Minas e S. Paulo o condenavam como intempestivo e impolítico.

Rapidamente chegou ao Rio de Janeiro a notícia da derrota que a 2 de fevereiro haviam no Recife sofrido os revolucionários. De júbilo intenso inundou-se toda a população, e o Ministério não hesitou em publicar imediatamente decreto de dissolução da Câmara dos Deputados, e em convocar a que fosse novamente eleita para o 1º de janeiro de 1850.

Posto que extremamente abatido o movimento sedicioso de Pernambuco, não se devia considerar aniquilado e extinto.

Os rebeldes escapos com Pedro Ivo tinham-se encarreado para o sul da província, e abrigados nas matas a fim de esquivarem-se à perseguição e vindita dos seus contrários. Continuavam, todavia, a incomodar os moradores das povoações e campos vizinhos, assaltando-lhes as propriedades e roubando-lhes gados e mantimentos, e convertendo-se em verdadeiros salteadores.



Por seu lado, Inácio Roma conduziu os companheiros de infortúnio para Iguaraçu e aí estabeleceu seus quartéis de repouso. Assinaram Roma, o Deputado Peixoto de Brito, Borges da Fonseca e Manuel Pereira de Moraes manifesto aos pernambucanos, concitando as massas populares a resistir à presidência de Vieira Tosta, que pintavam déspota e tirano implacável; a proclamar um governo provincial que expulsasse do território os mascates portugueses, que se enriqueciam com o suor dos brasileiros; e a perseverar corajosamente na guerra.

Publicaram igualmente uma ordem do dia anunciando que dispunham ainda de elementos poderosos, para a revolução, e para libertar a pátria do jugo português, ao qual o governo do Rio de Janeiro vergonhosamente se curvara. Terminava o manifesto ordenando que em represália dos crimes, atentados e barbaridades cometidos pelas tropas imperiais, e do assassinato de Nunes Machado e de outros companheiros distintos da revolta, não poupassem vida a nenhum prisioneiro que lhes caísse em poder, posta de parte toda a compaixão e misericórdia.

Sabendo pelos seus espias que o Brigadeiro Coelho lhes seguia os passos, não ousavam permanecer em Iguaraçu e encaminharam-se para Goiana. No dia 12 de fevereiro, investiram de novo contra casas, destruíram o edifício da municipalidade, queimaram os arquivos públicos, mutilaram o retrato do Imperador, pendurado à parede da sala particular das sessões, e trucidaram os súditos portugueses que encontraram, e que tranqüilamente se empregavam no comércio e na indústria.

Assustados, todavia, de que em Goiana os apanhassem as tropas do Governo, empenhadas em persegui-los, trocaram seu acampamento pelos do engenho de Pau Amarelo, onde se entrincheiraram, em número superior ainda de mil e duzentas praças.

Comandava as avançadas das forças do governo o Tenente-Coronel Feliciano Falcão, que adiantou-se arrojadamente do grosso das tropas, e precipitou-se sobre o engenho do Pau Amarelo. Não esperou que desaparecessem as sombras da noite e nem que o dia raiasse e esclarecesse as avenidas.

Surpreendidos os rebeldes com o ataque repentino, não se amedrontaram todavia. Responderam com nutrido fogo de fuzilaria, e

por detrás das cercas escondiam-se aos olhos e aos tiros dos adversários. Não lhes valeu a pertinácia. Após três horas de combate, abandonaram seus entrenchamentos, e debandaram-se por bravios atalhos.

Perderam cópia considerável de mortos, feridos e prisioneiros, e mais que tudo deviam magoar-se com a sorte do chefe Inácio Roma, que expirou não em combate, mas em conseqüência de moléstias de que estava acabrunhado.

Encarreiraram-se para a cidade do Brejo, pertencente à província da Paraíba do Norte, persuadidos de que Falcão talvez não ultrapassaria os limites de Pernambuco.

Entendeu, porém, Falcão que na guerra se não respeitavam fronteiras de províncias, e invadiu o território vizinho. Abandonaram incontínenti os revolucionários a Paraíba, e experimentados nos caminhos, esquivaram-se por Croangi e Lagoa Seca para Iguaçu.

Espalhou, no entanto, o Presidente Vieira Tosta, uma proclamação, garantindo perdão aos rebeldes que abandonassem suas fileiras e se submetessem às autoridades locais, e ordenando que estas os acolhessem como arrependidos, e não permitissem que se lhes dirigisse perseguição ou insulto.

Após tantas calamidades suportadas pelos sediciosos, não podia a providência do Governo deixar de produzir assombroso efeito. Convencidos pela maior parte de que não lhes restava esperança de perseverar com felicidade na rebelião, começaram a desertar das suas fileiras numerosos prosélitos. No próprio acampamento de Iguaçu lavrou o arrependimento, e a debandada tornou-se quase geral.

Félix Peixoto e alguns companheiros seguiram para Itamaracá e embarcaram-se para Maceió em uma jangada, e daí evadiram-se para Lisboa. Manuel Pereira de Moraes fugiu para a América do Norte. Borges da Fonseca, ao pretender transferir-se para o interior das terras, foi aprisionado e remetido para o Recife. Em pouco espaço de tempo, renderam-se uns ao Governo, e outros embrenharam-se nas matas.

Pelas vizinhanças de Água Preta continuou, todavia, em depredações o Capitão Pedro Ivo, que dispunha ainda de trezentos satélites, pela maior parte indígenas de raça, e vagabundos de profissão, e que declarava positivamente renunciar a anistia que se lhe oferecia.

Incomodavam por esse tempo o governo imperial as questões e lutas do Rio da Prata. Não ocultava D. Juan Manuel Rosas, ditador de Buenos Aires, seus desígnios de aniquilar a nacionalidade oriental e de anexar seu território à República Argentina. Reputava D. Manuel Oribe, que se dizia pretendente à presidência do Estado de Montevidéu, sua criatura e agente para a conquista. Fornecia-lhe com este intuito tropas argentinas, socorros, munições de guerra, a fim de que dominada toda a campanha oriental, se apoderasse da cidade de Montevidéu.

Não devia o Brasil cerrar os olhos às pretensões de Rosas. Tinha necessidade e obrigação de manter a autonomia do Estado Oriental, e prevenir que o ditador de Buenos Aires tramasse também contra a do Paraguai e a da Bolívia, limítrofes, e cujos territórios haviam feito parte do intitulado Vice-Reinado de Espanha, no regime colonial do Rio da Prata.

Firmava o Governo brasileiro política neutral na luta; cumpria-lhe, porém, toda a vigilância.

Um sucinto esboço histórico é aqui indispensável para apreciarem-se as circunstâncias.

Guerra civil rebentara na República Oriental entre dois pretendentes à sua presidência, D. Manuel Oribe e Frutuoso Rivera. Expulso Oribe do território, oferecera-se ao serviço de Rosas, que o empregou a princípio em sanguinárias e bárbaras expedições dirigidas nas províncias interiores. Certificado de sua subserviência, confiou-lhe então Rosas forças para invadir o Estado Oriental. Dois partidos digladiavam-se portanto, o Colorado, que reconhecia por chefe Frutuoso Rivera, e o Blanco, que se aliou a D. Manuel Oribe. A campanha oriental dividiu-se pelos dois contendores, e a cidade de Montevidéu conservou-se em poder dos colorados.

Do governo da capital incumbiu-se Joaquim Soares na ausência e falta de Frutuoso Rivera, que sustentaria a luta na campanha que do rio Quaraim estende-se ao Prata. Acreditados perante Joaquim Soares estavam representantes diplomáticos do Brasil, Espanha, França e Inglaterra, somente todavia pelo mar entretinha o porto de Montevidéu relações com os estrangeiros, pois que Oribe organizou-lhe o assédio terrestre.

França e Inglaterra, exasperadas com os insultos de Rosas, declararam-lhe guerra, que, marítima exclusivamente, não conseguia resultado, e por fim foram compelidas a suspender hostilidades.

Além das apreensões, que assaltavam o Governo brasileiro no tocante ao êxito da luta de Oribe e Frutuoso Rivera, acresciam as provenientes da proibição estabelecida pelo ditador de Buenos Aires para o livre curso das águas dos rios Uruguai, Paraná e Paraguai. Sustentava Rosas o princípio que o direito de navegação competia somente à República argentina, como possuidora das suas margens inferiores. Razão era para o Brasil não afeiçoar-se ainda sob esse ponto de vista à causa de Rosas; cumpria-lhe prevenir futuras calamidades para o Império.

Chamavam igualmente a atenção do Governo imperial as rixas entre brasileiros e os beligerantes estrangeiros suscitadas nas fronteiras do Rio Grande do Sul; ouviam-se quotidianamente queixas dos seus súditos residentes na campanha e possuidores de propriedades rústicas, vexados, perseguidos, maltratados e explorados pelos soldados de Oribe.

Exigia, pois, a pasta do Ministério dos Negócios Exteriores um cidadão previdente, ativo e enérgico.

Ilustrado varão, e experimentado na política e administração era, decerto, Araújo Lima, venerado geralmente pelos seus serviços na Constituinte portuguesa, no reinado de D. Pedro I, no Parlamento brasileiro e na regência do Império durante a menoridade de D. Pedro II. Adiantado, todavia, em anos e enfraquecido de moléstias, não possuía a solicitude necessária em época trabalhada e atormentada por questões estrangeiras incandescentes e perigosas.

Impressionou-se demasiado com as reclamações interruptas dos diplomatas, de Buenos Aires e de Montevideú, acreditados no Rio de Janeiro. O mais hábil deles, D. Thomaz Antonio Guido, representante de D. Juan Manuel Rosas, soube insinuar-se no seu ânimo e introduzir-se no seio de sua família, de modo que manobrava com maior facilidade que seu adversário de Montevideú.

Organizara D. Thomaz Guido uma polícia secreta que devassava os segredos das repartições públicas, e descobria quanto se passava e se resolvia a respeito dos negócios do rio da Prata.

Os outros ministros e secretarias de Estado tributavam ao venerando ancião respeito e consideração que lhes não permitiam exprimir suas mágoas e descontentamento. Por sua parte, o Imperador compreendeu igualmente que os assuntos de Montevidéu e Buenos Aires careciam de ser estudados e solvidos de modo mais satisfatório. Entendeu-se íntima e francamente Costa Carvalho com Sua Majestade, e decidiram que se insinuasse a Araújo Lima a necessidade de retirar-se do Ministério.

Aceitou Eusébio de Queirós, como mais vinculado com Araújo Lima e sua família pelos laços de amizade, a missão de mediador.

Conseguiu que Araújo Lima solicitasse sua demissão e foi-lhe concedida a Grã-Cruz de Cristo, em prêmio de seus serviços e méritos.

Tratou-se então da escolha de estadista que em tão difíceis circunstâncias dirigisse a repartição dos Negócios Estrangeiros. Foi convidado Paulino José Soares de Sousa, que não trepidou em assumir a arriscada responsabilidade.

Completo-se também o Gabinete com a nomeação de Manuel Vieira Tosta para ministro da Marinha, substituído pelo Senador Honório Hermeto na presidência de Pernambuco. Costa Carvalho avocou a presidência do Conselho.

Desde essa ocorrência, mostrou-se Araújo Lima desgostoso do Partido Conservador, e propenso a represálias, que correspondessem à injúria que reputava ter recebido. Dissimulado, todavia, em palavras e em atos, não deixou transpirar o despeito, que se lhe entranhara no ânimo.

Não se podem contestar ao Ministério presidido por Costa Carvalho serviços os mais assinalados. Firmou uma política moderada em todo o Império, pediu e aceitou o concurso de quantos adversários compreenderam que era tempo de conchegarem-se para o bem do país. Reorganizaram-se quase todas as repartições públicas, necessitadas de melhoramentos e reformas.

Timbrava Eusébio de Queirós em colocar em perfeita independência a Magistratura, a cuja classe pertencia, e a torná-la

respeitada pela justiça que distribuisse, e pela ilustração e honestidade de que desse exemplos claros e positivos.

Imensos foram os trabalhos de Manuel Felizardo para formar um Exército regular, dotado de todas os elementos indispensáveis ao jogo das armas, à disciplina de tropas regulares e aos direitos dos oficiais militares. Ainda atualmente vigoram regulamentos por ele elaborados. À Marinha dedicou-se Vieira Tosta, e logrou argumentá-la com aquisições de navios de guerra e armamentos aperfeiçoados.

Data do Ministério de Rodrigues Torres a restauração e o progresso das finanças públicas, e o sistema fiscal e administrativo aplicado ao Tesouro, e aos seus delegados nas múltiplas funções da arrecadação dos impostos e na escrituração e economia das despesas.

Inaugurou Costa Carvalho a política dos interesses materiais e concedeu construções de estradas, de vias marítimas de comunicação, de emigração e de colonização de estrangeiros.

Paulino de Sousa tratou por uma parte de imprimir aos negócios exteriores uma ação sistemática, que demonstrava seu tino de estadista, e seus profundos estudos sociais e políticos.

Ninguém acolhia mais galhardamente os diplomatas estrangeiros e ninguém igualmente resistia com maneiras e palavras mais afáveis a reclamações que lhe pareciam infundadas.

Meditou seus planos a respeito das questões do rio da Prata, e desde logo principiou a executá-los.

Escolheu para seu agente em Montevidéu, na categoria de ministro plenipotenciário, um varão notável pelos seus conhecimentos jurídicos, e talentos literários, o Desembargador Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, que exercera presidências de várias províncias, e salientara-se no Parlamento pelas suas luzes e bom conselho. Incumbiu-o de reatar relações secretas com vários caudilhos da República Argentina e com os próceres do Estado Oriental. Nomeou diplomatas para, no Paraguai, concertar pactos de amizade e aliança com o ditador Carlos Antônio Lopes, e de procurar atraí-lo a uma aliança com o Governo brasileiro. Abriu negociações com a Bolívia, que pela posse de parte importante de território, que pertencera ao antigo vice-reinado espanhol de Buenos Aires, devia temer igualmente a ambição de Rosas, na reconstrução e

restauração meditada por ele de tudo que constituíra governo dos tempos coloniais. Aparelhou-se, por este feito, para uma liga e união de povos, que pudessem resistir às absorções intentadas pelo ditador de Buenos Aires.

Nenhum resultado conseguira o governo dos liberais, expedindo à França e Inglaterra Miguel Calmon incumbido de, conjuntamente com o Brasil, garantirem a independência do Estado Oriental, ameaçada pelo ditador de Buenos Aires. Resolveram as duas potências isoladamente hostilizar Rosas, e perdidos foram todos os esforços e sacrifícios, visto que por mar unicamente se não lograria prejudicar a República argentina. Na perfeita neutralidade adotada até então pelo Governo brasileiro, nenhum proveito resultava porque era coagido não raro a ceder a reclamações do ditador de Buenos Aires, já em seu próprio nome, já como protetor de D. Manuel Oribe, caudilho e subordinado, posto que pretendente ostensivo à presidência da República Oriental. Batido completamente em vários combates, abandonara Frutuoso Rivera a luta da campanha, e asilara-se na província brasileira do Rio Grande do Sul. Tornara-se então Oribe libertado de oposições, e apertava o cerco de Montevideú.

Merece especial menção e louvor o procedimento de Paulino de Sousa, para guardar sigilo quer em seus planos, quer na execução que lhes prestava.

Na Secretaria de Estado continuou sua correspondência pública com D. Thomaz Guido, e o depósito de ofícios e deliberações que podiam ser conhecidos.

Em sua casa particular, e por sua letra, redigia pois e copiava o que escrevia e recomendava a seus agentes no Uruguai e no Paraguai. Misteriosa e acauteladamente enviava suas notas e ordens por secretos agentes, e nunca pelo correio. Guardava as cópias em um cofre particular, estabelecido no seu gabinete de trabalho. Escapava, portanto, à polícia que sabia exercida por D. Thomaz Guido. Nada ia para a repartição, nada sabia nenhum empregado da secretaria.

Ligado estreitamente com o ministro da Fazenda, a este cabia remeter subsídios pecuniários ao governo de Montevideú a fim de sustentar a defesa da praça assediada. Sob a designação de fundos aplicados à amortização e juros da dívida brasileira externa, entregava Rodrigues

Torres as somas necessárias para Montevidéu a agentes de confiança do ministro de Negócios Estrangeiros, sem que se descobrisse ordem de Paulino de Sousa que pudesse suscitar suspeitas.

Pretextadas necessidades de se aumentarem as forças militares na província do Rio Grande do Sul, a fim de opor-se a invasões de brasileiros no território oriental, e ao mesmo tempo proibir-se que os caudilhos estrangeiros beligerantes se aproveitassem das fronteiras abertas, não cessava-se de expedir tropas para tão importante teatro de futuras eventualidades.

Provava Rodrigo Pontes suas raras habilitações para a missão delicada que se lhe confiara em Montevidéu. Correspondia-se jeitosamente com o governo de Joaquim Soares. Abria relações secretas e amigáveis com Urquiza e Virasoro, governadores das províncias argentinas de Entre-Rios e Corrientes, e que assustados das tendências despóticas de D. Juan Manuel Rosas, conspiravam às ocultas contra sua autoridade suprema na República de Buenos Aires. Concordavam ao mesmo tempo, D. Carlos Lopes, ditador do Paraguai, e o governo da Bolívia em aliar-se ao Brasil, a fim de manterem contra Rosas suas recíprocas independência e nacionalidade.

Enquanto estas ocorrências se passavam na capital do Império, tomava Honório Hermeto posse do governo de Pernambuco, e cuidava de exterminar os grupos ainda persistentes nos esconderijos interiores do sul da província, comandados por Pedro Ivo, e que não aceitavam o indulto e perdão oferecidos pelo Governo.

Expediu a seu encontro forças militares, e recomendou toda a diligência em capturá-lo. Prometeu prêmios elevados a quem o apreendesse e conduzisse para o Recife.

Críticas acerbas se applicaram então ao ato praticado por Honório Hermeto; transviou-se-lhe a intenção, estendendo-se o prêmio oferecido à morte de Pedro Ivo, quando ele se restringia à prisão.

Com perdões afiançados a todos os revoltosos que se rendessem, foi-se serenando a província, e Pedro Ivo compelido a abandoná-la, transferindo-se para as matas interiores das Alagoas, afamadas na história colonial brasileira pela guerra denominada dos



Palmares e na moderna pela luta de Vicente de Paula com o título de Jacutupo, estendidas desde o rio Una até o Camaragibe.

Desde que Honório Hermeto julgou firmada a tranqüilidade pública com o aniquilamento da desastrosa rebelião, que tanto sangue derramara, solicitou e obteve ser alienado da administração de Pernambuco, e regressou para o Rio de Janeiro.

O desbarato dos praieiros em Pernambuco causara esmorecimento do Partido Liberal das demais províncias; a moderação do Governo no regime inteiro do país conquistava-lhe paulatina e conscienciosa adesão dos adversários de boa fé, que reconheciam os perigos e calamidades resultantes da doutrina da resistência Armada, e a necessidade de congraçar-se para o bem e prosperidade do país. Foram-se pouco a pouco extinguindo os ódios, desvanecendo os rancores, e acalmando as paixões partidárias.

Não havia o Governo exonerado nem um dos funcionários, que serviam anteriormente, embora conhecidos por suas idéias e vínculos liberais, e por suas exaltações anteriores.

A Ângelo Ferraz, que fora nomeado inspetor da alfândega do Rio de Janeiro, ordenou Rodrigues Torres que tomasse posse do seu cargo, contando com sua inteira confiança.

Correu pacificamente o ano de 1849 em todas as províncias do Império, e podia-se esperar que a doutrina de sedições e revoltas fora de uma vez abandonada, e que ambos os partidos abraçavam idêntico princípio, de que dentro do círculo legal havia espaço para digladiarem-se constitucionalmente, e elementos para a seu turno governarem o país, logo que a opinião pública os elevasse à administração suprema do Estado.

Procedidas calma e regularmente as eleições para a nova Câmara de Deputados, instalou-se a assembléia geral no dia designado, 1<sup>a</sup> de janeiro de 1850, e a fala do trono, lembrando os sucessos de Pernambuco, afiançava que brevemente se esqueceriam com a clemência imperial. Recomendava a Coroa que se promovessem benefícios reais do país, empregassem-se os representantes da Nação no estudo e solução do desenvolvimento de estradas, vias marítimas de comunicação e demarcação de terras públicas, fundação de colônias de estrangeiros, melhoramento das finanças, e do Exército, reforma na administração

da Marinha, instrução pública, e outros assuntos reclamados pela opinião pública.

Política nova, para que convinha provocar a atenção e cuidado dos legisladores.

Votou-se ao principiari a sessão legislativa um código comercial, previamente estudado por notáveis juriconsultos, e que devia satisfazer as necessidades peculiares dos negociantes.

Constituiu-se um júizo privativo de primeira instância para seus processos, e um tribunal de segunda instância composto de magistrados togados nomeados pelo Governo e de pessoas eleitas pelos cidadãos matriculados na Junta do Comércio.

Suspenderam-se infelizmente as sessões das Câmaras quase ao iniciarem seus trabalhos legislativos. Uma terrível epidemia, desconhecida no Império, invadia suas plagas.

Transportada em navios partidos de portos meridionais da República dos Estados Unidos da América do Norte, desenvolveu-se inopinada e aterradoramente na capital do Rio de Janeiro, e em seguida em várias cidades marítimas brasileiras.

Apelidada vomito preto, ou febre amarela, estabelecera sua sede principal nos portos do mar das Antilhas, e do golfo do México. As cidades de Vera Cruz, Nova Orléans, Havana, Santiago de Cuba, eram dizimadas durante as estações do calor pelo mortífero flagelo.

Introduzida no Império, patenteou imediatamente seus furores, e a mortandade da população cresceu a olhos vistos, sem que se descobrissem remédios para combatê-la vitoriosamente. Assemelhava-se, por certos sintomas, às febres perniciosas conhecidas. Enganavam-se porém os médicos, empregando sangrias e sulfato de quinino em altas doses. Mais depressa finavam os doentes, e carecia-se de estudar as causas do mal a fim de destruí-lo. Sentiam-se de súbito os efeitos da infecção, que lavrava com celeridade, e apoderava-se de todo o corpo. No primeiro período notavam-se às vezes vômitos negros, e a cútis apresentava uma cor amarelada, com o que parecia o sangue exaurido. Enorme peso de cabeça, olhos inflamados, respiração difícil, garganta e língua sanguinolentas, hálito desagradável. Entre o terceiro e o sétimo dia decidia-se a sorte do individuo insultado pela moléstia.

Diferia dos males ordinários, e quase nenhum facultativo acertava na cura; poucos doentes lograram, ao princípio, salvar a vida. Com o tempo é que ganhou a ciência, e se pôde debelar a moléstia.

Tinha a febre amarela propensões a aristocrata; assaltava de preferência as classes elevadas e ricas da sociedade, e as pessoas robustas e na força da idade, desprezava os mendigos, os escravos, os habitantes de casebres repletos de imundície, e os que se alimentavam com substâncias nocivas à saúde. Pairava e progredia na atmosfera, e parecia igualmente contagiosa, pois que em muitas casas sucumbiram famílias inteiras.

O número de enterramentos diários e noturnos aumentava os terrores da população, e o Governo proibiu-os nas igrejas, onde era até então uso abrir-se sepulturas, e ordenou que extramuros se fundassem cemitérios das várias ordens religiosas. Data dessa época o estabelecimento dos cemitérios da Ponta de Caju, e do Catumbi.

Faleceram vítimas da epidemia, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Manuel Antônio Galvão, José Carlos de Almeida Torres e outros senadores. Perderam igualmente a vida, vários deputados, e cidadãos respeitáveis, em cujo número se incluíram o Almirante José Pereira Pinto e o Brigadeiro Inácio Gabriel Monteiro de Barros. Melancólico espetáculo apresentavam as ruas da cidade, devassadas a todo o momento por carros fúnebres; fechadas numerosas casas de comércio, edificios particulares e teatros; a fuga tornara-se quase geral, e para as montanhas afastadas correram apressadamente os habitantes, no intuito de escapar à mortífera epidemia.

Como podiam as Câmaras funcionar? Cumpre declarar, todavia, que nenhum dos ministros desamparou seu posto, providenciando, acudindo com socorros, e provando louvável zelo e coragem.

Para Petrópolis, Friburgo, Teresópolis e vilas sobre ou além das montanhas, retiraram-se quantos dispunham de recursos e ausentaram-se de seus afazeres quotidianos.

Durou a terrível epidemia desde janeiro até princípios de maio, e houve dias de mais de duzentas vítimas da febre amarela, em uma cidade de não maior população de trezentas mil almas, como era então a do Rio de Janeiro.

Perdeu-se, portanto, toda a primeira sessão da legislatura. A segunda foi instalada a 3 de maio.

Além das leis ânuas, votaram-se projetos de colonização, de demarcação de terrenos públicos, de garantia de juros para construção de estradas de ferros, subvenções para paquetes a vapor, créditos para saneamento da capital do Império, escolas de ensino prático para o Exército e Armada, modificação dos cargos de saúde, alteração da lei da Guarda Nacional, de estatutos das faculdades de direito e de medicina, reorganização do corpo diplomático, curso das armas para os corpos de linha, instituição de um registro para nascimentos e óbitos, criação de uma nova província no alto Amazonas destacada dos territórios do Pará, e colônias militares em Alagoas e Pernambuco.

Conseguiu Eusébio de Queirós alterações parciais na lei de 3 de dezembro para coarctar os abusos do arbítrio policial, separar funções judiciárias e administrativas, garantir a independência da magistratura, proibir remoções forçadas de juizes de direito, classificar as comarcas, e estabelecer acessos regulares para os tribunais de justiça.

Nem todos estes projetos se converteram em leis durante o ano, discutiram-se porém ilustradamente em ambas as casas do Parlamento, e reservaram-se para a sessão seguinte.

Coube ainda ao Governo e às Câmaras a glória de promulgar uma lei no tocante ao tráfico de escravos pretos, que por contrabando arrancavam-se da África, e despejavam-se nas praias abertas do Império, introduziam-se nas terras interiores e eram vendidos para serem empregados no cultivo do solo.

Apesar das diligências e perseguições do cruzeiro inglês que inspecionava os mares e costas brasileiras, preservava ativamente o tráfico, alimentado pelos negociantes e armadores de navios, e protegido pelas autoridades locais e fazendeiros do Rio de Janeiro, Minas, S. Paulo e Bahia, interessados em sua continuação.

No desejo de exterminá-lo, perseverava o Governo britânico em suas exclusivas providências, com vilipêndio dos brios e direitos da nação e do Governo do Império, e desprezo dos tratados estipulados. Para conseguir seu alvo, decretara o governo da Rainha Vitória o *bill* Aberdeen, que sujeitava navios, tripulações, e carregamentos apreendidos, quer com escravos a bordo, quer meramente suspeitos do tráfico, a

tribunais privativos e leis da Inglaterra, e executava-lhe as disposições sem que atendesse às reclamações do Governo brasileiro.

Ofendiam os cruzeiros britânicos a dignidade e a independência do império americano. Aproximavam-se das costas marítimas, não respeitavam os mares territoriais e nem os próprios portos e enseadas. Cometiam toda a sorte de degradações, saltando em terra, e perseguindo os moradores, cuja convivência suspeitavam; ousaram disparar tiros de artilharia contra as fortificações.

Não dispunha o Governo brasileiro de forças para repelir os insultos dos cruzeiros ingleses, e nem podia declarar guerra à poderosa nação do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda.

Não quis Paulino de Sousa, ministro das Relações Exteriores, sofrer por mais tempo injúrias que desmoralizavam o Governo brasileiro. Resolveu não tratar com o Governo britânico, o que lhe seria desairoso, mas providenciar internamente no Império de modo a cumprir a obrigação contraída em tratados diplomáticos.

Lembrou em conselho a necessidade urgente de perseguir-se eficazmente o tráfico, e de exterminá-lo de uma vez, pelos esforços singulares do Governo do Império. Arrancava-se por este modo também o pretexto a que o Governo britânico se apegava.

Abraçaram-lhe a idéia seus colegas do Gabinete, e Eusébio de Queirós, na qualidade de ministro da Justiça, solicitou das duas Câmaras sessões secretas para a solução do melindroso assunto.

Entendia, e com razão, que somente em sessões secretas podiam os legisladores, desassombrados de impopularidades, falar e decidir com a necessária independência. Lavradores e negociantes opulentos preponderantes na opinião pública a desvairavam, interessados na continuação do tráfico, e era conveniente que sobre os representantes do país, sujeitos às peripécias das urnas eleitorais, não exercitassem intervenção e influxo.

A proposta do Governo aprovada pela Câmara dos Deputados, e adotada pelo Senado, promulgou-se como lei, a 14 de novembro de 1850.

Declarado oficialmente o tráfico verdadeira pirataria, as penas fulminadas deviam aterrorizar os que nele se envolvessem. Estancava-se

a fonte principal que alimentava no Império a existência da escravatura. Reduzida aos cativos existentes no país e às suas gerações, mais tarde ou mais cedo se lograria a abolição completa.

Não se ofendiam direitos adquiridos em virtude de leis vigrantes que reconheciam a propriedade. Proibia-se e castigava-se com severidade a perseverança de um comércio ilícito, e condenado pela civilização moderna, e pelas convenções internacionais estipuladas entre o Brasil e a Grã-Bretanha.

Promulgada a lei, não se demorou o ministro em pôr termo à importação de pretos africanos.

Exonerável foi Eusébio de Queirós nas medidas que adotou e nas instruções que transmitiu para seu exato e rigoroso cumprimento.

Processos instaurados, prisões efetuadas de pessoas importantes, polícia ativa ocupada na perseguição dos delinqüentes, produziram fugas para fora do Império de negociantes estrangeiros e armadores de navios, envolvidos no tráfico. Foi-se paulatinamente transformando a opinião pública, e autoridades locais auxiliaram poderosamente o Governo. Vigiam-se daí em diante escrupulosamente as costas marítimas, a fim de se proibir descarga de africanos.

Parece milagre. Afortunado ainda neste empenho foi o Gabinete de 29 de setembro: pela ação enérgica do ministro da Justiça, pôde-se dizer afoitamente que cessou a importação de escravos africanos, logrou-se por fim que se não renovasse.

.....

XIII

*De janeiro de 1850 a setembro de 1853*

**E**XAMINAREI agora a marcha do Governo imperial consoante as difíceis e melindrosas questões do rio da Prata. Com os demais povos e governos persistiam inalteradas relações de amizade e comércio. A própria Grã-Bretanha apreciava seu procedimento, e suspendia as instruções que comunicara a seus cruzeiros, empregados na repressão do tráfico, e portanto a execução do *bill* Aberdeen que caiu por fim em olvido. Convenceu-se de que menos às suas diligências que às do Governo brasileiro se devia atribuir o resultado colhido de terminar-se a importação de africanos no Império. Esperou confiadamente que desaparecessem todas as divergências e queixas mútuas dos dois povos e governo.

Desde que Paulino de Sousa apreciou sua situação, não hesitou de passar da defesa para a agressão. Repeliu a intervenção do diplomata de Buenos Aires nos assuntos relativos a D. Manuel Oribe. Anunciou-lhe que os trataria diretamente com o caudilho oriental, que não reconhecia subordinado a Rosas, e considerava beligerante na guerra civil persistente na campanha do Estado Oriental, e pois dispensava intermediários estranhos.

Por seu diplomata em Montevidéu exigiu de Oribe plena reparação pela espoliação de propriedades de brasileiros residentes na campanha oriental entre os rios Guaraim e Negro, e pelas violências exercidas contra suas pessoas. Não admitia que Oribe obrigasse brasileiros a serviço militar, que lhes invadissem e confiscassem as propriedades rústicas, e lhes proibisse marcar e exportar seus gados para o Rio Grande.

Pensou o ditador de Buenos Aires que ameaçando rompimento de relações diplomáticas, assustaria o Governo brasileiro, e o impeliaria a declinar de seus propósitos.

Depois de muitas notas trocadas entre Paulino de Sousa e o General D. Thomaz Guido, dirigiu o diplomata argentino ao Governo imperial um ofício em termos agrestes e desentoantes dos usos de nações civilizadas. Exigia satisfações pelo fato de haver o brasileiro Francisco Pedro de Abreu invadido o território oriental, à frente de grupos armados, assaltado posições ocupadas por Oribe e arrebanhado gados, que transportava para o Rio Grande. Declarava, por fim, que quando lhe fossem recusadas, dava por interrompidas suas relações, e solicitava seus passaportes a fim de retirar-se do Rio de Janeiro com toda a legação argentina.

Não demorou-se Paulino de Sousa em responder-lhe. Tinha já assinado convênios com Joaquim Soares, de Montevidéu, Urquiza, de Entre-Rios, Virasoro, de Corrientes, D. Carlos López, do Paraguai, o presidente da Bolívia, e o General oriental Garzón, que comandava uma legião do Partido Blanco, às ordens de D. Manuel Oribe.

Um dos documentos mais notáveis da história da diplomacia constitui a nota de 23 de novembro de 1850 expedida a D. Thomaz Guido. Traduzida e publicada nas gazetas francesas e inglesas e em diferentes periódicos da Europa, mereceu encômios de diversos governos estrangeiros. Pautada nos estilos diplomáticos, fundada em argumentos de direito internacional, ornada de linguagem severa, concisa e decente, discutia, aclareava os direitos do Brasil, e rebatia indicações desairosas, e frases ultrajantes do diplomata argentino.

Encontra-se este documento transcrito nos Anuários diplomáticos da França e da Grã-Bretanha.

Historiava Paulino de Sousa os acontecimentos do rio da Prata e as intervenções indébitas do ditador de Buenos Aires nos ne-



gócios do Estado Oriental. Sumariava as extravagantes reclamações que ao Império havia dirigido, já por ter reconhecido em 1845 a independência do Paraguai, já por tratar negociações diretas com o Governo de Montevidéu, e enfim por consentir que Frutuoso Rivera, derrotado por D. Manuel Oribe, deparasse abrigo no Rio Grande. Esboçava os atos de espoliação e violências exercidas por Oribe em bens e pessoas de brasileiros residentes no Estado Oriental, e afirmava que diretamente ao Império cabia o direito de reclamar reparação. Não aceitava mediação de Rosas. Considerava-o incompetente para converter esta questão em assunto próprio, esperava que ele desistisse de renová-la. Terminava remetendo a Guido os passaportes solicitados, e comunicando-lhe que retiraria igualmente de Buenos Aires a legação brasileira, posto que não considerasse em guerra os dois países vizinhos, ligados estreitamente pelos interesses do comércio e da paz, dos quais dependiam suas recíprocas prosperidades.

Avocava, portanto, o Brasil um papel novo e importante na política da América do Sul, e colocava-se à frente dos estados pequenos contra a mais considerável das repúblicas de origem espanhola, que ambicionava absorver as nações vizinhas.

Partiram do Rio de Janeiro a delegação argentina e de Buenos Aires a brasileira.

No dia 3 de maio de 1851 instalou-se a terceira sessão da legislatura. Felicitava-se o Imperador pela tranquilidade que reinava no Império; e agradecia as providências votadas pelo corpo legislativo na sessão de 1850. Recomendava particularmente a colonização européia e melhoramentos da instrução pública.

Afirmava que com a lei de 1850 podia-se reputar extinto o tráfico de escravos africanos, e que o Governo brasileiro estava resolvido a desagrar-se dos procedimentos do General Oribe. Referindo-se às desavenças suscitadas pelo diplomata argentino, que pedira passaportes e abandonara o Rio de Janeiro, exprimia-se pelo seguinte modo a fala do trono:

“Quaisquer que sejam os desejos do Governo de conservar a paz, não deixarei contudo de prestar aos brasileiros a proteção que lhes deve e de manter intactos o decoro e dignidade da Nação e da Coroa.”

Honrara-me a Câmara dos Deputados elegendo-me relator do projeto de resposta ao discurso da Coroa. O mais franco apoio e confiança afiançei ao Ministério, e a Câmara acompanhou-me com sua votação. Declarou-se unicamente adverso ao Gabinete Bernardo de Sousa Franco, e como único representante da oposição falava em todas as questões, e bem que rebatido vantajosamente, conquistou nomeada pelo seu perseverante e laborioso procedimento.

Completo a sessão legislativa os trabalhos iniciados na precedente, e aprovou novas providências solicitadas pelo Governo em assunto de importância secundária.

A atenção do país applicava-se no entanto e de preferência à questão do rio da Prata.

Não satisfazia Oribe às reclamações instantes do Governo imperial: respondia-lhe com desdém e as remetia ao ditador de Buenos Aires, que apelidava seu protetor e representante. Ignoravam tanto ele como o próprio Rosas o que o Governo imperial planejava, e os elementos de que dispunha para fazer-se respeitar e conseguir as devidas reparações.

Chegado o momento de agir, iniciou o Gabinete de 29 de setembro hostilidades contra Oribe. Nomeado general-em-chefe das forças estacionadas no Rio Grande do Sul, colocou-se Luís Alves de Lima imediatamente à frente do Exército, e combinou com Urquiza e Virasoro para ao mesmo tempo invadirem o território oriental, e combaterem Oribe.

Não era preciso declaração prévia de guerra. Oribe não representava oficialmente um governo estrangeiro, mas um caudilho audacioso que laborava em guerra civil no seio de sua pátria. Nas águas do rio da Prata, e no porto de Montevidéu apresentou-se logo uma Esquadra brasileira, às ordens do almirante Greenfell, destinada a operar de acordo com as tropas que por terra partissem do Rio Grande.

Ocuparam igualmente suas respectivas fronteiras contingentes militares da Bolívia e do Paraguai, prevenidos para as eventualidades.

Mais próximos dos acampamentos de Oribe estavam Urquiza e Virasoro, e pois, transpostas as águas do rio Uruguai, antes que Luís Alves de Lima, avistaram o inimigo.

Aparelhava-se Oribe para combater Urquiza e Virasoro, quando o general Garzón com os regimentos orientais abandonou as suas fileiras, e juntou-se a seus adversários.

Intimidou-se Oribe, não aceitou combate, capitulou com Urquiza, desamparou suas posições, dispersou sua gente e evadiu-se para a província de Buenos Aires no correr do mês de outubro.

Estava libertada a campanha oriental, e a cidade de Montevideu que até não podia com ela relacionar-se pelo assédio terrestre que a isolava.

Luís Alves de Lima e as tropas aliadas aquartelaram-se na colônia do Sacramento e seus arredores, e aí conferenciaram os generais com Joaquim Soares, governador reconhecido de Montevideu.

Logo que soube o que se passara no Estado Oriental aprestou Rosas imponente Exército, e declarou oficialmente guerra aos aliados.

Concordaram estes transferir suas tropas para a outra banda do rio da Prata, embarcadas nos navios de guerra brasileiros. Incumbiu-se Urquiza do comando geral, como argentino que era.

A legião oriental de Garzón, e quatro mil soldados brasileiros, capitaneados por Manuel Marques de Sousa, colocaram-se às suas ordens. Com os entrerrianos e correntinos formou Urquiza um Exército de vinte quatro mil homens, que desceram em territórios da província de Buenos Aires. Com o restante de suas praças, pronta para qualquer emergência, entrincheirou-se Luís Alves na colônia do Sacramento.

Na passagem de Tonelero, a 1<sup>o</sup> de dezembro, sofreu Urquiza forte refrega, desceu, no entanto, em terra de Buenos Aires, e adiantou-se ao encontro do General Mausilla que Rosas enviara contra ele, à frente de vinte mil soldados.

Avistaram-se os dois contendores, em Monte Caseros, já a 3 de fevereiro de 1852 nas proximidades da capital da República Argentina, e imediatamente se precipitaram um contra o outro.

Não durou o prélio muito tempo. Entusiasmados os soldados comandados por Urquiza derrotaram em poucas horas as hostes do ditador, e a disciplina e bravura do contingente brasileiro concorreu poderosamente para a vitória alcançada. Encaminhou-se desembaraçadamente Urquiza para a cidade de Buenos Aires.

Em sua quinta de Palermo, próximo à capital da República, recebeu Rosas notícia do desbarato completo de suas tropas. Embarcou-se apressadamente com sua família, em um pequeno baixel, que o transportou para um navio inglês ancorado no rio da Prata.

Do tombadilho do navio que o asilava, podia Rosas divisar o espetáculo que Buenos Aires ofereceu aos olhos ao penetrar em seus muros Urquiza vitorioso, proclamado salvador da pátria, e vencedor da tirania que tão ignominiosamente humilhava os bríos e direitos de seus habitantes.

Fogos de artifício, sons de música festiva, repiques de sinos de igrejas, aclamações estrondosas, revelavam claramente o júbilo dos que escravizados até então aplaudiam agora a restauração de suas liberdades.

Seguiu Rosas viagem para Inglaterra, e domiciliou-se em Southampton: revestiu-se Urquiza da autoridade suprema da República Argentina. Reconheceu-lhe o Brasil o governo, e para demonstrar-lhe sua consideração, transferiu de Montevideu para Buenos Aires o exímio diplomata Silva Pontes, na elevada categoria de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário.

Terminada a guerra, voltou para o Rio Grande o Exército brasileiro.

Tratou-se então de fundar um governo regular para o Estado Oriental. O de Joaquim Soares não passava de provisório.

Convocaram-se os povos para elegê-lo. Partiu do Rio de Janeiro Honório Hermeto, investido de poderes para proteger o Governo provisório, e aconselhar-lhe política que conciliasse os antigos Partidos Blanco e Colorado, porquanto a experiência e as infelicidades deviam ter ensinado a viver pacificamente, e esquecer ódios e paixões produzidos pelas divergências e brigas anteriores.

Posto que ocupado com os extraordinários sucessos do rio da Prata, não se descuidava Paulino de Sousa de promover os interesses do Império colocado entre tantas repúblicas, em que os vice-reinados coloniais de Espanha se tinham desmembrado. As questões de recíprocos limites, segundo as conquistas e posses, haviam acarretado guerras de

Portugal e Espanha na América, e os acordos diplomáticos para concluí-las não tinham esclarecido suficientemente suas propriedades.

Herdara o Governo brasileiro as tradições, tratados e dúvidas perseverantes entre as antigas metrópoles européias. Criada a província do Amazonas, estabelecida uma linha regular de vapores para navegar as águas do majestoso rio e de seus inúmeros afluentes, e entreter comércio desde os limites superiores do Peru em Tabatinga até a cidade de Belém, no Pará, decretados os regulamentos necessários para a livre passagem de barcos das repúblicas possuidoras das margens superiores, cuidou Paulino de Sousa de enviar agentes diplomáticos encarregados de entabular negociações de paz, de comércio, e de fixação de limites, no intuito de prevenir futuras emergências.

Afortunado foi ainda neste empenho; os governos de Nova Granada, da Venezuela e do Peru abraçaram graciosamente suas propostas e concordaram em tratados, que firmaram relações amigáveis e dissiparam dissensões posteriores.

Convidou no Rio de Janeiro o diplomata do Estado Oriental, para que se assinassem igualmente acordos a respeito dos limites recíprocos, e do reconhecimento da dívida contraída pelos subsídios pecuniários que o Império lhe prestara durante a prolongada luta a que Rosas o coagira. Com o Paraguai iniciou igualmente estipulações acerca da liberdade da navegação dos rios Paraná e Paraguai, que nascem em território brasileiro, e que se franqueiam a todos os povos ribeirinhos; e no tocante aos limites respectivos dos dois estados.

A energia do Governo durante a rebeldia de Pernambuco, sua moderação depois da vitória, sua felicidade na questão do rio da Prata, as diligências e proveitos de sua diplomacia, a anistia que se concedeu pouco depois a todos os revoltosos vencidos, acalmavam as paixões, desvaneciam os rancores, e chamavam a uma reconciliação salutar os espíritos, que, conscienciosamente, almejavam o florescimento da pátria. José Maria da Silva Paranhos, que se tinha aproximado do Partido Conservador, e escrito artigos tendentes a apoiar o sistema de governo, aceitou o cargo de secretário da missão especial diplomática enviada a Montevidéu. Joaquim Antão Fernandes Leão foi chamado para o Tesouro Público. Acaíaba Montezuma apregoara-se já adeso igualmente ao Ministério, e depois de dar arras de sua dedicação na assembléa pro-

vincial do Rio de Janeiro, incluído em lista tríplice senatorial pelos conversadores da Bahia, foi escolhido pela Coroa. Conservara-se afastado da política desde 1848 Sales Torres Homem, que escrevera o folheto intitulado *Timandra*, em que não respeitava o decoro da família imperial. Não trepidou em elogiar também na imprensa periódica a marcha proveitosa do Governo para o fim de se aproximarem os homens de boa fé e patrióticos. João Duarte Lisboa Serra relacionava-se com o ministro da Fazenda, e coadjuvava-o na elaboração de regulamentos financeiros. Limpo de Abreu sustentava no Senado o Ministério, e cooperava prestimosamente para os últimos tratados com o Estado Oriental.

Por seu lado, abandonavam suas províncias, como esquecidos da política, o Padre Marinho, que estabelecera no Rio de Janeiro um colégio de instrução primária, e Urbano Sabino, que abrira banca de advogado. Voltara-se de todo Teófilo Ottoni para empresas materiais, lograra uma concessão do Governo para a navegação do rio Marcori, e para colonizações de suas margens, e aplicava-se a seu desenvolvimento e prosperidade.

Diminuiu espantosamente o Partido Liberal, reduziu-o a aderentes históricos, que persistiam em oposição, obrigados porém pelo correr dos tempos a perder doutrinas exageradas.

Espalhou-se então um folheto redigido por Justiniano José da Rocha, sob o título de “Ação, reação e conciliação” que atraiu favoravelmente a opinião pública e produziu bastante sensação. Alegava o provector publicista que a ação democrática vigorante até 1837 substituíra a reação autoritária; que ambos haviam sido exagerados como era natural das lutas e partidos extremados; convinha, em uma época de completo sossego, adotar-se idéias médias e aproximadas, e restabelecer-se a verdadeira liberdade que não devia dispensar, todavia, o concurso e a força moral da autoridade.

Sabia-se que o Imperador, que ganhava experiência dos negócios públicos e conhecimento dos homens políticos, estudava seriamente as questões, discutia longamente com seus ministros, e procedia a indagações que lhe ministrassem esclarecimentos da sociedade. Assistia igualmente às sessões do Instituto Histórico, visitava estabelecimentos e escolas e esforçava-se em apreciar por si a marcha e progresso da nação.

Começou então a propagar-se o boato de que inaugurava-se o governo pessoal, em substituição da existência de uma facção áulica que em seu ânimo influíra quando jovem e inexperiente.

Falava-se já de desgostos de alguns ministros, que encontravam dúvidas, demoras e embaraços da Coroa, e não podiam livremente administrar. Dizia-se que, à exceção da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros, em cujos assuntos não intervinha o Imperador, já por ser seu espírito rebelde às ciências econômicas, já pela confiança e respeito que depositava na gestão das delicadas relações exteriores que Paulino de Sousa manejava com planos assentados e firme execução, incomodava não raro os demais conselheiros com perguntas e exigências que os magoavam, e com recusas, que lhes entorpeciam a ação.

Ao abrir-se a assembléia geral legislativa de 1852, uma notícia correu no público, que produziu desagradável sensação, e deu vulto aos boatos propalados.

Espalhou-se que Eusébio de Queirós insistia em sua demissão, posto que houvesse o Gabinete sustentado sempre unidade de vistas, e mantido cordial e sincera intimidade entre seus membros. Esforçaram-se em vão os colegas em demovê-lo de seu propósito, e por fim resolveram suplicar a Sua Majestade a dissolução de todo o Ministério.

Recusou-a o Imperador preempitoriamente. Eusébio de Queirós, porém, não lhe atendeu as vozes, e demitiu-se. Costa Carvalho alegou idade adiantada, Vieira Tosta moléstias, e pediram com instância igualmente suas demissões.

Não conseguiu Sua Majestade que os três se conservassem no Gabinete; apelou, porém, para o patriotismo de Rodrigues Torres, de Paulino de Sousa e de Manuel Felizardo, e interpôs sua autoridade e confiança, a fim de que, reconstituído o Ministério com novos companheiros, eles perseverassem no serviço público; lembrou-lhes que não deviam abandonar negócios cuja solução ainda dependia de seu zelo e planos, e que podiam acarretar a seus sucessores embaraços e dificuldades.

Lavraram-se as demissões de Eusébio de Queirós, de Costa Carvalho e de Vieira Tosta, que foram substituídos nas respectivas pastas por três deputados, Francisco Gonçalves Martins, José Ildefonso de Sousa Ramos e Zacarias de Góis e Vasconcelos; foi Rodrigues Torres nomeado presidente do Conselho. Modificou-se assim o Gabinete, que

o público apelidava das águias, pelo valor intelectual e serviços relevantíssimos de todos os seus membros.

Quaisquer que fossem os motivos da modificação ministerial, permanecera o público na convicção de que particularmente Eusébio de Queirós se ressentira de dúvidas, adiamentos ou recusas opostas pelo Imperador a projetos e atos que propusera ao Conselho.

Publicaram-se então várias providências tendentes ao desenvolvimento material do país. Tinham-se concedido a diversos cidadãos empresas destinadas à construção de estradas de ferro; a do porto de Mauá para a raiz da serra da Estrela, a da cidade do Rio de Janeiro para São Paulo e Minas, a da Bahia para o rio de São Francisco, e a do Recife para o interior de Pernambuco. Contrataram-se igualmente esgotos e iluminação a gás da capital do Império, e estabelecimento de colônias agrícolas de alemães em terras da dotação do Príncipe de Joinville.

Havia, portanto, o Ministério presidido por Costa Carvalho inaugurado e iniciado uma nova orientação da política.

Às anteriores brigas e certames dos princípios abstratos de organização e atribuições dos poderes públicos, em que os ânimos se encandeciam e irritavam, preferira-se provocar a atenção dos brasileiros para progressos indispensáveis ao florescimento e prosperidade da pátria, tão atrasada ainda nas vias de comunicação terrestre e marítima, e em melhoramentos de que carecia para desenvolver os recursos naturais, de que a providência divina dotara seu solo, onde a terra é tão ubérrima, a atmosfera tão deliciosa e as primaveras permanentes. País que esquece os interesses materiais e morais para ocupar-se exclusivamente de controvérsias políticas não adianta na civilização e nem no gozo das verdadeiras liberdades, revolteando constantemente em lutas estéreis e perigosas.

Posto que modificado no seu pessoal, garantia o Gabinete às Câmaras prosseguimento de seu programa anterior com a permanência e influxo de Rodrigues Torres, Paulino de Sousa e Manuel Felizardo. Não lhe retiraram as Câmaras portanto seu apoio e confiança.

Devia-se proceder por esse tempo na República Oriental à eleição de um presidente. Fora um dos motivos que influíra no ânimo de Paulino de Sousa para não deixar o Ministério.



De acordo os partidos ali existentes e o Governo brasileiro, indicou-se o nome do General Garzón para a autoridade suprema. Ainda que pertencente à facção dos blancos e antigo companheiro de Oribe, conquistara geral respeito pelas suas idéias moderadas e conciliadoras, e pelo prestígio de que o Governo brasileiro o cercava em consequência de seus últimos e importantes serviços.

Falecera inopinadamente o General Garzón, desorientaram-se os espíritos, e levantaram-se diferentes pretensões à presidência do Estado.

Paulino de Sousa recomendou a Honório Hermeto que sustentasse uma candidatura neutral e fora dos partidos e interesses diferentes que surgiam das circunstâncias.

Não lhe adotou Honório Hermeto a idéia e propôs-se a coadjuvar Manuel Herrera y Obes, o prócere mais inteligente do antigo Partido Colorado. Opuseram-lhe os blancos a candidatura de Giró, e pela influência que exerciam na campanha onde era maior o número de seus adeptos que na capital da república, venceram com seus votos e foi Giró eleito presidente.

Não se mostrou Paulinho de Sousa magoado; preferiu angariar a confiança do novo presidente, e convencê-lo da necessidade de uma política conciliadora, a fim de se não comprometer a independência e autonomia da república.

Concordou em auxiliá-lo com novos subsídios pecuniários para manter-se na administração, e visto que estava o país exausto de recursos e de rendas, em consequência da prolongada guerra de nove anos, que inteiramente o arruinara, em comércio, indústria e agricultura.

Regressou Honório Hermeto para o Rio de Janeiro, e Silva Paranhos demonstrou talento e perícia gerindo interinamente em Montevideú a legação brasileira. Infelizmente a experiência não ensinava os orientais, e os dois antigos partidos renovaram-se com vetustos ódios e rancores.

Finalizou no Império, no entanto, a quarta sessão da legislatura eleita em 1849. Nova Câmara de Deputados devia funcionar em 1853. Com a maior calma correu o pleito, e Vieira Tosta, Manuel Felizardo e Paulino de Sousa transferiram-se para o Senado. A morte lamentável de

Paula Sousa abria igualmente entrada a Pimenta Bueno no recinto da casa vitalícia. Com o mais íntimo prazer saudei meus amigos Cansanção de Sinimbu, Silva Paranhos e Ângelo Ferraz afastados do Parlamento, aquele desde 1844, os dois últimos desde 1848. Não devia o país dispensar-lhes os talentos. A 3 de maio de 1853, instalou-se a primeira sessão da legislatura.

A fala do trono aplaudia a tranqüilidade que reinava; o apaziguamento das paixões políticas, o desenvolvimento moral e material do país, a extinção do tráfico de escravos africanos; recomendava auxílios à colonização e emigração européia, e a reforma da lei das municipalidades. Especializava a necessidade de um banco de emissão que recolhesse e amortizasse o papel-moeda circulante do Governo, substituindo-o por notas que apresentadas ao troco se realizassem em ouro, a fim de manter-se o padrão monetário fixado pela lei de 1846. Anunciava com júbilo a marcha progressiva da renda pública, e confiava que desapareceriam déficits entre a receita e a despesa desde que se fomentassem os recursos nacionais, se perseverasse em economias, e se conservasse a tranqüilidade pública.

Demonstraram as Câmaras sua confiança no Ministério, quer na resposta ao discurso da Coroa, quer na aplicação de seu tempo ao estudo e deliberação dos assuntos que lhes eram solicitados.

Na dos deputados não se ouvia voz de oposição e os debates seguiram com critério e celeridade.

No Senado manifestaram-se, todavia, discursos azedos. Vergueiro, Alves Branco e Holanda Cavalcanti, ajudados por D. Manuel de Assis Mascarenhas, ultimamente escolhido senador, e Acaiaba Montezuma, que recuperara seus hábitos de orador sarcástico e acrimonioso, perturbaram por vezes a serena marcha dos negócios.

Correu voz nos princípios de junho de que especuladores persistentes na importação de africanos haviam logrado descarregar número considerável de pretos nas praias do Bracuí, termo de Angra dos Reis e província do Rio de Janeiro.

Imputou-se incúria ao ministro da Justiça, que pediu e obteve demissão e foi substituído pelo Deputado Luís Antônio Barbosa.

Bem que Sousa Ramos asseverasse que pedira demissão de ministro por ter sido escolhido senador, e restar unicamente no Gabinete um deputado, certo é que a opinião pública convenceu-se que fora impellido pelo desastrado evento.

Apresentou Rodrigues Torres proposta para a fundação de um banco de circulação, e requereu às Câmaras que com toda a urgência a aprovassem.

Desde o primeiro banco instituído no Brasil em 1808, sob o reinado de D. João VI e que fora obrigado a liquidar-se, em consequência da revolução da independência e de 7 de abril, não se conhecia banco de circulação. Constituíra-se o Governo único emissor de notas, que não amortizava e nem pagava em moeda metálica. Caíra o câmbio sobre praças estrangeiras, e o papel circulante perdera seu valor e equilíbrio. Interes-sava ao país que se fixasse e conservasse o padrão monetário, e conseguiu-se estabelecer a lei de 1846, suspensas as emissões daí em diante.

Ao comércio em geral socorriam no Rio de Janeiro dois pequenos bancos de descontos e depósitos, o Comercial, e o do Brasil, além de banqueiros particulares; nas outras praças do Império, capitalistas e proprietários.

Um banco de circulação, e dotado de capital suficiente que mais larga e favoravelmente desempenhasse serviços de descontos e depósitos, destinava-se decerto não somente a maior desenvolvimento e facilidade das transações mercantis, como também logo que emitisse notas realizáveis em moeda metálica, constituía um elemento de garantia para se não depreciar o papel-moeda existente.

Aprovada a proposta na sessão legislativa de 1853, e convertida em lei pela sanção da Coroa, empenhou-se Rodrigues Torres em seus regulamentos. Além dos capitais dos dois bancos Comercial e do Brasil, fundidos no novo estabelecimento, os quais lhe serviram de base para início de operações, emitiram-se novas ações que foram procuradas com ansiedade pública. Tomou o novo banco o título de Banco do Brasil.

Haviam-se prorrogado as Câmaras para concluir seus trabalhos, quando propagou-se a notícia de que o Gabinete se dissolvera.

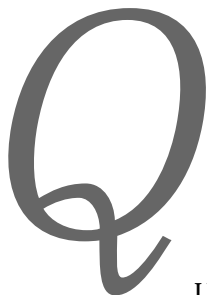
Geral espanto produziu, e versões diferentes propalaram-se no tocante a suas causas.

Dizia-se que os ministros da Fazenda, dos Negócios Exteriores, e da Guerra, mostravam-se cansados depois de tanto tempo de governo, e consideravam que estava finda a sua missão, e solvidos os graves e urgentes assuntos em que se tinham empenhado. Diversamente explicava-se também o fato. Não faltava quem acreditasse que se molestaram com algumas recusas de Sua Majestade a propostas de presidentes de províncias. Citava-se particularmente a da nomeação de Pedro Cavalcanti para a vice-presidência de Pernambuco, que os deputados da província solicitavam, e o Gabinete desejava.

.....

XIV

*De setembro de 1853 a dezembro de 1855*



UAISQUER que fossem os motivos alegados, todos mais ou menos plausíveis, lamentou geralmente o público que deixasse o Governo do país um Gabinete que mais que nenhum outro havia prestado os mais relevantes e assinalados serviços com sua moderação e justiça, com a nova orientação que imprimira à política, e com os felizes resultados que obtivera.

No dia 2 de setembro de 1853, assumiu Honório Hermeto a presidência do Conselho e a pasta da Fazenda.

Confiou a Limpo de Abreu a dos Negócios Estrangeiros, e as do Império, Justiça e Marinha a três deputados notáveis por suas capacidades, Luís Pedreira, José Tomás Nabuco de Araújo, e Silva Paranhos. Pretendeu encarregar da repartição da Guerra a Sebastião do Rego Barros. Recusado, porém, pela Coroa o nome que propusera, percorreu o almanaque militar, e escolheu o Brigadeiro Pedro de Alcântara Bellegarde, que não pertencia ao Parlamento, mostrava-se alheio à política, e ocupava-se exclusivamente com os estudos de sua profissão.

Sabia-se mais ou menos que o Imperador não era particularmente afeiçoado a Honório Hermeto já pelo modo autoritário e franqueza

rústica de palavras, já pelos antecedentes de seu Ministério em 1843. Compreendia, porém, Sua Majestade, sua importância política, e a necessidade de não estragar proveitos adquiridos pelo país com o procedimento do Ministério de 29 de setembro de 1848. Que outro estadista lhe oferecia então garantias tão seguras como Honório Hermeto?

Apresentou-se Honório Hermeto imediatamente no Senado. Anunciou que a política de moderação, desempenhada pelo precedente Gabinete, seria mais largamente desenvolvida, no intuito de se extinguir em todos os rancores e paixões dos antigos partidos. Tornava-se política de conciliação, pois que aceitava da oposição o que ela encerrava de idéias profícuas, e da autoridade o que continha de fecundo e conservador, a fim de ligar a tradição e o futuro, e fundir a sociedade que antecedia à sociedade que se anunciava.

“ – Não há mais saquaremas nem luzias. – Disse. – As lutas passadas estão terminadas e esquecidas. O Governo é conservador progressista, e progressista conservador. Aceita todas as questões políticas que têm sido pontos de divergência até agora, para, na calma das paixões, discuti-las e solvê-las. Aos conservadores eu dou a fiança do meu nome e do meu passado; aos progressistas, porém, a quem não posso dar a mesma fiança, asseguro que concorrerei dando os primeiros passos a seu encontro.”

Requeru Limpo de Abreu à Câmara dos Deputados a aprovação da proposta de seu antecessor para que se concedessem subsídios pecuniários ao Estado Oriental, com que pudesse reorganizar suas finanças, manter a ordem pública e defender sua independência. Apresentei imediatamente parecer favorável como relator da comissão de diplomacia.

Encaminhou Limpo de Abreu na respectiva discussão a política seguida por Paulino de Sousa: demonstrou a necessidade do subsídio cuja importância prestada mensalmente se acrescentaria à que já a república devia, e constituiria dívida fundada com pagamentos regulares para sua amortização e juros. A proteção do Brasil não podia ser recusada a um Estado, que, exaurido de recursos, interessava ao Império conservar em sua autonomia.

Esclarecida, a Câmara votou a proposta, que, remetida com urgência para o Senado, obteve também imediato assentimento.

Encerradas as sessões da legislatura, continuou Honório Hermeto as idéias e planos de Rodrigues Torres. Cumpria seu legado de nomear Sales Torres Homem para emprego elevado no Tesouro, e Lisboa Serra para presidente do novo banco que devia começar suas operações.

Bem não eram decorridos muitos meses quando no Paraguai travou-se um conflito com o diplomata brasileiro acreditado perante o governo de D. Carlos López.

Suspendeu o ditador suas relações com o diplomata, remeteu-me passaportes para retirar-se da república. Procedera a desavença de questões suscitadas no tocante à simultaneidade de tratados de limites e de livre navegação dos rios.

Mandou o Ministério aparelhar navios de guerra e contingentes militares, destinados ao Paraguai, a fim de receber satisfações condignas. Amigo particular e confiado na habilidade e perícia do Vice-Almirante Pedro Ferreira de Oliveira, lembrou-o Limpo de Abreu para chefe da expedição, e munido igualmente de poderes diplomáticos.

Abriam-se as Câmaras a 3 de maio de 1864. Reclamava a fala do trono reformas da legislação criminal e hipotecária indicadas pela experiência, e auxílios à emigração e colonização estrangeiras. Anunciava progressos notáveis nas finanças do Império, as quais ofereciam margem para se promoverem obras públicas, e fomentarem-se as vias de comunicação. Relativamente às questões suscitadas no Paraguai, esperava que se solvessem de modo honroso, e que entre as duas nações se não perturbasse a paz existente.

A Câmara dos Deputados não demorou sua resposta à Coroa. A um único discurso pronunciado acerca dos sucessos realizados no Paraguai respondeu o ministro dos Negócios Estrangeiros, que o Governo imperial exigia reparação da ofensa recebida pelo diplomata brasileiro, e assinatura de tratados de navegação e limites que se tinham já ajustado. Acrescentou, guardadas as reservas indispensáveis a correspondências diplomáticas, que as relações com o Governo do Paraguai não eram decerto as que o Brasil desejava que existissem, mas que o Governo imperial empregaria esforços para restabelecê-las em pé firme, e esperava que negociações amigáveis lhe facilitassem o êxito.

Votou a Câmara imediatamente o projeto de resposta elaborado pela comissão respectiva.

Encontrou, todavia, o Ministério no Senado críticas acerbas. Instavam os liberais por propostas francas de conciliação de princípios. D. Manuel e Montezuma declararam-se também em oposição, posto que inspirados de doutrinas diferentes. Estigmatizavam como absurdo e inexecutável o programa político do Gabinete, mistura de idéias contrárias e panacéia de diversos ingredientes.

A oposição levantada no Senado ecoou na Câmara dos Deputados, e alguns dos seus membros romperam em hostilidades ao Gabinete. Nas discussões da fixação de forças marítimas e terrestres, Ângelo Ferraz não trepidou em colocar-se à frente de um grupo de conservadores, que se declararam dissidentes do Ministério. Afastara-se do Gabinete por lhe ser dada promoção no Tesouro, e dispensado da inspetoria da alfândega do Rio de Janeiro.

Com a veemência de frases, e o conhecimento da tribuna, que lhe eram habituais, analisou Ângelo Ferraz o programa do Gabinete.

Não o podia apelar de conciliação, porque se não anunciava o modo por que os princípios políticos deviam aproximar-se, e nem em que assuntos. Não continuava a moderação e tolerância do Ministério passado, que com seu procedimento chamara a acordo os que de boa-fé desejavam o bem da pátria, a calma das paixões, a luta pacífica e legal, o gozo inteiro das liberdades públicas, e as reformas que o país necessitava. Significava apenas a corrupção dos homens, e o vilipêndio dos caracteres, acenando-lhe às ambições e aos instintos. Transigia o Gabinete com prejuízo das consciências, em vez da convicção das doutrinas e das necessidades públicas.

Proclamava o Gabinete extinção dos partidos e tentava nulificá-los e amalgamá-los, quando eram indispensáveis no regime representativo, em que as oposições auxiliavam antes que prejudicavam os governos.

Conciliação de homens e não de idéias desvirtuava o sistema parlamentar, extinguiu a política geral e criava políticas locais, segundo as circunstâncias do momento.

Acompanhou-o Francisco de Paula Saião Lobato<sup>62</sup> mais acrimonioso e agreste na linguagem e nos gestos, e verberou os ministros com o apelido de corruptores.

---

62 Visconde de Niterói.



Formou-se um grupo de opositoristas, que não temeram arrostar a influência de Honório Hermeto.

Apresentou o ministro da Justiça uma proposta de reforma da lei de 3 de dezembro, no intuito de demonstrar que o Gabinete estabelecia a verdadeira conciliação de princípios. Submetida a debate, censurou Joaquim Otávio Nébias as palavras do ministro da Justiça. Havia dito que a lei de 3 de dezembro provocara clamores no país, e fora considerada lei de antagonismo político; e entretanto na sua proposta de reforma cerceava ao júri atribuições importantes, sujeitava seus julgamentos à decisão final de magistradas e acrescentava à polícia arbitrios novos de ação e de prisões preventivas. Sua proposta, em vez de conciliar opiniões, exagerava os princípios dos conservadores, quando Eusébio de Queirós procurara arrancar-lhes as demasias, e modificar-lhes a marcha em benefício e garantia dos direitos individuais. Renhida peleja oratória não permitiu o andamento e solução da proposta, que se remeteu ao estudo de uma comissão especial. Encerrou-se a sessão legislativa depois de votar unicamente os orçamentos de receita e despesa.

Não se mostrava, todavia, o Vice-Almirante Pedro Ferreira habilitado para a missão delicada que recebera, posto que colocado no comando de navios de guerra e de forças imponentes.

Fundeu sua Esquadra nas bocas dos rios Paraná e Paraguai. Abriu dali correspondência com o ditador D. Carlos López, parecendo mais suplicante de acomodação, que executor de ordens destinadas a coagir López não somente à satisfação do insulto feito ao diplomata brasileiro, como a assinar os tratados sobre limites e navegação dos rios. Anuiu à proposta de López de não fazer subir a Esquadra até à cidade de Assunção, e nas suas correspondências contentou-se com a promessa de que se estipulariam mais tarde os tratados exigidos, contanto que se consentisse uma salva à bandeira brasileira, na Capital da República, e o recebimento de novo diplomata do Império, com quem mais ponderadamente se conciliasse.

Regressou para o Rio de Janeiro com a frota que comandava, na persuasão de que cumprira honrosamente seus deveres.

A 3 de maio de 1855, recomeçaram as Câmaras seus trabalhos legislativos. A fala do trono anunciava haver-se celebrado com Portugal um convênio para reprimir-se o crime de fabricação de moe-

da falsa. Recomendava que se concluíssem as discussões das propostas apresentadas na sessão anterior, reformando as leis criminais e o regime hipotecário. Pedia a aprovação de um conselho naval, e de um projeto de promoções da Armada. No tocante ao Paraguai, asseverava que o ditador López prestara-se honrosamente à reparação exigida pelo Império, e a ceder de pretensões indébitas quanto à navegação dos rios e demarcação de limites. Terminava declarando que cessara o subsídio pecuniário concedido ao Estado Oriental, e se tratava de consolidar sua dívida.

Crescera a oposição, no intervalo das duas sessões legislativas.

Desempenhava, todavia, desassombadamente Honório Hermeto a política de extinguir os antigos partidos, inspirados de doutrinas abstratas e de princípios desorganizadores e anárquicos. Ansiava formar novos mais práticos e mais aplicados às circunstâncias e marcha progressiva do país. Seu espírito visava a adivinhar a opinião pública, apreciá-la com justeza e a dirigir-lhe a orientação que lhe parecia conveniente. Empregava assim liberais e conservadores segundo suas habilitações e merecimentos, logo que lhe esposassem o programa. Na frase moderna bem que não abandonasse suas doutrinas e princípios e os aplicasse conforme as necessidades e interesses do momento, podia-se denominar oportunista.

A administração procedia com dedicação e zelo, fiscalizada rigorosamente por Honório Hermeto, que tudo queria saber, e em tudo intervinha. Silva Paranhos e Luís Pedreira melhoravam os serviços de suas repartições. Ninguém excedia a Nabuco de Araújo em inteligência e conhecimentos jurídicos. Posto que houvesse Limpo de Abreu desacertado na nomeação de Pedro Ferreira, tratava discreta e jeitosamente de reparar a falta por este cometida, e nas relações que entretinha com os governos estrangeiros manifestava compreensão dos interesses do país, e prosseguia na política que seu antecessor estabelecera. Honório Hermeto conservava a pasta da Fazenda no Estado próspero que Rodrigues Torres lhe legara. Unicamente Pedro Bellegarde, por timidez de espírito, benevolência de coração e sustos de responsabilidade, não satisfazia inteiramente a atividade do chefe do Gabinete.

Hostilizado fortemente no Senado por Vergueiro, Costa Ferreira,<sup>63</sup> Padre Alencar, Holanda Cavalcanti, e Alves Branco, que se vingavam do valente atleta que tanto os contrariara, e mais desabridamente ainda por D. Manuel e Montezuma, que pareciam inimigos pessoais, via-se Honório Hermeto impellido a ocupar de contínuo a tribuna, e expor-se a cenas lamentáveis, que particularmente os dois últimos senadores ensaiavam para desprestigiá-lo.

Um curioso episódio, que teve lugar durante a sessão de 1855, provocou a atenção do público, e serviu de tema a comentários sarcásticos. Um dia, usou Montezuma da palavra, defendeu o Ministério em assunto em que anteriormente o combatera, e penitenciou-se atribuindo suas censuras à ausência de esclarecimentos. Continuou a apoiar o Gabinete, ainda durante alguns dias, e os senadores admirados da rápida mudança de seu procedimento, perguntaram a Honório Hermeto como lograra tão estupenda modificação. Não titubeou Honório Hermeto em responder-lhes no tom autoritário que costumava empregar: “Montezuma não se vende, aluga-se.”

Os inimigos de Montezuma acrescentaram a anedota com uma cena de imaginação. Propalavam que Honório Hermeto acedera a um favor particular requerido por Montezuma, e lhe enviara um escrito comunicando-lhe a notícia em ocasião em que Montezuma agredia energeticamente o Ministério. Suspendeu Montezuma seu discurso e leu o bilhete. Continuou dizendo: “As acusações que tenho dirigido ao Ministério, partem do público mal informado. Rendo-lhe agora homenagem na tribuna.” E o discurso findou com elogios ao Gabinete.

Do dito sarcástico do ministro resultou que, dias depois, voltou Montezuma a seu sistema de oposicionista violento e atribulário.

Na Câmara dos Deputados ao voto de graças que enunciava confiança no Ministério, opôs Saião Lobato emenda de censura, e enleou-se na discussão uma luta oratória, que durou muitas sessões, e em que intervieram todos os membros da oposição. Com a impetuosidade habitual do seu temperamento, inquinou Saião Lobato de imoral e corruptora a política do Gabinete, e responsabilizou-o pela cisão do Parti-

---

63 Barão de Pindaré.

do Conservador, pela anarquia das idéias, que se derramavam no país, e pelos perigos a que expunha o regime representativo.

Nébias e Justiniano José da Rocha ocuparam-se igualmente da política geral e de assuntos administrativos, e criticaram as providências adotadas pelo Ministério no tocante à construção da estrada de ferro, denominada Pedro II, em cuja diretoria promovera e colocara a candidatura de Cristiano Ottoni, de idéias políticas exageradas.

Juntaram-se à oposição liberais, e Sousa Franco protestou contra a pretensão do Gabinete de extinguir os partidos militantes que eram as mais sólidas garantias para o governo representativo, continuam-no em desmandos, e esclareciam a opinião pública.

Respondia-lhe denodadamente Honório Hermeto. Negava que pretendesse extinguir partidos. Carecia deles o sistema representativo, pois que auxiliavam com suas críticas os Ministérios. Não os queria, porém, como anteriormente, ocupados só em polémicas abstratas e estéreis, e orientações perigosas; as circunstâncias novas exigiam princípios mais práticos e mais consoantes com a marcha dos acontecimentos. Perseverava nas doutrinas conservadoras moderadas e para elas applicara-se a chamar todos os homens de boa-fé.

Silva Ferraz analisou então atos praticados em todas as repartições. Na do Império, verberou as invasões do Poder Executivo nas atribuições da Câmara Municipal da Corte, em despesas excessivas com a instrução pública; na da Justiça, criticou a proposta de reforma da lei de 3 de dezembro que alargava o arbítrio da polícia e aniquilava os tribunais do Júri; fulminou de retrógradas suas opiniões no tocante a explicar o direito das associações em comandita de emitir ações, e a pedir ao Papa autorização para fundar uma faculdade de ciências teológicas e de cânones; na da Fazenda, medidas vexatórias do comércio; na da Guerra, a inércia do ministro, que na sessão antecedente mostrara-se indeciso, perplexo e contraditório, e no Exército não perseverara na manutenção da disciplina; na da Marinha, a expedição da Esquadra confiada a Pedro Ferreira; na das Relações Exteriores, finalmente, a escolha do diplomata; seu desazo em estacionar em águas distantes da capital do Paraguai, e pois o insucesso da empresa. Lograra apenas que D. Carlos López saudasse a bandeira brasileira. Paulino de Sousa, em sua opinião, se não satisfaria com simples atos de cortesia. Censurava por fim a maioria da

Câmara por se apoderar de terror do futuro antes que inspirar-se na convicção e na consciência.

Replicou-lhe Honório Hermeto com a maestria de argumentação que lhe era peculiar, e rebateu, com mais ou menos felicidade, todas as acusações. Demonstrou que era verdadeiro chefe do Ministério, que o acompanhava em toda a sua marcha, e se responsabilizava por quantas providências se decretavam. Relativamente à política geral, esboçava a situação dos ânimos, as novas orientações dos espíritos, os progressos alcançados, o esquecimento dos pretéritos ódios, e a extinção dos princípios revolucionários. Devia-se ao concurso dos que, anteriormente separados, uniam-se agora para solidez e garantia das instituições representativas, e para se prestigiarem os elementos da autoridade, sem prejuízo de nenhuma das liberdades privadas e públicas, consignadas na constituição do Império, e na índole e prática do regime parlamentar, o qual abria espaço franco às justas ambições dos talentos e das capacidades.

Sentiu-se Limpo de Abreu ofendido pelas discussões suscitadas, e apesar de que a resposta à fala do trono votara pela Câmara aprovasse todos os atos do Gabinete, solicitou exoneração do cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros.

Coagido por suas instâncias, concedeu-lhe Honório Hermeto, e confiou a pasta abandonada a Silva Paranhos. Aproveitou a ocasião para despedir do Ministério Pedro de Alcântara Bellegarde, e substituí-lo pelo General Luís Alves de Lima. Convidou para a pasta vaga da Marinha João Maurício Vanderlei, que na Câmara dos Deputados provara notável capacidade.

Tratou então Honório Hermeto de promover no Senado a proposta relativa a incompatibilidades eleitorais para diversas categorias de funcionários públicos. Lograra Paula Sousa em 1848 que a Câmara dos Deputados a votasse, e remetesse à Casa vitalícia. Os acontecimentos de 1848, e os subseqüentes até 1855, não tinham permitido solver-se o assunto. Adaptada a idéia de incompatibilidades, anexou-lhe Honório Hermeto a divisão de distritos eleitorais no intuito de minorá-las. Em vez de listas completas de províncias, seria eleito um deputado em cada distrito, e um suplente que lhe preenchesse a vaga proveniente de qualquer circunstância.

Propagou-se geralmente o boato que Honório Hermeto cedera à instância da Coroa, que desejava uma reforma eleitoral mais garantidora da liberdade das urnas, e da expressão da vontade nacional.

Posta em ordem do dia a proposta com as emendas de Honório Hermeto, percebeu-se no Senado que dissentiam muitos conservadores, mas que todos os liberais a sustentavam.

Demorados e calorosos debates esclareceram completamente o assunto. Araújo Lima declarou-se adverso à proposta, e criticou acerbamente o Gabinete pela sua prática de conciliação. Entendia-a fatal ao regimento representativo, pois que amalgava na administração homens de opiniões diferentes. Eusébio de Queirós, que em 1854 tomara assento no Senado, em discurso magistral, analisou as idéias da proposta e das emendas da comissão do Senado, e fulminou-as de perniciosas. Afastar da representação nacional classes ilustradas e propectas equivalia a reduzi-la a mediocridades. Trocar representação provincial por distritos pequenos produziria aniquilamento dos partidos, e deputações de campanário.

Costa Carvalho, Rodrigues Torres e Vieira Tosta não se envolveram no debate, mas não ocultaram também sua opinião contrária á proposta. Paulino de Sousa não assistia às sessões do Senado por se achar incumbido de uma missão especial diplomática em França, a fim de tratar acerca dos limites do norte do Império. D. Manuel e Montezuma agrediram desabridamente a Honório Hermeto, e exprobraram-lhe a miscelânea de idéias políticas.

Nunca esquivou-se ao combate o presidente do Conselho: todos os dias usava da palavra, explicava a proposta e esforçava-se em rebater as objeções, que se lhe opunham. Logrou captar a maioria em favor da providência que solicitava. Aprovada pelo Senado, com as emendas que se lhe haviam introduzido, voltou a proposta à Câmara dos Deputados e foi remetida à comissão respectiva, conforme o regimento da Casa.

Exigiu Honório Hermeto parecer imediato à comissão e declarou que, quando demorado, proporia à Câmara a discussão independente do seu relatório.

Cumpriu a comissão seu dever e lavrou incontínenti parecer contrário à proposta.

Aberto o debate anunciou Honório Hermeto à Câmara que fazia de sua solução questão de Gabinete.

Estranharam-lhe alguns deputados que nesse pé a não houvesse colocado no Senado.

Replicou-lhes que no Senado se não estabelecia questão de Gabinete, porque se não podia dar crise entre uma corporação vitalícia e o Ministério, e que na Câmara dos Deputados, representante imediata e ocasional do povo, e que podia ser dissolvida pela Coroa, é que se podia levantar questão de Gabinete.

Não desistiram contudo muitos deputados de opor-se na tribuna à aprovação da proposta. Zacarias de Góis, Nébias, Saião Lobato, Saraiva, Barbosa da Cunha, incomodaram seriamente o Ministério, posto que esgotada parecesse a discussão com os luminosos discursos proferidos no Senado. Ângelo Ferraz, Cansação, Sousa Franco aliam-se nesta questão ao Gabinete.

Foram as emendas do Senado aprovadas na Câmara por maioria apenas de 17 votos.

Aplicaram-se depois as Câmaras à aprovação do convênio com Portugal no tocante à moeda falsa. Adiaram-se todavia ainda a proposta de reformas criminal, hipotecária e de sociedades em comandita apresentadas pelo ministro da justiça.

Flagelara extraordinariamente no ano de 1855 a população brasileira uma nova epidemia, que não menos mortífera que a febre amarela revelou-se na mortandade produzida.

Diferente da febre amarela em todos os sintomas e na escolha dos desgraçados que infeccionava, acometeu furiosamente as classes pobres e ínfimas da sociedade, as pessoas miseráveis, e a escravatura preta. Na cidade do Rio de Janeiro, na de Niterói, na de Campos de Goitacases, nas povoações situadas às bordas dos rios, cujas águas subia, desapiedadamente, a terrível moléstia, cópia espantosa de vidas perdeu ainda o Império. Malbaratou a lavoura privando-a de braços produtores; e propriedades rústicas reduziram-se quase ao abandono.

Socorros do Governo espalhados com profusão, subscrições voluntárias de dinheiro promovidas entre os cidadãos abastados, colocação de médicos por toda a parte, a fim de acudir aos insultados

pela feroz epidemia, farmácias destinadas a distribuir gratuitamente os necessários medicamentos, provaram a solicitude dos ministros, as diligências das autoridades subalternas e a caridade característica da nossa raça.

Construíra-se e explorara-se a primeira estrada de ferro no Brasil. Posto que de amesquinhas dimensões, demonstrou a de Mauá as vantagens de rapidez, e de barateza para transportes de mercadorias e de passageiros. Exaltaram-se os espíritos, e para toda a parte requeriam-se idênticas empresas.

Publicaram-se então convenções de limites e de navegação fluvial com o Peru, Venezuela, Nova Granada, Estado Oriental, República Argentina e Paraguai.

Regulamentaram-se as vias de comunicação, e a instrução pública muito deve a Luís Pedreira, incansável no seu estudo e no seu desenvolvimento.



.....

XV

*De janeiro de 1856 a dezembro de 1858*

**N**ÃO SE arredava Honório Hermeto do sistema político que inaugurara. Para os empregos administrativos, convidava, aceitava e nomeava adversários políticos, resolvidos a auxiliá-lo. Para as funções de confiança e presidente de províncias preferia, porém, conservadores.

Apesar das duas assoladoras epidemias que tão cruelmente haviam flagelado o Império, sua situação, suas condições de progresso, seus elementos de prosperidade desenvolviam-se agradavelmente e auguravam futuro lisonjeiro.

Tranqüilidade geral, extinção de rancores antigos, prostração do Partido Liberal histórico, desaparecimento das idéias e doutrinas desorganizadoras, revolucionárias e anárquicas, comércio crescente, vias de comunicação a executar-se; colonização iniciada; finanças em curso ascendente: tudo sorria aos olhos, rasgava novos horizontes para o engrandecimento da pátria.

Alegrava igualmente a vida íntima das famílias, e os usos da sociedade. Teatro lírico e dramático, bailes e concertos que se repetiam quase diariamente na capital do Império, reuniões particulares periódicas para audições de música e canto, saraus de damas, produziam animação e gosto para divertimentos prazenteiros.

Em toda a parte via-se Honório Hermeto. Além dos pesados labores da administração pública, regia como provedor a Santa Casa de Misericórdia, em cujo cargo sucedera a José Clemente, que falecera em 1854, e desempenhava não menores serviços em sua direção que na pasta da Fazenda na presidência do Conselho.

Quatro vagas abriram-se, no entanto, no Senado; pelo Pará, cuja cadeira ocupava José Clemente, falecido em 1854, e pelas Alagoas e Bahia, em 1855, com as mortes de Aureliano de Sousa, de Manuel Alves Branco, e do apreciado poeta e diplomata, Visconde da Pedra Branca. Foram pela Coroa escolhidos, em 1856, para lhes sucederem Bernardo de Sousa Franco, Cansação de Sinimbu, João Maurício Vanderlei, e Ângelo Moniz da Silva Ferraz.

Comentou-se largamente, no público, a preferência dada pelo Imperador a este último cidadão sobre Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, incluído igualmente na lista tríplice votada pelos eleitores da província da Bahia.

Referia-se que Pinheiro de Vasconcelos fora o candidato predileto do presidente do Conselho, que antes de promover-lhe a eleição, lembrara-o ao Imperador, como indicado pela opinião geral, que lhe apreciava os méritos de jurisconsulto e magistrado provector, e recordava-lhes os serviços prestados à independência do Império, durante o reinado de D. Pedro I, e o regímen da menoridade, e bem assim em presidências de províncias, sob governo de D. Pedro II. Mostrava-se Sua Majestade favorável à idéia, e aprovava-lhe o intento de advogar-lhe a causa perante o eleitorado.

Convencido Honório Hermeto de que seria Pinheiro de Vasconcelos o escolhido pela Coroa, consentia que livremente se promovesse a candidatura de Ângelo Ferraz, que era, no entanto, seu pessoal e político inimigo.

Dizia-se também que logo que teve notícia de que Pinheiro de Vasconcelos fora favoravelmente sufragado, apressara-se em comunicá-la ao Imperador, e se alegrara com as palavras prazenteiras de Sua Majestade.

Conjeturava, porém, Luís Alves de Lima, que Ferraz seria o preferido, firmando-se em que mais profundamente estudara e conhecia

o caráter do Imperador, que nunca se comprometia para futuras eventualidades. Apostaram os dois ministros acerca da escolha.

Chegadas as atas autênticas e a da apuração final da eleição, foram, ao principiar o Conselho dos Ministros, entregues a Sua Majestade, que ocupou-se com outros assuntos. Terminado o despacho levantou-se o Imperador, despediu-se dos seus conselheiros, e ao retirar-se para seus aposentos interiores, restituiu os documentos a Luís Pedreira, e ordenou-lhe mandasse lavrar carta imperial de senador para Ângelo Ferraz.

Pretendeu, ao princípio, Honório Hermeto fazer da escolha questão de Gabinete. Lembrou-se, todavia, que opinara sempre que era da privativa atribuição da Coroa a escolha de senadores. Inspirado igualmente no desejo não somente de robustecer o Partido Conservador com a aquisição dos liberais moderados, e menos distanciados de suas idéias políticas como de inocular no Partido Liberal, que permanecesse em oposição, doutrinas de respeito às leis e às autoridades, e de amor à ordem pública, entendeu conveniente resignar-se, preferindo interesses públicos, como os compreendia, a caprichos pessoais e a reminiscências de indisposições particulares ou políticas.

A 3 de maio de 1856 abriram-se as sessões da assembléia geral.

Era o último ano da legislatura e uma nova lei eleitoral tinha de ser executada. Mudados e toldados os horizontes diante de um processo inteiramente desconhecido, e pois duvidoso, a oposição na Câmara dos Deputados tornou-se mais branda e circunspeta. Temiam-se da influência de Honório Hermeto seus adversários, e posto que persistissem em negar-lhe confiança política, procuraram não exarcebar-lhe o espírito, e nem irritar-lhe as paixões, a fim de encontrarem menos dificuldades no pleito, a que tinham de expor-se.

Votaram-se as leis ânuas, aprovaram-se as propostas do Governo, e a Câmara remeteu-as para o Senado. No Senado proferiu Araújo Lima um discurso veemente contra a política do Ministério. Irritado, Honório Hermeto respondeu-lhe com vigor e acrimônia. A paixão inflamou-lhe a palavra, e ao terminar seu discurso sentiu-se molesto.

Recolhido à sua residência no caminho novo de Botafogo, e insultado de acesso febril, foi arrastado ao leito. Não lograram os facultativos aliviá-lo do mal, que o minava. Desvanecia-se-lhe por vezes a ra-

ção, e nesses críticos momentos ocupava-se ainda em responder a Araújo Lima. Comunicou a Sua Majestade que era conveniente nomear Silva Paranhos para exercer a pasta da Fazenda durante seus incômodos. Impressionou-se ao saber que Sua Majestade preferira Vanderlei. Recrudesceram os acessos febris, e após sofrimentos dolorosos finou-se na madrugada de 3 de setembro. Espiava-o já a morte no meio de um último triunfo oratório, para trocar-lhe os louros por fúnebres ciprestes.

Sensibilizou-se profundamente a população da capital do Império. Desaparecia do mundo, quando ainda exercia a autoridade suprema, o estadista que maior influência havia exercitado na cena política desde o ano de 1831.

Fecharam suas portas as casas de comércio; cobriram-se de crepe os cidadãos; suspenderam-se os trabalhos em todas as repartições públicas; interromperam suas sessões as duas Casas do Parlamento. Pareceu tomar parte na dor pública a própria atmosfera, que se cobriu de densas nuvens, desabou em chuvas abundantes, e atordoou com os estrondos de relâmpagos.

Apesar das inclemências do tempo, cortejo extraordinário acompanhou ao cemitério de S. João Batista o coche que conduzia seus restos mortais; uns em carruagem, outros a pé, desejosos todos de render as honras derradeiras ao afamado atleta da tribuna.

Nas mãos de Sua Majestade depuseram os ministros suas demissões. Deliberou o Imperador que continuassem no Governo do país, transferida a Luís Alves de Lima a presidência do Conselho.

Encerraram-se as duas Câmaras, e aplicaram-se os espíritos às novas eleições.

Mais no interesse individual que no partidário foi o êxito da eleição por distritos de um único deputado. Triunfaram cidadãos desconhecidos sobre políticos distintos. A influência local das famílias manifestou-se poderosa. Zacarias de Góis, Saião Lobato, Benvenuto Taques outros experimentados parlamentares, foram repelidos pelos sufrágios dos distritos. Mais que tudo, scandalizou a opinião pública o fato de celebrarem vários candidatos transações por escrituras lavradas em cartórios de tabeliões, para que entre os litigantes se dividissem as sessões da Câmara, uns com o diploma de deputado, e o outro com o de suplente.

Voltaram à Câmara liberais que estavam afastados do Parlamento bem que prevalecesse maioria de conservadores.

Erro decerto fora em perseverar-se no princípio da eleição indireta ou de dois graus, que extremamente restringia o número de sufrágios e pois não prestigiava devidamente os escolhidos.

Vegetava também e não governava o Gabinete. Minguara de força moral desde o finamento de Honório Hermeto, e ao abrir-se a primeira sessão da legislatura de 1857, solicitou sua demissão, que pelo Imperador lhe foi imediatamente concedida.

Chamado ao Paço Imperial, recusou-se Paulino de Sousa à tarefa de compor Ministério alegando padecimentos físicos, e a necessidade de recolher-se a uma vida menos laboriosa que a da administração pública.

Incumbiu então Sua Majestade o encargo a Pedro de Araújo Lima, que no dia 4 de maio, assumindo a presidência do Conselho e a pasta do Império, entregou as da Justiça, Marinha e Guerra aos Deputados Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, José Antônio Saraiva, e Jerônimo Francisco Coelho, e as repartições da Fazenda, e Negócios Estrangeiros, aos Senadores Sousa Franco e Lopes Gama.

Havia Araújo Lima censurado a política de conciliação praticada por Honório Hermeto, declarando-se adverso à mistura de partidos.

Organizou, todavia, um gabinete misto. Diogo de Vasconcelos e Saraiva tinham apoiado o procedimento dos ministérios de 29 de setembro de 1848, e de 6 de setembro de 1853; Lopes Gama pairava entre os partidos. Jerônimo Coelho e Sousa Franco eram liberais conhecidos; o primeiro adotava a conciliação, e o segundo perseverantemente a combatera.

Anunciou Araújo Lima, no Senado, o programa do novo Gabinete. Limitou-o a uma única idéia, continuar eficazmente a política de conciliação, que lhe parecia exprimir, na ocasião, a primeira das necessidades públicas, e executava com cidadãos de todos os partidos, quaisquer que houvessem sido suas anteriores divergências.

Eu presidia então a província do Rio do Janeiro, e apressei-me em oferecer-lhe demissão do cargo de confiança que ocupava. Respon-

deu-me que a não aceitava e que auxiliasse seu governo. Sei que outros funcionários públicos procederam de maneira idêntica, e foram obrigados igualmente a conservar seus postos. Bem que se manifestassem apreensões pela composição do Ministério, dedicou-se calmamente a Câmara dos Deputados ao exame dos diplomas dos eleitos. Não lhe bastando as sessões preparatórias de abril, continuou nas ordinárias a solução das eleições contestadas, instalando-se, todavia, oficialmente com o número legal.

Durante todo o mês de maio, e a primeira metade de junho, gastou ainda nos mesmos trabalhos, sem que se suscitasse debate político. Mais prevaleceram em seu julgamento as amizades e simpatias particulares, que os princípios políticos. Tão contrariada jurisprudência desmoralizou desde seu início a eleição por distrito de um único deputado.

Inegável é que a morte de Honório Hermeto havia sido a causa principal da multiplicidade de candidaturas locais, dos ajustes vergonhosos dos contendores, e das fraudes cometidas no processo. Cerrara o Ministério seus braços, ou para manter-se neutral na luta, ou pela fraqueza em que caíra.

Terminava o mês de junho quando na Câmara dos Deputados se tratou da discussão do voto de graças.

Ao presidente do Conselho pediram alguns deputados explicação do seu programa pronunciado no Senado. O Ministério de 7 de setembro, composto exclusivamente de conservadores, inspirava confiança a seus correligionários. Dúvidas, porém, surgiam diante de uma organização de disparatados elementos.

Perguntou-se ao presidente do Conselho, porque se apregoava continuador da política anterior, que havia no Senado criticado, e que lhe parecia afastada das idéias genuínas dos conservadores históricos.

Respondeu Araújo Lima que a política de conciliação, e tolerância fora inaugurada pelo Ministério de 29 de setembro, e apenas ampliada pelo de 7 de setembro de 1853, mas que ele a manteria com as modificações que as circunstâncias exigissem.

Propuseram alguns deputados que se exarasse na resposta à fala do trono um tópico expressivo de que a política de conciliação do

gabinete de 7 de setembro de 1853 seria sustentada pelo de 4 de maio de 1857.

Recusou-se Araújo Lima a aceitar a emenda, porquanto bastava sua palavra de cavalheiro.

Por 53 votos contra 45 rejeitou a Câmara a emenda.

Não era já de bom agouro para o Gabinete uma tão diminuta maioria.

Entrou logo depois em discussão a proposta de Nabuco de Araújo, tendente a fixar as normas e condições de sociedades em comandita, e que não fora votada na sessão antecedente.

Sousa Franco, convidado para o debate, declarou não concordar com a existência de um único banco de circulação, e que convinha decretar favores idênticos a outros estabelecimentos de crédito, e a sociedades comanditárias, a fim de auxiliar-se o comércio, considerava ainda que as emissões podiam ser realizadas em papel do Governo em circulação, e não restritamente em moeda metálica.

Contrariou-lhe Sales Torres Homem a opinião. Pensava que do aumento de notas fiduciárias, particularmente de notas diferentes na circulação, resultariam o abuso do crédito, a desvalorização do papel-moeda e a queda do câmbio, e pois perturbação do comércio legítimo, e especulações inconfessáveis. Não admitia papel-moeda inconvertível em moeda metálica; um único banco poderia oferecer garantia, e não muitos estabelecimentos convertidos em fábricas de notas fiduciárias.

Venceu, todavia, Sousa Franco, e introduziram-se na proposta emendas consentâneas com sua opinião.

Começou, desde logo, a revelar-se oposição ao Gabinete. Foram-se unindo e contando os conservadores, resolvidos a iniciar hostilidades nos assuntos financeiros. Não houve, contudo, ocasião na Câmara para travarem-se regulares controvérsias durante a sessão de 1857, que terminou em setembro.

Não somente o debate e decisão da Câmara dos Deputados no tocante à faculdade de emissões a bancos e a sociedades bancárias em comandita, bem que dependesse ainda do Senado a solução terminante do assunto, como mais ainda as opiniões enunciadas pelo ministro da Fazenda, provocaram, imediatamente, logo ardentes ambições. Os

bancos particulares existentes, e cujas funções se reduziam a depósitos e descontos, desejavam gozar do direito de fazer circular notas promissórias, despidas de prazos fixos de pagamento, e realizáveis apenas quando apresentadas ao troco, em papel-moeda do Governo; novos bancos pretenderam instituir-se, igualmente para fins idênticos.

De uns e de outros subiram imediatamente ao Ministério da Fazenda numerosas representações suplicando a faculdade de emissão.

Enviadas à secção de fazenda do Conselho de Estado, foram repelidas em luminosos pareceres, redigidos por Joaquim José Rodrigues Torres, que sustentava a doutrina de que ao Corpo Legislativo competia exclusivamente a atribuição de conceder emissões; que o Banco do Brasil a alcançara com ônus pesados, primeiramente de resgatar o papel-moeda do Governo, e retirá-lo da circulação em épocas determinadas; em segundo lugar de não auferir juros pelos primeiros dez mil contos, recolhidos por ele e amortizados; e por último a pagar em ouro suas notas, para o que devia conservar em cofre metal pelo menos equivalente à importância da metade da emissão. Acrescentava que não obrigar pagamento em ouro de notas emitidas por bancos ou comanditas bancárias particulares equivalia a revogar o privilégio do Banco do Brasil, colocá-lo em posição inferior, e inundar o mercado com tantas variedades de notas, que necessariamente perturbariam as transações mercantis, depreciariam seus valores, arruinariam o padrão monetário legal, afugentariam o ouro, do que resultaria o abaixamento do câmbio, crises das necessidades da vida com a subida dos preços de todos os gêneros e mercadorias.

Não atendeu Sousa Franco a tão ponderosas considerações e concedeu por simples decreto do Governo a vários bancos existentes no Império e a outros que se propunham instalar a faculdade de emissão.

A 30 de agosto autorizou o Banco Comercial e Agrícola e o Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro a emitirem bilhetes ao portador sem prazo fixo de pagamento, e irrealizáveis em ouro, garantida, porém, sua importância com apólices da dívida pública, e ações de companhias de estradas de ferro depositadas em seus cofres. Estendeu o favor a estabelecimentos bancários da Bahia, Maranhão, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Para alguns, modificou a garantia; contentou-se com



metade em apólices e a outra metade em títulos de carteira. Variou ainda os prazos das concessões; a uns de quinze anos, e a outros o de vinte.

Não tardou a agiotagem em propagar-se. Ansiavam os bancos auferir lucros, e quanto maior emissão sua circulava, mais vantajosos proventos lhes provinham. O crédito individual exagerou-se. Dinheiro facilmente emprestado suscitava a jogatina. Instituíram-se igualmente muitas sociedades mercantis e de indústria, sem estudos suficientes e sem critério bastante, dispostas a ágio fictício que lograssem títulos.

Tudo eram alegrias, ilusões porém tudo. Aparências de ventura enganavam; em vez de verdadeira prosperidade do país, preparava-se medonha crise futura.

Não contente em agitar o mercado monetário, e animar a paixão do lucro, publicou Sousa Franco um aviso, em que declarava estar disposto a conceder também a sociedades comanditárias o direito de emitir notas promissórias, quando ainda dependia do Senado o projeto que a Câmara dos Deputados votara.

Demitiu-se Rodrigues Torres imediatamente do cargo de presidente do Banco do Brasil: chamou a postos quantos condenavam doutrinas tão contrárias à ciência, e à experiência adquirida nas nações civilizadas da Europa, utopias que seduziam os espíritos e arrastavam ao precipício as finanças públicas. Colocou-se à frente de uma oposição ao ministro da Fazenda, e apelidou carnaval financeiro o resultado de seus princípios econômicos.

Com senadores, deputados e banqueiros organizou sessões particulares para discutir-se o assunto.

A fala do trono, com que se instalou a legislatura de 1858, alegava a necessidade de desenvolver-se o comércio e a indústria, e de alargar-se a liberdade do crédito.

Tanto o Senado, como a Câmara dos Deputados elegeram, para suas principais comissões, membros adversos da política financeira do ministro.

Rodrigues Torres e Manuel Felizardo encetaram as hostilidades no Senado. Jerônimo Teixeira Júnior<sup>64</sup> na Câmara dos Deputados, seguiu-lhes o exemplo e não esperou que se iniciasse o debate da resposta

---

64 Visconde do Cruzeiro.

à fala do trono. Requereu esclarecimentos acerca das condições estabelecidas pelo Ministério da Fazenda para a incorporação de bancos de circulação, e cópias dos pareceres do Conselho de Estado relativos ao assunto.

Procela prolongada enleou-se incontínenti na Câmara e na imprensa. O ministro da Fazenda opinou contra o requerimento de Teixeira Júnior, e foi coadjuvado por Irineu Evangelista de Sousa,<sup>65</sup> Tito Franco de Almeida e outros deputados. Sustentado o requerimento por Sales Torres Homem, Sérgio Teixeira de Macedo, e Paulino de Sousa Filho, foi afinal aprovado pela maioria da Câmara temporária.

Venceu Rodrigues Torres igualmente no Senado, introduzindo no voto de graças ao discurso da Coroa censura às opiniões financeiras do Gabinete.

Entrado na Ordem do Dia o projeto de resposta da Câmara dos Deputados, advogou Irineu Evangelista as teorias do crédito ilimitado, e condenou a existência de um único banco de circulação.

Tratou Paulino de Sousa Júnior tanto de questões políticas como de assuntos financeiros, censurou o Ministério, que apoiava em umas províncias conservadores, e liberais em outras, ocupava-se em transações individuais mais que nas gerais, e traçava no Império uma carta política geográfica. Além dos males resultantes da anarquia que semelhante sistema produzia, decidira-se a perturbar igualmente as operações mercantis, com a concessão a bancos particulares da faculdade de emissão que alimentava e excitava as especulações, e acarretaria desastres lamentáveis.

Sales Torres Homem, Sérgio de Macedo, Teixeira Júnior, e José Machado Coelho de Castro, intervieram com habilidade e veemência no certame. Alguns deputados ministeriais ofereceram por fim emendas ao projeto, as quais, aceitas pelo Ministério, foram, depois de prolongada discussão, aprovadas por uma maioria de oito votos.

Compunha-se esta maioria de liberais históricos, e de conservadores de Pernambuco, Bahia e Minas, que por afeições particulares ao presidente do Conselho, a José Antônio Saraiva e a Diogo de Vasconcelos,

---

65 Visconde de Mauá.

entenderam não dever abandonar os ministros em questões que podiam causar sua retirada do poder.

Debateram-se depois os orçamentos e fixações de forças terrestres e marítimas, e posto que prorrogada a sessão, não logrou o Gabinete que se ultimassem.

A 12 de setembro encerraram-se as Câmaras votando apenas uma resolução mandando vigorar as disposições anteriores, a fim de que o Governo se habilitasse com os meios necessários para a administração pública.

Precipitava-se e exagerava-se, no entanto, a especulação na praça do comércio. À jogatina seguira a fraude; na agiotagem prevalecia a infidelidade à palavra e aos contratos. Não se negociava mais a dinheiro, e abusava-se do crédito. Resultado infalível da superabundância de papel introduzido na circulação, quanto maior é a soma emitida, mais necessidades aparecem. Ostentavam-se ao princípio lucros prodigiosos. Entretanto os bancos haviam esgotado suas emissões, por falta de capital; perdia-se a confiança; começaram a desvalorizar-se todos os títulos de sociedades improvisadas para a especulação, e administradas na maior parte por pessoas sem habilitação, nem moralidade. Os interesses aglomerados na jogatina produziram, no entanto, nos incautos a crença de que se devia perseverar o sistema a fim de preservar-se a ruína e descalabro das fortunas depreciadas e dos valores fictícios alcançados.

Deixava-se o ministro da Fazenda influir pelos clamores da multidão comprometida. Pensava, em despeito dos fatos, que maiores emissões concertariam as circunstâncias; e como os estabelecimentos por ele aquinhoados com a emissão achavam-se já exaustos de capitais para garantir somas maiores, concedeu ao Banco do Brasil que sobre seu fundo disponível metálico emitisse mais um terço do que seus estatutos permitiam.

No correr do mês de dezembro, porém, ou desgostos de alguns ministros impressionados pela situação política e financeira, ou moléstias que insultaram Diogo de Vasconcelos perturbaram a harmonia do Gabinete.

Espalhava-se também que o Imperador assustado da tendência de todas as classes da sociedade empenhadas no jogo e especulações da

Bolsa, e instruído dos escândalos, que a agiotagem cometia, e da necessidade de opor-lhe paradeiro, não patenteava já confiança no ministério.

Fosse qual fosse a razão, Araújo Lima solicitou do Imperador a exoneração do gabinete.

Convidou Sua Majestade a Eusébio de Queirós para colocar-se à frente de uma nova administração.

Pretextou Eusébio de Queirós incômodos de saúde, e por mais que fossem as instâncias do Imperador, que lhe garantiu sua confiança pessoal e política, e lhe assegurava que seu procedimento e discursos pronunciados no Senado o indicavam à opinião pública para a verdadeira conciliação de idéias, que concentrassem os homens menos extremados dos dois partidos militantes, escusou-se da honrosa missão, de que a sabedoria da coroa desejava incumbi-lo.

Chamou, então, o Imperador, Limpo de Abreu, com ele conferenciou acerca dos cidadãos, que convinha fossem chamados para o conselho da Coroa, e no dia 14 de dezembro de 1858 publicaram-se os nomes dos novos ministros.

.....

XVI  
*De dezembro de 1858 a março de 1861*

C

OM A presidência do Conselho tomou Limpo de Abreu conta da pasta da Marinha; e das do Império, Justiça, Fazenda, Guerra e Negócios Estrangeiros, Sérgio Teixeira de Macedo, Nabuco de Araújo, Sales Torres Homem, Manuel Felizardo e Silva Paranhos.

Notou-se o nome de Sales Torres Homem, autor do folheto *Timandro*. Na categoria de ministro parecia difícil compreender-se o esquecimento das injúrias pessoais, que o *Timandro* lançara à face do Imperador, e da família reinante.

Contou-me o Senador Paulino de Sousa que Limpo de Abreu lhe referira ter partido espontaneamente de Sua Majestade a lembrança do nome de Sales Torres Homem para a repartição da Fazenda. Assegurara-lhe o Imperador que não guardava memória de ofensas, e que em todo seu reinado aceitara os serviços dos homens, que lhe parecessem apropriados às situações do momento.

De conservadores formara-se o Gabinete, e uma política uniforme devia constituir seu programa.

Exonerou imediatamente o Ministério das presidências das províncias os liberais históricos. Unidade de pensamento firmou em toda a administração pública, e na aplicação da doutrina de conciliação,

aceitou unicamente aqueles, que garantiam adesão conscienciosa ao sistema por ele estabelecido.

No tocante à marcha financeira, não se demorou Torres Homem em executar suas idéias. Aprovou quantas instituições de estabelecimentos bancários se requereram. Negou-lhes, todavia, o direito de emissão de notas promissórias, e reduziu suas operações a depósitos e descontos. Foi quanto bastou para que nenhuma se realizasse. Revogou o decreto que concedera ao Banco do Brasil o triplo da emissão sobre seu fundo metálico.

De acordo com Rodrigues Torres, redigiu uma proposta fixando as condições indispensáveis para bancos de circulação, e firmando a doutrina da exclusiva competência do Poder Legislativo para decretá-las. Por seu lado, Sérgio de Macedo elaborou uma proposta tendente a trocar distritos de um único deputado por distritos de três, como justo meio entre o sistema eleitoral por províncias, e o que se votara ultimamente. A Câmara não correspondia às aspirações do país, e à manifestação de partidos, cuja existência tornava-se indispensável para consolidar-se o regime representativo. Preponderava o campanário de preferência a idéias políticas e interesses gerais da nação.

Divergências, porém, suscitadas por Nabuco de Araújo, causaram, logo no dia 21 de março, sua retirada do poder, e sua substituição na pasta da Justiça por Vieira Tosta. Era já então Nabuco senador do Império.

A 10 de maio instalou-se a assembléia geral dos representantes da Nação.

Recomendava a fala do trono solução do meio circulante, e do sistema eleitoral, sobre que lhes seriam apresentadas propostas do Poder Executivo.

Acolheu as Câmaras benevolmente o Ministério. O Deputado Martinho Alves da Silva Campos exigiu, porém, no dia 14, que se lhe declarassem as causas da dissolução do Gabinete presidido por Araújo Lima, e da retirada de Nabuco de Araújo, e bem assim que se lhe explicasse a significação da palavra conciliação, incluída no programa do Gabinete.

Atribuiu Saraiva a dissolução do Gabinete de maio de 1857 às moléstias de Diogo de Vasconcelos e de Jerônimo Coelho, e ao desejo dos demais ministros de não perseverar no Governo, faltando-lhes tão distintos companheiros.

Silva Paranhos explicou a exoneração de Nabuco de Araújo por desacordo em questões secundárias, e não por divergências políticas. Sales Torres Homem e Sérgio de Macedo aplicaram à palavra conciliação o sentido de moderação na política, de justiça na administração, e de progresso refletido e pautado no desenvolvimento das idéias e das necessidades públicas.

Censurou então Martinho Campos a entrada de Vieira Tosta, que se mostrara contrário à marcha política dos dois ministérios anteriores.

Respondeu-lhe Vieira Tosta, que em uma ou outra questão se arredara do Gabinete de setembro de 1853 e que ao de maio de 1857 se opusera já por lhe observar a confusão de princípios, e já pelas doutrinas financeiras que apregoara.

Acrescentou que o Gabinete, de que fazia parte, desempenharia, com uniformidade de vistas e de pensamento a verdadeira conciliação, a qual consistia na inteira justiça e tolerância, e no concurso dos que acompanhavam os acontecimentos, apreciavam as situações, e conscienciosamente se aliavam para o bem real do país.

A resposta à fala do trono não levantou oposição. No mesmo dia em que se ofereceu ao debate, foi aprovada pela Câmara.

Notou-se que os deputados liberais históricos, que tinham assento no Parlamento, em número de vinte pouco mais ou menos, posto não articulassem censuras, votaram pela rejeição do voto de graças, expressivo de confiança no Ministério. Aprovaram-se, igualmente sem debate, as fixações de forças de mar e terra.

Apresentaram então Sales Torres Homem e Sérgio de Macedo suas propostas sobre meio circulante, e reforma da Lei Eleitoral.

Firmava o primeiro o direito exclusivo do corpo legislativo para decretar bancos de circulação. Obrigava os que haviam recebido do Ministério antecedente esta faculdade a pagar em ouro suas notas sempre que levadas ao troco, logo que assim o exigissem seus portadores. Fixava-lhes o prazo de três anos para satisfazerem esta condição. Proi-

bia-lhes o aumento de bilhetes em circulação, além da soma que tivessem emitido até maio de 1859. Para os que houvessem posteriormente excedido o referido limite, impunha a condição de amortizar este acréscimo dentro de seis meses. Nomearia o Governo um fiscal para inspecionar-lhes as operações e coagi-los ao cumprimento exato da lei.

A proposta eleitoral alargava os distritos para três deputados, e abolia a eleição de suplentes.

A 22 de junho foi submetida ao debate a proposta bancária.

Amontoaram-se na Câmara representações de comerciantes, impugnando-a. Organizaram-se no Rio de Janeiro clubes para se influenciarem os votos dos deputados. Temiam os especuladores o termo da jogatina, e os descalabros do abuso de crédito, em que se tinham empenhado. Desenvolvia-se uma propaganda contra a proposta, e tão desorientados corriam os ânimos, que pareciam impopulares as idéias do ministro.

Impressionavam-se muitos deputados com a manifestação de tão desvairadas teorias, e temiam-se de perder o favor publico, contrariando a vontade dos interessados na continuação da jogatina.

Propuseram alguns deputados remessa da proposta à Comissão de Constituição, por mais competente que a da Fazenda, a respeito do assunto. Exigiu Joaquim José Pacheco que se distribuíssem também cópias dos pareceres do Conselho de Estado, informações da soma de papel emitido no Império por todos os estabelecimentos bancários, e dos depósitos reservados para garanti-los.

Sofreu o requerimento debate caloroso e demorado. Rejeitado finalmente por maioria dos votos, iniciou-se a discussão da proposta.

Rompeu-a João Lustosa da Cunha Paranaguá,<sup>66</sup> seguiram-se Manuel Pinto de Sousa Dantas, José Antônio Saraiva, Francisco de Paula Santos, e Irineu Evangelista de Sousa, todos até então alistados nas fileiras do Partido Conservador. Percebeu-se que contrariavam a proposta tanto os conservadores que tinham apoiado Ministério antecedente, como os liberais históricos, representados por Martinho Campos, Silveira Lobo, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, Tito Franco de Almeida e Francisco Otaviano.

---

66 Marques de Paranaguá.



José Machado Coelho de Castro, Jerônimo Teixeira Júnior, e Paulino de Sousa Filho, primorosos talentos, que pela primeira vez haviam sido eleitos para a legislatura, coadjuvavam Sales Torres Homem na defesa da proposta.

Em todas as discussões a que o regimento da Câmara submetia o projeto, porfiosa, crespa, desesperada tornou-se a pugna.

Terminou-se por fim o debate a 24 de julho: sessenta e um votos contra cinquenta aprovaram a proposta, que foi imediatamente remetida para o Senado.

Requeriu então Sérgio de Macedo que a Câmara se ocupasse de um projeto antigo, criando uma nova secretaria de Estado para os assuntos do comércio, agricultura, obras públicas, vias de comunicação e correios. Para melhor distribuição dos serviços, transferia-se à repartição do Império quanto respeitava aos cultos religiosos, o que até aí competiam à da Justiça.

Conheceu-se, todavia, a dificuldade de que a Câmara pudesse terminar o estudo de quaisquer questões, que não fossem os orçamentos.

Na sua mesma discussão eram os ministros desabridamente agredidos e perdia-se o tempo das sessões. Discursos violentos duravam dias inteiros, recriminações odiosas, apodos insultantes, perturbações da ordem, conturbavam a todo o instante o recinto dos legisladores, e fora da Câmara agitações populares promovidas pelos interessados na não conversão em lei da proposta bancária pressagiavam tempestades temerosas.

Resolveu o Ministério procurar na Coroa uma demonstração de confiança, que o fortalecesse. Solicitou o adiamento das Câmaras, persuadido de que dois ou três meses de intervalo serenariam os ânimos, e se poderia então concluir mais tranqüilamente os trabalhos submetidos aos representantes da nação.

Pareceu ao Imperador melindrosa e precária a situação, perseverando no poder o Gabinete, contra o qual se mostravam tão exasperados os comerciantes empenhados no jogo das especulações, e a população impressionada com os sustos de uma crise de bancarrota, que adrede se propagavam.

Recusou Sua Majestade o adiamento das Câmaras, e o Ministério obteve sua exoneração.

A 10 de agosto, Ângelo Ferraz organizou novo Gabinete.

Investido da presidência do Conselho e da pasta da Fazenda, entregou as repartições da Justiça, Negócios Estrangeiros, Império, Marinha e Guerra, aos Deputados Lustosa Paranaguá, Cansação de Sinimbu, João de Almeida Pereira, Francisco Xavier Pais Barreto, e Sebastião do Rego Barros.

Excetuado João de Almeida, os auxiliares de Ângelo Ferraz haviam apoiado o Gabinete presidido por Araújo Lima, e votado contra a proposta bancária de Sales Torres Homem. Timbrava Ferraz em não adotar partidos pleiteantes, e em proceder somente conforme entendesse de interesse público.

Compareceu na Câmara dos Deputados, anunciou-lhe que seu Gabinete propunha-se a manter a harmonia com os representantes da nação, a aceitar o concurso de todos os homens de mérito, e a a

tuou que no intervalo das sessões estudaria profundamente as questões suscitadas por seus antecessores.

Usou Sales Torres Homem da palavra, e na explicação das causas da dissolução do precedente Ministério, exprimiu-se nos seguintes termos: “ -- A retirada do Gabinete de 11 de dezembro proviera dos meios anormais e imprevistos com que a oposição procurou tornar impossível a posição de ministro que se presa de pundonor. Recorreu-se a excessos lamentáveis, de que não tinha havido exemplo na tribuna legislativa, ainda nos períodos mais tempestuosos de nossa história política. Esses meios de ataque, conquanto não pudessem ferir as pessoas dos ministros, tendiam contudo a enfraquecer o princípio de autoridade, desvirtuavam as instituições representativas, rebaixavam o poder, e destruíam uma das principais condições de sua força. Este espetáculo dado ao país, e a esterilidade provável da sessão legislativa, reclamavam providências que o ilustrado presidente do Conselho resolveu solicitar de Sua Majestade, e que consistiam no adiamento das Câmaras, que seria seguido mais tarde de sua dissolução, se porventura fosse malograda a esperança que nutrimos de ver arrefecidas as paixões no seu intervalo, e preponderassem sentimentos naturais de justiça em nossos adversários.”

Cessaram hostilidades na Câmara diante do programa do novo Gabinete. Não houve, todavia, tempo para votarem-se os orçamentos, que ficaram adiados, e a 10 de setembro encerraram-se as sessões da legislatura.

Procedeu então Ângelo Ferraz a minuciosos inquéritos das pessoas mais competentes em finanças. Coligiu pareceres escritos de senadores, funcionários públicos, banqueiros, negociantes, corretores, e membros de associações mercantis, nacionais e estrangeiros.

Enquanto se voltava o Ministério para a política cambiante de cores partidárias, e ao cuidado geográfico de partilhar o predomínio das províncias, aplicou-se o ministro da Fazenda aos assuntos econômicos.

Durante o regime representativo sob o reinado de D. Pedro II, mais de uma vez se observaram anomalias, ora atribuídas ao Governo pessoal de Sua Majestade, e não raro aos próprios estadistas, que modificavam suas opiniões. Esclarecido pelo exercício do poder, pela experiência e estudo dos negócios, e pelas vozes dos ministros eminentes que o tinham servido, desde que empunhara as rédeas do Governo, não é de admirar que o Imperador pesasse na solução dos assuntos. Censuráveis são unicamente os que por baixeza de ânimo ou lisonjaria de corteção preferiam obedecer-lhe a sustentar suas idéias, pois que competia-lhes a responsabilidade legal pelos atos que subscrevessem.

Na segunda hipótese deve-se atender às circunstâncias. A política constitui ciência experimental, e aplica-se nos seus pormenores à ocasião e às necessidades do momento ou do futuro. Podem, conscienciosamente, estadistas alterar suas opiniões como o praticam os médicos na escolha dos remédios apropriados à situação dos doentes. Ao entrar para o poder, cumpre que sacudam à porta seus ombros, e não maculem com o pó dos partidos a majestade governativa.

Honório Hermeto promovera a aprovação das incompatibilidades, a que anteriormente se mostrara adverso.

Olvidou-se Araújo Lima dos princípios conservadores históricos que em toda sua anterior carreira política adotara, e aceitou o programa de conciliação por ele próprio publicamente condenado.

Ligara-se Limpo de Abreu aos conservadores, depois de haver sido o chefe mais venerado do Partido Liberal histórico.

Ângelo Ferraz, que se manifestara defensor da inteira liberdade do crédito, esposava agora as doutrinas de Rodrigues Torres e de Sales Torres Homem. Iluminaram-lhe sem dúvida o espírito não somente os inquéritos a que havia procedido, como a apreciação real das questões e assuntos financeiros.

Ao instalar-se a 3 de maio de 1860 a assembléia geral dos representantes da nação, recomendou a fala do trono que se solvessem os três projetos lembrados pelo antecedente Ministério: reforma eleitoral, reforma bancária, e a criação de uma nova secretaria do Estado.

Na transformação dos distritos de um para três deputados, não encontrou oposição o Ministério, e o projeto foi aprovado por numerosa maioria de votos.

No da criação de uma nova secretaria de Estado, a mesma sorte favoreceu-o igualmente, sem que arrostasse contraditas de importância.

Durante este tempo promoveu Ângelo Ferraz, no Senado, a discussão do projeto bancário de Sales Torres Homem, que na anterior sessão lhe fora remetido.

Concordou Ângelo Ferraz com Rodrigues Torres em emendas, que o melhorassem. Confirmados os princípios cardeais da proposta, diminuíram-se os prazos concedidos para seu inteiro cumprimento; estabeleceram-se claras disposições de pagamento de notas em moeda metálica, e proibiram-se a todos os estabelecimentos bancários novas emissões de papel fiduciário.

Restringiam as emendas, portanto, o gozo dos favores concedidos, e que paulatinamente se lhes retiravam.

Aprovadas as emendas pelo Senado, voltou o projeto à Câmara dos Deputados, e Ângelo Ferraz exigiu sua pronta votação.

Renovou-se peleja parlamentar com a mesma energia de 1858. Agrediram os liberais históricos, acompanhados somente por alguns conservadores, que perseveravam nas suas anteriores opiniões.

Martinho de Campos, Carrão, Irineu Evangelista de Sousa, Paula Santos e Franco de Sá estigmatizaram as emendas do Senado.

Respondeu-lhes Silva Ferraz esboçando a situação financeira e a crise da Bolsa que exigia providências urgentes, diante das calamidades

e perigos resultantes da continuação da agiotagem, da desordem de notas fiduciárias, da depreciação de todos os títulos, do abaixamento do padrão monetário, e da subsequente queda do câmbio, que ameaçava as fortunas particulares e pública. Para demonstrar que a superabundância do papel-moeda constituía a causa da queda do câmbio, lembrou que, em 1853, havia em circulação, em notas do Governo, a soma de 48.000:000\$000; o câmbio mantinha-se a 27<sup>d</sup>; em 1857, diminuída esta circulação de 10.000:000\$000, pelo resgate e amortização efetuados pelo Banco do Brasil, a emissão deste estabelecimento de crédito atingira a mais 20.000:000\$000, realizável em ouro, e não superabundava na circulação porque era a emissão garantida; que em 1859, ao lado dos 38.000:000\$000 de notas do Governo, haviam os bancos particulares, favorecidos pelo Governo, elevado sua circulação a mais 31.000:000\$000, com o que o câmbio tendeu logo a descair, e estava a 24 ½, e o Banco do Brasil não pôde prosseguir em pagar em metal suas notas emitidas.

Pronunciou Sales Torres Homem um eloqüente discurso, que honra as páginas da história parlamentar brasileira.

Explicando sua proposta, e agradecendo ao Ministério sua adoção, disse:

– “Na apreciação das causas da queda do câmbio e da perturbação dos valores, nós nos empenhamos em provar que o papel se depreciava pela demasia da emissão e pelo abuso de crédito. O Gabinete atual convenceu-se de que tínhamos razão, e adotou nosso sistema sem a menor hesitação. Destruídas ficam essas doutrinas incorretas e extravagantes sobre as funções do meio circulante, sobre a natureza do capital e sobre o destino especial dos bancos. Em todos os conhecimentos humanos há os preconceitos populares, que a ciência dificilmente consegue desvanecer de todo.”

– “Em astronomia, por exemplo, é a fé na Lua, nos seus efeitos misteriosos sobre grande número de fenômenos morais e físicos. Em economia política, há supersticiosos que acreditam que os bancos criam capitais e que o seu papel emitido multiplica os valores. Em toda a parte as mesmas causas produzem os mesmos efeitos. O papel inconversível produz necessariamente a depressão do câmbio, a fuga dos metais sem esperança de volta, a deterioração do valor do meio circulante,

e, por conseqüência, a subida dos preços, a lesão dos contratos, os sofrimentos das classes mais numerosas da população. O único valor real do bilhete bancário é a conversibilidade. O expediente falacioso de cauções irrealizáveis nas ocasiões oportunas e urgentes é concepção deplorável que expõe a naufrágio certo os interesses mais respeitáveis do comércio, a fortuna particular, e a fortuna pública.”

“Ao Ministério de 10 de agosto competirá a glória merecida de haver realizado este importante melhoramento, que nós, os ministros de 12 de dezembro, não fomos bastante felizes para realizá-lo, apesar de nossos esforços e dedicação. Mas isto nada importa. O que importa a nós todos é que triunfem os bons princípios, é que se satisfaçam os grandes interesses do País, sejam quais forem os operários a quem caiba a honra da obra.”

Após debates crespos e tormentosos, procedeu-se à votação nominal, e as emendas do Senado foram aprovadas por setenta votos, contra vinte e um dos deputados liberais e de alguns conservadores.

Conseguira, portanto, Ângelo Ferraz chamar às suas opiniões quase todos os conservadores que haviam rejeitado a proposta de Sales Torres Homem.

Contava-se que à proporção que o secretário pronunciava o nome dos deputados conservadores que, na sessão de 1858, haviam votado contra o projeto, e que se desdiziam de sua anterior opinião, exclamava Torres Homem sarcasticamente e em voz vibrante. – “Mais um esquife que passa!” Vingava-se assim das ofensas que recebera.

Votados igualmente os orçamentos, e encerradas as Câmaras, não faltaram comentários no público.

Uns aplaudiam o procedimento de Silva Ferraz. Exprobraram-lhe outros a alteração de suas idéias, e cobriram-no de injúrias e calúnias.

Há épocas na história das nações em que os espíritos aceitam prevenções e abraçam doutrinas erradas. São contagiosas, e a razão não logra de súbito abafá-las.

Havia-se popularizado opinião adversa à lei promulgada, e o Gabinete tornou-se alvo de formidável oposição.

Nas cidades marítimas e comerciais estendia-se mais energicamente a propaganda.

Bem que o tempo provasse o acerto de providências, que melhoraram consideravelmente a situação financeira, perdurava a indisposição contra o gabinete de Ângelo Ferraz. Não há dúvida que se lamentaram prejuízos de especuladores desvairados e de loucos, que lhes ouviam as vozes, e seguiam-lhes os exemplos. O país, porém, reerguia-se, e cessara o desordenado jogo, e o abuso do crédito, resultado da expansão de notas fiduciárias.

Na eleição de deputados, a que se procedeu no mês de novembro, declarou o Ministério que se abstinha de intervir, e a abandonava aos partidos militantes.

Colocou-se ainda Rodrigues Torres à frente dos conservadores, e cuidou de congraçá-los e restaurar a harmonia em suas fileiras dirigindo-os de acordo para o campo da batalha, sob a antiga bandeira de seus princípios políticos.

Rodrigues Torres, Eusébio de Queirós, Paulino de Sousa e Limpo de Abreu assinaram circulares para todas as províncias do Império, recomendando candidatos, exigindo de seus correligionários que se esforçassem em seu triunfo e concorressem às urnas.

Trabalhada foi a pugna eleitoral. Os liberais, patrocinados pelo comércio da capital do Império, empenharam-se com denodo e apregoaram a defesa das liberdades do crédito.

Nas cidades do Rio de Janeiro, Maranhão, Ouro Preto e São Paulo, onde os interesses individuais, as teorias de crédito ilimitado, e as idéias de franquezas bancárias predominavam, pendeu a maioria para o Partido Liberal.

Voltaram à Câmara muitos antigos parlamentares liberais, que se tinham arredado da política, e que aproveitaram, entretanto, os acontecimentos para de novo se envolverem em suas fascinadoras peripécias.

Jerônimo Vilela, que tomara parte ativa na revolta de Pernambuco, os dois irmãos Ottonis, que desde 1848 não pertenciam ao Parlamento, Silveira Lobo, Paula Santos, Carrão, Otaviano, Martinho de Campos, Francisco José Furtado, Gomes de Sousa, e outros liberais distintos receberam diplomas. Lucrou ainda o Partido Liberal eleger

jovens lidadores, que nos primeiros torneios da tribuna provaram a força de suas lanças; José Bonifácio de Andrada, Aureliano Tavares Bastos, e Félix da Cunha. Contavam cerca de vinte e cinco devotados paladinos.

Lastimavam os conservadores a perda de José Maria da Silva Paranhos; conseguiram, porém, a eleição de Benvenuto Taques, Saião Lobato, Zacarias, e de vários correligionários, que haviam sido repelidos da precedente legislatura. Entre seus novos aderentes esperavam muito de José Martiniano de Alencar, talento robusto, e já apreciado extremamente por seus escritos literários e artigos de polêmica.

Introduziu-se, no entanto, cizânia no coração do Gabinete. Referia-se que Almeida Pereira tornara-se incompatível com alguns colegas.

Adiaram todavia os ministros suas dissensões até que o Imperador houvesse regressado de uma viagem empreendida às províncias do Norte na qual fora acompanhado pelo ministro do Império.

Em fins de fevereiro voltou Sua Majestade de sua excursão. No 1<sup>a</sup> de março solicitou o Gabinete sua exoneração.

Sensibilizaram-se os brasileiros, durante o ano de 1860, com o infausto passamento de José da Costa Carvalho, senador pela província de Sergipe. Ainda que adiantado em anos, gozava de nomeada vasta e de geral prestígio. Na sua longa carreira política angariara simpatias dos mesmos adversários. Lembravam-se todos dos relevantes serviços por ele prestados desde a independência do Império, seu amor ao regime representativo, sob o reinado de D. Pedro I, à defesa das idéias de ordem na regência que exercitara, desde 1831 até 1833, e posteriormente sob o governo de D. Pedro II no Senado, no Conselho de Estado, e na presidência do gabinete de 19 de setembro de 1848.



.....

XVII  
*De março de 1861 a dezembro de 1862*

**L**UÍS ALVES DE LIMA, encarregado de organizar o novo Ministério, apreciou a situação do país e dos partidos.

A questão bancária estava resolvida por lei e regularmente se procedia em sua execução. Fora cassada a faculdade de emissões não realizáveis em moeda metálica, e imposta a obrigação de recolher em prazos a que circulasse, e que não pudessem conservar pelo meio indicado. Nenhum banco alegou direitos a indenização, como atualmente usam as companhias, que recebem favores do Governo. Ou os não aproveitam, ou deixam-nos cair em prescrição para reclamarem indenização. Melhorava a situação financeira visivelmente, e o câmbio que descera de 27 a 24 ½, ia subindo, de modo a esperar-se em breve tempo o equilíbrio legal monetário da lei de 1846.

A questão bancária revivera, todavia, os antigos partidos e já se falava em conciliação. Delineadas estavam de novo as fronteiras que separavam os acampamentos políticos, bem que não reinasse inteira harmonia no seio das falanges conservadoras.

Compreendeu Luís Alves de Lima a necessidade de congregar as frações divergentes, e compor o Gabinete, sob sua presidência, de conservadores de todos os matizes.

Com a galhardia e franqueza de suas maneiras, a estima que geralmente se lhe tributava e a confiança que seu caráter inspirava, logrou a aquiescência dos que convidou para auxiliares em empresa, que parecia impossível depois dos últimos acontecimentos.

No dia 4 de março de 1861 publicou-se a lista dos novos ministros. Colocou-se Luís Alves de Lima à frente da repartição da Guerra e na presidência do Conselho. A José Antônio Saraiva confiou a pasta do Império, a Francisco de Paula Saião Lobato a da Justiça e a Antônio Coelho de Sá e Albuquerque a dos Negócios Estrangeiros, representantes das províncias da Bahia, Rio de Janeiro, e Pernambuco. Bem que fora do Parlamento, foram chamados para as da Fazenda e Marinha, Silva Paranhos e o Vice-Almirante Joaquim José Inácio.<sup>67</sup> Anuiu-lhe igualmente às instâncias, Manuel Felizardo, que aceitou a nova repartição de Obras Públicas, Comércio e Agricultura, que exigia na sua criação um administrador experiente, para distribuir-lhe os serviços, e encarreirá-la em seu desenvolvimento.

Aplaudiram todos os conservadores tão acertada organização do Gabinete; os ministros do Império e Negócios Estrangeiros representavam os dissidentes que haviam apoiado o gabinete de Araújo Lima; Saião Lobato a fração conservadora histórica que guerreara Honório Hermeto; e outros membros o centro moderado do partido. Dir-se-ia acordes de novo todos os conservadores, e esquecidas suas divergências intestinas.

As Câmaras apenas instaladas, referiu a fala do trono a necessidade de promover-se a emigração européia, fomentarem-se vias de comunicação marítimas e terrestres. Em relação ao sistema político ministerial consagrava respeito rigoroso às leis existentes, e moderação na administração pública.

Os últimos dias de abril e os meses inteiros de maio e junho consumiu a Câmara dos Deputados na verificação de poderes. O pleito eleitoral inçava-se de dúvidas, reclamações, e protestos, resultados infalíveis de luta desabrida e porfiada. Com lentidão, e debates acrimoniosos, aprovaram-se por fim os diplomas e reconheceram-se os deputados.

---

67 Visconde de Inhaúma.

Somente em fins de junho encetou a Câmara temporária a discussão do projeto de resposta à fala do trono apresentado a 22 de maio pela comissão respectiva.<sup>68</sup>

Declarou-se imediatamente o Partido Liberal em formal oposição ao Gabinete.

Teófilo Ottoni, primeiro que todos os seus companheiros, subiu à tribuna. Repetiu as palavras que em 1858 pronunciara Araújo Lima no Senado. Asseverara aquele estadista que no Brasil se não podia prever quando os Ministros deviam deixar o poder, e nem quem os substituiria. Das frases do proveto ancião resultava a opinião do orador que existia uma entidade que o sistema constitucional não reconhecia, e que nomeava e despedia ministérios com desvio do regime representativo, e desprezo das maiorias da Câmara dos Deputados, expressão direta e imediata da vontade nacional. As leis de 3 de dezembro, da Guarda Nacional e do recrutamento impossibilitavam a liberdade das urnas, e garantiam o governo pessoal contra todas as oposições que ousassem afrontá-lo. Aplicou a D. Pedro II os seguintes conceitos do abalizado historiador britânico, Lorde Macaulay, a respeito do reinado de Jorge III de Inglaterra.

“Em 1765, o rei não era mais o adolescente, o ignorante, o noviço que em 1740 tinha sido dirigido por sua mãe e por seu moço da Câmara. Estudara as lutas dos partidos; conferenciara com os políticos mais hábeis e experimentados; o seu modo de viver tinha desenvolvido sua inteligência e seu caráter; não era mais um títere. Tinha opiniões determinadas. Nada mais natural que formar Sua Majestade uma alta idéia das prerrogativas da Corte, impacientar-se com toda a oposição, desejar que os homens públicos estivessem todos divididos entre si e só de Sua Majestade dependessem. Nada mais natural que no mundo político encontrasse Jorge III instrumentos perfeitamente adaptados à realização dos seus projetos. É assim que nasceu e fez-se conhecer essa espécie de reptis políticos, nunca antes conhecidos na Inglaterra, e que depois dessa época nunca mais apareceram. No momento dado estavam prontos a ligar-se com qualquer partido, e a abandoná-lo em seguida, atraíçoa-lo

---

<sup>68</sup> Compunha-se a Comissão de Benvenuto Taques, Bandeira de Melo e Pereira da Silva.

e agredi-lo de frente. Para esses homens eram todas as administrações indiferentes, não tinham sentimento de predileção nem de antipatia por Granville, Bute, Rockingham ou Pitt. Eram simplesmente amigos do rei.”

José Bonifácio, arrebatado em êxtases oratórios, com a linguagem imaginosa e retórico estilo, apreciou as situações passadas dos partidos, e as divergências dos conservadores, e perguntou aos ministros qual a maioria com que contavam, quais os grupos que os aprovavam, se os dos puritanos e históricos conservadores, ou o dos dissidentes.

Respondeu-lhe Saraiva que reinava a mais perfeita harmonia entre os membros do Gabinete, e que todos confiavam na união do Partido Conservador para o fim de se resolverem as questões que surgissem no correr dos acontecimentos.

Interveio na luta Saião Lobato, e adiantou-se mais que seu colega do Império na explanação das idéias do Ministério. Censurou com azedume o procedimento dos liberais, que a experiência não havia ensinado, e que persistiam em doutrinas perniciosas ao prestígio dos poderes públicos consagrados na Constituição do Estado, e acrescentou que o Ministério estava resolvido a combatê-las, a fim de sustentar a ordem, e consolidar o verdadeiro regime representativo.

Francisco José Furtado, Francisco Otaviano, Félix da Cunha e Martinho de Campos reproduziram críticas veementes contra a linguagem dura e agreste do ministro da Justiça, e acusaram-no de provocar debates incandescentes.

Zacarias de Góis, Paranaguá, Taques e Almeida Pereira defenderam a política do Gabinete, que conseguira a fusão do Partido Conservador, e afiançava uma administração profícua e acorde com os interesses da nação. Estava a maioria unida e preponderante na Câmara e não mais dividida e duvidosa. As idéias políticas, e não interesses particulares, asseguravam a disciplina necessária para a força moral do Gabinete.

Votou-se a 9 de julho a resposta à fala do trono expressiva de confiança no Governo. Vinte e dois deputados liberais unicamente lhe negaram assentimento.

Bem se não tinha solvido esta primeira questão suscitada na Câmara, quando Saraiva e Sá e Albuquerque solicitaram e obtiveram

suas demissões, e foram substituídos por José Ildefonso de Sousa Ramos, e Benvenuto de Magalhães Taques.

Interpelou Martinho Campos imediatamente tanto os ministros exonerados, como os que se conservavam no Gabinete, e exigiu que se lhe comunicasse as causas da sua modificação.

Respondeu Silva Paranhos que durante seu Ministério havia conseguido eleição de deputado pela província de Sergipe, em uma vaga que se dera em sua representação, que Saraiva pedira demissão nos termos mais amigáveis, e declarava-se de acordo com as vistas gerais do Gabinete; alegara, todavia, que em questões secundárias da administração se não conciliava com um dos seus colegas; e que Sá e Albuquerque, arrastado pelas mesmas apreensões, o acompanhava na sua retirada. Acrescentou que o presidente do Conselho diligenciara demovê-los de seus propósitos, e não o conseguindo, consultara de preferência aos interesses pessoais dos ministros os do dever público, e, portanto, os substituíra nas pastas por dois distintos cavalheiros igualmente dignos de sua confiança.<sup>69</sup>

Não se satisfiz Otaviano com os dizeres de Silva Paranhos, e perguntou quais os fatos que haviam motivado a modificação do Gabinete; com seu primoroso talento chamou a terreiro Saraiva, e o ministro da Justiça, a quem a voz pública atribuía as divergências ocorridas.

Asseverou Saião Lobato que nenhuma desavença se manifestara entre ele e os colegas que se tinham retirado; e ignorava as apreensões que pudessem alegar para abandonarem a administração pública.<sup>70</sup>

Pareceu a Otaviano que as razões alegadas pelo ministro da Justiça desairavam o caráter dos ministros demitidos, e reclamou que eles não guardassem silêncio.

Foi Saraiva obrigado a prestar esclarecimentos; queixou-se de que o ministro da Justiça parecesse imputar motivos frívolos à sua retirada do Gabinete, e protestou por seu direito de abandonar um Ministério, em que se não achava bem, e não encontrava a estima a que tinha direito. Em nome de Sá e Albuquerque, que se não achava presente, asseverou que procedera por idêntica razão e leu então uma carta que ende-

---

69 Palavras textuais.

70 Palavras textuais.

reçara ao presidente do Conselho.<sup>71</sup> Na mencionada carta declarava que aceitara a pasta do Império por se achar de acordo com Luís Alves de Lima na apreciação do estado do país; que, porém, convencera-se de que não permaneceria entre todos os ministros a harmonia que cumpria manter-se para a força moral e crédito do Governo, e nem a confiança recíproca e íntima estima, que eram indispensáveis. Considerava, portanto, de sua obrigação exonerar-se do Ministério, e aproveitava a oportunidade para agradecer cordialmente o cavalheirismo que o presidente do Conselho lhe dispensara, e fazer votos para que pudesse governar o país com as idéias moderadas e verdadeiramente patrióticas que lhe reconhecia.

Levantou-se o presidente do Conselho, e afirmou que professara sempre a maior consideração, estima e confiança nos dois cavalheiros que tinham abandonado o Ministério, que empregara todos os esforços para desvanecer-lhes as apreensões, e continuava a considerá-los dignos de todo o seu respeito, apesar de não ser por eles atendido nas solicitações que praticara para conservá-los no Gabinete. Relativamente ao programa do Ministério, bem que modificado no seu pessoal, continuaria inalterado em todos os assuntos que se tivessem de resolver.<sup>72</sup>

Corroborou ainda Teófilo Ottoni as asserções anteriores de que existia um poder oculto que nomeava e demitia caprichosamente os Ministérios: não tinha dúvida em anunciar que as máximas proferidas na Câmara pelo ministro da Justiça deviam assustar o país, por ele descrito sob cores sombrias. Exprobrou ao presidente do Conselho que houvesse convidado para auxiliar em uma política de moderação um deputado tão exaltado como era Saião Lobato. Lembrava seu despeito contra a Coroa, ao ser-lhe preferido em 1837 outro cidadão na escolha para senador do Império. Citou o verso do lírico português, que ele então publicara nos periódicos arrastado pelos seus despeitos: “Nasce de cima a corrupção dos povos.”

Entendeu Saraiva que lhe era ainda necessário acrescentar algumas palavras às que pronunciara, porquanto no intuito de abater-lhe o conceito de que gozava, tinha-se espalhado que seu pedido de demissão fora devido a instâncias de amigos; desmentia a notícia solenemente, e posto decidido a não correr os reposteiros da sala das conferências dos

---

71 Palavras textuais.

72 Palavras textuais.

ministros, para anunciar ao público os segredos da vida íntima do gabinete, julgava seu dever recordar que Saião Lobato o surpreendera, exprimindo na Câmara, durante o debate do voto de graça, opiniões individuais, acerca de questões e apreciações políticas, sem que as houvesse combinado com seus colegas, e o magoara pessoalmente com interpretações desdenhosas por ter aceitado uma pasta no Gabinete presidido pelo Senador Araújo Lima.

Rasgaram as palavras de Saraiva o véu que encobria as causas da modificação do Gabinete. Procediam claramente de divergências entre ele e Saião Lobato.

Protestou Saião Lobato contra a asserção de Teófilo Ottoni acusando-o de autor da mofina contra a Coroa publicada nas gazetas. Afiançou que nem tivera seu conhecimento anterior, porquanto na ocasião conservava-se ausente da capital do Império.

Observou-se desde logo, que se abalava a maioria conservadora. Começaram alguns deputados amigos de Saraiva e de Sá Albuquerque a agredir o Gabinete. Foram dos primeiros Zacarias de Góis e Lustosa Paranaguá. Afirmou, todavia, Zacarias de Góis que se não aliava aos liberais, cujas teorias políticas lhe eram inteiramente contrárias, mas entendia que o Gabinete não podia governar o país, representado exclusivamente por conservadores históricos e emperrados.

Dificultosamente votaram-se as leis de forças marítimas e terrestres. Não foi possível ao Ministério lograr a aprovação dos orçamentos, cujas discussões se prolongaram com os extensos discursos dos liberais e dos novos dissidentes conservadores. Contentou-se com uma prerrogativa. Encerraram-se a 15 de setembro as sessões da legislatura.

No intervalo das sessões de 1860 a 1861, soube-se que Nabuco de Araújo, que tomara assento no Senado, empunhara a chefia dos dissidentes, e forcejava por amalgamá-los com os liberais, e fundi-los todos em um partido novo, sob o título de Liga. Divulgou-se igualmente que Araújo Lima não era alheio à manobra, e protegia-o com sua influência.

Apreciou o Gabinete sua situação, e dispôs-se a executar, nas províncias, uma política franca de conservadores puritanos, a fim de rebater a oposição tanto dos liberais como dos dissidentes, que não menos rancorosos se lhe revelavam. Não havia outra solução ao dilema: ou retirar-se do poder, abandonando-o na confusão e desordem de idéias

que inspiravam os dois grupos adversos, ou firmá-lo energicamente sob o domínio dos conservadores históricos.

A crise bancária ia-se extinguindo com a execução da lei promulgada em 1860. Suspenderam, é verdade, suas operações alguns estabelecimentos, e entraram em liquidação; melhorava contudo o câmbio, acusavam as especulações inconfessáveis, e restabelecia-se a confiança.

Ao abrir-se a sessão da legislatura de 1862 referiu-se a fala do trono à paz de que a nação usufruía, ao regimento sensível das rendas e à necessidade de, com calma e prudência, reformar-se a lei de 3 de dezembro, e a do recrutamento, a fim de mais solidamente garantir-se a liberdade dos cidadãos. Lembrava também que convinha aliviar-se a Guarda Nacional do peso de serviços militares, e dotaram-se as municipalidades de meios, com que pudessem satisfazer os importantes serviços que lhes eram incumbidos.

Nas eleições de presidente, mesa, e comissões da Câmara dos Deputados conheceu o Ministério que dispunha de maioria, bem que diminuta em número. Formada, patenteava-se a liga entre liberais e dissidentes.

O voto de graça elaborado pela respectiva comissão exprimia confiança no Gabinete, e sua discussão começou em 19 de maio.

Tomou Zacarias de Góis a dianteira dos opositoristas. Anunciou que dissidentes e liberais formavam já um único partido, bem que com matizes e orientações ainda diferentes. Estigmatizou vários atos do Gabinete, especializando a retirada de desembargadores adjuntos ao Tribunal do Comércio da cidade do Rio de Janeiro, e sua substituição por outros magistrados da Relação. Considerava abuso deplorável das atribuições do Governo, desgarantidora da independência do poder judiciário, e invasora da liberdade dos julgamentos.

Acusou a organização do Gabinete, composto exclusivamente de conservadores históricos, e baldos do prestígio que somente chefes proeminentes adquirem com passado glorioso; dir-se-ia que alguns ministros almejavam galgar postos seguros e garantidos, como os de senadores pelas vagas de províncias pequenas, como Mato Grosso e Maranhão, onde já se apregoavam as candidaturas de Paranhos e de Joaquim José Inácio. Terminou oferecendo ao voto de graça emenda de franca oposição.



Respondeu-lhe com calor e veemência o ministro da Justiça. Ao passo que defendeu o Gabinete, arremessou-se criminosamente contra a liga de homens opostos em idéias políticas, ambiciosos do poder e ralados pelo despeito. Lembrou a incongruência da união de Zacarias com Ottoni quando, na sessão anterior, exclamara em seu entusiasmo religioso: – “Com os que negam a divindade de Jesus Cristo, jamais me ajuntarei.”

Procrastinava-se a discussão, quando a 21 de maio notaram os opositoristas que, por não esperarem votação haviam falhado à Câmara alguns conservadores. Recorreram a uma tática, e propuseram o encerramento do debate.

Era a primeira vez que, em nosso Parlamento, empregava a oposição semelhante estratégia, e convinha aos amigos do Ministério não admiti-la. Aceitou-a, todavia, Silva Paranhos, ou impensadamente, ou desejoso de que a luta terminasse.

Um voto de maioria vitoriou os opositoristas, com geral espanto dos conservadores.

Estava declarada a crise entre a Câmara e o Gabinete.

No mesmo dia dirigiu-se o presidente do Conselho ao paço imperial, e requereu a Sua Majestade a dissolução da Câmara.

Recusou-lha o Imperador, e aceitou a demissão do Ministério.

Foi chamado Zacarias ao paço de S. Cristóvão, e o Imperador comunicou-lhe que, em conseqüência da votação da Câmara dos Deputados, o Ministério presidido por Luís Alves de Lima solicitara a dissolução do ramo temporário do corpo legislativo, e não anuindo Sua Majestade por considerar o ato inoportuno e desacertado, requereu e obteve sua exoneração; acrescentou que tendo sido Zacarias o principal promotor da crise ocorrida, confiava-lhe a presidência e a organização de um novo Gabinete contanto que contasse na Câmara maioria que o apoiasse.

Persuadido Zacarias de sua habilidade e estratégia parlamentares pensou que, ministro e diretor da política, conseguiria reunir maioria suficiente para sustentar-se, arrebanhada nos arraiais conservadores. Não a haviam adquirido na legislatura anterior três Ministérios diversos de elementos, de pessoal e de orientação, presididos por Araújo Lima, Limpo de Abreu e Ferraz? Não se reproduz constantemente nos corpos

deliberantes o espetáculo de virarem-se para o sol que nasce os que necessitam de favores do Governo?

Assegurou ao Imperador que com o emprego de meios seus lograria decerto maioria, e apoio, logo que compusesse o Gabinete com pessoal dissidente e liberal, congregado em bem do país.

Autorizado, portanto, compôs o Gabinete que devia presidir de quatro dissidentes e três liberais, guardou para si a pasta do Império, e entregou as da Justiça, Fazenda e Marinha a Francisco José Furtado, José Bonifácio e José Pedro Dias de Carvalho, e a dos Negócios Estrangeiros, Guerra e Agricultura a Carlos Carneiro Campos, Manuel Marques de Sousa, e Sá Albuquerque.

Compareceu perante a Câmara, e depois que Silva Paranhos referiu as causas da dissolução do Gabinete antecedente, explicou-se nos seguintes termos:

“ – Tendo sido encarregado pela Coroa de organizar o novo Ministério, corre-me o dever de expor à Câmara e ao país as normas que não de guiá-lo na gerência dos negócios públicos. Sem elevar a justiça e a economia à altura de um programa político, o Gabinete considera obrigação indeclinável ser justo e econômico, entendendo que no poder a justiça deve ser sempre acompanhada da mais escrupulosa moralidade e que para observar-se praticamente a economia, muito cumpre que os orçamentos sejam no país uma realidade.

“O programa do meu Gabinete, senhores, na situação em que se acham os negócios, é realizar, com o concurso das diversas opiniões políticas, certas medidas de há muito reclamadas pela opinião pública e a respeito de cuja utilidade estão todos de acordo.

“Indicarei algumas: coibir o abuso da prisão preventiva, aliviar a Guarda Nacional, tanto quanto for possível, do serviço ordinário...”

*“O Sr. Rodrigo Silva — É o programa do Ministério passado. (Há outros apartes.)*

“O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO – ...fazer na lei de 3 de dezembro algumas alterações, sobretudo na parte em que a polícia administrativa anda travada e confundida com a judiciária.

“Além disto, senhores, conhecendo o Gabinete os embaraços e dificuldades com que a lavoura e o comércio, essas duas fontes perenes

da riqueza nacional, estão lutando, julga da sua rigorosa obrigação esforçar-se por melhorar-lhes o Estado.

“ Tais são as intenções do Gabinete. Ele presume que os seus atos hão de corresponder fielmente às suas intenções, e tem o direito de esperar que a Câmara e o país o julguem conforme os seus atos”.

Ninguém respondeu-lhe; mas na sessão seguinte, de 28 de maio, levantou-se Sales Torres Homem, aproveitou-se da discussão de um projeto de promoções da Armada, e propôs a seguinte moção, assinada por trinta deputados.

“ – Requeremos o adiamento desta discussão até que a Câmara possa convencer-se que o Ministério está disposto a executar fiel e res-  
tritamente o presente projeto de lei.”

Vaga lhe parecia a exposição dos princípios anunciados pelo presidente do Conselho. Chamou a atenção para o assunto constitucional a passagem do poder para as mãos da oposição, que, por um laço armado à fortuna, se havia achado em maioria de um voto, maioria de um dia, de algumas horas talvez, maioria contestada como filha da surpresa. Não compreendia como aceitaram o poder sem a dissolução da Câmara; espantava-se ainda mais de que pedisse o concurso e apoio dos representantes atuais da nação, que devia saber não lhe poder ser favorável. Estigmatizava a falsa posição em que o Gabinete se colocava, posição que a ninguém iludia, posição de um Gabinete composto de elementos de origem e de natureza diversas, animado de aspirações diferentes e contrárias, e procedido de uma liga que aos olhos do país oferecia como que uma variada coleção de cores e matizes do espectro solar. Lembrava que na sessão do ano anterior, protestava Zacarias ser-lhe impossível aliar-se com os liberais, e exigira para um Ministério parlamentar uniformidade de doutrinas políticas, harmonia de pensamento e de ação, e inteira solidariedade. Uma facção, a dissidente ou a liberal, esmagaria a outra, ou então a desordem, o desconchavo, e a anarquia, resultariam de sua marcha, tanto mais lamentável resultado, quanto a pasta da Justiça, que é considerada de todos a mais política, se confiara a um liberal histórico e intransigente.

Defenderam o Gabinete, Saraiva, Otaviano, Martinho de Campos, e surpreendeu-se a Câmara ao pedir a palavra Luís Pedreira, que, des-

de o Ministério de setembro de 1853, guardava rigoroso silêncio. Declarou-se energicamente contra o Gabinete.

Não podia o adiamento proposto deixar de ser aceito como questão ministerial. Quarenta e nove deputados contra quarenta e três o aprovaram.

Recusou-se o Imperador à dissolução da Câmara solicitada por Zacarias de Góis. Poucos dias durou portanto seu Gabinete. Araújo Lima incumbia-se então do novo Ministério e convidou para as pastas da Fazenda, Negócios Estrangeiros, Justiça e Agricultura, quatro senadores, Holanda Cavalcanti, Miguel Calmon, Lopes Gama, e Cansação de Sinimbu, e para as da Guerra e Marinha o General Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão<sup>73</sup> e o Vice-Almirante Joaquim Raimundo Delamare.<sup>74</sup> Investiu-se da presidência do Conselho e da repartição do Império. Quatro ministros eram septuagenários, os outros três aproximavam-se de sessenta: gabinete de anciãos, repousados em seus serviços antigos, e alguns impróprios já para os trabalhos assíduos da administração pública.

A composição do Ministério não podia agradar a nenhum partido militante. Cinco senadores e duas especialidades do Exército e Marinha, alheios à Câmara dos Deputados. Afastado das fileiras conservadoras, manifestava-se o presidente do Conselho desde que fora exonerado de ministro dos Negócios Estrangeiros em 1849. Em 1857 esforçara-se em caminhar para os liberais, e formara Ministério misto. Em 1862 animava os dissidentes na oposição que travaram contra o gabinete de Luís Alves de Lima. Eram, porém, agora, seus colegas Miguel Calmon e o General Polidoro da Fonseca, genuínos conservadores. Holanda Cavalcanti e Lopes Gama, além de adiantadíssimos em anos, e abatidos por moléstias físicas dir-se-iam já arredados de lutas, o primeiro conhecido pelas suas excentricidades, o segundo pela permanente volubilidade de seu procedimento; Lopes Gama nem demorou-se no poder e foi obrigado um mês depois a retirar-se e foi substituído na pasta da Justiça por Cansação. Delamare não era reputado político. Cansação manifestava ultimamente dedicação decidida ao Partido Liberal.

---

73 Visconde de Santa Teresa.

74 Visconde de Lamare.

Considerou-se, geralmente, o Gabinete transitório, e apenas incumbido de apaziguar a efervescência das paixões, e guardar neutralidade até que, esclarecidas mais claramente as atmosferas políticas, fosse substituído pelos que representavam idéias e orientações decididas. Resolveram, todavia, os conservadores acolher os ministros com certa benignidade e prestar-lhes os meios necessários de governo.

Por seu lado os dissidentes, bem que angustiados pela dissolução do ministério de Zacarias, desaparecido da cena como um passageiro relâmpago, simularam igualmente aplaudir a nova situação e esperaram que ela os favorecesse.

Ao princípio, queixaram-se os liberais de que se infringiam as normas do regime representativo, organizando-se gabinete extraparlamentarmente. Decidiram-se, contudo, a atender ao correr dos acontecimentos.

A 31 de maio apresentou-se à Câmara dos Deputados o presidente do Conselho e disse que o programa político do Gabinete estava nas opiniões de seus membros e nos seus atos; aquelas manifestadas e estes praticados no decurso de muitos anos. Quanto aos negócios administrativos adotava a exposição da fala do trono, com o que deveria merecer o apoio e confiança da Câmara dos Deputados.

Dir-se-ia que se não mudara o sistema do Ministério presidido por Luís Alves de Lima.

Em plácidas sessões, votaram-se as leis anuais ao gosto do ministério, que não praticou ato nenhum que desgostasse os conservadores. Continuaram nas presidências das províncias, na polícia, e na administração, quantos cidadãos haviam auxiliado o Gabinete de março de 1861.

Nem de projeto novo, e nem de questão adiada tratou-se. Um assunto, porém, pareceu produzir divergência da maioria com o Ministério; foi a inclusão de um artigo aditivo ao orçamento, patrocinado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros. Autorizava o Governo a conceder aos navios mercantes estrangeiros a navegação e comércio de cabotagem, até então exclusivo de brasileiros.

Sales Torres Homem e eu repelimos o aditivo como nocivo aos interesses públicos. Além de que a marinha mercante nacional ocupava grande número de indivíduos e de embarcações, e alimentava

o comércio de todos os portos do Império, de mais ou de menos importância, constituía o viveiro da marinha de guerra, de que tanto o país necessitava.

Miguel Calmon pedia-nos que aprovássemos o artigo, e comprometeu-se a estudar maduramente o assunto, e somente quando demonstrada sua utilidade, por meio de inquéritos desenvolvidos, executá-lo; afiançou que se tratava de uma simples autorização, e não de uma disposição formal, e pedia à Câmara que o votasse. Foi o prenúncio da ruína do comércio nacional de cabotagem, que não podia lutar contra o estrangeiro.

Mostrou-se, todavia, contrariado o Ministério, e particularmente o presidente do Conselho, com a aprovação do diploma de deputado de Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti, eleito no distrito de Pernambuco, que até então representava Sá Albuquerque. Não conseguiu esta reeleição por ter aceitado uma pasta no Ministério anterior organizado por Zacarias. Encerradas as Câmaras, perceberam os conservadores que o ministério os adormecera com palavras e atos, que simulavam desejos de acordar-se com eles e adquirir sua confiança e apoio.

Bem se não encerrara o Parlamento, e já furiosa reação começava-se na administração pública. Nenhuma razão se descobriu para mudança tão imprevista. Mudaram os presidentes de província, e os chefes de polícia, e confiou-se a liberais e ligueiros o predomínio oficial e exclusivo do país. Cometeram-se igualmente inversões de magistrados de primeira instância, considerados conservadores, e que foram removidos arbitrariamente de umas para outras comarcas do Império.

Geral espanto causou o procedimento do Ministério, porquanto os conservadores o tinham auxiliado.

Uns atribuíram esta repentina e inesperada mudança de política a Cansação de Sinimbu, que na pasta da Justiça imprimira ação decidida em proveito dos liberais, e arrastara alguns de seus colegas a acompanhá-lo. Outros afirmavam que derivara-se de despeitos de Araújo Lima contra os conservadores, seus antigos correligionários. Parece que permaneciam vivas, e entranhadas no seu peito, reminiscências dolorosas, e raiara a oportunidade para desferrar-se.

Como razoavelmente explicar-se o procedimento do Ministério, ao rasgar a máscara da moderação e da neutralidade, que hipocritamente conservara durante toda a sessão legislativa ao proclamar-se inteiramente partidário dos liberais e dissidentes, e adverso à maioria da Câmara?

.....

XVIII  
*De maio de 1862 a janeiro de 1863*

**N**ÃO DE VIA suscitar-se dúvida de que o Ministério premeditava a dissolução da Câmara dos Deputados, cuja maioria conservadora o assustava, bem que se lhe houvesse mostrado benévola. Impeliam-no, porém, as tendências de alguns de seus membros para a liga dos dissidentes e liberais, a qual dispunha de número crescido, mas não suficiente para apoiar o Gabinete. Tratava, portanto, de convencer a Sua Majestade de que não era possível governo de partido nenhum com uma Câmara partilhada em duas frações igualmente importantes, e que lhe entorpecia toda a ação e liberdade.

No meio de seus labores para desmontar um partido numeroso e compacto e para fundar e consolidar a liga dos liberais e dissidentes, a fim de lograr vitória nas eleições premeditadas, perturbou e amargurou a marcha do Ministério um conflito sério travado com a poderosa nação da Grã-Bretanha.

Em junho de 1861 naufragara nas costas áridas e despovoadas do Albardão, extremo da província do Rio Grande do Sul, uma barca inglesa mercante de nome *Prince of Wales*, que do rio da Prata singrava para a Europa.

Espalhada em Porto Alegre a notícia do sinistro, esmerou-se o presidente da província em mandar proceder a averiguações, ordenando ao chefe de polícia e autoridades do termo que empregassem zelo e atividade no descobrimento da verdade, castigo de malfeitores que se diziam haver roubado a carga que se salvara, arrecadação do que se descobrisse, e auxílio aos naufragados que se encontrassem.

Logo depois de expedir estas providências, recebeu ofício do cônsul britânico reclamando sua intervenção, e comunicando que suspeitava que, além dos roubos cometidos, se tinham praticado assassinatos em pessoas da tripulação.

Da capital da província partiu o chefe de polícia para a costa do Albardão. Conseguiu saber dos moradores daquelas ermas e inabitadas paragens que constava que alguns malfeitores tinham-se apoderado de caixas arremessadas pela fúria das ondas marítimas e se haviam refugiado em territórios da República Oriental limítrofe, mas que nada se propalava a respeito dos assassinatos. Encontrou quatro cadáveres nos areais bravios, mandou que fossem examinados por hábeis facultativos da cidade do Rio Grande, e reconheceu pelos autos de investigações que a morte dos infelizes resultara de asfixia por imersão e não de ofensas físicas.

Relativamente aos roubos de objetos escapos do naufrágio de que se falava, convenceu-se de que, na realidade, haviam sido cometidos e, pois, instaurou processo criminal para descobrir-se e punir-se os delinqüentes, e participou ao presidente todas as ocorrências.

Enquanto na província do Rio Grande assim corriam as coisas, enviou o ministro plenipotenciário da Inglaterra, M. Christie, uma nota ao Governo imperial em data de 25 de outubro de 1861, fundada em comunicação que o cônsul inglês em Porto Alegre lhe dirigira, alegando roubos e suspeitas de assassinatos, e reclamando severas providências.

Respondeu-lhe imediatamente o ministro dos Negócios Estrangeiros; anunciou-lhe os atos louváveis do presidente da província, as diligências do chefe de polícia, e o processo que já se instaurara, e asseverou-lhe que se empenhara o Governo imperial em castigar quantos se provassem culpados.

A 17 de março de 1862 renovou Christie suas reclamações, não suficientemente satisfeito com as primeiras informações; e exigia



não somente que um agente inglês intervisse nos processos instaurados contra os criminosos, a fim de serem exemplarmente castigados, como que o governo brasileiro pagasse uma indenização pecuniária pelos prejuízos que se arbitrassem.

Era então Ministro dos Negócios Estrangeiros Benvenuto Taques que não trepidou, em ofício de 19 de abril, em declarar que a dignidade do Governo imperial estava empenhada em punir os culpados e que a demora do processo resultava das dificuldades do depoimento de testemunhas, e de investigações em uma praia deserta e inóspita, onde o navio naufragara; mas que esperava com a possível celeridade se terminassem os inquéritos recomendados pelo Governo.

Acrescentava que a legislação brasileira não permitia interferência de agentes estrangeiros a dirigir processos, e que o Governo imperial se não considerava responsável por malefícios isolados praticados em costas bravias e desabitadas, tanto mais quando as autoridades nacionais se revelavam ativas e zelosas no cumprimento de seus deveres. Lembrava, finalmente, ao diplomata que nos primeiros inquéritos e diligências havia comparecido e sido ouvido o cônsul britânico.

Processou, no entanto, o chefe de polícia onze indivíduos como indiciados no crime. Conseguiu prender um, e noticiando-se que os outros residiam em territórios estrangeiros, solicitou das respectivas autoridades da República Oriental sua extradição.

Bem se não tinha liquidado este incidente, quando outro surgiu e complicou as relações entre os dois governos. Miguel Calmon substituíra já a Taques na repartição dos Negócios Estrangeiros.

A 17 de junho de 1862, três oficiais da marinha britânica, pertencentes à tripulação da fragata *Ford*, ancorada no porto do Rio de Janeiro, vestidos à paisana, dirigiram-se à serra da Tijuca, em passeio permitido pelo seu respectivo chefe. Divertiram-se durante o dia, descansaram e alimentaram-se em uma estalagem, e ao anoitecer trataram de regressar para a cidade, a fim de se recolherem a bordo de seu navio.

Em caminho, divisaram uma estação policial, e alegres e cantando depois de suas pitorescas excursões, aproximaram-se, começaram a zombar da sentinela e a dirigir-lhe palavras e gestos que lhe desagradaram. Aconselhou-os a sentinela a continuar tranqüilamente o caminho. Em vez de se acomodarem, pretenderam os três ingleses penetrar à força

na estação. Acudiram soldados em defesa da sentinela, que repelia seus propósitos. Enleou-se uma pequena luta, e o oficial prendeu os três ingleses, e remeteu-os incontinênti ao subdelegado da paróquia do Engenho Velho que, não obtendo deles declaração de seus nomes e qualidades, os fez recolher ao xadrez, onde estavam guardados vários delinqüentes.

Ao amanhecer do dia seguinte, enviou-os o subdelegado ao chefe de polícia, noticiando-lhe o ocorrido.

Viu-os o chefe de polícia, e chamou o vice-cônsul inglês para reconhecê-los. Foi-lhe então por este funcionário declarado que eram oficiais da fragata *Ford*. Mandou-os o chefe agasalhar com as devidas atenções no quartel da polícia e tratou de inquirito a respeito do acontecimento. Requisitou-os o vice-almirante da Esquadra britânica, e o chefe de polícia convencido de que não havia suficiente motivo para processá-los, ordenou que se lhes desse plena liberdade.

A 19 de junho oficiou Christie ao ministro dos Negócios Estrangeiros, protestando contra a prisão dos oficiais a qual aclamava de ilegal, acusando as autoridades da paróquia do Engenho Velho de havê-los encarcerado em masmorra de envolta com negros e facínoras, considerando agravado o fato com a presunção de que estivessem embriagados, e exigindo satisfação condigna à marinha de guerra inglesa, menoscabada nas pessoas de três oficiais que lhe pertenciam.

Respondeu-lhe Miguel Calmon com a exposição miúda dos acontecimentos, lembrou-lhe que os oficiais estavam vestidos à paisana, eram desconhecidos, e não podiam, portanto, gozar de privilégios militares.

Decorreram alguns meses em trocas de notas entre o ministro brasileiro e o diplomata britânico, sem que se concordasse na solução.

A 5 de dezembro, porém, remeteu Christie uma nota reunindo as duas questões relativas aos oficiais da fragata *Ford*, e ao navio naufragado no Albardão. Caiu das nuvens Miguel Calmon, ao lê-la com atenção.

Não estava mais habituado a controvérsias e lutas, e a nota do diplomata britânico empregava frases ameaçadoras.

Afirmava o ministro inglês que recebera ordem do seu Governo para exigir baixa de serviço do alferes da estação policial, que tinha

prendido os três oficiais ingleses, e castigo rigoroso da sentinela; censura pública ao chefe de polícia e ao subdelegado do Engenho Velho; e plena satisfação pelas ofensas e injúrias por eles suportadas.

Em referência ao naufrágio do *Prince of Wales* reclamava uma indenização pecuniária pelos roubos cometidos. Terminava a nota fixando prazo para a resposta até o dia 20 de dezembro.

Respondeu-lhe Miguel Calmon a 18 que, diretamente, submeteria a controvérsia ao Governo britânico, e recomendaria ao diplomata brasileiro acreditado em Londres que se entendesse com Lorde John Russell, secretário de Estado da repartição de relações estrangeiras.

No dia 20, recebeu, porém, um ultimato assinado por Christie. Não admitia discussão dos assuntos propostos em Londres, porque estava autorizado por seu Governo a liquidá-los no Rio de Janeiro com o Governo do Império.

Quando não satisfeito, incumbiria ao vice-almirante inglês Warren, chefe da estação naval britânica no Brasil, a missão de, pela força, conseguir a reparação exigida.

Replicou-lhe Miguel Calmon protestando contra maneira tão insólita em litígios diplomáticos, e apelando para o juízo das nações civilizadas, e para o do próprio governo de Sua Majestade a Rainha Vitória.

No dia 3, o intimou Christie de que o vice-almirante britânico iniciaria represálias contra propriedades de súditos brasileiros para garantia das indenizações que reclamara.

No dia 31, com geral espanto, viu a população da cidade levantarem âncoras os vasos de guerra ingleses, encaminharem-se para a barra, divisarem cinco navios marcantes costeiros que procuravam penetrar no porto, e apreendê-los à vista das fortalezas da entrada, em mares territoriais do Brasil.

É impossível descrever a sensação dolorosa produzida na capital do Império por tão brusco, brutal e violento emprego de força.

Amontoaram-se nas praças, nas ruas, nos morros e nas praias da cidade multidões furiosas, gritando, ameaçando vinditas contra ingleses, e suas propriedades, e pretendendo assaltar o consulado e legação britânica. Mister foi que as tropas de linha e polícia, partidas dos quartéis, se esforçassem em serenar os ânimos, prevenir tumultos e desordens, dis-

solver mangas de povo e defender os súditos britânicos, que fecharam as portas de suas casas de comércio e se escondiam para escapar aos furores da plebe amotinada.

Correu à Bolsa o ministro da Agricultura e Comércio, e convocou os negociantes brasileiros a uma imediata sessão. Pediu-lhes sossego e resignação, e afiançou-lhes que o Governo imperial pagaria aos particulares os prejuízos que sofressem com o procedimento da diplomacia e da Esquadra britânica.

Aqui oravam tribunos improvisados incitando os habitantes contra os ingleses, e a força pública era coagida a opor-lhes resistência, a fim de apaziguá-los.

Nos morros acumulavam-se grupos numerosos a presenciar o triste espetáculo que davam os vasos de guerra ingleses na entrada da barra. Nos cais aglomerava-se desordenada população, pretendendo fiscalizar e proibir embarques e desembarques de pessoas. Com dificuldade logrou-se desvanecer seus ímpetos e defender a ordem pública.

Foi um dia de angústia e de terror, cuja reminiscência se não apagou ainda dos espíritos.

Escrevia Miguel Calmon ofícios sobre ofícios a Christie, solicitava uma entrevista para se acordarem, e pedia-lhe que fosse falar-lhe à secretaria ou à sua residência.

Mandou-lhe o diplomata inglês dizer que, por incômodo de saúde, o não podia procurar, e lhe propusesse uma solução razoável e satisfatória para se suspenderem as represálias começadas.

Resolveu Miguel Calmon enviar-lhe em missão reservada seu oficial de gabinete, Calógeras, nascido na Grécia, mas brasileiro naturalizado.

Christie acolheu-o e ouviu-o atenciosamente.

Comprometia-se Miguel Calmon a pagar a Christie uma indenização pecuniária que ele arbitrasse dos prejuízos reclamados no tocante à barca *Prince of Wales*. Propunha, porém, que se tratasse a questão dos oficiais da fragata *Ford* diretamente em Londres entre Lorde John Russell e o plenipotenciário brasileiro, acreditado perante o Governo britânico.

Curiosa foi então a resposta de Christie. Parecia zombetear, felicitando o Governo brasileiro por empregar em seu serviço um per-

sonagem tão inteligente e perspicaz, como era Calógeras, que adotara o Brasil por sua pátria, e que lhe conquistara a simpatia. Declarava por fim a Miguel Calmon que tudo voltaria ao seu estado normal logo que o Governo brasileiro aceitasse uma arbitragem para ambos os assuntos controvertidos.

Convocou Miguel Calmon o Conselho de Estado. Opinaram seus abalizados membros pela adoção do alvitre lembrado a fim de se terminarem as desavenças entre Brasil e Inglaterra.

Entendeu, todavia, o ministro que cumpria separar-se as duas questões; que a do dinheiro pela indenização do *Prince of Wales* fosse imediatamente paga sob pretexto de coerção e força, porque não convinha à dignidade do Brasil ocupar árbitros em negócios tão miseráveis; quanto, porém, à das satisfações pela prisão dos oficiais da marinha inglesa, que se admitisse a arbitragem.

Escreveu Miguel Calmon neste sentido ao diplomata inglês. Fixou Christie a indenização em três mil e duzentas libras esterlinas. A 5 de janeiro de 1863 assinou-se o convênio, e pagou o Governo imperial, sob protesto, a soma designada. Acordou-se igualmente que o rei dos belgas seria arbitro para a questão dos oficiais ingleses. Restituíram-se então os navios costeiros apreendidos, que se achavam guardados na enseada das Palmas.

Christie não demorou muito tempo no Rio de Janeiro; seu governo aprovou-lhe os atos, mas deliberou retirar-lhe o posto de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

Conservou, porém, a população brasileira o ressentimento produzido pela injúria, que maculava a dignidade da nação. Sofreu por algum tempo o comércio inglês, preferido o de outros estrangeiros. Abriram-se subscrições em favor da defesa do país, da compra de embarcações de guerra, e de armamentos, e em melhoramentos das fortificações da cidade.

Entusiasmo patriótico extraordinário manifestou-se não somente na capital do Império, como em todas as províncias, e esqueceram-se diante dos graves acontecimentos realizados as divergências de partidos, unidos todos em um só pensamento: salvar a dignidade da bandeira, do solo e da Coroa.

Chegado o dia 3 de maio de 1863 instalou-se a sessão legislativa dos representantes da nação.

O Gabinete estava desfalcado com a moléstia prolongada de Lopes Gama; com o falecimento de Holanda Cavalcanti, em março de 1863, e com a exoneração que Polidoro da Fonseca pedira e obtivera, por não concordar com seus colegas no sistema e orientação política.

Miguel Calmon juntou à pasta dos Negócios Estrangeiros a da Fazenda; Cansação trocou a da Agricultura pela da Justiça, e para as da Guerra e Agricultura, foram chamados Antônio Manuel de Melo e Pedro de Alcântara Bellegarde.

Na fala de abertura do Parlamento, anunciou o Imperador o conflito ocorrido com a legação inglesa, e a arbitragem do rei dos belgas na questão dos oficiais da fragata *Ford*.

O rei dos belgas aceitara a missão, e de sua sabedoria esperava satisfatório desenlace. Acrescentava que reclamara do Governo britânico uma reparação pelos atos praticados pelo diplomata e vice-almirante de sua Esquadra.

Com justo orgulho informava que todos os brasileiros se haviam empenhado em sustentar os brios e a soberania da nação. Lembrou ao corpo legislativo a necessidade do desenvolvimento das vias de comunicação, fomento da emigração, reforma das leis de 3 de dezembro, da Guarda Nacional, do recrutamento e das municipalidades, e confiava que na sessão legislativa instalada seriam atendidas estas providências.

Permaneciam os partidos em sua anterior situação: a maioria compacta conservadora, e por meia dúzia de votos dela distanciados os liberais e dissidentes.

Presidente, mesários, e membros das comissões foram eleitos exclusivamente conservadores.

Propôs, todavia e logo, o Deputado Joaquim Otávio Nébias que se requeresse a Sua Majestade audiência para se lhe apresentar a Câmara incorporada com o seu presidente à frente a fim de render-lhe homenagem, assegurar-lhe sincero concurso em acompanhá-lo e a seu governo na sustentação da dignidade e decoro da coroa e da nação, e

felicita-lo por se haver terminado o conflito que surgira entre seu governo e o da Grã Bretanha.

Manifestou-se, portanto, a maioria decidida a manter os direitos e foros do Império, e neste assunto disposta a apoiar o Gabinete.

Não se deliberava ainda de nenhum assunto quando, no dia 12, ficaram as Câmaras surpreendidas com a leitura de um decreto imperial dissolvendo a dos deputados, e convocando os eleitores para no mês de outubro procederem a eleições, e a nova legislatura eleita para o 1<sup>a</sup> de janeiro de 1864.

Não esperou o Gabinete rompimento de opposição por parte da maioria. Quando houvesse sido resolvida a dissolução da Câmara para que o aparato da abertura, a fala do trono e as recomendações de medidas legislativas na sessão que se instalava?

Diante dos acontecimentos críticos por que a nação passara em consequência do conflito estrangeiro, não parecia razoável que se provassem unidos em um único pensamento patriótico Governo e representantes da nação?

Que motivos alegava o Governo para divorciar-se da maioria, que o sustentara na sessão de 1862, e que na de 1863 demonstrara que em questão de dignidade nacional o auxiliava?

Estavam discriminadas as fronteiras dos partidos. De um lado, o conservador genuíno, repellido pelo Ministério, e do outro, as duas facções liberal e dissidente. Um Ministério que não representava nenhum deles, e no qual também nenhum deles confiava, continuava a governar o país, expunha-o aos azares e riscos de uma eleição, cujo resultado, qualquer que fosse, lhe seria prejudicial, mais energicamente ressuscitava ódios antigos, exaltava as paixões amortecidas, e arrastava o país para futuro desconhecido.

Já toda a administração pertencia aos liberais e dissidentes conforme os interesses partidários em cada uma das províncias. Minas, Rio de Janeiro, Ceará, Paraíba do Norte e São Paulo, entregues exclusivamente aos liberais; a Bahia e o Rio Grande do Sul, aos dissidentes; Pernambuco, Maranhão e Alagoas à liga das duas facções que pareciam conciliadas.

Renhida, tenaz e encarniçada foi a pugna. Intervieram, todavia, as autoridades superiores e subalternas, e a polícia com toda a sua influência, com todos os elementos de que dispunha, legais e arbitrários. Não podia deixar de ser vencido o Partido Conservador, quando o país oficial estava confiado a seus adversários. Diante de massas arregimentadas oficialmente sob a pressão de prisões, recrutamentos, processos, com que eram ameaçados e perseguidos, que esperanças podia, no entanto, nutrir? Apesar, porém, das violências exercidas, muitos distritos sufragaram conservadores; forjaram-se então protestos, e escreveram-se duplicatas de documentos, que foram enviados à Câmara para decidi-los.

Noticiou ao Governo imperial seu diplomata acreditado em Bruxelas, Joaquim Tomás do Amaral<sup>75</sup> a decisão do rei dos belgas. Havia aceitado a missão de árbitro no conflito travado entre o Brasil e a Grã-Bretanha, a respeito da prisão dos três oficiais e em data de 18 de junho proferira um juízo favorável ao Brasil.

Regozijou-se extremamente o Imperador, e o Governo e o povo brasileiro aplaudiram a sentença que solvia a questão suscitada.

Exprimia-se o Rei Leopoldo nos seguintes termos:

“Considerando que não ficou de modo algum demonstrado que a origem do conflito fosse devida aos agentes brasileiros, os quais não podiam razoavelmente ter motivos para provocação.

“Considerando que os oficiais, quando foram presos, não traziam as insígnias de sua classe, e que em um ponto freqüentado por tantos estrangeiros não podiam pretender que se acreditassem quando declarassem pertencer à marinha inglesa ao passo que nenhum indício aparente corroborava sua declaração; e que, por conseguinte, uma vez detidos deviam submeter-se às leis e regulamentos existentes, e não podiam ser admitidos a exigir um tratamento diferente do que teria sido aplicado, em iguais condições, a quaisquer outras pessoas.

“Considerando que se não é possível deixar de reconhecer que os incidentes que sobrevieram foram dos mais desagradáveis para os oficiais ingleses, e que o tratamento a que foram expostos deveu-lhes parecer muito duro, consta, todavia, que, quando pela declaração do

---

75 Visconde de Cabo Frio.



vice-cônsul inglês, a posição destes oficiais foi devidamente conhecida, foram logo tomadas medidas que lhes fossem proporcionadas atenções particulares e que em seguida ordenou-se que fossem pura e simplesmente postos em liberdade.

“Considerando que o funcionário que os mandou soltar ordenou que fossem postos em liberdade logo que isso lhe foi possível; e que, procedendo assim, foi movido pelo desejo de poupar a estes oficiais as conseqüências desagradáveis, que, nos termos das leis, deviam forçosamente resultar para eles de qualquer andamento que se desse ao negócio.

“Considerando que em seu relatório de 6 de julho de 1863 o chefe de polícia não devia somente expor os atos mas também dar conta à autoridade superior de seu procedimento e dos motivos que o tinham levado à benevolência.

“Considerando que, neste caso, ele estava legitimamente autorizado para exprimir-se como o fez sem que daí se possa inferir intenção alguma malévola:

“Decido que, na maneira por que as leis brasileiras foram aplicadas aos três oficiais ingleses, não houve nem premeditação de ofensa, e nem ofensa à marinha britânica.”

Apoiado em opinião tão respeitada e insuspeita de parcialidade, renovou, portanto, o Governo imperial suas reclamações para que o de Sua Majestade Britânica lhe desse satisfação condigna pela ofensa feita à soberania territorial da nação na captura e detenção dos cinco navios costeiros, em águas brasileiras, e exigiu reparação pelos danos causados a seu comércio a título de represálias.

Recusou-se Lorde John Russell a entrar em qualquer questão relativa à justiça das represálias ordenadas pelo seu diplomata Christie, e ao modo por que o Vice-Almirante Warren havia efetuado. Assegurou que o Governo britânico tinha tido unicamente por fim obter seguranças para as propriedades e súditos ingleses, que tivessem a desgraça de naufragar em costas brasileiras, e tornar respeitadas as pessoas dos oficiais da marinha britânica. Não fora movido por sentimentos menos amigáveis para com o Imperador e o Governo brasileiro, nem pelo desígnio de agredir território do Império. Pensava, pois, que não devia censurar nem seu plenipotenciário, nem o chefe da estação naval britânica executores de suas instruções e ordens.

Diante de tão terminante resposta entendeu o Governo brasileiro que lhe cumpria retirar de Londres sua legação, e suspender relações diplomáticas com Inglaterra.

Comunicada a deliberação do Governo imperial, recebeu seus passaportes a legação brasileira e abandonou o solo britânico.

Lorde John Russell ordenou então que a inglesa deixasse igualmente o Rio de Janeiro.

Ao ter o Rei de Portugal notícia da interrupção de correspondências diplomáticas entre os dois governos, dirigiu-se ao Imperador do Brasil e ofereceu-se-lhe como mediano para a conciliação.

Respondeu-lhe Sua Majestade Imperial agradecendo-lhe, mas declinando sua proposta. A iniciativa para a acomodação cumpria que partisse do ofensor, e não do ofendido.

A Câmara dos Deputados na verificação dos seus membros revelou tão exagerado espírito de partido, que reprovou as eleições da maior parte dos conservadores que haviam recebido diplomas; permitiu, apenas, assento a seis de dois distritos de Minas e S. Paulo, cuja vitória estrondosa e decidida não prestava motivo a sofismas; desprezou protestos documentados e provados de conservadores e até de liberais genuínos do Rio Grande, que tinham pleiteado com dissidentes, preponderantes na sua província.

Pode-se dizer, com fundamento plausível, que a eleição dos deputados foi antes efetuada na Câmara, que procedida nas paróquias e colégios, designados pela lei para reunião de votantes e eleitores.

No dia 1<sup>o</sup> de janeiro de 1864 instalou-se a assembléia geral dos representantes da nação.

A fala do trono referia as fases por que passara o conflito com Inglaterra; o pagamento sob protesto da indenização de 3.200 libras esterlinas pelo naufrágio do *Prince of Wales*; a arbitragem e o juízo do rei dos belgas na questão dos oficiais da fragata *Ford*; a recusa pelo Governo britânico de reparação e satisfação ao Império; a retirada das respectivas legações; a suspensão de relações diplomáticas; a oferta de mediação do rei de Portugal, e as razões de sua não aceitação. Garantia neutralidade em complicações travadas entre as Repúblicas Oriental e Argentina, e bem assim na guerra civil que recomeçara na campanha do

primeiro dos dous estados. Solicitava melhoramento do Exército e Marinha, reforma judiciária, da Guarda Nacional, da municipalidade, das administrações provinciais, e de outros assuntos de somenos importância. Perseverava no sumário de contas e de providências reclamadas pelos Ministérios anteriores, e que no entanto não tinham ainda sido solvidas.

Pelo aspecto da Câmara dos Deputados compreendeu imediatamente o Gabinete que não merecia a gratidão que esperava dos novos membros eleitos. Equilibravam-se as forças dos liberais e dos dissidentes, e ambas as facções ansiavam ter Ministério, parlamentarmente, e em seu interesse, composto de pessoas que lhes servia a continuação de um Gabinete de velhos e gastos, no qual predominava um tal qual espírito cortês e alheio ao Congresso.

Resolveu Araújo Lima solicitar de Sua Majestade sua exoneração do Gabinete, antes de nenhuma contestação parlamentar.

Atendeu-o o Imperador, e ordenou a Zacarias de Góis que procurasse companheiros, e tomasse conta da administração. A 15 de janeiro de 1864 assumiu Zacarias de Góis a presidência do Conselho e pasta da Justiça; foram José Bonifácio, Pais Barreto, e José Pedro Dias de Carvalho, Domiciano Leite Ribeiro,<sup>76</sup> João Pedro Dias Vieira, e o General José Mariano de Matos encarregados das repartições do Império, Negócios Estrangeiros, Fazenda, Agricultura, Marinha e Guerra. Prevalencia no novo Gabinete a facção dissidente com quatro de seus membros. Aos liberais confiaram-se duas pastas, a da Fazenda e Império, e a da Guerra a um militar que cooperara eficazmente na rebeldia do Rio Grande do Sul, terminada por Luís Alves de Lima. Com a anistia tinha recuperado seu posto no Exército brasileiro, e procedia com lealdade no cumprimento dos seus deveres, sem que em nenhum partido militante se houvesse mais ingerido e nem alistado.

---

76 Visconde de Araxá.

.....

## *Epílogo*

**N**

O DIA 8 de outubro de 1895 pus remate à redação do 1<sup>a</sup> tomo destas *Memórias*. Até hoje 23 de fevereiro de 1896 hesitei se devia reservar sua publicação e a dos tomos subseqüentes para depois de minha morte, ou se preferível era entregá-los a imprensa, à proporção que se fossem concluindo.

Na primeira hipótese, equivaleria o livro a uma voz que, partida do túmulo, reputar-se-ia exprimir revelações sacrossantas, e portanto, ser eu poupado pela crítica, sempre indulgente para os finados.

Conhecido, porém, o livro ainda em minha vida, lhe não faltariam censuras justas ou infundadas, e largo e vasto se abriria o campo para os contraditores.

Preferi este último alvitre porque estou convencido de que poderão notar-se erros, omissões ou olvidos, mas que se me não recusará escrupuloso desejo de acertar nas apreciações que houvesse pronunciado.

A adiantada idade de quase octogenário; a experiência colhida durante cinqüenta anos de lutas e procelas políticas, na Câmara dos Deputados, no Senado e na administração pública durante o regime imperial, o retiro a que me condenei desde a revolução de 15 de novembro de 1889, e as castas deleitações das letras que me suavizam os últi-

mos dias da existência, têm produzido em meu espírito uma tal serenidade que as reminiscências do passado inspiram-se não nas paixões de então, mas na consciência libertada de todas as peripécias passadas.

Não tarda o momento em que eu pague à natureza seu inevitável tributo.

Parece-me, portanto, mais digno falar à borda, que do fundo da campa, e não esquivar-me a nenhuma responsabilidade.

Resta-me suplicar à Providência Divina que me conceda poder prosseguir na tarefa de ministrar elementos e materiais que sirvam para mais amplo conhecimento da história de nossa pátria e do nosso tempo.

# PARTE SEGUNDA

.....

## *Prólogo*

**C**OMEÇA o mês de abril de 1896. Aproveito os dias de vida, com que a Providência Divina ainda me favorece, para prosseguir na redação das Memórias do meu Tempo, cujo primeiro tomo foi confiado aos prelos ao terminar o ano de 1895.

Bem que desilusionado dos gozos, alegrias, ambições e entusiasmos de outrora, apraz-me, todavia, despertar as reminiscências do passado e resgatá-las do ingrato e desdenhoso olvido a que a geração atual parece condená-lo, influenciada por falsas apreciações e infundados juízos.

O regime monárquico arrostou, é verdade, perigos; sofreu reveses, cometeu erros, manteve porém, contra o vórtice revolucionário que uma ou outra vez irrompeu, a integridade do Império, conservou por quarenta anos a tranqüilidade pública, fomentou progressos materiais e morais da nação, e deixou buriladas nas páginas da história pátria cenas gloriosas, que não de ser eternamente memoradas.

Rio de Janeiro, 5 de março de 1896.

.....

*I*  
*De janeiro a setembro de 1864*

**E**QUANTO estiveram em oposição ao Ministério conservador de 1861, pareciam unidas e acordes em idéias e orientações políticas as duas frações de liberais e de dissidentes.

A maioria que conseguiram na eleição procedida em 1863, aumentada com a rejeição de diplomas de muitos conservadores igualmente eleitos, formaram a quase unanimidade da Câmara instalada no 1<sup>a</sup> de janeiro de 1864.

Ao principiarem suas funções legislativas percebeu-se, todavia, que se reabriu a sessão, e que cada um dos dois grupos, iguais em número, pretendia exclusivamente preponderar na Câmara.

O Ministério de Zacarias agradou a facção dissidente e desgostou a dos liberais; receberam-no estes com frieza, senão com murmúrios e despeitos. Queixavam-se de que coubessem unicamente três pastas a seus adeptos, e portanto se lhes coarctava a influência a que tinham direito na administração pública; desconfiavam também do presidente do Conselho, em razão de seus princípios políticos autoritários e vazados sempre nos moldes conservadores.

Apreciou Zacarias sua situação; enfatuado, todavia, com seus talentos parlamentares e dotado de caráter resolutivo, enfrentou sem receio



nenhum as dificuldades que começaram a surgir em torno do Ministério. Compareceu perante a Câmara dos Deputados, e expôs seu programa governativo. Solicitava a alteração da lei de 3 de dezembro de 1841 no sentido restrito de dar mais amplas garantias à liberdade individual e separar a polícia judiciária da administrativa; e a uma revisão razoável da lei sobre a Guarda Nacional, no intuito de aliviá-la do ônus do serviço militar ordinário. Declarou que, em 1862, pedira o concurso das duas frações políticas, então em minoria para estabelecer uma situação normal e conciliadora; mas que, em 1864, as considerava já fundidas em um só partido, cujo alvo tendia a promover a prosperidade do país, sem que se modificassem as bases da Constituição do Império.

Ouviram-se, imediatamente, protestos de Urbano Sabino e de Filipe Lopes Neto, que pertenciam ao grupo praieiro de Pernambuco, e tinham-se envolvido na revolta de 1848, e que depois de um ostracismo de dezesseis anos haviam voltado à Câmara, mas não abandonado suas anteriores doutrinas.

Exigiram, para prestar-lhe sua adesão, que Zacarias afirmasse renegar suas opiniões conservadoras e esposar todos os princípios do antigo Partido Liberal.

Respondeu-lhes Zacarias que a época se não adaptava mais às velhas e decrépitas idéias, que a situação necessitava de concessões mútuas entre as duas frações; que se arredara dos arraiais conservadores por considerá-los emperrados, e acordara com liberais sinceros e moderados em uma nova orientação política que representasse o sentimento da maioria do país e da Câmara ultimamente eleita.

Deram-lhe razão os dissidentes e parte notável de liberais.

Não parecia, contudo, sólida a apregoada fusão. Permaneciam nos espíritos e nos peitos opiniões contrárias e reminiscências de vetustos e recíprocos agravos.

A desgraça tinha congado as duas frações; a fortuna e a vitória reviveram-lhes as desavenças e queixas.

Bem se não dedicava o Gabinete ao exercício de suas funções administrativas, quando um conflito grave perturbava-lhe a marcha regular.

Sabia-se que o Imperador desejava a aposentadoria forçada de alguns magistrados, que supunha prevaricadores; e que, não logrando-a dos membros do Ministério de maio de 1861, a conseguira do Gabinete presidido por Araújo Lima, ao retirar-se do poder esse Gabinete.

Lavraram-se os respectivos decretos de aposentação, que se não tinham ainda cumprido. Remeteu-os Zacarias ao Supremo Tribunal de Justiça. Respondeu-lhe o Presidente Pinheiro de Vasconcelos, que, reputando-os inconstitucionais, não podia obedecer ao Governo.

Achou-se Zacarias em dificuldades; havia, na Câmara, constantemente defendido o privilégio dos magistrados e negado ao Governo o direito de dar-lhes aposentação, e até mesmo remoção forçada de umas para outras Relações do Império.

Não aprovava o ato do seu predecessor; considerou-o porém como consumado e ordenou terminantemente ao presidente do Supremo Tribunal de Justiça, cumprisse os decretos. Relutou ainda Pinheiro de Vasconcelos. Coagiu-o Zacarias a demitir-se da presidência do tribunal, nomeou-lhe substituto, e logrou então que fossem registrados os decretos. Funesto início de governo, que lhe acarretou logo impopularidade notável.

Com largas e duradouras discussões acerca da validade da eleição e reconhecimento de deputados gastou a Câmara toda a primeira sessão de sua legislatura.

Encetada a segunda a 3 de maio, não falhavam ao Ministério contínuas e desagradáveis lutas com os conservadores, tanto pertencentes ao Parlamento como redatores de gazetas, que se aproveitavam de todos os incidentes para desprestigiá-lo na opinião pública.

A fala com que o trono abriu a segunda sessão da legislatura em 3 de maio, enunciou que se tratava do casamento das duas Augustas Princesas, D. Isabel e D. Leopoldina; que tanto o Governo britânico como o brasileiro haviam aceitado a mediação oferecida pelo de Portugal, a fim de se restabelecerem suas relações diplomáticas; que, infelizmente, no Estado Oriental lavrava a guerra civil, e, em consequência das queixas dos brasileiros ali residentes, ofendidos em seus interesses e pessoas, o Governo imperial resolvera mandar uma missão especial encarregada de exigir a satisfação que lhes era devida e providências eficazes para se não reproduzirem as violências que os brasileiros suportavam na

República. Repetiu a necessidade de se reformarem algumas leis, e de prolongar-se a estrada de ferro que liga as províncias de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro.

Para se compreenderem as complicações suscitadas no Estado Oriental, das quais procediam às reclamações do Império, cumpre suspender a narrativa dos sucessos interiores do país e projetar rápida vista de olhos sobre aquele teatro de acontecimentos, que ameaçavam as relações amigáveis existentes entre os dois povos vizinhos.

A guerra que, em 1851, tinha o Brasil dirigido contra Juan Manuel Rosas, ditador de Buenos Aires, e causado sua queda de Governador da Confederação Argentina, sua fuga do rio da Prata, e a elevação do General Urquiza à Presidência da República, havia ali serenado os ânimos e firmado governo regular e pacífico.

Por seu lado, o Estado Oriental desafrontrara-se dos sustos de perder sua autonomia e independência ameaçadas por Juan Manuel Rosas. Giró, eleito Presidente, apoiou-se porém exclusivamente no Partido Blanco e malquistou-se com o Colorado. Despertaram-se de novo os ódios e os rancores entre as duas frações em que os povos se dividiam. Não pôde Giró sustentar-se no poder e, em 1853, um triunvirato composto de Frutuoso Rivera, Lavalleja e Venancio Flores apossou-se do governo. Falecido Rivera, Flores foi eleito único Presidente e, para prevenir a guerra civil que os blancos tramavam, obteve do Ministério presidido por Honório Hermeto, que mandasse estacionar por algum tempo em Montevidéu uma divisão militar brasileira.

Retiradas que foram depois as forças do Império, desembarcou Oribe em Montevidéu e apelidou o Partido Blanco contra o governo de Flores. Foi o presidente coagido a abandonar a capital e convocar seus partidários para a campanha. Tomou Bustamante conta da suprema autoridade, e a guerra civil ameaçou lavrar de novo no desditoso país. Nada tinham os orientais aprendido e nem esquecido, apesar das calamidades que haviam assolado sua pátria nas lutas antecedentes.

Depois de grandes esforços empregados para a pacificação, declarou Flores renunciar à Presidência da República, e foi eleito Gabriel Antonio Pereira, que tornou-se instrumento cego dos mais exagerados caudilhos do Partido Blanco.

Suspendeu-se a liberdade de imprensa; proibiram-se reuniões políticas; e perseguiram-se com processos e prisões os colorados mais distintos. Foram Flores e os Generais Cesar Díaz e Pacheco y Obes constringidos a fugir para Buenos Aires, a fim de escaparem às vinditas de seus inimigos.

Em Buenos Aires tramou Cesar Díaz uma sublevação na campanha do Estado Oriental, e, em 1861, recomeçou a guerra civil.

Opôs-lhe o governo de Montevideu enérgica resistência, e o General Medina iniciou, contra os sublevados luta pertinaz.

Após vários reencontros e tiroteios, conseguiram os contendores chegar a acordo para terminar a luta. Cesar Díaz assinou uma capitulação razoável e honrosa, desarmando e dissolvendo seus companheiros e adeptos, envolvidos na luta, e prestando preito ao governo legítimo.

Comprometeu-se Pereira ao esquecimento do passado, à restituição dos bens e propriedades seqüestrados, à reintegração dos revoltos em seus postos do Exército, à participação dos dois partidos na administração e governo da república, ao gozo de garantias civis e políticas, e à liberdade de eleição de um novo Presidente da República, para que cessassem as hostilidades e se restaurasse a harmonia.

Ratificado por ambas as partes o convênio, exigiu Medina que previamente o executasse Cesar Díaz. Logo, porém, que se desarmaram seus inimigos, mandou prender astuciosamente os principais corifeus da revolta. Poucos se salvaram emigrando para Buenos Aires. Cesar Díaz, porém, e cerca de cem dos seus oficiais, foram carregados de ferros, guardados alguns dias em escura enxovia e pouco depois fuzilados em Quinteros, sem que se lhes houvesse instaurado processo judiciário.

Intitulou-se este ato – “matança de Quinteros”.

Terminado o prazo de sua presidência, transferiu-a Pereira em 1860 a Bernardo Berro, igualmente adeso ao Partido Blanco.

Em 1863 conspirou Venancio Flores, e de Buenos Aires seguiu para a campanha da República Oriental. Desceu no “*rincón de las Galmas*”, espalhou proclamações provocando seu partido e anunciou que se propunha derrubar a tirania, que pesava tão duramente sobre sua pátria. Estabeleceu seu quartel-general na Flórida, e não tardou em jun-

tar contingentes numerosos de colorados que se colocavam sob seu comando.

Recomeçou a sanguinária contenda entre os novos sublevados e as forças que o governo de Berro enviara a seu encontro.

Flores poupava os bens e as pessoas dos brasileiros estabelecidos na campanha oriental; e muitos eram estes ou possuidores de importantes estabelecimentos pastoris e rurais, ou empregados em seus trabalhos. Subia seu número a mais de trinta mil, que do Rio Grande do Sul, atravessadas as fronteiras, procuravam terras mais adaptadas para a criação e propagação de gados, principal indústria daqueles campos compreendidos entre os rios Quaraim e Negro, tributários do Uruguai.

Procediam diferentemente os chefes das forças legalistas. Obrigavam brasileiros a serviço militar, espoliavam suas propriedades, e roubavam-lhes bois para se manterem, e cavalos para suas tropas. Chegavam cotidianamente queixas de brasileiros ao Rio Grande e ao Rio de Janeiro, e encontravam ecos simpáticos, a que o Governo imperial não podia cerrar ouvidos. O general brasileiro Antônio Neto, que, anistiado em 1845, se recolhera ao Estado Oriental e ali possuía consideráveis estâncias, dirigiu-se à capital do Império em comissão de seus compatriotas residentes no Estado Oriental, e reclamou do Ministério e das Câmaras acudissem em socorro das propriedades e das pessoas de seus compatriotas.

A tribuna e a imprensa, em 1864, acusavam o Governo de conservar-se impassível e neutro em questões que comprometiam a dignidade da pátria e os legítimos interesses de seus concidadãos.

Como pela diplomacia ordinária não lograva obstar à continuação dos atos praticados pelos chefes militares da república vizinha, e mais ainda chegar a acordo com o Governo oriental no tocante a assuntos da dívida, por que era o Estado Oriental responsável para com o Brasil, resolveu o Ministério enviar a Montevidéu, em missão especial, José Antônio Saraiva, e para prestar-lhe toda a autoridade nas suas relações, ordenou que alguns navios de guerra estacionassem no porto de Montevidéu e uma divisão do Exército brasileiro, a mando do General João Propício Mena Barreto, se colocasse nas fronteiras do Jaguarão.

Findo o prazo de sua presidência em 1864, transferiu-a Berro ao Senador Aguirre.

Excedeu Aguirre a todos os seus antecessores blancos em violências e atos arbitrários e nem arreceu-se de suscitar brigas com o governo argentino. Persuadido de que Bartolomeu Mitre, então presidente da Confederação, favorecia a revolta promovida por Flores, e desconfiado de um barco mercante argentino encontrado no rio Uruguai transportava munições e armamentos de guerra, mandou-o apresar por um brigue de guerra oriental. Resolveu Mitre cometer represálias, pois que apesar de suas reclamações lhe não reparava Aguirre a injúria, e ordenou que se apreendesse o vapor de guerra oriental *General Artigas*, quando, dobrada a ilha de Martín García, tentava subir às águas do Uruguai.

Recorreu Aguirre ao Brasil, e invocou sua intervenção, a fim de que não perigasse a independência da República Oriental, tão necessária ao equilíbrio político do rio da Prata, e garantida por tratados assinados pelo Brasil, Confederação Argentina e Inglaterra.

Conseguiu o Brasil franca declaração da Confederação Argentina, de que não atentava contra a autonomia do Estado Oriental, e apenas exercera vinda pelo insulto recebido. Não se dissiparam, todavia, as nuvens que ameaçavam perturbar as boas relações entre os dois governos do Prata. Aguirre, porém, persistiu em desatender as queixas quer do Brasil, quer da Confederação Argentina, porque meditou chamar em seu auxílio Francisco Solano López, ditador do Paraguai que, segundo notícias propaladas, dispunha de exército numerosíssimo e de marinha notável, e se manifestava indisposto contra o Brasil e Buenos Aires. Enviou-lhe Sagastun em missão diplomática, a fim de promover aliança ofensiva e defensiva. Dirigiu-se ao mesmo tempo, por outro emissário, ao General Urquiza, que governava a província argentina de Entre-Rios, adversário e rival de Mitre, e implorou-lhe igualmente a proteção.

As instruções transmitidas pelo Governo imperial a seu plenipotenciário Saraiva determinavam que, chegado a Montevidéu, exigisse oficialmente do governo oriental: 1<sup>a</sup> prisão e castigo dos militares e autoridades civis mais conhecidos autores das depredações exercidas na campanha oriental contra propriedades e pessoas de brasileiros ali residentes; 2<sup>a</sup> exoneração de empregados militares e civis, que tivessem cometido desacatos ofensivos aos súbditos do Império; 3<sup>a</sup> destituição e castigo dos funcionários que desprezavam certificados dos respectivos

cônsules, e coagiam brasileiros a serviços militares; 4<sup>o</sup> liberdade a todos os brasileiros alistados nas fileiras do exército oriental; 5<sup>o</sup> respeito rigoroso aos certificados de nacionalidade assinados pelos respectivos cônsules; 6<sup>o</sup> indenização das propriedades de brasileiros extorquidas pelos chefes das forças em operação de guerra, e enfim, medidas eficazes para que se não repetissem prepotência e abusos tão escandalosos.

Persuadia-se o Ministério que com este passo aparatoso o governo oriental atenderia às vozes e conselhos da razão, e daria ao Brasil todas as reparações, que restabelecessem a concórdia entre os dois países.

Chegou Saraiva a Montevidéu nos primeiros dias de maio de 1864, e antes de oficialmente comunicar-se com o Governo, perante o qual estava acreditado, esforçou-se em estudar a situação dos negócios públicos, e colher esclarecimentos acerca da guerra civil que lavrava e dos recursos da república para lutar contra os revoltosos.

Amistosamente correram depois suas correspondências diplomáticas. Herrera, ministro das Relações Exteriores, reconheceu em parte a justiça das reclamações brasileiras, e prometeu satisfazê-las, posto que manifestasse as dificuldades do seu governo diante da guerra civil, e das paixões e rancores do Partido Blanco, que predominava na administração pública.

Parecia tudo caminhar para êxito feliz da missão. Tem data de 14 de maio sua primeira nota, moderada e conciliadora.

Demorou-se a resposta oficial do ministro dos Negócios Estrangeiros. Mas os chefes do Partido Blanco em reuniões e nas gazetas romperam hostilidades contra o Governo brasileiro, e aconselhavam o presidente da república a desprezar suas reclamações. Eram animados por notícias que Sagastun lhes remetia do Paraguai, afirmando ter encontrado o ditador López disposto a proteger o Estado Oriental contra quaisquer agressões de potências estrangeiras, particularmente contra o Império, que se envolvia nas questões internas da república de Montevidéu.

Dirigiu-se Saraiva pessoalmente ao Presidente Aguirre, e observou-lhe o interesse e a necessidade de acomodar-se com o Império. Ordenou Aguirre ao ministro Herrera que satisfizesse suas reclamações.

Percebeu Saraiva que se pretendia o adiamento. Convenceu-se também de que o governo de Montevidéu sustentava-se exclusivamente

no arbítrio e violência, e que na campanha não podia arcar com fortuna contra Flores, que ocupava grande parte de território, e dispunha de bastantes elementos para a luta.

Pareceu-lhe a pacificação da república condição essencial para se ajustarem amigavelmente as questões pendentes com o Brasil; expôs a Herrera suas opiniões e aconselhou-o a pactuar pazes com os revoltosos. Abundou Herrera em idêntico pensamento, e prometeu coadjuvá-lo para terminar-se a guerra civil e restabelecer-se a ordem pública, tão necessária ao desenvolvimento e futuro da república. Lembrou apenas que cumpria não sacrificar o decoro e brilho da autoridade legítima.

Comunicada por Saraiva a marcha das negociações, aprovou-lhe o Governo imperial o procedimento, e enviou-lhe credenciais para que de acordo com a Confederação Argentina prosseguisse em sua empresa de paz.

Partiu Saraiva para Buenos Aires, e combinou com o Presidente Mitre, e com o ministro de Relações Exteriores, Elisalde, uma ação comum em favor do Estado Oriental.

No seu regresso para Montevideú foi acompanhado por Elisalde e por Thornton, plenipotenciário britânico, acreditado junto à Confederação Argentina, e que se ofereceu a coadjuvá-los, na qualidade de representante de uma potência que se comprometera também a garantir a independência Oriental.

No correr do mês de junho, os três diplomatas conferenciaram com Herrera e ofereceram-lhe sua mediação para terminar-se a guerra civil. Não opôs Herrera dúvidas a tão justas pretensões, e tomou o compromisso de concorrer para tão salutar solução.

Procrastinando as negociações, tratou no entanto Herrera de separar os três diplomatas mediadores, mas estes repeliram sua preterição e a comunicaram a Saraiva.

Exprobrou-lhe Saraiva seus intentos; e em nova nota exigiu as satisfações reclamadas, ou a aceitação da mediação oferecida conjuntamente pelos três diplomatas.

Solicitou Herrera que se comprometessem a socorrer o governo de Aguirre, caso Venancio Flores não aquiescesse às propostas do paz, que imediatamente o governo oriental lhe enviaria.



Responderam-lhe os três plenipotenciários que, ignorando as condições, se não decidiam, mas que, quando Flores repelisse sem fundamento propostas honrosas, prestariam seu concurso moral ao governo de Aguirre.

Leu-lhes então Herrera as bases aprovadas pelo presidente da república para a pacificação. Consistiam em plena anistia, reconhecimento e restituição de postos militares, liberdades privadas e políticas, nova eleição de presidente e de membros do congresso legislativo, por todo o povo da república e indenização pecuniária pelo gado, armamento e munições, que os revoltosos entregassem.

Adotaram-nas os três diplomatas, e assentaram que conjuntamente com dous cidadãos nomeados por Aguirre, se dirigiriam ao acampamento de Flores, e tratariam de convencê-lo da necessidade de depor as armas.

Nomeou Aguirre a Lhamas e Castellanos para seus agentes, e ordenou-lhes acompanhassem os três diplomatas.

Puseram-se os cinco a caminho para Puentes del Rosario, onde Flores assentara seu quartel-general.

Acolheu-os galhardamente Flores, e aceitou-lhes as condições propostas; declarou, todavia, que pronto a reconhecer a presidência de Aguirre, enquanto por eleição popular lhe não fosse dado substituto, exigia mudança de ministros para garantia dos direitos individuais e políticos de todos os cidadãos, e liberdade da eleição, a que se devesse proceder. A dous colorados desejava que fossem confiadas as repartições da Guerra e da Justiça, a fim de serem representados na governação ambos os partidos contendores.

A instâncias dos três diplomatas cedeu Flores esta cláusula aditiva, e assinaram os seis um tratado com data de 20 de junho, declarando os dous comissários de Aguirre que o subscreviam *ad referendum*. Entregou ainda Flores aos três diplomatas uma carta que endereçava a Aguirre, reconhecendo sua autoridade, e comprometendo-se a cumprir lealmente o acordo efetuado, a fim de que se extinguisse a guerra civil, e se restaurasse a paz e a ordem em toda a república.

A 23 de junho agradeceu Aguirre aos três diplomatas os serviços prestados, visitou-os pessoalmente em suas residências, e mandou publicar o tratado de pacificação por ele igualmente ratificado.

Impressões diferentes causou a notícia do acordo. A maioria da população de Montevideu composta de gente pacífica e laboriosa, tanto nacional como estrangeira, aplaudiu ao resultado das negociações entabuladas, e saudou com júbilo o remate da guerra civil. Os exagerado do Partido Blanco, porém, não ocultaram seus despeitos e ameaçaram de derribar o Governo, caso cumprisse o tratado. Grupos nômadas passeavam pelas ruas, vociferavam nas praças, e protestavam que não consentiriam na execução do vergonhoso pacto que diplomatas estrangeiros haviam imposto à república.

Chegaram, nesse momento crítico, novas do Paraguai, e soube-se que o ditador López oferecera ao Governo brasileiro sua mediação para acomodá-lo com o Estado Oriental, e declarava que em bem do equilíbrio político necessário no rio da Prata, não permitiria que tropas brasileiras invadissem o território Oriental. Respondeu Saraiva que era a proposta extemporânea, visto como estava já concluída a pacificação da república pelo tratado entre Aguirre e Flores.

Cumpria executar-se o tratado, e não o fazia o governo de Aguirre, sob a pressão do Partido Blanco. Sucediã-se os dias, e os diplomatas com razão desconfiavam da sinceridade do presidente da república.

Expediu, no entanto, Aguirre um coronel do Exército com ordens de exigir que Flores previamente desarmasse, dissolvesse, dispersasse seus soldados, e entregasse-lhe a artilharia, fuzilaria e munições de guerra, de que dispusesse.

Exigiu Flores que ao mesmo tempo Aguirre cumprisse as condições que lhe cabiam.

Surpreenderam-se os três diplomatas com o ato do Governo, e notaram a Herrera que ele equivalia à nulificação do tratado. Respondeu-lhes calmamente Herrera que Aguirre estava resolvido a abandonar a presidência, caso os revoltosos perseverassem armados.

Compreenderam os diplomatas que estavam burlados, e declararam findas as negociações para a pacificação da república.

Por seu lado, Venancio Flores publicou que sem garantias eficazes não dispersava suas forças, porque não queria expor-se à sorte do infeliz general Cesar Díaz, degolado em Quinteros, por haver depositado confiança nas palavras e escritos de seus inimigos.

Elisalde e Thornton embarcaram imediatamente para Buenos Aires.

Voltou, portanto, Saraiva, ao princípio de sua missão, e a 4 de agosto dirigiu uma nota enérgica ao Governo oriental, fixando o prazo de seis dias para as reparações que reclamara. Intitulou a nota ultimato, e terminou-a com a declaração de que cessaria suas relações, retirar-se-ia de Montevideú, e encarregaria o chefe da Esquadra, Joaquim Marques Lisboa, e o general Mena Barreto, de obrigar o Governo oriental a atendê-lo em suas reclamações.

Recambiou-lhe o ministro oriental a nota, sem que a honrasse com resposta.

Retirou-se Saraiva para Buenos Aires.

Desenfreadou-se a população de Montevideú, excitada pelos chefes do Partido Blanco. Insultou a Legação Brasileira, e o Consulado do Império. Rasgaram-se, queimaram-se em auto de fé e nas praças públicas os textos dos tratados com o Brasil, e arrastaram-se pelas ruas as bandeiras do Império. Foram os brasileiros forçados a fechar suas casas e esconder-se, a fim de não serem vítimas do furor das multidões desvairadas.

O governo de Aguirre remeteu logo os passaportes à Legação Brasileira acreditada em Montevideú e cassou os *exequaturs* a todos os cônsules e vice-cônsules do Império residentes na república.

A esquadilha brasileira dirigiu-se para a colônia do Sacramento, e esperou as ordens do Governo.

Saraiva incumbiu-se de cometer represálias contra os orientais e de bloquear-se os portos, e à divisão militar estacionada no Rio Grande de penetrar no Estado Oriental e adiantar-se contra Montevideú.

Considerou finda sua missão, e requereu ser exonerado do alto posto que ocupava.

Enquanto no rio da Prata corriam acontecimentos tão pressagiosos de futuras tormentas, esmerava-se Zacarias em não suscitar ques-

tões de confiança na Câmara, temeroso de seu resultado. Já não escondiam os liberais sua oposição, e a todo o instante precatava-se o Gabinete contra ciladas que lhe fossem armadas. Logrou apenas das Câmaras a dotação das Augustas Princesas. Os orçamentos e a fixação de forças anuais discutiram-se, mas não se votaram.

Levantou-se, no entanto, na Câmara e inesperadamente a 29 de agosto um conflito, bem que de somenos importância, mas que converteu-se em questão de Gabinete.

Oferecera a Comissão de Comércio um projeto concedendo duzentos contos de réis anuais de subvenção a uma companhia de vapores norte-americana, que se propusesse a manter regular navegação de vapores entre o Rio de Janeiro e Nova Iorque.

Dado para ordem do dia, e aberto o debate, opinou José Bonifácio que o projeto carecia de estudo mais meditado, tanto da Câmara, como do próprio Governo. A companhia deveria ser auxiliada não somente pelo Governo brasileiro, como também pelo dos Estados Unidos da América do Norte, e o gabinete de Washington nada havia ainda resolvido a respeito. Propôs, portanto, o adiamento do projeto para a sessão do ano seguinte.

Censurou-o Martinho de Campos por se envolver em assunto administrativo pertencente à repartição diversa da que geria. Declarou que o projeto fora combinado com o ministro do Comércio e Navegação, e aprovado por outros membros do Gabinete, e não sabia como explicar o procedimento do ministro do Império.

Desagradável discussão enleou-se entre José Bonifácio e Martinho de Campos. Decidiu a maioria contra a opinião do ministro, rejeitando seu adiamento.

Aproveitou-se Martinho de Campos da disposição da Câmara; requereu e obteve imediatamente que se aprovasse o projeto em primeira discussão, e entrasse logo em segunda. Logrou ainda o assentimento da maioria.

Irritado com o revés que sofrera, saiu José Bonifácio imediatamente da Câmara, dirigiu-se ao Senado, e comunicou a Zacarias sua resolução de retirar-se do Ministério.

Diligenciou Zacarias acalmá-lo; não atendeu-o José Bonifácio, e partiu Zacarias para São Cristóvão a noticiar ao Imperador o acontecimento. Propôs a Sua Majestade a substituição de José Bonifácio na pasta do Império por Francisco José Furtado, presidente então da Câmara dos Deputados.

Mostrou-se o Imperador adverso à recomposição do Gabinete. Suspeitou Zacarias que lhe faltava a confiança da Coroa e com altivez expôs a Sua Majestade seu pensamento, e solicitou a demissão de todo o ministério.

Não demorou-se o Imperador em conceder-lha; mandou chamar Furtado e incumbiu-o de organizar novo Gabinete.

Certificou-se Zacarias de que o Imperador preferia composição ministerial mais colorida de liberalismo, do que fora a do Gabinete que presidia. Recusar-lhe para colega Furtado, e confiar-lhe em seguida a presidência do Conselho, era fato que lhe abria os olhos, e descortinava-lhe os sentimentos da Coroa.

.....

II

*De setembro de 1864 a maio de 1865*

**T**RABALHOS insanos custaram a Furtado a organização do novo Gabinete. Convidou Otaviano e Martinho de Campos, e ambos se recusaram a entrar para o Ministério. Lembrou-se de Teófilo Otoni e de Sousa Franco, e a Coroa não aprovou-os. Após diligências repetidas, conseguiu que o Senador Carlos Carneiro de Campos aceitasse a pasta da Fazenda, e chamou para ocupar a da Guerra o General Henrique de Beurepaire Rohan,<sup>77</sup> considerado militar instruído, e literato de gosto, e que apenas alguns meses demorou-se na administração, e foi substituído pelo Visconde de Camamu, como ele igualmente alheio à política. Assumiu Furtado a presidência do Conselho e a pasta da Justiça; três deputados, José Liberato Barroso, Jesuíno Marcondes e Francisco Xavier Pinto Lima, foram encarregados das repartições do Império, Agricultura, e Marinha. Reservou para Saraiva a de Negócios Estrangeiros, mas desdenhada por ele, passou-a a João Pedro Dias Vieira.

Era Furtado homem de talentos notáveis, e de instrução jurídica, mas inexperiente da administração, e posto que gozasse de estima entre seus correligionários, não dispunha de influência sobre eles. Acres-

---

77 Visconde de Beurepaire Rohan.

cia que os colegas, que escolhera, novéis todos no traquejo dos negócios públicos, lhe não garantiam suficientemente a situação.

Expôs Furtado logo na primeira sessão da Casa temporária um programa abundante de reformas, em quase todos os ramos da administração política e administrativa. Aspirava a modificar as leis orgânicas da Constituição, não pretendendo, todavia, ofender-lhe as normas e princípios fundamentais. Pretendia radicalmente introduzir reformas nas leis de 3 de dezembro, da Guarda Nacional, da municipalidade, da administração das províncias, do recrutamento, da eleitoral, e declarava que manteria a paz com todas as potências estrangeiras, honrosa, todavia, e não a todo o transe, e sem o menor sacrifício da dignidade do Império. Confiava que a quase unanimidade da Câmara lhe prestaria sua confiança, lembrada de que o havia honrado com seus votos para ocupar a cadeira da presidência.

Aplaudiram-no os liberais; os dissidentes, porém, guardaram silêncio. Uma voz, apenas, ecoou no recinto, apregoando falta de confiança.

Aproximava-se, no entanto, a sessão da Câmara a seu termo; votaram-se então os orçamentos e leis anuais de fixação de forças, e encerrou-se a Assembléa Legislativa.

Tratou o Imperador de consorciar suas Augustas Filhas com dois netos de Luís Filipe, rei dos franceses, destronado em 1848. Com a mais velha, e herdeira do trono, D. Isabel, esposou-se o Conde d'Eu, filho do Duque de Nemours, e com a segunda, D. Leopoldina, o Príncipe de Saxe. Eram ambos jovens e cavalheiros esmeradamente educados e instruídos. O Conde d'Eu contava 22 anos de idade, o Príncipe da Saxe 19. Considerados logo brasileiros naturalizados, foi o primeiro elevado ao posto efetivo de marechal do Exército, e o segundo ao de almirante da Esquadra brasileira.

Cuidou-se também da substituição de Saraiva na missão diplomática especial no rio da Prata. A delicadeza do cargo impunha muito tino e perspicácia ao diplomata escolhido. Acreditou-se geralmente que do Imperador partira a lembrança do nome de Silva Paranhos, e que Sua Majestade instara com ele pessoalmente para aceitar aquela missão. Posto que conservador, e adversário do Gabinete, resolveu Paranhos não somente obedecer a Sua Majestade, como prestar à pátria serviços que

não contrariavam suas opiniões, no tocante à política interna. Recebeu Paranhos credenciais que o acreditavam perante os governos de Montevideu, Paraguai, e República Argentina.

Rebentou, no entanto, na praça do Rio de Janeiro, temerosa crise financeira, resultado ainda da expansão do crédito e das especulações, que tão animadas haviam sido, durante o Ministério de Sousa Franco, e que não tinham podido ainda ser liquidadas. A lei de 1860 restabelecera o câmbio, continuando o Banco do Brasil a ser o único emissor de notas, e a pagá-las em ouro, sempre que levadas ao troco. Mas restavam compromissos de particulares, que se tinham exagerado na jogatina da bolsa, e que se demoravam em solver seus débitos.

Repentinamente surpreendeu-se toda a população com a notícia de que as casas bancárias de Souto e Cia., Gomes e Filhos, Montenegro e Lima, Oliveira e Belo, e Amaral e Pinto, que tinham recebido consideráveis depósitos de economias particulares, haviam suspendido seus pagamentos. Montavam a somas elevadas suas responsabilidades, e o pânico derramou-se por todas as classes da sociedade, que lhes tinham confiado suas fortunas, na esperança de auferir lucros vantajosos.

Aglomeravam-se os credores às portas dos banqueiros falidos, e de todos os estabelecimentos bancários, que incontínenti suscitavam também suspeitas de insolvabilidade por se demorarem nos pagamentos reclamados. Temeram-se as cenas mais lamentosas ainda com o fato de se precipitarem também os portadores de notas sobre o Banco do Brasil, a trocá-las em ouro. Tornou-se assim a corrida dos credores mais amedrontadora, porque podia exaurir-se o fundo metálico do banco. Cada um, moço, velho, mulher, a qualquer condição que pertencesse, esforçava-se em receber seus dinheiros depositados em conta-corrente, e em trocar as notas do banco em ouro.

Foi o governo coagido a garantir as casas dos banqueiros e os edifícios dos bancos com polícia e tropa de linha, a fim de prevenir desordens e obstar as violências, a que a desesperação arrasta de ordinário os que anseiam arrancar da voragem os bens, que tanto suores e vigílias lhes haviam custado.

Decorreram alguns dias em contínua agitação popular, e pensou o Governo que lhe cumpria acudir à situação em que a praça se



achava. Cessara o serviço das alfândegas, suspendera-se o comércio, e avolumavam-se os boatos de geral bancarrota.

Estavam as Câmaras encerradas, não dispunha o Governo de atribuições legais para providenciar, e era de urgência pôr cobro às calamidades e perigos que se amontoavam.

Começou o ministro da Fazenda por decretar medidas especiais para falências e liquidações de bancos e banqueiros, que tinham suspenso seus pagamentos; nomeou agentes para fiscalizarem as operações, e resguardarem os depósitos e títulos de dívida que se encontrassem.

Suspendeu o troco em ouro das notas do Banco do Brasil e decretou-lhes o curso forçado. Para obviar a corrida sobre os seus depósitos em contas-correntes, autorizou-se a elevar ao triplo a importância de sua emissão, bem que se houvesse desfalcado e desequilibrado o fundo metálico que as garantia.

Concedeu indultos aos banqueiros, que, contrariamente à lei existente, haviam emitido letras ao portador, ou nominativas a prazo fixo, e dispensou de revalidação por falta de observância do imposto do selo.

A suspensão de pagamento metálico das notas do Banco do Brasil produziu de súbito queda do câmbio, e em vicissitudes desastrosas estorce-se o comércio; subiram os valores dos gêneros necessários à vida, e de todos os espíritos apossaram-se terrores. Conteve-se, todavia, a agitação popular nas ruas, e mais ou menos desastrosamente se foram liquidando as fortunas dos comprometidos na pavorosa crise.

Conseqüência infalível do jogo e especulações exageradas, das antigas emissões de bancos, que abriam válvulas ao abuso do crédito, e demora das liquidações!

Levantavam-se grandes brados contra os atos do Governo. Acusavam-no fortemente por ter procedido com o arbítrio, em vez de marchar com a legalidade, que menores desastres teria acarretado. E cumpre dizer que o Ministério ficou desde logo abalado em seus créditos.

É tempo de volver a atenção para o rio da Prata, cujas peripécias tanto interessavam ao Império.

Não haviam começado ainda as represálias e hostilidades contra o governo de Aguirre, ordenadas por Saraiva, e apenas intimados os representantes diplomáticos das nações neutras de que elas se deviam praticar, quando Paranhos chegou a Buenos Aires. Pretendeu ainda reabrir relações com Aguirre, e chamá-lo ao campo da conciliação. Não logrando resultado, ratificou as instruções de Saraiva aos chefes do Exército e da Marinha, abandonou o papel de neutro, que o Império mantinha na luta entre Flores e Aguirre, reconheceu beligerante o chefe dos revoltosos, e exigiu que ativassem as operações de guerra, decidido principalmente pelas notícias chegadas do Paraguai de que Solano López, bem não soubera do ultimato de Saraiva, declarara ao encarregado de negócios brasileiros em Assunção que consideraria guerra o fato de pisar o solo oriental um só soldado brasileiro.

Enquanto pelo Serro Largo invadiu Mena Barreto o território oriental com sua divisão, seguiu Marques Lisboa com a esquadilha para o rio Uruguai, a fim de cortar comunicações fluviais ao governo de Aguirre. Ao dobrar a ilha de Martín García, sita na junção do Uruguai e Paraná, avistou o vapor de guerra oriental, *Villa del Salto*, e mandou que a corveta *Jequitinhonha* lhe desse caça e o apreendesse. Escapou, porém, o navio oriental, que, de menor calado, navegava sobre os baixios do rio, enquanto que o *Jequitinhonha* procurava canais, para não encalhar. Abri-gou-se o *Villa del Salto* sob as baterias do forte argentino da Conceição, sito à margem direita.

Posto que vigiado pelo *Jequitinhonha*, levantou todavia o *Villa del Salto* ferro em uma noite escura e fugiu a toda a força de vapor para Paissandu.

Correu o *Jequitinhonha* em seu encalço, e ao aproximar-se de Paissandu, descobriu-o já incendiado, para não ser aprisionado, e desembarcada toda a tripulação e objetos que transportava.

Subiu Lisboa com alguns navios de guerra até Paissandu, resolvido a bloquear a praça. Governava-a um feroz caudilho, Leandro Gómez, em nome do Presidente da República, e havia-a fortificado cuidadosamente, construindo em terra trincheiras e fossos, e estacadas à beira do rio, e apoiava-se em cerca de mil homens bem armados e de empenho.

Intimou-o Lisboa para restituir liberdade a todos os brasileiros obrigados a servir nas fileiras de suas forças militares, e a abandonar a fortaleza.

Respondeu-lhe altivamente Leandro Gómez, e Lisboa tratou de formar-lhe o assédio, desembarcando gente para operações em terra, e com os navios fechando-lhe as comunicações do rio.

Ao receber Flores a notícia, voou a unir-se aos marinheiros da Esquadra, e chegou também logo depois a vanguarda da coluna expedicionária, comandada por Mena Barreto, que já havia tomado a Villa de Mercedes e marchava para Montevidéu.

Assaltos repetidos contra os redutos da praça, não lograram domá-la; sua artilharia, suas fortificações, e o valor de seus defensores a sustentavam.

No dia, porém, 2 de fevereiro de 1865, findou a contenda. Após cinqüenta e duas horas de fogo vivíssimo tenazmente entretido por um e outro lado, penetraram os sitiantes e aprisionaram a máxima parte dos defensores. Bem poucos puderam evadir-se, internando-se nos esconderijos do território.

Foi Leandro Gómez um dos prisioneiros. Temeroso das vinganças dos brasileiros, que muitos perseguira e matara barbaramente, pediu que o entregassem aos seus patrícios orientais, que mais confiança lhe mereciam. Anuiu Lisboa às suas súplicas, e os soldados de Flores tomaram conta do caudilho. Apesar, porém, das recomendações de Lisboa para que o tratassem benevolmente, degolaram-no com atrocidade, pelo que Lisboa se manifestou muito magoado, e ordenou que os prisioneiros fossem dali em diante guardados exclusivamente pelos soldados brasileiros.

Entregou-se Paissandu a Flores, como já Mena Barreto havia praticado relativamente a Mercedes, e assinaram acordos de aliança. Dirigiram-se unidos para a vila do Salto, mais acima no rio, e a obrigaram a capitular incondicionalmente, e a entregar-lhes a praça. Limpa a campanha pelo lado das fronteiras do Brasil, marchavam Flores e Mena Barreto contra Montevidéu, enquanto que Lisboa dispunha sua Esquadra a bloqueio efetivo de Montevidéu.

Produziram no Paraguai funda impressão os sucessos referidos. Solano López, pela Secretaria de Relações Exteriores, endereçou uma nota ameaçadora e insultuosa ao diplomata brasileiro acreditado perante seu governo. Afirmava que, como campeão do equilíbrio político das nações do rio da Prata e defensor de suas independências, exigia esclarecimentos completos do procedimento do Governo brasileiro.

Declarou-lhe em resposta César Sauvan Viana de Lima<sup>78</sup> que o Brasil não atentava contra a nacionalidade do estado oriental, e apenas pretendia, como era seu direito, reparações pelas ofensas e prejuízos que sofrera.

Não se satisfez o ditador, e resolveu e rompeu hostilidades.

Havia chegado a Assunção um vapor comercial brasileiro, que seguia para o Mato Grosso. Chamava-se *Marquês de Olinda*, e pertencia a uma companhia que comunicava aquela província com o Rio de Janeiro devassando as águas do Prata, Paraná e Paraguai. Mandou-o López apreender por um vapor de guerra, seqüestrou-o, armou-o, anexou-o à sua esquadilha, e recolheu à masmorra tripulação e passageiros, em cujo número se incluía o presidente que para a província de Mato Grosso nomeara o Governo imperial, bem que nem soldados, nem munições de guerra e nem armamentos o navio transportasse.

Foi o ato agressivo praticado no dia 12 de novembro, o diplomata brasileiro protestou incontinênti contra a ofensa, e pediu a entrega do vapor apreendido e uma satisfação condigna. Remeteu-lhe Solano López passaportes, e intimou-o, para deixar com toda sua família e legação o território paraguaio.

Não ancorava no porto da Assunção vaso nenhum de guerra estrangeira. Procurou Viana de Lima embarcar-se nos de comércio. Receberam, porém, todos, ordem do López para lhe negarem passagem.

Como fosse a viagem terrestre perigosíssima, acudiu-lhe o diplomata dos Estados Unidos do Norte, e aconselhou-o a não empreendê-la.

Resolveu López então, a instâncias do plenipotenciário americano, oferecer a Viana de Lima um vapor de guerra paraguaio, que o transportasse para Buenos Aires sob garantia dada pelo diplomata

---

78 Barão de Jauru.

intermediário de que a Esquadra brasileira surta nas águas do Prata, o deixaria livremente voltar para Assunção.

Bem não partira Viana de Lima, quando López enviou uma esquadilha destinada à invasão da província brasileira de Mato Grosso. Fez partir igualmente uma divisão de tropas de linha, com instruções de coadjuvar a esquadilha e por terra se apoderar da província brasileira.

Compunha-se a esquadilha de diversos vapores de guerra, excelentemente tripulados e armados, e a divisão terrestre de seis a sete mil homens, sob o comando do Coronel Resquim.

A 15 de dezembro seguiram de Assunção as forças expedicionárias. Aproximou-se a esquadilha do forte brasileiro denominado Coimbra, o qual tinha apenas por defensores cento e cinqüenta praças.

Resistiram os valentes do forte a ataques repetidos. Percebendo, porém, a inutilidade da luta, abandonaram o forte, embarcaram-se em um pequeno navio, que ali se achava, e vogaram águas acima do rio para o interior da província.

De posse de Coimbra, esquadilha e exército paraguaio encaminharam-se, de harmonia, para Corumbá, Douradas, Alburquerque, Nioac e Miranda, pequenas povoações brasileiras, que facilmente domaram.

Silva Paranhos, em Buenos Aires, previra logo que a nova guerra exigia quanto antes a terminação do litígio com o estado oriental, e recomendou a Mena Barreto e Marques Lisboa, que ativassem as operações bélicas. Publicou incontínenti um manifesto expondo os atos irregulares e violentos de Solano López, e relembrando sua ingratição pelos benefícios recebidos do Brasil, que fora a primeira nação a reconhecer a independência do Paraguai, e que tão eficazmente coadjuvara o finado ditador, Carlos López, a sustentá-la contra as pretensões de D. Juan Manuel Rosas.

A Esquadra brasileira bloqueou sem perda de tempo o porto de Montevideú, e Flores e Mena Barreto cercaram a praça por terra.

Cortou-se de ânsias e angústias a capital da república oriental, sequestrada de comunicações. Imperava a anarquia, cometiam-se assassinatos nas ruas e praças públicas, o Governo mostrava-se impotente para reprimi-los e os estrangeiros não tinham garantias de pessoas e propriedades.

No dia 2 de fevereiro de 1865 intimou Marques Lisboa ao governo oriental um prazo de sete dias para render-se, e evitar bombar-

deio. Intervieram os diplomatas britânico, norte-americano, francês, e espanhol e provaram a Aguirre que não podia resistir aos inimigos, e lhe cumpria curvar-se à necessidade de acomodar-se. Conseguiram do vice-almirante Lisboa que adiasse o dia do bombardeio para 15.

Desorientado, Aguirre publicou renúncia do cargo de presidente da república, e transferiu-o a Villalba, presidente do senado.

Oficiou imediatamente Villalba a Marques Lisboa, pedindo-lhe suspendesse as hostilidades, enquanto ele tratasse de pactuar pazes com Venancio Flores. Escreveu a Paranhos, invocando seu auxílio para que se celebrasse um convênio honroso. Recebidas respostas agradáveis, nomeou seu emissário para entender-se com Flores a Herrera y Obes, que de Montevidéu partiu apressadamente para o acampamento dos sitiadores próximo já aos muros da praça.

Acolheu Flores cavalheiramente a proposta. Impôs a entrega da cidade, e seu reconhecimento de Presidente interino da República. Comprometia-se a esquecer as controvérsias passadas, a vedar perseguições e vinditas, e a convocar comícios do povo para eleger-se quem devesse governar legalmente a República.

Mandado a Paranhos o convênio assinado por Flores e Herrera y Obes, aprovou o diplomata brasileiro, exigindo apenas que Flores se comprometesse em ato separado e particular a castigar os caudilhos brancos, que tinham queimado os textos de tratados brasileiros, e insultado a bandeira imperial, e a prestar as reparações reclamadas no ultimato dirigido por seu antecessor, José Antônio Saraiva.

Pensava Paranhos preferível findar quanto antes a questão oriental, e obter governo em Montevidéu amigo do Brasil, a fim de arcar mais facilmente com o ditador López. Não fez, portanto, cabedal de que no convênio de pacificação se deixasse de mencionar o direito do Brasil em assuntos de reclamações, bem que muito graves, mas que seriam posteriormente solvidas com madureza e harmonia.

Entrou Flores em Montevidéu, e empossou-se do cargo supremo. Permitiu aos brancos, comprometidos nos acontecimentos, livre saída da cidade; e Aguirre, Carreros e vários outros transportaram-se para Entre-Rios, confiados na proteção de Urquiza, governador da província.

Pacificado o Estado Oriental, e sujeito ao governo de Flores, podia Silva Paranhos virar toda a sua atenção para o Paraguai.

O Imperador, porém, que acompanhava e dirigia cuidadosamente os sucessos do rio da Prata, desgostou-se de que Paranhos não houvesse incluído no tratado público da pacificação as cláusulas e condições referentes às reclamações brasileiras. Como fato consumado, retificou-o. Resolveu, todavia, manifestar sua desaprovação ao negociador brasileiro, exonerando Paranhos da missão especial, e nomeando outro agente diplomático para substituí-lo.

Oferecia Silva Paranhos um sarau festivo às notabilidades de Buenos Aires, quando no correr dos divertimentos, recebeu o decreto de sua exoneração. Não desprendeuse de calma, e graciosa e tranqüilamente continuou a acolher e obsequiar seus hóspedes.

Embarcou-se incontinênti Otaviano escolhido para substituir a Paranhos no seu posto. Como seu antecessor, esmerou-se em chamar à causa brasileira as afeições dos diretores da política de Buenos Aires.

Constituíra o Paraguai, sob o título de República, uma nação governada, porém, ditatorial e absolutamente por Solano López. Fora, desde o princípio do seu descobrimento, confiado aos padres da famosa Companhia de Jesus, a fim de catequizarem e chamaram à vida social e à religião católica os gentios de raça guarani, que povoavam quase todo o território em tribos selvagens e errantes, e dirigirem-lhes a educação a fim de se subordinarem à Espanha e reconhecerem-se seus vassallos. Excetuada a cidade de Assunção, onde colocara a metrópole um governador, todo o demais país, encravado entre os rios Paraguai e Paraná, curvou-se aos discípulos de Santo Inácio de Loiola, que fundaram numerosas missões ou aldeias de indígenas, e estenderam seu domínio além da margem esquerda do Paraná e para ambas as superiores do Uruguai. Um cura administrava a aldeia, resolvia os trabalhos dos gentios ali aglomerados, ensinava-lhes a religião católica, artes e ofícios, fiscalizava as escolas públicas e continha-as na mais completa obediência.

A educação prestada pelos jesuítas imprimiu no espírito e no coração dos indígenas um sentimento servil, e incapaz de ousadias contra quem os governasse. Mais por convicção, que pela força, eram impressionados. Curvavam-se em tudo aos representantes de Deus na Terra, e à autoridade civil por eles exercida. Receavam-se tanto os padres da

companhia do contato e influxo de europeus, que interceptavam-lhe todas as relações e até as dos espanhóis, aos quais proibiam entrada nas missões por eles catequizadas e governadas.

Expelidos os jesuítas no século XVIII de todos os domínios de Espanha, foram as missões ou aldeias dos neófitos indígenas entregues a outras congregações religiosas, mas civilmente sujeitas ao governo civil de Assunção. Tornou-se o Paraguai província do vice-reinado que a metrópole criara no rio da Prata, e que tinha por capital a cidade de Buenos Aires, e dependências todo o território banhado pelas águas inferiores dos rios da Prata, Uruguai, Paraná, Paraguai e a parte montanhosa da atual República da Bolívia.

Com a partida dos jesuítas dissolveram-se e despovoaram-se muitas missões, aliás populosas e importantes, mas os gentios já habituados à vida social, fundiram-se com a raça espanhola, ainda que pouco numerosa. A civilização domina sempre a selvageria, a inteligência dirige a quantidade. Guardavam os indígenas as idéias de perfeita obediência, cujas máximas lhes haviam enraizado nos ânimos os discípulos de Santo Inácio, e o que mais curioso é, perseveravam em falar e escrever seus idiomas primitivos, que havia sido convertido pelos padres em língua gramatical, e estudado nas escolas fundadas nas missões. A raça do povo existente no Paraná mesclou-se, portanto, de sangue indígena e europeu, e simbolizava um tipo novo, falando geralmente o idioma guarani, e conservando-se apenas o castelhano para os atos oficiais e relações públicas.

Ao rebentar a revolução da independência no rio da Prata, com a expulsão do vice-rei e autoridades nomeadas pela metrópole, não admitiu-a no Paraguai Bernardo Vellasco, governador da província. Não se impede, todavia, a marcha das idéias, quando mesmo se lhes cortem as comunicações dos povos. Atravessam a atmosfera, e os habitantes do Paraguai convulsionavam-se igualmente e resolveram separar-se tanto dos independentes do rio da Prata, como dos espanhóis. Proclamaram sua autonomia e nacionalidade, despediram Bernardo Vellasco, representante de Castilho, e elegeram para governá-los o advogado José Gaspar Francia.<sup>79</sup>

Francia seqüestrou seu país de todos os povos do mundo, e converteu-o em uma nova China, proibindo a entrada de estrangeiros.

---

<sup>79</sup> Vide *A história e a legenda*, 4<sup>a</sup> Volume, artigo “Francia”.



Reputou prisioneiros os que para ali se dirigiam, quaisquer que fossem suas profissões e destinos. Não poupou nem cultores das ciências naturais e físicas, como o sábio francês Borplan, e nem o caudilho Artigas, que fora governador do Estado Oriental, Entre-Rios e Corrientes, e que procurava asilo no seu Estado.

Constituiu-se Francia ditador, e com o terror, as violências, as arbitrariedades subjugou todos os habitantes, mas preparou os elementos de uma nacionalidade nova e emancipada. Organizou um exército nacional, construiu fortificações para defender-se, fundou fábricas de armamento, munições de guerra, de tecidos para roupas, e cômodos dos povos, e fomentou agricultura, a fim de não precisar mercadorias de fora.

Falecido Francia em 1840, assumiu Carlos Antonio López o governo ditatorial do Paraguai. Relativamente às nações estrangeiras mudou de sistema, e abriu relações amigáveis. Reconheceu-lhe logo o Brasil a independência do seu Estado e enviou-lhe diplomatas, que ele graciosamente acolheu em Assunção. Mandou o ditador dois filhos estudar, o mais velho na Europa, e o mais jovem nas Academias do Rio de Janeiro.

Timbrou Carlos López, como seu antecessor, em organizar militarmente sua pátria. Temia-se sempre e com fundamento da Confederação Argentina, cujo chefe, Juan Manuel Rosas, sustentava a opinião de que o Paraguai fazia parte de Buenos Aires como província do antigo vice-reinado, e devia voltar a seu grêmio. Guarneceu D. Carlos López as margens dos rios com fortificações, e chamou oficiais e operários europeus a fim de promoverem melhoramentos indispensáveis no Exército, na Marinha e nas artes mecânicas. Em todas as localidades alistavam-se os habitantes, chamados ao serviço militar, desde a idade de 18 anos, até a de 60, qualquer que fosse sua condição; dividiram-se em duas linhas, ativa e de reserva, ambas disciplinadas e de prontidão a fim de acudir às emergências que pudessem surgir dos acontecimentos.

Viveu, todavia, Carlos López em paz com os vizinhos e escapou às pretensões usurpadoras de Rosas, com a vitória que Urquiza e os brasileiros ganharam em 1851, em Montes Caseros, e com a fuga do ditador para a Europa.

Falecido Carlos López em 1862, incluiu no testamento verba para ser seu sucessor na autoridade suprema do Paraguai o filho mais velho, Francisco Solano López. Um congresso propositalmente convocado em Assunção aprovou o legado, e foi Solano López elevado à ditadura com título de Marechal.

Dotara-o a natureza de ambição desmarcada, e de caráter aventureiro e autoritário. As lições que colhera na Europa agulhoavam-no para representar um papel brilhante na política americana. Elevar o Paraguai a potência preponderante, aumentar-lhe o território, desenvolver o espírito militar de seus povos a fim de impor-se às nações que o rodeavam, constituiu seu sonho querido e o alvo de todas as suas cogitações.

Absoluto inteiramente na administração, poder único e exclusivo criado pelas instituições que desde Francia regiam o estado, confiado na subserviência e costumes dos povos, dedicou-se a preparar importantes forças militares de terra e mar, a discipliná-las e armá-las conforme os mais modernos progressos que observara na Europa, a fundar e aperfeiçoar fortificações de defesa, e a conter os paraguaios em inteira subserviência. Não lhe bastava o silêncio, exigia adulação. Em sacrilégio importava a indiferença, e pois basto fundamento para castigo. Os lóbregos segredos, as casamatas deletérias simbolizavam clemência e piedade para os que poupava à pena de morte. A nota até de menos frequente às cenas de consideração e amor para com o chefe da nação equivalia à suspeita de não proceder corretamente. Pensar, constituía delito; falar, atentado; mudez, má vontade.

Ao Paraguai, encravado entre a Bolívia, o Brasil e a Confederação Argentina, atraiu Solano López engenheiros e oficiais militares, e operários, particularmente ingleses e holandeses.

O número dos habitantes não excedia a um milhão, e entretanto possuía exército desproporcional à população.

O escritor alemão Matermann calculou que em quinze dias aprontaria López para qualquer guerra em que se empenhasse, cem mil soldados de todas as armas. Outros estrangeiros restringem o número a oitenta mil. Declarou, todavia, o general paraguaio Resquin posteriormente à guerra, que de não menos de cem mil combatentes López dispunha, além de uma flotilha de mais de vinte pequenos vapores excelen-

temente equipados e armados, apropriados pelo seu calado à navegação dos rios. Não é de admirar que seja exato o cálculo, pois que nem aos casados, nem aos menores de dezoito anos, nem aos septuagenários e nem aos sacerdotes se dispensou o serviço militar, durante a tremenda e prolongada luta a que provocou o Império brasileiro. Dez vezes mais povoado, o Brasil entretinha apenas arregimentados dezesseis mil soldados e espalhados pelas províncias para suas guarnições. A Confederação Argentina, partida em províncias federais, cerca de oito mil praças; o Estado Oriental não conseguiria pôr em campo dous mil.

Além da convicção de invencível, que lhe resultava de sua força bélica, contava López ter por aliados o Partido Blanco do Estado Oriental, e o Federalista argentino, cujo chefe era Urquiza.

A idéia de assaltar a província brasileira de Mato Grosso, tendia a distrair para aquele ponto interior toda a atenção do Império, e a impossibilitá-lo de operar eficazmente no Rio Grande do Sul, e no Estado Oriental.

Realizada a primeira parte do seu plano de guerra, tratou de penetrar igualmente na província do Rio Grande do Sul e na República Oriental. Para efetuar seu desígnio, carecia de atravessar a província de Corrientes, pertencente à Confederação Argentina. Enviou a Mitre, seu presidente, o General Cisnero, incumbido de solicitar-lhe a concessão necessária. Recusou-lhe o presidente da Confederação Argentina, que desejava manter inteira neutralidade. Exasperou-se López, e decidiu-se a executar seus propósitos, embora provocasse igualmente os argentinos à guerra.

Convocou um congresso de paraguaios e expôs-lhe seus intentos. Simulava pretender marchar com o assentimento dos povos. Recebeu plenos poderes para defender o equilíbrio político perturbado no rio da Prata pelo Governo brasileiro, e para penetrar com seu exército em território da Confederação Argentina, apesar da oposição do governo da república.

Não perdeu López tempo; estava preparado para a guerra.

Expediu um exército de vinte e quatro mil homens, às ordens do General Robles, com ordens de invadir o território de Corrientes e de anexar-se o auxílio do General Urquiza, governador de Entre-Rios, com o qual de antemão se aliara. Enviou uma Esquadra destinada a

apoiar-lhe as operações. Destacou outra força de doze mil homens, confiada ao Coronel Estigarribia, para por Itaqui penetrar na província brasileira do Rio Grande do Sul, e dali seguir sobre Montevidéu, dando a mão aos blancos, logo que se revoltassem contra o governo de Flores.

No correr do mês de abril de 1865 marcharam ambas as expedições para os pontos que lhes foram designados.

A flotilha paraguaia aprisionou logo em Assunção um vapor argentino, que ali ancorava e à descida do rio no porto de Corrientes dois outros de guerra argentinos igualmente ali fundeados. Robles assaltava e conquistava por um lado a cidade principal da província, avassalava o território vizinho, e devastava as povoações por onde transitava.

Surpreendido, o governador de Corrientes retirou-se a toda a pressa para Rincón del Soto, apelidou às armas os corrientinos para se defenderem, e pediu socorro a Mitre, chefe da Confederação.

Inexprimível indignação produziu em Buenos Aires a invasão de Corrientes. Ordenou Mitre que o General Paunero com uma divisão de quatro mil homens auxiliasse o governador da província. Conseguiu que a Esquadra brasileira coadjuvasse a passagem das tropas de uma para outra margem inferior do rio Paraná. Tinha o Brasil então no território oriental cerca de oito mil homens, sob o comando de Manuel Luís Osório,<sup>80</sup> que sucedera a Mena Barreto; e Flores poderia reunir mil e seiscentos orientais. Às ordens de Joaquim Marques Lisboa, no intuito de interceptar relações dos paraguaios, dominava a Esquadra brasileira os rios da Prata e o baixo Paraná.

Pactou então Otaviano um tratado de aliança ofensiva e defensiva entre o Brasil, Estado Oriental e Confederação Argentina. Assinado no dia 1<sup>a</sup> de maio, continha cláusulas que se deviam conservar secretas. Estabelecia-se que as tropas dos três aliados se reuniriam na Concórdia, província de Corrientes, e que Mitre as comandaria como general-em-chefe. Publicaram nessa ocasião as gazetas de Buenos Aires, que Mitre ao assinar o tratado exclamara enfaticamente: “Daqui a três horas nos pastos; daqui a três semanas em campanha, e daqui a três meses na capital do inimigo.”

---

80 Marquês do Herval.

Vegetava no entanto o Ministério presidido por Francisco José Furtado. Os dissidentes e conservadores dirigiam-lhe crespas hostilidades pela imprensa, com as quais um dia mais se lhe quebrantava a força moral.

Ao saber da invasão de Mato Grosso, ordenara levas urgentes de soldados, empregando o recrutamento forçado nas províncias do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo, a fim de socorrer por terra a província insultada pelos paraguaios. Chamou a serviço militar a Guarda Nacional, e decretou em janeiro de 1865 prêmios e privilégios de aquisição gratuita de terras e de empregos públicos para os brasileiros que voluntariamente corressem em defesa da pátria.

Abriu-se a sessão legislativa a 3 de maio, e a fala do trono solicitou coadjuvação para a guerra, anunciou que se reconhecera o Príncipe Maximiliano d'Áustria, Imperador do México, e requereu se ocupasse o Corpo legislativo com as reformas de leis apontadas no programa que o Ministério expusera no ano anterior.

Ao começar o Parlamento às sessões, sofreu o Gabinete imediatamente notável revés, na eleição do presidente da Câmara dos Deputados. Foi vencido seu candidato, e compreendeu Furtado que não podia conservar o poder, visto que lhe falhara a confiança dos imediatos representantes da nação. Solicitou de Sua Majestade sua exoneração, e o Imperador não hesitou em conceder-lha.

.....

*III*  
*De maio de 1865 a agosto de 1866*

*D*

ISSOLVIDO o Gabinete presidido por Francisco José Furtado, lembrou-se o Imperador de incumbir a Pedro de Araújo Lima a organização do que devia suceder-lhe. Objetou-lhe Furtado que a fração dissidente não constituía, por si só, a maioria da Câmara, e que a liberal a hostilizaria em consequência na opposição, que Araújo Lima tinha sustentado contra o Ministério que se retirava.

Mandou então Sua Majestade chamar Limpo de Abreu, e diligenciou convencê-lo de que a posição ultimamente por ele tomada de conservar-se neutro entre os partidos, prestava-lhe força moral para governar o país com perfeita liberdade de ação, nas conjunturas difíceis, causadas pelas divergências dos deputados.

Não lhe atendeu às instâncias Limpo de Abreu, aborrecido de lidas políticas, e ansioso de desfrutar sossegadamente os restos da vida, que lhe sobravam.

Convidou o Imperador a Saraiva, que em vão empenhou-se em harmonizar uns e outros das frações litigantes, e confessou-se por fim impossibilitado de corresponder à confiança da Coroa.

Voltou-se o Imperador para sua primeira idéia, para Pedro de Araújo Lima. *Ecce, chrispinus, iterum*. Nunca, quaisquer que fossem as circunstâncias, recusava-se Araújo Lima ao serviço público e o Imperador o considerava com razão personagem apropriada às ocorrências que exigissem uma tal qual suspensão de hostilidades de partidos; uma, por assim dizer interinidade governativa, até que os horizontes políticos se esclarecessem.

Ponderou contudo que a situação carecia de um ministro enérgico e experimentado para a repartição da Guerra, a que pelo Paraguai fora o Brasil provocado. Manuel Felizardo, Vieira Tosta, ou Luís Alves de Lima, chefes conservadores, se não prestariam a aceitar a pasta, que dificultosamente podia preencher. Lembrou-lhe o Imperador o nome de Ângelo Ferraz, cuja atividade administrativa era geralmente apreciada e que, afastado dos partidos pleiteantes, poderia mais vantajosamente tomar conta da repartição. Adotou-lhe Araújo Lima a opinião, e logrou o assentimento de Silva Ferraz. No intuito de não suscitar despeitos na facção liberal, confiou as pastas da Fazenda, Marinha e Agricultura a José Pedro Dias de Carvalho, Francisco de Paula Silveira Lobo e Francisco de Paula Sousa, deputados de Minas e São Paulo. Completou o Gabinete com Nabuco de Araújo e Saraiva nas repartições da Justiça e Negócios Estrangeiros, guardada para si a do Império.

Politicamente não havia orientação do Governo, e cada um dos ministros reputou-se independente. Não entravam também no programa do Gabinete reformas de leis. Pretendia unicamente solicitar do corpo legislativo, meios necessários para a guerra.

Não agradou à Câmara a composição do Ministério. Entenderam, porém, as duas frações da maioria que lhes convinha não recusar-lhe desde logo sua confiança.

Combinaram por seu lado os conservadores do Senado, que diante da guerra que se travava no rio da Prata, não levantaria obstáculos ao Gabinete; porquanto, acima dos interesses e princípios dos partidos políticos, devia preponderar o sentimento do patriotismo, que exigia a união de todos em prol da causa nacional e da dignidade do Império.

Às Câmaras dirigiu-se Pedro de Araújo Lima e requereu sua leal cooperação para prosseguir na guerra, e suspensão de divergências em assuntos de política interna.

A sessão de 1866 prestou apoio ao Governo.

Volvendo agora a atenção para os acontecimentos, que se passavam no rio da Prata, cumpre-me descrever a situação dos beligerantes, ao principiar a tremenda luta.

Destacara Solano López 42 mil homens, 6 mil para o Mato Grosso, 24 para Corrientes, e 12 para o Rio Grande. Acumulava em Assunção, Humaitá, Vila Rica e Cerro León cerca ainda de 40 mil soldados. Sua esquadilha contava mais de vinte barcos, posto que pequenos, perfeitamente armados, equipados e próprios para a navegação dos rios. Ocupava já com suas forças parte da província brasileira de Mato Grosso e a parte superior da Argentina de Corrientes. Pelo norte prosseguia Estigarribia com a divisão que lhe fora confiada, para invadir o Rio Grande e o Estado Oriental.

Andava o Exército brasileiro disperso pelas diferentes províncias do Império, e com dificuldade se reuniria, a fim de ser expedido parte para Mato Grosso e parte para Concórdia onde se devia juntar às forças orientais e argentinas, na conformidade do Tratado da Tríplice Aliança.

Provou Ângelo Ferraz, ao tomar conta da pasta da Guerra, atividade quase febril. Em pouco tempo chamou ao Rio de Janeiro as guarnições do Exército espalhadas nas diferentes províncias do Império. Convocou a Guarda Nacional, conseguiu numerosos recrutas e angariou cópia considerável de voluntários, que disciplinados e armados remetia ininterruptamente para os dois teatros da guerra.

Cumpriu-se imediatamente na Concórdia uma das cláusulas do Tratado da Tríplice Aliança, e Bartolomeu Mitre assumiu o comando geral de todas as tropas, excetuada todavia a Marinha, que foi exclusivamente entregue a Joaquim Marques Lisboa. Manuel Osório comandava os brasileiros, cujo número atingiu em breve tempo a dezoito mil; Paunero os argentinos elevados a cerca de oito mil praças; e Venancio Flores os orientais que contavam mil e seiscentos. Comandava no Rio Grande do Sul Davi Canavarro a Guarda Nacional, e o General João Frederico Caldwell três mil praças de linha.

Ao mesmo tempo o General Robles, à frente do exército paraguaio, adiantava-se na ocupação de Corrientes, erguia trincheiras, re-dutos e fortificações à margem esquerda do rio Paraná, e as ocultava aos



inimigos, em matos e esconderijos, semeados pela natureza e configuração do território.

Destacou-se da Esquadra brasileira para vigiar o rio Paraná e cortar as comunicações fluviais de López uma divisão de oito fragatas e corvetas brasileiras, ao mando do Vice-Almirante Francisco Manuel Barroso.<sup>81</sup>

Planejou López destruir os oito vasos de guerra brasileiros, que formavam a vanguarda da frota e se tinham estacionado no rio Paraná, acima da junção do arroio Riachuelo, que banha as terras de Corrientes.

Aprestou em Humaitá uma esquadrilha de vinte e dois vapores e chatas, cujo calado aproveitava todo o curso do rio, enquanto que o dos navios brasileiros carecia de rumar cuidadosamente em busca dos canais, a fim de evitar os baixios, que abundavam. Cerca de quatro mil homens de tropa de linha embarcaram-se em Humaitá, apoiados em quarenta e sete bocas de fogo, com adestradas tripulações sob o comando de Meza. Transmitiu-lhe instruções para atrair os navios brasileiros aos passos perigosos do rio, e ao fogo das baterias assestadas em barancas, a fim de vencê-los e destroçá-los.

Estavam os chefes e marinheiros brasileiros sossegadamente descansando, quando ao romper do dia 19 de julho de 1866 avistaram descendo o rio a toda a força de vapor a flotilha paraguaia. Tocou-se rebate, cortaram-se amarras, acenderam-se fogos, e prepararam-se todos para o combate.

Encostada à margem esquerda do Paraná desceu a esquadrilha de López e colocou-se abaixo da divisão brasileira, após alguns tiros mutuamente disparados. Fechava-lhe assim a descida do rio, e a expunha ao fogo das trincheiras e baluartes erigidos e ocultos nas matas.

Estratégica e habilmente planejadas foram as manobras dos paraguaios. Chegados à embocadura do Riachuelo, dominada de um lado por muitas ilhas pequenas e uma maior denominada Palomera, e de outro lado pelas baterias da margem esquerda do Paraná, viraram incontinênti de bordo e investiram contra os navios brasileiros. Percebeu Barroso sua perigosa posição.

---

81 Barão do Amazonas.

Os vasos brasileiros exigiam superioridade de águas para a navegação, e imperfeitamente podiam manobrar através dos canais do rio. Apoiavam-se apenas em cerca de dois mil homens, soldados e tripulação, e trinta bocas-de-fogo, inferioridade manifesta, quanto ao número de embarcações, de gente e de artilharia.

Não esmoreceu todavia Barroso. Fixou a ordem do combate, transmitiu suas instruções aos comandantes dos navios, e dispôs que uns após outros descessem as águas do rio e combatessem a flotilha paraguaia.

Feriu-se a pelega defronte do arroio Riachuelo.

Formava o rio Paraná na sua fusão com o Riachuelo uma curva, dobrável somente pelo lado esquerdo, e ao fogo dos tiros partidos das barrancas e baterias paraguaias.

Encalhou a corveta *Jequitinhonha* ao principiar a ação, acometeram-na alguns navios e chatas paraguaias decididos a tomá-la de abordagem. Acudiu-lhe felizmente o chefe Barroso, que arvorara seu pavilhão na fragata *Amazonas*, repeliu os inimigos, e logrou pô-la a nado. Estava, porém, o tombadilho juncado de cadáveres, e rebentava a água por todo o costado. Foi mister rasá-la em terra e abandoná-la, passando-se os restos de seus defensores para bordo de outros vasos de guerra.

Lançaram então os paraguaios numerosos torpedos no rio, que incomodavam os brasileiros, obrigados a evitá-los. Os estragos de um e outro lado patenteavam valentia e constância dos combatentes, que não afrouxavam. Era o intento dos paraguaios arredar dos canais os navios brasileiros, para que encalhassem nos baixios e pudessem ser abordados.

A briga empenhava-se com todas as armas, artilharia, fuzilaria, espadas, e a escuridão causada pelo fumo da pólvora, os gritos e exclamações dos combatentes, os rancos das balas, formavam cenas aterradoras.

Cercados pelos barcos ligeiros dos paraguaios, resistiu o *Parnaíba* com denodo inacreditável. Já cerca de cinqüenta inimigos tinham saltado a seu bordo, e outros tentavam subir a murada. Socorreu o *Amazonas*, e a tiros varreu o convés de invasores e salvou o *Parnaíba*. As manobras cada vez se tornavam, todavia, mais difíceis para os brasileiros,

nos passos do rio, repletos de baixios e escombros. Planeou então Barroso um estratagema de guerra. Com toda a força de vapor, lançou a fragata *Amazonas* sobre um barco paraguaio, com o choque e abalroamento do esporão de proa o partiu pelo meio, e afundou-o incontínenti no rio. Arrojadamente dirigiu-se contra um segundo e depois contra um terceiro, e meteu-os igualmente a pique. Esta tática empregada, e na qual levavam de melhor as embarcações brasileiras por mais alterosas, continuada sem cessar, foi derrotando uns após outros os navios paraguaios.

Cascos e mastros de navios, utensílios, cadáveres, já boiavam em quantidade sobre as águas do rio; avistavam-se também paraguaios, que tentavam escapar nadando. Posto que constantemente maltratados os brasileiros pelas baterias de terras, prosseguiram cada vez mais afoitamente na faina de destruição da esquadilha de López.

Durou o combate até o fim do dia; as sombras da noite, que escurecem o hemisfério, prestaram meios de salvação a quatro únicos dos navios paraguaios, que por entre os baixios do rio conseguiram escapar águas acima e recolher-se à fortaleza de Humaitá. Constituíram presas dos brasileiros, quantas chatas e barcas se submergiram nas águas.

Além de sua esquadilha inteiramente aniquilada, tinham os paraguaios perdido mil e duzentos homens, e os brasileiros 225. Lamentaram além disto, o naufrágio da corveta *Jequitinhonha*.

O chefe paraguaio Meza, dias depois de sua chegada ao Humaitá, faleceu em conseqüência de ferimentos que recebera.

A divisão brasileira demorou-se até o dia 18 em Riachuelo, e logrou arrasar as trincheiras ali estabelecidas. Recebeu, depois, ordens de Marques Lisboa para que descesse o rio, e em Goya estacionasse.

Ao deixar o Riachuelo, foi Barroso insultado por trincheiras emboscadas igualmente em Mercedes e Bela Vista, escondidas por atrás de matos e voltas do rio. Avarias maiores sofreram ainda os navios brasileiros, bem que arrojadamente as atacassem e algumas destruíssem inteiramente.

A vitória da esquadilha brasileira na passagem do Riachuelo, encheu de assombro Buenos Aires, e a Europa, e as gazetas e revistas noticiosas e científicas da época a encaminhavam como uma das mais

esplendorosas de qualquer marinha. Paralisou também as operações bélicas de Robles que, já esbarrando em dificuldades do solo, e sabedor de que se amontoavam na Concórdia acampamentos numerosos inimigos, entendeu que lhe convinha não adiantar-se na conquista do país, sem que fosse reforçado com novos contingentes de guerra.

Exacerbou-se o ânimo de López com a resolução de Robles; demitiu-o do comando da divisão invasora de Corrientes, e chamou-o a Humaitá onde, encerrado em negra enxovia e sujeito a um processo, foi condenado como inepto, e fuzilado sem misericórdia. Verniz civilizado apresentava o caráter de López, mas os instintos tisnavam-se da selvageria indomável dos primitivos povoadores do solo. Tomou Resquin conta do exército, que operava em Corrientes.

Enquanto tão importantes eventos decorriam em Corrientes, seguia Estigarribia pelo norte caminho do Rio Grande do Sul. De Itapuã, atravessando o Paraná superior, enveredou pela Candelária para São Tomé, antiga missão jesuítica, então quase deserta, às ribas do Uruguai, na margem pertencente a Corrientes, e que apenas mostrava fragmentos e vestígios da passada grandeza. Concordou com o Coronel Pedro Duarte, que descesse o rio pela margem direita, à frente de quatro a cinco mil homens, enquanto que ele, transposto o Uruguai, praticaria igual marcha pela esquerda, dando-se mutuamente as mãos, por meio de canoas e pranchas.

De São Tomé transferiu-se Estigarribia para o território do Rio Grande, e avançou para São Borja, cidade brasileira assentada às ribas do Uruguai. Sustentou algumas escaramuças com a Guarda Nacional da localidade, e encontrou resistências da guarnição da praça. Poucos eram, todavia, os seus defensores, e pois convencidos da inutilidade de opor-se aos paraguaios, evacuaram a cidade, e cuidaram de juntar-se às forças de Davi Canavarro, acampado no Passo das Pedras, algumas léguas distantes. A 12 de junho tomou Estigarribia posse de São Borja.

Saqueada a cidade, e talados os campos dos arredores, desamparou-a Estigarribia, e encaminhou-se para a de Itaqui, que a 7 de julho conquistou igualmente, e que, como a de S. Borja, reduziu quase a escombros, ao passo que não poupou vida aos prisioneiros, que lhe caíam em poder.

Por onde transitavam os paraguaios dir-se-ia que o incêndio, a ruína, a rapina e a inundação, reduziam o solo a escombros e desertos, as cidades e povoações ao descalabro, as casas e edifícios ao saque. Sofriam os brasileiros com a invasão de Estigarribia calamidades idênticas as que os corrientinos lamentavam em sua província, durante a expedição para ali dirigida pelo ditador Solano López. A cobiça e o desenfreamento da soldadesca paraguaia multiplicavam as lúgubres cenas de horror e de assassinato e as ordens transmitidas por López a insuflava para não poupar nem bens e nem pessoas que encontrassem.

A 18 de julho prosseguiu Estigarribia para a cidade de Uruguiana, próxima também do rio. Povoavam-na cerca de seis mil moradores que entretinham comércio próspero com os vizinhos.

Desertaram de Uruguiana todas as famílias e o povo logo que descobriram a aproximação do inimigo. Apossaram-se os paraguaios da praça, sem que deparassem resistência.

Davi Canavarro, com a Guarda Nacional da província, reuniu-se nos arredores de Uruguiana ao General Caldwell.

Logo que no acampamento dos aliados na Concórdia chegou a notícia da invasão paraguaia no Rio Grande, decidiu-se que Flores, Paunero e o coronel brasileiro Kelly partissem sem demora com seis mil homens para o Rio Grande, e que Marques Lisboa pelo rio fizesse subir algumas embarcações de guerra a fim de coadjuvá-los na defesa da província.

Seguindo a expedição pela direita do rio Uruguai, avistou a coluna paraguaia de Pedro Duarte acampada às ribas do arroio Jataí. Tinha-se Duarte afastado do rio Uruguai, por causa dos enormes pantanais e charcos que inundavam-lhe as margens,

Não demorou-se o combate ao encontrarem-se os contendores. A 17 de agosto, sofreu Pedro Duarte derrota completa; morreram mil e setecentos paraguaios, e os restos de suas forças constituíram-se prisioneiros dos aliados.

Encaminhavam-se então os aliados para o Rio Grande.

Levantara brados de indignação no Brasil tão inesperada invasão dos paraguaios no território meridional do Império. Acendeu-se o patriotismo, e numerosos voluntários ofereceram-se incontinênti em

todas as províncias do Império, para vingar o insulto infligido à nação. Aproveitou-se Ferraz da ocorrência, e conseguiu formar vários batalhões, que imediatamente expediu para o Rio Grande.

Não se falava, não se cogitava, senão em exterminar o inimigo, e o Imperador declarou-se resolvido a correr em pessoa ao Rio Grande, a fim de animar com sua presença seus compatriotas e de partilhar com eles os perigos e peripécias da guerra.

Assinou decreto estabelecendo o regime interino do Império, durante sua ausência, e acompanhado por seus dois genros, pelo ministro da Guerra, e pelos Generais Luís Alves de Lima e Beaurepaire Rohan, e pelo Vice-Almirante Joaquim Raimundo Delamare, embarcou-se no Rio de Janeiro, e a 16 de julho chegou à cidade do Rio Grande.

Seguiu logo depois para Porto Alegre, capital da província, onde apenas empossados da presidência Francisco do Rego Barros e do comando das armas Manuel Marques de Sousa,<sup>82</sup> ultimamente nomeados, atravessou a cavalo as grandes distâncias que separam Porto Alegre de Uruguaiana; e no dia 11 de setembro, após viagem fatigante, penetrou no acampamento de Caldwell e Canavarro.

Ergueu-se modesta tenda para o Imperador, no meio dos seus soldados, e não tardou Sua Majestade em receber Flores, Paunero, e Joaquim Marques Lisboa, que depois da batalha de Jataí, se tinham encaminhado para o Rio Grande, aqueles por terra, e este comandando alguns vapores da Esquadra. Logo depois apareceu-lhe Bartolomeu Mitre, que ao saber de sua presença entre os bravos defensores da nacionalidade brasileira, apressara-se igualmente em correr a seu encontro.

Estigarribia conservava-se em Uruguaiana. De acordo com Mitre assentou-se que o comando geral das tropas, dentro do território do Império seria entregue a Manuel Marques de Sousa e que o tratado da Tríplice Aliança lho confiava unicamente em solo estrangeiro.

Assediou-se por terra e pelo rio a cidade de Uruguaiana. Presidia o Imperador os conselhos dos generais e conservava sempre a seus lados Luís Alves de Lima, em cuja capacidade militar e experiência da guerra depositava inteira confiança. Resolveu-se intimar Estigarribia

---

82 Conde de Porto Alegre.

para que se rendesse a fim de poupar-se derramamento de sangue. Respondeu-lhe o coronel paraguaio, que resistiria a todo o transe.

Foram os argentinos e orientais de opinião de bombardear-se a praça e tomá-la à força de armas. Desaprovou o Imperador esta opinião, pois que tratava-se de uma povoação brasileira, que não devia ser sacrificada aos furores da guerra. Preferiu vencer pelo cerco e pela fome, a que Estigarribia fosse reduzido.

Decorreram alguns dias. Pretendeu Estigarribia fugir pelo rio, em balsas, canoas e jangadas de que dispunha. Obstado, porém, pelos navios de guerra ancorados em frente da povoação, resolveu por fim capitular, e enviou parlamentares ao acampamento brasileiro.

O Imperador percorria todas as linhas dos aliados, expunha-se às balas do inimigo, e patenteava coragem que lhe afeiçoava todas as simpatias. Incumbiu a Ferraz que comparecesse à entrevista solicitada por Estigarribia, e estipulasse as condições da entrega da praça, e de todos os paraguaios que a ocupavam. Encontraram-se Ferraz e Estigarribia perto de um fosso, sítio designado para a conferência, entre a cidade e o acampamento dos sitiados.

Assinaram Ferraz e Estigarribia acordo. Os soldados e oficiais paraguaios consideravam-se prisioneiros de guerra; aqueles distribuídos pelos aliados e estes proibidos de retroceder para o Paraguai, e obrigados a residir em sítios que lhes foram designados. Estigarribia tendo apelado para a generosidade do Imperador, e rendido à sua discrição, foi galhardamente tratado.

A 18 de setembro penetrou o Imperador na cidade, e percorreu suas ruas e praças. Esmerou-se em prodigalizar socorros aos paraguaios doentes e feridos. A cinco mil e seiscentos atingiu o número dos prisioneiros.

Regozizou-se ainda o Imperador com a visita que à sua tenda praticou Thornton, novo diplomata britânico, que o Governo inglês acreditara no Brasil, e ao qual incumbira de reabrir as relações interrompidas desde o conflito Christie. Para ser-lhe mais agradável a Rainha Vitória escolheu Thornton, que a representava em Buenos Aires, e se revelara sempre favorável ao Brasil, desde o princípio da guerra contra Aguirre. A diligências do Conde de Lavradio, ministro português em Londres, conseguira-se que o Gabinete britânico desse satisfações hon-

rosas ao Brasil, e mandasse-lhe um plenipotenciário renovar os protestos de sua amizade, antes que o Imperador acreditasse ministro na capital do Reino Unido de Inglaterra e Escócia. De Buenos Aires partira Thornton, apenas recebidas suas credenciais, para o Rio Grande, onde Sua Majestade se achava, e aí felicitou-o pelos sucessos da guerra.

Importava agora prosseguir na luta travada em Corrientes, e o Imperador celebrou sessão de conselho com Mitre, Flores, Tamandaré, Manuel Marques de Sousa, e Luís Alves de Lima, que Sua Majestade ouvia constantemente.

Acreditou-se que das conferências imperiais procedera ciúme e despeitos de Silva Ferraz, despeitos e ciúmes, que o arrastaram à formal inimidade contra Luís Alves de Lima.

Flores, Mitre e Tamandaré voltaram para Corrientes, e o Imperador regressou para o Rio de Janeiro. Demonstrações de idolatria e delírio de todo o povo acolheram Sua Majestade, à sua chegada à capital do Império. No entanto, no Rio Grande incumbia a Manuel Marques de juntar e disciplinar uma divisão que marchasse por Itapiru para a cidade de Assunção, a fim de colocar os paraguaios entre dois fogos.

Impressionou-se extremamente Solano López com a perda total dos doze mil homens dirigidos contra o Rio Grande, e percebeu que cessara sua ação ofensiva, e carecia antes de defender o coração de seus estados. Desesperou de esperar auxílios de Urquiza e dos federalistas argentinos, que permaneciam inativos, e nem dos blancos orientais, que se não sublevaram como lhe haviam prometido. Temendo que Resquin, em Corrientes, sofresse sorte igual à de Estigarribia, determinou que todo o exército paraguaio se recolhesse para a margem direita do Paraná, e aplicou-se a melhorar suas fortificações interiores, a construir novas, e a esperar os inimigos em seu próprio solo.

Tratou Resquin de cumprir suas determinações e a marcha retrógrada dos paraguaios nodou-se com castigos, degolações e fuzilamentos de corrientinos surpreendidos, e com assolamento do território e ruína de suas povoações.

Aquém do Humaitá, já nomeada fortaleza invencível, sobre o rio Paraguai, aperfeiçoou e levantou López outros redutos poderosos, no Passo da Pátria e Itapiru sobre o Paraná e em Curuzu e Curupaiti, sobre o Paraguai.



Adiantaram-se os aliados até a margem fronteira do rio Paraná libertada logo que foi toda a província de Corrientes.

No dia 21 de fevereiro de 1867 começaram, na cidade de Corrientes, os chefes aliados, sob o comando de Mitre, a planejar a passagem do rio Paraná e a invasão do Estado do Paraguai. À Esquadra brasileira cumpria auxiliá-los no atravessar as águas do rio, e no seu desembarque em solo inimigo. Dispunha então o Almirante Joaquim Marques Lisboa de quatro encouraçados, dezesseis navios de madeira e outras tantas canhoneiras. Contavam os aliados cerca de trinta e sete mil e quinhentos homens, dos quais oito mil argentinos, e mil e quinhentos orientais.

Na margem direita do Paraná acampavam os paraguaios, com mais de quarenta mil praças, apoiados em trincheiras formidáveis e pontos estrategicamente fortificados.

Assentado o plano, a Esquadra brasileira no dia 10 de abril bombardeou os fortes do Itapiru e Passo da Pátria, postada em linha, no rio, e ao mesmo tempo desembarcava Manuel Luís Osório, com dez mil homens, na embocadura do Paraguai, defronte da ilha Cavará, e o resto do exército foi tomando terra nas proximidades do Passo da Pátria, transportado em pranchas e barcaças rebocadas pelos monitores a vapor e auxiliadas pelo fogo dos navios de guerra. A 17 avançou Osório contra o forte de Itapiru e tomou-o após tenaz resistência. Do forte do Passo da Pátria mandou logo Resquin sair todas as mulheres, a fim de ter mais liberdade de ação para a defesa. A 23 de abril foi o Passo da Pátria assaltado com todo o arrojo pelos aliados já descidos na margem direita do rio, e pela Esquadra, que lhes causava enormes destroços.

Luta de gigantes. Quatro dias de mortíferos combates bastaram, todavia, para se apossarem os aliados das trincheiras do Passo da Pátria, e estender suas linhas desde Itapiru até quase Estero Bellaco. Flores ocupou a extrema direita, junto ao Estero Bellaco, com os orientais, que comandava; Paunero à esquerda com os argentinos; e Osório no centro, à frente dos brasileiros.

O Estero Bellaco forma uma grande lagoa, que nas enchentes produz caudalosos arroios que deságuam por um lado no rio Paraná, e na lagoa Piris por outro; e nas secas rodeia-se de pantanais perigosos, que estorvam o trânsito.

Estava Flores desprevenido no seu posto, quando na madrugada de 2 de maio precipitaram-se furiosamente sobre sua divisão numerosos contingentes paraguaios. Apelidou às armas sua gente, resistiu, e sustentou peleja com brio; apesar, porém, da sua valentia e firmeza, viu-se derrocado, quando felizmente no seio de suas amarguras e desespero acudiu-lhe Manuel Luís Osório, que restabeleceu-lhe as linhas, e desbaratou os paraguaios, causando-lhes perdas consideráveis de gente. As algaras ou surpresas lhes tinham sido desfavoráveis, e serviam de aviso aos aliados para se precatarem daí em diante.

Não trepidaram os aliados em arremeter no dia 20 a possessão de Passo Cidra, onde estacionava uma coluna paraguaia, travar o prélio e apoderar-se dos abarracamentos. Foi assunto em poucos minutos resolvido, e felizmente executado.

Injuriado López de que o não favorecesse a fortuna, e convicto de que com forças superiores às dos aliados os desbarataria em batalha formal, distribuiu seu exército em quatro colunas, encarregadas a oficiais de empenho Resquin, Díaz, Barrios e Aguilar, com ordens de atacarem simultaneamente todas as trincheiras dos aliados. Robustecia-o a circunstância de poder manobrar por detrás de matas espessas e redutos, que encobriam seu acampamento aos olhos e pesquisas dos inimigos.

No dia 24 de maio, a um sinal dado por um tiro de canhão disparado de Pouso Gómez, onde ele permanecia, irromperam todos os paraguaios contra a linha adversa. Não menos de vinte e seis mil homens o ditador destinou ao combate. Sentiram os aliados cair repentinamente sobre seu acampamento as balas de artilharia e de fuzilaria e as cargas de cavalaria.

Foi a batalha de 24 de maio uma das mais encarniçadas, que se tem pelejado na América do Sul. Cerca de cinquenta mil homens de um e outro lado digladiaram-se e disputaram a vitória. As vozes estrepitosas dos oficiais, o clangor estridente das trombetas, o rufar surdo dos tambores, o tropear descompassado dos cavalos, os estrondos medonhos da artilharia, o sibilar repetido das balas das espingardas, a briga pessoal, a que por vezes chegavam-se os beligerantes, que não raro se encontravam quase em frente um do outro, e a fumaça que escurecia os horizontes, incutiam pavores aos mais valentes guerreiros. Às trincheiras aliadas atiravam-se os paraguaios com ardor extraordinário, e ainda que

repelidos, voltavam corajosamente à refrega. Pugnavam uns e outros, como tigres bravios, que defendiam seus antros e seus filhinhos. Baralhavam-se as fileiras estreitando-se de quando em quando as distâncias, bem que quase se não avistavam em consequência de enovelarem-se rolos de fumo e ondas de pó, que cobriam de trevas a atmosfera. Não houve soldado que pusesse pé atrás; o que caía morto, era incontinenti sucedido por outro que lhe ocupava o lugar. Nunca se viu a morte mais barata, e a vida tão pouco estimada. Os comandantes colocados à frente dos soldados, dirigiam-nos e animavam-nos com gritos e atos de coragem. Tanto López como Mitre provaram qualidades apreciáveis de comandantes-em-chefe, o primeiro arrojado e imprudente, o segundo calmo e refletido. Entre os aliados que ganharam justa nomeada pelos seus feitos, sobressaiu Osório, que mais que nenhum excedeu-se em bravura e arrojo. Após Osório nobilitavam-se Flores, Paunero, Alexandre Argolo,<sup>83</sup> Guilherme de Sousa, e Vitorino Monteiro,<sup>84</sup> que provaram sua perícia e valentia. Não se revelaram menos corajosos os chefes paraguaios. Morreu o general brasileiro Sampaio, e Osório e Paunero receberam vários ferimentos. Triunfaram por fim os aliados, após cinco horas de prélio ousado, ininterrupto e entrelaçado de peripécias assombrosas. A noite separou os combatentes, e o cansaço dos aliados estorvou-lhes a perseguição dos inimigos destroçados e fugidos.

No campo de que os aliados se apossaram, encontraram-se cinco mil cadáveres de paraguaios. Cresceu a perda de López, com mais de seis mil feridos, que ele conseguiu, todavia, recolher em sua retirada. Resquin avaliou o total dos paraguaios fora de combate, pelas mortes ou ferimentos, em doze mil. Mais de noventa oficiais aliados pereceram igualmente, além de perto de dois mil soldados que expiraram na luta, e dois a três mil feridos e estropiados.

Foi resultado da vitória ocuparem os aliados o sítio importante de Tuiuti, assentado em território mais sólido, bem que igualmente no seio de pantanais e banhados. Ali estabeleceram-se e entrincheiraram-se cuidadosamente, e tornou-se o acampamento de Tuiuti o centro de suas operações bélicas.

---

83 Visconde de Itaparica.

84 Barão de São Borja.

As notícias que recebeu Manuel Marques de Sousa coagiram-no no entanto a desistir de atacar o Paraguai por Itapua, e a reunir-se no Passo da Pátria com os aliados. Aumentou-se, pois, sua força com mais dez mil homens, com o que puderam abundantemente preencher os desfalques sofridos. Chegou pouco depois o General Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, nomeado pelo Governo imperial para tomar o comando, caso Osório, que pedira licença a fim de curar seus ferimentos, deixasse o acampamento.

Não consentiram seus achaques que Osório permanecesse no exército, e Polidoro substituiu-o efetivamente no posto de comandante dos contingentes brasileiros.

Não se suspendeu a contenda com a derrota dos paraguaios a 24 de maio. Dispunham eles de muitas fortificações colocadas entre os charcos, lodaçais, e cobertos por pequenas matas espalhadas no solo. Tinham-se os aliados aventurado por sítios desconhecidos. Ignoravam inteiramente, a topografia do terreno, e se não haviam iluminado com cartas e roteiros que os guiassem. Levava-lhes, pois, López imensa vantagem, porquanto aproveitava todos os recursos que a natureza oferecia.

Travaram-se, todavia ainda, escaramuças e tiroteios, e Polidoro a 16 de julho conquistou o Boqueirão, bem que tivesse de recuar diante das linhas de Haity-Corá e Sance entre as lagoas Pina, Roias e Chichy.

Um conselho de guerra instalou-se em Tuiuti, no correr do mês de agosto, e conveio-se em estender as operações bélicas ao rio Paraguai a fim de dominar pontos necessários a seu adiantamento. Assentou-se em assaltar as fortalezas de Curuzu e Curapaiti, mediante emprego enérgico e simultâneo das forças terrestres e marítimas. Constituíam estes dous padraços as guardas avançadas de Humaitá.

Funcionava, no entanto, o Ministério brasileiro, sem orientação política uníssona. Cada ministro decidia, a seu talante, os negócios de sua repartição, e desaparecia todo o acordo e harmonia. Dias de Carvalho mostrava-se inferior à altura de diretor das finanças em tão apertados lances como eram os da conjuntura, em que despesas extraordinárias esgotavam todos os recursos do país. Conseguira um desastroso empréstimo em Londres, que lhe não bastara, vendia apólices no interior por preços ínfimos, e contraía dívidas progressivas com emissão de

bilhetes do Tesouro a prazo e juros extraordinários. Foi por fim sacrificado por Araújo Lima, e chamado para ocupar seu lugar o Deputado João da Silva Carrão, que não provou melhores habilitações para o cargo. Desgostou além disto toda a praça comercial do Rio de Janeiro, com a nomeação de Montezuma para presidente do Banco do Brasil, o qual suscitou dissidências e discórdias com a administração, intrometendo-se nas operações de descontos, e produzindo abalo nas transações de operações e banco.

Contavam as gazetas por diversos modos a escolha de Teófilo Ottoni para senador pela província de Minas, a qual foi então efetuada pela Coroa. Tantas vezes lhe haviam sido preferidos outros candidatos, que pensava-se geralmente que infausta sorte o não desamparava. Explicavam, porém, sua escolha em 1866 pela intercessão de Araújo Lima, que pagara a Ottoni serviços, prestados como suplente de vereador da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Desinteligências haviam surgido entre os vereadores eleitos e o ministro do Império, acerca da matança do gado para o consumo da capital do Império. A Câmara alegava suas atribuições privativas e negava-se a obedecer ao Governo.

Araújo Lima suspendeu e mandou processar os vereadores. Carecia de suplentes para executarem suas ordens, e os imediatos em votos recusavam-se ao serviço. Conseguiu que Ottoni e uma turma de suplentes aceitassem o encargo. Pintavam então os periódicos ilustrados, Ottoni montado em um boi, a caminho do Senado.

Ao abrir-se a 3 de maio a sessão legislativa, a fala do trono mencionou o restabelecimento das relações diplomáticas com a Grã-Bretanha; referiu os sucessos felizes da guerra, e manifestava esperanças de que brevemente seria terminada.

Romperam os conservadores do Senado em hostilidades, acusando o Ministério de provocar a anarquia no Império com o desconchavo e contrariedades de atos administrativos, e de conservar presidentes de província violentos e arbitrários, que zombavam das leis e perseguiram seus adversários políticos.

Na Câmara dos Deputados, não poupou por sua parte a fração liberal hostilidades ao Gabinete, e Araújo Lima molestava-se com a oposição, e mais que tudo o atormentavam atritos em questões adminis-

trativas, suscitadas entre os próprios colegas do Ministério, e particularmente com Nabuco de Araújo. Contava, de mais a mais, Araújo Lima perto de oitenta anos de idade, e percebia-se necessitado de repouso.

Resolveu deixar o poder, e em fins do mês de julho solicitou do Imperador a dissolução do Ministério.

A conselho de Araújo Lima mandou Sua Majestade chamar Zacarias de Góis e Vasconcelos.

Tinha já Zacarias assento no Senado.

.....

IV  
*De agosto de 1866 a julho de 1868*

**C**ONFERENCIOU Zacarias com o Imperador, e observou-lhe a dificuldade de encontrar colegas para as pastas da Guerra e da Fazenda, que tão melindrosas e as mais importantes eram em circunstâncias tão críticas; por sua parte não trepidaria em aceitar a repartição financeira, mas dificilmente conseguiria pessoa habilitada que gerisse a da Guerra. Apontou-lhe o Imperador o nome de Ângelo Ferraz, que se patenteara tão destro, quanto infatigável e afanoso no Gabinete que se dissolvera.

Dirigiu-se Zacarias a Ângelo Ferraz, suplicou-lhe a continuação de seus serviços, e convenceu-o de que se não devia recusar à confiança da Coroa. De acordo com Ferraz, convidou os Senadores José Joaquim Fernandes Torres e Lustosa Paranaguá para as repartições do Império e Justiça, e três deputados, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Manuel Pinto de Sousa Dantas, e Afonso Celso de Assis Figueiredo, representantes pelas províncias de São Paulo, Bahia e Minas, para as dos Estrangeiros, Agricultura e Marinha.

Sabia Zacarias que encontrava crespas oposições dos liberais na Câmara temporária. Avezado, porém, às contendas parlamentares, convicto de seus talentos, ufano de comparar-se com o estadista francês

Guizot na perícia, na firmeza de princípios e na austeridade de caráter, desdenhou de uma legislatura, que terminava no ano de 1866. Na eleição a que se tinha de proceder, podia influir poderosamente e ganhar maioria em que se apoiasse. Apresentou-se, pois, com galhardia à Câmara dos Deputados na sessão de 4 de agosto e expôs seu programa governativo.

Restringiu-o a medidas concernentes à guerra e às finanças; não pretendia por enquanto reformas de leis, e solicitava, confiado no patriotismo dos brasileiros, o concurso de todos os partidos para defender-se a dignidade do país, e o lustre da Coroa. Uma moção de desconfiança, apresentada em seguida a seu discurso por vários deputados liberais, foi rejeitada por 56 votos contra 48.

Anunciou Zacarias que se contentava com a pequena maioria de uma Câmara que se devia reputar dissolvida por lhe restar apenas dous meses de vida, e que das novas eleições sairia a expressão verdadeira da vontade nacional.

Os conservadores do Senado, pelo órgão de seu chefe, Rodrigues Torres, afiançaram-lhe seus votos para a continuação da guerra e para melhoramento das finanças, exigindo apenas que o Ministério administrasse internamente com moderação e justiça.

Encerrou-se o Parlamento, depois de conceder os recursos reclamados pelo Gabinete, e amplas autorizações para satisfazer às necessidades financeiras.

Notavam-se vagas no Conselho de Estado, abertas pelos falecimentos de Lopes Gama, Miguel Calmon, Paulino de Sousa, Manuel Felizardo, e de outros vultos notáveis.

Nomeou Zacarias para estes cargos elevados quatro conservadores e dois liberais, como demonstração de que no serviço público atendia somente às capacidades. Devotou-se ao estudo da sua pasta, e solicitou os conselhos de Rodrigues Torres, que reputava a primeira sumidade financeira, conforme confessou franca e publicamente.

Demitido Montezuma da presidência do Banco do Brasil, e colocado em seu lugar Sales Torres Homem, inovou Zacarias os contratos do Governo e reformou os estatutos do estabelecimento. Conservava o Banco em suas arcas soma importante metálica, como garantia das



suas notas circulantes, cujo pagamento em ouro fora suspenso. Revogou-lhe Zacharias a faculdade de emissão, e fixou prazos para amortização das notas já emitidas, na razão de 5 por cento ao ano. Retirou do banco todo o ouro, que conservava, avaliado por um câmbio razoável, em cerca de vinte e cinco mil contos. Compensou o banco com a criação de uma carteira hipotecária, destinada a garantir os débitos dos lavradores cujas letras descontadas se não pagavam, bem eram endossadas por negociantes comissários. Por esta forma trocava o banco dívidas quirografárias duvidosas, por hipotecas seguras.

Abriu no Tesouro venda a retalho de apólices novas, e a custo as foi emitindo a preço de entre 68 e 70 por cento. Promoveu então empréstimos, por meio de bilhetes do Tesouro a prazo, e a juros que os elevaram a 7 e 8 por ano.

Situação precária do Tesouro, que atormentava-o extremamente no presente, e lhe assombrava com razão tudo o futuro! O câmbio cada vez baixava mais, tanto em razão da superabundância de papel circulante, como pelas aperturas do fisco, embaraçado em sua ação por falta de recursos, e envolvido em uma guerra estrangeira já tão prolongada.

Havia-se concedido liberdade de navegação de cabotagem aos estrangeiros, com prejuízo da marinha comerciante nacional, que começou a minguar, por não poder arcar com a dos outros povos, que a derrocavam com o abatimento dos fretes de transportes, e pequeno estípcio de tripulantes. Decretou ainda Zacarias para os estrangeiros liberdade de comércio e navegação dos rios Amazonas e seus afluentes: Tocantins, Tapajós, Negro, Madeira, e para o de São Francisco que banha as províncias de Minas, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco.

Correram favoráveis os primeiros dias do Ministério com as novas recebidas do teatro da guerra no Paraguai.

Resolvido pelo conselho dos generais reunido em Tuiuti, que era indispensável aos aliados apoderar-se das fortalezas de Curuzu e de Curupaiti, colocadas à margem esquerda do rio Paraguai, primeiros e formidáveis padraços que proibiam a navegação das águas superiores, a Manuel Marques de Sousa confiou Mitre o comando de uma coluna de oito mil homens, para investir por terra a de Curuzu, e solicitar de Marques Lisboa auxiliasse com a Esquadra ao pretendido assalto da fortale-

za que era defendida por seis mil soldados, por formidáveis muralhas, redutos, abatizas solidamente construídas e fosso extenso alimentado pelas lagoas adjacentes.

No dia 5 de setembro iniciou-se a empresa. Lisboa pelo rio, e Marques de Sousa por terra, precipitaram-se simultaneamente sobre Curuzu. A Esquadra forçou a passagem, inçada de torpedos, e perigosa pelos baixios do rio, e bombardeou-a enquanto a coluna expedicionária de terra levava de vencida as primeiras trincheiras, atravessava os fossos, e afrontava as muralhas e estacadas.

A pejeia foi energicamente sustentada pelos paraguaios, e a mortandade de ambos os combatentes provou sua coragem e bravura.

Já quatro horas durava a luta, quando Marques de Sousa, à frente de seus soldados, apoderou-se das segundas trincheiras. Cortados de terror, os paraguaios cuidaram então de abandonar a fortaleza, e de retirar-se por caminhos escabrosos, que comunicavam Curuzu e Curupaiti, e que só eles perfeitamente conheciam. Penetraram os aliados na praça, e hastearam suas bandeiras vencedoras sobre as eminências conquistadas.

Cerca de mil paraguaios pereceram, e muitos feridos e inabilitados para a fuga caíram prisioneiros de Marques de Sousa, que se assenhoreou igualmente de consideráveis armamentos, e depósitos de munições e das bocas de fogo que guarneciam a fortaleza. Por sua parte lamentaram os aliados a perda de quinhentos mortos, e quase outros tantos mutilados, e a da corveta encouraçada *Rio de Janeiro*, que soçobrou aos tiros da artilharia inimiga.

Desapontado López com a derrota de Tuiuti e a perda da fortaleza de Curuzu, imaginou um ardil com que entretivesse os aliados, e lhes suspendesse as operações bélicas, no intuito de ganhar tempo, para mais solidamente segurar suas linhas de defesa e fortificar suas posições estratégicas. Expediu um parlamentar a Mitre, portador de uma carta em que lhe observava os males provenientes da continuação da guerra e a necessidade de terminá-la por meio de acordos pacíficos. Solicitou-lhe uma entrevista em que se regulassem as condições, que aos contendores parecessem razoáveis para uma sólida conciliação. Tem a referida carta data de 10 de setembro.

Convocou Mitre a conselho Polidoro, Marques Lisboa, e Flores, e expôs-lhes a pretensão de Solano López. Nenhum acreditou na sinceridade do ditador, conhecido por seu gênio ambicioso e irrequieto. Combinaram, todavia, que Mitre aceitasse o convite, e ouvisse o inimigo. Não quiseram Polidoro e Lisboa acompanhá-lo. Seguido Mitre somente por Paunero e Flores, encaminhou-se para Haitá-Corá, sítio designado por López. Encontraram-se, e trataram-se bizarramente no dia 12. Propôs ao princípio López, que os argentinos e orientais se separassem da aliança dos brasileiros. Repelida a pretensão, lembrou López que se suspendessem mutuamente as hostilidades até que bases redigidas por ele para a pacificação fossem aceitas pelos governos aliados. Respondeu-lhe Mitre que as sujeitaria ao critério do Imperador do Brasil, mas que não assentia a trêguas, enquanto formal e terminante acordo se não assinasse.

De volta ao acampamento, comunicou Mitre aos generais brasileiros o que ocorrera na conferência, e resolveu-se que quanto antes se assaltasse Curupaiti.

O malogro das negociações exaltou López a arrastar os paraguaios à defesa de sua pátria com o rigor de castigos aplicados a quantos lhe não cumprissem escrupulosamente as ordens.

Submetidos a processo, condenados à morte o General Robles e muitos oficiais paraguaios pelo crime de fraqueza e covardia, foram imediatamente degolados; e açoitadas mulheres sob a acusação de espionagem. Proclamou traidores Duarte e Estigarribia, por se deixarem aprisionar pelos aliados em Jataí e Uruguaiana. Promulgou decreto de fuzilamento para os oficiais e soldados, que não desempenhassem no campo da batalha suas obrigações militares, e se entregassem aos inimigos, assustados de morrer no combate.

Aprestaram-se no entanto Manuel Marques e Lisboa para arremeterem contra Curupaiti.

Ignoravam os aliados não somente a topografia das localidades que invadiam, como o sólido das fortificações de López. Curupaiti era uma segunda Humaitá. Guarneçada por oito mil soldados, rodeada de várias e extensas linhas de trincheiras, e de um largo e profundo fosso, de muitas milhas de circunferência entre a primeira e as outras baterias de defesa, oferecia, já antes da tomada de Curvan, sérios obstáculos

a qualquer agressão, quanto mais depois que se haviam reedificado as golas e flancos dos baluartes, e renovados os fossos e contra-escarpas. No dia 22 de setembro, ao romper da aurora, doze mil homens, comandados por Marques de Sousa o pelo General-em-chefe Bartolomeu Mitre, e a Esquadra que transpusera os passos de Curuzu, romperam as hostilidades

Lisboa iniciou o bombardeio, enquanto que Marques de Sousa, atravessados pântanos, e galgados precipícios em frente da fortaleza, assaltava a primeira linha de trincheiras.

Favoreceu-o ao princípio a fortuna e levou-as Lisboa à escala. Avistou, porém, diante de si o enorme fosso repleto de águas abundantes, e além dele novas linhas guarnecidas de gente e apoiadas em possante artilharia, que não tardou em despejar repetidos e mortíferos tiros.

Não podiam adiantar-se suas tropas, pois que precisava balsas e pranchas para atravessar o fosso. Da primeira linha correspondeu todavia, com denodo, vivíssimo fogo contra inimigos, que encobertos com as paliçadas a menores riscos se expunham que os aliados.

Porfiada briga, que durou algumas horas, sem que Lisboa pudesse adiantar-se, e nem coagir os inimigos a calar os fogos de suas baterias. Pelo rio opunham-se também às manobras da Esquadra numerosos torpedos, e baixios, que lhe proibiam a livre navegação.

Perceberam Mitre e Manuel Marques que se malogravam seus planos, e de acordo mandaram tocar à retirada, que efetuou-se feliz e regularmente, sem que fossem incomodados pelos paraguaios.

Não podia deixar de produzir funda e desagradável impressão o revés sofrido em Curupaiti. Quase quatro mil praças entre mortos e feridos tinham perdido os aliados.

Resultado ainda mais deplorável, e que é sempre conseqüência de derrotas, teve de lamentar-se. Mitre queixava-se de pouco auxílio da Esquadra, e de que lhe não acudiram Flores e Polidoro, encarregados de entreter o inimigo pelo lado do Estero Bellaco. Defendia-se Lisboa afirmando que dispunha de poucos e insuficientes encouraçados para tão perigosa empresa, e que navios de madeira não devia arriscar, sem probabilidade de êxito. Polidoro e Flores afirmavam por seu lado que não haviam sido avisados para socorrer a tempo.

Rebentaram dissidências, e paralisaram-se todas as operações de guerra. Lisboa e Polidoro pediram ao Governo imperial suas exonerações, e Flores, alegando necessidade de salvar o Estado Oriental de uma sublevação tramada pelo Partido Blanco, retirou-se do exército aliado, com cerca de mil de seus soldados.

Sabidos no Rio do Janeiro tão graves acontecimentos, levantaram-se brados instantes e repetidos, exigindo providências do Governo.

Havia-se no entanto publicado em Londres o Tratado da Tríplice Aliança de maio de 1864, que os governos brasileiro, oriental e argentino tinham estipulado, e cujas cláusulas principais cuidadosamente se conservavam secretas. Traduzido no idioma inglês, e conhecido nas repúblicas do Equador, Venezuela, Chile, Nova Granada e Peru, protestou o Peru em nome de todas, contra a condição de imporem estrangeiros governo ao Paraguai. Parecia-lhes atentatório ao direito das gentes e à liberdade dos povos de escolherem seus chefes; e ofereceu sua mediação para concluir-se a guerra. Acompanhou-o por sua parte a Bolívia, temerosa das conseqüências de tão sangrenta e prolongada luta.

Respondeu-lhes o Governo brasileiro que lhes agradecia os bons officios de intermediários, mas que o tratado o ligava ao Estado Oriental e à Confederação Argentina, e somente de comum acordo podia ser modificado.

Era urgente, no entanto, providenciar no tocante à situação e discórdias dos chefes do exército no Paraguai.

Afirmou o Imperador a Zacarias que o Brasil não possuía general mais habilitado que Luís Alves de Lima. Pertencia ao Partido Conservador, mas seu patriotismo prevaleceria decerto sobre paixões e interesses políticos, e não se recusaria ao serviço.

Aprovou-lhe Zacarias a lembrança, e propô-la em conselho de ministros.

Objetou Ferraz que não assinava nomeação de Luís Alves, de cuja pessoa o separavam divergências particulares. A opinião do presidente do Conselho, adotada pelos demais membros do Gabinete, molestou tão duramente Silva Ferraz que deu de pronto sua demissão de ministro. Poucos meses depois despediu-se inopinadamente da vida, na cidade de Petrópolis.

Concordou Zacarias transferir para a pasta da Guerra Lustosa Paranaguá, cujo zelo e qualidades severas de administrador inteligente eram geralmente apreciados. Martim Francisco passou para a da Justiça, e nomeou-se o Deputado Sá Albuquerque para a de Negócios Estrangeiros. A 11 de outubro foram os decretos assinados.

Aceitou Luís Alves de Lima, com sacrifício da idade e de moléstias, a difícil tarefa de colocar-se à frente das tropas nacionais no Paraguai.

Combinou-se igualmente confiar o comando da Esquadra ao Vice-Almirante Joaquim José Inácio, amigo íntimo de Luís Alves de Lima, a fim de se harmonizarem em todas as ocorrências.

Partiu Luís Alves para o Rio Grande, e Joaquim José Inácio para Montevidéu. Conseguiu o primeiro que Osório voltasse para o teatro da guerra a servir sob suas ordens, e que outros valorosos oficiais o acompanhassem igualmente, bem como importantes reforços de guardas nacionais e voluntários alistados na província.

Transportando-se depois para Montevidéu e Buenos Aires, organizou em ambas as cidades administrações para abastecimento do Exército e Esquadra, seu armamento e munições de guerra, e hospitais para convalescerem doentes.

Seguiu para Tuiuti e empossou-se do cargo de comandante-em-chefe das forças brasileiras, ao mesmo tempo em que Joaquim José Inácio arvorava sua insígnia de almirante a bordo da fragata *Brasil*.

Lustosa Paranaguá provou requisitos apreciáveis na repartição da Guerra e, a exemplo de seu antecessor, não deixou de remeter contingentes de forças, que não somente preenchessem os desfalques do Exército, como o acrescentassem com novos batalhões e regimentos. O ministro da Marinha acompanhou-o no ardor patriótico, e a Armada e Joaquim José Inácio foram robustecidos com mais alguns vapores encouraçados, e bocas-de-fogo de calibre escolhido e aperfeiçoado.

Efetuaram-se no Império as eleições de deputados para a Câmara que devia funcionar em 1867. Empenhou-se o Ministério na luta e na coadjuvação enérgica dos candidatos que lhe aderiam à política. Apesar, todavia, de seus esforços, foram eleitos por Minas, Alagoas, São Paulo

e outras províncias, cerca de vinte liberais, seus declarados inimigos, e dez conservadores pelo Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão e Pará.

Começou o ano de 1867, e Luís Alves aplicou-se estudar a situação das tropas, a exploração dos terrenos além da linha ocupada desde Curuzu até Estero Bellaco, a reorganização dos comandos de divisões, e a prática rigorosa da disciplina. Afeiçãoava as vontades e simpatias dos oficiais e soldados, excitava-lhes o entusiasmo, e fazia-se respeitar e admirar pela prudência, justiça, atividade e perícia que revelava. Abarracamentos mais cômodos, hospitais para enfermos e feridos, corporação regular de saúde, ambulâncias, instrução de armas e de manobras, nada esquecia, nada deixava de providenciar.

Certificou-se de que o plano de avançar diretamente sobre Humaitá, para daí seguir para Assunção, constituía um erro militar, que se não podia mais corrigir inteiramente e apenas modificar em parte. Toda a margem esquerda do rio Paraguai até Humaitá, e à direita do Paraná até os confins do Estero Bellaco, formavam terrenos paludosos, doentios, abarrotados de lagoas e atoleiros permanentes, despídos de caminhos, e repletos de escombros desconhecidos, principalmente em estações de enchentes de águas. Dever-se-ia, em sua opinião, ter dirigido a invasão do Paraguai pela Candelária, penetrando em Itapuí, onde era sólido o solo e fácil de ser atravessado até Assunção.

Cumpria alterar o plano. Em vez de procurar diretamente a fortaleza de Humaitá, preferível pareceu-lhe uma marcha de flanco que domasse a formidável fortaleza, pelo lado superior do rio.

Desenvolveu a Mitre suas idéias, e não teve o general-em-chefe dos aliados dúvidas em adotá-las.

Inação completa do Exército sucedera ao desastre de Curupaiti. Tratou Luís Alves, no entanto, de reconhecimentos do terreno, de escaramuças e tiroteios, com que fatisse e desmoralizasse o inimigo, e da melhoria das trincheiras e do acampamento aliado, cujo centro principal conservava-se em Tuiuti.

Concordou com Joaquim José Inácio para a dupla ação do Exército e da Armada. Quando dispunha-se a desempenhar a marcha de flanco, dois acontecimentos lhe suspenderam por algum tempo a empresa.

Foi o primeiro a retirada de Mitre e de cinco mil argentinos comandados por Paunero. Irrompera revolta do Partido Federalista em Mendoza e em outras províncias da Confederação Argentina. Mitre transferiu a Luís Alves o comando geral, de que o investia o Tratado da Tríplice Aliança, e abandonou o acampamento, ansioso de restabelecer a ordem na sua república.

Mais prejudicial foi o segundo evento. Invadira a aterradora epidemia do cólera os acampamentos dos aliados. Todos os pontos foram mais ou menos insultados pela moléstia. Enchiam-se os hospitais, e a mortalidade espantava. Em Curuzu, principalmente, o destroço obrigou quase ao completo abandono do reduto.

Dois a três meses seguidos de epidemia decorreram, sem que o exército pudesse mover-se. Merecedor é de todo o elogio o zelo que Luís Alves desenvolvia para sanar os males suportados pelos seus oficiais e soldados, ao mesmo tempo que não cessava de empregar expedições em reconhecimentos do território. Usou de balões aerostáticos para melhor o descobrir, avistar, e averiguar a posição dos paraguaios, e ao mesmo tempo transmitir pelo ar sinais e ordens aos mais distanciados pontos ocupados por suas tropas.

Não menos se esmerava Joaquim José Inácio nas explorações, que mandava cometer nos rios, a fim de auxiliá-lo nas operações, com ciência certa dos perigos que se lhe antepusessem.

Chegara o mês de maio de 1867, e instalou-se a primeira sessão da legislatura brasileira eleita nos últimos comícios. A fala do trono noticiava os fatos ocorridos desde a última sessão, agradecia os valiosos auxílios que todos os brasileiros prestavam à continuação da guerra, que esperava brevemente terminar-se. Referiu as propostas de mediação que o governo dos Estados Unidos da América do Norte, do Chile, do Peru e de outras repúblicas haviam oferecido para restabelecer-se a paz com o Paraguai, e que o pudor nacional não consentira serem aceitas. Reclamava a atenção do Corpo Legislativo para a reforma das leis de recrutamento, do Código Penal Militar, e da Guarda Nacional. Exigia novos impostos e providências para equilibrar-se o orçamento da despesa e o da receita, e tornou-se objeto de geral admiração, pelo inesperado do assunto, um tópico relativo ao elemento servil, que o Governo anunciava estar estudando para o fim de cessar a escravidão no Brasil.



Foi então que correu voz no público relativamente a tão grave assunto. Soube-se que era idéia fixa de Sua Majestade a emancipação dos cativos, e que incumbira ao Senador Pimenta Bueno de redigir um prospecto a respeito, o qual fora submetido à discussão no Conselho de Estado, e quase unanimemente haviam opinado seus membros ser inoportuna a época para matéria tão melindrosa.

Padecimentos físicos haviam obrigado Rodrigues Torres e Eusébio de Queirós a procurar na Europa o restabelecimento da saúde. Mas no Senado não faltaram estadistas, que censuraram o ministério, pelo fato de suscitar a idéia de uma reforma social de tão elevado alcance antes que se houvesse terminado a guerra do Paraguai, restabelecido as finanças públicas, e entrado o país em condições normais de sossego e progresso. Não era a agricultura a força quase única produtiva? Para que amedrontá-la com perda de braços, quando se não favorecia e logra a colonização e emigração européia para substituí-las no amanho das terras e na colheita dos frutos? Silva Paranhos, Gonçalves Martins, Vanderlei, Vieira Tosta profligaram a idéia como prejudicial, intempestiva, e perturbadora dos elementos do trabalho agrícola.

Acompanhavam-nos na censura não somente os poucos deputados conservadores que tinham assento na Câmara, como vários liberais, o notavelmente Martinho de Campos, Sousa Carvalho, e Gavião Peixoto, representantes de províncias agrícolas. Crespa hostilidade levantou-se contra o Gabinete, acusado de assentir a pretensões imperiais, de preferência aos interesses e urgências da situação do país. Estigmatizaram azedamente o ministro de Estrangeiros por ter respondido em nome do Imperador a uma sociedade particular de abolicionistas ingleses, que ousaram dirigir-se a Sua Majestade, solicitando a extinção do cativo no Brasil, e de haver declarado que o Imperador partilhava seus sentimentos, e esforçar-se-ia em alcançar fim tão humanitário.

Nenhuma proposta apresentou, todavia, o Gabinete a respeito do assunto e nem acerca de outras providências sugeridas na fala do trono. Contentou-se com adiantar os orçamentos e fixações de forças, e conseguir autorizações para aumentos de impostos e emissão de papel-moeda.

Dispunha de maioria e fácil foi-lhe vencer a despeito de renhidas pelepas sustentadas por seus adversários.

Antes já da retirada dos argentinos e orientais, carregava o Brasil com o maior peso da guerra. Suas forças eram três a quatro vezes superiores às dos seus aliados. Depois da partida de Flores e de Mitre, quase que exclusivamente era o Exército invasor do Paraguai composto de brasileiros.

Contava Luís Alves de Lima sob suas ordens perto de quarenta mil homens de todas as armas, inclusive os marinheiros e soldados da Armada.

Não se descuidava no entanto López de aglomerar defronte do Exército aliado forças imponentes para resistir-lhe. Libertara os escravos pretos existentes ainda no Paraguai, e dispunha de mais de sessenta mil homens, apesar de haver já perdido cerca de vinte cinco mil.

Raiou o momento oportuno para que Luís Alves se movesse e desempenhasse seu plano de uma marcha de flanco.

Confiou o posto de Tuiuti ao General Manuel Marques à frente de quatro mil homens, guarneceu com postos necessários a linha que devia seguir, e pôs-se a caminho, estabelecendo o serviço telegráfico, e o emprego continuado de balões aerostáticos. Esperançado em sua estrela, que nunca o desamparara, não trepidou em embrenhar-se em territórios desconhecidos.

Ocupava-se no entanto Joaquim José Inácio em bombardear constantemente Curupaiti, não só para entreter o fogo sagrado da valentia entre seus subordinados, como para causar prejuízos aos inimigos. Logrou uma vez levantar explosão, que destruiu parte considerável das suas fortificações. O rolo de fumo espesso que trepava em espirais foi seguido de labaredas e línguas ardentes e avermelhadas. O incêndio erguia-se torcendo-se, alongando-se, e oscilando, e alumia os horizontes por vastas distâncias. Conservavam-se, todavia, firmes em seus postos os defensores da fortaleza.

Com trinta mil praças internava-se o Exército no território paraguaio. Denodados cabos de guerra acompanhavam a Luís Alves. Notavam-se com júbilo Osório, Argolo, Vitorino Monteiro, Câmara,<sup>85</sup> e outros admirados igualmente por suas qualidades militares. Atravessou

---

85 Visconde de Pelotas.

Luis Alves o Estero Bellaco, e por entre lagoas e charcos procurava cuidadosamente caminho.

Parece sonho a marcha executada por Luis Alves de Lima. Não descobria senão lagoas, charcos profundos, terrenos alagadiços, pantanais assombrosos, que lhe estorvavam os passos e impossibilitavam particularmente a passagem da artilharia. Às vezes os soldados enterravam-se nos atoleiros até quase os peitos. Dia e noite eram agredidos por guerrilhas paraguaias escondidas em pequenos bosques, estacionadas em brenhas ou muralhas e trincheiras que se não percebiam. Não raros combates lhe demoravam o andamento. Não havia caminhos; eram obrigados a rasgar trilhos, para que passassem. Deixava sempre guarnecida sua retaguarda, e espalhados postos que segurassem as comunicações entre as diversas divisões do Exército.

Aspirava encontrar terras menos eriçadas de perigos e de obstáculos criados pela natureza. Parecia, às vezes, que se lhe oferecia aos olhos o caos produzido pelas convulsões do globo.

Chuvas torrenciais inundaram todo o solo ao correr do mês de junho, e mais lenta ainda tornou-se a marcha das tropas invasoras. Favoreceu, porém, a inclemência da estação a Joaquim José Inácio, que penetrou com alguns navios na lagoa Pires, e daí começou a interceptar comunicações de Curupaiti com Chichy e Saure.

Travou Luis Alves em Potrero Ovelha renhida batalha; e, batidos os paraguaios, apoderou-se das fortificações ali levantadas e que constituíam excelentes pontos estratégicos. De Passo Coé a S. Solares em diante, mais sólidos terrenos encontrou até aproximar-se do arroio Hondo, de onde avistava-se a igreja e as casas de Humaitá.

Ciente López de que era diminuta a guarnição de Tuiuti, tentou surpresa para apoderar-se da posição. Mandou que doze mil homens a assaltassem. Desalojados dali os aliados, faltavam-lhe comunicação com a frota e com o posto de Curuzu, com o que gravemente se ofenderia a retaguarda do Exército na sua marcha de flanco.

Ocupava-se a força de Manuel Marques, incumbido de defender Tuiuti, em escoltar comboios. No reduto do acampamento, apenas dois batalhões se conservaram, quando à calada da noite aproximaram-se os paraguaios, sem que fossem pressentidos, e pela alvorada do dia precipitaram-se sob o comando de Barrios sobre as primeiras trin-

cheiras que foram levadas de roldão, por se não prevenirem os defensores contra súbitas e inesperadas agressões. Deitou Barrios fogo às baracas, saqueou os carros de comestíveis, e esforçou-se em penetrar nos íntimos redutos de Tuiuti. Não era, porém, Manuel Marques de Sousa suscetível de sustos. Apelidou seus soldados dispersos fora do acampamento, e conduziu-os para dentro do reduto que lhe restava. Mandou despejar fogo de artilharia contra os assaltantes, e sustentou com denodo e bravura o prélio até que chegaram-lhe socorros dos pontos vizinhos. Durou oito horas seguidas a ameaçadora invasão de Tuiuti; mas Manuel Marques, heroicamente em seu posto, coagiu por fim a debandar-se o inimigo, e coroou-se com louros invejáveis. Lastimaram, no entanto, ambos os beligerantes perdas sensíveis de gente ferida e morta. Caíram prisioneiros de Manuel Marques cerca de quinhentos oficiais e praças paraguaios.

Aproveitou-se, por seu lado, Joaquim José Inácio das enchentes do rio, e ao passo que bombardeava Curupaiti, fez-lhe passar sob o fogo das baterias alguns encouraçados que subiram o rio, e colocaram-se na margem fronteira superior, apoiados logo por forças aliadas, que para ali se dirigiram pelo Chaco. Forçado e transposto o perigoso passo de Curupaiti, tratou-se de, por terra, acometer igualmente a fortaleza. Argolo coadjuvado pela frota que de cima e abaixo do rio a bombardeava, logrou por fim domá-la, com a derrota e expulsão dos que a guarneciam, posto que a defendessem com toda a valentia.

Apresentou-se então no acampamento de Luís Alves de Lima, entre S. Solanos e o estabelecimento, fortificação poderosa dos paraguaios, o General Mitre, que derrocara as revoltas internas da Confederação Argentina, e voltava ao Exército com seis mil homens de reforço, sob o comando de Gelly y Obes. Um batalhão de paraguaios, refugiados em Buenos Aires, se tinha formado igualmente e anexou-se ao Exército aliado, com licença expressa de cobrir-se com sua bandeira nacional. Manifestou Mitre seu júbilo pelo acertado da marcha de Luís Alves. Pouco tempo demorou-se, todavia, e voltou de novo para Buenos Aires. Continuou, portanto, o general brasileiro no comando geral das tropas aliadas.

Por seu lado, o Exército paraguaio fora igualmente invadido por moléstias epidêmicas, que obrigaram López a não opor-se à marcha dos aliados.

Pensava também que, deixando entranhar-se no território o Exército inimigo, que o não conhecia, e não lhe adivinhava os poderosos recursos de defesa, mais facilmente o derrotaria. Explica-se assim o fato de se ir arredando diante dele, cansando-o, todavia, com escaramuças e tiroteios, que lhe dizimavam as fileiras.

Expediu ordens terminantes para que suas tropas abandonassem o Mato Grosso, não somente porque se não adiantavam na tentada conquista da província brasileira, que lhe opunha resistência invencível, como porque precisava de gente para preencher os consideráveis desfalques que em seu Exército se notavam. Ordenou novas levadas de soldados, obrigando até os sacerdotes a alistar-se e empunhar armas.

Proseguiu, porém, tenazmente Luís Alves, derrotou e devassou as trincheiras do estabelecimento, aproximou-se do forte de Taí, já na margem esquerda do Paraguai, e tomou-o à força de armas. Logo depois assentou acampamento na povoação do Pilar, situada igualmente no rio um tanto mais acima.

Formava assim cerco terrestre ao quadrilátero que defendia a fortaleza de Humaitá.

Era chegada a ocasião para que a Esquadra forçasse o passo de Humaitá a fim de ligar-se às forças de Luís Alves aglomeradas no estabelecimento no Pilar e em Taí.

Avisou Luís Alves a Joaquim José Inácio, que lhe cumpria desempenhar a delicada tarefa. A passagem de Curupaiti, posto que menos perigosa, provava-lhe todavia que igual tentativa podia ser afamadamente cometida no tocante a Humaitá.

Colocara-se o vice-almirante em frente de Humaitá, e na ponta da curva inferior do rio, de onde podia despedir tiros certos de artilharia contra a fortaleza. Escolheu sete encouraçados e três monitores a vapor, que lhe haviam sido remetidos do Rio de Janeiro, e instruiu seus comandantes para que, sob o fogo das baterias, e a toda a força das máquinas, dobrassem a curva, subissem o rio, e colocassem Humaitá entre as duas divisões da Esquadra.

Distava Humaitá três léguas de Curupaiti, e ocupava a fortaleza o fim da curva que ali como uma ferradura abria o rio Paraguai. Situada sobre uma pequena eminência, de onde avistava-se o que de um e de outro lado aparecesse, continha trezentas bocas-de-fogo, sotopostas suas baterias em andares sucessivos, desde o rés-do-chão, e algumas casamatadas, com guarnição adestrada de cerca de oito mil homens, muralhas sólidas, abatizes, parapeitos, paliçadas, e estacadas artisticamente construídas em torno do polígono irregular, que a praça formava, e rodeada de um fosso largo e profundo do lado de terra. Defronte e mais em cima no Chaco descobria-se outro forte casamatado, conhecido pelo nome de Timbó. A passagem tinha portanto de arrostar fogo em todas as direções, e não faltavam torpedos atirados ao rio, e canais cortados arteiramente, de modo a serem ignorados pelos inimigos. Além de tudo, grossas correntes de ferro, amarradas a pranchas colocadas de ambos os lados, impossibilitavam a subida ou descida de navios que temerários se arrissem a tão certos perigos de destruição.

Era indispensável, para que Humaitá fosse conquistada, que a Esquadra forçasse o passo, subisse o rio, e se ligasse ao Exército em Taí, com o que organizado o bloqueio, pudesse então ser domada com feliz sucesso.

A Esquadra brasileira compunha-se de 43 navios tripulados por 4.500 marinheiros e fornecida de 293 canhões.

Às onze horas da noite de 18 de fevereiro de 1868, suspenderam os encouraçados e monitores seus ferros, e avançaram em linha reta contra Humaitá, presos os monitores a três das grandes embarcações. Com lentidão marchavam, para ir descobrindo os canais dispersos que únicos lhes facultavam passagem. Às três horas da madrugada de 19, rompeu o fogo da artilharia, quer dos encouraçados, quer do resto da Esquadra, que se conservava em seu posto. Correspondeu-lhe energeticamente o da fortaleza. Para fortuna dos aliados, uma enchente extraordinária do rio arrancara das praias as lanchas, que sustentavam as correntes de ferro que ligavam as duas margens, e desapareceu por este modo tão poderoso estorvo.

Escuro estava o horizonte, e os paraguaios lançavam foguetes para iluminarem e acertarem seus tiros nos navios da Esquadra, que pretendiam forçar os passos.

Vogava na frente a fragata *Barrosa*, que encostando-se atrevidamente às baterias da fortaleza dobrou a curva e forçou afortunadamente o passo do rio. Aviso imediato transferiu, e após o primeiro encouraçado foram sucessivamente subindo os outros, apesar dos tiros repetidos de Humaitá, que os maltratavam cruelmente.

Desprendeu-se o monitor *Alagoas*, e foi arrastado pela corrente das águas. Fez-lhe sinais o vice-almirante para regressar, mas o arrojado comandante aumentou as forças das máquinas, e logrou, isoladamente, acompanhar os encouraçados. Ao mesmo tempo que os encouraçados venciam os passos de Humaitá, sofria a fortaleza fogo intenso dos navios colocados embaixo, e por terra ataque do Exército aliado, que avisado distraía a atenção dos paraguaios defensores da fortaleza.

Dobrada a curva, e colocados os navios expedicionários na parte e ponta superiores, volveram sua artilharia contra o Timbó, que coadjuvava Humaitá, e conseguiram subir as águas do rio, e fundear diante de Taí, ocupado pelo Exército aliado.

Qual foi o regozijo dos aliados, dando-se as mãos o exército e a Armada, entre Humaitá e Assunção, difícil me é, decerto, pintar ao vivo com o colorido que encareça devidamente a gloriosa ação desempenhada.

De Taí seguiram em exploração alguns encouraçados, e aproximaram-se de Assunção, cidade capital do estado do Paraguai, lançando o maior terror em todas as povoações ribeirinhas.

Enquanto Luís Alves de Lima esforçava-se em estreitar o cerco terrestre de Humaitá, recebeu do Rio de Janeiro gazetas subvencionadas pelo Governo, que o injuriavam e desprestigiavam. Eram o ódio e a paixão partidária, que se exasperavam com os feitos heróicos de um adversário político. Um periódico inglês, sobretudo, redigido pelo súdito britânico, Scully, patrocinado particularmente por alguns ministros, mais se exagerava em seus insultos e acusações infundadas contra o general brasileiro.

Magoou-se Luís Alves e, em carta ao ministro da Guerra, queixou-se amargamente; e supondo que lhe faltava a confiança inteira de que carecia, solicitou sua exoneração.

Convocou Sua Majestade o Conselho de Estado, e unânime foi o parecer dos seus membros. Não convinha conceder-se a demissão ao general, e nem retirar-se o Gabinete diante de suscitada divergência. Publicasse o ministro da Guerra sua franca confiança no seu delegado, e com providências adequadas, e satisfação honrosa lhe acalmassem o ânimo, para o que concorreriam com suas cartas os amigos políticos de Luís Alves de Lima.

Abraçou o Ministério a opinião dos conselheiros de estado, e o ministro da Guerra dirigiu-se ao general em termos amistosos e manifestou-lhe a maior confiança. Pediu-lhe desculpas de devolver-lhe a carta, para que o segredo fosse cuidadosamente guardado, e se dissipassem todas as nuvens de divergências.

Não demorava, no entanto, Luís Alves o aperto em que colocara Humaitá. Constantemente promovia reconhecimentos e assaltos, e estreitava o sítio por terra. Apoderou-se da fortificação de Laureles, e a 11 de abril uma explosão medonha no armazém de pólvora provou que a destruição da fortaleza começava. A muitas léguas em distância ouviram-se os rancos medonhos dos estragos, e a atmosfera, em torno, cobriu-se de espessas trevas e de raios luminosos de fogos, que por vezes rasgavam-nas e abriam clarões assustadores. Dirigiu-se o general a Curupaiti, e dispôs que Argolo e Gelly y Obes marchassem para o Chaco, e se colocassem fronteiros ao Pilar. Não se receava de López, que se tinha colocado em Tibicuari com o grosso de seu exército.

Perdidas as esperanças de manter a fortaleza de Humaitá, entenderam seus defensores que preferível era abandoná-la, retiraram-se pelo Chaco para unir-se às tropas de López. Aproveitadas as sombras de uma noite chuvosa, embarcaram-se em número de 4 a 5 mil combatentes, em balsas ou canoas, atravessaram o rio, e ao recolherem-se para Villeta, perseguidos pelas forças estacionadas no Chaco, perderam cerca de mil prisioneiros.

A 27 de julho de 1868, ocuparam os aliados Humaitá, onde encontraram muitos paraguaios feridos e abandonados, grandes depósitos de munições de guerra e de boca, artilharia e espingarda em quantidade considerável. Destruíram todas as obras-de-arte, arruinaram todas as baterias, arrasaram todas as paliçadas e estacadas, incendiaram os edi-



fícios, e converteram em escombros os seus quartéis, muralhas, galpões e igrejas. Desapareceu o terrível padastro que se proclamava invencível.

Em Tibicuari tinha López assentado seu principal acampamento. Era tão intenso o entusiasmo, se não o terror, ou fanatismo, que sentiam por ele os paraguaios, que o não abandonavam e pressurosos compunham-lhe ainda um poderoso exército de mais de quarenta mil homens.

Era este o estado da guerra, quando a 3 de maio de 1868, instalou-se a assembléia geral dos representantes da nação brasileira.

A fala do trono exaltava os triunfos do Exército e da Armada, e agradecia às tropas, à Guarda Nacional, aos voluntários da pátria, e a todos os brasileiros, os esforços e sacrifícios que praticavam em prol da dignidade e honra do país. Anunciava a libertação completa da província de Mato Grosso. Prognosticava que em breve cessaria a guerra, e reclamava as reformas já anteriormente anunciadas como necessárias. Não deixou de tocar na do elemento servil, comprometendo-se o Governo a apresentar oportunamente proposta a respeito.

Tempestuosas foram as borrascas parlamentares, tanto no Senado, como na Câmara, particularmente ao último assunto.

Uma emenda ao projeto de resposta à fala do trono foi oferecida por alguns deputados liberais. Expressa-se nos seguintes termos:

– “A Câmara certa do pensamento já manifestado por V. M. I., e convencida de que há idéias em que se não deve insistir de modo vago, e em circunstâncias extraordinárias, e antes de chegado o momento de dar-lhe prudente execução, considerará como lhe cumpre atenta e seriamente a questão social, cuja proposta o Governo pretende apresentar ao corpo legislativo em ocasião oportuna.

*“Sousa Carvalho – Gavião Peixoto – Martinho de Campos – Cristiano Ottoni – Barão de Prados – Leitão da Cunha – Viriato de Medeiros – J. M. de Macedo – Dias da Cruz – Sizenando Nabuco – Olegário de Aguiar e Castro – Gama e Abreu – Lourenço de Albuquerque – Sousa de Andrade.”*

Rejeitada a emenda, considerou-se o Ministério bastante forte para resistir a seus adversários.

Lutou-se ainda e pertinazmente contra as emissões elevadas de papel-moeda executadas pelo Governo, que haviam baixado extrema-

mente o câmbio; profligaram-se os juros de 7 e 8 por cento, que o governo pagava por empréstimos a prazo, e os preços baixos, a que estava m as apólices de 6% reduzidas.

Bem que conservasse o Ministério a confiança da maioria da Câmara eletiva, no Senado e no Conselho de Estado dominavam os conservadores, que se não esquivavam de combatê-lo.

Cumpru notar que Zacarias intervinha em todas as discussões; respondia a todos os adversários com hombridade e orgulho. Afrontava, desafiava a oposição, sem que manifestasse o menor susto.

Surgiu, porém, inopinadamente um conflito entre o Ministério e a Coroa, no correr do mês de julho.

Incluía uma lista tríplice senatorial, votada pela província do Rio Grande do Norte, o nome de Sales Torres Homem, conservador, e dous de deputados liberais que apoiavam o Ministério.

Escolheu o Imperador a Torres Homem para preencher a vaga. Observou-lhe Zacarias que o Ministério desprestigiava-se com a preferência de um seu adversário, e poder-se-ia derramar a opinião de que lhe faltava a confiança da Coroa.

Replicou-lhe Sua Majestade que não podia preterir a Sales Torres Homem, qualquer que fosse sua posição e seu partido, cidadãos mediocrementemente conhecidos.

Acrescentou ainda que o próprio Gabinete tanto apreciava os merecimentos de Torres Homem, que o havia proposto para presidente do Banco do Brasil e para conselheiro de estado, e que um dos ministros intervieria com cartas particulares para sua eleição, não se lembrando então de que era conservador, e adverso à política dominante.

Colocou Zacarias a questão em assunto de confiança, e o Imperador não mudou de resolução.

Solicitou, portanto, Zacarias a dissolução do Gabinete, declarando que lhe parecia desacertada a escolha de Sua Majestade.

Aceitou-lhe Sua Majestade a demissão e mandou chamar ao paço Rodrigues Torres, que regressara da Europa, restabelecido de seus incômodos físicos.

Entendia Sua Majestade que, brigados liberais e dissidentes, e desfeita a liga que os elevara à posse do poder, não lhe era possível or-

ganizar um gabinete quer misto, quer composto exclusivamente de uma das frações da maioria, que predominava na Câmara dos Deputados.

Notava, por outro lado, que os conservadores fora do poder revelavam uniformidade de pensamentos, rigorosa disciplina e número considerável de partidários, além da maioria no Senado e Conselho de Estado. Pertenciam-lhes igualmente a primeira autoridade financeira, conforme confessara o próprio Zacarias de Góis e os dois chefes das forças terrestres e marítimas em operações de guerra no Paraguai.

As necessidades da guerra prevaleceram poderosamente sobre os interesses dos partidos, e resolveu Sua Majestade entregar o poder aos conservadores.

Mais que todas estas considerações pesavam em seu espírito as necessidades da guerra existente, objeto principal que o preocupava a todo o momento, e em que de coração se empenhara. Com ministérios liberais, ou de liga, poderiam repetir-se conflitos e atritos como o que já surgira entre o general Luís Alves de Lima e o Gabinete que se exonerara. Não era preferível que uma só opinião, um único partido governasse com ministros da mesma comunhão que os chefes do Exército e Armada em operações bélicas?

Resultaria talvez a dissolução da Câmara temporária, mas o país manifestaria sua vontade em novas eleições de deputados, a que se procedesse.

Estas razões inspiraram Sua Majestade para confiar a autoridade ao Partido Conservador.

.....

V

*De julho de 1868 a maio de 1869*

*D*

ECLAROU o Imperador a Rodrigues Torres, que era chegado o momento oportuno de assumirem os conservadores a direção dos negócios públicos; que a guerra devia ser continuada com toda a energia conforme as cláusulas do Tratado da Tríplice Aliança, destinado a expelir do Paraguai o ditador Solano López, e a instituir no país um governo estável que pactuasse acordos sobre limites, indenização de guerra, e livre navegação do rio; e que em presença do crítico estado financeiro, ninguém reconhecia mais habilitado que Rodrigues Torres para confiar a missão delicada de formar Ministério forte e adaptado às circunstâncias ocorrentes.

Concordou Rodrigues Torres com Sua Majestade. Assumiu a presidência do Conselho e a pasta da Fazenda, escolheu para companheiros Vieira Tosta na da Guerra, Wanderlei na da Marinha, Silva Paranhos na de Negócios Estrangeiros, Paulino de Sousa Filho na do Império, José de Alencar na da Justiça, Joaquim Antão Fernandes Leão na da Agricultura e Comércio.

Publicada a lista dos novos ministros, apresentou-se Rodrigues Torres na Câmara dos Deputados no dia 17 de julho.

No intervalo entre a dissolução do Gabinete anterior e a nomeação do seu substituto, trataram as duas frações dominantes na Câmara eletiva acerca da posição que lhes convinha diante do adversário natural que tomava conta da administração pública.

A desgraça as arrastava a reconciliar-se. Combinaram ligar-se de novo estreitamente, e constituir um só partido, olvidados seus ódios anteriores, e suas pretéritas dissensões. Compreendendo que a dissolução da Câmara dos Deputados era consequência infalível da mudança ministerial, preferiram abreviá-la hostilizando incontinênti o Gabinete.

Rodrigues Torres em termos moderados anunciou que não solicitava confiança política, bem que se compromettesse a administrar o país com justiça e tolerância, sim, porém, que a Câmara lhe concedesse meios necessários para prosseguir na guerra e melhorar as finanças. Desejava marchar apoiado sempre em autorizações legais, e persuadia-se que o patriotismo da Câmara as votaria.

Propôs José Bonifácio, em seguida ao discurso do presidente do Conselho, uma moção de ordem.

Redigira a moção nos seguintes termos:

“A Câmara viu com profundo pesar e geral surpresa o estranho aparecimento do atual gabinete, gerado fora do seu seio e subtilizando uma nova política sem que uma questão parlamentar tivesse provocado a queda de seus antecessores. Amiga sincera do sistema representativo e da monarquia constitucional, a Câmara lamenta este fato singular, e não teme nem pode ter confiança no governo.”

Iniciado o debate, vários deputados liberais exprobaram-lhe que viesse pedir a uma Câmara adversária meios de governo.

Respondeu-lhe Rodrigues Torres, que desejava que o Parlamento brasileiro adotasse as praxes da Câmara inglesa das Comunas, que nunca recusaram autorizações, ainda que restritas a um Ministério, que lhes anunciava a dissolução assentada.

Foi a moção aprovada contra apenas dez votos de conservadores. Resolveu incontinênti a Câmara suspender suas sessões, até liquidar-se a crise que suscitava.

No dia 28 um decreto imperial dissolveu a Câmara dos Deputados, e convocou para 3 de maio de 1869 a que fosse eleita para substituí-la.

Devotou-se Rodrigues Torres a exame minucioso do estado do Tesouro. A guerra exigira, e exigia ainda, somas elevadíssimas e extraordinárias. Expôs em relatório oficial que os déficits dos três últimos exercícios atingiam a 245 mil contos, saldados por emissões de apólices, de bilhetes do Tesouro a prazo, e de papel-moeda derramado na circulação; que, como consequência infalível, baixara extremamente o câmbio, patenteava-se a desvalorização das fortunas pública e particulares e a subida dos preços de todos os gêneros necessários à vida. A receita do último exercício não excedera de 64 mil contos, apesar dos acréscimos de impostos votados pelo corpo legislativo. A dívida consolidada interior orçava em 180 mil contos, a estrangeira em 14 milhões e setecentas mil libras esterlinas, a flutuante em bilhetes do Tesouro em 83 mil, elevado o prêmio segundo os prazos de 6 a 8% ao ano. O papel-moeda em circulação excedia a 83 mil contos, não incluída a soma de notas do Banco do Brasil, e de outros estabelecimentos bancários em ouro já inconvertíveis. Os cofres públicos não dispunham de dinheiro para as despesas ordinárias da administração, quanto mais para as extraordinárias da guerra.

Urgia pagar saques quotidianos vindos do rio da Prata, e remeter para ali igualmente somas avultadas e em ouro, a fim de manter-se o exército e a marinha. Impossível era suspender serviços internos, nem os juros e amortização das dívidas contraídas em Inglaterra, e nem dispensar armamentos já encomendados. Empréstimos se não obtinham, pela baixa das apólices internas a 65, e das externas a 68, e pela elevação dos juros com emissão de bilhetes do Tesouro, que se reformavam sempre pela impossibilidade de pagá-los.

Bem que declarado inimigo do papel-moeda, percebeu Itaboraí que lhe não sobrava outro recurso, ao encetar sua administração, até que, restabelecida alguma confiança pública, pudesse lançar mão de meios menos prejudiciais à nação.

Adotou, portanto, este pernicioso expediente, acrescentando ao já emitido por seu antecessor a soma precisa para as urgências do momento, comprometendo-se amortizá-la, apenas melhorasse o estado financeiro, que não reputava inteiramente desesperador.

Emitiu de pronto cerca de oito mil contos de papel-moeda, e aprestou-se para efetuar novos empréstimos por meio da dívida fundada. Ansiava reduzir a flutuante que, além de juros pesados, roubava-lhe o sono com prazos fatais, que, não satisfeitos, equivaleriam à declaração de falência do Tesouro.

Resolveu emitir apólices amortizáveis em ouro, ao câmbio de 27, e juro de 6%, no intuito de atrair ao Tesouro o produto das pequenas economias particulares, ávidas de rendas maiores e seguras. Fixou a soma do empréstimo em trinta mil contos, o preço a 95%, e a amortização anual de um por cento, e abriu no Tesouro subscrição pública. Confiava que com esta primeira providência readquirira o crédito público e a subida do câmbio, pela sua novidade. Em poucos dias subiu a subscrição ao triplo, e foi necessário distribuir-se proporcionalmente em quota correspondente aos pedidos.

Animado pelo sucesso, não duvidou então emitir mais quarenta mil contos de apólices em papel a 75%, quando antes não lograria efetuar a operação a mais de 65%.

Com a soma recolhida ao Tesouro, considerou-se habilitado para corresponder satisfatoriamente aos serviços da guerra e da administração interna, e para minorar os juros dos bilhetes a prazo em circulação, e que conseguiu reduzir imediatamente, aplicando parte dos empréstimos ao seu pagamento. Não menos de oito mil contos retirou da circulação. Convencido ainda de que lhe convinha não arrancar recursos ao comércio legítimo, pagou ao Banco do Brasil não só a importância de ouro, que de suas arcas havia Zacarias recolhido, como a de onze mil contos que ao banco devia o Tesouro, pela amortização de papel-moeda que efetuara anteriormente.

Alcançou assim que o prêmio dos bilhetes do Tesouro em circulação descesse a 4, 5 e 6 por cento ao ano, segundo os prazos de seus vencimentos, e habilitou o banco a servir ao comércio para seu regular desenvolvimento e progresso.

Decreto importantes reformas na administração da Fazenda; averiguou a fiscalização na cobrança da renda, e aplicou severa economia nos dispêndios de todas as repartições públicas.

Coadjuvavam eficazmente a política do presidente do Conselho todos os seus colegas do Ministério. O da Guerra e o da Marinha

provavam zelo na gestão de suas pastas, e na energia que empregavam para as operações bélicas no Paraguai. Os do Império e Justiça estudavam melhoramentos necessários nas suas administrações, e o da Agricultura não descurava-se no desenvolvimento material paulatino, adiado unicamente, ou que na ocasião pareceu poder ser suspenso. O ministro dos Negócios Estrangeiros entretinha amigáveis e conciliadoras relações, para manter a harmonia do Império com as potências estrangeiras.

Entregues ao Partido Conservador as posições oficiais, novos presidentes e chefes de polícia foram nomeados, e as instruções que o Ministério lhes transmitia cifraram-se em administração justiceira, moderada e tolerante. Reinava perfeita tranqüilidade em todas as províncias, e manifestava-se júbilo e contentamento pela marcha auspiciosa do Gabinete. Quase que se não ouvia voz de oposição, bem que as duas facções liberal e dissidente se houvessem finalmente fundido em um único partido, que não perdia esperança de voltar ao poder, logo que lhe sorrisse ocasião oportuna. Tinham-se de todo, felizmente, desvanecido idéias de edições e revoltas, e ninguém meditava ultrapassar os limites da legalidade.

Desapareceram da cena, no correr de 1868 a 1869, dois senadores conspícuos, e vultos proeminentes na política: Pedro de Araújo Lima e Eusébio de Queirós.

Extinta estava a geração dos homens eminentes do Primeiro Império. Quase extinta a da época memorável e crítica da menoridade. Restavam apenas desta última Limpo de Abreu, Rodrigues Torres e Vieira Tosta. Entravam já na direção dos negócios públicos novos personagens, que manejavam suas primeiras armas já durante o reinado de D. Pedro II.

Domado por Luís Alves de Lima o baixo Paraguai, desde Pilar até o rio Paraná, e de posse portanto de um quinto do território, bem que este fosse composto de lagoas, pantanais e fortalezas improvisadas que se tinham arrasado, restava todavia a López a melhor parte, a mais povoada, semeada de cidades, vilas, importantes fábricas de fundição de armamentos e munições de guerra, e campos agriculturados.

Assenhoreara-se Luís Alves igualmente das águas do rio Paraguai, desde seu acampamento no Pilar, até a fusão do Paraguai e do Paraná; apoderara-se também do Chaco, que se estendia ao sul e oeste e



que era quase inabitado. Subia seu exército a 30 mil homens, apesar das perdas numerosas que sofrera em combates, e através dos terrenos paludosos que atravessara. Às mãos tinha ainda uma esquadra de quarenta navios.

Recolhido Solano López para o coração do seu estado, contava por seu lado numerosos soldados e trincheiras poderosas, persuadia-se que em terrenos mais apropriados às manobras e mais próximos de recursos para a guerra, resistiria vitoriosamente aos invasores. Não o assustava a perda total de sua marinha, nem dos territórios perdidos. Não trepidou, todavia, em chamar a serviço mulheres e crianças menores de quinze anos, que empregava na construção de fortes e trincheiras, oficinas e ambulâncias, e não poucas no cultivo das terras, que os homens, coagidos a pegar em armas, tinham de todo abandonado.

Terminara, por esse tempo, o prazo da presidência da Confederação Argentina, para o qual fora o General Bartolomeu Mitre eleito, e transferira-se a autoridade suprema da República a Domingos Sarmiento, diplomata distinto, e exímio literato. Não sofreu, contudo, modificação a política de Buenos Aires, no tocante ao Brasil, ao Estado Oriental, e ao Paraguai.

Dois eventos lamentáveis realizaram-se, porém, no rio da Prata, os quais produziram sensação triste e duradoura. Fora assassinado em Montevideu o General Flores, e Batle lhe sucedera na presidência do Estado Oriental. Quase pelo mesmo tempo, Lopes Jordão, caudilho de Entre-Rios, e homem de confiança de Urquiza, que governava a província, assaltou-lhe a estância de São José, onde o general se recolhera, matou-o barbaramente, e tomou conta da administração de Entre-Rios. Durante toda a guerra tergiversara Urquiza, ora manifestando-se favorável a Mitre, ora a López, sem que contudo se decidisse, e nem a nenhum dos contendores prestasse auxílios de gente.

A bem combinada e desempenhada marcha de flanco não terminara a guerra; aproximava-a, apenas, a seu termo.

Excetuada a batalha de 24 de maio, não tinham-se travado outras, propriamente assim denominadas, mas unicamente combates parciais, posto que mortíferos.

Abria-se agora, para Luís Alves, a luta regular, e em campo raso, afrontando o exército inimigo em terrenos adaptados a manobras de guerra.

A 26 de agosto de 1868, partiu Luís Alves para as proximidades do rio Tibicuari, tributário do Paraguai, onde se acampara a máxima parte do exército de López.

Explorou Joaquim José Inácio precisamente as margens do rio, no intuito de habilitar o general brasileiro com o conhecimento do solo e das posições do inimigo.

Arremeteu, depois, Luís Alves contra as linhas paraguaias, postadas nas margens do Tibicuari. Os soldados de López morriam, mas não se rendiam prisioneiros, e pois combatiam com pertinácia e firmeza. A perícia, porém, de Luís Alves, a disciplina que mantinha em suas tropas, o procedimento exemplar dos generais que o acompanhavam, e a coadjuvação de alguns navios de guerra que penetraram no rio, venceram os inimigos que, em número de dezesseis mil, defendiam suas trincheiras. Foram os paraguaios coagidos a abandonar Tibicuari e a recolherem-se a Angustura, depois de inúteis sacrifícios, e de perda numerosa de gente. Senhor das posições de Tibicuari, horrorizou-se Luís Alves do espetáculo que se lhe ofereceu aos olhos.

Encontrou dentro das trincheiras numerosos cadáveres de paraguaios, degolados por ordem de López, como suspeitos de covardia ou traição. Conheceram-se os do bispo de Assunção, do ministro paraguaio Borges, do cônsul português Leite Pereira, o do próprio irmão do ditador, Benigno López. Jaziam também assassinados, mulheres e crianças paraguaias, e o oriental Carreras, caudilho do Partido Blanco, ministro e secretário de Aguirre, e principal inspirador da matança dos colorados em Quinteros.

Sistema era o de Solano López impor respeito e completa obediência e submissão por meio do terror. Deviam as execuções por fuzilamentos e degolações servir de exemplo que contivesse os tímidos ou recalcitrantes.

Com o grosso de suas tropas seguiu López para Lombas Valentinas.

Formavam as Lombas Valentinas uma série de montículos, espalhados em extensa linha do terrenos; e defendidos por matos escuros, que a natureza parecia ter produzido para pontos estratégicos de defesa, e para seguro asilo de quem se embrenhasse em seu seio.

Acrescentara-lhes López obras de arte habilidosa e fortemente construídas, e guaritas para descobrir ao longe quem ousasse aproximar-se, sem que fossem os abarracamentos paraguaios descobertos.

Conhecida por Luís Alves sua marcha para Lombas Valentinas, entendeu, que antes de adiantar-se para Assunção, convinha-lhe destroçar López nas suas novas posições militares, a fim de não deixar atrás um exército que o incomodasse. Podia no entanto a frota estacionar em frente de Assunção, e bloquear a cidade, enquanto por terra não fosse assaltada.

Ao encaço pois, foi-lhe Luís Alves, e postou-se diante dos entrincheiramentos estabelecidos quer em cima das colinas Valentinas, quer nas fraldas dos seus outeiros, quer enfim no centro de bosques. Ordenou que o General João Manuel Mena Barreto contornasse o inimigo pelo lado do arroio Pequirici, enquanto o investia pela frente. Desejoso de terminar a guerra, não mais derramando sangue, escreveu uma carta ao ditador López, intimando-o a depor as armas e render-se em 24 horas. Concedia-lhe cláusulas honrosas, e apelava para seu patriotismo, provada como estava sua impossibilidade de resistência.

Respondeu-lhe López arrogantemente assegurando-lhe que dispunha ainda de soldados bastantes para expelir os inimigos, e defender e conservar a independência de sua nação.

Resolveu então Luís Alves arremeter imediatamente contra as baterias de Lombas Valentinas. No dia 23 de dezembro iniciou um bombardeio vigoroso, que causou nos arraiais inimigos destroços consideráveis. Por diversos lados foram as fortificações investidas. Subiu Luís Alves ao cimo de uma das colinas conquistadas, e desdobrou-se aos olhos um imenso acampamento entrincheirado, onde avultavam tão copiosos soldados que parecia certa a declaração de López, de que lhe não faltavam defensores. Inúmeras barracas a leste, próximas a uma mata; série de baluartes, estacadas e abatizes no oeste; mais de cinquenta canhões colocados em posições escolhidas; e no centro cavalaria copiosa.

A fidelidade dos paraguaios ao seu ditador, demonstrava-se com toda a clareza. Quantos podiam manejar uma arma, crianças, velhos, padres, campônios e até mulheres se não poupavam a todos os serviços de guerra.

Transpuseram alguns esquadrões aliados os fossos, mas foram compelidos a regressar, maltratados extremamente pela artilharia inimiga. Foi mister então dar assalto em regra, e Luís Alves, no dia 27 de dezembro, deu o sinal do combate aos comandantes encarregados de penetrar, por três lados diferentes o acampamento paraguaio.

Feriu-se a luta logo que o sol começou a alumiar os horizontes com seus raios ardentes. Não recuavam os inimigos, e a vitória se não declarava. Percebeu por fim López que o abandono de sua posição era infalível e que lhe restava a retirada para Cerro León, a fim de não perder maior quantidade de gente. Por atalhos ignorados pelos inimigos encarreirou-se a toda a pressa, caminho de Cerro León. Domaram então os aliados o acampamento principal, após triunfo lastimoso de mortos e feridos de um e de outro lado.

Virou-se então Luís Alves contra as fortalezas de Angustura, que lhe afrontavam a marcha para Assunção; e que eram situadas entre o arroio Canambé e o rio Paraguai, a poucos quilômetros da praça de Viletta.

Não lhe foi fácil a conquista de Angustura; serviu-lhe, porém, de muito o auxílio da Esquadra. Joaquim José Inácio bombardeou-as enquanto o general as assaltava por terra.

Desesperada foi a luta. Persistente e interminável procrastinava-se sem resultado.

As tropas de López ocupavam o centro entre o arroio e a praça de Angustura; apoiavam-se em um dédalo de fortificações, trincheiras guarnecidas por fossos, espaldões e abatizes, e por brejos vastos à beira do riacho.

Luís Alves atravessou Villa Franca e Villa Oli, e aproximou-se em pessoa de Angustura, depois de gastar quatorze dias de explorações do terreno.

Mandou que alguns encouraçados se assenhoreassem do trânsito defronte de Angustura, e subissem até S. Antônio, transportando

uma divisão comandada por Argolo. Cumpria a Osório aproximar-se das linhas de Canambé, a Gelly y Obes pelo lado oposto, encerrando-os em fogo vivíssimo e simultâneo.

Antes de começar a pugna mandou intimar os assediados para se renderem. Não hesitou a guarnição paraguaia em capitular com a condição de sair das fortalezas ao som do tambores, com as bandeiras desfraldadas, bem que desarmada e considerada prisioneira de guerra.

Após alguns dias de demora causada por chuvas copiosas, encaminhou-se Alves para o arroio Avaí, que encontrou guarnecido também por numerosos inimigos, e estacadas e muralhas formidáveis.

Novo combate, sustentado com fúria constância, e seguido de espantosa mortandade, que ambos os Exércitos suportaram.

Era, porém, Luís Alves acompanhado pela vitória e, conquistadas as trincheiras inimigas, avançou intrepidamente para o arroio Itororó, mais acima no rio.

Obstáculos extraordinários ali o esperavam. Bem que coadjuvado sempre por navios da Esquadra, tornou-se sua posição perigosa. Uma ponte lançada sobre as duas margens e uma corrida de trincheiras solidamente construída embargaram-lhe os passos.

Três vezes foi tomada a ponte pelo General Argolo, e três vezes foi ele obrigado a recuar diante do fogo contrário.

Ferido Argolo por uma bala de espingarda, tomou-lhe Luís Alves o posto, e colocou-se à frente dos soldados, esquecido de que um general-em-chefe não deve arriscar-se pessoalmente, inspirado, todavia, pelo seu ânimo e pela necessidade de avigorar os homens que comandava, e que pareciam esmorecidos.

De espada em punho dirigiu-se contra a ponte de Itororó, exortou seus soldados a avançarem, e deu-lhes o exemplo de temerária resolução e bravura. Aterrorizava, decerto, a passagem da ponte. Por baixo a corrente rápida, turva e inchada, mugindo estrepitosamente; dos lados desamparados de anteparas, precipícios de muitos metros de altura; em frente fogo nutrido de artilharia e fuzilaria disparado dos ou-teiros, dos redutos, das barrancas, das estacadas.

Caíam uns após outros mortos os invasores da ponte; estes da ponte arrojados no rio, aqueles dizimados pelo fogo nutrido e ininter-

rupto dos paraguaios. Um dia inteiro durou o combate, e quase ao cair da noite é que logrou Luís Alves transpor a ponte e colocar-se no seio dos arraiais inimigos; batiam-se corpo a corpo, com as espingardas, lanças e espadas, enquanto que pelo arroio bombardeava a esquadra.

Espavoriram-se então os paraguaios, desampararam suas posições e linhas estratégicas; e por entre matas e encostas íngremes, galgados agrestes escombros, retiraram-se à noite e em debandada, depois de alastrado o campo de numerosos cadáveres de mortos e de corpos de feridos, e de peças de artilharia, de espingardas e de copiosas virtualhas.

Esta última vitória abriu ao general-em-chefe dos aliados o caminho de Assunção, de Luque, do Rosário e de outras cidades e povoações ribeirinhas do Paraguai, e a Esquadra brasileira vogou desde então livremente nas águas até subir à província brasileira em Mato Grosso.

Em consequência dos reveses sofridos, transmitia Solano López ordem para que fossem elas abandonadas por todos os habitantes, se destruíssem as sementeiras, se talassem os campos, e se aniquilassem todos os frutos que as terras pudessem oferecer aos invasores.

Conservava ainda prestígio sobre seus compatriotas, e apesar de ter perdido entre mortos, estropiados, extraviados e prisioneiros do inimigo cerca de sessenta mil homens, apareciam-lhe novos soldados para ainda dispor de elementos de defesa. Minguavam todavia suas tropas, porque já quase não havia população válida no Paraguai. Maior ventura era a dos aliados que recebiam do Rio de Janeiro contingentes assíduos de gente para se suprirem as lacunas provenientes da guerra.

Apresentou-se a Esquadra em frente da capital do Paraguai, disposta a bombardeá-la.

É a Assunção situada à margem esquerda do rio Paraguai, sobre um pequeno outeiro, que domina as planícies em torno, e avista as águas fluviais superiores e inferiores. Conta o rio em frente da povoação quinhentos metros de largura, e quinze de profundidade.

Retirado López ao Cerro León, fortaleza e fábrica de armamentos bélicos, encostada às elevadas cordilheiras que cortam o país pelo meio, e das quais correm as águas por um lado para os afluentes do Paraná e por outro para os mananciais do Paraguai, posto que rareadas as fileiras de seus soldados, devorados pelo fogo do inimigo, ou dizima-

dos pelos ferimentos e moléstias adquiridas nas peripécias ininterruptas da prolongada e gigantesca luta, não esmorecia, todavia, e mostrava-se resolvido a disputar sempre o campo a seus inimigos.

Confiava ainda nos intrincados bosques e inacessíveis rochedos do interior e norte do país para resistir nobremente.

Tudo em torno de Assunção oferecia o espetáculo do abandono e da desolação. Conservavam-se apenas no seu interior velhos decrepitos, mulheres, crianças no estado deplorável de nudez e penúria. Cortados os desgraçados de angústias e terrores, olhavam triste e melancolicamente para o céu, e imploravam o auxílio da Providência Divina. Morriam uns à míngua, outros se alimentavam com nocivas raízes, e carnes repugnantes de animais imundos.

Logo que Joaquim José Inácio postou-se em frente da Assunção, adiantou-se por seu lado Luís Alves e penetrou sem resistência na capital do Paraguai à vanguarda do Exército invasor. Apossou-se depois Luís Alves de Luque, Rosário e Conceição, à margem do rio, e abriu as comunicações fluviais da província de Mato Grosso.

Em Assunção encontraram-se infelizes abandonados despendendo-se da vida à míngua; casas desertas, e animais retouçando-se nas torpezas dos escombros. Fora da cidade os campos assolados, e o silêncio sepulcral interrompido apenas pelo grasnir dos ferozes tigres, que se não arriscavam de aproximar-se.

A maior parte do Paraguai estava, pois, em poder dos aliados com a aquisição da capital; para pôr termo, porém, à guerra, restava perseguir López internado em esconderijos e nas cordilheiras interiores.

Tratou, portanto, Luís Alves de efetuar a completa submissão de López, e dividiu o Exército em colunas incumbidas de perseguir o ditador. Já, em sua opinião, se não admitia a guerra regular, carecia-se de caçar foragidos em seus antros escabrosos.

Enquanto entrava nesta nova fase da luta, agravaram-se seus incômodos de saúde com o insulto de uma febre maligna, e entendeu Luís Alves que podia considerar finda sua missão, e perigava sua vida em tão inóspitos climas e com os trabalhos e fadigas a que era ainda obrigado.

Aconselharam-no também os facultativos a procurar convalescer-se quanto antes em Buenos Aires, tanto mais que sua idade adiantada de mais de setenta anos concorria para quebrar-lhe as forças físicas.

Solicitou do Governo imperial sua exoneração, entregou o comando-em-chefe ao general Guilherme de Sousa, e retirou-se para a capital da Confederação Argentina.

Ao saber-se no Rio de Janeiro que Assunção estava conquistada, resolveu o Ministério fundar ali um governo paraguaio, a fim de manter-se a independência da república, tão necessária ao Brasil, e aos povos vizinhos.

Deliberou dar demissão a Otaviano, e que como plenipotenciário em missão especial partisse para o rio da Prata o ministro dos Negócios Estrangeiros, José Maria da Silva Paranhos, incumbido de firmar pactos com o Estado Oriental e a Confederação Argentina, e de organizar e instalar no Paraguai um governo nacional, com o qual os aliados pactuassem acordos amigáveis.

Ao receber depois a notícia de que Luís Alves deixara Assunção, e solicitava tecnicamente sua exoneração do comando-em-chefe das tropas, lembrou o Imperador ao Gabinete a conveniência de substituí-lo por seu genro, o Conde d'Eu, marechal efetivo do Exército, e que revelava inclinações e talentos militares. Sua alta posição tolhia ciúmes prejudiciais ao acabamento das operações da guerra.

Adotada a idéia pelo Ministério, lavraram-se os decretos respectivos. Assentou-se igualmente em fazer acompanhar o Conde d'Eu por luzido estado-maior, que lhe prestasse realce, e pelo General Polidoro da Fonseca, em quem o Governo depositava inteira confiança.

Chegado Silva Paranhos a Buenos Aires, deparou benévolo acolhimento do Presidente Domingos Sarmiento e assinou o acordo provisório para fundar um governo no Paraguai, excluído López de toda a interferência na sua escolha. Expressiu-lhe Sarmiento opinião favorável para manter-se a independência do Paraguai, e de harmonia com o novo governo assinaram-se as bases da paz, e os tratados concernentes a limites, liberdade de navegação dos rios, e indenizações de guerra.

Em Buenos Aires encontrou-se Paranhos com Luís Alves de Lima, entregue aos cuidados de hábeis facultativos e ao regime neces-



sário para o restabelecimento de sua saúde. Informou-se da situação do Paraguai, para exercer sua ação reconstrutora da sua nacionalidade.

Regressou Luís Alves de Lima para o Rio de Janeiro, e seguiu Silva Paranhos para Assunção.

Alquebrados e maltratados pelos azares da luta, retiraram-se igualmente do Paraguai Joaquim José Inácio e Argolo, e volveram para o Rio de Janeiro. Sucumbiram ambos infelizmente, apenas recolhidos à pátria. A Esquadra ficou no Paraguai confiada a Eliziário Antônio dos Santos.

Logo que Silva Paranhos pôs pé em Assunção, cuidou de organizar um triunvirato de paraguaios para governo provisório da república. Convocou os oficiais do batalhão paraguaio incorporado no Exército aliado, e expôs-lhes a necessidade de constituir a suprema autoridade do estado. Uma petição por eles assinada requereu-lhe a nomeação dos que se deviam colocar à frente da administração pública.

Publicou então Silva Paranhos um edital proclamando governadores Cyrillo Rivarola, Carlos Loisaga e José Dias Bedoira, que assinaram compromisso de conformar-se com as deliberações dos aliados, no tocante a operações militares, e de sujeitar-se às cláusulas do Tratado da Tríplice Aliança.

Instalado o Governo provisório, cuidou-se de redigir uma Constituição para o Paraguai, e de convocar uma assembléia de notáveis que lhes sancionasse os atos. Declarou-se deposto de sua autoridade suprema o ditador López, expulso do país, e considerado traidor à pátria. Convidaram-se todos os paraguaios a abandonar sua causa, e a reunir-se em torno do novo governo de sua pátria.

A pouco e pouco foi-se atraindo à capital e às cidades e povoações os que as haviam desamparado. Numerosos navios expediram os aliados transportando gêneros alimentícios para salvarem a população devorada de fome, e destituída de recursos.

Inundava-se de regozijo o povo brasileiro com o termo próximo da guerra, e a opinião pública aplaudia confiada e esperançosamente o Ministério, que se esmerava em restaurar as finanças, cujo melhoramento percebia-se a olhos vistos, com os acréscimos de receita, redução

de despesas, serviços administrativos em dia, tranqüilidade geral, e câmbio que de 14 subia propícia e progressivamente.

Tinham-se regularmente efetuado as eleições para a nova Câmara. O partido adverso ao Gabinete retirava-se de toda a interferência, depois de publicado um manifesto com as assinaturas dos seus chefes, no qual se censurava a Coroa por ter chamado os conservadores ao governo, quando a quase unanimidade da Câmara pertencia aos liberais, eleitos há pouco mais de um ano. Exprimia também o manifesto que se realizara a fusão das duas frações até então divergentes, para constituírem um único partido, mas que devia manter-se a abstenção no primeiro pleito. Recomendava por fim o respeito à lei, e resignação para que as idéias políticas, que professavam, triunfassem de maneira calma e segura.

No correr do mês de abril de 1869, desembarcou o Conde d'Eu em Assunção, conferenciou com Silva Paranhos, abriu relações com os membros do Governo provisório do Paraguai, empossou-se do cargo elevado de comandante-em-chefe das forças em operações de guerra, e patenteou desde o princípio zelo e atividade no exercício de suas funções militares.

.....

VI  
*De maio de 1869 a março de 1871*

**A**BRIU-SE no dia 11 de maio de 1869 a primeira sessão da legislatura eleita em 1868, em consequência da dissolução da Câmara anterior.

A fala do trono regozijava-se com os triunfos das armas imperiais, na guerra do Paraguai. Agradecia ao Exército, à Armada, à Guarda Nacional, e aos voluntários, que tanto se distinguiam na luta. Memorava o patriotismo dos brasileiros, a política e valor dos generais, e anunciava a nomeação do Conde d'Eu para comandante-em-chefe das tropas em operações bélicas. Confiava que não tardaria o termo de tão prolongada luta. Sentia prazer com o argumento das rendas públicas, o que provava que o país dispunha de poderosos recursos, apesar dos sacrifícios a que fora coagido. Contava que no próximo orçamento, se equilibraria a receita e despesa ordinárias, e se obteriam mesmo saldos de renda, que se deviam destinar à amortização do papel-moeda circulante, e ao desenvolvimento regular e estudo dos progressos da viação, de que o país carecia, a fim de dilatar as forças produtivas do solo. Lembrava, também, a reforma da instrução pública, indispensável para um governo representativo, e a da lei eleitoral, reclamada geralmente para a liberdade do voto popular.

Recomendava por fim ao corpo legislativo providências em favor das briosas classes militares.

Principiadas as sessões, leu Rodrigues Torres um relatório, em que expunha a situação em que encontrara o Tesouro, e a do momento de prestar suas contas. Penitenciava-se de ter providenciado extralegalmente. Parecera-lhe preferível incorrer em grave responsabilidade, em presença do crítico e lamentável estado das finanças, e do fato de haver-lhe a Câmara dissolvida recusado meios com que evitasse uma assustadora bancarrota. Solicitava um *bill* de indenidade pelo seu procedimento. Perseverando em diminuir a dívida flutuante em bilhetes do Tesouro, alcançava também juros menores. Não cessava em ter em dia o pagamento da consolidada, quer no interior quer no exterior, com o que mantinha ileso o crédito nacional.

Votou incontínenti a Câmara dos Deputados a aprovação dos atos financeiros do presidente do Conselho, e respondeu ao Trono manifestando sua inteira confiança no Ministério. Devotou-se depois ao estudo dos orçamentos, das fixações de forças marítimas e terrestres, da reforma judiciária, do prosseguimento de algumas estradas de ferro, e de vias fluviais de comunicação, e a organizações de impostos e dos serviços das repartições da Guerra e da Marinha. Tratou igualmente de estudar proposta do Governo, consoantes a propagar a instrução pública, e votou a criação de docas, auxiliares poderosos da fiscalização e percepção dos direitos alfandegais.

Ocupou-se o Senado com discussões azedas suscitadas pela oposição liberal, que acusava a Coroa de haver praticado um golpe de estado, mudando a situação política e dissolvendo a Câmara dos Deputados quando os liberais dispunham de considerável maioria de seus membros.

Representava no entanto, no Paraguai, o Conde d'Eu o pensamento íntimo do Imperador, no tocante à guerra. Cumpria-lhe aniquilar a todo o transe o governo do ditador, Solano López, cuja conservação no país, mesmo como particular, seria perniciososa aos vizinhos, em consequência de seu espírito turbulento, exaltado, e atrabiliário. Não desistia Sua Majestade da cláusula inscrita a este respeito no Tratado da Tríplice Aliança.

Podia-se dizer que a grande guerra havia cessado, com a ocupação da maior parte do solo, bem que Vila Rica e Cerro León, depósitos importantes e fábricas de virtualhas e armamentos, e que se comunicavam com Assunção por uma pequena estrada do ferro, se conservassem ainda em poder de López, que, emboscado nas agruras e esconderijos das cordilheiras, deparava ainda recursos para uma luta prolongada de guerrilhas.

Entrincheirava-se, depois da partida de Luís Alves, com ardor e empenhada diligência; renovara forças militares e resolvia-se a disputar o terreno aos invasores. De Assunção obrigara a sair sua velha mãe, sua família composta de filhos menores e da sua amásia inglesa, Mistress Linch, que o inspirava pelo gênio ambicioso, e o dominava pelo coração. Arquivos públicos, Tesouro público e particular de jóias e objetos preciosos foram igualmente retirados da capital do estado, e transferidos para a povoação de Peribeubú, ao norte, sita no seio das cordilheiras.

Por seu lado estudava o Conde d'Eu a situação do país, ouvia os generais colocados sob suas ordens, conferenciava a miúdo com Silva Paranhos, e somente em julho reputou-se habilitado para executar movimentos militares.

Divididas em duas colunas as expedições meditadas, uma ao mando de Osório e a outra sob a direção de Polidoro da Fonseca, partiu o Conde d'Eu de Assunção, caminho dos desfiladeiros de Sapucaí. Contornou fortificações paraguaias aí levantadas, e transpôs-las apesar de formidável resistência, que lhe foi oposta pelos seus defensores.

Osório acampou-se em Costa Pocu e em Itacuruí. Descobriam centenas de desgraçados que esfaimados imploravam misericórdia, e entre eles soldados mutilados e ao abandono. Idêntico espetáculo feria os olhos de Polidoro, à proporção que se ia também internando nos íngremes rochedos e matas que lhe interceptavam o caminho. Tudo parecia deserto, tudo devastado em torno. Nem tugúrio de operário, nem choupana de aldeão havia sido poupado; os numerosos bosques de laranjas, que se dilatavam além de Assunção, não tinham escapado ao machado, que as derrubava, para que não aproveitassem aos invasores.

Ao conhecer López a marcha do Conde d'Eu, abandonou trincheiras construídas nas margens dos arroios Juguari, Jejuí, e Araguaí, e acampou nas do Passo Tupim sobre o Aquarandi.

Contra estas últimas investiu o Príncipe, e conquistou-as à força d'armas. Recebeu aí uma nota de López, dirigida a seu quartel-general, e datada de 27 de maio.

Queixava-se o ditador que paraguaios formassem corpos auxiliares dos aliados, cobertos com a bandeira paraguaia. Censurava este fato como anormal, e contrário ao direito das gentes. Apelava para a sabedoria e cavalheirismo do Príncipe, a fim de não permitir sua continuação, e de despedir paraguaios de qualquer serviço de guerra contra o legítimo governo de sua pátria.

Respondeu-lhe Sua Alteza que a guerra não era dirigida contra a nação paraguaia, e nem tendia a despojá-la de sua independência, que os aliados timbravam em manter e respeitar; sim, porém, contra o ditador, que provocara a luta. Aceitaram, portanto, os aliados o auxílio dos paraguaios, e consideravam-nos beligerantes ligados em interesses comuns contra uma ditadura que os oprimia e arruinava.

Perseverando o Príncipe em sua marcha, interrompida apenas por emboscadas, tiroteios e combates de somenos importância, aproximou-se das fundições de Ibicuí e Paraguari, e expediu uma coluna para Piraju. Em todas as três povoações penetrou sem resistência. Estavam habitadas apenas por mulheres, crianças e velhos inválidos. Osório marchou para Passo Pocu, e para Valenzuela Vitorino Monteiro, que substituíra a Polidoro que enfermara.

Em Ascurra e Passo Pedroso, fogo renitente e repetido de artilharia e fuzilaria choveu sobre os aliados, apenas divisados pelos paraguaios. Com duas horas de tiroteio foram todavia as trincheiras conquistadas.

Jaziam pelos vales, pelos sítios desertos, pelos matos que bordavam os arroios, pelas imediações das serranias agrestes, cobertas de farrapos e torpes andrajos, famintas, macilentas, impedidas de se moverem, famílias inteiras de mulheres e crianças, que estendendo os braços enfraquecidos, e pronunciando palavras doridas, imploravam misericórdia.

Prolongava-se a cordilheira pelo centro do estado do Paraguai, pela margem esquerda do rio Mondorovi, e por vales que a natureza ali formava. Seus principais habitantes eram na maior parte gentios denodados que se prestavam entusiasmados ao serviço de López.

Foram, no entanto, domados pelos aliados Cerro León e Vila Rica, e concentrados os paraguaios exclusivamente nos agrestes e escarpados fraguados das cordilheiras.

A 6 de agosto aproximaram-se as duas colunas de Pirabebuí, povoação composta de casas de palha, assentadas na falda de uma pequena colina, e defendida por um grande fosso e trincheiras de 2.400 metros de circunferência. Em volta as montanhas tornavam assustadora sua posição militar.

Mandou o Conde d'Eu proceder a reconhecimentos, em que se não pouparam violentos choques, e se derramou bastante sangue. No dia 12 deu sinal de investirem-se as trincheiras. Ao desenharem-se no diáfano horizonte os primeiros clarões da madrugada, granadas e obuses despejaram-se sobre a praça, cercada por todos os lados.

Não recuavam os paraguaios; e mulheres, sacerdotes, e crianças arrojavam saraiva ininterrupta de pólvora, pedras, garrafas quebradas, opondo a mais empenhada resistência, em auxílio dos soldados, que não esmoreciam.

Após uma luta de três horas seguidas, avançaram os infantes e a cavalaria. Transpostas as trincheiras, apoderaram-se da praça. Morreram 130 paraguaios, receberam ferimentos cerca de 600, e 400 foram aprisionados. Sentiram os aliados a perda de quase quatrocentos homens, e principalmente a do bravo General Mena Barreto, que expirou no combate.

Constituíram despojos do Conde d'Eu os arquivos do Estado, depósitos abundantes de víveres, roupa e objetos de prata, quantia notável de moedas de ouro, e duzentos e vinte e seis contos de réis, de papel-moeda brasileiro, que o ditador guardava em seu cofre.

Encaminhou-se o Conde d'Eu para Ascurra, em procura do inimigo, que se evadia, e em Cuacupé, povoação desamparada por López, encontrou os hospitais atulhados de paraguaios feridos e mutilados, entre eles meninos de 10 a 12 anos, e mulheres que haviam tomado parte nas pelejas.

Foi Ascurra conquistada; Iataguaçu resistiu ainda por algum tempo, não alcançou todavia melhor sorte. O número de mortos e feridos encontrados e perdidos nos caminhos excedeu de dois mil, além de 1.500 prisioneiros. Custa a conceber como brotavam da terra tantos paraguaios ao grito de alarma dado pelo ditador.

Internava-se López cada vez mais no coração das cordilheiras, último reduto que lhe restava.

Dirigiu-se o Príncipe para Caraguataí. A estrada estava obstruída de carros tombados, canhões, espingardas e munições de guerra abandonadas. Às margens do arroio Jaguari demorou-lhe a marcha uma coluna paraguaia de 5 a 6 mil homens que lhe causou sensível perda de gente. Aí os aliados mataram e feriram cerca de mil inimigos, apoderaram-se de 40 carros de munições, 25 canhões, bandeiras, bagagem, e de 700 soldados paraguaios.

Asilou-se López entre os gentios, no seio das florestas, e dos alcantilados serros.

Cumpria reduzi-lo a entregar-se, quaisquer que fossem os sacrifícios cometidos pelos aliados; e o Príncipe, firme neste pensamento, chamou a conselho seus cabos-de-guerra e concordou nos meios de efetuar seu propósito.

Por molesto havia-se também já Osório desamparado do Exército, e a coluna que comandava transferira-se ao General Câmara.

Deliberou-se que Vitorino Monteiro por um lado, e Câmara pelo outro, prosseguissem em busca do inimigo.

Vitorino Monteiro, flanqueando a cordilheira, tratou de cortar a fuga pelo norte, e Câmara executou a mesma manobra pelo sul. Parecia ao Príncipe impossível que López opusesse ainda resistência depois de ter perdido nos encontros, que teve de arrostar, cerca de dez mil homens. Avaliava-se que mais de sessenta mil custara a guerra desde seu princípio à nação paraguaia.

Não era mais López um chefe de governo, pois que outro se instalara em Assunção, e com este se relacionaram os aliados. Constituía apenas um foragido e guerrilheiro, acompanhado ainda por número importante de paraguaios, que lhe obedeciam cegamente, como soldados fiéis e devotados à sua causa.

Encarreirou-se Câmara com sua coluna por Dourados para a Bela Vista, onde se lhe confienciara permanecer López. Não o encontrou aí, e adiantou-se para o arroio Aquidabanqui, tributário do rio Aquidabã. Atravessou o arroio Negla, e transpôs o passo Guaçu, do qual partiam duas estradas para a chapada, onde os principais arraiais do ditador esta-



vam estabelecidos. Fortificou as estradas, e formou-lhe o cerco no dia 1<sup>a</sup> de março de 1870.

Não dispunha López em Aquidabã de mais de quatro esquadrões de cavalaria e alguns regimentos de infantaria, com poucos artilheiros. Não lhe escasseavam, todavia, armamentos e munições de guerra.

Referiram vários paraguaios que ele tentava ao princípio evadir-se para a Bolívia; melhor aconselhado depois, mudara de resolução; pretendia tomar o caminho de Conceição, para poder escapar pelo Chaco a seus inimigos. Estavam com López sua mãe e sua família.

Não perdeu Câmara tempo, e mandou que uma partida de soldados entrasse afoitamente no desfiladeiro próximo ao arroio Aquidabã. Domada que foi a localidade, percebeu-se que López, seu ministro Carreiros e o General Resquin evadiam-se a todo o galope dos cavalos para a mata vizinha. O terreno pantanoso embargava-lhes, todavia, os passos, e seus perseguidores os exortavam a render-se, dirigindo tiros de espingarda para os obrigarem a parar. De uma bala caiu morto o ministro, e o general Resquin gritou em altas vozes que se entregava, e lhe poupassem a vida. Buscava, porém, López, esporeando fortemente o cavalo que montava, a galgar a margem íngreme do arroio. Seguiu-o de perto um cabo de Esquadra brasileiro, por nome Chico Diabo, que lhe bradava furiosamente. Enfurecido o ditador, disparou à queima-roupa, contra o cabo, um tiro de revólver, e Chico Diabo feriu-o gravemente com a lança, bem que López não parasse na sua fuga vertiginosa.

As narrativas oficiais brasileiras dizem que López recebera ainda um tiro de espingarda, e então exausto com a perda copiosa de sangue, e já sem vida, caíra do cavalo em um barranco de Aquidabanqui.

Reconhecida a identidade do cadáver, e transportado em uma padiola improvisada, foi sepultado em uma cova no meio do acampamento, que ele abandonara.

Entregou-se ao General Câmara a mãe de López, a qual foi acolhida com o respeito devido a seu sexo e hierarquia. O filho mais velho do ditador, Sancho López, diligenciara evadir-se, e não podendo consegui-lo, resistiu corajosamente aos soldados que o pretendiam apreender, e morreu no conflito travado.

A senhora Linch e seus filhos encontrados em um carro, foram levados à presença do General Câmara, que deu-lhes a liberdade e permitiu-lhes que pudessem sair tranqüilamente do Paraguai.

Terminada estava a guerra com a morte de Solano López no dia 1<sup>a</sup> de março de 1870; mas de todo arruinado e exausto o Paraguai e desaparecida quase toda a população válida, e estancada a fonte do todas as produções. Os governos aliados concordaram em retirar suas forças beligerantes, comprometendo-se, todavia, o brasileiro a conservar na república uma divisão de doze mil homens, não só para manter o sossego público, e amparar o triunvirato provisório que se estabelecera em Assunção, como também para garantir as pessoas e bens dos que reconhecessem a nova ordem de coisas, e se conservasse e respeitasse a independência do estado.

Para seus países partiram orientais e argentinos. Para o Brasil a Esquadra e os restos das tropas, que diretamente se dirigiram às diversas províncias, a fim de se não amontoarem no Rio de Janeiro. O Príncipe recolheu-se também a seus lares, e aclamações estrepitosas de júbilo o receberam ao desembarcar na capital do Império.

Não tardou também Silva Paranhos em chegar ao Rio de Janeiro e reassumir a pasta dos Negócios Estrangeiros. Publicou-se um documento oficial, que de oitenta e três mil homens que expedira o Brasil para a guerra, cerca de vinte e quatro mil haviam expirado nos combates e outros tantos talvez sido feridos e maltratados já pelas balas inimigas, já pelos resultados de moléstias adquiridas em tão estranhos climas.

Corriam regularmente no Rio de Janeiro os negócios públicos, quando surpreendeu-se o público com uma modificação no pessoal do Ministério, ao principiar o ano de 1870. Antão e Alencar exoneram-se do Gabinete.

Espalhou-se voz que do procedimento do primeiro se magoara Rodrigues Torres, por causa de despesas que lhe pareciam, senão inúteis, pelo menos adiáveis na repartição da agricultura, comércio, e obras públicas, e daí procedera a crise.

No tocante à exoneração de José de Alencar, versões muito diferentes se divulgaram.

Procurei conhecer os motivos que a causaram, e pareceu-me razoável o que se me afirmou a respeito. Demitira José de Alencar ao chefe de polícia da província do Pará. O Juiz despeitado veio ao Rio de Janeiro, procurou alguns chefes opositoristas, a seus conselhos dirigiu-se ao Paço de São Cristóvão, e apresentou-se em audiência do Imperador.

Comunicou a Sua Majestade que se incumbira investigar e colher provas de crimes praticados por vários cidadãos do Pará, e que em suas diligências conhecera cumplicidade em habitantes do Ceará, agentes poderosos de eleições. Atribuía sua demissão ao ministro da Justiça, que ambicionava lugar na lista sêxtupla eleitoral, a que se devia brevemente proceder nesta última província.

Ouviu-o Sua Majestade, e prestou fáceis ouvidos à sua narrativa. Suspeitava de todo os políticos que se envolviam em manejos eleitorais. Confundia uns com os outros, e a todos imputava mais ou menos ingerências indébitas, vinditas contra adversários e proteção aos amigos e auxiliares. Alencar pareceu-lhe deste número, e desde logo se lhe diminuiu a confiança no ministro da Justiça.

Ao propor-se José de Alencar candidato à senatoria pelo Ceará, sua província natal, e de que era representante na Câmara dos Deputados, dirigiu-se ao Imperador e, conforme o costume tradicional dos ministros em exercício, solicitou sua aquiescência.

Respondeu-lhe Sua Majestade que era seu direito de apresentar-se candidato, mas que lhe parecia muito moderno na carreira política, e outros candidatos da província mais antigos, e de serviços igualmente, poderiam considerar-se assustados com a inclusão do nome de um ministro na lista senatorial.

Percebeu Alencar a indisposição de Sua Majestade e pediu imediatamente sua demissão de ministro, a fim do pleitear livremente, e como particular, perante os comícios do povo. Pretendeu assim provar que podia ser eleito, fora do poder, e sem o auxílio oficial. Para preencher-lhe a pasta que deixara, foi por Rodrigues Torres convidado Joaquim Otávio Nébias, deputado por São Paulo.

Na fala do trono, que cumpria dirigir-se aos membros das duas Câmaras em maio de 1870, pretendeu o Imperador incluir um período referente à necessidade de deliberar-se acerca do elemento servil, cuja idéia permanecia inabalável no espírito de Sua Majestade.

Não o admitiu Rodrigues Torres. Parecia-lhe inoportuna a ocasião. O estado melindroso das finanças públicas, os estragos e calamidades resultantes da guerra, a necessidade de manter-se a principal senão única indústria, que era a agrícola, a falta de uma corrente regular e progressiva de colonos emigrantes cujos braços podiam suprir as deficiências da lavoura não permitiam no momento sacrificio tão extraordinário, bem que todos os brasileiros desejassem que o cativo se extinguisse.

Cedeu o Imperador, a contragosto, às observações de Rodrigues Torres; mas reservou-se, para quando lhe sorrisse ocasião mais propícia, levar adiante seu propósito.

Soube-se geralmente do atrito entre Sua Majestade e Rodrigues Torres, comentaram-no os periódicos, e começou-se a espalhar o boato de que o Imperador pensava já em substituir o Ministério por outro, que lhe adotasse a idéia. Propagou-se mesmo que Pimenta Bueno seria o organizador do novo Gabinete, e que já tratava de convidar confidencialmente a amigos a auxiliarem-no na empresa.

A fala do trono, com que se abriu em 6 de maio a sessão legislativa, não tratou portanto do elemento servil.

Congratulou-se a Coroa com o termo da guerra, exaltou o patriotismo dos brasileiros, e agradeceu aos bravos chefes e soldados, que haviam com tanta galhardia sustentado a dignidade do Império. Anunciou o aumento progressivo das rendas públicas, e a proposta de um orçamento, em que a receita excedia a despesa. Recomendou o desenvolvimento da instrução pública, e reformas das leis de recrutamento, eleitoral e Guarda Nacional, e medidas para ativar-se a emigração e colonização européas.

Responderam-lhe as Câmaras satisfatória e graciosamente.

O segredo divulgado no tocante às relações entre a Coroa e o Ministério animou, todavia, alguns deputados a tomar a iniciativa da questão servil. Contavam agradar a Sua Majestade, e receber sua aprovação.

No dia 12 de maio, e antes que se discutisse a resposta à fala do trono, o Deputado Jerônimo Teixeira dirigiu uma interpelação ao presidente do Conselho, exigindo sua opinião no tocante ao elemento servil. Parecia-lhe que a idéia cumpria ser resolvida. Citou artigos da

gazeta *Dezesseis de Julho*, de redação de José de Alencar, os quais anunciavam divergências a respeito entre a Coroa e o Ministério.

Respondeu-lhe Rodrigues Torres imediatamente, e tão memoráveis palavras pronunciou, que as transcrevo, para não ficarem perdidas nos Anais volumosos do Parlamento.

“Estou convencido – disse o presidente do Conselho – que não há ou que, ao menos, são raros, os brasileiros que não desejem ver extinta entre nós a escravidão. Além de outras razões, o espírito do cristianismo, e os princípios, ou antes, os dogmas da civilização moderna, não podem deixar de inspirar-lhes os mesmos sentimentos que a outros povos da cristandade.

“Mas a abolição importa entre nós em uma profunda transformação da vida social, e entende não só com direitos preexistentes à Constituição política do Estado, por ela respeitados e garantidos, como aos interesses essenciais da ordem pública. Para consegui-la, cumpre proceder com cautela e lentidão, de modo que se não ofendam aqueles direitos e nem se ponham em sobressalto os proprietários rurais e os interesses numerosíssimos e legítimos ligados com a importante classe dos lavradores. É mister que se não estagnem as fontes de produção, e por conseguinte as da renda pública.

“Não queiramos de chofre aluir os fundamentos, em que há mais de três séculos se acha assentada a associação brasileira.

“Antes de tudo meios preparatórios para poupar-se cabedais, que podem ser lesados.

“Não pode, por ora, o Governo enunciar pensamento, indicar medidas, que sejam refletidas e fundadas em estudos estatísticos, que não existem ainda.

“Acabada apenas a guerra que exigiu, e exige ainda, grandes sacrifícios, não parece prudente agitar o espírito público com uma questão cercada de maiores perigos, do que a da luta com o Paraguai.”

Depois de algumas explicações de José de Alencar, semeadas de alusões críticas à Coroa, que procurava exercer ação preponderante em toda a marcha do Governo do país, deu-se a interpelação por finda.

Pouco tempo depois voltou à questão Jerônimo Teixeira Júnior. Entendia que, já que o Governo nada propunha à deliberação do Parla-

mento, tomava ele a iniciativa e requeria que a Câmara elegeisse uma comissão especial, que com urgência estudasse o assunto, e oferecesse projeto para a discussão.

Respondeu-lhe o ministro do Império que, respeitando as opiniões individuais, não se opunha à eleição da comissão.

Nomeou-se a comissão que não tardou em oferecer um projeto complicado e composto de muitos artigos.

Apresentou-se ao mesmo tempo à Câmara outro projeto patrocinado pelo Governo. Autorizava-se a Coroa a alforriar gratuitamente os escravos da nação que estivessem empregados em seu serviço, e decretava-se estatística e matrícula dos escravos existentes no Império.

Travou-se discussão sobre preferência entre os dois projetos. O ministro do Império somente admitia medidas preparatórias e indiretas, e repelia o da comissão.

Estabeleceu no terreno da confiança a questão de preferência e conseguiu que, por quatro quintos dos votos, fosse ela concedida ao segundo projeto, com rejeição do da comissão.

Pareceu terminado o assunto, e expôs logo depois Rodrigues Torres a situação financeira. A renda subira a 94 mil contos, e o orçamento apresentado avaliava a despesa em 83.200 contos; assegurava portanto um saldo de cinco mil contos, que lembrou dever-se destinar à amortização do papel-moeda, a fim de concorrer para a subida do câmbio, que felizmente de 14 atingira já a 20, como prova do melhoramento das finanças e dos recursos do país, provenientes na finalização da guerra e da confiança pública.

Provava igualmente a diminuição da dívida flutuante, sem que lhe fosse mister contrair novos empréstimos externos, e nem recorrer aos mercados estrangeiros.

Tornou-se notável a sessão de 1870. O ministro do Império conseguiu votar propostas para melhoramento da instrução pública. Referiam-se ao ensino superior, que era da competência do Governo Geral, e aos liceus e escolas secundárias e primárias no município da Corte, pois que as das províncias entravam nas atribuições dos legisladores respectivos. Data dessa época incremento lisonjeiro da propagação do ensino público, esmeradamente meditado e praticado por Paulino de

Sousa Filho. Além deste importante assunto, ofereceu o ministro um projeto eleitoral que admite conjuntamente os votos das duas classes de eleitores: uma que se investia diretamente do direito pela posição e categorias sociais dos cidadãos, e outra de eleitores nomeados pelo povo conforme o número fixado para as paróquias. Consagrado em luminoso parecer da comissão, que o adotava em todas as disposições, aprovou-se sem debate em seguida. Aprovou-se igualmente uma reforma da lei de 3 de dezembro, de modo a satisfazer a ansiedade pública, coarctar-se o arbítrio da polícia, e garantir-se mais eficazmente os direitos civis. Foi remetida imediatamente para o Senado.

Adiantou-se ainda a promulgação da lei de abolição do recrutamento forçado, admitindo-se o sistema francês de conscrição, além do alistamento voluntário, e remunerado com prêmios. Reduziu-se o Exército e a Armada às condições normais. Decretaram-se subvenções a estradas de ferro e navegação dos rios Araguaia e tributários do Amazonas, o recenseamento da população e o abastecimento de águas para a capital do Império. Inscreveu-se no orçamento, como despesa necessária, a soma de cinco mil contos para a amortização do papel-moeda. Estabeleceu-se que o consorte da herdeira do trono teria assento no Conselho de Estado. Obrigava-se a, em prazo estabelecido, converterem as corporações de mão morta, suas propriedades e imóveis, em apólices da dívida pública. Autorizou-se por fim a inovação do contrato estipulado com o Banco do Brasil, dispensado o cargo de presidente de nomeação do Governo, pois que já não era banco de emissão, e concedeu-se permissão para linhas telegráficas. Provava a sessão quanto fora laboriosa e produtiva.

Estavam prorrogadas as Câmaras, para terminarem seus trabalhos do ano, quando circularam boatos imprevistos.

Lentamente ocupava-se o Senado com a terceira discussão do orçamento geral, e o Ministério ansiava vê-la terminada, para encerrar-se a sessão legislativa. Ao votado pela Câmara temporária, propuseram ainda alguns senadores emendas e adições, e entre elas leu-se na mesa uma de Nabuco de Araújo, consignando anualmente a quantia de mil contos, do soldo da receita, para alforriar escravos.

Recebeu Rodrigues Torres nessa conjuntura um bilhete do Imperador, participando-lhe que merecia sua aprovação o aditivo de

Nabuco de Araújo, e esperava que o Ministério o incluísse nas disposições gerais do orçamento.

Percebeu o ardil, com que tentava Nabuco visar indiretamente a questão do elemento servil. Não acreditava, todavia, até então, nos boatos espalhados em confidências particulares de que Pimenta Bueno andava à cata de companheiros para organizar novo Gabinete. O caráter do presidente do Conselho se não prestava a sugestões alheias, e nem a influências superiores, nos atos que entendia dever praticar. Dirigiu-se ao Senado, e, notando que estava próximo o termo da prorrogação da sessão legislativa, parecia-lhe urgente aprovar-se o orçamento, tal qual fora redigido pela Câmara dos Deputados. Solicitou que tanto conservadores como opositores votassem imediatamente o orçamento e rejeitassem todas as emendas e aditivos apresentados no Senado, quaisquer que fossem seus assuntos e importância. Na futura sessão de 1871, com mais reflexão e madureza se aceitariam as modificações que se reputassem úteis ou necessárias. Qualquer emenda aprovada pelo Senado teria de ser reenviada à Câmara temporária, a fim de submeter-se a nova discussão, e resultariam necessidades de nova prorrogação das Câmaras.

Era sua voz respeitada pelos senadores de ambos os partidos pleiteantes, e pois atenderam-no, e incontavelmente aprovaram o orçamento, sem que lhe admitissem emendas.

Seguiu-se acrimonioso debate acerca de um crédito de vinte e cinco mil contos que o Governo solicitava para prolongamento da estrada de ferro do Rio a Minas. A oposição do Senado declarou que não permitiria que fosse aprovado, e estava resolvida, se não bastassem prolongadas discussões, a não concorrer para os trabalhos do Senado.

Magoado Rodrigues Torres com o procedimento da Coroa, no tocante ao aditivo proposto por Nabuco de Araújo, e com a resolução de seus adversários senadores, convocaram no dia 22 seus colegas do Gabinete. Concordaram todos que era chegada a época da dissolução do Gabinete e autorizaram o presidente do Conselho a suplicá-la do Imperador.

Partiu Rodrigues Torres para São Cristóvão. Anunciou a Sua Majestade que resolvera o Gabinete retirar-se da administração pública.

Surpreendido o Imperador com a inesperada resolução de Rodrigues Torres, declarou-lhe que formara o desígnio de ir à Europa,



durante o ano de 1871, no intuito de restabelecer-se a saúde deteriorada da Imperatriz, e não podia executar sua viagem sem deixar no Império, sob a regência de sua Augusta Filha, um Ministério de confiança, para cuja escolha precisava de tempo. Pediu-lhe, portanto, que conservasse o poder até o próximo mês de março.

Replicou-lhe Rodrigues Torres que suas enfermidades e o cansaço produzido por dois anos de serviço laborioso lhe não permitiam continuar; e por mais empenhadas instâncias de Sua Majestade, não se demoveu de seu propósito.

Perguntou-lhe o Imperador quem lhe aconselhava para organizar o novo Ministério. Lembrou-lhe Rodrigues Torres o nome de Luís Alves de Lima.

Disse-lhe o Imperador que estava adiantado em anos e depauperado de saúde.

Indicou-lhe em seguida Rodrigues Torres a Silva Paranhos. Retorquiu-lhe Sua Majestade que era seu colega no Ministério, acompanhara-o em todas as opiniões e atos, e convinha pessoal todo novo.

Refletiu Rodrigues Torres e pronunciou o nome do Senador Pimenta Bueno. Acolheu-o incontinênti o Imperador e com júbilo particular, e ordenou-lhe que transmitisse a Pimenta Bueno sua resolução.

Convenceu-se assim Rodrigues Torres de que tinham razão os boatos que corriam no tocante a inteligências e acordos particulares do Imperador com Pimenta Bueno.

Pensou, todavia, que não lhe cumpria divulgar os motivos verdadeiros que haviam produzido a dissolução do Ministério, e alegou perante o Parlamento moléstia de alguns membros do Gabinete, e fadigas de outros.

Aos amigos íntimos, porém, que lhe estranhavam esconder a causa real de sua retirada do poder, declarou formalmente que considerava que a ação do Governo pessoal pesava demasiado na administração pública, e afastava os povos do amor devido às instituições, únicas, em sua opinião, adaptáveis aos costumes, ao desenvolvimento moral e material, e à integridade do Brasil; que havia já bastante lenha na fogueira que ameaçava incendiar e destruir os alicerces do edificio monárquico representativo, e seu patriotismo lhe proibia levar-lhe novos elementos, que lhe apressassem a combustão.

Deixava, no entanto, uma situação próspera, apesar das grandes despesas de dinheiro e de copiosa perda de gente, durante a luta memorável de mais de cinco anos, que se terminara durante seu Ministério. Os exercícios financeiros ofereciam saldos de receita, que se podiam aplicar a melhoramentos morais e materiais; à amortização do papel-moeda para restabelecimento do padrão monetário, e firmeza e garantia do crédito público; a juros das dívidas consolidadas, e das que por meio de emissão de novas apólices se liquidassem, concluídas as contas da guerra, que não estavam ainda saldadas. Acrescentava ainda o brilho da sua administração o fato de elevar o preço das apólices de 70 e menos, para 94, e o câmbio de 14 para 22 e 23, com o que renascia a confiança amortecida, desenvolvia-se a produção nacional, e lisonjeiramente propagava-se o comércio.

Não se esquecera também de aproveitar da autorização para inovar o contrato do Governo com o Banco do Brasil. Dispensara-o da influência ministerial, cedendo aos acionistas o direito de nomear seu presidente, e guardando unicamente para o Governo a faculdade de examinar-lhe as contas e operações quando julgasse conveniente.

Despojado o banco da faculdade de emissão, e obrigado a uma amortização anual de suas notas circulantes, fiscalizada pela Caixa da Amortização, podia abrir mais francamente suas válvulas às transações mercantis, e prestar ao comércio mais relevantes serviços, e, unicamente a seus acionistas, contas do mandato confiado por eles às pessoas que elegessem para a diretoria do estabelecimento.

Contava Pimenta Bueno com a herança do Ministério, mas não a calculava para tão cedo, e quando ainda não estava o Parlamento encerrado. Foi coagido a procurar imediatamente os senadores, com quem prévia e secretamente entabulara acordo para aceitarem pastas no Gabinete que houvesse de formar. Não duvidaram aquiescer-lhe aos desejos Sales Torres Homem, Sousa Ramos e Gonçalves Martins. Reunidos no convento de Santo Antônio, onde o último senador ocupava uma cela, convieram em convidar para colegas os Deputados João Alfredo Correia de Oliveira, Olímpio Gomes de Castro, e João Pinto Moreira. Olímpio de Castro recusou-se imediatamente, e de Minas respondeu-lhe também João Pinto Moreira, que não aceitava a pasta oferecida. Recorreu Pimenta Bueno a Francisco da Gama Cerqueira, que da

Paraíba do Sul, onde se achava, negou-se a acompanhá-lo. Lembrou-se do General Câmara, presidente na província do Rio Grande do Sul, e ordenou-lhe que viesse à Corte para ocupar a repartição da Guerra. Não aprovou-lhe, no entanto, o Imperador o nome de Gonçalves Martins, e os dias decorriam e impacientava-se Pimenta Bueno. Decidiu-se por fim a confiar interinamente a pasta da Guerra ao General Caldwell, a título de comissão, enquanto não chegava Câmara, e as da Marinha e da Agricultura, a Luís Antônio Pereira Franco<sup>86</sup> e Jerônimo Teixeira Júnior. Assumiu a presidência do Conselho e a repartição dos Negócios Estrangeiros, e Sousa Ramos, Sales Torres Homem e João Alfredo as da Justiça, Fazenda e Império.

Na sessão de 30 de setembro compareceu na Câmara dos Deputados e recitou seu programa.

Prometeu executar as leis, fiscalizar a receita e despesa, e promover os interesses do país. Relativamente a reformas reclamadas pela opinião pública, especializava a do elemento servil, em cuja solução prudente e profundamente asseverou ter meditado. Pedia o concurso de ambos os partidos, a fim de poder executar sua orientação social e política.

Levantaram-se protestos de alguns deputados conservadores, e alguns ameaçavam romper em oposição, atentos os conceitos e linguagem do presidente do Conselho.

Para atalhar discórdias e prevenir hostilidades, usou da palavra o ministro da Justiça, Sousa Ramos. Afirmou que fora e permanecia puro conservador; que o eram igualmente seus colegas do Gabinete; e todos haviam aprovado os atos e idéias do Ministério presidido por Rodrigues Torres; e que timbraria, portanto, em continuar a política desempenhada por seus predecessores. Declarou que a questão do elemento servil devia-se entender no sentido de ser estudada criteriosa e maduramente, e nem mesmo estava ainda assentada em conselho.

Ouvidas explicações tão terminantes, lembro-me que considerei programa o discurso do ministro da Justiça, e não o do presidente do Conselho, por ser aquele claro e expressivo, e este ambíguo, banal, e apropriado a interpretações diferentes.

---

86 Barão de Pereira Franco.

Encerradas as sessões das Câmaras, dedicou-se o novo Ministério às laboriosas ocupações do Governo do Estado.

Poucos avisos publicaram-se, diminutas questões se resolveram. O ministro do Império fundou na capital um conservatório dramático, incumbido de examinar peças de teatro (4 de janeiro de 1871); fixou regras para exames de estudantes, e expediu regulamentos para cumprir-se a lei que criava uma repartição de estatística. O da Marinha mandou estabelecer um externato para ensino das matérias preparatórias do curso da escola da Marinha, e expediu instruções sobre abalroamento de navios. O da Fazenda contraiu logo um empréstimo em Londres, para pagamento de liquidações da guerra. Providências de somenos importância decretaram os demais ministros, enquanto que o presidente do Conselho inseria incessantemente no *Diário Oficial* recomendações a seus colegas para o exercício de suas repartições respectivas.

Verdade é que o Gabinete, como as rosas de Malherbe, viveu somente um dia, porque vegetou e estorceu-se em dificuldades, e em princípios logo de março de 1871 viu-se coagido a resignar o poder, com pouco mais de cinco meses de existência.

Convém, todavia, referir de que natureza foram os conflitos intestinos que lhe acarretaram a dissolução, em tão curto espaço de tempo.

Ofereceu Pimenta Bueno ao estudo de seus colegas o projeto que redigira, no tocante ao elemento servil, questão exclusiva que lhe preocupava o espírito. Sousa Ramos demorou-se no seu exame, e começou a opor dúvidas repetidas, não se mostrando satisfeito com as respostas do presidente do Conselho.

Era Sousa Ramos infenso à questão do elemento servil, e declarou em uma reunião pública, depois que abandonou o Gabinete, que contrariara energicamente as bases e disposições do projeto.

Desorientou-se Pimenta Bueno, e convenceu-se de que não podia governar o país, e nem executar a tarefa em que se empenhara a respeito do elemento servil. Não se devia tanto assustar diante das cenas representadas na Câmara dos Deputados, ao expor seu programa.

Solicitou ao principiar o mês de março de 1871 a dissolução do seu quase efêmero Gabinete, e o Imperador não hesitou em conceder-lhe.

Chamou a São Cristóvão Silva Paranhos. Conferenciaram largamente, e concordaram no programa que Silva Paranhos devia adotar e promover.

A 5 de março de 1871, estava organizado o novo Gabinete, presidido por Silva Paranhos.

.....

VII

*De março de 1871 a maio de 1872*

*D*

A CONFERÊNCIA do Imperador com Silva Paranhos resultou a composição de um novo Ministério, inaugurado em 5 de março de 1871.

A presidência do Conselho e a pasta da Fazenda coube a Silva Paranhos; na do Império continuou João Alfredo. Saião Lobato, Manuel Francisco Correia, Teodoro Machado Freire Pereira da Silva, Manuel Antônio Duarte de Azevedo e Domingos José Nogueira Jaguaribe foram chamados para as repartições: da Justiça, Negócios Estrangeiros, Agricultura, Marinha e Guerra.

Consistia a principal missão do Gabinete em propor e conseguir do corpo legislativo a reforma do elemento servil, conforme o projeto redigido por Pimenta Bueno, e que ele não conseguira executar. Para que a melindrosa tarefa fosse realizada com mais facilidade, cumpria-lhe obter licença do Parlamento, a fim de que Suas Majestades se ausentassem do Império durante um ano, e nesse intervalo aproveitar o prestígio e a cândida inocência da Augusta Princesa, declarada regente, e que era geralmente estimada pelos brasileiros.

Adquirira Silva Paranhos afeições numerosas entre os conservadores, já pelos seus primorosos talentos e serviços, já pelas suas ma-

neiras afáveis e cavalheiras, posto que não fosse aceito como chefe do seu partido. Devia prever oposição de muitos correligionários para o programa que adotara, e que durante a sessão passada havia sido repellido pela maioria da Câmara dos Deputados. Tratou, portanto, de conciliar os ânimos, fundir os antagonismos, concertar as divergências, a fim de vencer todas as repugnâncias que encontrasse.

A 3 de maio abriu-se a sessão legislativa. A fala do trono, depois de exprimir o sentimento dos Imperantes pelo infausto passamento da Princesa D. Leopoldina, sucedido em Viena, Áustria, mencionava as excelentes relações do Império com as várias repúblicas do rio da Prata, e a marcha progressiva ascendente das finanças públicas, que já deixavam saldos de receita. Recomendava a continuação dos projetos e propostas patrocinados pelo Ministério de agosto de 1868, e que se não haviam concluído por falta de tempo. Terminava com a declaração de que seria apresentada proposta acerca do elemento servil, assunto que dizia-se era aspiração nacional e não podia ser por mais tempo procrastinado.

Não encontrou o Ministério, ao princípio, oposição. Esperavam muitos deputados as propostas do Gabinete para pautarem seu procedimento político.

A 5 de maio requereu o ministro do Império licença por um ano para do Império se ausentarem Suas Majestades, a fim de que a Imperatriz com mudança de ares restabelecesse sua preciosa saúde. Propunha igualmente que como regente governasse a Augusta Princesa, D. Isabel, herdeira presuntiva do trono.

Entrou a proposta imediatamente em discussão, com parecer favorável da comissão respectiva.

Levantou-se José de Alencar e declarou que aproveitava a oportunidade não para opor-se à licença para a viagem de Suas Majestades, mas para acentuar considerações políticas.

Visto que a fala do trono reclamava uma reforma social tão importante e perigosa como era a do elemento servil, parecia-lhe que não era azada a ocasião para a viagem de Suas Majestades, e cumpria ao Imperador acompanhar de preferência os debates do Parlamento em tudo quanto respeitava a semelhante assunto tão do peito da Coroa, e que partia diretamente de sua iniciativa. Acreditava, todavia, que da viagem resultariam vantagens para Sua Majestade e para o país. Aprenderia

muito o Imperador nas sociedades civilizadas da Europa e em nações regidas pelo sistema representativo. Abandonaria decerto, na volta para a pátria, usos e estilos de etiqueta obsoletos e caducos, transmitidos pela carunchosa Corte portuguesa; observaria a marcha regular do regime livre e parlamentar, não sujeito aos caprichos e governo pessoal dos imperantes. Referindo-se a atribuições da regência, pensava que bastavam as da lei, que vigorava durante a menoridade, e não havia necessidade de estendê-las a todas as funções majestáticas, como se propunha.

Nem a Câmara dos Deputados e nem o Senado demoraram a discussão. Em poucos dias converteu-se a proposta em lei do país.

No dia 12 apresentou o Ministério a proposta anunciada acerca do elemento servil. Foi então que suas disposições se conheceram, bem que houvesse notícia vaga resultante do estudo da matéria a que se applicara o Conselho de Estado no ano de 1866.

Decretava-se a liberdade plena dos filhos que de ventre escravo nascessem. Obrigava os possuidores da mãe escrava a criá-los até a idade de oito anos, recebendo em compensação uma indenidade pecuniária, caso os entregasse ao Estado, ou dispensada a indenidade quando pretendessem aproveitar seus serviços até que os nascituros atingissem vinte e um anos. Ordenava-se a matrícula de todos os cativos dentro de um prazo fatal, fundando para esse fim registros nos municípios, sob pena de serem, os não matriculados, considerados livres. Facultava-se ao escravo remir-se mediante avaliação judiciária, quando por si ou por protetores lograsse a soma respectiva. Aplicava-se uma consignação do Tesouro à redenção anual dos escravos que se sorteassem para se libertarem.

Resolveram muitos conservadores rejeitar a proposta. À frente dos deputados colocou-se Paulino de Sousa Júnior, e convocou reunião de amigos a uma sessão em sua residência. Cerca de cinquenta membros de ambas as Câmaras compareceram, e discutiu-se com ordem e madureza o assunto da proposta do Gabinete. O Senador Sousa Ramos declarou que se opusera quando ela lhe fora mostrada pelo presidente do Conselho, Pimenta Bueno, e que suas divergências haviam produzido a dissolução do Ministério de que fazia parte. Manifestaram-se igualmente hostis Rodrigues Torres e Vieira Costa. Entendiam que a situação imediata a uma prolongada guerra que exigira tão consideráveis sacrifícios de gente e dinheiro, e antes de tudo a necessidade de



melhorar as finanças públicas, promover vias de comunicação e uma corrente de emigração, se não prestavam a uma reforma social de perigoso alcance.

Carecia-se, para que ela pudesse ser aprovada, proceder-se com antecedência a uma matrícula dos escravos e conhecer-se seu número, ainda ignorado por falta de estatísticas regulares.

Concordou a reunião em que se combatesse a proposta. Suas Majestades partiram do Rio de Janeiro em 23 de maio, e assumiu a Princesa Imperial a regência do Estado.

Logo depois entrou em discussão na Câmara dos Deputados a resposta à fala do trono.

Número considerável de deputados revelou-se contrário ao Gabinete, em conseqüência de incluir no seu programa a questão do elemento servil. Conheceu Silva Paranhos que era indispensável empregar meios não somente suasórios, como de corrupção, para vencer as resistências que se lhe opunham. Tanto mais delicada era sua missão, quanto lhe lembravam os opositoristas que ele fora ministro no Gabinete presidido pelo Senador Rodrigues Torres, o qual recusara ao Imperador tratar do assunto; e que anteriormente e em 1866 combatera a idéia no Conselho de Estado. Acrescia ainda que os ministros da Justiça, do Império, da Agricultura, e dos Negócios Estrangeiros haviam, na sessão de 1870, votado contra projetos particulares a respeito, e apoiado o gabinete que os rejeitava. Como em tão curto espaço de tempo haviam mudado de opinião?

Conseguido o apoio de Pedro Cavalcanti, chefe e diretor da deputação de Pernambuco, de Gonçalves Martins e Vanderlei, diretores da política da Bahia, e contados os deputados das províncias pequenas, que se não podiam esquivar ao influxo dos governos, convenceu-se Silva Paranhos que dispunha de maioria, embora o grosso das deputações do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas, do Rio Grande do Sul, e do Maranhão não adotassem a proposta.

Paulino de Sousa Júnior iniciou a luta contra o Ministério. Lembrou que durante os gabinetes presididos por Zacarias de Góis e Rodrigues Torres manifestava-se quase unânime o Partido Conservador adverso a tão radical reforma, a qual ao Partido Liberal competia somente, caso a adotasse. Tratava-se, é verdade, de reforma social e não pro-

priamente política, mas os exemplos da Inglaterra provaram que as duas espécies se não podiam separar, por se converterem ambas em questões políticas.

Tanto maior razão tinha de afastar-se de seus amigos do Gabinete, quanto no relatório do ministro do Império falava-se de uma reforma eleitoral que continuava a eleição de dois graus, quando o país estava cansado de eleições indiretas, e ansiava pelo sufrágio direto, no intuito de obter representação fiel de seus sentimentos, com um corpo de eleitores mais ou menos permanente, que daria garantias à liberdade do voto e à expressão exata das urnas.

Respondeu-lhe o presidente do Conselho que lhe aceitava o repto, quando se tratasse dos dois assuntos, e o convidava desde já e a seus companheiros para essa ocasião. No tocante à resposta à fala do trono, parecia-lhe perdido o tempo que se gastava no debate.

Durou, todavia, a contenda muitos dias de sessão, porquanto muitos deputados desejaram clarear desde logo suas posições em frente do Gabinete. Acompanhavam a Paulino de Sousa Júnior – Antônio Ferreira Viana, Domingos de Andrade Figueira, João Pinto Moreira, Francisco Belisário Soares de Sousa, Agostinho Marques Perdigão Malheiros, Antônio da Silva Prado, Luís Joaquim Duque Estrada Teixeira, José de Alencar, Rodrigo Augusto da Silva e outros denodados campeões da tribuna.

Votou-se por fim a resposta à fala do trono, favorável ao Ministério. Rota estava, porém, a harmonia entre os conservadores, que se partilharam imediatamente em duas frações, quase iguais em número.

Ofereceu enfim a comissão especial parecer favorável à proposta de reforma do elemento servil. Figurou como relator o Padre Joaquim Pinto de Campos, bem que geralmente se propalasse que o redigira o conselheiro português José Feliciano de Castilho, defensor do Ministério na imprensa e espírito muito cultivado. Desgostoso da política de sua pátria, estabeleceu-se no Rio de Janeiro com banca de advogado.

Ecoavam em todos os pontos do Império brados dos lavradores. Instrumentos do trabalho agrícola eram exclusivamente os escravos pretos, que eles possuíam, confiados nas leis existentes, que lhes reconheciam as propriedades. Nos municípios da província do Rio de Janeiro, Minas, e São Paulo reuniram-se os fazendeiros, e dirigiram representa-

ções às câmaras contra a proposta do Ministério, abriram subscrições para subsidiar a imprensa e nomearam comissões encarregadas de defenderem seus interesses e direitos na capital do Império. Dir-se-ia que se não pensava em partido político, porquanto os agricultores deixavam de parte suas desavenças e rixas para se ligarem contra a proposta.

Notava-se entre os mais extremados adversários do assunto, vultos liberais notáveis, quais Martinho de Campos, Pedro Luís Pereira de Sousa, Cansação de Sinimbu e Sousa Carvalho. Publicou-se a opinião de Martinho de Campos expressa nos termos seguintes: “O nosso monarca é um homem ilustrado. Entre os soberanos da Europa, não conheço nenhum que o seja mais. Porém tem-se metido em tanta coisa! Para a monarquia viver na América é preciso que seja vencido nesta questão.”<sup>87</sup>

nenhuma proposta do Governo sofreu batalhas parlamentares tão azedas, pertinazes, estratégicas, tormentosas e prolongadas, como a do elemento servil em 1871. Empregaram-se de parte a parte todos os recursos legítimos e arguciosos. A maioria era pequena e carecia de ser vigorosamente fiscalizada, disciplinada, encorajada e até ameaçada e fustigada pelo Ministério. A minoria deixava de comparecer a várias sessões, para se perderem os dias. O presidente do Conselho rivalizava com Paulino de Sousa Júnior, chefe da oposição, na vigilância, nos cálculos, nos manejos, nos discursos, nos requerimentos promovidos no intuito de adiar-se ou adiantar-se a discussão, no aproveitamento enfim de todos os incidentes, por menores que fossem, e que não raro apareciam.

Uns a outros oradores se sucediam em ambos os acampamentos, como colunas militares que se refrescam nas pelejas e se substituem nas refregas. Os deputados ministeriais eram coagidos a não faltar à sessão, a não arredar pé do recinto, a submeter-se à direção que lhes era dada para que não prevalecesse a estratégia dos adversários.

Borrascosos os certames e amedrontadores pela violência dos discursos, chuva incessante de apartes que perturbavam os oradores, e ameaças até de pugilatos físicos produziram por vezes suspensão dos trabalhos.

---

87 Extratoreproduzido no opúsculo intitulado: *As dissoluções dos deputados*, por Sousa Carvalho.

Que de doestos, de insultos, de gritos descompassados! E o recinto da Câmara repleto de povo curioso, e as galerias apinhadas de expectadores que rompiam igualmente em vociferações, e armados, aumentando a tormenta suscitada entre os deputados. Ouviram-se, no entanto, orações primorosas em que a idéia que é a invenção, a palavra que é o desenho, e a ação que é o colorido do discurso, provaram talentos insignes.

Cumpro confessar. Silva Paranhos provou singular capacidade de orador, e decisão e vontade decididas a ganhar vitória. Respondia a todos os discursos, defendia-se a todo o instante, agredia a seu turno os adversários, e travava rixas pessoais com eles. Uma delas com o próprio presidente da Câmara temporária obrigou o Conde de Baependi a renunciar a cadeira.

Mais de um mês foi necessário para que em segunda discussão se aprovassem os artigos da proposta, e para que ela pudesse passar à terceira, conforme o regimento da Casa.

Todo o mês de agosto foi consagrado à última discussão.

A irritação dos ânimos, a imperiosidade das paixões, os conciliábulos que os comissários lavradores celebraram na capital do Império para a animação da luta, o concurso de espectadores, os talentos dos que se digladiavam, tudo concorria para excitar no mais alto grau a curiosidade e o interesse público.

Examinaram-se, analisaram-se as opiniões anteriores dos combatentes e as atas das sessões do Conselho de Estado para servirem de tema às controvérsias suscitadas. Demonstrou-se que em 1867 haviam sido adversários da proposta Rodrigues Torres, Araújo Lima, Limpo de Abreu, Silva Paranhos, Vieira Tosta, Eusébio de Queirós, Luís Pedreira, e que a opinião da maioria do Conselho de Estado restringia-se a trabalhos preparatórios da matrícula antes que se tratasse do âmago do assunto.

Chegou por fim a proposta a seu termo, aprovada na Câmara dos Deputados por três ou quatro votos de maioria, e foi remetida imediatamente ao Senado.

A discussão no Senado, bem que fervorosamente sustentada, inscreveu nas páginas parlamentares exemplares de erudição e eloquência, e provou o grau de prudência, o critério dos anciões da pátria. De um

lado, Silva Paranhos coadjuvado por Zacarias de Góis, Sales Torres Homem e Pimenta Bueno; do outro lado, Rodrigues Torres, Vieira Tosta e Sousa Ramos demonstraram suas altas capacidades. Silva Paranhos afirmou que, certo de que a providência reclamada extinguiria a escravidão em maior ou menor prazo de tempo, considerava-a a última palavra a respeito, e a lei não mais se alteraria. Pedia, portanto, que todos de boa fé a aceitassem e executassem, e o país poderia ir a pouco e pouco trocando o trabalho escravo pelo trabalho livre.

Aprovada a proposta pelo Senado, subiu à sanção da Princesa Regente, e foi publicada como lei a 28 setembro de 1871.

Encerraram-se as Câmaras no dia 30 de setembro, sem que houvessem votado as leis de forças e os orçamentos.

A reforma servil despendera todo o tempo da sessão da legislatura.

No correr do ano foi pelo Governo enviado ao Rio da Prata, em missão especial, João Maurício Vanderlei, incumbido de pactuar e assinar os convênios de paz, limites e navegação entre o Paraguai, o Estado Oriental, o Brasil e a Confederação Argentina, em consequência de se ter ultimado a guerra, e de necessitar-se estabelecer o *modus vivendi* das nações que haviam sido beligerantes.

Procedeu Vanderlei com destreza admirável. Demorava em Assunção o diplomata Argentino as negociações entabuladas, e conheceu Vanderlei que era impossível acordo mútuo, apesar de todas as diligências e solicitude que empregava.

Cansado com as delongas, indecisões e contrariedades opostas a um arranjo em comum, separou-se do diplomata argentino e estipulou diretamente com o governo do Paraguai as condições que pareceram-lhe justas e honrosas para os dois países, deixando ao ministro da Confederação Argentina ação livre para, por seu lado e isoladamente, contratar com o Paraguai. Aprovou o Ministério brasileiro seu procedimento, e ratificou os tratados por ele subscritos.

Viajava, no entanto, Sua Majestade o Imperador pelos vários países da Europa: Portugal, Espanha, Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha, Itália; apreciaram-lhe as qualidades eminentes do espírito e o cultivo científico e literário da inteligência. Recebia o acolhimento fervoroso

dos monarcas, dos homens ilustres, dos povos; visitava liceus, escolas, academias, sociedades de letras e ciências, fábricas, estabelecimentos industriais. Relacionava-se com as notabilidades científicas e literárias, era eleito sócio honorário do Instituto de França, e deixava nomeada agradável em todas as classes da população. Com íntimo júbilo recebeu notícia da aprovação da proposta do elemento servil, e escreveu a Silva Paranhos, louvando-lhe o procedimento, aplaudindo-lhe a habilidade, e agradecendo-lhe os serviços.

Exclusivamente ocuparam-se todos os espíritos durante o ano de 1870 com a questão do elemento servil, que os trazia em abalo e sustos. A imprensa, os partidos suspenderam as pelepas da política, a crítica dos atos e tendências dos adversários. Como que paralisara a propaganda de doutrinas e princípios que o Clube Liberal em 1868 incluía em seu programa para quando se empossasse de novo da administração pública.

O assunto vital prevaleceu sobre todos os outros, e o Ministério, proclamado seu triunfo, não descuidou-se em decretar regulamentos para a execução da lei que tantas fadigas e sacrifícios lhe custara.

No meio, porém, das peripécias e dificuldades que resultaram da formidável contenda em que os partidos pareceram dissolvidos, porque de um e outro lado mostraram-se propugnadores liberais e conservadores, iniciou-se um novo e imprevisto movimento de idéias e orientações.

Durante o reinado de D. Pedro I, no regime da menoridade, e já mesmo sob o governo de D. Pedro II, uma ou outra opinião se ouvia favorável ao sistema republicano. Eram, porém, isoladas e poucas as vozes que o apregoavam e não atraíam a menor atenção, e nem quase que curiosidade do público, que observava que alguns cidadãos que na revolta do Rio Grande do Sul hastearam a bandeira, tinham-na abandonado e procurado posteriormente alistar-se nas fileiras dos dois partidos monárquicos.

Vários cidadãos, que ainda persistiam em mudar a forma do governo e trocar as instituições imperiais pelas republicanas, aproveitaram das queixas, dos desesperos, das indisposições que a lei de 28 de setembro de 1871 causara, para proclamarem idéias francamente republicanas, e afirmaram que somente por esse sistema se podia por si governar

o povo e repelir pretensões e caprichos da Coroa, que por sua inspiração impunha sua vontade, desatendia a opinião, e convertia-se em poder absoluto, elevando ou derrubando Ministérios, e subordinando a seu talante estadistas e partidos.

Organizaram e fundaram no Rio de Janeiro um clube republicano, a cuja frente se colocaram homens de conhecida capacidade, tais como Cristiano Ottoni, Saldanha Marinho e Lafaiete Rodrigues Pereira.

Desgostados diversos vultos importantes da província de São Paulo com a imposição feita pela Coroa de uma lei tendente a extinguir a escravatura no Império, escravatura que lhes parecia necessária por enquanto para os trabalhos da indústria agrícola, seguiram-lhes logo o exemplo e proclamaram-se republicanos. Lavradores, lentes da Faculdade de Direito, advogados, jornalistas, compuseram igualmente um clube republicano. Américo Brasiliense, Manuel de Campos Sales, Prudente de Moraes, Aureliano de Campos, Francisco Xavier Pestana e outros cidadãos inscreveram-se como promotores e propagandistas da idéia republicana. Desenvolveu-se, bem que vagarosamente, a propaganda nas províncias do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas, nas quais as propriedades rústicas abundavam de escravos. Estabeleceram-se associações, criou-se imprensa, sem que fossem perturbadas pelas autoridades, e nem saíssem fora das raias da estrita legalidade.

O falecimento do notável estadista Rodrigues Torres, em 1872, impressionou no entanto a população brasileira. Caráter talhado espartanamente, espírito nobre, convicto em suas opiniões políticas, magnânimo de sentimentos, executor rigoroso das leis e financeiro eruditíssimo pagará enfim à morte seu tributo, legando saudades gerais em todo o Império.

A eleição, a que se procedeu imediatamente para preencher a vaga que ele deixava no Senado, provou que a província do Rio não apoiava o Ministério, bem que permanecesse conservadora na maioria de seus habitantes. Os candidatos ministeriais foram derrotados, e três deputados da dissidência de 1881 formaram a lista tríplex que tinha de ser submetida à escolha da Coroa.

Voltou no entanto para Rio de Janeiro, em abril, Sua Majestade; cessou a regência da Princesa Imperial.

Enfraquecera-se, todavia, o Ministério. Além dos deputados que se lhe mostravam infensos na sessão passada, em conseqüência da reforma do elemento servil, e que perseveraram em oposição, alguns dos que o tinham apoiado se arredavam igualmente de sua administração e diziam-se dispostos a hostilizá-lo, descontentes da marcha que ele nas províncias estabelecera. A luta porfiada quebra sempre o prestígio dos gabinetes no sistema representativo, e os partidos estragam-se no governo mais que nas oposições.

Percebeu Silva Paranhos sua melindrosa situação, e como partidário correto julgou que sua continuação no poder acarretaria a dissolução do Partido Conservador, e perigos futuros que resultariam da anarquia de grupos em que se dividisse.

Solicitando suas demissões os ministros da Justiça, Agricultura e Guerra, calculava que chamando ao gabinete dois dissidentes conservadores extinguiria as divergências. Confiou a pasta da Agricultura ao Senador Cândido Borges Monteiro<sup>88</sup> que acompanhara à Europa Sua Majestade, e as duas outras ofereceu-as a deputados dissidentes. Foi, porém, repellido o acordo; entenderam os dissidentes que preferível era um novo Ministério composto de cidadãos de ambas as frações conservadoras. Não se realizaria inteiramente a fusão, como todos a desejavam, persistindo no Gabinete qualquer dos ministros antigos.

Solicitou Silva Paranhos a exoneração do Ministério, mas o Imperador recusou-a peremptoriamente e autorizou-o a recompor o Gabinete com conservadores que o tivessem apoiado. Foram então chamados João José de Oliveira Junqueira para a pasta da Guerra, Joaquim Delfino Ribeiro da Luz para a da Marinha, e transferido para a da Justiça Duarte de Azevedo. Concordou-se que o programa do Ministério se colocaria exclusivamente na questão eleitoral, por meio de listas incompletas de candidatos para que a minoria pudesse ser representada; conservava-se portanto a eleição de dois graus ou indireta, mas extinguíam-se os distritos e restaurava-se a deputação das províncias como vigorara até 1856.

Na fala do trono que à assembléia geral dirigiu o Imperador no dia 16 de maio, em que foi aberta, agradeceu o assentimento que lhe

---

88 Visconde de Itaúna.



havam dado para sair do Império e visitar algumas nações européias. Afirmava que a Imperatriz conseguira o restabelecimento de sua saúde. Anunciava que tinha encontrado por toda a parte benévolo e obsequioso acolhimento, de que guardaria as mais gratas recordações. Congratulava-se pela tranqüilidade do Império, durante a regência de sua amada Filha, e pelos importantes trabalhos do corpo legislativo, os quais demonstravam o caráter nacional e a solidez das instituições monárquicas representativas. Comunicou que não tendo sido possível negociação em comum dos aliados com o Governo do Paraguai, celebrara o Império, separadamente, os ajustes definitivos de paz, e retirara dessa república o resto das tropas brasileiras que permaneciam em Assunção, por considerar consolidado o regime que ali se instituíra. Esperava que as dúvidas e divergências suscitadas pela Confederação Argentina desapareceriam diante da boa-fé, moderação e justiça com que o Governo brasileiro procedera e se conservariam inalterados os vínculos de amizade que interessavam a ambos os estados. Exigiu que se reformasse quanto antes a Lei Eleitoral, para garantia da liberdade de voto e expressão genuína da vontade nacional. Felicitava-se pelo aumento crescente das rendas públicas, que afiançavam saldos para o desenvolvimento das vias de comunicação de que o país tanto necessitava. Comprometia-se por sua parte finalmente a dissipar os receios que a lei do elemento servil poderia incutir, e contava que seria seu governo coadjuvado pelos proprietários agricultores para que a execução fosse regular e moderadamente procedida.

Percebeu-se imediatamente que na Câmara dos Deputados não depararia o Ministério maioria suficiente para sustentar-se. Logo que se elegeram as mesas e comissões, e antes mesmo que fosse oferecido à discussão o projeto e resposta ao discurso da Coroa, propus, de acordo com meus amigos políticos, que sendo conveniente esclarecer-se a situação, se discutisse o orçamento da Marinha, adiado da sessão de 1871.

Aprovado o requerimento e aberto o debate do orçamento, levantou-se Paulino de Sousa Júnior e exigiu informações do Ministério acerca de sua recomposição; afirmou que a solução da lei do elemento servil era fato consumado e cumpria executá-lo fielmente, que o congratamento do Partido Conservador constituía a mais urgente necessidade de ocasião, e para que se conseguisse este benefício, indispensável se tornava a dissolução do Ministério e sua substituição por outro que reu-

nisse as duas frações separadas. Não se patenteava cisão de idéias e nem de aspirações, mas os homens tornavam-se elementos de desacordo, e na marcha política os ministros careciam de crédito e de confiança pessoais para poderem governar. Solicitou, portanto, que o debate se estabelecesse no terreno de confiança.

Combateu-lhe Silva Paranhos a opinião, que parecia-lhe proveniente de despeitos e vinditas pessoais.

Replicou-lhe Paulino de Sousa Júnior, e sustentou que no regime representativo não bastava a identidade de opiniões, carecia-se também do prestígio e da confiança pessoal dos ministros.

Continuada na sessão imediata a discussão do requerimento de Paulino de Sousa Júnior, alegou José de Alencar que a idéia da oposição era o conagraçamento do Partido Conservador, impossível de efetuar-se com a permanência do Ministério, e que à Coroa, às instituições e ao país convinha quanto antes.

“A história parlamentar – exclamou – nos seus tempos mais deploráveis, nos seus eclipses, não registrou ainda ato da Coroa tendente a promover e perpetuar cisão de partidos. No próprio reinado de Jorge III, de Inglaterra, citado sempre a propósito da existência do governo pessoal, arranjavam-se maiorias com promessas, nunca, porém, com ameaças de dissolução, como se depreende das palavras do presidente do Conselho e o propalam seus amigos, e para encontrar símile deste fato seria preciso ir ao Oriente, onde o califa costumava confiar um anel ao vizir de sua predileção a fim de representar a majestade. Quando a Coroa, em governos representativos, apela para o país, é sempre para que o país decida entre uma ou outra idéia, um ou outro princípio político, entre um e outro partido que se digladiam, nunca para conservação de alguns nomes no poder, nunca para resolver sobre escolha de chefe de um partido. Não bastam idéias para ter o direito de governar. É preciso ter os meios de realizá-las; é preciso ter a confiança da maioria. Um gabinete só tem direito de dissolver câmaras quando se propõe a realizar idéias por elas repelidas; mas não quando a questão é puramente de confiança pessoal. Designar um chefe é direito dos partidos, e a Coroa não o pode disputar. Seria intrometer-se em questões domésticas dos partidos.”

Depois de calorosos discursos de vários deputados, declarou o presidente do Conselho que considerava o requerimento de Paulino de Sousa Júnior questão de confiança, e que a Câmara a decidisse.

Um voto de maioria aprovou o requerimento, e produziu crise entre o Ministério e a Câmara.

No dia seguinte leu-se um decreto imperial dissolvendo a Câmara dos Deputados e convocando uma nova para 24 de dezembro.

.....

VIII  
*De maio de 1872 a junho de 1875*

*D*

DISPUTADÍSSIMA foi a pugna eleitoral. Digladiariam-se ambas as frações do Partido Conservador. Esforçava-se o Ministério com o emprego de todos os meios e recursos ilegais e ilegítimos por vencer e arredar da Câmara temporária seus correligionários políticos que lhe haviam negado confiança. Nos distritos em que não conseguiu opor-lhes candidaturas de seus prediletos preferiu as dos liberais, e prestou a estes elementos de vitória, nomeando-lhes autoridades locais e entregando-lhes a influência em várias paróquias. Resultou do porfiado pleito que a maioria dos deputados eleitos pertenceu-lhe, bem que um terço tocasse aos dissidentes, e oito liberais obtivessem igualmente diplomas. Entre estes últimos salientavam-se Gaspar da Silveira Martins, Martinho de Campos e o General Manuel Marques de Sousa. A derrota de Andrade Figueira, de Benvenuto Taques e de outros distintos dissidentes foi sensivelmente lamentada por seus amigos.

Instalou-se a assembléia geral a 24 de dezembro, e a fala do trono anunciou que estavam restabelecidas as relações com a república argentina e persistia a amizade com as demais nações estrangeiras. Alegrou-se com a marcha progressiva das finanças públicas, e recomendava

que se terminassem as discussões das matérias adiadas e necessárias ao desenvolvimento do país, como eram as reformas da Guarda Nacional e do recrutamento. Pedia igualmente providências que auxiliassem a lavoura, e afirmava a indispensabilidade de se alterar a Lei Eleitoral, admitido o princípio da representação das minorias.

Irrompeu mais crespamente ainda a contenda parlamentar entre as duas frações conservadoras, irritadas e exacerbadas com os acontecimentos decorridos. Fundamentou-se a primeira agressão no fato de não ter o Ministério solicitado meios para administrar legalmente antes que dissolvesse a Câmara; os quais lhe não seriam recusados para que não governasse, como o efetuará, discricionariamente.

A todas as mais questões suscitadas estendeu-se o combate, em que igualmente os liberais se empenharam calorosamente. Gaspar Martins revelou em seu primeiro discurso qualidades eminentes de tribuno; e Martinho de Campos apregoando-se sempre sertanejo mineiro, tomou o encargo de maltratar constante e duramente os ministros com a ironia e sarcasmos de que seu espírito abundava, e que na oposição o tornavam extremamente temido.

Toda a primeira sessão da legislatura perdeu-se em contendas e torneios que a esterilizaram. Unicamente na segunda, que começou a 3 de maio de 1873, é que pôde o Ministério conseguir que se votassem orçamentos, fixação de forças e inovação dos estatutos do Banco do Brasil, a fim de organizar uma seção de hipotecas que auxiliasse a lavoura, diminuindo-se-lhe em compensação a quota ânua de bilhetes circulantes e que cumpria amortizar-se a fim de desaparecer a emissão que ainda lhe restava.

Nas discussões não pouparam Gaspar Martins, Martinho de Campos e alguns conservadores alusões diretas e indiretas à intervenção que a Coroa parecia exercer, e aos ministros que lhe eram subservientes. Ao apresentar o ministro do Império sua proposta para a reforma eleitoral, enorme foi então a celeuma suscitada, visto como conservava o sistema de eleição de dois graus, quando a opinião pública francamente se manifestava em favor da eleição direta, já proposta pelo gabinete de 1868 e cujo projeto dependia de decisão do Parlamento. Dizia-se geralmente que do Imperador partira a idéia de representação das minorias e da conservação do sistema indireto.

Um episódio curioso cumpre aqui referir-se. Entre os deputados do Rio Grande do Sul eleitos pelo Partido Liberal, incluía-se Irineu Evangelista de Sousa que separou-se dos seus companheiros e apoiou o Ministério. Gaspar Martins, chefe provincial, exprobrou-lhe acriminosamente o procedimento. Respondeu-lhe Irineu que não aceitava mandatos imperativos. Desafiou-o Gaspar Martins para o juízo dos eleitores que o haviam eleito. Aceitou Irineu o repto, e convocaram-se, a pedido de ambos, os eleitores do distrito respectivo a fim de decidirem a controvérsia.

Votaram os eleitores a anulação do diploma de Irineu, que, ao receber a notícia, oficiou à Câmara renunciando o mandato de deputado.

Resolveu, porém, a Câmara não aceitar a renúncia, negando aos eleitores a atribuição de cassarem diplomas e ao deputado o direito de recusar o serviço para que fora nomeado.

Encerradas as Câmaras, entendeu o Ministério que lhe convinha incrementar o movimento dos progressos materiais. Saldos de receita sobre despesa empregou em edifícios e ajardinamentos da capital do Império, em construção de estradas, em subvenções a companhias que se propusessem a abrir vias terrestres e marítimas de comunicação, algumas sem estudos prévios e calculados mais ou menos razoavelmente quer relativamente a seus custos, quer a suas vantagens. Foram os saldos do Tesouro desaparecendo, e necessário tornou-se pedir empréstimos no interior e nos países estrangeiros.

Para prejudicar ainda mais o futuro, o Ministério e as Câmaras de acordo votaram aumentos de tribunais de relação, de ordenados da maior parte dos funcionários, de soldos e gratificações à classe militar, de novas repartições públicas destinadas a melhorar o serviço, com o que a despesa avolumou-se extraordinariamente. Tanto o Ministério como o Parlamento iludiam-se com o florescimento progressivo das finanças para resistirem aos novos dispêndios decretados.

Reapareceu portanto o déficit, e com ele os sustos de novos empréstimos que pesassem no orçamento.

Propícias as circunstâncias, tranqüilo inteiramente o país, progressivo o comércio, pensava o Gabinete que podia adiantar-se com passos apressados para os melhoramentos públicos.

Não trepidara isentar impostos alfandegários, e garantir juros e subvenções a empresas que solicitavam favores e destinavam-se a fins que pareciam úteis e proveitosos.

Por seu lado, o Parlamento aumentou também o subsídio dos seus membros. Dispunha a Constituição que uma legislatura fixasse o subsídio da futura. Não o fizera a que fora dissolvida, e a praxe até então estabelecida determinava que subsistisse o anterior. Mas, sem respeito aos precedentes, o corpo legislativo marcou para si e para a legislatura vindoura acréscimos notáveis de subsídio, com o que se desprestigiou na opinião pública.

Para inquietar o Ministério, raiou no correr do ano um deplorável conflito eclesiástico. Os perigos materiais resolvem-se com mais facilidade que os morais, que perturbam as consciências religiosas. Não o levantara o Ministério. Procedera de alguns bispos a provocação a que o Gabinete não podia esquivar-se.

Já nos tempos coloniais funcionavam no Brasil lojas maçônicas, bem que fulminadas pela Igreja Católica, e não raro perseguidas pela autoridade civil. Atribuía-se às suas sessões e conferências secretas, ao aspecto tenebroso das salas em que misteriosamente os sócios se reuniam, às palavras cabalísticas de que usavam, tendências revolucionárias e espírito de ateísmo. Dominava o regime absoluto, e os poderes civis e eclesiásticos marchavam de harmonia. Relativamente à opinião vulgar, de sala dos horrores, dos signos sobre as vestes, das formalidades minuciosas com que os maçons se correspondiam, se uns mais perspicazes zombavam e riam, outros mais tímidos tremiam e apavoravam-se.

Nas eras passadas podia a maçonaria perturbar o sono dos governos e da Igreja Católica; no século XIX, porém, com a teoria e prática mais ou menos desenvolvida da liberdade, com a imprensa, e a tribuna, com a alteração ininterrupta dos costumes e das idéias, razão não tinha mais a maçonaria de ser suspeita de tramar em sigilo a queda do altar e do trono.

Converteu-se em nossos dias a maçonaria em associações de beneficência, conquanto perseverasse em funcionar secretamente, e em conservar estilos e modos de sessões singulares e imponentes.

Nem de religião e nem de política se ocupavam os maçons, que se entretinham em votar e distribuir esmolas aos necessitados, e em

banquetear-se para se conhecerem e coadjuvarem mutuamente em pretensões e negócios particulares.

Em conseqüência disto desde a independência do Brasil, a maçonaria funcionava tranqüilamente e pertenciam-lhe cidadãos de todas as classes, de todos os partidos políticos, de todas as crenças religiosas, e ninguém pensava em excomunhões da Igreja, tão abundantes outrora, e nem em breves e bulas da Santa Sé que não haviam recebido a homologação dos reis portugueses para se cumprirem, como era de suas atribuições majestáticas.

Pretenderam em 1873 alguns bispos do Império executar as antiquadas bulas romanas contra a maçonaria. Lembraram-se de proibir a entrada dos suspeitos de maçons nas irmandades e corporações religiosas, que alimentavam o serviço e esplendor do culto nas paróquias e igrejas. Além da introdução de novos, ordenaram igualmente que se repelissem os que já lhe pertenciam, bem que se mostrassem fervorosos católicos e concorressem com suas pessoas e bens para as solenidades religiosas e o brilhantismo do culto.

O bispo de Pernambuco, D. Vital, e o do Pará, Antônio de Macedo, publicaram éditos às irmandades existentes em suas dioceses para que não admitissem em seu seio os cidadãos que se provassem ou se suspeitassem pertencer a sociedades maçônicas.

Reclamavam muitas irmandades já pelo dano que as ordens dos bispos causariam às necessidades do culto, já também porque não podiam saber quais de seus membros se haviam afiliado à maçonaria.

Não foram atendidas, e novas instruções receberam de seus diocesanos para executarem rigorosamente os éditos episcopais, sob pena de interditos e de suspensão de solenidades religiosas nos templos em que as irmandades funcionavam.

Valeram-se as irmandades do recurso à Coroa. A constituição política do Brasil, transformando a religião em instituição política, mantivera o beneplácito para todas as letras apostólicas de caráter genérico.

Enviou o Ministério seus requerimentos ao Conselho de Estado. Opinou a ilustrada corporação que as ordens dos bispos infringiam as leis civis, porque as irmandades eram de natureza e funções mistas, dependiam para sua formação e seu exercício do poder civil e do ecle-



siástico; e que os prelados ultrapassavam suas atribuições, impondo-lhes exclusivamente, por sua parte, condições novas, sem aquiescência da autoridade temporal.

Acrescentava que os rescritos e bulas pontificias condenatórias da maçonaria nunca tinham alcançado o beneplácito da Coroa para poderem ser executadas nos domínios portugueses. Aconselhava, portanto, que o Governo deferisse favoravelmente o recurso das irmandades.

Intimidados da resolução do Governo, que se conformava com o voto do Conselho de Estado, não se subordinaram os dois bispos, e decretaram éditos; as igrejas e irmandades fulminaram excomunhões contra os membros que lhes desobedecessem, e ordenaram aos vigários suspendessem as solenidades religiosas e fechassem os templos em cujo recinto funcionassem irmandades que em seu seio tivessem maçons.

Não podia o Governo cruzar os braços, e preciso lhe foi providenciar para coagir os bispos, como súditos do Império, à obediência às leis e ao pacto fundamental da nação. Apoiava-se em que, além dos dois prelados, do Pará e de Pernambuco, nenhum outro das demais províncias lhes imitava o exemplo, no intuito louvável de não abrir luta que seria geralmente nociva à religião católica.

Ordenou que os magistrados levantassem com sua autoridade os interditos e coagissem os párocos e sacerdotes a oficiarem independentemente das instruções dos seus diocesanos.

Preferiram, porém, muitos dos vigários e sacerdotes sujeitarem-se a seus prelados, e fecharam-se paróquias, igrejas e capelas, no meio de murmúrios, queixas e lamentações dos fiéis, privados dos socorros espirituais.

Decidiu-se o Governo a denunciar os dois bispos perante o Supremo Tribunal de Justiça, competente pela Constituição para seu julgamento, e fazer processar os vigários e sacerdotes pelas autoridades civis respectivas.

Entendeu igualmente que lhe cumpria comunicar à Santa Sé de Roma os acontecimentos ocorridos no Império, no intuito de alcançar que os bons ofícios da Cúria Pontificia e sua ação suprema sobre os bispos recalcitrantes serenassem o conflito e restituíssem a paz e a harmonia nas

relações civis e eclesiásticas, como era necessário aos interesses da religião e do Império.

Pensava que, ao mesmo tempo aplicadas suas providências no interior e suas reclamações em Roma, lograria êxito mais rápido e vantajoso.

Ordenou que Francisco Inácio de Carvalho Moreira,<sup>89</sup> Plenipotenciário Brasileiro em Londres, se dirigisse a Roma, incumbido de missão especial perante a Cúria Pontifícia. Muniu-o de instruções para conseguir de Sua Santidade a reprovação dos atos dos dois bispos.

Não demorou-se o diplomata brasileiro em cumprir seus deveres; partiu de Londres para Roma apresentou suas credenciais, e iniciou negociações com o Cardeal Antonelli, principal secretário de Estado do Sumo Pontífice.

Conferenciaram ambos, por vezes, na maior cordialidade. Afirmou o diplomata brasileiro a seu governo que o cardeal manifestava-se animado de desejos pacíficos e prometia-lhe solver o assunto favoravelmente ao Império. Comunicou poucos dias depois, que em conferência mostrara-lhe uma carta que o Sumo Pontífice devia dirigir ao bispo de Pernambuco, com ordem de transmitir cópia ao do Pará, desaprovando seus procedimentos e ordenando-lhes repusessem as coisas no seu estado anterior com a revogação dos éditos no tocante à maçonaria. Citou até a primeira frase da carta aludida, – *Gesta tua, non laudantur*.

Entendeu o diplomata brasileiro que estava sua missão terminada. Não demorou-se em Roma, e recolheu-se para Londres, antes que se publicasse o desenlace final da intervenção pontifícia.

Alegrou-se o Ministério brasileiro com as notícias de Roma transmitidas pelo seu diplomata, e publicou-as imediatamente para conhecimento do público, que se achava impressionado com o conflito persistente entre o Estado e a Igreja. Os sentimentos religiosos, as antigas tradições eclesiásticas, a educação em seu culto puro e santo, perturbavam as consciências com ameaças de cismas.

Os dois bispos, porém, não se demoviam de seus propósitos, e perseveraram em opor-se às ordens do governo imperial, fazendo-se obedecer pelos vigários e sacerdotes. Sucedeu ainda que cresceu o con-

---

89 Barão do Penedo.

flito com desordens e sedições no interior de algumas províncias do Norte; armaram-se fanáticos religiosos, incitados por alguns párcos, e cometeram desordens, perseguindo os cidadãos suspeitos de pertencerem à maçonaria. Foi necessário que o Governo empregasse força pública para abafar os movimentos tumultuosos, prender e mandar processar seus autores e principais cúmplices, e repelir do solo alguns jesuítas estrangeiros, acusados de insinuar idéias contrárias às atribuições do Governo.

Conferenciou o ministro de Negócios Estrangeiros com o Internúncio Pontificio acreditado no Império, e confidenciou-lhe o que seu diplomata em Roma tinha-lhe noticiado. Disse-lhe o diplomata que recebera uma carta do Cardeal Antonelli para o bispo de Pernambuco, mas lhe não fora dado conhecimento de seu conteúdo.

Certo é que a carta jamais foi publicada, nem em Roma, nem pelo bispo de Pernambuco, e nenhum resultado proviera da missão especial enviada a Roma. Ninguém podia decifrar o enigma.

Ao abrir-se extraordinariamente a assembléa geral em março de 1875 anunciou a Coroa em seu discurso os sucessos ocorridos e o andamento do processo dos bispos perante o Supremo Tribunal de Justiça. Exigia a solução da proposta da reforma da lei eleitoral, necessidade urgentemente reclamada para garantia e liberdade do voto.

Foi a primeira pejea travada na questão religiosa enérgica e violenta. Quantos se inspiravam em doutrinas ortodoxas agrediram o Gabinete.

Zacarias no Senado, e na Câmara temporária Paulino de Sousa Júnior, Ferreira Viana e outros oradores defenderam os bispos, mostrando que exerciam direitos da Igreja e não ofendiam as leis civis com os atos praticados, que visavam exclusivamente assuntos espirituais. Questão, no seu parecer, exclusiva da religião, das crenças e da fé. Contrariavam as deliberações do Governo por sujeitar os bispos e párcos a processo criminal. Não acreditavam na realidade da carta do Papa ao bispo de Pernambuco, que, entretanto, asseverava o diplomata brasileiro ter visto. Quando fosse verdadeira e remetida aos bispos, como recusariam eles a obediência devida?

Tinha sido, em seu parecer, um malogro desgraçado a missão especial perante a Cúria Romana. O Cardeal Antonelli nem se dignara

desmentir o diplomata brasileiro. Foi o bispo do Pará quem respondeu-lhe em um folheto acusando-o de haver iludido o governo imperial e de atribuir à Cúria Romana e ao cardeal Antonelli palavras e intenções diversas de seus pensamentos.

O Sumo Pontífice, em encíclica publicada posteriormente na Europa, lamentava a guerra dos governos da Hungria e do Brasil contra os prelados católicos e afirmava que os sustentaria com sua autoridade moral, o que tudo provava que o governo da Cúria não atendera às reclamações do Império.

Defendiam o Ministério os que entendiam que os bispos tinham cometido um crime e não podiam permanecer impunes. Censuravam alguns o Ministério por ter reclamado o auxílio moral de Roma quando já ordenara processos aos bispos, e pois não devia esperar que o Papa lhe aquiescesse às exigências. Dividiram-se as opiniões no tocante à veracidade da carta. Não faltou quem lembrasse que em todas as épocas e divergências entre governos, os diplomatas eclesiásticos romanos primavam pela sagacidade e zombavam de seus antagonistas.

Carlos Carneiro de Campos, que substituíra a Manuel Francisco Correia na pasta das Relações Exteriores, explicavam seu procedimento como simples homenagem ao Sumo Pontífice, cuja autoridade moral fora invocada para prevenir dissensões que prejudicavam a religião católica e não para coarctar a ação do Ministério. Acreditava nas participações do diplomata que fora a Roma, bem que não soubesse que fim levava a carta pontifícia que devia ser dirigida aos bispos. Sabia que o internúncio recebera e enviara uma missiva ao diocesano de Pernambuco, mas que ignorava o conteúdo.

Conheceu o Gabinete, na solução do projeto de resposta à fala do trono, que seus créditos minguavam na Câmara temporária.

Tratou, todavia, de adiantar a reforma da lei eleitoral. A proposta do Governo sofreu azedas contestações de quantos aderiram à idéia da eleição direta. O sistema de sufrágio universal, nomeando eleitores, não lhes parecia mais admissível, pois que era nele que se aninhava todo o vício da eleição, pelo suborno das classes miseráveis, pelas violências que sobre elas empregavam as autoridades policiais e administrativas, pela ignorância do povo miúdo, que não conhecia seus direitos

e nem sabia defendê-los, pela facilidade enfim de falsificarem-se os alistamentos dos votantes e as atas paroquiais de eleição primária.

Adulterada desde sua origem a proclamação de eleitores, contrária não raro à que geralmente fora, claro era que nunca as oposições podiam vencer, bem que dispusessem de quase toda a população da freguesia. Com eleitores fixos, alistados regularmente, e possuidores de requisitos de inteligência, posição social e fortuna, é que a vontade nacional se manifestaria.

Neste debate salientou-se, como espírito prático e atilado, o Deputado Francisco Belisário sustentando a necessidade da eleição direta.

Votaram os liberais com os dissidentes contra a reforma proposta, e nem assim conseguiram sua rejeição. Dispunha o Ministério de maioria, e aprovada que foi na Câmara dos Deputados, remeteu-a para o Senado, e promoveu-lhe ali rápida marcha, em que sofresse modificações ligeiras que lhe introduziram os anciões da pátria. Devia, portanto, reverter para a Casa temporária, a fim de decidir as emendas do Senado.

Todas as discussões na Câmara corriam batalhadas fervorosamente, quando um incidente inesperado enevoou o hemisfério político.

Sentiam-se dificuldades nas transações comerciais e temiam-se já crises na praça, quando na maior boa-fé e confiança tomou o presidente do Conselho e ministro da Fazenda câmbios consideráveis sobre a praça.

Propagava-se no entanto a idéia republicana, bem que ainda parecesse menos real, que platônica. Vários adeptos da nova doutrina pensaram em fundar na capital do Império uma tipografia e publicar uma gazeta, que espalhasse seus pensamentos. Imprimiram igualmente um manifesto assinado por Cristiano Ottoni, Saldanha Marinho, Luís Antônio Barbosa da Silva, Lafaiete Rodrigues Pereira, e outros estimados talentos aderindo ao movimento republicano que se iniciava, e correspondendo-se com seus arautos domiciliados na província de S. Paulo.

Amedrontou-se o Ministério. Não podia legalmente conseguir abafá-lo. Resolveu empregar a violência para combater a propaganda.

Magotes de pessoas, que o público acreditou instigados pela polícia, assaltaram em uma noite o edifício da tipografia e a sala da redação da gazeta, rebentaram as máquinas, quebraram os vidros, destruíram

os utensílios, despedaçaram as mesas e trastes, e no meio de vociferações repetidas e confusas, cometido o atentado, retiraram-se pacificamente.

Não se podia aprovar tão insólita vindita partidária, e de todos os cidadãos sensatos partiram acusações contra a polícia. Nos periódicos e nas câmaras ecoaram brados e soube-se igualmente que o Imperador reprovava o ato praticado e exigira castigo dos malfeitores.

Defendeu o ministro da Justiça os agentes da polícia, inocentando-os das vozes que os proclamavam cúmplices senão autores, e ordenou se procedessem a investigações e inquéritos para se descobrirem os perpetradores do crime; inquéritos e investigações, que não produziram resultado.

As violências parecem ao princípio triunfar, mais tarde, porém, prestam novas forças aos perseguidos. A natureza humana irrita-se sempre contra o forte, que abusa do seu poder, e toma dores pelas vítimas da prepotência. Em vez de diminuir a propaganda republicana, exacerbou-a a perseguição, e imprimiu-lhe impulso para aproveitar-se do incidente, e atrair maior número de prosélitos.

Para mais ainda magoar o presidente do Conselho e ministro de Fazenda, bem não terminara o incidente republicano e já graves sucessos se realizavam na praça do comércio. Algumas quebras de negociantes produziram sustos de crise iminente financeira. O Tesouro tomara saques avultados sobre Londres, da casa bancária Mauá e Cia., confiado na sua robustez e garantia.

Não foram aceitos em Londres os saques remetidos, pelo Governo, e a casa bancária se viu coagida a suspender pagamentos.

Desesperou-se Silva Paranhos com o desastre sofrido, que entretanto ninguém atribuía à má-fé do ministro, e apenas à preferência dada a uma casa bancária, que se mostrara até então executora fiel e pontual de todos os seus compromissos, e que tinha por chefe um brasileiro aureolado com iniciativa e execuções de empresas proficuas ao desenvolvimento do país.

O revés suportado por Mauá e Cia. produziu abalo aterrador na praça do Rio de Janeiro, e o Banco do Brasil sentiu-se em dificuldades, porque era credor das firmas que suspenderam pagamentos, e depositário de somas importantes em conta-corrente de movimento.

Demonstrou Silva Paranhos atividade em salvar a situação financeira. Confessou que se iludira no tocante ao crédito da casa, cujos saques sobre Inglaterra tomara confiadamente. Pediu providências legislativas para acudir a crises comerciais, sempre que irrompessem, a fim de suspender-lhes a marcha desastrosa. Obteve na Câmara dos Deputados aprovação de uma proposta autorizando o Governo a emitir papel-moeda até a soma de vinte e cinco mil contos de réis, para conjurar crises comerciais, que se manifestassem, emprestando a juro e a prazo razoável, a bancos acreditados, sob garantia de apólices e letras do Tesouro, com a obrigação rigorosa de se amortizar a emissão logo que fosse paga a dívida contraída. Converteu-se na lei de 29 de maio de 1875. Constituía uma necessidade pública diante da crise suscitada. Em vez de empregar as somas depositadas em seus cofres em contas-correntes, em títulos de comércio a prazos curtos para poderem satisfazê-las à vontade dos depositantes, não somente as aplicavam os bancos e banqueiros em empréstimos a companhias industriais, que se haviam instituído impensadamente, e que se viram obrigadas a recorrer ao crédito, como até empregavam-nas em países estrangeiros, e da demora e falta de pagamentos resultavam-lhes dificuldades, que as punham em perigo.

Com os auxílios prestados pelo Governo em vista da lei de 1875, acalmou-se a situação, e regularizaram-se paulatinamente as transações, bem que o fato da emissão de novo papel-moeda causasse a queda do câmbio que oscilava entre 25 e 26, embora esta emissão especial fosse amortizável.

Demorado não foi, no entanto, o processo dos bispos no Supremo Tribunal de Justiça. Após os requisitos legais de acusação e defesa, lavrou-se sentença condenando-os a quatro anos de prisão com trabalho. Um ou outro magistrado assinou vencido o acórdão.

Foram os bispos do Pará e de Pernambuco recolhidos à fortaleza de Villegaignon a fim de se cumprirem os acórdãos do Supremo Tribunal. Não tardou o Governo em comutar a pena para prisão simples. Nas províncias do Norte foram igualmente condenados alguns governadores de bispados e vigários, que haviam preferido obedecer a seus prelados. Do fundo, porém, de seus cárceres continuavam os bispos a nomear novos sacerdotes para os cargos vagos e a fazer cumprir suas

deliberações anteriores, e a luta não cessava, apesar das sentenças lavradas pelas justiças ordinárias.

Geralmente acoimou-se a decisão dos magistrados de excessiva no tocante à penalidade. Parecia para suas culpas bastante suspensão temporária do exercício de seus empregos e multa pecuniária. Confundir os atos dos prelados com crimes comuns revoltava muitas consciências. Em vez de apaziguar as paixões e os despeitos, e de se conseguir a ordem perturbada nas relações entre os poderes civil e eclesiástico, temiam-se mais perigosos conflitos em um povo quase todo católico.

Acabrunhara-se Silva Paranhos com os desastres financeiros; de alguns de seus colegas do Ministério, sentia-se igualmente magoado, e ansiava retirar-se do poder. Não queria, todavia, entregá-lo ao Partido Liberal, e nem aos conservadores dissidentes. Forcejava por conseguir de Luís Alves de Lima, que o aceitasse, como estadista que ambas as duas frações respeitavam e consideravam capaz de compor as divergências e amalgamar de novo o partido.

Bem não terminara o mês de junho de 1875, quando correu voz de que Silva Paranhos requerera à Coroa dissolução do Ministério.

O nome de Luís Alves de Lima lembrara a Sua Majestade anteriormente já como o mais apropriado para reunir as duas frações conservadoras, e concentrar firmemente o partido.

Recusava-se, no entanto, Luís Alves de Lima e alegava que atingira a idade de oitenta anos, estavam-lhe depauperadas as forças físicas, e necessitava de repouso e descanso.

Foi por fim mister a intervenção direta de Sua Majestade, que declarou a Luís Alves de Lima que não prescindia de seus serviços e que em sua pessoa depositava exclusivamente confiança para deixar-lhe o poder, porquanto pretendia, em consequência da repetição de moléstia da Imperatriz, alcançar licença para de novo ausentar-se do país.

Enquanto se promoviam essas mudanças políticas, arrastava sua existência o Gabinete até que Luís Alves de Lima, bem que constrangido, anunciou por fim que aceitava o poder para obedecer a Sua Majestade, bem que penoso lhe fosse o sacrifício. No dia 22 de junho de 1875, publicou-se a exoneração do Gabinete de 1871, e a nomeação do que devia substituí-lo.



A presidência do Conselho e a pasta da Guerra assumiu Luís Alves de Lima, e para companheiros chamou João Maurício Vanderlei, que se empossou das repartições de Negócios Estrangeiros e da Fazenda; o Senador José Bento da Cunha Figueiredo da do Império; e os Deputados Pereira Franco, Diogo Cavalcanti e Albuquerque, e Tomás José Coelho de Almeida, da Marinha, Justiça e Agricultura. Representavam-se duas frações conservadoras e ambas, cumpre francamente confessar, anunciavam por se reconciliarem a fim de se conservar forte e disciplinado o partido.

Todo o país aplaudiu aceitação do poder por Luís Alves de Lima, que gozava de considerável prestígio e da confiança pública.

Na sessão da Câmara dos Deputados de 28 apresentou-se o Ministério, e seu presidente expôs o programa político que se incumbia de executar.

Reunir em um só partido as frações conservadoras, esquecer todas as divergências anteriores, e executar fielmente as leis, governar com moderação e justiça, respeitar os direitos de todos os cidadãos, resolver as questões interiores com ânimo desprendido, promover séria e eficazmente os progressos do país, manter a paz externa sem quebra da dignidade do Império, desenvolver a educação e ensino popular, reclamar do Parlamento providências em favor da lavoura, e solução da reforma da lei eleitoral, e afiançar que nas próximas eleições gerais não interviria para que a nação livremente manifestasse sua vontade, desasombrada da ação e influência das autoridades.

Não podia deixar de agradar a todos os conservadores tão auspicioso programa. Como por encanto desvaneceram-se todas as suas anteriores dissensões.

.....

IX  
*De junho de 1875 a janeiro de 1878*

**N**ENHUMA dificuldade encontrou, no decurso da sessão de 1875, o Ministério presidido por Luís Alves de Lima, quer na Câmara dos Deputados, quer no Senado, bem que em uma e outra das suas casas do Parlamento tivessem assento membros do Partido Liberal e dos distintos e respeitadas dentre eles. Todos os ânimos se haviam serenado, todas as paixões sopitado, e desvanecido todos os desgostos, derivados da luta anterior intestina do Partido Conservador. O novo Ministério restabelecera a antiga harmonia e podia contar com o apoio decidido para sua completa liberdade de ação.

Votaram-se quase sem discussão na Câmara dos Deputados as leis ânuas que se achavam em atraso, e um projeto para regular as condições de bancos de crédito real, garantiu-lhes amortização e juros de letras hipotecárias de tanto interesse para o crédito quanto para o desenvolvimento da lavoura, fundamento principal da riqueza pública; ocupou-se por fim com a reforma eleitoral, que lhe cumpria solver antes de encerrar sua última sessão anual, a qual do Senado voltara-lhe com emendas, que lhe assinavam continuação do sistema de dois graus, mas que determinavam a representação das minorias por meio de listas incompletas para os eleitores e para os deputados, restaurada a votação

geral das províncias, e abolidos os distritos parciais em que eles se dividiam.

Sabia o Gabinete que a opinião senão geral, quase geral, e de ambos os partidos, reclamava a eleição direta e censitária. O ministro de Negócios Estrangeiros e da Fazenda, porém, que exercia influxo preponderante entre seus colegas e era considerado na prática o presidente real do Conselho, pois que acabrunhado por moléstia e idade adiantada prestava-se apenas Luís Alves de Lima às funções honorárias de fiscalização geral, bem que houvesse sido no Senado arauto acérrimo e convencido do sistema direto, afirmava contudo agora que na situação em que se achavam Ministério e Parlamento convinha ensaiar primeiramente o da representação das minorias com a conservação dos dois graus da eleição, e pedia a seus amigos da Câmara que o votassem, a fim de dirigir a futura eleição que estava próxima, e não cumprira efetuar-se com a lei vigente por todos os partidos tão desacreditada.

Era a última sessão da legislatura de 1875 e não havia tempo para em ambas as casas do Parlamento decretar-se reforma diversa.

Apesar da urgente necessidade de reforma eleitoral, surgiram muitas vozes acoimando a proposta de insuficiente para a liberdade e garantia da manifestação da vontade nacional.

Logrou, todavia, o Ministério convencer a maioria dos deputados, que aprovaram as emendas do Senado, e remeterem o projeto à sanção imperial.

Antes que as Câmaras se encerrassem, requereu-lhes o gabinete licença para que Suas Majestades se ausentassem do Império pelo espaço de um ano em consequência da moléstia da Imperatriz, aconselhada pelos médicos para efetuar uma viagem ultramarina.

Não tardou o Imperador em deixar as plagas brasileiras dirigindo-se primeiramente aos Estados Unidos da América do Norte, desejoso de visitar a exposição industrial que com tanta pompa havia a grande república instalado na cidade de Filadélfia.

Iniciada pela segunda vez sua regência, agradeceu a Princesa Imperial logo ao princípio com um ato de clemência merecedor de todo o elogio. Indultou os dois bispos do Pará e de Pernambuco, e os vigários e sacerdotes que haviam sido igualmente processados e condenados pelos

tribunais judiciários. Ordenou que se trancassem todos os documentos a respeito, a fim de que tivesse pleno cumprimento a anistia concedida. Como resultado, se realizaria a harmonia entre os poderes civil e eclesiástico, e a pacificação das consciências religiosas perturbadas pelas peripécias do incidente.

Prestígio imenso adquiriu o Ministério e pôde devotar-se às fadigas da administração pública, que lhe exigia todos os cuidados, e a providenciar de modo que a futura eleição de deputados corresse desembaraçada do influxo de autoridades.

A moderação e a tolerância que o Ministério revelava para todos os partidos e grupos mais ou menos organizados, deixando-lhes aberto o campo para a propaganda de suas idéias, foram gradualmente sossegando os espíritos.

O conflito religioso dissipou-se pouco a pouco; os interditos às irmandades e igrejas foram levantados de comum acordo, e foi restaurada a situação anterior das coisas.

A propaganda republicana como que parara, se é que não diminuiu até no número de seus adeptos. Alguns dos espíritos mais ilustrados de novo conchegaram-se às instituições monárquicas, aceitando empregos ou voltando como que arrependidos aos arraiais dos dous grandes partidos pleiteantes – conservador e liberal.

Executava-se com retidão a lei que secara a fonte principal e única da manutenção do cativeiro. Não se importando da África mais nenhum escravo, não nascendo mais nenhum que não fosse reputado livre, reduzidos ao cativeiro os pretos que existiam e que a morte devia arrebatá-los uns após outros, notava-se o porvir desassombrado da escravidão, que em poucos anos devia inteiramente desaparecer sem que grandes abalos prejudicassem os progressos da nação.

Concorria para esta excelente situação o caráter do povo, clemente e caritativo. Sustentara seus direitos e interesses enquanto se discutiram as propostas a respeito. Convertidas em lei, os proprietários de escravos em suas fazendas timbravam em dar exemplo de exata obediência.

Tenho até aqui traçado a fisionomia política do Império desde 1840, sumariado suas vicissitudes, explicado as evoluções recíprocas dos

partidos que se digladiavam no cenário dos acontecimentos e no teatro das lutas; e referido igualmente as orientações ora em um, ora em outro sentido dos homens que figuravam, a fim de deixar aos leitores o trabalho de ressuscitá-los em suas efígies e perceber-lhes o pensamento e os conceitos íntimos, e recontado ao mesmo tempo os progressos morais e materiais do Brasil, que a cada um ano que decorria mostrava-se mais adiantado e florescente, de modo a, em 1875, distanciar-se de 1822, tanto que parecia outro país, em riquezas, recursos e civilização.

Desculpem-me se chamo agora a atenção para o estudo das ciências, das letras e das artes que igualmente se desenvolvia e progredia. São as ciências, as letras e as artes resultados imediatos da civilização, exprimem o sentimento nacional, simbolizam a alma e o espírito que animam uma sociedade e uma época.

O gosto e cultivo das letras, ciências e artes quase que exclusivamente na metrópole europeia se propagava, e muito pouco nas colônias. Imprensa somente existia em Lisboa, Coimbra e Porto e outras cidades do solo português, e proibida estava de todo o Brasil. Aqui sustentavam-se apenas algumas aulas de primeiro e segundo grau do ensino, além de escolas para o estudo eclesiástico.

Para aprender ensino superior, conseguir empregos de magistratura, granjear nomeada, era mister ao nascido no Brasil atravessar os mares e estudar na metrópole. Qualquer folheto ou livro que quisesse publicar, somente na metrópole se lhe facultava tipografia.

À universidade de Coimbra, investida de privilégios e distribuidora de diplomas de graus acadêmicos em teologia, cânones, jurisprudência, medicina e matemáticas é que se viravam todos os súditos de um e outro hemisfério português, que ansiassem seguir carreiras literárias e científicas. Monopolizara, portanto, Portugal toda a instrução e toda a literatura; bem que um ou outro engenho ilustre isolada e modestamente vegetasse nas colônias.

Com a independência iniciou-se no Brasil um movimento, um impulso mais ou menos original ou nacional. Januário da Cunha Barbosa, o Visconde de Pedras Brancas, Marquês de Paranaguá, Paulo José de Melo, o Padre José Maria Nunes Garcia, Frei Francisco de Montalverne, Visconde de S. Leopoldo, Joaquim Gonçalves Ledo, Monsenhor Araújo Pizarro, nobilitaram-se nas ciências e letras e nas artes.

A escola de belas-artes fundada por D. João VI no Rio de Janeiro preparava discípulos que a honrassem. Dominava ainda nas letras o influxo clássico, a subserviência a uma tal qual imitação dos modelos que a antiguidade grega e romana legara e cujos escritos eram reputados manifestações mais sublimes do engenho e do gosto. Quem ousava ainda em Portugal e Brasil desacatar regras respeitadas pelos retóricos de França, de Itália, de Espanha e da própria Inglaterra no correr do século XVIII? Tarde e já depois da revolução de abril de 1831, é que o romantismo iniciado na Alemanha, e aceito em toda a Europa se foi introduzindo no Brasil, abandonando as ficções envelhecidas e caducas do Parnaso, das Musas, da mitologia, dos deuses que reinavam no Olimpo.

Na menoridade de D. Pedro II, formou-se a nova escola pela nova geração. Evaristo Ferreira da Veiga, Domingos José Gonçalves de Magalhães,<sup>90</sup> Manuel de Araújo Porto Alegre,<sup>91</sup> José Maria do Amaral, Manuel Odorico Mendes, Francisco Adolfo Varnhagen,<sup>92</sup> José Francisco Lisboa, Antônio Gonçalves Dias, Francisco de Sales Torres Homem, Justiniano José da Rocha, constituíram-se seus representantes nas diversas regiões em que o saber e o talento se espraivavam.

À época posterior do governo de D. Pedro II pertencem José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, Fagundes Varela, Junqueira Freire, Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Joaquim Norberto de Sousa e Silva, Bernardo Guimarães, Escragnole Taunay,<sup>93</sup> Castro Alves, João Cardoso de Meneses,<sup>94</sup> Francisco Otaviano, Pedro Américo, Carlos Gomes, Vítor Meireles, Freire Alemão, Machado de Assis e outros varões distintos.

Não inscrevo meu nome ao lado dos destes últimos, bem que os acompanhasse em publicação de obras literárias e históricas, e com eles convivesse fraternalmente. Reconheço que muito me avantajaram nos dotes do espírito. Resgato, todavia, uns direitos lembrando-lhes os

---

90 Visconde de Araguaia.

91 Barão de Santo Ângelo.

92 Visconde de Porto Alegre.

93 Visconde de Taunay.

94 Barão de Paranapiacaba.

nomes à gratidão de seus compatriotas, e da geração que lhes sucedeu e seguiu-os na carreira brilhante, que tinham percorrido.

Percebia-se que se infiltravam as luzes por todos os povos, que uma literatura autônoma se manifestava em livros e em escritos confiados aos prelos, e que os brasileiros podiam ufanar-se de ombrear com seus ascendentes portugueses, no cultivo de sua formosa língua, nos estudos das ciências e no gosto das belas-artes.

Não posso olvidar que concorrera poderosamente para a expansão literária, que no país se espraiava, um livreiro francês, Bernardo Luís Garnier, que se estabelecera no Rio de Janeiro, e empenhou-se em editar não somente clássicos portugueses, cujas obras escassas apareciam no mercado, e que se deviam reputar exemplares para desenvolver o gosto literário, e a vernaculidade da língua, como eram Manuel Bernardes, Fernão Mendes Pinto, Garcia de Resende, e João Lucena, como igualmente composições de brasileiros que se tinham distinguido sob o regime colonial, como Gonzaga, Alvarenga Peixoto, Silva Alvarenga, Frei S. Carlos, Santa Rita Durão, José Basílio da Gama, e Cláudio Manuel da Costa. Imprimiu igualmente as composições de quase todos os escritores novos do tempo do Império, cujos nomes tenho referido, e cujos escritos os tornaram conhecidos e apreciados.

Vivia-se já por fim em um redemoinhar de gozos literários, agradável, suave, e auspicioso; excitavam-se e alargavam-se as inteligências com a rivalidade e a concorrência dos talentos, e com os aplausos do público.

Revelava-se o Imperador estremecidamente interessado aos progressos morais e materiais do país, visitava escolas de ensino, animava a cultura das ciências, das letras e das artes, comparecia às conferências que se efetuavam no edifício público da freguesia da Glória, e às sessões do Instituto Histórico e Geográfico, que tem publicado documentos, e memórias antigas e modernas de importância histórica e geográfica.

Tempos idos, que parecem quase fabulosos atualmente! Recordando-os, cortam-me o coração saudades encantadoras e inexprimíveis prazeres do espírito. Felizmente o talento não morre, bem que por vezes permaneça oculto, e no solo brasileiro brota constantemente.

O ano de 1876 correu pacificamente no Império. O gabinete esforçava-se em bem-servir o país usando das autorizações que obtivera

do Parlamento para melhorar os ramos da administração pública. A augusta Princesa procedia corretamente na sua segunda, como o praticara na sua primeira regência, sob um regime constitucional, e conquistava sinceras simpatias pelas suas maneiras delicadas e graciosas.

Publicados os regulamentos para a execução da lei reformadora do sistema eleitoral, fixou o gabinete dia para o pleito, e recomendou aos seus delegados que não interviesses na luta

Desde que findou a época da menoridade, um único pensamento apoderou-se dos brasileiros, no consoante às pelepas eleitorais: estudar mesmo na mais mesquinha paróquia do interior das províncias o modo de sofismar os processos da eleição. Abrira-lhes o exemplo dado pelo primeiro Ministério da maioridade, e desde então quase sempre applicaram-se os partidos à duplicata e falsificações de atas e diplomas. Prestava-se o sistema de sufrágio universal e indireto a toda a espécie de tropelias e manobras, e fora afinal geralmente condenado. A nova lei, conservando a eleição primária dos eleitores pelo sufrágio universal, prestava-se igualmente à fraude e à violência que apenas se reprimiam com listas incompletas de candidatos. Onde puderam, dividiram portanto os votos para excluir e nulificar o terço concedido às minorias.

Não podia a nova lei, logo em seu princípio, evitar repetições de abusos e maus exemplos.

Conseguiu, todavia, o Partido Liberal mandar à Câmara eletiva dezesseis de seus deputados, posto que lhe competisse eleger vinte cinco, e só províncias como Pernambuco e Rio de Janeiro, onde muito superior era o número de adeptos, não elegeram um só opositorista.

O sistema representativo é o mais belo, liberal e patriótico que o espírito humano tem inventado e a experiência provado. O povo manifesta a vontade por que quer ser governado. É indispensável, porém, que se respeitem todos os direitos, e predomine toda a liberdade do voto. Monarquias constitucionais ou repúblicas, precisam de uma verdade eleitoral para se não desprestigiarem, para não fundarem o absolutismo dos governantes, para se não tornarem piores que os ditadores. A moralidade e a honestidade são condições essenciais para viverem e prosperarem. Sem eleições livres não se sustenta o governo representativo.

A estabilidade das instituições da Grã-Bretanha, a liberdade que ali se goza, o patriotismo em que se inspiram os seus habitantes, a



excelente administração do país, derivam da verdade da eleição da Câmara dos Comuns, ou Deputados, produto da luta dos partidos pleiteantes e fora de toda a interferência e ação do Governo.

Desacredita-se o sistema parlamentar, que deve ser aliás a verdadeira orientação política dos governos, e dos povos, que não querem entregar seus destinos ao arbítrio, ao capricho e à prepotência com as fraudes e violências.

Não pôde haver sessão de legislatura no ano de 1876, ocupado todo na elaboração, e publicação dos regulamentos da nova lei eleitoral que se organizava.

No dia 1<sup>o</sup> de fevereiro de 1877 é que se instalou a primeira sessão da legislatura eleita pela lei de reforma de 1875.

Leu a Princesa Regente a fala do trono. Depois das notícias habituais acerca das relações com as potências estrangeiras, lamentava que as despesas públicas que se tinham consignado no orçamento vigente houvessem sobrepujado a receita de modo a deixar um déficit de considerável importância. Recomendava adiamento das que, embora decretadas e úteis, não exigiam urgência de execução.

O Governo esmerava-se em economizar, mas carecia da coadjuvação do Parlamento para novos empreendimentos materiais. Pedia recursos de receita igualmente para equilibrar-se o orçamento, e poder o Tesouro satisfazer os encargos e compromissos que se haviam anteriormente decretado e que não fossem suscetíveis de ab-rogar-se.

Providências financeiras constituíam as mais terminantes necessidades da conjuntura difícil e melindrosa em que o Tesouro público se estorcia.

A oposição liberal representada na Câmara dos Deputados iniciou imediatamente hostilidades ao Ministério, combatendo-o com empenho e energia. Martinho de Campos, Gaspar da Silveira Martins, Afonso Celso, tornaram-se seus próceres na tribuna da Câmara eletiva, e no Senado Zacarias de Góis e Nabuco de Araújo. Ambos os partidos pleiteantes consideravam desmoralizada a lei da representação das minorias e apelavam para o sistema direto, e por distritos, a fim de ver o país mais fielmente representado. O ministro da Fazenda não trepidou em asseverar que lhe não agradava a lei, que aceitara em consequência

da urgência de decretar-se uma nova com que se efetuasse a eleição, como ensaio, não como disposição permanente, e que em tempo conveniente e durante a legislatura que funcionava, levantaria a questão do sufrágio direto.

Conseguiu todavia o Gabinete que se cortassem no orçamento despesas que podiam ser adiadas, que se modificassem impostos para socorrer a receita desfalcada pela exageração de dispêndios decretados, e que se autorizasse o Governo a efetuar operações de crédito por meio de dívida consolidada que lhe produzisse o indispensável equilíbrio.

Como se não havia emitido papel-moeda, e desde o Ministério de 1871 se não continuasse na sua amortização conforme planejara e executara Rodrigues Torres, suspendera o câmbio seu curso ascendente que quase havia atingido o padrão monetário. Com os excessivos gastos, porém, do Tesouro, e seus consideráveis déficits, empreendendo em exagerada escala obras públicas e de viação, começará já a declinar. Neste terreno firmou Vanderlei seus planos econômicos, esforçando-se por manter o valor da moeda em circulação, e mesmo elevá-lo, logo que fosse regularizada e equilibrada a situação das finanças públicas. Não se lhe pôde regatear elogios na administração, que conseguiu melhorar paulatina e razoavelmente.

Visitara no entanto Sua Majestade a grande república do norte da América, presenciara a exposição de Filadélfia, conquistara afeições e simpatias dos ianques, e transferira-se para a Europa. Restabelecera a Imperatriz sua saúde com a mudança de ares e variedade de vida.

Antes que as Câmaras houvessem concluído sua missão anual, regressaram o Imperador e a Imperatriz para sua pátria, findou-se a regência da Princesa D. Isabel, e assumiu Sua Majestade as funções da realeza.

Em pessoa encerrou o Parlamento, e declarou-lhe que se confessava penhorado não somente pelas demonstrações de fervorosa simpatia com que havia sido acolhido pelos governos e povos das nações estrangeiras, como pelas dos brasileiros das províncias em cujos portos fizera escala o paquete em seu regresso ao Rio de Janeiro.

Patenteou a Luís Alves de Lima particular estima, mas tal qual frieza se lhe divisava no rosto e nas palavras ao tratar com os membros do Ministério, que desde logo perceberam que Sua Majestade não voltava contente aos pátrios lares.

Correram mesmo no público boatos fundados ou infundados de que não tinham agradado a Sua Majestade alguns atos de somenos importância praticados pelo Ministério. Uns falavam em títulos mobiliários e em condecorações honoríficas a indivíduos aos quais o Imperador recusara sempre atender. Diziam outros que o fato de incluir-se um ministro em lista senatorial de província estranha, e de ser portanto escolhido com detrimento de naturais e legítimos candidatos da terra, lhe provocara na Europa profundo desgosto. Pareciam, porém, mais acertar, os que conheciam quanto Sua Majestade contrariava o sistema de eleição direta, pensando que o Ministério perdera a confiança imperial por ter francamente declarado Vanderlei na Câmara que se dispunha a propô-la nas sessões imediatas.

Fosse o que fosse, certo é que não faltaram noticiadores que afirmaram ter ouvido a Sua Majestade dizer claramente, antes de desembarcar, que não intervieria enquanto ausente em ato nenhum do Ministério.

Luís Alves de Lima pediu respeitosamente a Sua Majestade sua exoneração de ministro e presidente do Conselho, alegando suas moléstias, idade e necessidade de descanso, desoprimido de cuidados do Governo. Lembrou todavia a Sua Majestade que o Ministério podia continuar com a mesma orientação política, transferindo-se a presidência do Conselho a Vanderlei que se demonstrara habilíssimo – em todos os ramos da administração pública.

Recusou-lhe o Imperador a demissão, e reclamou de seu patriotismo que continuasse seus serviços.

Permaneceu o ministério em seu posto, durante os meses de setembro, outubro e novembro.

Agravaram-se, porém, em dezembro os incômodos de Luís Alves de Lima, e ele teve de suspender o exercício da administração da Guerra, de faltar ao despacho em S. Cristóvão, e de solicitar de Sua Majestade a transferência do cargo a outro colega do Gabinete.

Renovaram-se por muitos dias os boatos anunciando a queda do ministério.

Pelo meado do mês de dezembro, dirigiu-se Sua Majestade à residência de Luís Alves de Lima no intuito de vê-lo e visitá-lo.

Recebeu-o Luís Alves de Lima com todas as distinções e honrarias, e conheceu Sua Majestade que efetivamente o acabrunhavam doenças, que o impossibilitavam de todo o trabalho e fadiga. Implo-rou-lhe de novo Luís Alves de Lima sua exoneração, e convencido de que o Gabinete era o mais apropriado para as circunstâncias, repetiu-lhe o conselho de que continuasse a governar, sob a presidência de João Maurício Vanderlei.

Respondeu-lhe Sua Majestade que meditaria a respeito, e retirou-se para S. Cristóvão.

Dias depois mandou chamar Paulino de Sousa Júnior, que era o presidente da Câmara dos Deputados, e exigiu sua opinião acerca das necessidades da situação.

Não hesitou Paulino de Sousa em declarar que, qualquer que fosse o Ministério, não podia esquivar-se a reformar a lei de eleições e a estabelecer o sistema direto e censitário.

Objetou-lhe o Imperador as dificuldades de tal programa; por uma lei ordinária ofendia-se a Constituição do Império, que estatuiu que os direitos políticos somente pelos trâmites de uma Constituinte poderiam ser alterados; pela reforma constitucional deviam-se temer perigos por causa do precedente de 1834 a respeito do Ato Adicional, que foi resolvido, publicado e executado como lei do país sem a intervenção do Senado e nem sanção da Coroa.

Replicou-lhe Paulino de Sousa Júnior que não considerava direito político o voto do cidadão, e pois podia ser modificado por lei ordinária. Entre seus argumentos lembrou que se haviam decretado incompatibilidades, deputados de província por deputados de distrito, e representação das maiorias, por meio de listas incompletas, e essas providências ofendiam decerto o direito eleitoral.

Ordenou-lhe Sua Majestade que voltasse a S. Cristóvão no dia imediato e prevenisse Sousa Ramos, presidente do Senado, para conferenciam na mesma ocasião em sua presença.

Obedeceu-lhe Paulino de Sousa Júnior, e à hora e dia aprezados ele e Sousa Ramos compareceram. Sua Majestade lhes anunciou desejar ouvir-lhes as opiniões, no caráter de presidentes das duas casas do Parlamento, de representantes das suas maiorias, e de conhecedores igual-

mente das idéias da oposição, a fim de esclarecer-se inteiramente no tocante às necessidades da ocasião.

Opinou Sousa Ramos pela reforma da lei eleitoral e pela decretação do sistema direto e censitário. Não fazia cabedal do modo de resolver o assunto, quer pela reforma constitucional, quer por lei ordinária. Terminou dizendo que era urgente e indispensável abolir a eleição indireta, fixar um eleitorado inteligente e estável, que único poderia prestar garantia à verdadeira expressão do país.

Paulino de Sousa Júnior continuou a sustentar que se podia efetuar a reforma sem que fosse pelos trâmites constitucionais. Demorada foi a conferência. Não deixou o Imperador, todavia, que se lhe percebesse o menor pensamento que lhe assaltasse o espírito. Retiraram-se do paço os dois presidentes.

No dia seguinte, escreveu o Imperador a Luís Alves de Lima uma carta comunicando-lhe que ouvira os presidentes das duas Câmaras do Parlamento; que se convencera de que era imprescindível a reforma do sistema eleitoral indireto, e que lembrado de que a idéia partira do Partido Liberal, bem que posteriormente abraçada pelos conservadores, resolvera confiar a Cansação de Sinimbu a organização de um novo Ministério.

Ordenava-lhe, portanto, que o convidasse para comparecer em S. Cristóvão<sup>95</sup> e concedia a demissão a Luís Alves de Lima e ao resto do Ministério.

Geral foi o espanto público. Não tinham sido os conservadores que reformaram as leis judiciárias, da Guarda Nacional e do recrutamento, contra as quais levantaram os liberais os primeiros gritos de oposição? Notava-se na história política do Brasil, sob o reinado de D. Pedro II, que os liberais apregoavam a necessidade de reformas, mas que chamados ao poder, pela divergência de idéias dos principais arautos e campeões do partido, nunca tinham conseguido realizar suas idéias.

Não fora antes pretexto, que respeito de princípios, o procedimento de Sua Majestade? Não oferecia comentários diversos à curiosidade pública?

---

95 Expressões da carta.

.....

X  
*De janeiro de 1878 a março de 1880*

**T**RATAVA-SE além disto de uma reforma que ambos os partidos desejavam. No Brasil, a mudança de partido na administração pública acarretava uma crise geral, porque era excessiva a cópia de funcionários sujeitos ao Governo, e as exonerações não eram poupadas por aquele que assumia a suprema autoridade, para satisfazer seus adeptos. As presidências de província, a magistratura, a polícia, a Guarda Nacional dependiam imediata e diretamente do Governo, e eram instrumentos de suas opiniões e vontades.

Alterava-se, portanto, com a mudança da situação política toda administração, quando a maioria do Senado, do Conselho de Estado, da Câmara dos Deputados ultimamente eleita, das municipalidades dos juizes de paz no Império, pertencia ao Partido Conservador, ainda que disposto a promover a reforma eleitoral, tão ardentemente reclamada pela opinião pública e por ambos os partidos.

Cansação de Sinimbu se não achava então na capital do Império; residia na Vila de Nova Friburgo, sita na província do Rio de Janeiro. Alvorçou-se ao receber telegrama de Luís Alves de Lima participando-lhe que Sua Majestade o chamava para organizar novo Ministério. Não contava, decerto, que quando seus adversários políticos

provavam pujança de força, chegasse a vez do Partido Liberal para assumir a administração suprema do estado.

Partiu incontínenti de Nova Friburgo, e correu para S. Cris-tóvão a receber as ordens de Sua Majestade.

Disse-lhe o Imperador que concedera demissão ao Ministério presidido por Luís Alves de Lima, porque convencido de que era urgentemente reclamada pela opinião pública a adoção do sistema eleitoral direto, em substituição ao de dois graus, aquiescia, como soberano constitucional à vontade da nação tão claramente manifestada; que tendo sido os liberais os primeiros preconizadores de idêntica reforma, entendia que devia encarregá-los de efetuá-la, e escolhia Cansação de Sinimbu, como presidente do Clube Liberal, fundado no Rio de Janeiro, para colocar-se à frente de um Gabinete, cujo programa fosse esse exclusivamente.

Respondeu-lhe Cansação de Sinimbu que agradecia a honra que Sua Majestade lhe dispensava, e aceitava a missão de que desejava incumbi-lo.

Conferenciou-se então sobre o modo, por que seria a proposta redigida. Os escrúpulos constitucionais de Sua Majestade lhe proibiam se adotasse o princípio de lei ordinária; a reforma devia ser, portanto, apresentada como referente à Constituição, e votada autorização à futura Câmara dos Deputados para com poderes de constituinte definitivamente resolvê-la.

Declarou-lhe Cansação de Sinimbu, que não partilhava os escrúpulos do Imperador, mas que respeitando-os e não fazendo cabedal de meios para conseguir o fim, aceitava a idéia de Sua Majestade.

Não parou ainda aí o acordo. Pensava o Imperador que a autorização devia ser restritamente aplicada aos artigos da Constituição destinados à reforma, e que, desprezado o precedente de 1834, o que ela deliberasse se sujeitaria à aprovação do Senado e à sanção da Coroa.

Cansação de Sinimbu se não opôs às opiniões do Imperador; fez-lhe, todavia, sentir que tudo dependia das circunstâncias, e que restrito o programa do Gabinete que organizasse a reforma eleitoral reclamada por ambos os partidos, conviria requerer à Câmara dos conservadores que funcionava, a autorização para a futura constituinte, a fim de poupar-se repetição de dissoluções, ato que a Constituição admi-

tia como medida de salvação do Estado. Quando a Câmara dos conservadores lha recusasse, caberia então o apelo para a nação, convocada a eleger outra que exprimisse sua vontade.

Despediu-se do Imperador Cansação de Sinimbu, autorizado por sua Majestade a escolher companheiros para um Ministério por ele presidido, cujo programa político ficava assentado na conferência com que fora honrado.

Difícil e melindrosa missão aceitara Cansação de Sinimbu. Carecia de muita autoridade e jeito para impor a seu partido a reforma eleitoral, pelos trâmites da Constituição.

Uma lei ordinária fora por ele geralmente apregoada, e devia necessariamente encontrar relutâncias e oposições pretender demorar a solução com a convocação de uma Assembléia Constituinte.

Embaraços lhe não faltaram igualmente quando precisava de conservar em seus postos os deputados liberais que tinham assento na Câmara, em consequência das listas incompletas para a representação das minorias. Como confiar na reeleição, quando haviam unicamente recebido os sufrágios de um terço do eleitorado?

Única, a província do Rio Grande do Sul conseguira maioria de eleitores liberais, e somente em seus deputados depararia quem pudesse ser reeleito.

Ouviu seus amigos políticos acerca de seus planos. Era Zacarias falecido; os arautos do Partido Liberal que ainda existiam no Senado prometeram auxiliá-lo. Reservou a pasta da Fazenda para Gaspar da Silveira Martins, que não podia temer ao resultado das urnas na sua província, e a da Guerra para o General Osório, no ano anterior elevado ao cargo de Senador do Império. Residiam ambos no Rio Grande do Sul. Telegrafou-lhes, pedindo-lhes os serviços, e a vinda à capital, a fim de se empossarem das mencionadas repartições. Lembrou-se de Domingos de Sousa Leão,<sup>96</sup> seu predileto amigo, e residente em Pernambuco, para a pasta de Negócios Estrangeiros, e convidou-o pelo mesmo modo.

Guardada para si, além da presidência do Conselho, a pasta da Agricultura, confiou a Lafaiete Rodrigues Pereira a da Justiça, e a da Marinha a Eduardo de Andrade Pinto, apresentado e protegido pelo

---

96 Barão da Vila Bela.



Senador Francisco Otaviano. Faltava-lhe preencher a do Império, e empenhava-se em ter por colega José Bonifácio, lente da Faculdade de Direito de São Paulo. Incumbiu a Leôncio Carlos de Carvalho, amigo particular de José Bonifácio, que lhe comunicasse sua escolha, e conseguisse seu consentimento.

Alguns dias decorreram antes que se publicasse a lista dos novos ministros, à espera de respostas dos quatro designados e ausentes. Assentiram-lhe os desejos Osório, Gaspar Martins, e Sousa Leão. José Bonifácio, porém, recusou-se, e então Cansação de Sinimbu, fatigado com as delongas, propôs para a pasta do Império o jovem emissário que fora encarregado de convidar a José Bonifácio.

A 5 de janeiro lavraram-se os decretos de nomeação dos novos ministros, bem que interinamente ainda exercidas as três pastas dos titulares enquanto estes se não apresentavam no Rio de Janeiro.

Bem não iniciara o Gabinete seus trabalhos, e já surgia uma questão que quase produziu uma crise em seu seio. Gaspar da Silveira Martins precisava de recursos pecuniários para continuar a socorrer algumas províncias do Norte, assoladas por uma demorada e ardente seca, que tinha irrompido no ano anterior, e que lhes acarretava a penúria e a fome. Milhares de famílias de lavradores e criadores inúmeros de gados haviam perdido suas plantações, e visto desaparecer todos os recursos de suas indústrias. Clamavam por auxílios populações inteiras de municípios e comarcas, temerosas de perecerem à mingua. Propôs Silveira Martins em conferência de ministros a emissão de sessenta mil contos em papel moeda, em vez de emissão de apólices, ou de bilhetes do Tesouro que era autorizada pelo orçamento.

Objetou-lhe Cansação que em vez de empregar uma medida ilegal, para a qual o Governo se não investia de autorização do corpo legislativo, se lançasse na circulação um empréstimo por meio de emissão de apólices, ou de bilhetes do Tesouro a prazo e a juros, conforme as disposições do orçamento que vigorava.

Não demoveu-se Gaspar Martins de seu propósito; dizia que, dívida por dívida, mais proveitosa era a que não pagava juros; e colocou a proposta em questão de Gabinete, decidido a exonerar-se, caso seus colegas à não aprovassem.

Cedeu-lhe Cansação de Sinimbu, bem que em demasia contrariado, no intuito de não prejudicar a força moral do Gabinete, com a retirada de um de seus mais importantes membros quando ainda principiava a administrar os negócios públicos.

Adotada a medida de emissão de papel-moeda notou-se que uma Câmara de adversários, apenas reunida, acusaria o ministro pela arbitrariedade e ilegalidade do ato praticado. Como salvá-lo de um processo regular conforme a Constituição?

Renunciou-se, portanto, logo a uma das condições do programa ministerial, a qual consistia em reclamar da Câmara que funcionava autorização para a futura tornar-se constituinte e votar a reforma eleitoral direta. Sendo impossível, na hipótese da emissão de papel-moeda, apresentar-se ao Parlamento, resolveu o Gabinete pedir ao Imperador a dissolução da Câmara eletiva.

Satisfez Sua Majestade à exigência do Ministério.

Por decreto de 11 de abril foi a Câmara dos Deputados dissolvida. Logo após, a 15 do mesmo mês, publicou-se o decreto para a emissão de sessenta mil contos em papel-moeda, destinados às despesas extraordinárias com os socorros reclamados pelo Norte do Império.

Não tardou o mercado monetário em ressentir-se. Atirado na circulação novo papel-moeda, quando o já existente pesava por superabundante, seguiu-se a tendência gradual da baixa do câmbio, e da subida dos valores de todos os gêneros. Os espíritos populares mais esclarecidos pela experiência dos negócios manifestaram incontinênti suas apreensões.

Compreende-as por seu lado Gaspar Martins, ao emitir a primeira soma de vinte e oito mil contos em papel-moeda, suspendeu a operação e recorreu a empréstimo por emissão de apólices. Como as circulantes a juro de 6% tinham ágio notável sobre seu valor, pensava que ao par poderia vender novas ao juro ano de 5%. Suas negociações a respeito falharam, todavia, e travaram-se contestações e recriminações com o Banco do Brasil e vários banqueiros, porquanto a oferta do preço não excedeu a noventa por cento, quanto à emissão total de trinta mil contos, e a noventa e dois, caso se retalhasse. Desesperado com os resultados de seu plano, resolveu emitir ao par na razão do juro de 6%, excluído da operação o Banco do Brasil, contra o qual se agastara.

Aplicou o Ministério seus cuidados à eleição da nova Câmara. Mudados todos os presidentes e chefes de polícia das províncias, delegados, subdelegados e inspetores de quarteirão; removidos muitos magistrados de umas para outras comarcas, de uns para outros termos; transformado todo o pessoal administrativo, reformados os alistamentos de votantes das paróquias, e executadas todas as providências para a conquista das urnas e vencimento do pleito, não podia restar dúvida de que a grande maioria dos conservadores desapareceria da cena política.

Aparecia, porém, uma dificuldade para excluir totalmente da Câmara os adversários; era a disposição legal da representação das minorias em consequência das listas incompletas.

Não esmoreceram o Gabinete e seus aderentes diante de semelhante empecilho. Com a polícia, com a Guarda Nacional, com o Exército de empregados públicos, que se movem ao aceno do Governo, trataram os liberais de conquistar as mesas eleitorais das paróquias. Expeliam Juizes de Paz e membros legais pela violência e tumultos suscitados, e a eleição de eleitores converteu-se em verdadeira ficção, pois que nem se permitiu a representação das minorias, e as listas com liberais se completavam exclusivamente.

A estratégia que na anterior eleição fora desempenhada em algumas paróquias e províncias, admitida agora como princípio normal, produziu uma Câmara unânime do partido dominante.

Não faltaram reclamações, protestos, provas de duplicatas de atas, de falsificações de documentos e diplomas, que a imprensa conservadora publicou, e que inutilmente se remeteram à Câmara que tinha de reconhecer os diplomas dos deputados eleitos. Tudo desdenhou-se, desprezou-se, rejeitou-se, e a nova Câmara, nas sessões preparatórias, sancionou todas as violências e fraudes, e proclamou a unanimidade do seu partido.

Quase todos os presidentes de províncias haviam sido eleitos deputados. Entendeu o Gabinete conveniente dispensá-los dos cargos e nomear novos administradores para substituí-los.

Eduardo de Andrade Pinto não aquiesceu à exoneração do de sua província, que era a do Rio de Janeiro, e a conselho de Otaviano, seu protetor e chefe provincial, solicitou sua demissão. Aceitou-a Cansansão

de Sinimbu, e perdeu logo, não somente um de seus colegas, como o auxílio poderoso de Otaviano que se declarou desgostoso dos ministros.

Para amontoar estorvos à marcha ministerial, raiavam ainda notável divergência, azedas discussões, recíprocos doestos entre Silveira Lobo, presidente de Minas, e Cansação de Sinimbu. Procederam de providências no tocante a interesses materiais que o ministro da Agricultura havia decretado.

A 15 de dezembro de 1878 abriu-se oficialmente a assembléia geral dos representantes da nação.

A fala do trono referia que a seca que rebentara em algumas províncias do Norte do Império, e particularmente na do Ceará, continuava com intensidade; os campos tinham perdido toda a vegetação, e os rios secado inteiramente, morrido os gados, destruída toda a plantação, e reduzidos à miséria e à fome os habitantes; duplicavam-se, quadruplicavam-se as despesas para socorros, em gêneros de alimentação, e em transferência de multidões de gente para localidades onde pudessem trabalhar e subsistir; afiançava-se contudo que o Governo não pouparia esforços para mitigar males tão lamentosos. Acrescentava que as rendas públicas não bastavam para os gastos ordinários que se tinham decretado com melhoramentos do país, e urgente tornava-se que o Parlamento dotasse o Tesouro com novos recursos a fim de poder-se equilibrar o orçamento. Terminava expondo o programa do Gabinete. Julgava condenado pela opinião pública geral o sistema eleitoral indireto, e exigia reforma urgente para o direto, por meio dos trâmites constitucionais, visto que se tratava de alterar direitos políticos dos cidadãos.

Logo que a Câmara dos Deputados começou a funcionar, compareceu em seu recinto o presidente do Conselho, e depois de referir o que se passara para a organização do Gabinete, e a resolução de Sua Majestade de atender sempre à opinião pública claramente manifestada, pelo que cedera de suas opiniões contrárias ao sistema eleitoral direto, declarou que aceitara o poder para obedecer ao chefe da nação, e respeitando seus escrúpulos constitucionais, adotara o programa da eleição direta por meio de autorização de uma para outra legislatura a fim do decretar-se definitivamente. Secundários eram os meios, e necessário e urgente o fim, e pois esperava que seu partido o apoiasse com franqueza e lealdade, deixando de parte opiniões aliás sensatas de que se pode-

ria votar por lei ordinária, e não haver necessidade de se cumprirem os trâmites fixados na Constituição do Império.

Usou o ministro da Fazenda imediatamente da palavra, ansioso de expor a seus colegas os motivos por que adotara o programa do Gabinete. Sustentou que era de exclusiva atribuição da Coroa nomear ministros, e que com razão louvável transferira o poder de um para outro partido, em homenagem à opinião pública e ao sistema constitucional, pois que conquanto acordos os partidos na reforma eleitoral, pertencia a prioridade da idéia ao Liberal, e devia ser quem a executasse. Pareceu-lhe de bom conselho respeitar os escrúpulos constitucionais da Coroa sobre o modo de decretar-se esta providência, visto como pouco importavam os meios contanto que o fim fosse atingido. Confessou que cometera ilegalidades e citou sua deliberação de emitir papel-moeda, e para seus atos pedia um *bill* de indenidade. Defendeu-se com a falta de recursos pecuniários imediatos e menos prejudiciais, preferindo salvar a nação de preferência a cumprir leis que não tinham investido o Governo com meios prontos e indispensáveis. As despesas extraordinárias urgentes para socorrer as províncias do Norte devastadas pela horrível seca que as tinha reduzido à extrema penúria, exigiam dinheiro de contado, e por meio de emissão de apólices se não conseguiria com a presteza necessária. Comparou-se ao lavrador que nos perigos larga a enxada, a foice, o machado para empunhar a carabina, a espada, a lança, e dar a vida pela pátria.

Aproveitou a ocasião para responder a tópicos de um discurso pronunciado no Senado por Vanderlei, seu antecessor no Ministério da Fazenda, e com a mais rude violência de linguagem, não somente agrediu aquele senador acoimando de arguciosas suas opiniões, como a Silveira Lobo por ter-se oposto, como presidente de província, às ordens do Governo. Concluiu sua oração comparando o Senado à corporação de inválidos incapazes de compreender e remediar as necessidades públicas, e cuja vitaliciedade de cargo cumpria quanto antes se extinguir para que se firmasse o verdadeiro sistema representativo.

Pareceu Gaspar Martins a muitos deputados, não o orador que no cargo de ministro devia dar exemplos de moderação de palavras, de frases e conceitos, mas o tribuno fogoso da oposição, que certo de irresponsabilidade, não trepidava em proferir doutrinas de destruição,

em vez de propor medidas de conciliação que serenassem os espíritos, e lograssem reais vantagens para sua autoridade.

Deputados de Minas responderam incontínenti a Gaspar Martins, defendendo Silveira Lobo e estigmatizando as palavras de um ministro que tão inesperadamente iniciava o ataque contra os próprios amigos políticos.

Martinho de Campos mostrou-se espantado do discurso do ministro da Fazenda. Ministerial como se patenteava, não podia contudo ouvir tranqüilo que se travasse luta entre as duas casas do Parlamento, e deputados e senadores se dirigissem mutuamente apodos desairosos quando se deviam respeitar de preferência para a força moral dos dois ramos do Parlamento. Exprobava ainda as ameaças de reforma do Senado, e provou quanto a experiência lhe ensinara para de preferência a tribuno falar linguagem de verdadeiro estadista. Como mineiro colocava-se ao lado de Silveira Lobo, e censurava o presidente do Conselho e ministro da Agricultura de haver exautorado e prejudicado sua província em questões que, não ao governo geral, mas ao provincial competiam exclusivamente.

Resultou do debate que muitos deputados liberais se separaram do Ministério, se colocaram em oposição a seus atos e orientações administrativas. A cisão irrompida não amedrontou logo o Ministério, porque compreendia apenas uma dúzia de adversários.

Daí em diante, contudo, mais particularmente que nenhum outro ministro, sofreu Gaspar Martins censuras dos seus partidários liberais, às quais não deixava de responder com altivez e tom autoritário, e crespas e por vezes insultuosas se tornaram as pugnas travadas. Ao afirmar que o Governo é que devia impor à Câmara suas opiniões, pois que o poder era o poder, e se não subordinava a caprichos de deputados, tremenda celeuma de vozes desesperadas ergueu-se contra o ministro, estigmatizando-o de arbitrário, absoluto e adverso às doutrinas de seu próprio partido, que não admitia mandões e respostas, e menos ainda menosprezo dos verdadeiros princípios e foros dos regimens parlamentares.

Tratando-se em uma sessão de decretar condições e favores a bancos de crédito real, recomendados pelo presidente do Conselho que entendia conveniente garantir-lhes o Tesouro auxílios para a agricultura, Gaspar Martins, na qualidade de ministro da Fazenda, opôs-se à inter-

venção do Governo em prol de estabelecimentos particulares. Notadas as contrariedades das opiniões de Gaspar Martins e do presidente do Conselho, cuidaram os dissidentes de explorá-las e azedá-las. Quando cada vez mais recrudesciam debates desagradáveis e por vezes causadores de tumultos, no seio da representação nacional, uma notícia impressionou geralmente o público no dia 9 de fevereiro.

Soube-se que Gaspar Martins e Sousa Leão haviam solicitado e obtido de Sua Majestade demissão de seus cargos de ministros, e que tinham sido chamados para substituí-los os Deputados Afonso Celso e Antônio Moreira de Barros.

Tanto o presidente do Conselho, como Gaspar Martins e Sousa Leão, alegaram em discursos posteriormente proferidos e mais ou menos unisonantemente as causas da modificação ministerial.

Examinava o Gabinete em conferência o esboço final da proposta que tinha de apresentar no Parlamento à cerca da reforma eleitoral. Não se concedia direito de votarem e nem de serem votados aos cidadãos acatólicos e aos menores de vinte e cinco anos. Gaspar Martins estabeleceu questão de Gabinete nesta exclusão, e foi acompanhado por Sousa Leão. Cansação sustentou que ambos haviam aquiescido a que se não incluísse a questão, que ficava reservada para ser solvida quando reclamada pelas Câmaras.

Nenhum cedeu, e a crise foi comunicada ao Imperador, que, ouvidos todos os ministros, aceitou a exoneração de Gaspar Martins e de Sousa Leão, dizendo como fineza àquele que se mostrava homem de caráter.

Da frase do Imperador extraiu Gaspar Martins a prova de que procedera coerentemente, e por vezes a repetiu com orgulho e ufania.

Ninguém, porém, acreditou que fossem as dúvidas no tocante à reforma eleitoral a causa verdadeira da crise que se dera no Gabinete. Pela boca pequena corria voz que Cansação de Sinimbu não andava satisfeito com a superioridade que Gaspar Martins blasonava exercer no Gabinete, e que mexericos e adulações avolumavam para indispor os dous ministros. Dizia-se igualmente que Gaspar Martins e o General Osório se haviam inimizado, em consequência de medidas a respeito da província do Rio Grande do Sul, o que os tornava incompatíveis no Gabinete. Não faltava quem pensasse que Gaspar Martins projetava tor-

nar-se o verdadeiro chefe do Gabinete, e impor sempre suas opiniões aos colegas. Como quer que fosse, Cansação de Sinimbu, aproveitou a primeira questiúncula para libertar-se de sua companhia. Como é também costume em idênticas conjunturas, havia quem explicava o cumprimento de Sua Majestade chamando-o de homem de caráter, como meio de o animar a não demover-se do pedido de demissão. Nesse sentido o não tinha tomado Gaspar Martins, e pois folgava de citá-lo em público, como opinião de Sua Majestade a respeito de seu procedimento.

No dia 23 de fevereiro leu o ministro do Império na Câmara dos Deputados a proposta de reforma eleitoral formulada pelo Gabinete.

Na substituição da pasta da Fazenda observou-se incontinenti a discordância de idéias entre Gaspar Martins e Afonso Celso.

O novo ministro consagrava horror ao papel-moeda, e resolveu logo suspender e cancelar a emissão, que não tinha ainda entrado em circulação. Compreendeu a necessidade de sustentar o câmbio, que encontrou já a 18 e 19, quando em janeiro de 1878 oscilava entre 25 e 26. Tratou de empregar outros recursos menos prejudiciais ao comércio, ao Tesouro e aos particulares, lesados sempre com emissões de papel-moeda, que, em vez de satisfazer o mercado, perturba-o, pelo contrário, provocando cada vez mais insaciáveis repetições. Pediu à Câmara acréscimos de impostos, redução de despesas, e autorização para emitir apólices em vez de papel-moeda.

Os assuntos, portanto, de que a legislatura ocupou-se no ano de 1879 cifraram-se exclusivamente na reforma eleitoral e nos orçamentos.

Com dificuldades conseguiu o Ministério da Câmara eletiva que se votasse a reforma eleitoral, admitidas poucas emendas e de so-menos importância, e remetê-la para o Senado.

Ocupou-se depois a Câmara eletiva dos orçamentos.

Modificaram-se impostos e decretaram-se novos. Entre estes últimos figurou um relativo a passagens nos veículos públicos, e estradas de ferro, sobrecarregando-as com mais um vintém para o Tesouro.

A oposição que o Ministério encontrara no Senado incomodava-o constantemente, e muito mais do que a da dissidência liberal da câmara coletiva. De maioria dispunham os conservadores naquela casa do Parlamento, e Vanderlei, Silva Paranhos, Sousa Ramos, Saião Lobato,



Manuel Francisco Correia, subiam à tribuna a todo o instante, e enfraqueciam com seus discursos a marcha do Gabinete.

Combinaram-se os conservadores do Senado para a luta a respeito da reforma eleitoral. Com sua notável hombridade, censurou Vanderlei a proposta apresentada. Para que tantas dissoluções de Câmara, como eram as necessárias a fim de formar-se uma constituinte? E quem poderia desfazer o precedente de 1833 no tocante ao direito exclusivo da Constituinte de votar reformas constitucionais, independente de intervenção do Senado e de sanção da Coroa? Quantos perigos para as instituições, que careciam radicar-se no país, e se não deviam expor a azares de reformas radicais! Não bastava uma lei ordinária para adaptar-se o sistema eleitoral direto? Estavam dispostos a aprová-la ambos os partidos por este meio regular e rápido.

O Ministério no Senado não encontrou defensores decididos de sua proposta. Muitos liberais ligaram-se até aos conservadores, para não aceitarem a reforma pelos trâmites constitucionais. Pensou Cansação de Sinimbu que conquistaria a maioria, ameaçando com a dissolução da Câmara e apelo para o país, a fim de que se impusesse então ao Senado consideração de seu voto, quando à opinião do Governo se recusasse.

Sorriram os senadores ouvindo as palavras do ministro, e nenhum demoveu-se do propósito de rejeitá-la.

Após calorosos debates repeliram-na *in limine* por notável maioria.

No correr, no entanto, dos debates na Câmara dos Deputados, um incidente havia tido lugar, que não deixou de concorrer para o descrédito em que o Gabinete se ia precipitando.

No seu afã de reformar toda a legislação sobre o ensino público, transmitira o ministro do Império instruções ao diretor da Escola Politécnica, ditando-lhe normas de estudo e disciplina dos cursos. Exercia interinamente o cargo o lente mas antigo, na conformidade da lei orgânica da escola, e chamava-se Inácio da Cunha Galvão. Em vez de mandá-las cumprir imediatamente, remeteu-as à congregação dos professores.

Exasperado, o ministro do Império demitiu incontênti o vice-diretor e nomeou o Doutor Sousa Pitanga para substituí-lo no cargo.

Protestaram, porém, os lentes contra a infração da lei orgânica da escola. Tomou a imprensa a peito discutir a questão, e unissonamente condenou o ato do ministro, que não podia exonerar o vice-presidente e nem nomear outro lente para ocupar-lhe o lugar. Estava somente em suas atribuições nomear e demitir os diretores.

Observando Cansação de Sinimbu que imprudentemente resolvera seu colega, propôs-lhe que revogasse os avisos que expedira, e repusesse as causas no seu anterior estado. Podia o ministro suspender, mas não exonerar vice-diretor, ou qualquer lente que lhe desobedecesse a ordens legais; mas, na hipótese, nem desobediência surgira do fato de querer o vice-diretor ouvir a congregação dos professores, incumbida de desempenhar nas aulas as instruções expedidas pela Secretaria do Império.

Não aquiesceu Leôncio de Carvalho, e o presidente do Conselho depois de obter a anuência de Sua Majestade, insinuou-lhe que solicitasse sua demissão de ministro.

Verde ainda em anos e inexperimentado nas peripécias e evoluções da política, planeou Leôncio de Carvalho tirar desforra. Agradava aos estudantes seu sistema de não obrigá-los a comparecimento às aulas e à disciplina no cursos. No dia em que devia o presidente do Conselho dar contas à Câmara dos Deputados da modificação ministerial, amontoaram-se grupos fora e dentro do edificio, e insultaram, vaiaram e ameaçaram tanto Cansação de Sinimbu como seu colega Afonso Celso, a quem particularmente atribuía Leôncio de Carvalho a iniciativa de sua expulsão do Gabinete.

Penetraram dificultosamente no recinto os dois ministros, e ao referir o presidente do Conselho as razões da crise efetuada, romperam as galerias em gritos, exclamações, injúrias e tumultos. Foi necessário ao presidente da Câmara empregar a força pública, e mandar evacuar as galerias de turbulentos, a fim de restabelecer-se a ordem e prosseguirem os trabalhos.

Apaixonado em demasia revelou-se Leôncio de Carvalho, e não poupou em seu discurso de defesa razão ofensiva ao caráter e à dignidade dos ex-colegas.

Cena dolorosa para os amigos do sistema representativo! Logrou, contudo, o presidente do Conselho que a maioria votasse uma

moção de confiança no Gabinete, com que o robustecesse contra as novas agressões que surgiam do acontecimento.

Nenhum sistema político liberta-se das paixões, despeitos, egoísmos e ambições dos homens. Mais francamente se aponta o regime parlamentar em que não raro interrompem mudanças de procedimento e de idéias, transformações de cenário e ligas imprevistas. Embora se escureçam com nuvens carregadas de perigos, produzem, todavia, menores males as borrascas que em seu seio se levantam, do que quaisquer outros sistemas governativos.

Além de duas sessões ordinárias funcionaram as Câmaras ainda um mês extraordinariamente, a fim de votarem a reforma eleitoral, os orçamentos e as leis de fixação de forças terrestres e marítimas. Logo que foram concluídos estes trabalhos, adiou o Governo as Câmaras para abril do seguinte ano, e cuidou o Ministério de regulamentar no intervalo os impostos modificados ou novos, e de preparar-se para em tempo conveniente dissolver a Câmara dos Deputados, na conformidade da declaração que o presidente do Conselho fizera no Senado.

Fatalidades arrastaram, no entanto, o Gabinete para cada vez mais despopularizar-se. A 4 de outubro finou-se o bravo e intrépido soldado, Manuel Luís Osório, ministro da Guerra, e cujo nome prestigiava ainda o Gabinete. Convidou Cansação de Sinimbu para suceder-lhe o Senador Lustosa Paranaguá. Em menos de dois anos de existência, reduzira-se assim o Ministério a dois titulares da sua primeira organização; as demais pastas por vezes se haviam transferido de uns para outros novamente chamados. Comparavam-no os periódicos da oposição a Saturno devorando os filhos.

O ministro da Fazenda patenteava febril atividade no empenho de melhorar as finanças e sustentar o câmbio, que depois da emissão de papel-moeda efetuada por Gaspar Martins não cessara de baixar. Engenhou e praticou uma operação de crédito. Emitiu com facilidade cinquenta mil contos de apólices pagáveis capital e juros em ouro, de renda de 4 ½ por cento, ao portador, e que deviam circular dentro e fora do país. Vendeu-as ao preço de noventa e cinco. Comprometeu-se com o Banco do Brasil a indenizá-los sustentando o câmbio, para que não continuasse exclusivo de bancos estrangeiros, que interessavam em suas oscilações amiudadas. Mandou comprar por conta do Governo

considerável quantidade de café, remeteu-o e vendeu-o na Europa, para que o Tesouro não fosse coagido a tomar letras de câmbio nas praças do Império. Calculou que com este expediente poderia arrostar os males da situação, e garantir o crédito e interesse do país. Infelizmente, das duas últimas operações não tirou resultado satisfatório, porque os remédios fictícios não produzem na maior parte das vezes efeitos vantajosos que salem as moléstias.

Na cobrança de alguns dos novos impostos designados no orçamento, brados desesperados suscitou ainda a população. Deviam começar a receber-se no 1<sup>a</sup> de janeiro de 1880. Um dos que causaram tumultos e ameaçavam sedição parecia à primeira vista de somenos importância, mas ofendia a quase totalidade da população da cidade do Rio de Janeiro, onde funcionavam várias companhias de carruagens que serviam aos moradores. O orçamento lançara sobre cada uma passagem de viandantes, o imposto de vinte réis, além do que pagavam.

Relutaram os passageiros. Travou-se luta entre eles e os empregados encarregados das cobranças. Insultos, brigas físicas, desordens dentro dos carros, quer durante as viagens, quer nas suas respectivas estações. O público expeliu e maltratou o pessoal incumbido de receber a porcentagem acrescida; quebrava carros, feria os animais, e não cessavam os tumultos e alvoroços.

Empregou o Governo a força pública para fazer-se respeitar e obedecer. Converteram-se em sérias desordens os conflitos iniciados. Ofensas físicas, mortes resultaram, e não cessava a violência dos populares; o trânsito impossibilitou-se por dias seguidos, o imposto não se cobrava, porque o não pagavam os viandantes, preferindo abandonar os carros quando a baioneta e a espada da polícia os expulsava.

Era mesquinho tributo, mas ofendia a bolsa de todos os moradores da cidade, e a uns e a outros e por fim a quase todos transmitiu-se como epidemia a resolução de não pagá-lo.

Resolveu o Governo que os empregados das companhias recebessem o imposto acrescido às passagens, e prestassem contas ao Tesouro.

Nenhum resultado logrou-se ainda do modo da cobrança; os empregados das companhias foram insultados, vilipendiados, espancados e repellidos pelos passageiros que lhes não pagavam o vintém do Tesouro.

Novos tumultos, novas violências, novas cenas deploráveis. Não havia mais meio de viajar-se nos carros das companhias, e elas sofriam extraordinariamente em seus interesses.

Dispôs-se uma companhia a não receber o imposto das passagens, mas a pagá-lo ao Tesouro, à custa de suas próprias rendas; as demais, porém, por menos prósperas, não lhe imitaram o exemplo. Como quer que fosse, persistiam as lutas, e a população desesperada de não encontrar veículos de condução unia-se aos promotores das desordens, desaparecia o sossego público e ludibriava-se o Governo. Pagou por fim somente quem quis o imposto e o Tesouro quase nenhuma renda auferiu de sua cobrança.

Quase todo o mês de janeiro duraram estes transtornos da ordem pública, e os moradores da cidade, cada vez mais exasperados, não cediam às recomendações, às ameaças, à polícia e nem ao Exército que foi o Governo por fim constrangido a empregar para dispersar multidões ameaçadoras.

Entendeu o presidente do Conselho, ao principiar o mês de fevereiro, que era chegado o tempo de reclamar de Sua Majestade a dissolução da Câmara, conforme anunciara no Senado.

Magoara-se o Imperador com os distúrbios e desordens motivados pelo imposto do vintém; notara que minguavam os créditos do Ministério, e cada dia mais ele se impopularizava. Opôs dúvidas acerca da oportunidade da dissolução da Câmara. Compreendeu Cansação de Sinimbu que lhe faltava a precisa confiança para governar o país. Solicitou a exoneração do Gabinete, e o Imperador concedeu-a e ordenou-lhe que comunicasse a Limpo de Abreu seus desejos de ouvi-lo no tocante à situação.

Recusou-se Limpo de Abreu a organizar novo Ministério; suas moléstias e seus anos exigiam descanso, e aconselhou a Sua Majestade que incumbisse da missão José Antônio Saraiva, acatado no Partido Liberal que prevalecia na Câmara dos Deputados, e simpatizado pelo Conservador em consequência de suas opiniões moderadas e conciliadoras.

Determinou Sua Majestade a Cansação de Sinimbu que escrevesse a Saraiva, que estava na Bahia, e lhe perguntasse se estava disposto a aceitar a missão de organizar um novo Gabinete.

.....

XI

*De março de 1880 a janeiro de 1882*

**N**

O DIA 4 de março de 1880 recebeu José Antônio Saraiva na cidade da Bahia onde se achava, uma carta de Cansanção de Sinimbu, redigida nos seguintes termos:

“Sua Majestade, o Imperador, no pensamento de evitar quanto se possa repetidas eleições, e honrando a V. Ex<sup>a</sup> com a mais plena confiança, encarregou-me de dirigir-me a V. Ex<sup>a</sup> para consultá-lo se pode V. Ex<sup>a</sup> nas circunstâncias atuais prestar um grande serviço ao país, assumindo a direção dos negócios públicos, com o intuito de obter do Senado o projeto da reforma eleitoral com as bases com que foi adotado pela Câmara dos Deputados, poupando a dissolução desta. V. Ex<sup>a</sup> sem dúvida terá lido o último discurso que proferi no Senado: ali fiz novas concessões; tais foram a maioria civil para o gozo dos direitos políticos e a capacidade dos acatólicos. O novo projeto poderá conter estas concessões, e assim se tornará talvez mais aceitável, opiniões estas que creio serem também as de V. Ex<sup>a</sup>. Peço a V. Ex<sup>a</sup> que, recebendo esta, se digne responder-lhe logo por telegrama, manifestando-me sua resolução pelo seguinte meio – *sim* ou *não* – embora mais tarde me responda por carta.”

Não demorou-se Saraiva em responder-lhe por telegrama conforme Cansação de Sinimbu exigira: “*Não*, leia a carta que escrevi ao conselheiro Paranaguá.”

Pedi Sinimbu a Paranaguá que lhe desse conhecimento da carta a que Saraiva aludia.

Em resultado de uma correspondência íntima e confidencial trocada entre Saraiva e Paranaguá, entendera o ministro da Guerra que lhe não era lícito mostrá-la a pessoa alguma, sem consentimento positivo de Saraiva, e por essa razão nem ao chefe do Gabinete a tinha comunicado.

Diante do telegrama não teve dúvida em confiar a carta ao presidente do Conselho.

Exprimia Saraiva nessa carta seus sentimentos no tocante à situação dos negócios públicos: pensava sempre que para decretar-se a reforma direta das eleições e abolir-se o processo existente de dois graus, o sufrágio universal, bastava uma lei ordinária; para não contrariar todavia a marcha política do ministério, aceitava o que ele propusera, pelos trâmites constitucionais, visto como tratava-se unicamente da forma e não do fundo da questão, porque o país ardentemente suspirava pela eleição direta, ansioso de se garantir na liberdade de voto e na verdade das urnas.

Rejeitada esta forma pelo Senado e manifestando a opinião da maioria de seus membros favoravelmente à franca decretação de uma lei ordinária, opinava que cumpria aproveitar-se a ocasião para conseguir-se o fim que se tinha em vista, apelando porém para o concurso e patriotismo de ambos os partidos que de acordo e harmonia decretassem a lei, a fim de que ela fosse desde sua promulgação revestida de força moral e de prestígio, que eram indispensáveis para sua leal execução.

A Sua Majestade comunicou Cansação a resposta telegráfica e a carta a que Saraiva se referia.

Compreendendo o Imperador que lhe convinha ceder de sua opinião em vista das ocorrências que se tinham passado, decidiu-se a ordenar a Cansação de Sinimbu que de novo telegrafasse a Saraiva, participando que lhe era confiada a missão de organizar novo Ministério,

destinado a realizar a reforma eleitoral direta pela forma que julgasse preferível.

Por telegrama enviou Cansação a Saraiva, no dia 6 de março, estas palavras:

“Tenho ordens de Sua Majestade para declarar a V Ex<sup>a</sup> que à vista da carta a que alude no telegrama de ontem, o encarrega de organizar novo Ministério para realizar a reforma eleitoral pelo modo que lhe parecer mais conveniente.”

Obedeceu Saraiva ao chamado do Imperador e embarcou-se na Bahia, seguindo viagem direta para o Rio de Janeiro.

Esboçou desde logo um plano de reforma eleitoral para apresentá-lo a Sua Majestade e receber sua aprovação antes que se incumbisse da honrosa missão de organizar Ministério.

Acolhido graciosamente no paço de S. Cristóvão, ouviu do Imperador assentimento e declaração de completa confiança para executar suas idéias.

Tratou então de convidar amigos políticos para colegas do Ministério, cuja presidência assumiu conjuntamente com a pasta da Fazenda.

No dia 25 de março publicaram-se os nomes dos novos ministros. Coube ao Senador Manuel Pinto de Sousa Dantas a repartição do Império e a quatro deputados, Francisco Inácio Homem de Melo,<sup>97</sup> Pedro Luís Pereira de Sousa, Manuel Buarque de Macedo e José Rodrigues Lima Duarte<sup>98</sup> as do Império, Negócios Estrangeiros, Agricultura e Marinha. Confiou a da Guerra ao General Correia da Câmara, que não pertencia ainda ao Parlamento.

Esperou o novo Gabinete que no dia 15 de abril se reunisse a assembléia geral dos representantes da nação para continuarem na sessão extraordinária que a 12 de novembro de 1879 fora por decreto imperial, sob proposta do Ministério antecedente, adiada para 1880.

Instaladas as Câmaras, compareceu Saraiva, tanto no Senado como na Casa temporária, no intuito de explicar sua posição e expor o programa que adotara para a governação do Estado.

---

97 Barão de Homem de Melo.

98 Visconde de Lima Duarte.



Pronunciou em uma e outra Câmara o mesmo discurso que levara escrito, a fim de ser bem claro na sua linguagem.

Não hesitou em declarar que nunca nutrira escrúpulos de ofender a Constituição adotando o meio da lei ordinária para decretar a eleição direta e censitária, e que seu apoio ao Ministério anterior para realizá-la pelos trâmites do Pacto Fundamental do Estado e convocação de uma Constituinte procedera unicamente do desejo de conseguir o fim, fazendo pouco cabedal da forma. Acrescentou que a votação do Senado provara as opiniões da maioria da Casa vitalícia e particularmente as de seus adversários políticos, e entendia portanto que raiara a oportunidade para satisfazer-se uma tão instante necessidade pública. Ofereceria à discussão do Parlamento uma proposta a respeito, para a qual solicitava o concurso de liberais e conservadores, a fim de prestar garantias a todos os partidos pleiteantes.

Exigia a solução deste assunto na sessão legislativa do ano, não admitindo delongas e nem adiamentos. Aproveitaria igualmente a conjuntura para pedir um orçamento em que se equilibrassem receita e despesa, de modo que o Tesouro ficasse habilitado com recursos suficientes a satisfazer todos os seus compromissos, e manter intactos seus créditos sem ter necessidade de recorrer a empréstimos.

Dirigindo-se particularmente à Câmara dos Deputados, declarava que não aceitava meias confianças; queria inteira adesão, porque somente com íntima convicção dos representantes imediatos da nação poder-se-ia fortalecer o sistema representativo.

Contentava-se com estas providências, e assegurava administração moderada, tolerante, justiceira e leal cumpridora das leis que vigoravam.

Não se distinguia Saraiva por talentos elevados e nem por erudição aprimorada. Dotado fora, em compensação, com um bom senso, um tino e um critério admiráveis. Nenhum político se lhe avantajava na perspicácia de saber quando devia aceitar o poder e quando retirar-se da administração pública. Não iniciava idéias novas e nem promovia largos melhoramentos, mas guardaria intacta a situação que recebia de seus predecessores.

Ao dar no Senado notícia de que aceitava o poder para realizar a reforma eleitoral por modo diverso do Gabinete antecedente, aplaudi-

ram-lhe os conservadores o procedimento e asseguraram-lhe seu auxílio, confiados na sua boa-fé e nos seus sinceros e patrióticos intuitos.

Aproveitaram, todavia, a oportunidade para estranhar o procedimento de Cansação de Sinimbu.

Quando não contasse com anuência da Coroa para a dissolução da Câmara dos Deputados em consequência da rejeição de sua proposta de reforma eleitoral, para que em discurso ameaçava o país com tão grave medida?

Lembraram-lhe que dissera no Senado que, quaisquer que fossem os obstáculos que se lhe opusessem, havia de derrocá-los, e que a nação se pronunciava em favor das suas idéias, e constrangeria o Senado a aceitá-las. Como, todavia, tão incoerentemente solicitara da Coroa adiamento em vez de dissolução da Câmara dos Deputados, logo após a rejeição de sua proposta?

Silva Paranhos, Vanderlei e Manuel Francisco Correia verberaram mais que os outros oradores o procedimento do Gabinete de janeiro de 1878, que começara com ímpetos de leão e expirara em presença de tumulto produzidos por um imposto de vintém acrescentado ao da passagem nos veículos públicos.

Correu desde o princípio muito favorável para Saraiva o debate que suscitou-se na Câmara dos Deputados ao expor em seu recinto seu programa político.

Martinho de Campos, velho e indefeso liberal que dirigira franca oposição ao Gabinete presidido por Cansação de Sinimbu, anunciou que todas as rixas e brigas intestinas do partido deviam reputar-se extintas perante um novo Ministério que merecia confiança plena de seus correligionários.

Pedi que se não aludisse mais ao passado para se não reabrirem feridas que podiam ainda sangrar e ressuscitar despeitos e paixões que lhe haviam dilacerado o seio.

Comprometeu-se por si e por todos os seus amigos, até então dissidentes, a apoiar lealmente o Gabinete e a votar a proposta de reforma eleitoral que ele oferecesse à consideração do Parlamento.

Ouviram-se diversos deputados que tinham aprovado o projeto de Causação de Sinimbu e que estavam, todavia, resolvidos a adotar o de Saraiva.

Nenhum representante da nação manifestou-se em desacordo, se bem que alguns se mostrassem duvidosos de que o Senado rejeitasse ainda o novo projeto, antes inspirado no sentimento político do que no verdadeiro patriotismo.

Não receou Saraiva comprometer sua reputação de liberal defendendo os conservadores do Senado. A história parlamentar brasileira provava, em sua opinião, que o Senado correspondia sempre às exigências da verdadeira opinião pública quando francamente conhecida. A sua vitaliciedade firmava sua independência do Governo e do povo; e a experiência dos negócios, as luzes de que eram dotados seus membros, bem como o sentimento patriótico de que haviam constantemente dado provas, garantiam o acerto de suas deliberações; ao passo que sabia resistir a inovações que considerava imprudentes e perigosas, aceitava as reformas úteis e reclamadas pela opinião nacional. Lembrou que o Senado era o asilo de todos os políticos conspícuos e notáveis, quaisquer que fossem os partidos a que pertencessem, e que o país enxergava na sua composição um baluarte das liberdades públicas, sempre que as fraudes e violências fechavam a porta da Câmara dos Deputados às oposições que tinham direito a representar as doutrinas do seu partido, para que fosse o Parlamento o espelho em que com todos os matizes de idéias o país fosse retratado.

Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo não deixou correr o debate unicamente restrito ao assunto que constituía o programa do Gabinete. Interpelou o presidente do Conselho acerca do elemento servil, que em sua opinião exigia com urgência ser promovido um trabalho no sentido de se extinguir quanto antes a escravatura ainda existente no Império. Entendia que, no programa de um Ministério providente e avisado, cumpria ser incluído este assunto social e político como mais que todos grave e urgente.

Respondeu-lhe Saraiva que considerava a questão inoportuna; não cogitara dela, e convinha de preferência deixar a lei de 1871 produzir seus resultados, executada com lealdade pelo Governo e pelos próprios possuidores de escravos, como folgava declarar que caminhava. Ligava-se

este assunto estreitamente a todos os interesses sociais, políticos e econômicos, e não podia ser resolvido senão depois de demonstrada claramente sua necessidade. Seu programa não admitia senão a reforma eleitoral e o melhoramento das finanças públicas.

Não deixou Martinho de Campos passar despercebidas as expressões de Joaquim Nabuco. Tendiam a desorganizar o trabalho agrícola, a arruinar as propriedades dos lavradores, a pôr em risco vidas de famílias inteiras, excitando os ânimos dos escravos propensos a instintos e ânsias de apregoada liberdade. Era questão que, quando lembrada, cumpria logo decidir-se. A classe infeliz e miserável dos cativos não tinha inteligência nem do direito e nem do dever, e exasperada por idéias perigosas não poderia ser contida por autoridade nenhuma. Competia com maioria de razão aos legisladores apreciar e respeitar a situação dos possuidores de escravos, que a lei devia garantir, visto que se obrigava a pagamentos de impostos por herança, e compras lícitas, e pela sua propriedade.

No momento em que o Partido Liberal, esquecidas suas divergências anteriores, se reunia, concentrava, harmonizava, e forcejava por satisfazer a mais urgente necessidade pública, que era a reforma eleitoral, indesculpável e imprudente parecia-lhe renovar-se questão tão perigosa, que ressuscitaria em seu seio novas divisões, brigas e lutas que provavam sua incapacidade para governar, e instintos apenas de destruir e derrocar as bases do edifício em que se assentava a sociedade brasileira.

Entendeu também de sua obrigação lembrar aos deputados que agrediam o Senado o sentimento patriótico que animava sempre uma tão ilustre corporação.

“– Não me detenho – disse – diante de nenhuma razão contra o Senado. Se ele rejeitar nossos projetos é nosso dever acreditar que o Senado obrou com todo o patriotismo e sabedoria, tendo opinião diversa da nossa. O mesmo dever tem o Senado em relação à Câmara dos Deputados. Tudo, porém, me induz a crer que o Senado, cuja maioria é de conservadores, em oposição ao governo dos liberais, tem mais interesse do que nós em votar a reforma eleitoral, porque dará garantias às oposições que são as vítimas habituais das eleições procedidas pelos métodos anteriores e ainda existentes.”

Terminou seu discurso, notável pelas doutrinas governamentais que exprimira, propondo que, cessada a discussão do momento, votasse

a Câmara uma moção que oferecia. Afirmava a moção inteira confiança no Gabinete, e seu concurso para coadjuvá-lo no patriótico programa que adotara.

Aplaudidas suas vozes, foi a moção imediatamente admitida à discussão, e votada por quase unanimidade da Câmara.

Da Câmara saía portanto o Ministério extremamente fortalecido, e Martinho de Campos constituiu-se desde então líder da maioria.

Publicou Saraiva um decreto suspendendo a cobrança do imposto do vintém sobre as passagens nos veículos empregados no trânsito público, reputando-o impossível de cobrar-se, e solicitou imediatamente das Câmaras que o abolisse.

Aplicou-se à redação da proposta de reforma eleitoral pela qual se comprometera. Ouviu amigos liberais, ouviu adversários conservadores, ouviu pessoas habilitadas por luzes e experiência, e formulou um projeto alheio a interesses especiais de partidos políticos.

Na sessão de 29 de abril apresentou-o à Câmara dos Deputados.

Estabelecia condições e provas da renda para as funções de eleitores, incompatibilidades para a magistratura e outras classes de funcionários, e processo do alistamento com os necessários recursos. Dividia as províncias em distritos eleitorais de um só deputado, com exigência da maioria absoluta de votos, que quando não fosse obtida em primeiro escrutínio, se procederia a segundo entre os dois candidatos mais votados. Concedia direitos de elegibilidade aos acatólicos, aos de maioria civil, aos naturalizados e aos libertos. Compreendia tudo quanto era relativo a eleições de senadores, vereadores de Câmaras Municipais e juizes de paz das paróquias. Minucioso nas fórmulas necessárias ao recebimento e apuração de cédulas, à identidade dos votantes e à responsabilidade dos que tomassem parte nos atos e deliberações, determinava a nomeação dos mesários encarregados de receber e apurar os sufrágios nas paróquias, compondo-os com juizes de paz e seus suplentes, e obrigando os votantes a assinarem um livro particular para prova de que haviam comparecido.

Requeru Martinho de Campos e votou a Câmara dos Deputados que fosse a proposta enviada incontinênti a uma comissão extraordinária de vinte e um membros, incumbida de estudá-la, de apresentar

quanto antes seu parecer a respeito, e que incluíssem membros de todas as frações políticas.

Encerrada a sessão extraordinária da assembléia geral, instalou-se a ordinária no dia 3 de maio.

A fala do trono depois de referir que perseveravam excelentes relações entre o Império e os governos estrangeiros, e que continuava inalterada a tranquilidade pública, rendia graças à Providência Divina por ter cessado o flagelo da seca que assolara várias províncias do Norte, e provocara despesas extraordinárias do Tesouro com socorros à população reduzida à miséria. Solicitava orçamento de despesa e receita com equilíbrio, a fim de não se sobrecarregar o Tesouro com déficits assustadores. Exigia por fim que na sessão de 1880 votasse o Parlamento a reforma eleitoral proposta pelo Ministério na sessão extraordinária que findava.

Começavam apenas as Câmaras seus trabalhos respectivos, quando um funesto e doloroso acontecimento produziu lamentável consternação e cobriu de luto todos os cidadãos.

Extinguiu-se a vida de Luís Alves de Lima e Silva a 7 de maio de 1880. Por seus feitos militares, por seus serviços civis, fora o único brasileiro que merecera as honras de ser elevado no Império ao título nobiliárquico de Duque de Caxias.

Obediente e zeloso, colocara-se sempre que o país exigiu à frente do Exército, quer em lutas intestinas, quer em guerras estrangeiras, e em todas as ações e campanhas que travara fora alcançando louros gloriosos. Presidente por vezes do Conselho de ministros, simples membro do Gabinete, senador, ou presidente de várias províncias, patenteara constante espírito de moderação e de rigorosa justiça. Estimado e respeitado pela classe militar sabia, no entanto, manter intacta e severa a disciplina, o que lhe angariara todas as simpatias de seus companheiros de armas, sem que atendesse a partidos políticos.

Esplêndidos funerais se celebraram para honrar-lhe a memória e a vida trabalhosa, longa e gloriosa, que zelosamente aplicara em benefício da pátria.

Suspenderam as duas Câmaras suas sessões e incluíram em suas atas expressões sinceras de condolência. O comércio fechou as portas de suas casas de negócio, as repartições públicas não funcionaram,

os teatros adiaram seus espetáculos, e o sentimento mais profundo pela perda de brasileiro tão prestimoso manifestou-se em todos os ânimos, sem distinção de nacionais e estrangeiros que residiam no Império.

Não tardou a Câmara dos Deputados em discutir o projeto de resposta à fala do trono.

Levantou novamente Joaquim Nabuco a questão do elemento servil, ansioso de ver quanto antes extinta a escravidão, quaisquer que fossem os inconvenientes e sacrifícios a que o Império se expusesse.

Aproveitou-se também da ocasião para exprobrar o Senado pelo fato de haver rejeitado o projeto eleitoral de 1818, e alegou a necessidade de reformar-se a Constituição no tocante às suas atribuições orgânicas.

Com sua franqueza habitual tratou Saraiva de dar-lhe resposta imediata.

Era de sua obrigação não manifestar seu pensamento em questões de que se não cogitava e que não pertenciam ao momento, em que de outros assuntos mais urgentes cumpria tratar-se. Enquanto não chegasse a oportunidade de agitar assunto de tão elevada magnitude, entendia de bom conselho guardar reservas de pensamento.

“Esse momento – exclamou – será aquele em que o Governo se convencer de que não haverá desorganização de trabalho, empobrecimento do Tesouro, e riscos de perder seu crédito nos países estrangeiros, aonde temos dívida a pagar, e que pagamos com as rendas tiradas da lavoura, na atualidade exercida por braços escravos, e impossibilitada de trabalho livre.”

No tocante a expressões que ofendiam o Senado, cumpria-lhe rebatê-las igualmente, e apoiava-se na verdade e no patriotismo.

Acreditava tanto no patriotismo do Senado como no da Câmara dos Deputados. O Senado continuaria a ser a salvaguarda das instituições, o defensor dos direitos e foros dos cidadãos, e o abrigo de todas as oposições legítimas. Composto das ilustrações de todos os partidos pleiteantes, que a seu turno nomeavam representantes de suas doutrinas para o seio da corporação vitalícia, prestava relevantes serviços quer cedendo à opinião pública refletida, quer resistindo a idéias que tendessem a aluir os fundamentos das instituições liberais que o Brasil possuía.

Quase que não produziram impressão os debates acerca do voto de graças. Denunciaram apenas que existiam ainda sentimentos de despeito no ânimo de alguns deputados que haviam sustentado e defendido a anterior administração.

Logo que foram aprovados o voto de graça e os projetos de fixação de forças marítimas e terrestres que a sessão de 1879 não concluíra, exigiu Saraiva que discutisse a Câmara dos Deputados sua proposta de reforma eleitoral.

Fora-lhe favorável o parecer da comissão nomeada pela Câmara para estudá-lo. Lembrava apenas algumas emendas em pontos secundários e clareza na redação.

Principiou o debate no dia 1<sup>o</sup> de junho.

Joaquim de Saldanha Marinho iniciou-o. Felicitou a nação por ver à frente do Governo um presidente do Conselho que se não apadri-nhava com opiniões da Coroa para conseguir vencimento de propostas que apresentava ao Parlamento. Apreciava ainda devidamente as palavras de Saraiva anunciando que desejava debate franco e consciencioso, sem que da sua solução fizesse questão de Gabinete. Afastava-se, todavia, do Ministério, em pontos importantes e particularmente na exclusão do voto para a maior parte dos brasileiros. Queria o sufrágio universal e não renda determinada para o direito eleitoral. O operário que ganhava salário, o criado que recebia estipêndios, ainda que módicos, eram tão aptos para votarem como o banqueiro, o advogado, o médico, o negociante, o capitalista, o engenheiro, o funcionário público.

Não advogava doutrinas republicanas; preferia antes, por enquanto, o mais extremado liberalismo radical sob as instituições monárquicas para experiência e triunfo da pura democracia. Desejava de coração boa fortuna ao presidente do Conselho, bem que não adotasse todas as idéias que incluíra no seu projeto. Fazia votos para que não encontrasse estorvos e dificuldades que consistiam, na opinião do orador, na falta de sinceridade da Coroa. Era esse o perigo que o ameaçava e contra o qual Saraiva devia prevenir-se.

Pronunciaram-se contrários à proposta não somente vários deputados que se inspiravam em escrúpulos constitucionais, como alguns adversos, ao princípio, a incompatibilidades de classes de funcionários públicos e à renda que se fixara para o direito de voto.



Durante as duas discussões, que para as propostas exigia o regimento da Câmara dos Deputados, falou Saraiva diversas vezes e defendeu suas idéias. Não considerava necessária a reforma constitucional para decretar-se a eleição direta nos termos em que redigira a proposta. Não adotava o sufrágio universal, nem mesmo em regímen o republicano, porque igualdade da inteligência não cabia, por natureza e condições da sociedade, a todos os cidadãos.

Organizava a natureza diferentes os homens; a uns dotava de mais ou menos inteligência, a outros escasseava os dotes do espírito: da natureza vinha a desigualdade, e pois a política não podia nivelá-los. A história de todos os povos demonstrava que os campeões da igualdade destruíam e aniquilavam a liberdade, e que o sufrágio universal tornava-se ou instrumento da tirania ou triunfo de demagogos turbulentos, que, açulando as paixões, exasperavam, irritavam, revolucionavam, e anarquizavam os ânimos populares, baldos de instrução, por instintos invejosos dos que sobressaíam em talentos, capacidade e bens de fortuna. O sufrágio universal importava em predomínio das classes inferiores e misérrimas sobre os que possuíam bens de fortuna e rendas, e, pois, mais interessadas na ordem, na tranqüilidade pública e no exercício regular das instituições políticas. Perguntou: qual o país de sufrágio universal que fora bem governado?

No tocante à renda necessária para o eleitorado, entendia conveniente que concorressem para seu governo as classes ilustradas e favorecidas com bens de fortuna ou rendas de empregos e profissões, que lhes asseguravam uma tal qual independência e conhecimento de seus direitos.

Rendas não eram salários, e os operários infelizes, curvados a serviço alheio individual para ganharem o pão que os alimentasse, não ofereciam garantias de que obedeceriam às suas. Parecia-lhe igualmente indispensável decretar incompatibilidades para os funcionários que, ou podiam por seus cargos exercer pressão no voto, ou cumpria que exclusivamente se empregassem nos cargos que ocupavam, como eram os magistrados incumbidos de administrar justiça rigorosa. Nos primeiros dias de julho votou-se em terceira discussão a proposta e foi remetida para o Senado, e pôde a Câmara temporária ocupar-se com a discussão dos orçamentos. Não bastando para terminá-los, foi o Governo cons-

trangido a convocar em seguida a sessão extraordinária da legislatura. Foram então votadas as leis ânuas na Câmara dos Deputados, enquanto o Senado entregava-se à discussão da proposta da reforma eleitoral que lhe fora remetida.

Logrou igualmente o Ministério completa vitória no Senado, que após esclarecidos debates, aprovou-a por notável maioria de votos.

Encerradas as Câmaras, entendeu Saraiva que sua missão estava concluída e que a novo Ministério cabia a execução da lei que transformava inteiramente o sistema eleitoral.

Solicitou de Sua Majestade a exoneração coletiva do Gabinete. Recusou-lhe o Imperador. Pensava o Imperador que ao iniciador da lei cumpria regulamentá-la e presidir pelo menos à sua primeira execução.

Resignou-se Saraiva e nomeou comissões de senadores e deputados de ambos os partidos para a elaboração dos regulamentos e divisão dos distritos, de modo que a lei recebesse o caráter e condições de uma deliberação nacional e não partidária.

Findos estes trabalhos, mandou proceder aos alistamentos de eleitores em todas as paróquias do Império, e adiou a sessão da legislatura, que devia reunir-se a 3 de maio, para o mês de junho seguinte.

No intervalo e no correr de fevereiro, publicou decreto de dissolução da Câmara temporária que funcionava e de convocação da que fosse novamente eleita para janeiro de 1882.

No intuito louvável de que corresse a eleição o mais livremente que fosse possível, nomeou Saraiva para as presidências de províncias pessoas que lhe pareceram dotadas de imparcialidade e moderação e transmitiu-lhes instruções rigorosas para não intervirem, e nem deixarem que as autoridades subalternas interferissem nas operações dos comícios. Anunciou oficialmente que o Governo não recomendava candidatos, e que os partidos escolhessem os que lhes conviessem.

Muito conseguiu Saraiva, não porém tudo quanto desejava. Apesar das suas determinações e avisos, não poucas irregularidades e abusos e até violências cometeram algumas autoridades e funcionários públicos.

Ofereço para comprovar minha asserção o depoimento insuspeito de um distinto liberal, que apoiava e sustentava o Governo de Saraiva.

Em opúsculo publicado em 1885 acerca da história das dissoluções da Câmara dos Deputados durante o reinado de D. Pedro, disse Sousa Carvalho:

“O único ministro que parece não haver praticado traições e tropelias por ocasião do pleito foi o Sr. Saraiva. Quase todos as fizeram e muitas.”

Releva, todavia, declarar que presidentes de províncias houve que procederam com fidelidade e lealdade às instruções de Saraiva, e que à eleição de 1881 procedeu-se mais ou menos regular e livremente no Império.

Alistaram-se cerca de cento e cinqüenta mil eleitores, votaram noventa e seis mil quatrocentos e onze.

A apuração de deputados nos cento e vinte dous distritos em que foi o Império dividido, designou cinqüenta e quatro conservadores e sessenta e oito liberais. O número dos conservadores foi reduzido a quarenta e oito na verificação de poderes, que injusta e partidariamente a maioria liberal decidia na ocasião de reconhecer os diplomas. Ao passo que severamente a maioria dos liberais resolvia acerca dos conservadores admitindo alegações frívolas como ilegalidades praticadas, estendia o manto de caridade sobre seus aderentes, e passava a esponja em fraudes e violências praticadas em seu proveito, e apesar mesmo da intervenção officiosa do presidente do Conselho.

Dous espetáculos, todavia, surpreenderam agradavelmente o povo. Foi o primeiro quase equilibrar-se na Câmara o número de deputados de ambos os partidos políticos, fato novo inteiramente.

Consistiu o segundo em que no pleito eleitoral sofreram derrota dois ministros, o do Império e o de Negócios Estrangeiros, este no segundo e aquele no primeiro escrutínio, e ambos em suas províncias natais por onde eram representantes. Foram, portanto, estrangidos a retirar-se do Gabinete por lhes faltar a confiança dos eleitores. Unicamente no reinado de Pedro I ousara a província de Minas repelir ministros que apelavam para sua reeleição.

Abriu-se a Assembléia Legislativa a 17 de janeiro de 1882, e a fala do trono depois de referir com regozijo que tranqüila e regularmente corra o pleito eleitoral, recomendava aos novos representantes da

Nação a reforma da organização judiciária, policial e da instrução pública, e noticiava progresso das rendas, e economias efetuadas nas despesas públicas.

Dias depois, suplicou instantemente Saraiva sua exoneração e a dos demais membros do Ministério. Com profundo pesar anuiu Sua Majestade a seus desejos, e ordenou que fosse chamado ao paço Lustosa Paranaguá.

Alegou Paranaguá motivos para recusar-se ao serviço público e resolveu então Sua Majestade confiar a Martinho de Campos a organização do novo Gabinete.

Fora o líder da Câmara dos Deputados que se dissolvera, sustentara com habilidade a política inaugurada por Saraiva, presidira a província do Rio de Janeiro e conseguira que se procedesse à eleição com completa imparcialidade.

Aclamara-o a nova Câmara seu presidente e devia considerar-se o mais prestigioso vulto de sua maioria.

.....

XII  
*De janeiro a julho de 1882*

*D*

IVULGOU-SE no dia 21 de janeiro a notícia de que o Deputado Martinho de Campos organizara Gabinete, encarregando-se da presidência do Conselho e da pasta da Fazenda e confiando as outras a seis deputados que representavam diferentes províncias. Tocara a Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas a do Império, a Manuel da Silva Mafra a da Justiça, a Filipe Franco de Sá a de Negócios Estrangeiros, a Bento Francisco de Paula e Sousa a da Marinha, a Afonso Augusto Moreira Pena a da Guerra e a Manuel Alves de Araújo a da Agricultura.

A 24 de janeiro compareceram os membros do novo Gabinete perante a Câmara dos Deputados, e Martinho de Campos exprimiu-se por modo tão singular que terão decerto prazer os meus leitores na reprodução literal de alguns dos tópicos do seu extensíssimo discurso.

Referiu que Sua Majestade lhe dissera que, apreciando a política do Ministério presidido por Saraiva, desejando que ela continuasse, e tendo sido ele um dos seus auxiliares mais prestimosos, o encarregava da organização de um novo Ministério.

“ – Escuso dizer à Câmara, declarou Martinho de Campos, que não por uma afetação de falsa modéstia, mas pela convicção de minha

insuficiência pessoal, disse a Sua Majestade que conhecia o muito que me faltava para uma posição a que nunca aspirei; mas Sua Majestade dignou-se responder-me que não podia prescindir dos meus serviços, que evidentemente me não faltava o apoio dos meus amigos políticos e que tanto eu, como ele, tinha deveres públicos a que não podia recusar-me.

“A Câmara compreende as dificuldades em que me achei. Mais acostumado a embarçar os governos do que a pensar em ser governo, tendo passado a minha vida inteira na oposição, devo declarar, apesar da justiça que me faço a mim mesmo, que deste ofício de opositor já eu sabia um pouco; mas quanto ao do governo, nenhuma experiência e prática tinha.

“Um pequeno e ligeiro ensaio na província do Rio de Janeiro não serviu senão para demonstrar-me que o papel de governo é muito mais difícil do que o de oposição, conquanto o desta seja muito mais patriótico e exija muito mais sacrifícios pessoais.

“A Câmara e o país sabem que o meu liberalismo nunca teve como dogma fundamental senão a obediência absoluta e cega à lei. A vontade e o capricho de um homem qualquer não obriga os outros homens, mas a lei deve obrigar todo bom liberal a abaixar a cabeça.

“A tarefa com que o Imperador me honrou é muito superior às minhas forças.

“Entretanto, a primeira vez que o soberano me encarregava de uma missão desta ordem, quando evidentemente pela inteligência e conversações que tinha tido com os meus amigos políticos, eu reconhecia que havia para o Imperador muita dificuldade em constituir um novo Governo; e visto que Sua Majestade se dizia contente de uma administração e política que eu tinha acompanhado cordialmente, e não tinha pelo lado político nenhuma objeção séria a fazer, só restava a minha incapacidade pessoal.

“Pedi licença para dizer a Sua Majestade que, além desta incapacidade pessoal, havia outra dificuldade muito grande para mim.

“A política neste país nos tem quase sempre vindo pelo governo do Senado. O Senado recebe facilmente todos os nossos cidadãos mais eminentes no Parlamento.

“Infelizmente para a pátria, a vida dos senadores é cada vez mais curta. Uma fatalidade tem perseguido a todos os nossos partidos: nossos homens mais eminentes têm desaparecido rapidamente. Entretanto, os que lá estão, dignos sucessores dos nossos primeiros homens da época da independência, do Primeiro Reinado e da menoridade, não são homens menos importantes e menos dignos. Mas, em relação a eles, diante da maioria, eu me achava como adversário político; em relação aos membros da minoria daquela Alta Câmara, uns eram notoriamente meus superiores, era eu mais próprio para ser seu subalterno e auxiliar e quando muito, seu companheiro em uma administração, mas não seu chefe.

“Disse francamente a Sua Majestade que teria muita dificuldade em achar no Senado um ou dois companheiros para a administração; que eu me contentaria com um, mas que ainda assim teria dificuldade em procurar e convidar.

“Sua Majestade fez-me a justiça de crer que eu era sincero nesta declaração e teve a bondade de dizer-me: – O senhor já tem um senador para o seu Ministério. Eu sabia que estava escolhido.

“Sua Majestade acrescentou: – Se lhe convier mais um, eu posso facilitar-lhe. Há na lista tríplice pelo Maranhão, cuja eleição está apurada e concluída, pessoa idônea. Se este lhe pode servir de auxílio, conquanto a atribuição da escolha seja da Coroa, é evidente que eu não posso servir-me dela para contrariar a política do Ministério.

“Pedi a Sua Majestade tempo para ouvir e conferenciar com alguns amigos.

“O primeiro daqueles a quem me dirigi é o mais digno e o mais respeitável dos representantes da minha província no Senado. Sem dúvida alguma é um digno rival e companheiro dos grandes mineiros que durante o Primeiro Reinado, a menoridade, e parte deste reinado deixaram no Parlamento brasileiro, nesta e na outra Casa, um rastro de luz que será sempre a glória mais bela da província de Minas.

“Dirigi-me ao Sr. Senador Visconde de Abaeté, que sempre me honrou com a sua particular e paternal amizade, e cujos conselhos me foram sempre muito úteis na vida pública. Disse a S. Ex<sup>a</sup> as circunstâncias em que me achava e que ia não só pedir-lhe licença a recusar a incumbência, como pedir-lhe conselho. S. Ex<sup>a</sup>, depois de uma breve

conversação que tivemos, disse-me que aceitava a consulta que eu lhe fazia, considerando-a uma atenção com S. Ex<sup>ª</sup>, quando não era mais do que um dever para com o cidadão que sempre venerei, e acrescentou: – Como amigo devo dizer-lhe que não tem o direito de recusar, porque desmentiria assim a sua vida no Parlamento: desmentiria as obrigações que tem contraído com o país, fazendo uma campanha parlamentar de algumas dezenas de anos sempre na oposição.

“Abaixei a cabeça ao conselho que me dava o Sr. Visconde de Abaeté e aceitei-o. Voltei a S. Cristóvão e disse a Sua Majestade que, à vista do conselho que me dava o Sr. Visconde de Abaeté, estava às suas ordens para o serviço do país. Sua Majestade confirmou o convite que havia feito, ordenando-me a organização de um Ministério e dando-me para isso 24 horas ou o tempo que me fosse necessário. No dia seguinte voltei a S. Cristóvão; levei os nomes dos companheiros que tenho a honra de apresentar à Câmara, nomes que Sua Majestade se dignou aceitar, sem fazer a mínima observação que não fosse de aprovação.

“Quanto às duas pastas que ficaram vagas, eu disse a Sua Majestade que me convinha aguardar a verificação de poderes de outros membros para convidar dois outros amigos a fazerem parte da administração. Assim, me apresento perante a Câmara dos Srs. Deputados com o Ministério, tendo dous membros de menos; mas este estado durará muito poucos dias, e terei a honra de apresentar à Câmara os dous novos ministros, desde que estiver mais adiantada a verificação de poderes.

“Há a questão do Senado. Causou a algumas pessoas reparo que eu não convidasse senadores. A Câmara, na exposição que fiz, deve ter reconhecido que este reparo não tem fundamento algum. Há dous senadores no Ministério, o presidente do Conselho e o nobre ministro dos Negócios Estrangeiros. Sei bem que os poderes de nenhum deles estão ainda reconhecidos; mas a Câmara sabe que a eleição não é a verificação de poderes; a eleição é a votação dos colégios; a verificação de poderes pode invalidar uma eleição, mas não é ela que confere o mandato.

“Acredito, pois, que nenhum fundamento sério tem a estranheza que produziu a algumas pessoas o meu procedimento com relação ao Senado.

“A Câmara e o país sabem perfeitamente que prestei sempre a maior atenção, o maior acatamento ao Senado, não de hoje, que devo



julgar-me membro daquela corporação. Sempre acatei e reconheci, não só os conhecimentos e capacidade superior dos membros do Senado, que encerra em si os nossos principais homens de estado, não só acatei sempre esta corporação, como seria uma negra ingratidão do Partido Liberal, que tem tido longos anos de ostracismo, desconhecer os serviços imensos do Senado, onde nunca nos faltou o apoio de amigos, cujos nomes e memórias formam o nosso desvanecimento. Nenhum sentimento político, nenhuma intenção havia nem podia haver da nossa parte de faltar com o respeito e consideração devidos ao Senado. Mas os que me fazem esta acusação obrigam-me a apoiar-me com a opinião e o exemplo de um conservador, o Sr. Visconde de Itaboraí, que não era nenhum liberal da minha escola. Em 1853, quando se retirou do Ministério, declarou que uma das razões que motivaram a sua retirada era ter o Ministério maioria de membros senadores, quando devia ser de deputados. A natureza da nossa forma de governo obriga a aceitar a preeminência da Câmara dos Deputados em organizações ministeriais. O estadista que excluisse de uma organização ministerial os senadores não cometeria nenhum atentado contra a Constituição, cometeria, porém, uma grande inércia privando-a do auxílio de homens em geral mais experientes que os deputados, mais habilitados para facilitar o andamento dos negócios no Senado.

“Peço, pois, a V. Ex<sup>a</sup>, visto que o Regimento do Senado me inibe de entrar no seu recinto, salvo o caso de convite, peço a V. Ex<sup>a</sup> e à Câmara licença para responder daqui às observações e acusações que me possam ser atiradas por faltar com o respeito ao Senado. O Senado a ninguém merece mais respeito que a mim, e disto tenho dado exuberantes provas na tribuna desta Casa embora se compusesse aquela corporação em sua quase totalidade de adversários meus e coubesse constantemente nela ao meu partido uma vida não das melhores.

“A Câmara permitir-me-á dizer-lhe que não me julgo na obrigação de expor um programa político. Quando se me chamou para organizar o Ministério, todo o público sabia que se chamava o Deputado Martinho de Campos com esses vinte e tantos anos de oposição. O que o público e a Câmara têm direito de exigir de mim, é que no Ministério seja coerente com o que fui na oposição. Protesto à Câmara que na presidência do Conselho de ministros hei de praticar as doutrinas e seguir

as práticas que aconselhei como membro da oposição aos ministros de Sua Majestade; não tenho hoje opiniões diversas das que tinha quando era parte da oposição permanente de Sua Majestade nesta Casa.

“Não tenho um programa político a fazer; devo declarar à Câmara que, aceitando os estilos do Parlamento inglês – balda que eu confesso que tenho, – desejava ver no Brasil estabelecidos esses estilos. Com efeito, não me acusam sem razão os que me criticam, por desejar tais práticas inglesas, visto que as sustento; – não tendo um programa político a fazer, limitar-me-ei a pedir à Câmara o seu apoio, o apoio não só dos liberais, com o qual julgo dever contar, – e a confiança de que o obteria foi o que me autorizou a aceitar o lugar que ocupo, – como também o auxílio da oposição conservadora.

“Não tomei sem intenção para mim a pasta da Fazenda: não a tomei por espírito de imitação, por terem os meus antecessores, presidentes de Conselho, ocupado em geral esta pasta; mas porque nas muitas questões administrativas com que a Câmara dos Deputados tem de se ocupar, as relativas ao ministério da Fazenda são as mais importantes, as que mais urgentes medidas exigem.

“A responsabilidade maior da administração é a do presidente do Conselho; portanto a mim deve caber uma ação mais direta na pasta de maior responsabilidade, embora solidário com todos os meus colegas, de cuja amizade pessoal e política me desvanço.

“Nós estamos sem leis ânuas de fixação de forças de terra e de mar, porque a autorização para esse fim concedida já está esgotada.

“Temos orçamento até ao último dia de junho próximo.

“É portanto urgente e será o meu primeiro esforço na Câmara dos Deputados, obter que entremos quanto antes no exame das leis ânuas relativas à fixação de forças de mar e de terra e ao orçamento.

“Quando convido a Câmara para cuidarmos seriamente dos orçamentos, dou testemunho das minhas intenções nesta matéria.

“Informo à Câmara que pedi o concurso da honrada oposição para o exame dos orçamentos; pedi e obtive dos nobres deputados que fizessem também parte da Comissão de Orçamento, facilitando a sua eleição, dando por parte do Governo que então existia e com quem

eu estava de acordo listas incompletas, a fim de que fossem eleitos facilmente membros da oposição.

“Desta tribuna peço aos nobres deputados o mesmo favor que pedi, em particular quando era ministro, o seu auxílio no exame da questão, que nada tem de política, mas que tem hoje uma maior importância, maior que nenhuma questão política.

“Nas questões do Ministério da Fazenda, com as quais tenho que me ocupar examinados os orçamentos, eu chamarei a atenção da Câmara principalmente para as relativas ao papel-moeda.

“O estado do câmbio há muito tempo acabrunha o nosso comércio e portanto a nossa indústria; porque nas indústrias, sabe-se que a solidariedade é absoluta e inteira; uma não sofre sem que as outras sofram. Nós temos 213.000.000\$ de papel-moeda depois da Guerra do Paraguai.

“Evidentemente todas as medidas adotadas com vistas de melhorar o estado do câmbio enquanto a massa do papel-moeda for esta, são meros expedientes incapazes de dar resultado.

“É indispensável começarmos a retirada do papel-moeda.

“A Câmara compreende que nem o Governo nem o Parlamento podem proceder nesta matéria senão com toda a sabedoria e todo o critério – a retirada do papel-moeda. Se ela for feita lenta e gradualmente, será um grande serviço prestado ao nosso comércio e à nossa indústria; seria, porém, uma calamidade, se fosse feito repentinamente.

“A retirada e a emissão do papel alteram o valor da moeda.

“Partindo dessas considerações, nós somos obrigados a guardar maior cautela em semelhante operação, da qual nenhum bom patriota pode prescindir, porque o estado atual da moeda, um dos maiores embaraços ao desenvolvimento da riqueza do nosso país, é uma das causas que afugentam de nós o capital estrangeiro, de que tanto carecemos.

“A dívida pública é um outro objeto da mais séria atenção para o ministério atual. A soma, a que durante a guerra e nos anos imediatos tem chegado a dívida pública, causa-me a mim e deve causar a todos os brasileiros as mais sérias apreensões.

“É uma grande fraqueza do nosso país ter uma renda de cento e vinte e tantos mil contos, mais de quarenta mil contos; isto é, a terça parte da renda é destinada ao serviço da renda pública e com muito fraca amortização.

“Esta é uma das maiores preocupações para o Governo; a mais severa economia na decretação e execução das despesas públicas é, porém, a Câmara compreende, a primeira das condições, a mais indispensável mesmo para nos habilitar, quer a cuidar da retirada do papel-moeda, quer a prever a que concerne a dívida pública.

“Quando nós soubermos com que meios podemos contar para satisfazer estas duas necessidades, outra grande questão seguramente se levantará mas eu não conto ter de ocupar-me com ela nesta 1ª sessão do corrente ano: é a questão da conversão da dívida pública. Não há razão para que o Estado pague juros maiores do que pagam os bancos aos particulares; nada justifica isto senão a necessidade e a contingência desgraçada em que os governos se têm colocado de prover todos os anos por novos empréstimos os déficits, algumas vezes extraordinários do orçamento anual. É preciso equilibrarmos séria e realmente o orçamento anual, fazermos cessar este sistema de todos os anos saldar-se o déficit por novos empréstimos, que nos dão a certeza de um déficit maior no ano seguinte; é preciso que este sistema cesse, a fim de podermos tomar medidas capitais quanto ao papel-moeda quanto à dívida pública e quanto à conversão dos juros excessivos que o Estado paga.

“São estas no Ministério da Fazenda a meu cargo as três questões de maior alcance, e eu me julgarei muito feliz se tiver a honra de carregar a mais pequena pedra para a obra destes melhoramentos que a nação exige.

“Para estas medidas eu sei de antemão que conto com o apoio dos membros mais eminentes da oposição conservadora; foi esta uma *delenda Cartago* deles, quando durante muitos anos tive a honra de militar a seu lado nas censuras que fazíamos a algumas administrações conservadoras.

“Quanto às outras pastas devo dizer à Câmara que todo o desenvolvimento, todo melhoramento que as forças do orçamento permitirem ao ministério atual promover nós promoveremos.

“Na pasta do Império, por exemplo, trataremos de melhorar e reformar a instrução pública, secundária, primária e superior, mas de maneira que as reformas não consistam simplesmente na criação de mais cadeiras e mais despesas para o Estado, assim que obtenhamos melhoramentos reais, de sorte que esta despesa que é tão grande nos nossos orçamentos, quer gerais quer provinciais, dê à nação mais resultado do que, é força confessar, até hoje tem dado. Em ocasião oportuna o meu honrado colega e amigo, o Sr. ministro do Império, apresentará à Câmara as idéias do Ministério e as suas vistas nesta questão.

“Quanto aos Ministérios da Justiça e da Agricultura, eu pedi-rei desde já ao Senado brasileiro o exame e a adoção dos projetos remetidos da Câmara dos Deputados nas legislaturas anteriores, modificados como a sua sabedoria aconselhar, um, relativo às sociedades anônimas, outro, relativo a danos e sinistros, e que melhoram a nossa legislação nesta matéria.

“A colonização não pode por nós ser esquecida.

“Não encubro à Câmara que no Ministério mantereí a opinião, que sempre tive, de que o pior dos sistemas de colonização é a colonização recrutada, a colonização levantada a um tanto por cabeça de colono. (*Apoiados.*)

“Mas tudo quanto pudermos fazer para atrair para o nosso país a imigração européia será objeto de toda a solícitude do Governo.

“Fala-se, é certo, em outra colonização, como a de chins e asiáticos; mas eu entendo que não somos uma feitura como as de outras nações estrangeiras, a quem é indiferente a qualidade do colono. Nós não estamos neste caso, e todos os elementos estranhos que admitirmos no Brasil devem ser de uma população digna de identificar-se com a nossa. Se lavradores, industriais, ou outras quaisquer pessoas desejarem tais colonos, que não são superiores aos negros, por sua conta e risco que os procurem.

“Resta-me, Sr. Presidente, dizer algumas palavras sobre política.

“Anda a política muito mal vista há alguns tempos a esta parte.

“*Um Sr. Deputado* – E com razão.

“*O Sr. Martinho de Campos (Presidente do Conselho)*: – Eu direi a V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> é ingrato, além de injusto nisto (*riso*); mas direi a V. Ex<sup>a</sup>: qual

o país em que os homens políticos tenham mais direito à gratidão da história do que o Brasil? (*Apoiados.*) Não, nenhum país do mundo, nem há país em que se sirva a pátria com mais sacrifícios do que servem os homens destes brilhantes partidos que se procura condenar e inutilizar.

“O que somos devemos exclusivamente a eles, e certamente os inimigos que se apresentam dos antigos partidos não dão ao Estado nenhuma garantia de que o dirigirão melhor do que tem sido dirigido até hoje. (*Apoiados.*)

“Pela minha parte admiro e respeito como verdadeiros mártires do serviço da pátria os homens políticos desta terra (*apoiados*), e os antigos partidos podem responder aos seus injustos e sistemáticos detratores: a História nos julgará a nós e a vós.

“A reforma eleitoral, a Câmara compreende-o e o país, é uma verdadeira revolução política. Mudando a base da eleição, entregando-a completamente à nação, já pelo sistema de um grau, já pelos distritos de um, que dão ao voto do eleitor uma eficácia decisiva, essa reforma permite à nação governar-se como quiser e como entender. (*Apartes.*) E permita V. Ex<sup>a</sup> que acrescente – graças ao Sr. Conselheiro Saraiva.

“O Sr. *Andrade Figueira*: – Graças ao Senado.

“O Sr. *Martinho de Campos* (*Presidente do Conselho*) – Também tem V. Ex<sup>a</sup> razão e eu me alegro pelos apartes que ouço, que são um concerto digno de nós, para reconhecemos um serviço tão importante como a adoção de uma lei, cuja prática fez calar todos os seus antagonistas.

“O Ministério atual, compenetrado da situação e da composição atual do Parlamento, envidará todos os esforços por dever, e se não o fizesse por dever é porque entende que esta política é a melhor, a mais justa e mais razoável, o faria por cálculo, por tática; o Ministério procurará não agravar as dificuldades da situação e do Governo, fazendo uma política de reação que nada justificaria atualmente.

“Nós somos liberais, viemos do Partido Liberal, e pela minha parte disse à Câmara – eu não tenho programa político a apresentar. Tenho cerca de 30 anos de Parlamento, pretendo governar com as minhas opiniões. A composição do parlamento torna ainda para mim necessária uma declaração.

“A nenhum de meus correligionários eu pedi apoio para entrar para o Ministério; julguei que podia contar com esse apoio. Aos meus colegas do Ministério comuniquei que tinha apresentado os seus nomes e tinham sido aceitos e que me julgava no direito de contar com o seu concurso, o qual me foi cavalheirosamente dado.

“Ainda pois, mesmo por este meu procedimento, declaro à Câmara: será para mim a maior honra e do maior desvanecimento todo o concurso nas questões administrativas que me for dado, a bem da marcha do Governo, pelos membros da oposição conservadora, entre a qual conto muitos dos meus melhores amigos pessoais e dos que eu mais venero e respeito; mas declaro à Câmara e aos meus correligionários: o voto e o apoio que eu desejo ou antes que eu solicito a bem do serviço público e em medidas que não podem ser votadas como medidas de partido, não me dará nunca o direito de me manter no Ministério.

“Viverei no Ministério se tiver a fortuna e a honra de continuar a merecer a confiança dos liberais, como me desvanço de ter durante toda a minha vida merecido a confiança de meu partido, que tenho aqui representado apenas com uma única interrupção, na legislatura de 1869, em que, declaro para mostrar mesmo a minha gratidão aos meus correligionários, que não fui eleito porque não quis: em 1869 pensei, aliás, confesso erradamente, acompanhar a abstenção que os outros e não eu aconselharam.

“A presença dos nossos adversários nesta casa não é para nós uma dificuldade, é uma necessidade para a dignidade do Parlamento (*apoiados*) e para a boa marcha do Governo, e faz com justo motivo a glória do Ministério que votou a reforma eleitoral. A presença dos nossos adversários nesta casa obrigará o nosso partido a conservar-se unido e forte, como é, e como se tem mostrado nas eleições da casa; a presença dos nossos adversários nos dará e ao país garantias de que todos os negócios serão examinados com o cuidado, o escrúpulo e a dedicação de que os seus chefes, que aqui têm assento, hão dado provas.

“Pela minha parte, se aplaudo a vitória de meu partido e lamento a derrota eleitoral de amigos e correligionários que eram para mim os melhores e mais íntimos, de amigos que nos farão e ao país maior falta nesta legislatura me congratulo com o Parlamento e com o país pela presença dos nobres deputados nesta casa; porque estou convencido

que sem tal presença nós teríamos o mesmo papel que todas as câmaras unânimes têm dado; sendo preciso até representar comédias parlamentares, simulando uns de oposicionistas e outros de governistas. Estamos, felizmente, livres desta condição, que fazia descer muito o Parlamento na estima do país.

“Sr. Presidente, não tendo organizado um programa que deveria ser em frases muito breves e concisas, eu abusei da atenção da Câmara com um discurso demais longo para esta circunstância; mas peço desculpa à Câmara e ao público. As minhas condições pessoais são singulares e excepcionais; não admira que eu não saiba fazer programa; eu nunca me julguei preparado para o Governo. Procurarei suprir a minha inexperiência em matéria de administração pelo zelo e dedicação à causa pública. Protesto o maior respeito à bolsa do contribuinte, o respeito ao direito de todos e o mais vivo interesse pela sorte dos desvalidos e pela justiça imparcial a cada um no momento em que, por erro próprio ou por qualquer circunstância, eu me desvie destes sentimentos, não me julgarei digno de continuar na posição que ocupo; e para isso conto com o apoio da oposição e dos membros da maioria.

“Peço licença à Câmara para dizer: há hoje em nosso país uma imprensa que faz sua arma predileta o insulto e a injúria; pois bem: eu protesto à Câmara que até dessa imprensa aceitarei as injúrias, os insultos, as críticas as mais amargas como um auxílio à administração; aceito-as com ânimo calmo e sem nenhum ressentimento ou espírito de vingança; examinarei as queixas, os fatos que forem por ela trazidos ao conhecimento do país, e não guardarei dela o mínimo rancor. Sei bem que ela não fica impune, porque para seu justo castigo não tem a autoridade que a imprensa possui em nosso país; nenhum instrumento de civilização servia jamais em nosso país com mais fruto, mais benefícios do que a imprensa outrora.

“Nenhum poder será maior neste país do que o da imprensa, quando for exercido com o critério, patriotismo, sabedoria e moralidade com que nos ensinaram os nossos primeiros homens da imprensa, que vieram uns de lá para o Parlamento, e outros foram do Parlamento para lá.

“Tenho dito à Câmara o que julguei do meu dever dizer, e peço-lhe desculpa, pedindo aos meus amigos o seu apoio, sem o qual



não me mantereis no Ministério nem um instante, ainda que pudesse ter outros meios de vida, que não desejo, embora muito honroso para mim.”

A inesperada singeleza do pensamento do presidente do Conselho, a franqueza rude com que se exprimira, agradava em geral ao país que queria governo alheio a partidos, e uma administração pública regular, moderada e justiceira; não todavia aos partidos pleiteantes que agouravam que a prática não pudesse corresponder à teoria.

Parecia que o programa político e administrativo articulado por Martinho de Campos tão destoante dos precedentes, não passasse de uma bandeira de imaginação. Paulino de Sousa Júnior, chefe dos conservadores na Câmara temporária, saudou o presidente do Conselho e prometeu-lhe que seus amigos, sem que prescindissem de seus princípios políticos, e colocados sempre em terreno governamental, fiscalizariam os atos do Ministério, apoiando-os ou contrariando-os conforme considerassem de interesse do país, e faziam votos para que com a imparcialidade e moderação que anunciara pudesse o novo Gabinete realizar suas idéias.

Domingos de Andrade Figueira, manifestou-se satisfeito, visto que não cogitava o Gabinete reformas extravagantes com que o Partido Liberal agitava a opinião pública e apregoava nos seus clubes, gazetas e programas de aparato. Rendia graças a Deus por ter desaparecido dos lábios dos ministros liberais esse ridículo rosário de contas, apelidadas reformas, assentadas em 1868, as quais jamais puderam efetuar, e que serviam apenas para entreter o fogo de doutrinas perniciosas.

Dispuseram-se portanto os conservadores a esperar os acontecimentos, e os liberais, um tanto desorientados, friamente acolheram as vozes do ministro considerando desde logo que a vida do Gabinete se não prolongaria por muito tempo.

De acordo com Martinho de Campos compuseram algumas comissões da Câmara com dois terços de liberais e um terço de conservadores, para o fim de melhor se esclarecerem os assuntos particularmente financeiros.

Na discussão da resposta à fala do trono, Afonso Celso de Assis Figueiredo Filho, eleito por um dos distritos da província de Minas, anunciou que, conquanto abraçasse os princípios republicanos, dispu-

nha-se a sustentar os liberais que mais se lhe aproximavam em idéias, sem que todavia se alistasse em suas fileiras.

Não desdenhou-lhe Martinho de Campos o apoio, porque via no seu procedimento a verdura do espírito que, como a do coração, enche de ilusão os moços, e esperava que a idade, o estado, a experiência e a reflexão modificariam suas idéias. Em sua idade fora como ele, adotara opiniões democráticas excelentes, mas aprendera com o tempo a alterar razoavelmente suas orientações primitivas.

“– Convencer-se-á com o tempo – acrescentou – de que vivemos tão bem sob o regímen desta república monárquica, que não é preciso mudar de sistema. ”

Tudo parecia ao princípio prognosticar que o Gabinete não encontraria dificuldades em sua marcha, bem que ecoassem já queixas e murmúrios de alguns deputados liberais. Conseguiu Martinho de Campos que se votasse antes de tudo uma prerrogativa dos orçamentos, para servirem enquanto com vagar e madureza se não discutissem e decretassem os recomendados pela Constituição do Império.

Logrou também que se lhe concedesse um crédito para poder enviar comissões científicas a bordo de uma embarcação de guerra, incumbidas de examinar e estudar a passagem do planeta Vênus sobre o disco solar, idéia do Imperador, desejoso de provar que o Brasil e os brasileiros se interessavam pelo progresso das ciências astronômicas.

Uma questão suscitou-se no entanto que ameaçou dissidências.

Denúncias provadas de fraudes em alguns alistamentos de eleitores e em assembléias paroquiais de recebimento e apuração de cédulas, decisões contraditórias da maioria da Câmara no reconhecimento dos diplomas, demonstravam necessidade urgente de emendar defeitos dos regulamentos e explicar satisfatoriamente a disposição da lei de 1881.

Propusera-se e votara-se a nomeação de uma comissão composta de membros de ambos os partidos políticos, tanto da Câmara temporária como do Senado.

Convidado o Senado, aquiesceu a Casa dos anciãos, e formara-se a referida comissão mista.

Tendo-se terminado a primeira sessão da legislatura a 17 de maio, e aberta a segunda, a fala do trono recomendava apenas medidas acerca do Exército e Armada, da instrução pública e das finanças que careciam equilibrar-se nas despesas e receitas públicas.

A comissão mista ofereceu imediatamente um projeto acerca dos defeitos notados na lei eleitoral.

Presidia a Câmara dos Deputados Martim Francisco Ribeiro de Andrada. Deixou a cadeira, e requereu sua exoneração, alegando que se colocava em oposição ao Ministério por ele não representar as doutrinas políticas do Partido Liberal, visto que não propunha as reformas que proclamara em 1868. Poucos deputados, todavia, o acompanharam na dissidência que iniciava.

Procurou Martinho de Campos acalmar a impaciência dos seus partidários e pediu-lhes que tratassem de interesses mais importantes do país. As reformas apregoadas pareciam-lhe extemporâneas. Começou logo a mostrar-se vacilante a situação do Ministério.

Cresceu essa opinião com uma derrota que o Gabinete sofreu nos comícios eleitorais ao tratar-se da reeleição do ministro da Marinha para deputado.

Obteve o candidato conservador, seu concorrente, maioria dos votos do distrito, e Paula e Sousa foi constrangido a abandonar seu posto no Ministério.

Na sessão de 30 de junho pediu o Deputado Inácio de Assis Martins a palavra; queixou-se que se não discutisse ainda o parecer da comissão mista sobre eleições e requereu de preferência a qualquer outro assunto fosse incluído na ordem do dia. Declarou o ministro do Império que o Gabinete considerava inoportuna a discussão solicitada, e se o requerimento visava a questão da confiança política, o gabinete a aceitava, desejoso de saber com que maioria devia contar para continuar na gerência dos negócios públicos. Martim Francisco, que assumia a chefia do grupo dos liberais dissidentes, declarou que o requerimento não tinha outro fim.

Explicou-se o procedimento do Gabinete pela convicção em que ainda permanecia de que era apoiado pela maioria e pois sairia da votação mais robustecido.

Parece mesmo que pensava que a condescendência dos conservadores o não desampararia naquela conjuntura.

Posta a votos a urgência, sessenta e três deputados, entre os quais todos os conservadores, a aprovaram contra quarenta e seis liberais que se conservaram fiéis ao Ministério.

Estava feita a crise. Martinho de Campos, logo que teve sua notícia solicitou a exoneração do Gabinete.

Tentou o Imperador incumbir a Saraiva a formação do novo ministério. Não conseguiu, porém, que ele se encarregasse da missão. Resolveu então esclarecer-se acerca das orientações das duas frações de liberais dissidentes e dos conservadores que haviam formado a maioria.

Por sua ordem compareceram nos paços Vanderlei e João Ferreira de Moura, presidentes das duas Casas do Parlamento e depois de ouvi-los mandou sua Majestade chamar Martim Francisco que se colocara à frente dos dissidentes, e Paulino de Sousa Júnior, chefe dos conservadores.

Ambos afirmaram a Sua Majestade que não houvera acordo entre as duas frações como o Ministério conjeturara.

Martim Francisco julgava que o Partido Liberal se uniria para auxiliar qualquer gabinete que se colocasse à frente das reformas políticas, e afirmou que votara contra o Ministério por considerá-lo emperrado. Paulino de Sousa Júnior não hesitou em declarar a Sua Majestade que a oposição aprovava a urgência do projeto eleitoral elaborado pela comissão mista do Senado e da Câmara por convicção de sua necessidade imediata, a fim de prevenir a repetição de vícios na próxima eleição a que se tinha de proceder para membros das assembleias provinciais e de câmaras municipais; que colocado o requerimento de Assis Martins em terreno de confiança política, maioria de razão tinham os conservadores para a apoiarem com seus votos.

Instruído o Imperador inteiramente dos motivos por que fora o Ministério derrotado, concedeu-lhe a demissão, e incumbiu ao Senador Lustosa Paranaguá a missão de organizar novo Gabinete.

.....

XIII  
*De julho de 1882 a maio de 1883*

P

UBLICOU-SE a 3 de julho a lista dos novos ministros, cuja presidência assumira com a pasta da Fazenda Lustosa Paranaguá. Os senadores Pedro Leão Veloso e João Florentino Meira de Vasconcelos tomaram conta do Império e Marinha. Aos Deputados João Ferreira de Moura, Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, Carlos Afonso de Assis Figueiredo e André Augusto de Pádua Fleuri couberam as repartições da Justiça, Relações Exteriores, Guerra e Agricultura.

Comunicou o presidente do Conselho às duas Câmaras, que recusara ao princípio aceitar a honrosa missão, que Sua Majestade desejava confiar-lhe na suposição de que tinha havido convênio entre os liberais dissidentes e conservadores da Câmara dos Deputados para derubarem o Gabinete anterior, mas que assegurando-lhe o Imperador que em nenhum acordo tinham entrado as duas frações da Câmara, obedeceu às ordens imperiais, e organizara o Ministério que apresentava ao Parlamento.

Pertencia ao Partido Liberal e esposava as idéias proclamadas no manifesto de 1868. Estando, todavia, adiantada a sessão de 1882, contentava-se, por enquanto, que as Câmaras votassem o parecer da comissão mista acerca da modificação e inteligência da lei e regulamento

eleitorais, medida urgente porque dentro de poucos meses se devia proceder à eleição de membros de assembléias provinciais e vereadores de municipalidades, e bem assim aprovassem os orçamentos para que se conseguisse equilibrar a receita e a despesa, e cuidar do resgate do papel-moeda que superabundava no mercado e causava perturbações nocivas no câmbio.

Prometia oferecer na sessão seguinte propostas acerca da descentralização administrativa de municipalidades e províncias, e melhoramento da instrução pública. Aproveitaria igualmente a oportunidade para que por lei se apressasse a emancipação servil, que não podia conservar-se indefinida e limitada às disposições da lei de 1871. Estudava o modo por que conviria efetuar-se a evolução pacífica do trabalho escravo pelo trabalho livre, já por meio de elevação do fundo de reserva e do imposto de transmissão de propriedade e já pela proibição terminante da deslocação dos cativos de umas para outras províncias do Império por vendas ou mudança de domicílio seu e dos seus possuidores.

Ao passo que solicitava o apoio e confiança da maioria liberal da Câmara temporária, mostrava esperanças de que auxiliaria a minoria conservadora no terreno de questões que interessavam a causa pública e não os princípios políticos dos partidos.

Referiu Paulino de Sousa Júnior o que se passara na audiência com que Sua Majestade o havia honrado, e afirmou que a atitude dos conservadores seria para com o novo Gabinete a mesma que tinham mantido relativamente ao precedente, não perdendo de vista suas doutrinas governamentais e não deixando de fiscalizar escrupulosamente os atos da administração. O procedimento do novo Ministério para com os conservadores decidiria a posição de seus amigos, que tinham a consciência de que representavam a opinião e estima pública, e não armariam nem precisavam armar a popularidades fictícias para subirem ao poder, que lhes havia de pertencer em tempo competente quer pela confiança nacional, quer pela força dos acontecimentos.

Explicou por fim que os conservadores haviam votado contra o Gabinete anterior na moção, que o derrotara, não somente porque era medida urgentemente reclamada a do projeto elaborado pela comissão mista de senadores e deputados de ambos os partidos pleiteantes, como também porque, estabelecida como questão de gabinete, não deviam

prescindir de seus princípios políticos e de sua oposição natural, fossem quais fossem as conseqüências de seus votos. A qualquer Ministério cumpre contar unicamente para viver e governar com seus correligionários e não com o apoio de seus adversários. Podia, portanto, Lustosa Paranaçu esperar sem receio que o auxiliariam nas medidas administrativas, tanto mais quanto declarara que deixava para as calendas gregas o cumprimento das idéias contidas no manifesto liberal de 1868, e a do adiantamento da emancipação servil, posto que esta última lembrança lhe parecesse inoportuna, senão promessa falsa, que podia contudo inquietar desde já os ânimos, como ameaça dos direitos de propriedade.

Respondeu-lhe o presidente do Conselho, agradecendo-lhe o oferecimento do auxílio prometido, afirmando-lhe, todavia, que para a seguinte sessão, e não para as calendas gregas, reservava as propostas relativas aos assuntos que mencionara.

Usou Martim Francisco da palavra para declarar que apoiava o Ministério por ter hasteado a bandeira das reformas liberais exigidas por seu partido, e que portanto desvaneciam-se todas as divergências surgidas em seu seio, e que haviam promovido a cisão de muitos dos seus membros.

Não trepidou Ferreira Viana em dizer que em sua opinião Martinho de Campos fora encarregado simplesmente de desbravar o caminho, abrir e desvirginar as florestas, e assentar os trilhos sobre os quais devia passar o Gabinete presidido por Lustosa Paranaçu, cuja ascensão ao poder estava de há muito preparada, como representante genuíno das idéias e intenções da Coroa. Depois de com fina ironia chasquear da situação e das promessas do Gabinete para realização das reformas que os liberais reclamavam, terminou exclamando que era mister, para garantir as instituições monárquicas, retirar da Coroa a intervenção de fazer e desfazer ministérios e situações, e o direito de escolher chefes de partido, quando à opinião pública é que essa atribuição devia pertencer. Semelhante prática desmoralizava frações e partidos, e à decadência do seu crédito não podia resistir o sistema representativo.

Discutiu-se logo depois a eleição procedida na província de São Paulo pela vaga deixada na Câmara temporária em conseqüência de ter Paula Sousa aceitado o cargo de ministro da Agricultura, sob a presidência de Martinho de Campos. Fora Paula Sousa vencido nas urnas

pelo candidato conservador Rodrigo Augusto da Silva, que se recebera com o respectivo diploma. Uniram-se no entanto os liberais para o rejeitarem, com a anulação de atas parciais de alguns colégios eleitorais.

Cometeu-se a depuração, e Paula Sousa foi o deputado reconhecido pela maioria da Câmara, bem que com notável injustiça.

Votou-se e remeteu-se para o Senado o projeto eleitoral elaborado pela comissão mista, sem que o demorassem debates de importância, e cuidou-se de continuar na discussão dos orçamentos que tão atrasados se achavam.

Tanto na Câmara temporária como no Senado corriam pacífica e regularmente as discussões, e o Ministério, posto que demorados seus intentos de apressar os orçamentos, não podia queixar-se de seus adversários políticos.

Tinha infelizmente falecido em 1880 José Maria da Silva Paranhos, após brilhante carreira política, e João Maurício Vanderlei ocupava a cadeira de presidente. Contava, porém, o Partido Conservador no Senado outros varões ilustres que corajosamente lhe defendiam a causa que aqueles dois estadistas tinham sustentado com tamanha galhardia.

Não é, pois, de admirar que os debates marchassem ilustrada e controvertidamente de modo a esclarecer a situação financeira que se patenteava melindrosíssima, e a lembrar os meios com que fosse melhorada.

Andrade Figueira, Ferreira Viana, Duque Estrada Teixeira, Francisco Belisário, Paulino de Sousa Júnior, Gomes de Castro, e vários outros conservadores, provaram por seu lado na Câmara dos Deputados suas habilitações oratórias e seus conhecimentos científicos. Acompanhei-os por vezes na lide, e recordo-me que, analisando a receita, propus a elevação dos impostos alfandegários e modificação de direitos. Havia naqueles recursos a aproveitar, porquanto na comparação dos tributos de importação cobrados pelas nações européias e da América, eram os nossos menos pesados, além de que servia para animar a indústria nascente nacional.

Prorrogou-se a sessão até 28 de outubro, sem que conseguisse, todavia, o Ministério obter os orçamentos com as medidas necessárias a seu equilíbrio.



Encerradas as Câmaras, sofreu o Ministério imediatamente um revés eleitoral que lhe diminuiu a força moral de que carecia para a governação do país. Um candidato conservador oposto ao ministro, Pádua Fleuri, que solicitava sua reeleição de deputado em um dos distritos da província de Goiás, cantou vitória, e Pádua Fleuri teve de retirar-se do Gabinete, por lhe faltar a prova de que não desmerecera na opinião pública.

Resultado da eleição direta, efetuada por um corpo eleitoral permanente, e que representava a vontade nacional, sem que fosse sujeita a tantas violências e fraudes que as autoridades cometiam. Na liberdade eleitoral notava-se evidentemente quanto o país lucrava na manifestação de seu voto com a lei de 1880.

Instalou-se em maio a sessão ordinária da legislatura de 1883, e a fala do trono recomendou a reorganização da magistratura e a reforma da administração das províncias e das municipalidades, e referiu que algumas assembléias provinciais haviam votado impostos de importação, que se não podiam cobrar por sua reconhecida inconstitucionalidade. Terminava com a seguinte frase:

“Fazendo justiça a vossos sentimentos, espero que vos não esqueçais da gradual extinção do elemento servil, adotando medidas que determinem sua localização, assim como outras que auxiliem a iniciativa individual de acordo com o pensamento da lei de 28 de setembro de 1871.”

Nas eleições para membros da mesa da Câmara dos Deputados e para os das comissões respectivas, triunfaram completamente os liberais, excluindo conservadores, que o Ministério de Martinho de Campos conseguira fossem eleitos para representarem a importante minoria de que seu partido dispunha no Parlamento.

Renovaram-se, todavia, as dissidências, e um grupo de liberais começou surdamente a desfazer a fusão, que parecera ter-se restabelecido com a retirada do Gabinete antecedente.

Ainda que aliado pertinaz do Partido Liberal, não lhe conquistara, contudo, Lustosa Paranguá todas as simpatias. Magistrado, manifestava-se correto e imparcialmente como ministro, e opunha-se quanto podia às exaltações de seus correligionários. Suas opiniões e atos verberavam resoluções inconstitucionais de assembléias provinciais. Tinham-lhe,

além disto, alienado o apoio de alguns de seus adeptos mais exagerados em doutrinas.

A murmúrios e queixas individuais, sucedeu imediatamente declarada agressão dos interessados em defender as regalias das províncias.

Na sessão de 4 de maio, arremeteu energicamente o deputado pernambucano José Mariano contra o Gabinete, que ele considerava praticar princípios conservadores mais do que idéias do Partido Liberal, e requereu que se adiasse toda e qualquer discussão até que o Ministério prestasse informações relativas ao estado precário das províncias, e as providências com que pretendia melhorá-lo financeiramente.

Estando finda a hora do expediente, não aceitou o presidente da Câmara uma moção apresentada por José Mariano, que recorreu de sua decisão para a Câmara, e pediu urgência. Aprovou-se a urgência, e a moção foi declarada entrar em debate imediatamente.

Travada a luta, não hesitou José Mariano imputar à influência da Coroa o procedimento do Ministério, ordenando que se suspendesse a execução de leis provinciais de Pernambuco acerca de impostos de importação. O ministro das Relações Exteriores, Lourenço de Albuquerque, defendeu os atos do Gabinete. Considerou a moção de confiança e exigiu que a Câmara se pronunciasse, porquanto não queria o Ministério governar, faltando-lhe o apoio da maioria.

Cinquenta e nove deputados aprovaram a moção contra quarenta que a rejeitaram.

Declarada a crise, comunicou-a logo Lustosa Paranaguá a Sua Majestade e solicitou a exoneração coletiva do Gabinete.

Mandou o Imperador chamar Saraiva a São Cristóvão, e incumbiu-o de organizar novo Ministério. Escusou-se Saraiva, e aconselhou a Sua Majestade conservasse Paranaguá à frente dos negócios públicos, autorizando-o a modificar o pessoal do Gabinete, para acomodar-se com a maioria liberal da Câmara.

Não anuiu Paranaguá às instâncias do Imperador, que convidou o Senador José Bonifácio para tomar conta da administração. Recusando José Bonifácio obedecer-lhe, pretendeu Sua Majestade confiar o poder a Sousa Dantas, que igualmente não aceitou missão tão espinhosa.

Lembrou-se Sua Majestade das notáveis habilitações do Senador Lafaiete, que fora membro do Gabinete presidido por Cansação de Sinimbu. Ornado de talentos primorosos e de rara erudição, conservava-se Lafaiete no Senado como que alheio a interferências políticas, ainda que votando sempre com os seus correligionários liberais.

Estremeceu Lafaiete na previsão da crítica posição que lhe estava reservada à frente do Governo. Alegou ser homem novo e desprovido do prestígio de chefe de partido. Não lhe admitiu Sua Majestade as desculpas, e concedeu-lhe vinte e quatro horas para procurar e reunir colegas, que o auxiliassem no Gabinete, para cuja presidência o escolhera.

Permanecia Lafaiete na idéa de recusar-se ao serviço do país, quando Sousa Dantas o procurou, e em sua residência anunciou-lhe palavras que lhe haviam sido repetidas pelo Imperador: “Diga a seu amigo que o país não pode ficar sem governo”, e anuiu a assumir a governação do Estado.

Convocou Lafaiete os próceres mais conhecidos do Partido Liberal, que tinham assento no Senado, e quis ouvir-lhes os conselhos. Foram todos de opinião que lhe cumpria organizar gabinete, e cada um deles indicou-lhe o nome de um colega, que o auxiliasse, a fim de que as principais províncias e os matizes de que se compunha a maioria da Câmara dos Deputados fossem representados no Ministério que ele presidisse.

Partiu para São Cristóvão, e participou ao Imperador que com a presidência do Conselho e a pasta da Fazenda organizaria o novo Ministério, e confiaria as repartições dos Negócios Estrangeiros, Justiça, Guerra, Império, Agricultura, e Marinha ao Senador Francisco de Carvalho Soares Brandão, e aos Deputados Francisco de Sousa Paraíso, Antônio Joaquim Rodrigues Júnior, Francisco Antunes Maciel, Afonso Pena, e Antônio de Almeida Oliveira. Excetuado Pena, que ele pessoalmente apreciava por suas qualidades notáveis, a indicação dos demais ministros partira dos senadores liberais, que tinha ouvido.

A 24 de maio de 1883 estava formado o novo Ministério, e logo a 26 compareceu Lafaiete na Câmara temporária. Assegurou que em sua opinião não era um programa político uma invenção, uma criação arbitrária do espírito humano, mas um complexo de idéias, que correspondessem à realidade da situação do país em um momento dado. Na conjuntura em que se via o primeiro e principal assunto de que se deviam

ocupar o Governo e as Câmaras eram as necessidades financeiras, para cujo estudo e solução requeria todos os cuidados dos legisladores. Cumpriria evitar despesas que se tinham exagerado, dotar a receita com novos impostos, e equilibrar os orçamentos. Dedicava-se a essa tarefa e prometia que não gastaria coisa nenhuma que não fosse legalmente decretada. Aproveitaria, contudo, a ocasião para em tempo oferecer à consideração do Parlamento propostas tendentes a modificar a administração provincial, municipal e judiciária, ligar os escravos às localidades em que residissem, e aumentar o fundo de emancipação com tributos peculiares.

Incumbido o Deputado Olímpio de Castro, pelo chefe dos conservadores, de saudá-lo pela sua ascensão ao poder, declarou que o não assustava o programa ministerial, pois que não revolvía o espectro de reformas proclamadas como necessárias pelo Partido Liberal no seu manifesto de 1868, e que considerava mais de fantasia que realizáveis na prática. Recomendava, todavia, ao presidente do Conselho, que se prevenisse contra seus correligionários, que já se tinham levantado contra seus antecessores, tomando-as por pretexto para agredi-los. Lembra-va-lhe que tantos maiores cuidados devia empregar na gestão dos negócios públicos, quanto se reputava novo na política, auxiliar e não chefe de partido, e pelo seu caráter severo revelar a exigências exageradas e a desperdícios inconfessáveis. Temesse-se dos amigos, e não dos adversários, que se restringiriam a fiscalizar-lhe os atos e a auxiliá-lo nas medidas favoráveis a erguer o Tesouro da sua situação melindrosa e precária.

Terminada a cena da apresentação do Gabinete no Parlamento, prosseguiu-se na discussão da fixação das forças terrestres e marítimas, suspensa desde a anterior sessão da legislatura.

Felicitando o país pela conversão de republicanos em monarquistas, e até em ministros de Estado, citou Andrade Figueira o nome do novo ministro da Marinha, que publicara havia pouco tempo no Maranhão um folheto estigmatizando as instituições monárquicas, e incitando o povo a trocá-las pelas republicanas.

Passou a ler trechos do folheto, e um deles incluía as seguintes palavras: “O maestro de harmonia – o poder moderador da Constituição – que se chama equilíbrio e chave da nossa organização política, colocava o país sem movimento, ou antes com os movimentos agradáveis

ao supremo chaveiro. Dir-se-ia que a nação é para ele uma coisa semelhante a um boneco dançador, ou a uma rede de crochê. Boneco dança como lhe parece. Crochê tolera-o enquanto no tecido não entram certas cores, ou, entradas que sejam, puxa pela ponta, e tudo se desmancha. Para isso, prestam-se dois partidos que se digladiam. Mas o liberal está já condenado antes de subir ao poder. É malha defeituosa que tem na sua gestão a causa da sua morte.”

Foi constrangido o orador a parar na leitura do folheto, em conseqüência das estrondosas gargalhadas, que irromperam de todos os ângulos do edifício, e que continuaram por bastantes minutos.

Logo, porém, que lhe permitiram falar, repetiu o seguinte trecho do folheto :

“A monarquia tem sido funesta ao Brasil. É a ela que devemos todos os males que a afligem. Nada de esperanças com a Coroa, nada com ela. Ou a morte, ou a salvação com a república.”

Não pôde o ministro da Marinha, Alves de Oliveira, suportar silencioso a terrível catilinária do orador fluminense. Pediu a palavra, e afirmou que fora e era ainda partidário das idéias democráticas; que falara em república como uma aspiração do futuro, e persuadia-se que suas opiniões o não incompatibilizavam para exercer quaisquer cargos públicos. Seu civismo lhe não proibira abster-se de tomar parte nas evoluções da política e de aceitar a pasta de ministro. Procedimento contrário equivaleria a sacrificar seus ardentes desejos de servir ao país a sonhos de mocidade. Descrevera os homens e as cousas no fogo o ardor dos anos, e na administração dos negócios públicos e nos conselhos da Coroa procederia com lealdade ao Imperador e dedicação a sua pátria.

Analisados foram miudamente pelos conservadores os orçamentos em todas as suas verbas e algarismos. Por minha parte, esbocei um quadro histórico da marcha do Tesouro desde 1878. Seu estado patenteava lições que cumpria aproveitar. Importava em 1878 a dívida pública flutuante e consolidada em cerca de setecentos mil contos de réis, e atingia em 1884 a novecentos e vinte mil, e o câmbio baixara de 24 a 25 a 17. Tornava-se indispensável que o Governo e as Câmaras fechassem os olhos ao patronato, diminuíssem despesas desnecessárias, ou suscetíveis de adiar-se, e que o ministro da Fazenda se opusesse energicamente às

exigências de seu partido, aplicando rigorosa fiscalização aos dispêndios públicos.

Acrescentei que o país era novo, desprovido de capitais, e carecia de provocar os das nações estrangeiras, oferecendo-lhes emprego remunerativo e seguro. Sua principal, senão única, fonte de riqueza dependia da agricultura, e para esta desenvolver-se e progredir, carecia-se de meios de comunicação, que facilitassem e barateassem os preços dos transportes dos produtos. Para esse ponto convinham capitais estrangeiros de preferência, a organização de um sistema prático e útil de emigração, para que não faltassem braços, em substituição dos escravos, cuja libertação mais cedo ou tarde seria infalível, em consequência das leis vetadas acerca do elemento servil; que não bastava a colonização, como até então se aplicara, porque a colonização não suprimindo as grandes propriedades da lavoura, que com a diminuição e final desaparecimento da escravatura definhariam necessariamente, cumpria subvencionar-se a emigração até que se conseguisse sua corrente espontânea, e o país oferecesse pátria afortunada aos que abandonassem seus lares em busca de melhoramentos de vida.

Durante os prolongados e minuciosos debates do orçamento, apresentou o Ministério uma proposta de localização dos escravos, proibindo-lhes a sua saída de umas para outras províncias, impondo um tributo anual sobre cada um deles a fim de elevar o fundo de emancipação, e modificando finalmente o processo judiciário para as alforrias forçadas. Visava, desde logo, a prover que se não esquecia de pontos de seu programa.

Recursos oratórios não faltavam a Lafaiete, que lutou bravamente com seus adversários conservadores que não abandonavam a tribuna na discussão dos orçamentos, e o provocavam a patentear suas opiniões. É mister, todavia, confessar que bem que manifestasse erudição profunda e veementes desejos de manter um regular sistema de economia e de elevar a receita pública, não deparava auxílio nos seus correligionários, que votavam verbas de despesa que o deviam magoar e nulificar-lhe os planos. Percebia-se que estava constrangido no Governo e desejo de lançar dos ombros a responsabilidade que lhe pesava demasiado.

Certo é que se não concluíram na sessão os orçamentos, e teve ainda o Ministério de contentar-se com resoluções prorrogativas,

que não aproveitavam a situação financeira, cada vez mais envolvida em dificuldades.

Encerrada a sessão de 1884, pôde o Governo livremente dedicar-se ao serviço público.

Bem não findara o ano, e já um grave acontecimento aluía-lhe a posição.

Entre as pequenas e numerosas gazetas que se publicavam, salientava-se uma pela violência de sua linguagem, e pela ousadia de insultar cidadãos pacíficos, e famílias honestas, no intuito de provocar a curiosidade maligna, que abunda em todos os países, e que alimenta os que caluniam os mais puros caracteres.

Vivia e sustentava-se com a venda de copiosa quantidade de exemplares que espalhava na circulação, e com espórtulas pecuniárias daqueles que, ameaçados de insultos, preferiam evitá-las abrindo os cordões de suas bolsas.

Chamava-se seu redator Apulcro de Castro, e posto que às vezes e às ocultas tivesse sido castigado por algum dos ofendidos, não cessava de promover sua indústria vergonhosa e infame.

Ninguém ousava chamá-lo aos tribunais, por temer-se de maiores injúrias e de mais vulgarizada calúnia de que fora vítima. Amedronta sempre a arma da difamação, e o miserável Apulcro de Castro a manejava temerariamente.

Em um dos números da gazeta publicados em fevereiro de 1885, Apulcro de Castro arrojou-se a insultar os brios e a honra de alguns oficiais militares pertencentes a um regimento de cavalaria, aquartelado na capital do Império.

Correram vozes de que os oficiais injuriados haviam resolvido vingar-se do redator imprudente.

Chegando a notícia a seus ouvidos, e receando de que fosse procurado em sua residência, quase que não saía senão às sombras das noites. Percebeu por fim que não podia escapar-lhes, e julgou conveniente implorar o socorro da polícia, em uma ocasião que se amontoavam nas ruas circunvizinhas da sua tipografia mangas ameaçadoras de população.

Dirigiu-se ao chefe de polícia, expôs-lhe os perigos a que estava exposto, e suplicou sua intervenção para não ser vítima de seus inimigos.

Enquanto permanecia na polícia, e esperava o auxílio que o chefe lhe prometia, começaram ondas de povo a inundar a rua e a aproximarem-se às portas do edificio. Mandou-se comunicar o fato aos ministros, reunidos em conferência na Secretaria do Império, sita nas vizinhanças.

Resolveu o Ministério que ordenasse ao ajudante-general do Exército enviasse força militar à polícia, a fim de proteger a pessoa de Apulcro, caso a população ali amontoada pretendesse ofendê-lo, e de auxiliar igualmente o chefe nas diligências, que lhe cumpria empregar, para dispersar os grupos que se supunham arrastados por intentos nocivos.

Não foi o ajudante-general encontrado em seu quartel, e um major, que ali se achava e coadjuva no serviço, partiu incontínenti para a Secretaria do Império, e ofereceu-se aos ministros para cumprir as ordens que lhes fossem dadas.

Recebeu o major instruções para pôr-se à disposição do chefe de polícia. Seguiu para ali, em cumprimento de seus deveres.

Concordou o chefe de polícia com o major que este conduziu em uma carruagem a Apulcro de Castro para lugar seguro, onde não fosse perseguido por seus inimigos, que pareciam querer desfeiteá-lo na rua.

Entendeu o major que em sua companhia não perigava Apulcro de Castro, e não exigiu força Armada para acompanhá-lo.

Em um carro de praça denominado vitória, tomou assento, levando-o a seu braço e colocando-o sentado à sua direita, ordenou ao cocheiro que seguisse a todo o galope dos cavalos para o quartel do campo d'Aclamação, rompendo as massas da população aglomerada na rua.

Não havia o carro percorrido mais de cem metros de caminho, quando um grupo deteve os cavalos. Opôs-se-lhe o major, quando de repente um tiro de revólver disparado pelos assaltantes feriu gravemente o braço de Apulcro, e pelo lado direito punhaladas lhe atravessaram o peito, e o cobriram de sangue copioso.

Apesar das diligências e gritos do major, os assassinos desapareceram por entre a multidão da população, sem que fossem perseguidos pelos espectadores que pareciam se não cúmplices, indiferentes pelo menos ao atentado cometido.



Apresentou-se o major aos ministros e referiu-lhes o desastrado sucesso, mostrando para justificar sua farda rasgada.

Chegaram então à polícia contingentes militares, que dispersaram as mangas populares, mas que não conseguiram apreender os perpetradores do crime, que se haviam cuidadosamente evadido.

Impressionou-se extremamente a população, e atribuiu a culpa aos ministros, ao chefe de polícia e ao major, que não tinham desempenhado sua obrigação de salvar Apulcro, bem que individuo desprezível, mas que se tinha abrigado à proteção da autoridade. Cometera-se o atentado em uma rua pública, perto do edificio da polícia, em dia claro, às duas horas da tarde, e à vista de numerosos espectadores, o que enchia de indignação quantos ouviam referi-lo.

Decidiu o Ministério que se procedesse a inquéritos para descobrir os assassinos; apesar, porém, de repetidas averiguações e depoimentos, soube-se apenas que os autores do crime eram oficiais do regimento de cavalaria, disfarçados à paisana, mas que não tinham sido conhecidos.

Resultando do processo instaurado suspeita apenas contra alguns dos oficiais do regimento de cavalaria, transferiu-os o Governo para outros corpos militares destacados em províncias distantes, e exonerou do comando o coronel, por não ter exercido a vigilância precisa sobre seus subordinados.

Tanto mais dolorosamente ocupou-se a opinião pública com este desgraçado acontecimento, quanto espalhou-se dias depois a notícia de que Sua Majestade visitara o quartel do regimento a que os suspeitos assassinos pertenciam. Fora o intuito do Imperador conhecer por seus olhos o que ali ocorria. Atribui-se entretanto o seu ato a uma demonstração favorável ao procedimento dos perpetradores do atentado.

Desgostoso Lafaiete com tão lamentável ocorrência, teve de incomodar-se ainda com outra que irrompeu logo em seguida no selo do Gabinete. Com seu caráter propenso mais para os estudos do Gabinete do que para as práticas e peripécias da administração, e seu ânimo de ordinário tímido, indeciso, e irresoluto, espantaram-se os próprios amigos ao chegar-lhes notícia que cometera um ato de energia, despedindo do Ministério Rodrigues Júnior, que ocupava a pasta da Guerra.

No primeiro dia de março publicaram as gazetas este acontecimento, que causou geral surpresa, porque ninguém previra a modificação do Gabinete, e nem soubera o que se passava por detrás dos seus bastidores.

Diferentes versões se propalaram umas favoráveis a Lafaiete, a Rodrigues Júnior outras. Falava-se, todavia, em uma carta confidencial do presidente do Conselho a seu colega, mas ignorava-se seu conteúdo.

A 3 de maio abriu-se a sessão ordinária da Assembléia Legislativa do Império.

A fala do trono notava que os déficits do Tesouro se avolumavam e cresciam por falta de um orçamento regular, e mingou a receita; exigia urgentemente que os legisladores se ocupassem de tão grave assunto, principiando por cortar despesas desnecessárias, e adiar as que o momento pudesse dispensar. Solicitava aprovação da proposta apresentada na sessão anterior acerca da localização dos escravos, e elevação do fundo de reserva, meios indiretos para a extinção gradual do elemento servil. Recomendava alterações nas leis orgânicas das administrações de províncias e municipalidades, e pela primeira vez lembrava a necessidade de uma resolução legislativa acerca do casamento civil.

Não continha idéia política, abandonara longa lista de assuntos a que as falas do trono antecedentes estavam habituadas, e referia-se apenas às matérias de que cumpria ao Parlamento ocupar-se na sessão legislativa.

.....

XIV  
*De maio a dezembro de 1884*

*D*

A DEMISSÃO do Ministro Rodrigues Júnior resultou a oposição de alguns deputados liberais do Ceará, de amigos particulares.

Não encontrou, portanto, Lafaiete na Câmara temporária a mesma benevolência com que fora acolhido na sessão de 1883.

No dia 5 de maio, terminadas as eleições de presidente e comissões, o chefe do Partido Conservador interpelou o Gabinete sobre as causas de sua recomposição. Não estava no recinto o presidente do Conselho, e Afonso Pena, ministro da Agricultura, informou imediatamente que o motivo da retirada de Rodrigues Júnior constava de uma carta do presidente do Conselho, datada de 29 de fevereiro, e a cuja leitura procedia. Era a carta assim redigida: “Excelentíssimo Senhor Conselheiro Rodrigues Júnior. Peço licença a V. Ex<sup>a</sup> para dizer-lhe com franqueza, mas respeitosa, que seria um ato acertado a sua retirada do Ministério. Coube a V. Ex<sup>a</sup> uma pasta alheia aos seus estudos e hábitos. Daí, força é confessar, que tem resultado natural tibieza e falta de conveniente direção nos negócios da Guerra. Peço-lhe mil desculpas por esta declaração que para mim é tanto mais dolorosa quanto é elevada a estima que voto à pessoa de V. Ex<sup>a</sup>, em quem folgo de reconhecer um cidadão distinto e um correligionário digno de toda consideração. Te-

nho a honra de ser com a maior estima de V. Ex<sup>a</sup> amigo e colega muito afetuoso e obrigadíssimo, Lafaiete Rodrigues Pereira. Rio, 29 de fevereiro de 1884.”

Acrescentou Afonso Pena que no dia seguinte, 1<sup>a</sup> de março, achando-se em despacho imperial reunido todo o Ministério, Rodrigues Júnior se apresentava igualmente, e solicitava sua demissão, e Sua Majestade lha concedera.

Extraordinária foi a surpresa produzida na Câmara ao ouvir as expressões da carta de Lafaiete. Pela primeira vez se assistia a uma cena tão singular e imprevista. Um presidente de Conselho de Ministros despedir do Gabinete um seu colega, imputando-lhe incúria e incapacidade para ocupar a pasta que lhe fora confiada!

Levantou-se Rodrigues Júnior para responder a Afonso Pena. Disse que vivera durante o tempo em que exercera o cargo de ministro da Guerra na maior harmonia quer com Lafaiete quer com os demais membros do Gabinete, e jamais nem um deles o censurara por seus atos, e nem mesmo lhe lembrava providências que entendesse convenientes; que fora, portanto, surpreendido ao receber a carta referida, e posto que ela o acusasse de tibieza na sua gerência, nem um fato se mencionara, deixando-o na suposição de que a outros motivos, que se ocultaram, se devia atribuir a resolução do presidente do Conselho. Tinha razão para crer que tinham havido exigências ilegítimas e partidárias a que ele não houvesse acedido, pois que timbrava sempre em executar textualmente a lei e distribuir justiça. Percebeu que não podia mais entreter relações com o presidente do Conselho, e cumpria-lhe diretamente solicitar do Imperador a sua exoneração. Ouviu de Sua Majestade palavras lisonjeiras a seu respeito, e ao mesmo tempo a declaração de que a concedia. Dissera-lhe Sua Majestade que os presidentes de Conselho deviam ter toda liberdade na organização e modificação dos ministérios, e bem assim na fiscalização e direção da política, e por esse motivo na conferência prévia, que recebiam antes do despacho conjunto dos ministros, os ouvia separada e particularmente.

Os Deputados Ratisbona e Lourenço de Albuquerque verberaram o ato do presidente do Conselho, particularmente as expressões injuriosas da carta, e colocaram-se desde logo em oposição ao Gabinete.

Terminado o incidente, o Ministério ofereceu à Câmara dos Deputados propostas a respeito do casamento civil e da reforma de municipalidades.

Entrou em discussão a 14 de maio o orçamento da Fazenda, adiado na sessão anterior, e achando-se presente na Câmara dos Deputados o presidente do Conselho, interpelou-o por sua vez Rodrigues Júnior, e exigiu saber os motivos verdadeiros que o haviam arrastado a escrever-lhe uma carta tão desairosa e a intimar-lhe que requeresse sua demissão.

Respondeu-lhe o presidente do Conselho que a carta o devia esclarecer inteiramente, notava-lhe a incapacidade para gerir a pasta da Guerra, incapacidade que Rodrigues Júnior revelava diariamente por não compreender os negócios da repartição e nem formar uma idéia precisa de seus deveres. Preferira dizer o motivo verdadeiro do seu ato para coagi-lo a exonerar-se do cargo, e não empregar hipocrisias e não suscitar divergências que tornassem impossível sua conservação no Governo.

Retorquiu Rodrigues Júnior que, tanto faltava à verdade o presidente do Conselho, que depois mandara-lhe propor acomodação pelo ministro da Justiça, mediante modificações nas frases da carta e promessas de fazer pelo Ceará o que ele quisesse; semelhante transação por sua dignidade energicamente repelira.

Entrou no debate o ministro da Justiça para explicar seu procedimento: afirmou que fora à casa de Rodrigues Júnior como amigo no intuito de consolá-lo, e não lhe propusera transação de qualquer natureza.

Compreende-se o escândalo causado. Ouviram-se protestos, levantou-se tumulto, e triste espetáculo presenciara a Câmara.

Lourenço de Albuquerque condenou em veemente linguagem o presidente do Conselho e opinou que ele não podia mais decentemente conservar o poder e exercer autoridade no país.

Dispôs-se Andrade Figueira a aproveitar a oportunidade para desmoralizar inteiramente o Ministério. Lembrou o assassinato de Apulcro de Castro. Provar-se-ia por ele a presumida incapacidade do ministro da Guerra? Nesse caso estavam todos os membros do Gabinete, que juntos em conferência transmitiam de comum acordo ordens ao ajudante-general do Exército e ao chefe de Polícia.

Imputou ao Ministério responsabilidade de uma visita impolítica que o Imperador no dia imediato ao assassinato fizera ao quartel do regimento de cavalaria cujos oficiais apontava a opinião pública como perpetradores da morte de Apulcro. Admirou-se tanto mais do ato de energia do presidente do Conselho, despedindo incivilmente um colega, quanto dotava-o natureza de caráter tímido e indeciso a ponto que não resolvia negócios políticos e respondia com as palavras: pode ser que sim, pode ser que não. Na discussão do orçamento muitos oradores da oposição tomaram à sua conta o exame rigoroso das finanças do Estado, e o presidente do Conselho foi constrangido a subir por vezes à tribuna para defender-se. Alegando necessidades de economia, pediu à Câmara que demonstrasse por sua parte patriotismo reduzindo a despesa e aumentando a receita a fim de equilibrar-se o orçamento. Chegado o momento de ocupar-se a Câmara com a eleição de seu presidente, feriu-se logo a pugna entre o Ministério e a oposição. O escrutínio proclamou a vitória do Ministério para seu candidato por dois votos apenas de maioria, incluídos os dos quatro membros do Gabinete, que eram deputados. O Deputado liberal César Zama pediu em seguida urgência para apresentar uma moção de desconfiança, que se tornava indispensável resolver em vista da votação.

Questão de ordem suscitou-se e, depois de muitos protestos, votou a Câmara a urgência.

Era a moção escrita nos seguintes termos:

“A Câmara dos Deputados, entendendo ficar o Gabinete privado do necessário prestígio para continuar à frente do Governo, visto a votação em que os membros do Ministério tomaram parte, estranha o procedimento dos mesmos ministros, e passa à ordem do dia.”

Repeliu Afonso Pena a moção, que ele atribuía a despeitos de correligionários, e não à solicitude pelo desempenho do regime representativo, e não a faltas que o Gabinete houvesse cometido, e exclamou:

“Nós temos a consciência de haver cumprido nosso dever. No terreno político temos procurado encaminhar as reformas pelas quais sempre propugnamos. Na administração temos governado com nossos princípios políticos. No terreno econômico temos feito as economias reclamadas pelo estado precário de nossas finanças. Temos feito uma administração proba e digna. O Ministério não se dirige à maioria

de seu partido em nome do espírito partidário. Dirige-se convicto pelos atos que tem praticado porque tem a consciência de haver cumprido seu dever. Vote a Câmara como entender, o país nos julgará.”

Cinquenta e seis deputados votaram a favor da moção e sessenta contra. Bem que vencedor, compreendeu o Gabinete que estava condenado. Suspendeu-se a sessão e propalou-se o boato de que Lafaiete solicitara a exoneração do Gabinete.

Lafaiete dirigiu-se de feito no mesmo dia ao paço de S. Cristóvão e Sua Majestade acedera a seu pedido de demissão. Mandou o Imperador chamar Saraiva, cuja opinião desejava ouvir a respeito da crise e da organização de um novo Ministério.

Depois de conferências com Saraiva, recebeu Sua Majestade os Senadores Sousa Dantas, Cansação de Sinimbu e Afonso Celso, e ouviu-os separadamente no correr do dia 4. Pelas dez horas da noite resolveu que Sousa Dantas se incumbisse de organizar Gabinete; mandou-o chamar, e encarregou-o da tarefa.

Compôs Sousa Dantas o seu Ministério a 6 de julho de 1884. Além da presidência do Conselho empossou-se da repartição da Fazenda. Distribuiu as pastas do Império e Marinha a dous senadores, Filipe Franco de Sá e Joaquim Raimundo Delamare, e as de Justiça, Guerra, Agricultura e Negócios Estrangeiros a quatro deputados, Francisco Maria Sodré Pereira, Cândido Luís Maria de Oliveira, Antônio Carneiro da Rocha e João da Mata Machado.

No dia 9 apresentou-se à Câmara.

Declarava que na sessão de 1884 provocaria a atenção do Parlamento para duas únicas questões que formaram o programa do Gabinete combinado com Sua Majestade; a financeira, que exigia ser resolvida com remédios prontos, e a do elemento servil, cuja extinção cumpria adiantar-se para o fim de no Império extinguir-se quanto antes o cancro da escravatura. Entendia no tocante a última que era chegado o momento de desenvolver a lei de 28 de setembro de 1871, que já não bastava para os fins que visava. Convinha não retroceder, não parar, nem precipitar. Deficiente parecia-lhe a localização dos cativos, bem como o fundo decretado para a emancipação. Não era somente uma idéia generosa, uma nobre e humanitária aspiração de todos os brasileiros; a civilização moderna reclamava, e a necessidade pública exigia. Entre as medidas

que cumpria adotar-se, não saltava aos olhos de todos que os escravos maiores de sessenta anos fossem declarados remidos e forros? Esta e outras providências conteriam a proposta que o Ministério ofereceria dentro de poucos dias à sabedoria dos legisladores.

Indispensável parecia-lhe resolver tão importante questão, e o Ministério a afrontava de frente sem que se arrecesse de perder sua popularidade. Espantou-se a Câmara com expressões tão decisivas do presidente do Conselho. Já desde o gabinete presidido por Lustosa Parana-guá levantaram-se boatos de que a Coroa, que tinha conseguido impor a lei de 28 de setembro de 1871, não estava ainda satisfeita e persistia na idéia de exigir disposições legislativas tendentes a apressar a extinção da escravatura no País.

Não conseguira fazê-la adotar pelos Ministérios que se tinham revezado no poder, a partir de março de 1871. Nem Luís Alves de Lima, nem Cansação do Sinimbu, nem Saraiva e nem Martinho de Campos tinham incluído em falas do trono, em relatórios e em discussões parlamentares opiniões ou conceitos relativos ao melindroso assunto. Alguns destes presidentes de Conselho tinham até condenado pretensões de deputados tendentes a apressar a época da emancipação.

Dantas, em 1884, rasgava o véu, tanto mais para admirar, quanto o Gabinete presidido por Saraiva e do qual ele fizera parte, repelira energicamente que se tratasse do elemento servil, por constituir matéria tão importuna que a seu respeito nem cogitava.

Interpretou-se a opinião de Dantas como imposição imperial, e não foram unicamente os conservadores que se decidiram a resistir-lhe; muitos liberais afiançavam que os auxiliariam. Percebeu-se, pois, que o Gabinete não podia encontrar apoio nos representantes imediatos do país, e bem que fosse a sessão de 1884 a última da legislatura, e a novas eleições se tivessem de proceder, não se temeram os membros do Parlamento diante da sentença que aos eleitores cabia proferir. Esperaram, todavia, pela prometida proposta e continuaram regularmente na discussão do orçamento.

Debate largo, geral e solene, em que também tomei parte. O Tesouro Nacional manifestava-se com aspecto assustador, e o Gabinete em vez de lembrar medidas para melhorar situação tão lamentável, falava em elemento servil que podia perturbá-la e prejudicá-la, porquanto a



agricultura constituía a fonte principal da riqueza pública, e assustava-se com a idéia de diminuir-lhe os braços que a alimentavam. As grandes revoluções eram mais vezes produzidas por questões econômicas do que pelos conflitos políticos. Lourenço de Albuquerque, Francisco Belisário, Andrade Figueira salientaram-se nos debates travados. Lourenço de Albuquerque exclamou com acento convencido:

“ – A política do presidente do Conselho em relação ao elemento servil é até antinacional; só pode aproveitar aos que concorrem conosco nos grandes mercados, porque nossa concorrência desaparecerá. Não há muito que um ilustrado estrangeiro, que percorreu várias províncias do Brasil, disse que não tem patriotismo o brasileiro que quiser precipitar a questão do elemento servil. O nobre presidente do Conselho pensa que não a está precipitando. Ilude-se, porque corre por um plano inclinado, e ficará surpreendido com o resultado da sua obra.”

Na sessão de 15 de julho o Deputado Rodolfo Dantas, filho do presidente do Conselho, apresentou um projeto acerca do elemento servil, combinado com os membros do Ministério, e por ele aceito como proposta governativa.

O artigo 1<sup>o</sup> estabelecia que a emancipação do escravo operava-se pela idade, omissão de matrícula, fundo de emancipação, mudança do domicílio legal, concessão de alforria em testamento mesmo superior às forças do testador, e o penhor que se estabelecesse. Proibia venda de escravos, ordenava-se estabelecimento de colônias agrícolas para os libertos e, entre outras medidas tendentes a apressar e regularizar a emancipação, aumentava-se o fundo de emancipação com quotas adicionais a todos os impostos decretados.

Estava o projeto assinado por vinte e oito deputados e foi remetido as Comissões de Justiça e Orçamento a fim de interporem parecer.

O presidente do Conselho declarou que os considerava proposta do Governo, e portanto questão de confiança política. Imediatamente o Deputado Moreira de Barros, que ocupava a cadeira da presidência, abandonou-a, pediu e obteve a palavra e disse: “O projeto que acaba de ser apresentado e lido obriga-me a demitir-me do cargo que a Câmara confiou-me. Entendo que o Partido Liberal em maioria nesta Câmara não pode, nos últimos dias da derradeira sessão da legislatura, tomar por sua bandeira uma idéia desta ordem, sob as inspirações da

qual a eleição não foi feita e que ninguém cogitava, tendo eu antes a convicção de que, se fosse ela acentuada, o resultado da eleição seria outro. Poderia ser um programa para as próximas eleições. – É uma coação apresentada nesta ocasião.”

Notou-se que somente pela maioria de três votos foi aceita pela Câmara a demissão solicitada por Moreira de Barros. Esta votação provou ao Ministério que lhe faltava o apoio necessário para sustentar-se no poder; e desde então, diariamente, sobre a menor questiúncula partilhava-se a Câmara em duas frações equilibradas em número. Não propunha, todavia, e nem aceitava Sousa Dantas questão de Gabinete, e parecia que desejava viver com a Câmara, embora percebesse que a não dirigia.

A 15 de julho as duas Comissões de Justiça e Orçamento ofereceram à Câmara parecer favorável ao projeto, a fim de que entrasse em ordem do dia. Um só dos seus membros assinou-se vencido, o deputado Sousa Carvalho.

Recrudesceram acrimoniosa e progressivamente os debates na discussão dos orçamentos, de que logo a Câmara ocupou-se. Por vezes vozes, protestos, interrupções aos oradores, gritarias e tumultos levantaram-se e dificilmente se serenaram. Ferreira Viana pronunciou um discurso saturado de fina ironia, resplendente de ferinas alusões à Coroa, e produziu notável sensação na Câmara. Deficiente o Tesouro para as despesas ordinárias da administração, a que porta bateria para encontrar recursos quando necessariamente os que ainda existiam deviam minguar com a crise da lavoura produzida pelas idéias da abolição? Iria acaso mendigar o auxílio dos filósofos, dos poetas, dos escritores célebres, que se honravam com o título de abolicionistas na velha Europa? Não concordava com a teoria dos que pensavam que os ministros, respondendo solidariamente por seus atos, trancavam o pacto a qualquer investigação do estado. Desde o século passado que na Inglaterra espíritos superiores estremeciam quando desconfiavam da exagerada influência que Jorge exercia no Governo, e ainda neste século as censuras foram tão longe, que homens notáveis do Parlamento e chefes eminentes de partido, se dirigiam contra a suposta influência do Príncipe consorte sobre o ânimo da rainha sua esposa. Não era permitido, sem faltar ao dever que toda consciência deve ter, duvidar no Brasil da influência que o Imperador tem exercitado sobre os negócios do estado. Não era com-

patível com a dignidade humana a posição de um deputado no governo de uma só vontade. Não falava da pessoa do Imperador, que é inviolável e sagrada, mas chamava a atenção do país para a intervenção indébita e irritante de um poder que cresceu mais do que convinha à segurança e à prosperidade do país.

Na sessão de 28 de julho, Lourenço de Albuquerque alegou que o Ministério persistindo em conservar o poder, apesar de não contar com a maioria, e não aceitando questão de confiança, tomara a seu cargo levantar a crise e propor uma moção nos seguintes termos:

“– A Câmara dos Deputados deplorando que sem o seu apoio o Ministério continue na gestão dos negócios públicos, estranha este fato que considera de funestas conseqüências para o regímen parlamentar e os altos interesses do estado.”

Não a considerando bastantemente expressiva e clara, substituiu-a o Deputado João Penido por outra assim redigida: “A Câmara, reprovando o projeto do Governo sobre o elemento servil, nega-lhe sua confiança.”

Foi constringido o presidente do Conselho a aceitar a moção de Penido, a fim de esclarecer-se a situação política. A favor da moção de Penido votaram 59 deputados e 52 contra. Ficou, portanto, o Ministério em minoria de 7 votos. A maioria compôs-se de 42 conservadores e 17 liberais, a minoria de 48 liberais e 4 conservadores.

Soube-se no dia seguinte que o Conselho de Estado, convocado, opinava em maioria contra a dissolução da Câmara, solicitada pelo Ministério.

Dias depois compareceu o presidente do Conselho, e pediu a palavra para negócio urgente. “Depois – disse – do que ocorreu na sessão de 28, o Ministério reuniu-se e refletindo no alcance do voto sobre a moção apresentada pelo nobre deputado por Minas, entendeu que para solver o conflito aberto entre a maioria dos deputados e o Gabinete devia solicitar muito respeitosamente a Sua Majestade o Imperador a dissolução da Câmara. Sua Majestade, depois de ouvir o Conselho de Estado, dignou-se declarar ao ministro que a concedia. Considerando, porém, que ainda pendiam de deliberação os orçamentos, assentou em que a dissolução só se fizesse efetiva depois de sua votação.” Invocava o pre-

sidente do Conselho do patriotismo da Câmara os meios de que a administração necessitava para a marcha regular dos negócios do estado.

Paulino de Sousa Filho, em nome da oposição conservadora, assegurou-lhe que procederia segundo ditassem as inspirações do patriotismo e a consciência dos deveres parlamentares.

Enquanto estes acontecimentos se passavam no Parlamento, agitava-se extraordinariamente a opinião pública.

Os partidários da abolição do elemento servil, animados, favoneados, dirigidos pelo Ministério, formavam clubes, organizavam imprensa, anunciavam quermesse e reuniões para discursos e donativos em favor da extinção da escravatura, e iniciavam a propaganda de suas idéias em todo o Império.

Passeavam pela ruas da Capital e de muitas cidades das províncias bandos de população, com bandeiras características da emancipação dos escravos, com pintura de castigos que lhes eram infligidos, provocando a necessidade de sua libertação com pedidos de dinheiro para promovê-la, com incitações ardentes para se conseguí-la à força quando não voluntariamente. Improvisavam-se tribunas nas praças e espalhavam-se proclamações apregoando que a escravidão era um crime e a propriedade um roubo. Desenvolveu-se a propaganda a ponto de aconselhar os escravos a abandonar seus proprietários, e de oferecer-lhes asilos para escaparem ao serviço forçado, caso as autoridades em cumprimento da lei auxiliassem seus donos em sua apreensão. Polícia, magistrados, funcionários públicos concorriam para esses movimentos. Tinham os partidos políticos renunciado à doutrina da revolução e gozava o país até então da tranqüilidade que lhe favorecia os progressos de toda espécie. Dos alvoroços e aparatosas e ameaçadoras arruaças que os abolicionistas praticavam começaram a originar-se sinistras apreensões. Preveniam-se por seu lado os agricultores contra pretensões dos seus escravos, que podiam ser excitados a levantamentos que desorganizariam os trabalhos da lavoura.

Tratavam igualmente de defender seus interesses. De acordo com negociantes, banqueiros e industriais formaram uma associação que se instalou publicamente na cidade do Rio de Janeiro, e, em continuadas sessões, discutiam os meios de se oporem ao projeto de lei apresentado à Câmara dos Deputados. Tomou essa associação o título de

Clube da Lavoura e Comércio, e abriu as portas do edifício que escolheu para funcionar a fim de que fossem públicas as sessões, concorridas por delegados de câmaras municipais das províncias e fazendeiros; e os mais importantes deixaram seus solares e seus trabalhos agrícolas para na capital do Império acudir de preferência ao reclamo de seus mais urgentes interesses. A atitude do Governo, a propaganda, os pactos que se passavam, os induziam a oferecer condições razoáveis, meios indiretos e paulatinos que não desorganizassem o trabalho agrícola, e não animassem seus escravos a abandonar o serviço das propriedades agrícolas.

A imprensa periódica acompanhava e representava todas estas peripécias, todas estas tendências, toda essa marcha das idéias e dos acontecimentos. Defendiam folhas soltas que se distribuíam gratuitamente, e gazetas fundadas, tanto a propaganda da emancipação como a resistência dos interesses ligados ao comércio e à agricultura. Por todo o Império estendeu-se o movimento, e nas províncias do Ceará e Amazonas, onde poucos escravos existiam, porque se haviam exportado e vendido, nas do Sul particularmente, preponderavam os abolicionistas, e levantaram-se vozes de abolição definitiva. Nas do Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo, onde a plantação do café se desenvolvera, amedrontavam-se excessivamente os lavradores ameaçados de perder o que possuíam.

Qualquer abalo na regularidade dos serviços era-lhe fatal, pois que emigrantes e colonos se introduziam para suprimento dos braços cativos.

Ganharam sobretudo com estas inesperadas circunstâncias os partidários das idéias republicanas, que até então pareciam esmorecidos de lucrar com a propaganda de suas idéias políticas.

Imputando ao Imperador a origem e progressos do abolicionismo, proclamando que do povo e não do trono devia partir a iniciativa de qualquer providência que necessitasse, acoimavam a Coroa de poder absoluto e as instituições de instrumentos da vontade imperial, única força que pretendia representar a opinião pública, e que em vez de garantir-lhe os direitos e defender-lhe os interesses, inspirava-se na vanglória que abolicionistas estrangeiros lhe acenavam.

Em geral e ininterrupta agitação estorcia-se o país enquanto as Câmaras terminavam sua missão de conceder meios ao Governo.

No dia 3 de setembro publicou-se o decreto de dissolução da Câmara dos Deputados, e o de convocação da nova que fosse eleita para uma sessão extraordinária no 1º de março de 1885.

Não se tratou daí em diante de outro assunto que não fosse eleitoral.

Colocou o Gabinete nas províncias presidentes e chefes de polícia que empregassem todos os esforços para o triunfo de seus candidatos. Transmitiu instruções aos funcionários administrativos para que o coadjuvassem no pleito eleitoral. Uma rede de agentes espalhou pelos distritos eleitorais, destinados às diligências precisas para estorvarem a ação de seus adversários. Não se poupou suborno por meio de condecorações honoríficas, empregos públicos e promessas vantajosas.

Na primeira prova perante as urnas percebeu o Gabinete sua impopularidade. Procedendo-se à eleição de uma lista tríplice para senador pela província do Rio de Janeiro, os três candidatos conservadores obtiveram sete a oito mil votos, quando os do Ministério não atingiram a mais de três mil.<sup>99</sup> Este fato incitou o Gabinete a empregar maiores esforços e diligências na eleição posterior de deputados e em todo o Império o pleito correu pertinaz, renhido e violento.

Pela primeira vez tomavam parte na luta os republicanos com candidatos próprios e que, claramente e em manifestos, proclamavam suas doutrinas contrárias às instituições monárquicas.

Votaram em todos os distritos do Império 121.280 eleitores e foram em primeiro escrutínio eleitos 48 liberais e 40 conservadores, e no segundo 12 liberais, e 15 conservadores e 3 republicanos.<sup>100</sup> As eleições no segundo escrutínio foram tão turbulentas, que as atas estavam cobertas de protestos, muitas em duplicata e não poucas falsificadas. Maior número de conservadores tinham sido realmente eleitos, mas as fraudes dos agentes do Governo e de juntas partidárias lhes recusavam os respectivos diplomas, e lavraram outros em favor de candidatos ministeriais e menos votados.

---

99 Foi o número apurado pela Câmara e na verificação de poderes, depois de anular diplomas e eleições partidariamente.

100 Foram Paulino de Sousa Filho 7.870, Pereira da Silva 7.478, Andrade Figueira 7.287. A Coroa escolheu o mais votado.

Foi, todavia, derrotado o ministro de Negócios Estrangeiros logo no primeiro escrutínio, e o da Justiça precisou o favor do segundo para lograr diploma. Releva notar-se que no número dos liberais eleitos se compreendiam alguns declarados em oposição ao Ministério em consequência do projeto do elemento servil. Tornava-se, portanto, a nova Câmara infensa ao Gabinete.

Dos três deputados republicanos, Prudente de Moraes e Manuel de Campos Sales eram ambos da província de S. Paulo: o terceiro fora eleito em seu distrito de Minas. Nestas províncias e no Rio de Janeiro observou-se que crescido número de republicanos concorreram às urnas, formando já um partido que se propagava com ardor e disciplina.

A eleição de três deputados republicanos produziu animação em aderentes às suas idéias espalhados pelo Império. Pensava-se que havia cessado a propaganda.

No meio destas vicissitudes críticas e assustadoras terminou o ano de 1884 e começou o de 1885.

.....

## XV

*De janeiro a agosto de 1885*

O

MINISTÉRIO presidido por Sousa Dantas havia sido efetivamente derrotado nos comícios eleitorais. Bem que fossem proclamados deputados sessenta e sete liberais, incluíam-se nesse número cerca de quinze dissidentes, que não admitiam o projeto do elemento servil, causa principal da dissolução da Câmara. Eram além disto contestados com sólidos fundamentos muitos dos diplomas, irregular ou insidiosamente concedidos aos adeptos do Gabinete pelas juntas apuradoras.

Pensou, todavia, Sousa Dantas que diminuiria o número dos conservadores na verificação de seus diplomas pela maioria partidária da Câmara. Esperava igualmente que, apelando para os interesses e o espírito do Partido Liberal, arrebanharia alguns dissidentes eleitos, além de que na questão do elemento servil contava com alguns votos conhecidos de conservadores.

Para realizar seus intentos expediu instruções severas a seus amigos, recomendando-lhes comparecessem no primeiro dia das sessões preparatórias, que devia ter lugar a 11 de fevereiro de 1885, a fim de formarem maioria desde logo, com a qual decidissem da validade de todas as eleições, e preponderariam inteiramente.



Os opositos à proposta do elemento servil providenciaram, porém, de modo que na Câmara, apenas a hora da sessão soou, se apresentaram ambos os partidos em massa, em número de mais de cem diplomados. Entre estes notavam-se não poucos com duplicatas assinadas por diferentes juntas apuradoras.

Começou a luta no reconhecimento do direito daquele a quem tocava pelo regimento interior, para a instalação, a presidência que na forma do regimento da Câmara competia ao de mais idade. Os conservadores apontavam seu correligionário Antônio José Henriques, da Paraíba do Norte, octogenário conhecido. Pretenderam, todavia, os ministeriais negar-lha. Custou infinito trabalho e tempo verificar o fato. Quase que foi preciso empregar força para que Antônio José Henriques se empossasse da cadeira da presidência e chamasse os mais moços dos diplomados a tomar conta das de secretários e escrutadores. Como, todavia, proceder-se à eleição de presidente e mesários, quando duplicatas de diplomas, reclamações, protestos e contestações contra outros se ofereceriam?

No meio de vozerias, insultos e injúrias recíprocas, não logrou-se continuar a sessão, e o presidente interino foi constrangido a suspendê-la e adiá-la para o dia seguinte, a fim de decidir-se quais os eleitos que deviam intervir nas deliberações e trabalhos da Câmara.

A 12, o mesmo espetáculo continuou, mas o presidente interino declarou, todavia, aberta a sessão. Propôs-se então e foi aceita a idéia de que a Mesa recebesse votos unicamente dos que apresentavam diplomas assinados pelos juizes de direito e de paz dos respectivos distritos.

Anunciou então o presidente que no dia 13 formularia a lista, conforme o acordo, para então prosseguir nos trabalhos da verificação dos poderes.

Leu-se de feito, a 14, a lista, bem que superficialmente organizada por falta de tempo para exame mais ajuizado.

Foi a lista muito debatida, mas afinal aprovada pela maioria.

Compreendia unicamente setenta diplomados conforme a lei; os demais foram repelidos das deliberações até que regularmente se deliberasse a seu respeito.

Notou-se harmonia entre dissidentes e conservadores, cujos candidatos triunfaram para a formação da Mesa, que devia funcionar nas sessões preparatórias. Antônio Moreira de Barros foi eleito presidente, e vice-presidente o dissidente Lourenço de Albuquerque, e os conservadores Antônio da Silva Prado e Elísio Pereira Marinho.<sup>101</sup>

Ocupou Moreira de Barros a cadeira, e nomeou a comissão primitiva de verificação dos diplomas, composta de dois dissidentes, dois conservadores, e um ministerialista, incumbido de formular a lista definitiva que separasse os diplomas contestados.

No dia 18, reabriu-se a Câmara para decidir acerca do relatório que essa comissão elaborasse. Aprovado que foi pela maioria a nova lista, sortearam-se regularmente as três grandes comissões verificadoras.

A 7 de março, achando-se reconhecidos mais de sessenta deputados, comunicou-se ao Governo que havia número suficiente para abrir-se a sessão extraordinária, para que fora convocada a assembléia geral legislativa do Império.

A fala do trono, pronunciada no dia 8 pelo Imperador no ato solene da instalação do Parlamento, anunciava que convocara sessão extraordinária para resolver a respeito do projeto do elemento servil não concluído na legislatura dissolvida.

Deu, portanto, o Congresso princípio a seus trabalhos. Equilibrados estavam quase em número os dois partidos políticos com os deputados já reconhecidos.

Proseguiu-se nos dias seguintes na verificação dos diplomas não ainda aprovados, à proporção que as comissões apresentavam pareceres.

Conseguira, todavia, o Ministério, que o espírito partidário prevalecesse no julgamento de alguns diplomas sobre a justiça; e o ministro da Guerra, considerando-se apoiado em maioria, reclamou logo que o presidente da Câmara desse para ordem do dia o projeto de emancipação recomendado pela fala do trono. Atendeu-o Moreira de Barros, e fixou a sessão de 15 de abril para sua discussão, embora não estivessem ainda terminados os trabalhos de reconhecimento dos deputados eleitos.

---

101 Visconde de Guai.

Aberta apenas a sessão e lido o expediente, Moreira de Barros cedeu a cadeira da presidência ao seu substituto legal, pediu e obteve a palavra, e declarou, em nome dos dissidentes liberais, que não aceitando o sistema proposto no projeto para a emancipação dos escravos, levantava a questão prévia de confiança, no intuito de decidir a maioria imediatamente e antes de discutir a matéria, se apoiava ou não o Ministério.

Dizia a moção apresentada: “A Câmara dos Deputados, não aceitando o sistema de resolver sem indenização o problema do elemento servil, nega o seu apoio à política do Gabinete.”

Estava assinada por Moreira de Barros, Afonso Pena, João Nogueira Penido, Benedito Valadares, Mascarenhas, Sinimbu Júnior, José Pompeu, Felício dos Santos, Lourenço de Albuquerque e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

Havia comparecido o presidente do Conselho, que censurou a moção de inoportuna e inadmissível, e afirmou que não aceitava, porquanto unicamente na votação do projeto é que o Gabinete estabeleceria questão de confiança.

O Deputado Manuel de Campos Sales asseverou, em nome do seu partido, que votava contra a moção e apoiava o projeto do Ministério. Como republicano, aprovava todas as propostas que, conforme a pura democracia, libertassem o país no sentido social, político e econômico. Não se envolvia nas questões dos partidos monarquistas; todos os seus esforços, porém, tenderiam à mudança de regime para que a nação se governasse por si e não por princípios hereditários.

Após azedo e acrimonioso debate entre ministeriais e dissidentes, posta a moção a votos, cinqüenta deputados a aprovaram contra outros tantos que a repeliram.

Apesar da votação não se reputou vencido o Ministério, e declarou o presidente do Conselho que apelava para o resultado do projeto, que era o que constituía seu programa e decidia de sua sorte.

Desde esse dia notaram-se arruaças, tumultos, distúrbios na capital do Império. Grupos de populares vaiavam, insultavam, ameaçavam deputados liberais dissidentes, que avistavam nas praças públicas; apoderavam-se das circunvizinhanças e galerias da Câmara, perturbavam de contínuo as sessões, desprezando as vozes e intimações do presiden-

te que não dispunha de meios para manter a ordem e obrigá-los a retirar-se.

Bem que reclamado auxílio à polícia, perseverava a Câmara como que coacta em seus trabalhos. De acordo entre o Governo e Moreira de Barros, suspendeu-se a discussão do projeto até que se liquidassem todas as eleições ainda não decididas.

Atingiu a desordem proporções assustadoras. Deputados dissidentes e o próprio presidente da Câmara eram apupados quando nas ruas públicas os descobriam os amotinadores, e a polícia e o Governo manifestavam-se indiferentes a desacatos idênticos. Passeavam os magotes de turbulentos dando vivas ao Ministério e ao projeto de emancipação servil e morras aos seus opositores, e tribunos improvisados os açulavam com palavras violentas, que mais exasperavam os ânimos.

Romperam reclamações no Senado contra o Ministério, que não mantinha a tranqüilidade pública e consentia que perseverassem distúrbios perigosos. Paulino de Sousa Filho, já então senador, Jerônimo José Teixeira Júnior, o liberal Francisco de Carvalho Brandão e vários outros senadores não trepidaram em verberar energicamente o procedimento das autoridades. Sousa Dantas defendeu-se alegando exemplos de nações estrangeiras e exaltação popular; prometeu, todavia, velar sobre a liberdade das discussões do Parlamento e garantir a segurança dos cidadãos.

Publicou-se a 3 de maio decreto imperial prorrogando a sessão extraordinária do Congresso até o dia 20, e adiando a ordinária para então ter seu princípio.

Aberta no dia 4 a sessão da Câmara dos Deputados, referiu Antônio de Siqueira, representante pela província de Pernambuco, que fora apupado e ameaçado nas ruas da cidade, e bem assim o próprio presidente da Câmara, Moreira de Barros, e outros colegas deputados contrários ao Ministério. Enviou à Mesa uma moção assim redigida:

“A Câmara dos Deputados, convencida de que o Ministério não pode garantir a ordem e segurança pública que é indispensável à discussão do projeto do elemento servil, nega-lhe a sua confiança.”

Continha as assinaturas de Antônio de Siqueira, Afonso Pena, Lourenço de Albuquerque, João Penido, Benedito Valadares, José Pompeu e Felício dos Santos.

Estigmatizou o ministro da Guerra a impertinência da moção, enquanto se não concluía o reconhecimento de todos os deputados eleitos. Com a Câmara completa é que se podia verificar maioria. Acoimou de insignificantes os fatos apontados por Antônio de Siqueira, e atribuiu-os às paixões partidárias.

Respondeu-lhe Lourenço de Albuquerque com uma lógica esmagadora. Referindo as arruaças, analisando-lhes o alvo, expondo-lhes as conseqüências e atribuindo ao Governo interferência, senão autoria nos atentados cometidos contra as pessoas dos representantes da nação, contra a liberdade da tribuna e a ordem da discussão, acusou-o de promover pela violência e pelo terror a aprovação do seu projeto querido.

Na votação, a que imediatamente procedeu-se, votaram a favor da moção cinqüenta e dois deputados, e contra, cinqüenta.

Harmonizavam os conservadores com os dissidentes na questão suscitada, deixavam-lhes, porém, livre e exclusivo o campo da discussão travada no seio do Partido Liberal.

Suspendeu-se a sessão diante da crise surgida entre o Ministério e a Câmara.

Antes que findasse o dia, espalhou-se a notícia de que o Ministério solicitara da Coroa a dissolução da Câmara. No imediato, porém, soube-se que o Gabinete fora dissolvido, e que Sua Majestade chamara a São Cristóvão José Antônio Saraiva para organizar nova administração. A 6 de maio estava formado um gabinete presidido por Saraiva, que, tomando conta da pasta da Fazenda, confiara as de Negócios Estrangeiros, Império, e Marinha aos Senadores Lustosa Paranguá, Meira de Vasconcelos e Luís Filipe de Sousa Leão, e as da Justiça, Agricultura, e Guerra, aos Deputados Afonso Pena, Ferreira de Moura e Antônio Eleutério Camargo.

Desde que foi conhecida a queda do gabinete de Sousa Dantas, como por encanto cessaram as arruaças e distúrbios, e restabeleceu-se por si mesma a tranqüilidade pública. Daí inferia-se geralmente que a polícia era o espírito que animava os turbulentos, em vez de con-

ter-lhes os desvarios. A 11 de maio compareceu Saraiva na Câmara dos Deputados no intuito de expor seu programa político.

Foi o primeiro a falar Cândido de Oliveira, que exercera o cargo de ministro da Guerra no precedente gabinete.

Declarou que Sousa Dantas, em consequência da votação da Câmara, lembrara a Sua Majestade o uso da atribuição constitucional de dissolvê-la; que sob observações de Sua Majestade de que a Câmara acabava de ser eleita e o fora sob sua administração, ponderara então que seria preferível anuir o Imperador à demissão coletiva do Ministério e organizar outro que substituísse e que pudesse recusar a idéia de emancipação do elemento servil por cuja causa se sacrificara.

Decidiu-se Sua Majestade pelo último alvitre, e ordenou que fosse Saraiva convidado a comparecer em São Cristóvão.

Expressiu-se Saraiva nos seguintes termos:

“No dia 5 do corrente coube-me a honra de ser encarregado por Sua Majestade o Imperador da organização do novo Ministério.

“As dificuldades da situação política e financeira são tais que, segundo penso, me impunham o dever de não declinar da responsabilidade do Governo.

“Em obediência a este dever, eu e os meus nobres colegas aceitamos o cargo com que fomos honrados por Sua Majestade o Imperador, e comparecemos hoje perante a Câmara dos Deputados.

“É sabido que os programas de partido podem ter certa amplitude; mas, a meu ver, os programas ministeriais devem ser limitados pelas questões oportunas e urgentes.

“É, pois, o programa do Gabinete a solução da questão do elemento servil e melhoramento do nosso estado financeiro, que é grave. Se houver tempo, o Ministério atenderá também a outras reformas instantes, que pendem do Parlamento.

“O intuito do Ministério, quanto à questão do elemento servil, é apressar o mais possível a libertação de todos os escravos, dando, porém, tempo à nossa indústria agrícola para reorganizar o trabalho, e até auxiliando essa reorganização com uma parte do valor do escravo.

“O nosso estado financeiro não pode deixar de merecer os maiores cuidados do Governo. Compreende a Câmara que o melhora-

mento das nossas finanças exige grandes sacrifícios. Sem que interrompamos o plano de nossas vias férreas; sem que porventura cheguemos ao extremo de paralisar algumas obras votadas e já em execução; sem rigorosa economia em todos os serviços, não falando em outras medidas que pertencem à iniciativa da Câmara dos Srs. Deputados, talvez não possamos bem resolver a questão financeira por meio do equilíbrio do orçamento, condição essencial de que dependem quaisquer providências tendentes à estabilidade do meio circulante e ao desenvolvimento do nosso crédito público e do particular, isto é, do crédito comercial.

“Não sou pessimista; ao contrário, tenho grande fé nos recursos do nosso país, e me parece que as nossas dificuldades financeiras não provêm da falta desses recursos, mas da maneira ou do processo por que temos recusado certos melhoramentos, sem calcular previamente os meios de que poderíamos dispor para executá-los. Se, porém, as atuais circunstâncias do país são difíceis, sobrelevam-nas a sabedoria e o patriotismo de ambas as Câmaras, que cumpre confessar, nas épocas mais críticas da nossa história sempre têm achado remédio, e remédio eficaz, para os sofrimentos da nação.”

Observou em seguida Andrade Figueira que, provado como estava que o Ministério anterior não podia manter a ordem e a tranqüilidade pública, não era difícil ao novo Gabinete captar as simpatias com que a população acolhera, libertada dos sustos, tumultos e arruaças, que duravam havia tantos dias, sem que os turbulentos fossem combatidos e dispersados pela autoridade. Acrescentou que a permanência de Sousa Dantas no poder colocara os monarquistas em situação aflitiva expondo a Coroa, à qual imputava idéia fixa de abolir a escravatura, sem atenção aos direitos e interesses dos fazendeiros e proprietários do solo, e à necessidade de manter-se a organização do trabalho agrícola. Confiava no espírito moderado de Saraiva para acalmar agitação promovida e para que o Parlamento pudesse funcionar com inteira liberdade. Na questão financeira encontraria o novo Gabinete auxiliares nos conservadores, como se tinham constantemente mostrado, logo que exigisse economias nas despesas públicas e orçamentos equilibrados. Relativamente ao elemento servil, esperava para decidir-se as novas propostas anunciadas pelo Governo.

Aproveitou o deputado republicano Prudente de Moraes a ocasião para explicar suas opiniões e esclarecer sua situação na Câmara.

Seu desiderato, o objetivo que ele e seu partido visavam era a substituição da monarquia pela república federativa; mas não adotavam ainda o princípio da revolução como meio de adquirir a transformação política. Apelava para a propaganda pacífica de suas doutrinas, e por essa razão apoiara o Ministério de Sousa Dantas, que começava pela libertação dos escravos, e devia acabar pela libertação de todos os cidadãos. Acompanharia o Gabinete presidido por Saraiva, conforme suas propostas a respeito do grave assunto que, por enquanto social, devia converter-se em político.

Declarou então Saraiva que nas circunstâncias em que o país se achava, agitado em todos os sentidos com a propaganda emancipadora do elemento servil, pensava que alguma coisa cumpria resolver-se no sentido de paulatinamente extinguir-se a escravatura, estava decidido a lembrar o que fosse conveniente aos interesses nacionais, sem que se perturbasse o trabalho agrícola e nem se prejudicassem os lavradores. Comprometia-se a oferecer em breves dias um novo projeto, para o qual solicitava o concurso de todos os partidos que se inspiravam no verdadeiro patriotismo. Queria discussão franca e esclarecida e que não fosse reputada de confiança, mas sim aberta, lembrando cada um as modificações razoáveis que julgasse dever introduzir-lhe e que tendessem a melhorá-lo. Não teria por adversário quem lhe contrariasse as idéias, porque ansiava acertar na conjuntura melindrosa a que se tinha arrastado a nação. Terminava pedindo ao deputado republicano que responsabilizassem os ministros e os partidos, e não se dirigissem à Coroa, colocada constitucionalmente nas regiões plácidas em que se devia conservar, porquanto então teriam a melhor das repúblicas, e não careceriam de transformações de regímen político. – “O que é isto”, exclamou, “senão republicanismo? É mais que o republicanismo, porque assim poderemos cuidar de governo todos os anos, e na república só de quatro a quatro anos.”

Na sessão de 12 de maio leu-se na Câmara um projeto acerca do elemento servil, assinado por muitos deputados, e redigido de acordo com o Governo. Foi remetido a uma comissão especial de nove membros, composta, conforme o desejo do Ministério, de deputados liberais, dissidentes, conservadores e de um republicano. Recomendou-se-lhe urgência na elaboração de seu parecer.



A 19 foi presente à Câmara o relatório da referida comissão, que o terminava lembrando algumas emendas necessárias ao projeto. Assinaram-no sete membros, porque não tinham aceitado a incumbência nem Andrade Figueira e nem Prudente de Moraes.

Encerrou-se a sessão extraordinária da legislatura e abriu-se a ordinária no dia 20.

A fala do trono continha breves frases, e recomendava ao Parlamento que se ocupasse de medidas financeiras destinadas a extinguir os déficits da receita para a despesa, e resolvesse a questão do elemento servil, a fim de tranqüilizar a lavoura, atormentada com a idéia de que se pretendia aniquilá-la.

Logo no dia 27 iniciou-se a primeira discussão do projeto acerca do assunto delicado da emancipação. Foi posto de lado e sepultado nos arquivos da Câmara o que havia sido sustentado pelo Ministério de Sousa Dantas.

Ouviram-se muitos oradores, uns contrários, outros favoráveis, e não poucos que desejavam modificá-lo e emendá-lo. O debate conservou-se na altura que honra os parlamentos.

Prometeu Saraiva atender às observações pronunciadas nas discussões seguintes, e o projeto foi aprovado em primeira por número considerável de deputados de todos os partidos e matizes políticos.

Cumpriu Saraiva sua palavra, e no intervalo ouviu diversos senadores e deputados liberais e conservadores, e combinou em emendas apropriadas a seu aperfeiçoamento.

A 14 de julho encetou-se a segunda discussão.

Novas divergências ainda apareceram, todavia, e o debate tornou-se extremamente esclarecido. Para não demorar-lhe o andamento, conseguiu Saraiva que se votasse, afiançando que ainda ouviria amigos para na terceira discussão torná-lo de geral acordo e harmonia.

Votou-se por fim em terceira discussão no dia 13 de agosto, com correções combinadas. Observou-se que votaram contra sua adoção dezessete deputados, entre os quais Andrade Figueira e alguns conservadores, e Cândido de Oliveira, membro do Gabinete antecedente, com uma fração do Partido Liberal.

Reconhecia-se no projeto o direito de propriedade, mas fixavam-se aos escravos valores conforme as idades. Ordenava-se uma matrícula para garantir os senhores e estabelecer os preços dos cativos. Aumentava-se o fundo de emancipação do trabalho agrícola, e penalidades para mudança de domicílio dos escravos e para os processos de emancipação forçada.

Vencera Saraiva, mas não lograra concentrar e harmonizar o Partido Liberal na Câmara. Aos conservadores devia grande parte no triunfo que lhe prestigiara a reputação.

Não quis mais conservar-se no Ministério. Convocou seus colegas a uma conferência. Expôs-lhes a situação do Gabinete e a impossibilidade de obter na Câmara eletiva maioria para as questões políticas e administrativas, caso os conservadores o não apoiassem.

Propunha, portanto, que se solicitasse de Sua Majestade a exoneração coletiva do Ministério, por ter concluído a missão de que se encarregara.

Escreveu e dirigiu a Sua Majestade no dia 15 a seguinte carta:

“Senhor. A passagem do projeto sobre o elemento servil na Câmara dos Deputados só pode ser levada a efeito pelo concurso patriótico dos dois partidos constitucionais, cujos representantes na Câmara temporária constituem até hoje a grande maioria que votou a reforma, e apoiou o Ministério contra a Oposição formada pelas minorias dos mesmos partidos. Esta situação, porém, que produziu a passagem da reforma na Câmara temporária, não pode, nem deve continuar desde que o projeto foi votado, e está entregue à prudência, sabedoria e patriotismo do Senado. Em tais circunstâncias julguei necessário reunir o Conselho de Ministros para decidir:

“1<sup>ª</sup> Se o Ministério devia continuar, tendo a esperança de reconstituir a antiga maioria liberal, em cujo nome foi organizado;

“2<sup>ª</sup> Se no caso negativo devia esperar um voto de desconfiança, ou dar imediatamente sua demissão, não só para ser aproveitado o tempo de sessão legislativa como para facilitar a nova organização.

“A decisão unânime do Conselho de Ministros foi que o Ministério não podia ter a esperança de reconstituir a antiga maioria liberal e que devia retirar-se já sem mesmo esperar um voto de desconfiança.

“Peço, pois, a Vossa Majestade se digne de marcar dia e hora para levar à sua augusta presença essa deliberação do Conselho de Ministros.”

Surpreendido Sua Majestade com a leitura da carta, convidou Saraiva para no dia 16 comparecer ao Paço Imperial e explicar vocalmente seu procedimento.

Por mais que o Imperador forcejasse em demonstrar-lhe que devia continuar no poder, pelo menos até que fosse pelo Senado aprovado o projeto do elemento servil, sancionado como lei, e regulamentado conforme suas disposições, não se demoveu Saraiva de seu propósito. Solicitou-lhe então Sua Majestade indicação do estadista que fosse incumbido de organizar o novo Gabinete.

Ponderou-lhe Saraiva que eram especialíssimas as circunstâncias em que o Ministério se achara na Câmara temporária, e que sendo sua retirada em consequência delas, julgava de seu dever abster-se de qualquer conselho, que pudesse influir na deliberação que a Coroa houvesse de tomar, certo como estava de que essa deliberação seria inspirada pela sabedoria e patriotismo do Chefe do Estado.

Mandou Sua Majestade chamar os presidentes das duas Câmaras e ouviu-os separadamente.

Era o do Senado João Maurício Vanderlei, político consumado, investido de experiência e dotado de natural aptidão e sutileza de espírito. Sabia dar o valor às circunstâncias, e fazer a tempo concessões sempre que as julgava necessárias para garantir as instituições.

Compreendera que a propaganda abolicionista adiantava-se, e que cumpria retê-la com meios conciliatórios, e não lhe opor idéias absolutas. Afiançou a Sua Majestade que os conservadores estavam dispostos a votar o projeto da emancipação gradual da escravatura, elaborado, de acordo com os dois partidos políticos; exigiam todavia um Ministério moderado e tolerante que admitisse seus direitos e lhes distribuisse justiça.

O presidente da Câmara dos Deputados, Pádua Fleuri, interpelado por Sua Majestade acerca da situação na Câmara, e do modo de resolver a crise suscitada pelo Ministério, opinou que se persuadia de que a maioria liberal se concertaria e reconciliaria com qualquer outro

gabinete do seu partido, e votaria as medidas financeiras que fossem necessárias para equilibrar-se o orçamento na sua receita e despesa.

Desejou Sua Majestade ouvir o Senador Lustosa Paranaguá, que lhe merecia toda a confiança, e encarregá-lo de formar novo Ministério.

Paranaguá, porém, instruído do estado na Câmara temporária, cuja maioria, bem que liberal, não garantia suficientemente a existência de um gabinete, mesmo do seu partido, em consequência dos grupos em que se partilhava, e ensinado pela experiência do que sucedera ao Gabinete que em 1883 presidira, expôs lealmente suas opiniões ao Imperador e declinou da honrosa missão que lhe pretendia confiar.

Refletiu Sua Majestade com madureza, e ansioso de que no Senado se votasse o projeto do elemento servil, que era seu alvo principal, compreendeu que era chegado o momento de substituir no poder o Partido Liberal pelo Partido Conservador.

Incumbiu a Paranaguá que comunicasse a Vanderlei sua resolução.

Compareceu Vanderlei ao Paço Imperial, e advertiu a Sua Majestade que lhe era indispensável alcançar do Poder Moderador a dissolução da Câmara, cuja maioria pertencia aos liberais; mas que precisando meios de governo e um orçamento regular, que se não tinha votado de há muito tempo, contentando-se Câmaras e Ministério com prorrogações insuficientes, e desapropriadas às circunstâncias, trataria com jeito e habilidade de conseguir na sessão de 1885, que estava a terminar, as providências necessárias, e, somente depois, solicitaria o decreto de dissolução, ao passo que aproveitaria o tempo para que o Senado aprovasse o projeto do elemento servil, que só dele agora dependia.

Concordou Sua Majestade com suas opiniões e autorizou-o a organizar gabinete.

No dia 20 publicaram as gazetas os nomes dos novos ministros.

Com a presidência do conselho tomou Vanderlei conta da repartição dos Negócios Estrangeiros e confiou aos Deputados Francisco Belisário a pasta da Fazenda, e a Antônio Prado a da Agricultura, as mais importantes da ocasião. Entregou as do Império, Justiça, Guerra

aos Senadores Ambrósio Leitão da Cunha,<sup>102</sup> Joaquim Delfino Ribeiro da Luz e João José de Oliveira Junqueira, e a da Marinha ao Deputado Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves. Estupefatos ficaram os liberais com a transformação do cenário político, que se operara, e para eles inesperada. A desgraça ensina os homens e amofina-lhes o arrependimento das faltas cometidas.

Conferenciaram os primaciais dos grupos, e assentaram em agredir o Ministério, logo que se apresentasse às Câmaras. Todo o partido uniu-se, portanto, de novo, bem que alguns de seus membros houvessem opinado que cumpria se esperassem os atos do Gabinete; vencidos, porém, resignaram-se ao que decidira a maioria dos seus correligionários.

---

102 Barão do Mamoré.

.....

XVI

*De agosto de 1885 a dezembro de 1886*

**A**BERTA a sessão da Câmara dos Deputados a 24 de agosto, compareceu Vanderlei rodeado de seus colegas do Gabinete.

Explicados pelo ex-ministro da Justiça os motivos de retirada do Ministério presidido por Saraiva, e referida pelo presidente da Câmara a entrevista com que Sua Majestade o honrara, tomou Vanderlei a palavra e declarou que se incumbira da organização do novo Gabinete para ainda prestar seus serviços ao Imperador e ao país; que não precisava proferir programa político; suas opiniões e as de seus companheiros eram conhecidas, e escusado lhe parecia dizer que todos os ministros representavam um partido constitucional, e se conservariam fiéis às suas idéias. Nos governos livres os partidos regulares hasteiam bandeira de doutrinas e princípios que devem ser executados com firmeza e disciplina. Sua ascensão ao poder indicava o sistema que seria aplicado no exercício da autoridade suprema.

Como adiantada e quase chegada a seu termo estava a sessão ânua da legislatura, e não tinha votado ainda orçamento, e nem fixações de forças, deixando decretada apenas uma prerrogativa, que nem se adaptava mais às circunstâncias, e nem fornecia meio de governo para a administração pública, apresentava-se somente às Câmaras para pe-

dir-lhes lei de orçamento, que restrita e lealmente prometia cumprir; desejava-o, porém, equilibrado na receita e nas despesas. Era mister que se elevassem os impostos e se decretassem todas as economias possíveis, a fim de se não continuar com o cancro roedor dos déficits, que desacreditavam o Tesouro, perturbavam o comércio legítimo, concorriam para a desastrosa baixa do câmbio, exauriam as fontes da riqueza pública particular, e interrompiam e aniquilavam todo o progresso nacional.

Além desta providência indispensável a qualquer Ministério, fosse qual fosse o partido que representasse no poder, aproveitaria o resto da sessão para igualmente no Senado promover a passagem do projeto do elemento servil, já aprovado pela Câmara dos Deputados.

Na situação angustiada que a propaganda da emancipação dos escravos colocara a agricultura, que florescia somente com o trabalho dos cativos, nenhum espírito atilado e patriótico podia desconhecer que urgia votar-se qualquer medida que serenasse a agitação, e desassombrasse o horizonte.

Feitas estas declarações requeria, portanto, que a Câmara dos Deputados votasse quanto antes os orçamentos.

“Estamos vivendo no provisório – acrescentou, – e espero do patriotismo da Câmara me coadjuve no empenho de dotar o país com esta lei necessária para qualquer governo viver.

“Isto não comprometia de modo algum a opinião dos nobres deputados, porque no dia seguinte, se pudessem derrubá-lo, teriam por sua vez da mesma forma os recursos precisos para governar.

“Quererão a ditadura, se voltarem ao poder? Não, não querem; sou o primeiro a fazer-lhes essa justiça, e eis a razão por que espero conseguir desta Câmara a Lei de Meios.

“É isto o que convém ou ao Ministério atual, ou ao que lhe suceder; porque não pode haver partido algum que se queira manter e perpetuar no poder sem as leis constitucionais. Isso é que é constitucional.

“Será impossível? Eis o que preciso verificar. Mas enquanto o orçamento não vier à discussão, e espero há de vir, o Governo pretende prorrogar as Câmaras.”

Solicitava ainda que na discussão de tão importante assunto lembrassem seus adversários idéias aproveitáveis para regularizar-se o

serviço público, aparecendo então oportunidade para explanar opiniões suas políticas, e angariar coesão do povo, alvo dos partidos regulares no sistema representativo.

Não pediria, portanto, nenhuma outra medida, porque não contava com o apoio que lhe seria necessário da maioria ou suposta maioria da Câmara. Mais tarde, caso continuasse na administração, proporia reorganização de finanças, e largos auxílios à emigração estrangeira, a fim de que o trabalho agrícola não definhasse, e se preparasse o país para a substituição de braços escravos por braços livres, carecendo-se de criar uma corrente espontânea de emigração européia, depois de aplicado o sistema de subvenções e auxílios que a preparassem e firmassem. A extinção gradual do elemento servil estava estreitamente ligada à colonização e imigração, e estas questões encarava o Ministério com decisão e firmeza.

Bem não terminara o presidente do Conselho seu discurso, quando se oferecia a debate uma moção, assinada por cinqüenta e cinco deputados, negando confiança ao Ministério.

Dizia a moção: “A Câmara dos Deputados, ouvindo as explicações do presidente do Conselho, nega ao Ministério de 20 de agosto sua confiança, e passa à ordem do dia.”

Não hesitou Vanderlei em afirmar que sabia que a Maioria lhe era infensa, mas quando aprovasse a moção, em nada alterava o procedimento do Gabinete. A exemplo do regime britânico, em idênticas conjunturas, tinham os parlamentos votado meios de governo pedidos pelos ministérios adversários, e já em 1884 os conservadores o haviam adotado concedendo o que solicitava o Ministério presidido por Sousa Dantas, que lhes anunciara entretanto e previamente a próxima dissolução da Câmara.

Convencessem-se seus adversários que, na idade de quase setuagenário, e na posição social que ocupava, nenhum incentivo de ambição ou de glória o inspirava para exercer a administração pública.

Assumira o poder por persuadir-se que podia ainda prestar serviços; não entrara por caminhos transversais ou partes escusas, mas pela larga estrada da dignidade, e procederia conforme sua consciência e a grande responsabilidade que lhe resultava da situação penosa e delicadíssima em que se achava o Governo. Não queria ditaduras; almejava



governar constitucionalmente. Estava certo de que nenhum estadista de qualquer partido pensaria de modo diverso.

Perguntaram-lhe então se estava resolvida a dissolução da Câmara, caso lhe recusasse os meios de governo.

Declarou que, nada tendo a Coroa resolvido a respeito, via-se constrangido a não responder-lhes.

Propôs o Deputado Martim Francisco que se aditasse à moção a declaração de que a Câmara satisfaria os desejos do Ministério quando ele anunciasse a dissolução.

Deliberou a maioria dos liberais adiar a emenda e votar unicamente a moção proposta. Sessenta e três deputados liberais e republicanos a aprovaram contra quarenta e nove conservadores.

Compreendeu Vanderlei que seus adversários julgavam improvável a dissolução da Câmara, convictos de que ela, acabada de sair das urnas, exprimia a opinião última nacional, e tão cedo se não devia apelar para as urnas populares.

Nenhum estadista dispunha de mais estratégia parlamentar do que Vanderlei. Costumava dizer graciosamente que se alistara soldado, sargenteara companhias e comandara regimentos, antes de ser promovido a chefe de partido.

Dirigiu-se a S. Cristóvão, expôs os acontecimentos ao Imperador, e recebeu autorização para anunciar à Câmara sua dissolução logo que concedesse ou recusasse os meios de Governo.

No dia 29 compareceu à sessão, e exprimiu-se nos seguintes termos:

“Em vista da votação desta augusta Câmara negando confiança ao Gabinete, e ainda mais adiando a emenda que lhe foi apresentada tendente sem dúvida a esperar declaração formal se seria decretada sua dissolução, fui obrigado a dirigir-me ao paço de S. Cristóvão e a expor a Sua Majestade o conflito estabelecido entre a Câmara e o Ministério, solicitando da Coroa houvesse por bem decidi-lo conforme julgasse conveniente.

“Sua Majestade, depois de ouvir-me, ordenou que fosse convocado o Conselho de Estado.

“Li perante ele uma exposição que precedentemente sujeitara ao conhecimento de Sua Majestade.

“Recitá-la-ei à Câmara.

“Senhor! Quando tive a honra de receber o encargo de organizar o atual Ministério devia prever, como previ, a possibilidade do voto de desconfiança política promovido na sessão de 24 pela Câmara dos Deputados.

“São, porém, tão graves as dificuldades com que se vê a braços a administração do Estado pela situação opressiva do Tesouro, e tão delicada a emergência política em que nos achamos, que acreditei dever empenhar esforços para evitar conflitos parlamentares, antes de obter da assembléia geral os meios de governo, e a lei concernente à gradual extinção do elemento servil.

“Com este intuito declarei francamente na tribuna da Câmara dos Deputados que era escusada qualquer moção no sentido de revelar-se uma maioria hostil ao Ministério quando este reconhecia e publicamente confessava de plano que nas questões propriamente políticas estava em minoria, não podendo esperar e nem querer da maioria mais do que as medidas indispensáveis à continuação do serviço público.

“Não obstante julgou o partido adverso à nova administração dever manifestar-se em termos gerais contra o Ministério por uma censura política para determinar uma crise imediata.

“E como o Ministério podia fundadamente contestar a eficácia daquele ato, que não seria mais do que a confirmação do que já sabia e anunciava, a maioria do ramo temporário da legislatura em ato contínuo declarou que não daria os meios de governo e nem sobre eles deliberaria antes de se lhe fazer constar a intenção de dissolver a Câmara.

“Parecia-me mais regular e consentâneo com a nossa forma de governo acudir primeiro ao dever constitucional de prover ao serviço do Estado com a decretação das despesas públicas e os recursos para elas necessários, e resolver o árduo problema da extinção gradual do elemento servil, interesses nacionais acima dos partidos, para depois aceitar o repto no terreno em que o colocassem os adversários do Gabinete. Neste sentido foram o meu procedimento e as minhas palavras na tribuna das duas Câmaras.

“Permita-me Vossa Majestade dizê-lo. Tive a pretensão de concorrer para o melhoramento de nossos hábitos parlamentares, elevando a uma esfera superior aos partidos o andamento legal da administração e a solução do elemento servil, que tão profundamente tem agitado o espírito público.

“Infelizmente, ainda desta feita se não pode conseguir firmar tal precedente para resguardar a fiel observância da ordem constitucional nas evoluções do regime representativo.

“Sugestões de pundonor, que devo respeitar, induziram a maioria da Câmara a evitar a convivência com um Ministério adverso, antes de tornar-se ela obrigada pelo anúncio de estar provocado o exercício da prerrogativa do artigo 101, § 5º, da Constituição.

“Chegadas as coisas a este ponto, julgou o Ministério um dever seu irrecusável solicitar a dissolução da Câmara dos Deputados, à qual tem de pedir os meios de governo, e ao Senado a conversão em lei do projeto de emancipação do elemento servil.

“E tendo V. M. I. convocado o Conselho de Estado para dizer sobre a conveniência e oportunidade da intervenção do Poder Moderador, o Ministério tem a honra de propor para esta audiência os seguintes quesitos:

“1º – É de necessidade pública o exercício da atribuição do artigo 101, § 5º, da Constituição nas atuais circunstâncias?

“2º – Quando assim o entenda V. M. I. pode o Ministério anunciá-la formalmente à Câmara dos Deputados, ou deve limitar-se a declarar que solicitou a intervenção do Poder Moderador para se tornar efetiva depois de deliberar a Assembléia Geral sobre os meios de governo, o projeto de emancipação gradual do elemento servil?”

Terminada a leitura da carta, acrescentou Vanderlei que resolvera Sua Majestade dissolver a Câmara para ter efeito depois de obtidos os meios de governo e a votação do projeto do elemento servil dependente do Senado. Como, todavia, parecia já impossível votar-se um orçamento regular nos poucos dias que restavam à legislatura, proporia em seu lugar uma prerrogativa consentânea com as circunstâncias.

Diante de tão explícita declaração, perdeu todo o interesse a luta no Parlamento. Estavam definidas as posições dos partidos, e a futura eleição manifestaria a vontade da nação para ser governada.

Posto que se travassem ainda debates acrimoniosos, tratou a Câmara de votar a prerrogativa solicitada pelo Ministério, e o Senado de aprovar o projeto de emancipação servil, que sancionado em 28 de setembro, tornou-se lei do país.

No correr do mês de outubro publicou-se o decreto da dissolução da Câmara dos Deputados, e de convocação para o dia 3 maio de 1886 da que fosse novamente eleita.

O gabinete organizado por Vanderlei achou-se a braços com dificuldades aterradoras. Bem que reinasse paz aparente no Império, apoderaram-se dos espíritos doutrinas subversivas das instituições, e a idéia republicana progredia, em conseqüência dos desgostos recebidos pela importantíssima classe dos proprietários de escravos, que a ameaçava de perder os braços necessários ao trabalho agrícola. Percebia-se também notável agitação nos ânimos dos pretos cativos, em conseqüência de se lhes infiltrar a esperança da liberdade, e já se não podia conter-lhes os instintos, e constrangê-los à disciplina indispensável nos estabelecimentos rurais.

A escravidão provinha dos tempos coloniais, e da África transportada para o Brasil, constituía a base principal senão única da lavoura no momento, e amontoava-se nas grandes propriedades territoriais que ocupavam o solo. Com a proibição de importar pretos da África, terminantemente executada pelo governo desde a lei de 1850, secara sua origem e sua fonte principal, e o número dos cativos diminuía pela superioridade dos mortos sobre os nascidos. Com a lei de 1871, inevitável seria sua gradual e inteira extinção. Mediocres vantagens se tinham conseguido da alforria forçada por meio do fundo de emancipação, e esse mesmo recurso prestava elementos para vinditas particulares e políticas. Mais proficuos resultados se logravam pela espontaneidade dos proprietários, que as concediam inspirados nos sentimentos de gratidão pelos serviços prestados por seus cativos.

Não se encarecem bastante as qualidades humanitárias do coração brasileiro. Pequenas exceções não lhes devem embotar o brilho. As numerosas alforrias espontâneas, realizadas desde 1871, provavam

não somente a generosidade de suas almas, como os desejos de tornar os escravos morigerados, trabalhadores, e agradecidos, concedendo-lhes a liberdade, e estabelecendo-os como exemplo e prêmio para os que restavam no cativeiro e que procedessem regularmente. Nutriam-se, vestiam-se e tratavam-se os cativos com benevolência e carinho como anteriormente se não praticava. Estabeleciam-se enfermarias, poupavam-se-lhes as forças, e prolongava-se-lhes a vida, pelo interesse até dos possuidores em conservá-los sadios para as fadigas da lavoura.

Painel era, portanto, de fantasia o que os abolicionistas traçavam lugubrememente, importando castigos repetidos dos azorragues e sofrimentos cruéis, que provocavam a piedade.

O número dos escravos ainda existentes no Império não excedia, em vista das matrículas a que o governo mandara proceder para a execução da lei de 28 de setembro de 1885, mais de um milhão.

Erro era pensar-se que ainda brasileiro havia que desejasse a permanência da escravidão. O que todos queriam era a evolução pacífica do trabalho escravo pelo livre, e sem prejuízo imediato de seus produtos agrícolas, e de suas fortunas adquiridas.

Da emigração européia cumpria urgentemente, pois, cuidar-se a fim de preparar-se o país para a final transformação social. Tratara-se até então unicamente de colonização, que não satisfazia as necessidades da lavoura existente, e impressionado com este pensamento, esmerou-se o Ministério presidido por Vanderlei. Assinou contratos de subvenção para se introduzirem emigrantes em quantidade suficiente para os lavradores, que fossem empregando em suas propriedades. Fixou-lhes em regulamentos condições de jornal ou parceria, abrindo por este modo a válvula para a regeneração do trabalho livre.

No tocante a finanças, é mister também que se descreva a situação do país no correr do ano de 1885.

A dívida fundada e a flutuante atingiam o algarismo exorbitante de mais de novecentos mil contos de réis; os déficits ânuos desde 1870 regulavam entre 25 a 40 mil contos. As Câmaras não haviam concedido aos diversos Ministérios que se tinham sucedido no poder orçamentos equilibrados, e cada vez piorava mais o estado da fazenda pública.

Desde 1878, em que o ministro da Fazenda, Gaspar Martins, emitira quarenta mil contos de papel-moeda, caíra o câmbio, depreciava-se o meio circulante, e aumentava-se o valor de todas as mercadorias e gêneros necessários à vida. De 25 dinheiros baixara logo a 19. O Ministro Afonso Celso conseguira manter-lhe a taxa com meios artificiais de garantir seu preço, e de comprar café que por conta do Tesouro exportava e vendia na Europa, no intuito de conseguir seu alvo, não passando no mercado de letras cambiais em favor das nações estrangeiras.

Notando seus sucessores os prejuízos do Tesouro, cessaram de empregar idênticas providências e de novo baixara o câmbio, que regulava em 47 dinheiros, quando Francisco Belisário empossou-se da pasta da Fazenda.

Meditou-se então um plano que melhorasse situação tão desagradável. Não podia deixar de ser complexo para obter vantajosos resultados.

Assentou o Ministério em estabelecer primeiramente economias em todos os serviços públicos que pudessem comportá-las, e adiar as despesas que não fossem indispensáveis e urgentes. Adquiriu, por este meio, a confiança geral, diminuindo os déficits do Tesouro, o que constituía já um proveitoso passo para a melhoria da situação geral.

Carecendo ainda de fundos pecuniários, recorreu à praça de Londres, e entendeu-se o ministro da Fazenda diretamente e por telegramas reservados com os banqueiros Rothschild e Cia. Abandonou o sistema de intermediários diplomáticos, que percebiam comissões inconfessáveis. Firmou um contrato de empréstimo de seis milhões de juro de 5%, e ao preço de 95%. Lucrou assim que somente se pagasse a comissão de banqueiro.

Tão feliz operação tendeu imediatamente a elevar o câmbio, com o alívio da praça comercial e com saques que o Governo forneceu aos particulares.

Prestada logo depois a atenção para o interior, compreendeu que diminuiria ainda e consideravelmente a despesa nos juros da dívida fundada convertendo-os de 6%, para 5%.

Para conseguir seu desiderato, abriu no Banco do Brasil uma emissão de cinquenta mil contos em apólices de 5% de juro e preço de

95, a qual foi subscrita em um só dia, e habilitou o ministro com os fundos necessários para pagar os possuidores das apólices de 6%, que as não quisessem trocar pelas de 5%. Decretou que, decorrido um prazo fixado, o juro das antigas não trocadas seria igualmente de 5%. Com o êxito felicíssimo da emissão lucrou o Tesouro em que muito poucas se pagaram em dinheiro, e a conversão do juro diminuía a despesa anual de três mil e trezentos contos de réis.

Aplaudiu toda a população tão acertadas providências, e o Ministério rodeou-se do maior prestígio e confiança nacional.

Manifestou-se, pois, extremamente favorável a opinião pública, quando se procedeu à eleição da nova Câmara de Deputados. Não empregou elementos oficiais, nem influxo da autoridade. Cento e dezoito mil eleitores votaram, e foram eleitos cento e três candidatos conservadores, e apenas vinte e dois liberais. Nenhum republicano logrou então diploma de representante da nação.

Em poucos distritos se lamentaram, todavia, fraudes e violências; mas a ambições individuais antes que ao Governo com justiça se devem atribuir. Vanderlei sabia que as oposições são necessárias no regime representativo: auxiliam o Governo contendo-o na sua ação partidária, e conservando disciplinados seus correligionários. Tolerante e moderado por índole, procurava a força e o prestígio na justiça da administração pública.

No dia 3 de maio de 1886 abriu-se a primeira sessão da legislatura eleita.

Comunicava a fala do trono que a lei de 28 de setembro de 1885 executava-se com pontualidade, concorrendo os cidadãos de todas as classes para que o Governo fosse coadjuvado em sua missão humanitária. E como ela se prendia estreitamente à emigração e à colonização estrangeira, haviam-se decretado subvenções do Tesouro e firmado contratos para criar-se uma corrente de trabalhadores livres que substituíssem os braços escravos. Convinha que os legisladores revissem a lei existente, modificando as condições de locação de serviços, demarcação e concessão de terras devolutas para mais energicamente atrair os colonos e emigrantes.

Anunciava que se tinham contraído dois empréstimos, e convertido o juro dos anteriores de 6 a 5% de juro anual, e praticado

importantes economias nas despesas. Como, porém, para garantir o estado presente financeiro, e afirmar-se o futuro, não eram bastante estas providências, solicitava alteração e melhoramento de impostos, e redução ainda de despesas, para que o Governo se habilitasse a amortizar o papel-moeda circulante, principal elemento que pesava sobre o câmbio, e nulificava o padrão monetário.

Requeria igualmente reorganização do ensino público, reforma da lei das municipalidades, e código militar para o Exército e Marinha, que fosse mais adequado às luzes de século.

No tocante às relações existentes entre o Império e a República Argentina, participava que se chegara a acordo de reconhecerem-se os rios em litígio e os territórios contestados por intermédio de comissões mistas de profissionais, que as duas nações tinham nomeado.

Terminava regozijando-se com a consideração que o Império merecia das nações estrangeiras. Fora solicitado pela Alemanha e pela Bélgica para nomear o terceiro membro da comissão mista internacional que funcionava em Santiago do Chile, e que era destinada a julgar as reclamações de diversos governos, em consequência dos prejuízos causados a seus súditos pela guerra entre as repúblicas chilena e peruana.

O último tópico do discurso da Coroa devia lisonjear os brasileiros. Fora, até então, o Império a única nação americana convidada para intervir nos conflitos suscitados entre povos estrangeiros.

Já em 1872 tinha o Brasil tomado parte nas questões de reparações e indenizações entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América do Norte, nomeara Marco Antônio de Araújo<sup>103</sup> seu diplomata e árbitro no tribunal instituído em Genebra, e conquistara posição honrosa nos julgamentos que deram fim aos graves atritos que ameaçaram as relações pacíficas dos dois governos. Em 1881, teve igualmente de, como árbitro, acomodar as divergências entre a França e a república de Washington. A dignidade e inteireza, que seus agentes tinham patenteado, adquiriram para o Império a reputação de um estado amigo, conciliador e justiceiro.

---

103 Visconde de Itajubá. – Serviu de secretário deste congresso internacional Marco Antônio de Araújo e Abreu, Barão de Itajubá, adido então à legação brasileira em Paris.



Empenhou-se o Ministério em que a sessão da legislatura decretasse as providências de que o país carecia, não se deixando esterilizar com discussões inúteis e prolongadas.

Conseguiu a aprovação de uma proposta de demarcação, registro, venda, aforamento e concessão gratuita de terras devolutas para colonos que pretendessem estabelecer-se no Império, e de um sistema regular de subvenção e auxílios para os emigrantes que se applicassem aos trabalhos agrícolas.

Logrou igualmente, e logo ao princípio, que se votassem leis de forças marítimas e terrestres, e de incêndios, e a abolição do artigo do Código Criminal que fulminara pena de açoites para os escravos.

E, à proporção que se discutia um projeto de Paulino de Sousa Filho, adiado desde 1870, modificando a organização e funções das municipalidades, ocupou-se também a Câmara dos Deputados com o orçamento geral do Império.

Ilustradas discussões provaram o empenho geral de votar uma lei, que desse plena satisfação às ocorrências da ocasião, e precavesse ao mesmo tempo o futuro contra eventualidades que perturbassem a situação do Tesouro.

Revisão de tarifas alfandegárias para elevar o imposto de importação de mercadorias estrangeiras, dispensados somente os gêneros de primeira necessidade, modificação de tributos internos, diretos e indiretos, tenderam a aumentar as rendas públicas. Diminuição em algumas verbas de despesa, abolição e suspensão de outras, produziram o equilíbrio orçamentário. Aplicava-se ainda uma soma para amortização gradual do papel-moeda, que superabundava na circulação e causava as oscilações desastrosas do câmbio.

Saiu da Câmara temporária um orçamento regular como havia muitos anos se não tinha podido alcançar. Por minha parte, como presidente da comissão respectiva, auxiliei dedicadamente os planos do ministro da Fazenda.

Irrompeu nos últimos dias da sessão da legislatura inesperado incidente, suscitado pelos senadores liberais, o qual felizmente não produziu crise ministerial, porque o Senado, conquanto corporação política, e altamente política, não suscitava questões de confiança ministerial,

privativas da Câmara dos Deputados, como ramo mais imediato e dependente da opinião nacional. Obrigou, todavia, o Gabinete a reforçar-se com o voto dos deputados, a fim de não perder a força moral e o prestígio que lhe eram indispensáveis para o serviço público.

Havia o regulamento para a execução da lei da emancipação gradual da escravatura reunido a capital do Império à província do Rio de Janeiro, e determinado a data da matrícula dos cativos existentes para os valores anexos às suas idades estabelecidas.

Ao discutir-se no Senado o orçamento da repartição da agricultura, dois aditivos propuseram senadores liberais alterando o regulamento promulgado, com a separação da capital do Império e da província do Rio de Janeiro e a data das deduções anuais dos valores dos escravos contada do dia em que a lei fora sancionada.

Na votação do artigo aditivo alguns conservadores, adesos ao princípio de adiantar-se a libertação, unidos aos liberais que o sustentavam como manifestação ofensiva ao Ministério, deram-lhes ganho de causa. Voltou o orçamento à Câmara dos Deputados para decidir dos aditivos referidos.

Compareceu na Câmara temporária o presidente do Conselho, e declarou que considerava os aditivos censura ao Governo, em consequência da interpretação que dera à lei no regulamento para sua execução, que posto o Senado não fosse competente para levantar crises ministeriais, prejudicava, todavia, com seu voto o crédito e a ação do Governo; que poderia ter evitado no Senado a questão, pois que muitos senadores afiançaram-lhe que do orçamento destacariam os dois artigos, e os converteriam em resolução nova e modificativa das disposições da lei de 1885; preferia, porém, apelar para a Câmara dos Deputados, perante a qual os colocava como questão de confiança, e solicitava sua franca deliberação. Retirar-se-ia do poder, caso a maioria não rejeitasse os artigos aditivos.

Setenta votos contra quatorze apoiaram o Ministério, e foi resolvido requerer-se ao Senado fusão da assembléia geral para final solução do assunto.

Acedeu o Senado à fusão, e em assembléia geral, e após curta discussão, foram ambos os artigos rejeitados, a 9 de outubro, por noventa e dois votos contra trinta e dois. Concluídos os trabalhos legislati-

vos no dia de 16 de outubro, encerrou-se a sessão ânua do Parlamento, e o Imperador agradeceu aos representantes da nação seu zelo no cumprimento dos deveres constitucionais, e as medidas votadas para melhoria das finanças e da administração pública.

Desaparecia no espaço o ano de 1886, e devia o Ministério reputar-se merecedor das simpatias da nação, que desassombrada de agitações e terrores, via melhoradas suas condições, e assegurada a tranquilidade pública. Os orçamentos equilibrados, o Tesouro fortalecido com recursos necessários, o comércio em via de prosperidade, a emigração de trabalhadores europeus encetada sob favoráveis auspícios, as vias férreas em andamento, o padrão monetário tendente a fixar-se, o câmbio de 17 elevado a 25, prognosticavam progressos sensíveis e animadores para a prosperidade do Império.

Arminhavam-se, todavia, nuvens temerosas por detrás dos horizontes, que pareciam, no entanto, claros e diáfanos. Como raízes que na terra se conservam ocultas, e que de repente brotam em plantas nocivas contra a expectativa dos agricultores, assim idéias desorganizadoras minavam o seio da sociedade política, sem que fossem percebidas pelos que maior interesse ligavam às instituições.

Favoreça-me a Providência Divina com a prolongação da vida, e me não esquivarei à tarefa de prosseguir na empresa, que encetei, bem que sinta que o gelar dos anos me vai aluindo a inteligência.

## ANEXOS\*

---

\* Elaborados por Célio Ricardo Tasinafo, mestre e doutorando em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). A pesquisa que permitiu este trabalho é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP).

.....

## Anexo I

### ORGANIZAÇÕES MINISTERIAIS NO SEGUNDO REINADO (1840–1889)<sup>1</sup>

1840

1<sup>o</sup> – Gabinete – 24 de julho (*Gabinete de Maioridade*)

*Império:*

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, Deputado.

*Justiça:*

Antônio Paulino Limpo de Abreu,<sup>2</sup> Deputado.

---

1 A relação que apresentamos dos gabinetes ministeriais foi feita com base no livro: *Organizações e Programas Ministeriais – Regime Parlamentar no Império*, organizado pela Secretaria da Câmara dos Deputados, em 1889. Esta obra teve uma segunda edição de 1962, publicada pelo então Ministério da Justiça e Negócios Interiores, através do Arquivo Nacional.

Optamos por elencar os membros dos gabinetes sempre pelos seus nomes e sobrenomes originais, ao invés de fazê-lo pelos títulos nobiliárquicos que eventualmente receberam ao longo de suas carreiras. Tal opção se deve a dois motivos principais: o primeiro relaciona-se à maneira como o próprio Pereira da Silva cita seus colegas políticos, fazendo apenas uma nota de rodapé referencial ao eventual título e mantendo sempre, no corpo do texto, os nomes anteriores à condecoração nobiliárquica; o segundo relaciona-se à nossa preocupação em evitar o anacronismo de nomear um político, em determinada época, por um título que ele só receberia mais tarde. Em notas, referenciamos os respectivos títulos com as datas de suas concessões. Para uma relação completa dos títulos nobiliárquicos e seus titulares, cf. Carlos G. Rheingantz, *Titulares do Império*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960.

Além disto, após cada nome, colocamos as ocupações principais dos ministros no momento de sua nomeação. Apesar de todos eles terem assumido funções legislativas, enquanto estiveram no exercício do cargo, muitos, quando da subida ao gabinete, estavam fora do Parlamento, desempenhando, por exemplo, funções de magistrados ou advogados.

2 Recebeu o título de Visconde com grandeza de ABAETÉ, por decreto de 2 de dezembro de 1854.

*Negócios Estrangeiros:*

Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho,<sup>3</sup> Deputado.

*Fazenda:*

Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Deputado.

*Marinha:*

Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque,<sup>4</sup> Senador.

*Guerra:*

Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque,<sup>5</sup> Senador.

1841

2º Gabinete – 23 de março

*Império:*

Cândido José de Araújo Viana,<sup>6</sup> Senador.

*Justiça:*

Paulino José Soares de Sousa,<sup>7</sup> Deputado.

*Negócios Estrangeiros:*

Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Deputado. Já era ministro, da mesma pasta, desde a formação ministerial anterior (24 de julho de 1840).

---

3 Recebeu o título de Visconde com honras de grandeza de SEPETIBA, por decreto de 14 de março de 1855.

4 Recebeu o título de Visconde com grandeza de ALBUQUERQUE, por decreto de 2 de dezembro de 1854.

5 Recebeu o título de Barão de SUASSUNA, por decreto de 18 de julho de 1841; posteriormente, em 14 de março de 1860, recebeu o título de Visconde com as honras de grandeza de SUASSUNA.

6 Recebeu o título de Visconde com grandeza de SAPUCAÍ por decreto de 2 de dezembro de 1854; posteriormente, em 15 de outubro de 1872, recebeu o título de Marquês de SAPUCAÍ.

7 Recebeu o título de Visconde com grandeza do URUGUAI, por decreto de 2 de dezembro de 1854.

*Fazenda:*

Miguel Calmon du Pin e Almeida,<sup>8</sup> Senador.

*Marinha:*

Francisco Vilela Barbosa,<sup>9</sup> Senador. (Marquês de Paranaguá;<sup>1ª</sup>)

*Guerra:*

José Clemente Pereira, Deputado.

1843

3º Gabinete – 23 de janeiro

*Império:*

José Antônio da Silva Maia, Conselheiro de Estado.

*Justiça:*

Honório Hermeto Carneiro Leão,<sup>10</sup> Senador e Conselheiro de Estado. Substituído interinamente por Paulino José Soares de Sousa, de 30 de dezembro de 1843 a 2 de fevereiro de 1844.

*Negócios Estrangeiros:*

Honório Hermeto Carneiro Leão, Senador e Conselheiro de Estado. Assumiu a pasta interinamente até 8 de junho de 1843, quando foi substituído por Paulino José Soares de Sousa, Deputado.

*Fazenda:*

Joaquim Francisco Viana, Deputado.

- 
- 8 Recebeu o título de Visconde com honras de grandeza de ABRANTES, por decreto de 18 de julho de 1841; posteriormente, em 2 de dezembro de 1854, recebeu o título de Marquês de ABRANTES.
- 9 Recebeu o título de Visconde com honras de grandeza de PARANAGUÁ (1ª), ainda em 12 de outubro de 1825; um ano depois, em 12 de outubro de 1826, recebeu o título de Marquês de PARANAGUÁ (2ª).
- 10 Recebeu o título de Visconde com grandeza de PARANÁ (1ª), por decreto de 26 de junho de 1852; posteriormente, em 2 de dezembro de 1854, recebeu o título de Marquês de PARANÁ (1ª).

*Marinha:*

Joaquim José Rodrigues Torres,<sup>11</sup> Deputado. Foi interinamente substituído por Salvador José Maciel, de 24 de janeiro até 5 de fevereiro de 1843.

*Guerra:*

Salvador José Maciel, Oficial-General do Exército.

1844

*4º Gabinete – 2 de fevereiro*

*Império:*

José Carlos Pereira de Almeida Torres,<sup>12</sup> Senador e Conselheiro de Estado.

*Justiça:*

Manuel Alves Branco,<sup>13</sup> Senador e Conselheiro de Estado. Permaneceu interinamente no cargo até 23 de maio de 1844, quando foi substituído por Manuel Antônio Galvão, Senador.

*Negócios Estrangeiros:*

Ernesto Ferreira França, Magistrado.

*Fazenda:*

Manuel Alves Branco, Senador e Conselheiro de Estado.

*Marinha:*

Jerônimo Francisco Coelho, Deputado. Permaneceu interinamente no cargo até 23 de maio de 1844, quando foi substituído por Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti, Senador.

---

11 Recebeu o título de Visconde com grandeza de ITABORAÍ, por decreto de 2 de dezembro de 1854.

12 Recebeu o título de Visconde com honras de grandeza de MACAÉ (2º), por decreto de 7 de setembro de 1847.

13 Recebeu o título de Visconde com grandeza de CARAVELAS (2º), por decreto de 2 de dezembro de 1854.



*Guerra:*

Jerônimo Francisco Coelho, Deputado. Assumiu na condição de interino, em 2 de fevereiro; efetivado na pasta em 23 de maio de 1844.

1845

5º Gabinete – 26 de maio

*Império:*

José Carlos Pereira de Almeida Torres, Senador e Conselheiro de Estado. Foi substituído, interinamente, em 29 de setembro de 1845, por Manuel Alves Branco, Senador e Conselheiro de Estado.

*Justiça:*

José Carlos Pereira de Almeida Torres, Senador e Conselheiro de Estado. Foi interino no cargo até 5 de outubro de 1845, quando foi substituído, também interinamente, por Antônio Paulino Limpo de Abreu, Deputado. Em 26 de abril de 1846, assumiu a pasta Joaquim Marcelino de Brito.

*Negócios Estrangeiros:*

Antônio Paulino Limpo de Abreu, Deputado.

*Fazenda:*

Manuel Alves Branco, Senador e Conselheiro de Estado.

*Marinha:*

Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, Senador.

*Guerra:*

Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, Senador. Embora tenha permanecido na pasta durante toda a duração desta formação ministerial, tinha *status* de interino.

1846

6º Gabinete – 2 de maio

*Império:*

Joaquim Marcelino de Brito, Deputado. Nomeado em 3 de maio.

*Justiça:*

José Joaquim Fernandes Torres, Deputado. Substituído em 17 de maio de 1847 por Caetano Maria Lopes Gama.<sup>14</sup>

*Negócios Estrangeiros:*

Bento da Silva Lisboa,<sup>15</sup> Conselheiro (Barão de Cairu, 2º).

*Fazenda:*

Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, Senador. Foi substituído, em 22 de maio de 1847, por José Joaquim Fernandes Torres, Deputado.

*Marinha:*

Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, Senador. Permaneceu interino no cargo, até ser substituído, em 20 de maio de 1847, por João Paulo dos Santos Barreto, Deputado.

*Guerra:*

João Paulo dos Santos Barreto, Deputado.

1847

*7º Gabinete – 22 de maio<sup>16</sup>*

*Presidente do Conselho de Ministros:*

Manuel Alves Branco, Senador e Conselheiro de Estado.

---

14 Recebeu o título de Visconde com grandeza de MARANGUAPE, por decreto de 2 de dezembro de 1854.

15 Recebeu o título de Barão de CAIRU (2º) ainda em 1844, por decreto de 14 de março.

16 A partir deste gabinete, as organizações ministeriais passaram a ter um PRESIDENTE DO CONSELHO DOS MINISTROS. O cargo foi criado pelo Decreto número 523, datado de 20 de julho de 1847, cuja íntegra é a seguinte: “Tomando em consideração a conveniência de dar ao Ministério uma organização mais adaptada às condições do regime representativo: Hei por bem criar um Presidente do Conselho dos Ministros; cumprindo ao dito Conselho organizar o seu regulamento, que será submetido à minha imperial aprovação.” Na prática, o Presidente do Conselho exercia também uma das pastas tradicionais.

*Império:*

Manuel Alves Branco, Senador e Conselheiro de Estado. Permaneceu interinamente no cargo até 20 de julho de 1847, quando foi substituído por Francisco de Paula Sousa e Melo, que permaneceu no cargo até 28 de agosto do mesmo ano. Nesta data, assumiu, novamente de forma interina, Manuel Alves Branco permanecendo até 20 de outubro, quando foi substituído por Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Em 18 de novembro de 1847, assumiu novamente Manuel Alves Branco.

*Justiça:*

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Senador. Substituído interinamente, em 1<sup>a</sup> de janeiro de 1848, por Saturnino de Sousa Oliveira. Este, por sua vez, foi substituído interinamente por José Antônio Pimenta Bueno,<sup>17</sup> Magistrado.

*Negócios Estrangeiros:*

Saturnino de Sousa e Oliveira, substituído, em 29 de janeiro de 1848, por José Antônio Pimenta Bueno.

*Fazenda:*

Manuel Alves Branco, Senador e Conselheiro de Estado.

*Marinha:*

Cândido Batista de Oliveira, Lente de Matemáticas.

*Guerra:*

Antônio Manuel de Melo.

*1848*

*8º Gabinete – 8 de março*

Presidente do Conselho de Ministros:

José Carlos Pereira de Almeida Torres, Senador e Conselheiro de Estado (Visconde de Macaé – 2<sup>a</sup>).

---

17 Recebeu o título de Visconde com honras de grandeza de SÃO VICENTE, por decreto de 14 de março de 1867. Posteriormente, em 15 de outubro de 1872, recebeu o título de Marquês de SÃO VICENTE.

*Império:*

José Carlos Pereira de Almeida Torres, Senador e Conselheiro de Estado (Visconde de Macaé – 2<sup>a</sup>)

*Justiça:*

José Antônio Pimenta Bueno, magistrado.

*Negócios Estrangeiros:*

Antônio Paulino Limpo de Abreu, Senador.

*Fazenda:*

Antônio Paulino Limpo de Abreu, Senador. Substituído, em 14 de maio, por José Pedro Dias de Carvalho, Deputado.

*Marinha:*

Manuel Felizardo de Souza e Melo, Oficial Superior do Exército. Ocupou o cargo interinamente até 14 de maio, quando foi substituído por Joaquim Antão Fernandes Leão, Deputado.

*Guerra:*

Manuel Felizardo de Souza e Melo, Oficial Superior do Exército.

*9<sup>o</sup> Gabinete – 31 de maio*

*Presidente do Conselho de Ministros:*

Francisco de Paula Sousa e Melo, Senador.

*Império:*

José Pedro Dias de Carvalho, Deputado.

*Justiça:*

Antônio Manuel de Campos Melo, Deputado.

*Negócios Estrangeiros:*

Bernardo de Sousa Franco,<sup>18</sup> Deputado.

---

18 Recebeu o título de Visconde com as honras de grandeza de SOUSA FRANCO, por decreto de 15 de outubro de 1872.

*Fazenda:*

Francisco de Paula Sousa e Melo, substituído interinamente, em 18 agosto de 1848, por José Pedro Dias de Carvalho, Deputado.

*Marinha:*

Joaquim Antão Fernandes Leão, Deputado.

*Guerra:*

João Paulo dos Santos Barreto, Deputado.

*10º Gabinete – 29 de setembro*

*Presidente do Conselho de Ministros:*

Pedro de Araújo Lima,<sup>19</sup> Senador e Conselheiro de Estado (Visconde de Olinda). Foi substituído, no cargo, por José da Costa Carvalho<sup>20</sup> (Visconde de Monte Alegre), em 8 de outubro de 1849.

*Império:*

José da Costa Carvalho, Senador e Conselheiro de Estado (Visconde de Monte Alegre).

*Justiça:*

Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara, Deputado.

*Negócios Estrangeiros:*

Pedro de Araújo Lima (Visconde de Olinda), substituído, em 8 de outubro de 1849, por Paulino José Soares de Sousa.

*Fazenda:*

Pedro de Araújo Lima. Ocupou o cargo interinamente até ser substituído em 6 de outubro de 1849 por Joaquim José Rodrigues Torres, Senador.

---

19 Recebeu o título de Visconde com honras de grandeza de OLINDA, por decreto de 18 de julho de 1841. Posteriormente, em 2 de dezembro de 1854, recebeu o título de Marquês de OLINDA.

20 Recebeu o título de Barão de MONTE ALEGRE, por decreto de 23 de agosto de 1841. Posteriormente, em 11 de setembro de 1843, recebeu o título de Visconde com as honras de grandeza de MONTE ALEGRE. Em 2 de dezembro de 1854, tornou-se Marquês de MONTE ALEGRE.

*Marinha:*

Manuel Felizardo de Sousa e Melo, Oficial Superior do Exército. Foi substituído em 23 de julho de 1849 por Manuel Vieira Tosta.<sup>21</sup>

*Guerra:*

Manuel Felizardo de Sousa e Melo, Oficial Superior do Exército. Assumiu o cargo, em 29 de setembro de 1848, interinamente. Foi efetivado em 23 de julho de 1849.

1852

11<sup>o</sup> Gabinete – 11 de maio

*Presidente do Conselho de Ministros:*

Joaquim José Rodrigues Torres, Senador.

*Império:*

Francisco Gonçalves Martins,<sup>22</sup> Senador.

*Justiça:*

José Ildefonso de Sousa Ramos,<sup>23</sup> Deputado. Foi substituído, em 14 de junho de 1853, por Luís Antônio Barbosa, Deputado.

*Negócios Estrangeiros:*

Paulino José Soares de Sousa, Senador.

*Fazenda:*

Joaquim José Rodrigues Torres, Senador.

---

21 Recebeu o título de Barão com honras de grandeza de MURITIBA (1<sup>o</sup>), por decreto de 14 de março de 1855. Posteriormente, em 15 de outubro de 1872, recebeu o título de Visconde com grandeza de MURITIBA. Em 16 de maio de 1888, tornou-se Marquês de MURITIBA.

22 Recebeu o título de Barão com grandeza de SÃO LOURENÇO, por decreto de 14 de março de 1860. Posteriormente, em 15 de novembro de 1871, recebeu o título de Visconde de SÃO LOURENÇO.

23 Recebeu o título de Barão de TRÊS BARRAS, por decreto de 19 de outubro de 1867. Posteriormente, em 15 de outubro de 1872, recebeu o título de Visconde com honras de grandeza de JAGUARI (2<sup>o</sup>).

*Marinha:*

Zacarias de Góis e Vasconcelos, Deputado.

*Guerra:*

Manuel Felizardo de Sousa e Melo, Senador.

1853

12<sup>o</sup> Gabinete – 6 de setembro

*Presidente do Conselho de Ministros:*

Honório Hermeto Carneiro Leão, Senador e Conselheiro de Estado (Visconde de Paraná). Faleceu, no exercício do cargo, em 3 de setembro de 1856. Foi substituído por Luís Alves de Lima e Silva,<sup>24</sup> Senador (Marquês de Caxias).

*Império:*

Luís Pedreira do Couto Ferraz,<sup>25</sup> Senador.

*Justiça:*

José Tomás Nabuco de Araújo, Deputado.

*Negócios Estrangeiros:*

Antônio Paulino Limpo de Abreu, Senador e Conselheiro de Estado. Foi substituído, em 14 de junho de 1855, por José Maria da Silva Paranhos,<sup>26</sup> Deputado.

*Fazenda:*

Honório Hermeto Carneiro Leão (Visconde de Paraná), Senador e Conselheiro de Estado. Entre 12 e 27 de janeiro de 1855 foi

---

24 Recebeu o título de Barão de CAXIAS, por decreto de 18 de julho de 1841. Posteriormente, em 25 de março de 1845, tornou-se Conde de CAXIAS. Em 26 de junho de 1852, Marquês de CAXIAS; em 23 de março de 1869, Duque de CAXIAS.

25 Recebeu o título de Barão do BOM RETIRO, por decreto de 19 de outubro de 1867. Posteriormente, em 10 de julho de 1872, tornou-se Visconde com honras de grandeza do BOM RETIRO.

26 Recebeu o título de Visconde com grandeza do RIO BRANCO (1<sup>o</sup>), por decreto de 20 de outubro de 1870.

substituído por Antônio Paulino Limpo de Abreu, Senador e Conselheiro de Estado. Em 23 de agosto de 1856, assumiu interinamente a pasta João Maurício Wanderley,<sup>27</sup> Senador; efetivado, em 8 de outubro de 1856.

*Marinha:*

Pedro de Alcântara Bellegarde, Oficial-General do Exército. Foi interino no cargo até 15 de dezembro de 1853, quando foi substituído por José Maria da Silva Paranhos, Deputado. Em 14 de junho de 1855, passou a ser titular da pasta João Maurício Wanderley, Deputado. Em 8 de outubro de 1856, voltou ao cargo José Maria da Silva Paranhos, Deputado.

*Guerra:*

Pedro de Alcântara Bellegarde, Oficial-General do Exército. Foi substituído em 14 de junho de 1855 por Luís Alves de Lima e Silva (Marquês de Caxias), Senador.

1857

13<sup>o</sup> Gabinete – 4 de maio

*Presidente do Conselho de Ministros:*

Pedro de Araújo Lima, Senador e Conselheiro de Estado (Marquês de Olinda).

*Império:*

Pedro de Araújo Lima, Senador e Conselheiro de Estado (Marquês de Olinda).

*Justiça:*

Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, Deputado.

*Negócios Estrangeiros:*

Caetano Maria Lopes Gama, Senador e Conselheiro de Estado (Visconde de Maranguape).

---

27 Recebeu o título de Barão com honras de grandeza de COTEGIPE, por decreto de 14 de março de 1860.



*Fazenda:*

Bernardo de Sousa Franco, Deputado.

*Marinha:*

José Antônio Saraiva, Deputado.

*Guerra:*

Jerônimo Francisco Coelho, Deputado. Foi interinamente substituído por José Antônio Saraiva, em 11 de julho de 1858.

1858

14º Gabinete – 12 de dezembro

*Presidente do Conselho de Ministros:*

Antônio Paulino Limpo de Abreu, Senador e Conselheiro de Estado (Visconde de Abaeté).

*Império:*

Sérgio Teixeira de Macedo, Deputado.

*Justiça:*

José Tomás Nabuco de Araújo, Senador. Foi substituído, em 21 de março de 1859, por Manuel Vieira Tosta, Senador (Barão de Muritiba).

*Negócios Estrangeiros:*

José Maria da Silva Paranhos, Deputado.

*Fazenda:*

Francisco de Sales Torres Homem,<sup>28</sup> Deputado.

*Marinha:*

Antônio Paulino Limpo de Abreu, Senador e Conselheiro de Estado (Visconde de Abaeté).

*Guerra:*

José Maria da Silva Paranhos, Deputado. Ocupou a pasta interinamente até 12 de fevereiro de 1859, quando foi substituído por Manuel Felizardo de Sousa e Melo.

---

<sup>28</sup> Recebeu o título de Visconde com as honras de grandeza de INHOMIRIM (2º), por decreto de 15 de outubro de 1872.

1859

15<sup>o</sup> Gabinete – 10 de agosto

*Presidente do Conselho de Ministros:*

Ângelo Muniz da Silva Ferraz,<sup>29</sup> Senador.

*Império:*

Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Senador. Ocupou a pasta interinamente até 3 de setembro de 1859, quando foi substituído por João de Almeida Pereira Filho, Deputado.

*Justiça:*

João Lustosa da Cunha Paranaguá,<sup>30</sup> Deputado.

*Negócios Estrangeiros:*

João Lins Vieira Cansação de Sinimbu,<sup>31</sup> Senador.

*Fazenda:*

Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Senador.

*Marinha:*

Francisco Xavier Pais Barreto, Deputado.

*Guerra:*

Sebastião do Rego Barros, Deputado.

1861

16<sup>o</sup> Gabinete – 2 de março<sup>32</sup>

---

29 Recebeu o título de Barão com honras de grandeza da URUGUAIANA, por decreto de 9 de outubro de 1866.

30 Recebeu o título de Visconde com as honras de grandeza de PARANAGUÁ (2<sup>o</sup>), por decreto de 18 de janeiro de 1882. Posteriormente, em 13 de junho de 1888, tornou-se Marquês de PARANAGUÁ (2<sup>o</sup>).

31 Recebeu o título de Visconde com as honras de grandeza de SINIMBU, por decreto de 16 de maio de 1888.

32 Este é o primeiro gabinete que conta com a pasta da AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS, criada pela lei número 1.067 de 28 de julho de 1860. O decreto de sua regulamentação foi expedido em 16 de fevereiro de 1861 e o novo ministério foi instalado oficialmente em 11 de março do mesmo ano.

*Presidente do Conselho de Ministros:*

Luís Alves de Lima e Silva, Senador (Marquês de Caxias)

*Império:*

Francisco de Paula de Negreiros Saião Lobato,<sup>33</sup> Deputado. Ocupou interinamente a pasta até 21 de abril de 1861, quando assumiu José Antônio Saraiva, Deputado. Em 10 de julho de 1861, assumiu o cargo José Ildefonso de Sousa Ramos, Senador.

*Justiça:*

Francisco de Paula de Negreiros Saião Lobato, Deputado.

*Negócios Estrangeiros:*

José Maria da Silva Paranhos, Deputado. Ocupou a pasta interinamente até 21 de abril de 1861, quando assumiu Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, Deputado. Em 10 de junho de 1861, passa a ser titular da pasta Benevenuto Augusto de Magalhães Taques, Deputado.

*Fazenda:*

José Maria da Silva Paranhos, Deputado.

*Marinha:*

Joaquim José Inácio,<sup>34</sup> Oficial-General da Armada.

*Guerra:*

Luís Alves de Lima e Silva, Senador (Marquês de Caxias).

*Agricultura, Comércio e Obras Públicas:*

Joaquim José Inácio, Oficial-General da Armada. Foi substituído, em 21 de abril, por Manoel Felizardo de Souza e Melo, Senador.

1862

17º Gabinete – 24 de maio

*Presidente do Conselho de Ministros:*

Zacarias de Góis e Vasconcelos, Deputado.

---

33 Recebeu o título de Visconde com as honras de grandeza de NITERÓI, por decreto de 15 de outubro de 1872.

34 Recebeu o título de Barão de INHAÚMA, por decreto de 27 de setembro de 1867. Posteriormente, em 2 de março de 1868, tornou-se Visconde com as honras de grandeza de INHAÚMA.

*Império:*

Zacarias de Góis e Vasconcelos, Deputado.

*Justiça:*

Francisco José Furtado, Deputado.

*Negócios Estrangeiros:*

Carlos Carneiro de Campos,<sup>35</sup> Senador.

*Fazenda:*

José Pedro Dias de Carvalho, Senador.

*Marinha:*

José Bonifácio de Andrada e Silva, Deputado.

*Guerra:*

Manoel Marques de Sousa,<sup>36</sup> Deputado (Barão de Porto Alegre).

*Agricultura, Comércio e Obras Públicas:*

Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, Deputado.

*18º Gabinete – 30 de maio*

*Presidente do Conselho de Ministros:*

Pedro de Araújo Lima, Senador e Conselheiro de Estado (Marquês de Olinda).

*Império:*

Pedro de Araújo Lima, Senador e Conselheiro de Estado (Marquês de Olinda).

*Justiça:*

Caetano Maria Lopes Gama, Senador e Conselheiro de Estado (Visconde de Maranguape). Em 8 de junho de 1862, foi substituído, inte-

---

35 Recebeu o título de Visconde com as honras de grandeza de CARAVELAS (3º), por decreto de 15 de outubro de 1872.

36 Recebeu o título de Barão com as honras de grandeza de PORTO ALEGRE, por decreto de 3 de março de 1852. Posteriormente, em 28 de agosto de 1866, tornou-se Visconde de PORTO ALEGRE. Em 11 de abril de 1868, Conde de PORTO ALEGRE.

rinamente, por João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, Senador; o qual foi efetivado na pasta em 9 de fevereiro de 1863.

*Negócios Estrangeiros:*

Miguel Calmon du Pin de Almeida, Senador e Conselheiro de Estado (Marquês de Abrantes).

*Fazenda:*

Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, Senador e Conselheiro de Estado (Visconde de Albuquerque). Em 8 de abril de 1863, foi substituído por Miguel Calmon du Pin de Almeida, Senador e Conselheiro de Estado (Marquês de Abrantes).

*Marinha:*

Joaquim Raimundo de Lamare, Deputado.

*Guerra:*

Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão,<sup>37</sup> Oficial-General do Exército. Em 12 de maio de 1863, foi substituído por Antônio Manuel de Melo, Oficial-Superior do Exército.

*Agricultura, Comércio e Obras Públicas:*

João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, Senador. Foi substituído, em 9 de fevereiro de 1863, por Pedro de Alcântara Bellegarde, Oficial-General do Exército.

1864

*19º Gabinete – 15 de janeiro*

*Presidente do Conselho de Ministros:*

Zacarias de Góis e Vasconcelos, Deputado.

*Império:*

José Bonifácio de Andrada e Silva, Deputado.

---

37 Recebeu o título de Visconde de SANTA TERESA, por decreto de 27 de abril de 1870. Em 24 de março de 1871, passou a ser Visconde com honras de grandeza de SANTA TERESA.

*Justiça:*

Zacarias de Góis e Vasconcelos, Deputado.

*Negócios Estrangeiros:*

Francisco Xavier Pais Barreto, Deputado. Foi substituído, interinamente, em 9 de março, por João Pedro Dias Vieira, Senador. Efetivado no cargo em 31 do mesmo mês.

*Fazenda:*

José Pedro Dias de Carvalho, Senador.

*Marinha:*

João Pedro Dias Vieira, Senador. Foi substituído, em 31 de março, por Francisco Carlos de Araújo Brusque, Deputado.

*Guerra:*

José Mariano de Matos, Oficial-General do Exército. Foi substituído, interinamente, em 31 de maio por Francisco Carlos de Araújo Brusque, Deputado.

*Agricultura, Comércio e Obras Públicas:*

Domiciano Leite Ribeiro,<sup>38</sup> Deputado. Foi substituído, interinamente, em 20 de julho de 1864 por João Pedro Dias Vieira, Senador.

*20º Gabinete – 31 de agosto*

*Presidente do Conselho de Ministros:*

Francisco José Furtado, Senador.

*Império:*

José Liberato Barroso, Deputado.

*Justiça:*

Francisco José Furtado, Senador.

*Negócios Estrangeiros:*

Carlos Carneiro de Campos, Senador. Ocupou o cargo, interinamente, até 4 de outubro de 1864, quando foi substituído por João Pedro Dias Vieira, Senador.

---

38 Recebeu o título de Visconde com honras de grandeza de ARAXÁ, por decreto de 15 de outubro de 1872.

*Fazenda:*

Carlos Carneiro de Campos, Senador.

*Marinha:*

Francisco Xavier Pinto Lima, Deputado.

*Guerra:*

Henrique de Beaurepaire Rohan,<sup>39</sup> Oficial-General do Exército. Em 12 de fevereiro de 1865, foi substituído por José Egídio Gordilho de Barbuda,<sup>40</sup> Oficial-General do Exército (Visconde de Camamu).

*Agricultura, Comércio e Obras Públicas:*

Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, Deputado.

1865

21<sup>º</sup> Gabinete – 12 de maio

*Presidente do Conselho de Ministros:*

Pedro de Araújo Lima, Senador e Conselheiro de Estado (Marquês de Olinda).

*Império:*

Pedro de Araújo Lima, Senador e Conselheiro de Estado (Marquês de Olinda).

*Justiça:*

José Tomás Nabuco de Araújo, Senador.

*Negócios Estrangeiros:*

Francisco Otaviano de Almeida Rosa, Deputado. Foi nomeado, mas não aceitou o cargo. Substituído, em 27 de junho, por José Antônio Saraiva, Deputado.

---

39 Recebeu o título de Visconde com honras de grandeza de BEAUREPAIRE ROHAN, por decreto de 13 de junho de 1888.

40 Recebeu o título de Visconde de CAMAMU (2<sup>º</sup>), por decreto de 17 de outubro de 1830. Posteriormente, em 12 de fevereiro de 1856, tornou-se Visconde com as honras de grandeza de CAMAMU (2<sup>º</sup>).

*Fazenda:*

José Pedro Dias de Carvalho, Senador. Foi substituído, em 7 de março de 1866, por João da Silva Carrão, Deputado.

*Marinha:*

José Antônio Saraiva, Deputado. Foi substituído, em 27 de junho, por Francisco de Paula da Silveira Lobo.

*Guerra:*

Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Senador. Foi interinamente substituído por José Antônio Saraiva, no período de 8 de julho a 9 de novembro de 1865. Período em que esteve no Rio Grande do Sul, acompanhando a visita do Imperador àquela província.

*Agricultura, Comércio e Obras Públicas:*

Antônio Francisco de Paula e Sousa, Deputado.

1866

22<sup>o</sup> Gabinete – 3 de agosto

*Presidente do Conselho de Ministros:*

Zacarias de Góis e Vasconcelos, Deputado.

*Império:*

José Joaquim Fernandes Torres, Senador.

*Justiça:*

João Lustosa da Cunha Paranaguá, Senador. Foi substituído, em 27 de outubro, por Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Deputado.

*Negócios Estrangeiros:*

Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Deputado. Foi substituído, em 27 de outubro, por Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, Senador. Em 9 de dezembro de 1867, foi nomeado para ocupar o cargo, interinamente, João Lustosa da Cunha Paranaguá. Em 14 de abril de 1868 foi nomeado efetivo para a pasta João Silveira de Sousa, Deputado.



*Fazenda:*

Zacarias de Góis e Vasconcelos, Deputado.

*Marinha:*

Afonso Celso de Assis Figueiredo,<sup>41</sup> Deputado.

*Guerra:*

Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Senador. Foi substituído, em 7 de outubro de 1866, por João Lustosa da Cunha Paranaguá, Senador.

*Agricultura, Comércio e Obras Públicas:*

Manuel Pinto de Sousa Dantas, Deputado.

1868

23º Gabinete – 16 de julho

*Presidente do Conselho de Ministros:*

Joaquim José Rodrigues Torres, Senador e Conselheiro de Estado (Visconde de Itaboraí).

*Império:*

Paulino José Soares de Sousa, Deputado.

*Justiça:*

José Martiniano de Alencar, advogado. Em 10 de janeiro de 1870, foi substituído por Joaquim Otávio Nébias. Em 9 de junho do mesmo ano, assumiu interinamente a pasta Manuel Vieira Tosta, Senador e Conselheiro de Estado (Barão de Muritiba).

*Negócios Estrangeiros:*

José Maria da Silva Paranhos, Senador e Conselheiro de Estado. Substituído, interinamente, entre 10 de fevereiro de 1869 e 30 de agosto de 1870, por João Maurício Wanderley, Senador (Barão de Cotegipe). Naquele período, Paranhos esteve, como Ministro Plenipotenciário, em missão especial na região do Prata.

---

41 Recebeu o título de Visconde com as honras de grandeza de OURO PRETO, por decreto de 13 de junho de 1888.

*Fazenda:*

Joaquim José Rodrigues Torres, Senador e Conselheiro de Estado (Visconde de Itaboraí).

*Marinha:*

João Maurício Wanderley, Senador (Barão de Cotegipe).

*Guerra:*

Manuel Vieira Tosta, Senador e Conselheiro de Estado (Barão de Muritiba).

*Agricultura, Comércio e Obras Públicas:*

Joaquim Antão Fernandes Leão, empregado público. Foi substituído, em 10 de janeiro de 1870, por Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque,<sup>42</sup> Deputado.

1870

24<sup>o</sup> Gabinete – 29 de setembro

*Presidente do Conselho de Ministros:*

José Antônio Pimenta Bueno, Senador e Conselheiro de Estado (Visconde de São Vicente).

*Império:*

João Alfredo Correia de Oliveira, Deputado.

*Justiça:*

José Ildfonso de Sousa Ramos, Senador e Conselheiro de Estado (Barão de Três Barras).

*Negócios Estrangeiros:*

José Antônio Pimenta Bueno, Senador e Conselheiro de Estado (Visconde de São Vicente).

*Fazenda:*

Francisco de Sales Torres Homem, Senador e Conselheiro de Estado.

---

<sup>42</sup> Recebeu o título de Visconde com as honras de grandeza de CAVALCANTI, por decreto de 30 de maio de 1888.

*Marinha:*

Luís Antônio Pereira Franco,<sup>43</sup> Deputado.

*Guerra:*

José Antônio Correia da Câmara,<sup>44</sup> Oficial-General do Exército (Visconde de Pelotas). Não assumiu o cargo, pois o recusou mesmo depois de nomeado. Interinamente ocupou a pasta, até 9 de novembro, João Frederico Caldwell, Oficial-General do Exército. Naquela data foi nomeado efetivo para a pasta Raimundo Ferreira de Araújo Lima, Deputado.

*Agricultura, Comércio e Obras Públicas:*

Jerônimo José Teixeira Júnior, Deputado; substituído interinamente, a partir de 20 de novembro, por João Alfredo Correa de Oliveira, Deputado.

1871

25<sup>o</sup> Gabinete – 7 de março

*Presidente do Conselho de Ministros:*

José Maria da Silva Paranhos, Senador e Conselheiro de Estado (Visconde do Rio Branco).

*Império:*

João Alfredo Correia de Oliveira, Deputado.

*Justiça:*

Francisco de Paula de Negreiros Saião Lobato, Senador e Conselheiro de Estado. Em 20 de abril de 1872, foi substituído por Manuel Antônio Duarte de Azevedo, Deputado.

*Negócios Estrangeiros:*

Manuel Francisco Correia, Deputado. Foi substituído, em 28 de janeiro de 1873, por Carlos Carneiro de Campos, Senador e Conselheiro de Estado (Visconde de Caravelas, 3<sup>o</sup>).

---

43 Recebeu o título de Barão com as honras de grandeza de PEREIRA FRANCO, por decreto de 20 de junho de 1888.

44 Recebeu o título de Visconde com as honras de grandeza de PELOTAS, por decreto de 17 de março de 1870.

*Fazenda:*

José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco), foi nomeado interinamente em 7 de março. Efetivo no cargo em 15 de maio de 1871.

*Marinha:*

Manuel Antônio Duarte de Azevedo, Deputado. Foi substituído, em 20 de abril de 1872, por Augusto Olímpio Gomes de Castro, Deputado. Este recusou o cargo, depois de nomeado. Em 18 de maio de 1872, assumiu Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, Senador.

*Guerra:*

José Maria da Silva Paranhos, Senador e Conselheiro de Estado (Visconde do Rio Branco). Substituído, em 15 de maio de 1871, por Domingos José Nogueira Jaguaribe, Senador. Este ficou no cargo até 20 de abril de 1872, quando foi substituído por João José de Oliveira Junqueira, Deputado.

*Agricultura, Comércio e Obras Públicas:*

Teodoro Machado Freire Pereira da Silva, Deputado. Foi substituído, em 20 de abril de 1872, por Cândido Borges Monteiro,<sup>45</sup> Senador (Barão de Itaúna). Em 26 de agosto do mesmo ano, deixou a pasta, que foi assumida por Francisco do Rego Barros Barreto, Senador, que permaneceu no cargo até 28 de janeiro de 1873, quando assumiu José Fernandes da Costa Pereira Júnior, Deputado.

1875

26<sup>o</sup> Gabinete – 25 de junho

*Presidente do Conselho de Ministros:*

Luís Alves de Lima e Silva, Senador e Conselheiro de Estado (Duque de Caxias).

---

<sup>45</sup> Recebeu o título de Barão de ITAÚNA, por decreto de 7 de outubro de 1867. Em 10 de julho de 1872, tornou-se Visconde com as honras de grandeza de ITAÚNA.

*Império:*

José Bento da Cunha Figueiredo,<sup>46</sup> Senador e Conselheiro de Estado. Foi substituído, em 15 de fevereiro de 1877, por Antônio da Costa Pinto e Silva, Deputado.

*Justiça:*

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, Deputado. Foi substituído, em 15 de fevereiro de 1877, por Francisco Januário da Gama, Deputado.

*Negócios Estrangeiros:*

João Maurício Wanderley, Senador (Barão de Cotegipe). Foi substituído, em 15 de fevereiro de 1877, por Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, Deputado.

*Fazenda:*

João Maurício Wanderley, Senador (Barão de Cotegipe). Ocupou a pasta na condição de interino até 15 de fevereiro de 1877, quando foi efetivado no cargo.

*Marinha:*

Luís Antônio Pereira Franco, Deputado.

*Guerra:*

Luís Alves de Lima e Silva, Senador e Conselheiro de Estado (Duque de Caxias).

*Agricultura, Comércio e Obras Públicas:*

Tomás José Coelho de Almeida, Deputado.

*1878*

*27º Gabinete – 5 de janeiro*

*Presidente do Conselho de Ministros:*

João Lins Vieira de Cansanção de Sinimbu, Senador e Conselheiro de Estado.

---

<sup>46</sup> Recebeu o título de Visconde com as honras de grandeza do BOM CONSELHO, por decreto de 13 de junho de 1888.

*Império:*

Carlos Leôncio de Carvalho, lente de Direito. Foi substituído, em 4 de junho de 1879, por Francisco Maria Sodré Pereira, Deputado.

*Justiça:*

Lafaiete Rodrigues Pereira, advogado.

*Negócios Estrangeiros:*

Domingos de Sousa Leão,<sup>47</sup> proprietário (Barão de Vila Bela). Em 8 de fevereiro de 1879, foi substituído, em caráter interino, por João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, que permaneceu no cargo até 4 de junho de 1879, quando foi nomeado Antônio Moreira de Barros, Deputado.

*Fazenda:*

Gaspar Silveira Martins, Deputado. Em 8 de fevereiro de 1879, foi substituído por Afonso Celso de Assis Figueiredo, Deputado.

*Marinha:*

Eduardo de Andrade Pinto, advogado. Foi substituído, em 24 de dezembro de 1878, por João Ferreira de Moura, Deputado.

*Guerra:*

Manuel Luís Osório,<sup>48</sup> Senador (Marquês do Erval). Tendo falecido no exercício do cargo, a pasta é ocupada interinamente, entre 6 e 9 de outubro de 1879, por João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu. Em 9 de outubro de 1879, foi nomeado para o cargo João Lustosa da Cunha Paranaguá, Senador.

*Agricultura, Comércio e Obras Públicas:*

João Lins Vieira de Cansanção de Sinimbu, Senador e Conselheiro de Estado.

---

47 Recebeu o título de Barão de VILA BELA (2º), por decreto de 14 de setembro de 1866.

48 Recebeu o título de Barão com honras de grandeza de ERVAL, por decreto de 1 de maio de 1866. Posteriormente, em 11 de abril de 1868, tornou-se Visconde com grandeza de ERVAL. Em 29 de dezembro de 1869, tornou-se Marquês de ERVAL.

1880

*28º Gabinete – 28 de março*

*Presidente do Conselho de Ministros:*

José Antônio Saraiva, Senador.

*Império:*

Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo,<sup>49</sup> Deputado (Barão Homem de Melo). Substituído, em 3 de novembro de 1880, por Manuel Pinto de Sousa Dantas, que permaneceu no cargo na condição de interino.

*Justiça:*

Manuel Pinto de Sousa Dantas, Senador.

*Negócios Estrangeiros:*

Pedro Luís Pereira de Sousa, Deputado. Substituído, em 3 de novembro de 1880, por Franklin Américo de Menezes Dória,<sup>50</sup> Deputado. Este permaneceu no cargo até a dissolução do gabinete, contudo na condição de interino.

*Fazenda:*

José Antônio Saraiva, Senador.

*Marinha:*

José Rodrigues de Lima Duarte, Deputado.

*Guerra:*

José Antonio Correia da Câmara, Senador (Visconde de Pelotas). Foi substituído, em 15 de maio de 1881, por Franklin Américo de Menezes Dória.

*Agricultura, Comércio e Obras Públicas:*

Manuel Buarque de Macedo, Deputado. Substituído, em 31 de agosto de 1881, por Pedro Luís Pereira de Sousa, Deputado. Este ficou

---

49 Recebeu o título de Barão de HOMEM DE MELO, por decreto de 4 de julho de 1877.

50 Recebeu o título de Barão com as honras de grandeza de LORETO, por decreto de 15 de junho de 1888.

no cargo, na condição de interino, até 3 de novembro de 1881, quando foi substituído por José Antônio Saraiva.

*1882*

*29º Gabinete – 21 de janeiro*

*Presidente do Conselho de Ministros:*

Martinho Álvares da Silva Campos, Deputado.

*Império:*

Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas, Deputado.

*Justiça:*

Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas, Deputado. Nomeado interinamente, permaneceu no cargo até 3 de fevereiro de 1882, quando foi substituído por Manuel da Silva Mafra, Deputado.

*Negócios Estrangeiros:*

Felipe Franco de Sá, Deputado.

*Fazenda:*

Martinho Álvares da Silva Campos, Deputado.

*Marinha:*

Bento Francisco de Paula e Sousa, Deputado. Foi substituído, em 6 de maio de 1882, por Antônio Carneiro da Rocha, Deputado.

*Guerra:*

Afonso Augusto Moreira Pena, Deputado.

*Agricultura, Comércio e Obras Públicas:*

Manuel Alves de Araújo, Deputado.

*30º Gabinete – 3 de julho*

*Presidente do Conselho de Ministros:*

João Lustosa da Cunha Paranaguá, Senador e Conselheiro de Estado (Visconde de Paranaguá).



*Império:*

Pedro Leão Veloso, Senador.

*Justiça:*

João Ferreira de Moura, Deputado.

*Negócios Estrangeiros:*

Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, Deputado.

*Fazenda:*

João Lustosa da Cunha Paranaguá, Senador e Conselheiro de Estado (Visconde de Paranaguá).

*Marinha:*

João Florentino Meira de Vasconcelos, Senador.

*Guerra:*

Carlos Afonso de Assis Figueiredo, Deputado.

*Agricultura, Comércio e Obras Públicas:*

André Augusto de Pádua Fleuri, Deputado. Foi substituído, em 16 de dezembro de 1882, por Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, Deputado. Este ficou no cargo, na condição de interino, até 7 de janeiro de 1883, quando foi nomeado Henrique Francisco D'Ávila, Senador.

1883

*31º Gabinete – 24 de maio*

*Presidente do Conselho de Ministros:*

Lafaiete Rodrigues Pereira, Senador e Conselheiro de Estado.

*Império:*

Francisco Antunes Maciel, Deputado.

*Justiça:*

Francisco Prisco de Sousa Paraíso, Deputado.

*Negócios Estrangeiros:*

Francisco de Carvalho Soares Brandão, Senador.

*Fazenda:*

Lafaiete Rodrigues Pereira, Senador e Conselheiro de Estado.

*Marinha:*

Antônio de Almeida Oliveira, Deputado.

*Guerra:*

Antônio Joaquim Rodrigues Júnior, Deputado. Foi substituído, em 1<sup>o</sup> de março de 1884, por Afonso Augusto Moreira Pena, Deputado. Este ocupou o cargo, de forma interina, até 22 de março de 1884, quando foi substituído por Felipe Franco de Sá, Senador, nomeado como efetivo para a pasta.

*Agricultura, Comércio e Obras Públicas:*

Afonso Augusto Moreira Pena, Deputado.

1884

32<sup>o</sup> Gabinete – 6 de junho

*Presidente do Conselho de Ministros:*

Manuel Pinto de Sousa Dantas, Senador e Conselheiro de Estado.

*Império:*

Felipe Franco de Sá, Senador.

*Justiça:*

Francisco Maria Sodré Pereira, Deputado.

*Negócios Estrangeiros:*

João da Mata Machado, Deputado. Foi substituído, em 22 de dezembro de 1884, por Manuel Pinto de Sousa Dantas, que permaneceu no cargo interinamente.

*Fazenda:*

Manuel Pinto de Sousa Dantas, Senador e Conselheiro de Estado.

*Marinha:*

Joaquim Raimundo de Lamare, Senador e Conselheiro de Estado.

*Guerra:*

Cândido Luís Maria de Oliveira, Deputado.

*Agricultura, Comércio e Obras Públicas:*

Antônio Carneiro da Rocha, Deputado.

1885

*33º Gabinete – 6 de maio*

*Presidente do Conselho de Ministros:*

José Antônio Saraiva, Senador.

*Império:*

João Florentino Meira de Vasconcelos, Senador.

*Justiça:*

Afonso Augusto Moreira Pena, Deputado.

*Negócios Estrangeiros:*

João Lustosa da Cunha Paranaguá, Senador e Conselheiro de Estado (Visconde de Paranaguá).

*Fazenda:*

José Antônio Saraiva, Senador.

*Marinha:*

Luís Felipe de Sousa Leão, Senador.

*Guerra:*

Antônio Eleutério de Camargo, Deputado.

*Agricultura, Comércio e Obras Públicas:*

João Ferreira de Moura, Deputado.

*34º Gabinete – 20 de agosto*

*Presidente do Conselho de Ministros:*

João Maurício Wanderley, Senador (Barão de Cotegipe).

*Império:*

Ambórsio Leitão da Cunha,<sup>51</sup> Senador (Barão de Mamoré). Foi substituído, em 21 de julho de 1887, por Manuel do Nascimento Machado Portela, Deputado. Este pediu demissão em 19 de setembro do mesmo ano, sendo a pasta ocupada interinamente por João Maurício Wanderley, Senador.

*Justiça:*

Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, Senador. Foi substituído, em 10 de maio de 1887, por Samuel Wallace Mac-Dowell, Deputado.

*Negócios Estrangeiros:*

João Maurício Wanderley, Senador (Barão de Cotegipe).

*Fazenda:*

Francisco Belisário Soares de Sousa, Deputado.

*Marinha:*

Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, Deputado. Foi substituído, em 12 de junho de 1886, por Samuel Wallace Mac-Dowell, Deputado. Este, por sua vez, permaneceu no cargo até 10 de maio de 1887, quando foi substituído por Carlos Frederico Castrioto, Deputado.

*Guerra:*

João José de Oliveira Junqueira, Senador. Foi substituído, em 12 de junho de 1886, por Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, Deputado. Este permaneceu no cargo até 12 de fevereiro de 1887, quando foi substituído por Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, Senador – permaneceu na condição de interino, até 10 de maio de 1887, quando foi efetivado.

*Agricultura, Comércio e Obras Públicas:*

Antônio da Silva Prado, Deputado. Foi substituído, em 10 de maio de 1887, por Rodrigo Augusto da Silva, Deputado.

---

51 Recebeu o título de Barão com as honras de grandezade MAMORÉ, por decreto de 3 de março de 1883.

1888

35º Gabinete – 10 de março

*Presidente do Conselho de Ministros:*

João Alfredo Correia de Oliveira, Senador e Conselheiro de Estado.

*Império:*

José Fernandes da Costa Pereira Júnior, Deputado. Foi substituído, em 4 de janeiro de 1889, por Antônio Ferreira Viana, Deputado.

*Justiça:*

Antônio Ferreira Viana, Deputado. Foi substituído, em 4 de janeiro de 1889, por Francisco de Assis Rosa e Silva, Deputado.

*Negócios Estrangeiros:*

Antônio da Silva Prado, Senador. Foi substituído, em 27 de junho de 1888, por Rodrigo Augusto da Silva, Deputado.

*Fazenda:*

João Alfredo Correia de Oliveira, Senador e Conselheiro de Estado.

*Marinha:*

Luís Antônio Vieira da Silva, Senador e Conselheiro de Estado. Foi substituído, em 4 de janeiro de 1889, por Tomás Coelho de Almeida, que ocupou a pasta interinamente até 8 de fevereiro, data que assumiu Joaquim Elisio Pereira Marinho<sup>52</sup> (Barão de Guai).

*Guerra:*

Tomás José Coelho de Almeida, Senador.

*Agricultura, Comércio e Obras Públicas:*

Rodrigo Augusto da Silva, Deputado. Foi substituído, em 27 de junho de 1888, por Antônio da Silva Prado, Senador. Em 5 de janeiro

---

<sup>52</sup> Recebeu o título de Barão de GUAÍ, por decreto de 26 de abril de 1879. Posteriormente, em 3 de novembro de 1887, tornou-se Barão com as honras de grandeza do GUAÍ. Em 31 de outubro de 1889, tornou-se Visconde de GUAÍ.

de 1889, pediu licença e foi substituído por Rodrigo Augusto da Silva que permaneceu na pasta até a dissolução do gabinete, por Antônio da Silva Prado ter efetivado seu pedido de demissão.

*1889*

*36º Gabinete – 7 de junho*

*Presidente do Conselho de Ministros:*

Afonso Celso de Assis Figueiredo, Senador e Conselheiro de Estado (Visconde de Ouro Preto).

*Império:*

Franklin Américo de Meneses Dória, advogado (Barão de Loreto)

*Justiça:*

Cândido Luís Maria de Oliveira, Senador.

*Negócios Estrangeiros:*

José Francisco Diana, Deputado.

*Fazenda:*

Afonso Celso de Assis Figueiredo, Senador e Conselheiro de Estado (Visconde de Ouro Preto).

*Marinha:*

José da Costa Azevedo,<sup>53</sup> Oficial – General da Armada (Barão de Ladário).

*Guerra:*

Rufino Enéias Gustavo Galvão,<sup>54</sup> Oficial-General do Exército (Visconde de Maracaju). Por motivo de doença, foi substituído, em 3 de setembro, por Cândido Luís Maria de Oliveira, o qual tornou a substituir o titular da pasta a partir de 19 de outubro de 1889.

*Agricultura, Comércio e Obras Públicas:*

Lourenço de Cavalcanti de Albuquerque, Deputado.

---

53 Recebeu o título de Barão de LADÁRIO, por decreto de 12 de agosto de 1885.

54 Recebeu o título de Barão de MARACAJU, por decreto de 3 de dezembro de 1874. Posteriormente, em 23 de maio de 1883, tornou-se Visconde de MARACAJU.

.....

## Anexo II

### DISSOLUÇÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE O SEGUNDO REINADO\*

1842

Na sessão da Câmara dos Deputados de 1<sup>o</sup> de maio de 1842 (sétima sessão preparatória para a legislatura que se iniciava), foi lido o DECRETO DE DISSOLUÇÃO, lavrado nos seguintes termos:

*“Tomando em consideração o que me expuseram meus Ministros e Secretários de Estado no relatório desta data, e tendo ouvido meu Conselho de Estado, hei por bem, usando das atribuições que me confere a Constituição no art. 101, § 5<sup>o</sup>, dissolver a Câmara dos Deputados, e convocar, desde já, outra, que se reunirá no dia 1<sup>o</sup> de novembro do corrente ano.”*

---

\* O Título 5<sup>o</sup> da Constituição Do Império Do Brasil, outorgada em 1824, estabelecia que o Imperador exercia o Poder Moderador, dentre outras maneiras, *“Prorrogando ou adiando a Assembléa Geral e dissolvendo a Câmara dos Deputados, nos casos que o exigir a salvação do Estado, convocando imediatamente outra, que a substitua”*. Assim, todos os decretos de dissolução da Câmara temporária marcavam a data para a reunião da nova câmara que seria eleita. Em geral, tais datas eram observadas com apenas alguns dias ou semanas de atraso, que ocorriam pela demora da chegada dos deputados eleitos, em número suficiente, para que pudessem ser abertas as sessões preparatórias – nas quais os deputados, cujas eleições não eram contestadas pelos adversários, verificavam a validade dos diplomas de seus colegas “contestados”. Tais sessões poderiam se estender por longos períodos, o que também contribuía para a demora da abertura oficial da nova legislatura. A Abertura Solene da Assembléa Geral (reunião da Câmara dos Deputados com o Senado Vitalício) só acontecia quando os presidentes das sessões preparatórias, das duas casas legislativas, oficiavam ao Imperador, via Ministro do Império, comunicando que já se achavam na Corte mais da metade dos componentes de cada uma das respectivas casas do Parlamento. Tais fatos explicam o “descompasso” que há entre as datas marcadas para a nova reunião da Assembléa Geral, nos decretos de dissolução da câmara dos deputados, e as datas efetivas em que tais reuniões ocorreram.

*“Cândido José de Araújo Viana, do meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessários.”*

*Palácio do Rio de Janeiro, em 1º de maio de 1842, 21º da Independência e do Império.*

*Com a rubrica de S. M. o Imperador.  
Cândido José de Araújo Viana.<sup>55</sup>*

1844

Na sessão da Câmara dos Deputados de 24 de maio de 1844, foi lido o DECRETO DE DISSOLUÇÃO, lavrado nos seguintes termos:

*“Usando das atribuições que me confere a Constituição no art. 101, § 5º, e tendo ouvido o meu Conselho de Estado, hei por bem dissolver a Câmara dos Deputados, e convocar desde já outra, que se reunirá no dia 1º de janeiro do ano futuro.”*

*“José Carlos Pereira de Almeida Torres, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessários.”*

*“Palácio do Rio de Janeiro, em 24 de maio de 1844, 23º da Independência e do Império.”*

*Com a rubrica de S. M. O Imperador.  
José Carlos Pereira de Almeida Torres.<sup>56</sup>*

1848

A Câmara dos Deputados foi dissolvida por Decreto de 19 de fevereiro de 1849, que não chegou a ser lido no plenário daquela casa. Isto porque por Decreto anterior, de 5 de outubro de 1848, tinha ficado adiada a Assembléia Geral para o dia 23 de abril de 1849. A dissolução aconteceu, portanto, quando a Câmara não se encontrava reunida para seus trabalhos regulares.

---

55 Cf. *Anais do Parlamento Brasileiro, Câmara dos Deputados, 1842*, volume único, sessão preparatória de 1º de maio, p. 88. Neste mesmo volume, encontra-se publicado o relatório feito pelo ministério e aludido no decreto de dissolução.

56 Cf. *Anais do Parlamento Brasileiro, Câmara dos Deputados, 1844*, volume único, sessão de 24 de maio.



*1863*

Na sessão da Câmara dos Deputados de 12 maio de 1863, foi lido o DECRETO DE DISSOLUÇÃO, lavrado nos mesmos termos daquele de 1844. A nova Câmara foi convocada para o dia 1<sup>a</sup> de janeiro do ano seguinte.

*1868*

Na sessão da Câmara dos Deputados de 20 de julho de 1868, foi lido o DECRETO DE DISSOLUÇÃO, datado de 18 de julho daquele ano, lavrado nos mesmos termos dos dois anteriores. A nova Câmara foi convocada para o dia 3 de maio do ano seguinte.

*1872*

Na sessão da Câmara dos Deputados de 22 de maio de 1872, foi lido o DECRETO DE DISSOLUÇÃO, datado do mesmo dia e lavrado nos mesmos termos dos três anteriores. A nova Câmara foi convocada para o dia 1<sup>a</sup> de dezembro de 1873.

*1878*

Estando a Assembléia Geral em recesso constitucional, foi a Câmara dos Deputados dissolvida previamente por decreto de 11 de abril de 1878. A nova Câmara foi convocada para o dia 15 de dezembro do mesmo ano.

*1881*

Por decreto de 12 de março de 1881, foi adiada a Assembléia Geral para o dia 15 de agosto do mesmo ano. Este decreto perdeu o efeito, por ter sido a Câmara dos Deputados dissolvida por decreto de 30 de junho de 1881. A nova Câmara foi convocada para o dia 31 de dezembro do mesmo ano.

*1884*

Por decreto de 3 de setembro de 1884, foi dissolvida a Câmara dos Deputados e convocada a nova Câmara para reunir-se no dia 1<sup>a</sup> de março de 1885.

*1885*

Por decreto de 26 de outubro de 1885, foi dissolvida a Câmara dos Deputados e convocada a nova Câmara para reunir-se no dia 3 de maio de 1886.

*1889*

Por decreto de 15 de junho de 1889, dado ao conhecimento público no dia 17 daquele mês, foi dissolvida a Câmara dos Deputados e convocada a nova Câmara para reunir-se no dia 20 de novembro do mesmo ano.

.....

## *Obras publicadas do Autor*

*História da Fundação do Império Brasileiro (1807 a 1853),  
2ª edição correta – 3 tomos*

*Segundo Período do Reinado de D. Pedro I (1823 a 1831),  
2ª edição correta*

*História do Brasil de 1831 a 1840, 2ª edição correta*

*Varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais, 3ª edição – 2 tomos*

*Quadros da história colonial brasileira*

*Curso de história das nações americanas*

*A história e a lenda – 5 tomos*

*Nacionalidade, língua e literatura de Portugal e Brasil*

*La littérature portugaise, son passé, son état actuel*

*Situation sociale, politique et économique du Brésil*

*Variedades literárias e políticas – 2 tomos*

*Discursos parlamentares*

*A poesia épica e dramática*

*Descobrimiento da América e Cristóvão Colombo*

*Filinto Elísio e sua época*

*Jerônimo Corte-Real, crônica do século XVI*

*Manuel de Moraes, crônica do século XVIII*

*D. João de Noronha, crônica do século XVIII*

*Aspásia, narrativa do século XIX*

.....

## Índice Onomástico

### A

- ABAETÉ (visconde de) – Ver ABREU, Antônio Paulino Limpo de
- ABERDEEN (lorde) – 163
- ABRANTES (marquês e visconde de) – Ver ALMEIDA, Miguel Calmon du Pine
- ABREU, Antônio Navarro de – 64, 104
- ABREU, Antônio Paulino Limpo de – 64, 67, 69, 74, 76, 79, 80, 97, 104, 106, 112, 122, 130, 157, 158, 161, 166, 168, 183, 238, 245, 246, 247, 250, 253, 268, 269, 275, 279, 289, 345, 389, 427, 476, 495, 496, 567, 574, 577, 578, 579
- ABREU, Casimiro de – 453
- ABREU, Francisco Pedro de – 143, 232
- AFONSO (dom) – 167
- AFONSO CELSO – 456, 470, 471, 473, 527, 559
- AGUIAR, Fausto Augusto de – 184, 201
- AGUIAR, Rafael Tobias de – 68, 113, 114, 119, 157, 158, 181, 185
- AGUILAR – 357
- AGUIRRE – 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 333, 337, 354, 391
- AIRES, João – 211, 212
- ALBUQUERQUE (os) – 97
- ALBUQUERQUE (visconde de) – Ver ALBURQUERQUE, Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de
- ALBUQUERQUE, Antônio Coelho de Sá e – 282, 284, 285, 287, 290, 294, 370, 581, 582
- ALBUQUERQUE, Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de – 568, 571, 583
- ALBUQUERQUE, Diogo Velho Cavalcanti de – 448, 588, 591
- ALBUQUERQUE, Lourenço Cavalcanti de – 381, 509, 514, 524, 525, 529, 531, 540, 542, 594
- ALEGRE, Manuel de Araújo Porto – 453
- ALENCAR, José Martiniano de – 82, 251, 280, 385, 408, 409, 411, 422, 425, 433, 453, 587
- ALMEIDA COUTO – 157
- ALMEIDA PEREIRA – Ver PEREIRA, João de Almeida
- ALMEIDA TORRES – Ver TORRES, José Carlos de Almeida Pereira
- ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e – 97, 99, 102, 119, 222, 292, 294, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 364, 569, 583
- ALMEIDA, Tito Franco de – 266, 272
- ALMEIDA, Tomás José Coelho de – 448, 599
- ALVARENGA PEIXOTO – 454
- ALVARENGA SILVA – 454
- ÁLVARES DE AZEVEDO – 453
- ÁLVARES MACHADO – Ver MACHADO, Francisco Álvares
- ALVES BRANCO – Ver BRANCO, Manuel Alves
- ALVES DE OLIVEIRA – 517
- ALVES FRANCO – 180

- ALVES, Luís de – Ver LIMA, Luís Alves de
- AMARAL, Antônio Joaquim Álvares do – 184
- AMARAL, Joaquim Tomás – 304
- AMARAL, José Maria do – 453
- AMAZONAS (barão do) – Ver BARROSO, Francisco Manuel
- ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de – 64, 67, 68, 72, 73, 74, 75, 80, 81, 83, 90, 92, 96, 97, 106, 157, 158, 171, 172, 540
- ANDRADA, José Bonifácio de – 280, 284, 290, 307, 327, 328, 386
- ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de – 63, 67, 68, 74, 76, 80, 97, 114, 115, 119, 157, 363, 370, 507, 508, 511, 554, 568, 586
- ANDRADAS (família) – 98
- ANDRADAS (irmãos) – 104
- ANDRADE FIGUEIRA – Ver FIGUEIRA, Domingos de Andrade
- ANDRADE, Amâncio de – 157
- ANDRÉIA, Francisco José de Sousa Soares de – 90, 91, 92, 94, 128, 149
- ANTÃO – Ver LEÃO, Joaquim Antão Fernandes
- ANTONELLI – 441, 442, 443
- ANTÔNIO CARLOS – Ver ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de
- ANTÔNIO NETO – 320
- ARAGUAIA (visconde de) – Ver MAGALHÃES, José Gonçalves de
- ARAÚJO LIMA – Ver LIMA, Pedro de Araújo
- ARAÚJO PIZARRO – 452
- ARAÚJO RIBEIRO – Ver RIBEIRO, José de Araújo
- ARAÚJO VIANA – Ver VIANA, Cândido José de Araújo
- ARAÚJO, Joaquim Aurélio Nabuco de – 413, 414, 456, 482, 483, 486
- ARAÚJO, José Tomás Nabuco de – 245, 250, 263, 269, 270, 271, 287, 346, 361, 585
- ARAÚJO, Manuel Alves de – 493, 594
- ARAÚJO, Marco Antônio de – 561
- ARAXÁ (visconde de) – Ver RIBEIRO, Domiciano Leite
- ARGOLO, Alexandre – 358, 374, 376, 380, 394, 398
- ARMOND, Camilo Maria Ferreira – 128
- ARTIGAS – 340
- AURELIANO – Ver COUTINHO, Aureliano de Sousa de Oliveira
- AZEVEDO, Antônio Duarte de – 589
- AZEVEDO, José da Costa – 600
- AZEVEDO, Manuel Antônio Duarte de – 421, 431

## B

- BAEPENDI (conde de) – 427
- BANDEIRA DE MELO – 283
- BARBOSA, Francisco Vilela – 569
- BARBOSA, Januário da Cunha – 98, 167, 255, 258, 452
- BARBOSA, Luís Antônio – 177, 178, 242
- BARBOSA, Paulo – 148, 149, 157, 176, 177
- BARBUDA, José Egidio Gordilho de – 329, 585
- BARRETO, Francisco do Rego Barros – 80, 82, 155, 156, 210, 245, 329, 353, 590

- BARRETO, Francisco Xavier Pais – 274, 307, 580, 584
- BARRETO, João Manuel Mena – 392, 405
- BARRETO, João Paulo dos Santos – 94, 95, 96, 97, 102, 166, 168, 186, 575
- BARRETO, João Propício Mena – 320, 326, 333, 334, 336, 343
- BARRIOS – 357, 375, 376
- BARROS (os) – 179
- BARROS, Antônio Moreira de – 470, 529, 530, 539, 540, 541
- BARROS, Francisco do Rego – Ver BARRETO, Francisco do Rego Barros
- BARROS, Inácio Gabriel Monteiro de – 126, 226
- BARROS, Sebastião do Rego – 274, 580
- BARROSO, Francisco Manuel – 348, 349, 350
- BARROSO, José Liberato – 329, 584
- BASTOS, Aureliano Tavares – 280
- BASTOS, João Coelho – 168
- BASTOS, José Tavares – 157, 158
- BATLE – 390
- BEAUREPAIRE ROHAN (visconde de) – Ver ROHAN, Henrique de Beaurepaire
- BEAUREPAIRE, Henrique de – Ver ROHAN, Henrique de Beaurepaire
- BEDOIRA, José Dias – 398
- BELLEGARDE, Pedro de Alcântara – 245, 250, 253, 302, 578, 583
- BELO, Luís Alves Leite de Oliveira – 180
- BENTO MANUEL – Ver RIBEIRO, Bento Manuel
- BERNARDES, Manuel – 454
- BERNARDO JACINTO – Ver VEIGA, Bernardo Jacinto da
- BERRO, Bernardo – 319, 320
- BEZERRA, José Vicente de Amorim – 203, 204
- BITTENCOURT, José Maria Silva de – 110, 130, 131
- BOAVISTA (conde de) – Ver BARROS, Francisco do Rego
- BOM CONSELHO (visconde de) – Ver FIGUEIREDO, José Bento da Cunha
- BOM RETIRO (barão de e visconde do) – Ver FERRAZ, Luís Pedreira do Couto
- BONIFÁCIO, José – Ver SILVA, José Bonifácio de Andrada e
- BORGES – 391
- BORGES DA FONSECA – 216, 217
- BORPLAN – 340
- BOURBON, Teresa Cristina de – 132
- BRAGA, Antônio Rodrigues Fernandes – 87
- BRAGANÇA, Miguel de – 59
- BRANCO, Manuel Alves – 107, 151, 152, 159, 166, 173, 174, 175, 176, 180, 181, 196, 242, 251, 258, 570, 571, 572, 573
- BRANDÃO, Francisco de Carvalho Soares – 541, 595
- BRANDÃO, Francisco de Sousa Paraíso – 515
- BRASILIENSE, Américo – 430
- BRITO, Antônio José Ferreira de – 89
- BRITO, Joaquim Marcelino de – 571
- BUENO, José Antônio Pimenta – 113, 181, 183, 184, 186, 242, 373, 410, 413, 415, 416, 417, 418, 421, 423, 428, 574, 588

610 J. M. Pereira da Silva

BUSTAMANTE – 318

BUTE – 284

**C**

CABO FRIO (visconde de) – Ver  
AMARAL, Joaquim Tomás

CAÇAPAVA (barão de) – Ver  
ANDRÉIA, Francisco José de Sousa  
Soares de

CADWELL, João Frederico – 589

CAIRU (barão de) – Ver LISBOA, Bento  
da Silva

CALDWELL, Frederico – 347, 352, 353,  
417

CALMON, Miguel – Ver ALMEIDA,  
Miguel Calmon du Pin

CALÓGERAS – 300, 301

CAMAMU (visconde de) – Ver  
BARBUDA, José Egidio Gordilho de

CÂMARA, Eusébio de Queirós Matoso  
da – 80, 82, 153, 180, 193, 196, 197,  
198, 220, 227, 228, 229, 239, 240, 249,  
254, 268, 279, 373, 374, 389, 407, 427

CÂMARA, José Antônio Correia da –  
589

CAMARAGIBE (visconde de) – 82

CAMARGO, Antônio Eleutério de –  
542, 597

CAMPOS, Aureliano de – 430

CAMPOS, Carlos Carneiro de – 64, 77,  
80, 83, 104, 107, 122, 290, 329, 443,  
584, 585, 589

CAMPOS, Joaquim Pinto de – 425

CAMPOS, Martinho Alves da Silva –  
270, 271, 272, 276, 279, 284, 285, 291,  
327, 329, 373, 381, 426, 435, 436, 456,  
469, 481, 483, 484, 491, 492, 497, 501,

502, 505, 506, 507, 508, 511, 513, 528,  
594

CANAVARRO, Davi – 90, 94, 143, 160,  
347, 351, 352, 353

CANSANÇÃO DE SINIMBU – Ver  
SINIMBU João Lins Vieira Cansan-  
ção de

CANSANÇÃO SINIMBU JÚNIOR –  
540

CAPIBERIBE (barão) – Ver  
TEIXEIRA, Manuel de Sousa

CARAVELAS (2ª visconde de) – Ver  
BRANCO, Manuel Alves

CARAVELAS (visconde de) – Ver  
CAMPOS, Carlos Carneiro de

CARLOS, São (frei) – 454

CARLOS VI – 57

CARNEIRO DE CAMPOS – Ver  
CAMPOS, Carlos Carneiro de

CARNEIRO LEÃO – Ver LEÃO, José  
Alexandre Carneiro

CARNEIRO, Honório Hermeto – Ver  
LEÃO, Honório Hermeto Carneiro

CARRÃO, João da Silva – 276, 279, 360,  
586

CARRERAS – 337, 391, 407

CARVALHO, José da Costa – 107, 113,  
114, 120, 121, 144, 150, 195, 196, 197,  
220, 221, 239, 240, 254, 280, 575

CARVALHO, José Pedro Dias de – 126,  
128, 185, 186, 290, 307, 346, 359, 574,  
575, 582, 586

CARVALHO, Leôncio Carlos de – 464,  
473

CASTELLANOS – 324

CASTILHO, José Feliciano de – 339, 425

CASTRIOTO, Carlos Frederico – 598

CASTRO ALVES – 453

- CASTRO, Apulcro de – 519, 520, 521, 525, 526
- CASTRO, Augusto Olímpio Gomes de – 516, 590
- CASTRO, José Machado Coelho e – 266, 273
- CASTRO, Olegário de Aguiar e – 381
- CASTRO, Olímpio Gomes de – 416
- CAVALCANTI (irmãos) – 73
- CAVALCANTI (visconde de) – Ver ALBURQUERQUE, Diogo Velho Cavalcanti de
- CAVALCANTI, Álvaro Barbalho Uchoa – 294
- CAVALCANTI, Antônio de Paula Holanda – 62, 64, 67, 68, 78, 80, 97, 105, 154, 159, 161, 165, 166, 167, 169, 173, 242, 251, 292, 302
- CAVALCANTI, Pedro – 82, 156, 244, 424
- CAVALCANTIS (família) – 79, 142, 153, 155
- CAVALCANTIS (os) – 179, 202
- CAXIAS (barão de) – Ver SILVA, Luís Alves de Lima e
- CAXIAS (duque de) – Ver LIMA, Luís Alves de
- CEIA, José de – 155, 156
- CERQUEIRA, Francisco da Gama – 416
- CHAVES, Alfredo Rodrigues Fernandes – 186, 550, 598
- CHAVES, Pedro Rodrigues Fernandes – 87, 180
- CHICHORRO DA GAMA – 159, 167, 172, 174, 175, 178, 179, 184, 187, 188, 189, 199, 202
- CHICHY – 375
- CHICO DIABO – 407
- CHRISTIE, M. – 296, 298, 299, 300, 301, 305
- CISNEROS (general) – 342
- COCAIS (barão de) – Ver COELHO, José Feliciano Pinto
- COELHO, Francisco José – 184
- COELHO, Jerônimo Francisco – 151, 159, 161, 201, 261, 271, 571, 579
- COELHO, José Feliciano Pinto – 123, 126, 158
- COELHO, José Joaquim – 107, 205, 206, 208, 210, 212
- COELHO, Ramiro de Assis – 142
- CORREIA, Manuel Francisco – 421, 443, 472, 481, 589
- COSTA CARVALHO – Ver CARVALHO, José da Costa
- COSTA FERREIRA – 251
- COSTA PINTO – Ver PINTO, Antônio da Costa
- COSTA, Cláudio Manuel da – 454
- COTEGIPE (barão de) – Ver VANDERLEI, João Maurício
- COUTINHO, Aureliano de Sousa de Oliveira – 62, 63, 67, 69, 70, 77, 79, 80, 83, 96, 97, 102, 104, 119, 130, 133, 134, 136, 140, 148, 149, 154, 155, 156, 157, 158, 176, 180, 181, 183, 184, 185, 258, 568
- CRUZEIRO (visconde do) – Ver TEIXEIRA, Jerônimo Júnior
- CUNHA, Ambrósio Leitão da – 381, 550, 598
- CUNHA, Félix da – 280, 284

**D**

- D'ÁVILA, Henrique Francisco – 595
- D'ÁQUILA (conde) – 155, 156, 158



- D'ÁUSTRIA, Maximiliano (príncipe) – 344
- D'EU (conde) – 330, 397, 399, 401, 402, 403, 405, 431
- DANTAS, Manuel Pinto de Sousa – 272, 363, 479, 514, 515, 527, 528, 530, 536, 541, 542, 543, 587, 593, 596
- DANTAS, Rodolfo Epifânio de Sousa – 493, 529, 594
- DELAMARE, Joaquim Raimundo (vice-almirante) – 292, 353, 527, 583, 596
- DIANA, José Francisco – 600
- DIAS DA CRUZ – 381
- DIAS DE CARVALHO – Ver CARVALHO, José Pedro Dias de
- DIAS, Antônio Gonçalves – 453
- DÍAZ, César – 319, 326, 357
- DÓRIA, Franklin Américo de Meneses – 593, 600
- DUARTE DE AZEVEDO – Ver AZEVEDO, Manuel Antônio Duarte de
- DUARTE, José Rodrigues Lima – 479, 593
- DUARTE, Pedro – 351, 352, 367
- DUQUE ESTRADA TEIXEIRA – Ver TEIXEIRA, Luís Joaquim Duque Estrada
- E**
- ELISALDE – 323, 326
- ELLIS, Henrique – 134, 136, 141, 142
- ESTIGARRIBIA – 343, 347, 351, 352, 353, 354, 355, 367
- F**
- FAGUNDES VARELA – 453
- FALCÃO, Feliciano – 216, 217
- FEIJÓ, Diogo Antônio – 61, 68, 77, 87, 89, 113, 121, 130, 146, 149
- FELIZARDO, Manuel – 82, 282, 346, 364
- FERNANDES CHAVES – Ver CHAVES, Alfredo Rodrigues Fernandes
- FERNANDES TORRES – Ver TORRES, José Joaquim Fernandes
- FERRAZ, Ângelo Muniz da Silva – 157, 159, 161, 178, 180, 190, 193, 197, 224, 242, 248, 252, 255, 258, 259, 274, 275, 276, 278, 279, 289, 346, 347, 353, 354, 355, 363, 369, 580, 586, 587
- FERRAZ, Luís Pedreira do Couto – 191, 201, 577
- FERREIRA DE MOURA – Ver MOURA, João Ferreira de
- FERREIRA VIANA – Ver VIANA, Antônio Ferreira
- FERREIRA, Afonso – 209
- FERREIRA, Pedro – 249, 250, 252
- FIGUEIRA DE MELO – 213
- FIGUEIRA, Domingos de Andrade – 425, 435, 502, 505, 512, 516, 525, 534, 544, 546
- FIGUEIREDO FILHO, Afonso Celso de Assis – 363, 505, 587, 600
- FIGUEIREDO, Carlos Afonso de Assis – 509, 595
- FIGUEIREDO, José Bento da Cunha – 448, 591
- FLEURI, André Augusto de Pádua – 509, 513, 546, 595
- FLORES, Venâncio – 318, 319, 320, 321, 323, 325, 326, 333, 334, 336, 337, 338, 343, 347, 352, 353, 355, 356, 357, 358, 367, 368, 369, 374, 390

FONSECA, Polidoro da – 397, 403, 404  
FONTOURA – 160  
FRANÇA, Ernesto Ferreira – 151, 161,  
172, 174, 175, 188  
FRANCIA, José Gaspar – 339, 341  
FRANCISCA – 77, 144  
FRANCISCO BELISÁRIO – Ver  
SOUSA, Francisco Belisário Soares de  
FRANCISCO JACINTO – 210  
FRANCISCO OTAVIANO – 272, 279,  
284, 285, 291, 329, 338, 343  
FRANCO DE SÁ – 276  
FRANCO DE SÁ (os) – 154  
FRANCO, Bernardo de Souza – 64, 104,  
153, 154, 157, 186, 187, 191, 234, 252,  
255, 258, 261, 263, 264, 265, 329, 331,  
574, 579  
FRANCO, Luís Antônio Pereira – 417,  
448, 589, 591  
FREIRE ALEMÃO – 453  
FREIRE, Junqueira – 453  
FURTADO, Francisco José – 279, 284,  
290, 328, 329, 330, 344, 345, 582, 584

## G

GALVÃO, Inácio da Cunha – 472  
GALVÃO, Manuel Antônio – 154, 159,  
161, 236  
GALVÃO, Rufino Enéias Gustavo – 600  
GAMA E ABREU – 381  
GAMA, Caetano Maria Lopes – 107, 157,  
158, 173, 261, 292, 302, 364, 572, 578,  
582  
GAMA, Januário da – 591  
GAMA, José Basílio da – 454  
GARCIA DE RESENDE – 454  
GARCIA, José Maria Nunes – 452

GARIBALDI, José – 90  
GARNIER, Bernardo Luís – 454  
GARZÓN – 232, 235, 241  
GAVIÃO PEIXOTO – 373, 381  
GELLY Y OBES – 376, 380  
GIRÓ, Juan Francisco – 241, 318  
GÓIS, Zacarias de – Ver  
VASCONCELOS, Zacarias de Góis e  
GOMES DE CASTRO – 512  
GOMES DE SOUSA – 279  
GOMES, Carlos – 453  
GÓMEZ, Leandro – 333, 334  
GONÇALVES MARTINS – Ver  
MARTINS, Francisco Gonçalves  
GONÇALVES, Bento – Ver SILVA,  
Bento Gonçalves da  
GONZAGA – 454  
GRANVILLE – 284  
GREENFELL, Paschoe – 95, 164, 165,  
234  
GUAÍ (barão de) – Ver MARINHO, Joa-  
quim Elísio Pereira  
GUARAIM (barão de) – Ver CHAVES,  
Pedro Rodrigues Fernandes  
GUIDO, Tomás Antônio (dom) – 219,  
222, 232, 233  
GUIMARÃES, Bernardo – 453  
GUIZOT – 364

## H

HENRIQUES, Antônio José – 538  
HENRIQUES, José Tomás – 125  
HERMETO, Honório – Ver LEÃO, Ho-  
nório Hermeto Carneiro  
HERRERA – 322, 323, 324, 325, 337  
HERVAL (marquês do) – Ver OSÓRIO,  
Manuel Luís

- HOLANDA CAVALCANTI – Ver CAVALCANTI, Antônio de Paula Holanda
- HOMEM DE MELO (barão) – Ver MELO, Francisco Inácio Marcondes Homem de
- HOMEM, Francisco de Sales Torres – 186, 190, 199, 238, 247, 263, 266, 269, 270, 271, 273, 274, 276, 277, 278, 291, 293, 364, 382, 453, 579, 588
- HOWDEN (lorde) – 180
- I**
- INÁCIO, Joaquim José – 282, 288, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 391, 393, 396, 398, 581
- INHAÚMA (visconde e barão de) – Ver INÁCIO, Joaquim José
- INHOMIRIM (visconde de) Ver HOMEM, Francisco de Sales Torres
- IRINEU – 437
- ISABEL (princesa) – 167, 317, 330, 422, 457
- ITABORAÍ (visconde de) – Ver TORRES, Joaquim José Rodrigues
- ITAMARACÁ (barão de) – Ver MONTEIRO, Antônio Peregrino Maciel
- ITANHAÉM (marquês de) – 69, 85, 158
- ITAPARICA (visconde de) – Ver ARGOLO, Alexandre
- ITAÚNA (visconde e barão de) – Ver MONTEIRO, Cândido Borges
- J**
- JACUÍ (barão de) – Ver ABREU, Francisco Pedro de
- JAGUARI (visconde de) – Ver RAMOS, José Ildefonso de Sousa
- JAGUARIBE, Domingos José Nogueira – 421, 590
- JANUÁRIA (princesa) – 61, 62, 77, 152, 158
- JARDIM, José Gomes Vasconcelos – 89
- JAURU (barão de) – Ver LIMA, César Sauvan Viana de
- JEQUITINHONHA (visconde de) – Ver MONTEZUMA, Francisco Jê Acaiaba
- JOÃO (dom) – 57
- JOÃO ALFREDO – 417, 421
- JOÃO CLEMENTE – Ver PEREIRA, José Clemente
- JOÃO I (dom) – 59
- JOÃO PAULO – Ver BARRETO, João Paulo dos Santos
- JOÃO VI (dom) – 58, 59, 60, 134, 135, 243, 453
- JOAQUIM FRANCISCO – Ver VIANA, Joaquim Francisco
- JOBIM, José Martins da Cruz – 180
- JORDÃO, Polidoro da Fonseca Quintanilha – 292, 302, 359, 367, 368, 369, 583
- JORGE III (rei) – 283, 433
- JOSÉ BONIFÁCIO – Ver ANDRADA, José Bonifácio de
- JOSÉ CLEMENTE – Ver PEREIRA, José Clemente
- JOSÉ FELICIANO – Ver COELHO, José Feliciano Pinto
- JOSÉ MARIANO – 514
- JUNQUEIRA, João José de Oliveira – 431, 550, 590, 598

**K**

KELLY – 352

**L**

LABATUT, Pedro – 95

LACERDA, Manuel Inácio Cavalcanti de  
– 154

LADÁRIO (barão de) – Ver  
AZEVEDO, José da Costa

LAJES (marquês) – 174

LAMARE (visconde de) – Ver  
DELAMARE, Joaquim Raimundo

LAMARE, Joaquim Raimundo de – Ver  
DELAMARE, Joaquim Raimundo

LAVALLEJA – 318

LAVRADIO (conde de) – 354

LEÃO, Domingos de Sousa – 463, 464,  
470

LEÃO, Honório Hermeto Carneiro – 63,  
64, 76, 78, 104, 106, 107, 122, 123,  
134, 141, 142, 145, 146, 149, 150, 159,  
174, 193, 220, 223, 224, 241, 245, 246,  
247, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255,  
256, 257, 259, 261, 262, 275, 282, 318,  
569, 577

LEÃO, Joaquim Antão Fernandes – 126,  
128, 185, 186, 237, 385, 408, 575, 588

LEÃO, José Alexandre Carneiro – 132

LEÃO, Luís Filipe de Sousa – 542, 597

LEDO, Joaquim Gonçalves – 98, 452

LEITÃO DA CUNHA – Ver CUNHA,  
Ambrósio Leitãoda

LEITE PEREIRA – 391

LEITE, Pedro de Alcântara Cerqueira –  
272

LEÕES (os) – 179

LEOPOLDINA (princesa) – 58, 317,  
330, 422

LEOPOLDO (rei) – 304

LEOPOLDO (visconde de São) – 181,  
452

LEUCHTEMBERG, Amélia de – 60

LHAMAS – 324

LIMA DUARTE – Ver DUARTE, José  
Rodrigues Lima

LIMA, Bernardino José de – 184

LIMA, César Sauvan Viana de – 335,  
336

LIMA, Francisco Xavier Pinto – 329, 585

LIMA, José Joaquim de – 127

LIMA, Luís Alves de – Ver SILVA, Luís  
Alves de Lima e

LIMA, Manuel da Fonseca – 181

LIMA, Pedro de Araújo – 61, 62, 63, 66,  
68, 70, 89, 90, 98, 107, 144, 159, 174,  
175, 179, 195, 196, 197, 198, 219, 220,  
259, 260, 261, 262, 263, 268, 270, 274,  
275, 282, 283, 287, 289, 292, 294, 307,  
317, 346, 360, 361, 389, 427, 575, 578,  
582, 585

LIMA, Raimundo Ferreira de Araújo –  
589

LIMPO DE ABREU – Ver ABREU,  
Antônio Paulino Limpode

LINCH (mistress) – 403, 408

LISBOA, Bento da Silva – 131, 132, 166,  
572

LISBOA, Joaquim Marques – 208, 326,  
333, 334, 336, 337, 343, 347, 350, 352,  
353, 355, 356, 365, 366, 367, 368, 369

LISBOA, José Francisco – 453

LOBATO, Francisco de Paula de Negrei-  
ros Saião – 248, 251, 255, 260, 280,

616 J. M. Pereira da Silva

- 282, 284, 285, 286, 287, 421, 471, 581, 589
- LOBO, Francisco de Paula Silveira – 272, 279, 467, 468, 469, 346
- LOIOLA, Inácio de – 338, 339
- LOISAGA, Carlos – 398
- LOPES GAMA – Ver GAMA, Caetano Maria Lopes
- LOPES JORDÃO – 390
- LOPES NETO, Filipe – 316
- LÓPEZ, Benigno – 391
- LÓPEZ, Carlos António – 336, 340, 341
- LÓPEZ, Francisco Solano – 321, 322, 325, 333, 335, 336, 337, 338, 341, 342, 347, 348, 350, 351, 352, 355, 357, 358, 359, 366, 367, 373, 375, 377, 380, 381, 385, 389, 390, 391, 392, 393, 395, 396, 397, 398, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408
- LÓPEZ, Sancho – 407
- LÓPEZ, Carlos – 221, 223, 232, 247, 249, 250, 252
- LORETO (barão de) – Ver DÓRIA, Franklin Américo de Menezes
- LUCENA, João – 454
- LUÍS ALVES – Ver LIMA, Luís Alves de
- LUÍS FILIPE (rei) – 144, 184, 330
- LUÍS XVIII – 134
- LUZ, Joaquim Delfino Ribeiro da – 431, 550, 590, 598
- LUZIA – 156
- M**
- MACAÉ (visconde de) – Ver TORRES, José Carlos Pereira de Almeida
- MACAULAY (lord) – 283
- MAC-DOWELL, Samuel Wallace – 598
- MACEDO, Antônio de – 439
- MACEDO, Joaquim Manuel de – 381, 453
- MACEDO, Manuel Buarque de – 479, 593
- MACEDO, Sérgio Teixeira de – 266, 269, 270, 271, 273, 579
- MACHADO DE ASSIS – 453
- MACHADO, Francisco Álvares – 62, 64, 92, 93, 94, 96, 97, 102, 157
- MACHADO, João da Mata – 527, 596
- MACHADO, Joaquim Nunes – 82, 104, 142, 153, 154, 155, 159, 167, 192, 194, 198, 202, 204, 209, 211, 212, 213, 216
- MACIEL MONTEIRO – Ver MONTEIRO, Antônio Peregrino Maciel
- MACIEL, Francisco Antunes – 515, 595
- MACIEL, Salvador José – 141, 570
- MAFRA, Manuel da Silva – 493
- MAGALHÃES, Guilherme Pinto de – 126
- MAGALHÃES, José Gonçalves de – 453
- MAGÉ (visconde de) – Ver SILVA, José Joaquim de Lima e
- MAIA, José Antônio Silva – 107, 141, 569
- MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão – 425
- MAMORÉ (barão de) – Ver CUNHA, Ambrósio Leitão da
- MANUEL JORGE (marechal) – 90
- MANUEL (dom) – 248, 251, 254
- MARACAJU (visconde de) – Ver GALVÃO, Rufino Enéias Gustavo
- MARANGUAPE (visconde de) – Ver GAMA, Caetano Maria Lopes
- MARCONDES, Jesuino – 329

- MARIA DA GLÓRIA – 59  
MARIA I – 57  
MARINHO (padre) – 185, 186, 238  
MARINHO, Joaquim de Saldanha – 430, 444, 487  
MARINHO, Joaquim Elísio Pereira – 539, 599  
MARINHO, José Antônio – 104, 126, 185, 186, 238  
MARQUES LISBOA – Ver LISBOA, Joaquim Marques  
MARQUES, Manuel – Ver SOUSA, Manuel Marques de  
MARTIM FRANCISCO – Ver ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de  
MARTINS, Francisco de Sousa – 82, 104, 115, 157  
MARTINS, Francisco Gonçalves – 82, 142, 153, 156, 159, 180, 186, 197, 201, 239, 373, 416, 417, 424, 576  
MARTINS, Gaspar da Silveira – 435, 436, 437, 456, 463, 464, 465, 468, 469, 470, 471, 474, 559  
MARTINS, Inácio de Assis – 507  
MASCARENHAS, Manuel Assis de (dom) – 242  
MATERMANN – 341  
MATOS, Cassiano Melo – 174  
MATOS, José Mariano de – 307, 584  
MAUÁ (visconde de) – Ver SOUSA, Iri-  
neu Evangelista de  
MAUSILLA – 235  
MAYRINK, José Carlos – 172  
MEDEIROS, Viriato de – 381  
MEDINA – 319  
MEIRELES, Vítor – 453  
MELO, Antônio Francisco de Paula e Sousa – 507, 511, 512, 573, 574, 575, 586  
MELO, Antônio Manuel de Campos – 174, 186, 302, 573, 574, 583  
MELO, Francisco Inácio Marcondes Homem de – 479, 593  
MELO, José Máximo de – 94  
MELO, Manuel Felizardo de Sousa e – 80, 183, 186, 196, 221, 239, 240, 241, 265, 269, 574, 576, 577, 579  
MELO, Paulo José de – 452  
MELO, Urbano Sabino Pessoa de – 64, 82, 104, 153, 154, 155, 159, 167, 186, 194, 198, 202, 238, 316  
MENA BARRETO – Ver BARRETO, João Propício Mena  
MENDES, Manuel Odorico – 157, 453  
MENESES, João Cardoso de – 453  
MEZA – 350  
MIGUEL – Ver BRAGANÇA, Miguel de  
MITRE, Bartolomeu – 321, 323, 342, 343, 347, 353, 355, 356, 358, 365, 366, 367, 368, 372, 373, 376, 390  
MONTALVERNE, Francisco de – 452  
MONTE ALEGRE (barão de) – Ver CARVALHO, José da Costa  
MONTEIRO, Antônio Peregrino Maciel – 64, 71, 82, 104, 115  
MONTEIRO, Cândido Borges – 431, 590  
MONTEIRO, Vitorino – 358, 374, 404, 406  
MONTEZUMA, Francisco Jê Acaiaba – 64, 71, 72, 73, 237, 242, 248, 251, 254, 364  
MONTMORENCY (duque de) – 134

618 J. M. Pereira da Silva

MONTSERRAT (visconde de) – Ver  
VASCONCELOS, José Pinheiro de  
MORAIS, Manuel Pereira de – 205, 216,  
217, 605  
MORAIS, Prudente de – 430, 535, 545,  
546  
MOREIRA, Francisco Inácio de Carvalho  
– 441  
MOREIRA, João Pinto – 416, 425  
MOTA, Pedro Vicente Pires da – 113,  
184, 201  
MOURA MAGALHÃES – 142, 153  
MOURA, João Ferreira de – 508, 509,  
542, 595, 597  
MURITIBA (marquês e barão de) – Ver  
TOSTA, Manuel Vieira

**N**

NABUCO DE ARAÚJO – Ver  
ARAÚJO, Joaquim Aurélio Nabuco  
de  
NABUCO, Sizenando – 381  
NAPOLEÃO I – 57  
NASCIMENTO, Josino do – 190  
NAVARRO, Antônio – Ver ABREU,  
Antônio Navarro de  
NÉBIAS, Joaquim Otávio – 249, 252,  
255, 302, 309, 587  
NEMOURS (duque) – 330  
NETO – 94  
NITERÓI (visconde de) – Ver  
LOBATO, Francisco de Paula de Ne-  
greiros São  
NÓBREGA, Luís Pereira da – 98  
NORONHA, João (dom) – 605  
NUNES MACHADO – Ver  
MACHADO, Joaquim Nunes

**O**

OBES, Gelly y – 319, 394  
OBES, Manuel Herrera y – 241  
OLINDA (marquês e visconde de) – Ver  
LIMA, Pedro de Araújo  
OLIVEIRA, Antônio de Almeida – 515,  
596  
OLIVEIRA, Cândido Batista de – 174,  
573  
OLIVEIRA, Cândido Luís Maria de –  
527, 543, 546, 597, 600  
OLIVEIRA, João Alfredo Correia de –  
416, 588, 589, 599  
OLIVEIRA, Pedro Ferreira de – 247  
OLIVEIRA, Saturnino de Sousa e – Ver  
70, 83, 90, 96, 97, 101, 102, 109, 130,  
131, 133, 136, 149, 150, 180, 573  
ORIBE, Manuel (dom) – 147, 218, 219,  
222, 231, 232, 233, 234, 241, 318  
OSÓRIO, Manuel Luís – 343, 347, 356,  
357, 358, 359, 370, 374, 394, 403, 404,  
406, 463, 464, 470, 474  
OTAVIANO, Francisco – 397, 453  
OTTONI, Benedito Cristiano – 185, 198,  
199, 252, 381, 430, 444  
OTTONI, Teófilo Benedito – 64, 104,  
112, 122, 123, 126, 128, 157, 185, 196,  
197, 238, 283, 286, 287, 289, 329, 360  
OTTONIS (irmãos) – 186, 279

**P**

PACHECO, José Joaquim – 76, 272, 319  
PAIS BARRETO – Ver BARRETO,  
Francisco Xavier Pais  
PARAÍSO, Francisco Prisco de Sousa –  
595

- PARANÁ (marquês de) – Ver LEÃO, Honório Hermeto Carneiro
- PARANAGUÁ (marquês de) – Ver BARBOSA, Francisco Vilela
- PARANAGUÁ (marquês de) – Ver PARANAGUÁ, João Lustosa da Cunha
- PARANAGUÁ, João Lustosa da Cunha – 180, 272, 274, 284, 287, 363, 370, 474, 478, 491, 511, 513, 514, 528, 542, 549, 586, 587, 594, 595, 597
- PARANHOS, José Maria da Silva – 62, 65, 85, 97, 98, 190, 237, 241, 242, 245, 250, 260, 269, 271, 280, 282, 285, 288, 290, 330, 331, 333, 336, 337, 338, 373, 385, 397, 398, 399, 403, 408, 415, 419, 421, 424, 427, 428, 429, 433, 445, 446, 447, 452, 471, 481, 512, 577, 578, 579, 581, 587, 589, 590
- PARNAÍBA (visconde da) – 80
- PAULA SANTOS – Ver SANTOS, Francisco de Paula
- PAULA SOUSA – Ver SOUSA, Bento Francisco de Paula e
- PAULA, Francisco de – Ver SANTOS, Francisco de Paula
- PAULA, Vicente de – 224
- PAUNERO – 343, 347, 352, 353, 356, 358, 367, 372
- PEDRA BRANCA (visconde de) – Ver BARBOSA, Januário da Cunha
- PEDREIRA, Luís – 245, 250, 256, 259, 291, 427
- PEDRO AMÉRICO – 453
- PEDRO DE SANTA MARIANA (frei) – 69, 107
- PEDRO I (dom) – 58, 59, 60, 61, 67, 77, 78, 80, 98, 174, 219, 258, 280, 429, 490
- PEDRO II (dom) – 60, 62, 65, 78, 90, 104, 132, 144, 150, 219, 252, 258, 275, 280, 283, 389, 429, 453, 460
- PEDRO IVO – Ver SILVEIRA, Pedro Ivo Veloso da
- PEDROSO, Antônio Pereira Barreto – 140
- PEIXOTO DE ALENCAR – 167, 168
- PEIXOTO DE BRITO – 216
- PEIXOTO, Félix – 217
- PELOTAS (visconde de) – Ver CÂMARA, José Antônio Correia da
- PENA, Afonso Augusto Moreira – 493, 515, 523, 524, 526, 540, 542, 594, 597
- PENA, Herculano Ferreira – 201, 202, 203, 204, 206, 207
- PENEDO (barão do) – Ver MOREIRA, Francisco Inácio de Carvalho
- PENIDO, João – 531, 540, 542
- PEREIRA DA SILVA – 283, 319, 534, 567
- PEREIRA FILHO, João de Almeida – 274, 580
- PEREIRA FRANCO (barão de) – Ver FRANCO, Luís Antônio Pereira
- PEREIRA JÚNIOR, José Fernandes da Costa – 590, 599
- PEREIRA, Francisco Maria Sodré Pereira – 527, 596
- PEREIRA, Gabriel Antônio – 318
- PEREIRA, João de Almeida – 274, 280, 284
- PEREIRA, José Clemente – 83, 97, 98, 101, 102, 104, 109, 110, 119, 130, 131, 134, 159, 192, 194, 258
- PEREIRA, Lafaiete Rodrigues – 430, 444, 463, 518, 523, 527, 569, 595, 596
- PESTANA, Francisco Xavier – 430



620 J. M. Pereira da Silva

PIMENTA BUENO – Ver BUENO, José Antônio Pimenta

PINDARÉ (barão de) – Ver COSTA FERREIRA

PINHEIRO DE VASCONCELOS – 317

PINTO, Antônio da Costa – 203

PINTO, Eduardo de Andrade – 463, 466

PINTO, Fernão Mendes – 454

PINTO, José Pereira – 226

PINTO, Sebastião Barreto Pereira – 88

PIRANAPICABA (barão de) – Ver MENESES, João Cardoso de

PIRAPAMA (barão de) – Ver LACERDA, Manuel Inácio Cavalcanti de

PIRES DA MOTA – 189

PITT – 284

POLIDORO – Ver JORDÃO, Polidoro da Fonseca Quintanilha

POMPEU, José – 540, 542

PONTES, Rodrigo de Sousa Silva – 221, 236

PORTELA, Manuel do Nascimento Machado – 598

PORTO ALEGRE (conde de) – Ver SOUSA, Manuel Marques de

PORTO ALEGRE (visconde de) – Ver VARNHAGEN, Francisco Adolfo

PRADO, Antônio da Silva – 425, 539, 549, 598, 599, 600

PRADOS (barão de) – 381

PRADOS (conde de) – 128

**Q**

QUEIRÓS, Eusébio de – Ver CÂMARA, Eusébio de Queirós Matoso da

QUEIRÓS, Francisco Antônio de Sousa – 181

**R**

RAFAEL TOBIAS – Ver AGUIAR, Rafael Tobias de

RAMIRO – 153

RAMOS, José Ildefonso de Sousa – 157, 201, 239, 243, 285, 416, 417, 418, 423, 427, 428, 459, 460, 471, 576, 581, 588

RATISBONA – 524

REGO BARROS – Ver BARRETO, Francisco do Rego Barros

REGO BARROS (os) – 202

RESENDE, Henrique de – 71

RESQUIM – 336, 341, 351, 355, 356, 357, 358, 407

RHEINGANTZ, Carlos G. – 567

RIBEIRO, Bento Manuel – 87, 88, 89, 90, 131

RIBEIRO, Domiciano Leite – 184, 307, 584

RIBEIRO, Francisco Antônio – 157, 180

RIBEIRO, José de Araújo – 88

RIO BRANCO (visconde do) – Ver PARANHOS, José Maria da Silva

RIO GRANDE (visconde do) – 88

RIO PARDO (conde de) – 102, 109, 110

RIOS, José Alves da Cruz – 156

RIVAROLA, Cirilo – 398

RIVERA, Frutuoso – 218, 219, 233, 318

ROBLES – 342, 343, 347, 351, 367

ROCHA, Antônio Carneiro da – 527, 594, 597

ROCHA, José Joaquim da – 98

ROCHA, Justiniano José da – 190, 238, 252, 453

- ROCKINGHAM – 284  
RODRIGUES DOS SANTOS – 185, 197  
RODRIGUES JÚNIOR, Antônio Joaquim – 515, 521, 522, 523, 524, 525, 596  
RODRIGUES TORRES – Ver TORRES, Joaquim José Rodrigues  
RODRIGUES, Gabriel José – 185  
RODRIGUES, Manuel Jorge – 90  
ROHAN, Henrique de Beaurepaire – 329, 353  
ROMA, João Inácio de Abreu – 209, 216, 217  
ROMA, José Inácio de Alves – 203, 211  
ROSA, José Otaviano de Almeida – 585  
ROSAS, Juan Manuel (dom) – 142, 147, 148, 218, 219, 222, 223, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 318, 336, 340  
RUSSELL, John (lorde) – 299, 300, 305, 306
- S**
- SÁ, Filipe Franco de – 493, 527, 594, 596  
SABINO, Urbano – Ver MELO, Urbano Sabino Pessoa de  
SAGASTUN – 321, 322  
SAIÃO LOBATO – Ver LOBATO, Francisco de Paula de Negreiros Saião  
SALDANHA MARINHO – Ver MARINHO, Joaquim de Saldanha  
SALES TORRES HOMEM – Ver HOMEM, Francisco de Sales Torres  
SALES, Manuel de Campos – 430, 535  
SALVADOR DE CAMPOS (visconde de São) – Ver LEÃO, José Alexandre Carneiro  
SAMPAIO – 358  
SANTA RITA DURÃO (frei) – 454  
SANTA TERESA (visconde de) – Ver JORDÃO, Polidoro da Fonseca Quintanilha  
SANTO ÂNGELO (barão de) – Ver ALEGRE, Manuel de Araújo  
SANTOS BARRETO – Ver BARRETO, João Paulo dos Santos  
SANTOS, Elizário Antônio dos – 398  
SANTOS, Felício dos – 540, 542  
SANTOS, Francisco de Paula – 62, 67, 69, 272  
SÃO BORJA (barão de) – Ver MONTEIRO, Vitorino  
SÃO JOÃO DA PALMA (marquês de) – 85  
SÃO LOURENÇO (barão e visconde de) – Ver MARTINS, Francisco Gonçalves  
SÃO VICENTE (marquês e visconde de) – Ver BUENO, José Antônio Pimenta  
SAPUCAÍ (marquês e visconde de) – Ver VIANA, Cândido José de Araújo  
SARAIVA, José Antônio – 255, 261, 266, 272, 282, 284, 285, 286, 287, 291, 320, 321, 322, 323, 325, 326, 329, 330, 333, 337, 345, 346, 476, 477, 478, 479, 481, 484, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 493, 502, 514, 527, 528, 542, 543, 545, 547, 551, 581, 585, 586, 593, 594, 597  
SARMIENTO, Domingo – 390, 397  
SATURNINO – Ver OLIVEIRA, Saturnino de Sousa e  
SAURE – 375  
SAXE (príncipe de) – 330  
SCULLY – 379  
SEBASTIÃO – 82

## 622 J. M. Pereira da Silva

- SEPETIBA (visconde de) – Ver COUTINHO, Aureliano de Sousa de Oliveira
- SEQUEIRA, José de Góis e – 180
- SERRA, João Duarte Lisboa – 238
- SILVA FERRAZ – Ver FERRAZ, Ângelo Muniz da Silva
- SILVA PARANHOS – Ver PARANHOS, José Maria da Silva
- SILVA PONTES – Ver PONTES, Rodrigo de Sousa Silva
- SILVA, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e – 567
- SILVA, Antônio da Costa Pinto e – 591
- SILVA, Bento Gonçalves da – 87, 89, 90, 92, 93, 94
- SILVA, Firmino Rodrigues – 190
- SILVA, Francisco de Assis Rocha e – 599
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e – 453
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e – 67, 68, 69, 582, 583
- SILVA, José Joaquim de Lima e – 107, 126
- SILVA, Luís Alves de Lima e – 80, 82, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 142, 144, 160, 234, 235, 253, 258, 260, 281, 282, 286, 289, 292, 293, 307, 346, 353, 355, 369, 370, 371, 372, 373, 375, 376, 377, 379, 380, 383, 389, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 403, 447, 448, 449, 450, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 485, 528, 577, 578, 581, 590, 591
- SILVA, Luís Antônio Barbosa da – 444
- SILVA, Luís Antônio Vieira da – 599
- SILVA, Paulo Barbosa da – 85
- SILVA, Rodrigo Augusto da – 290, 425, 512, 598, 599, 600
- SILVA, Teodoro Machado Freire Pereira da – 421, 590
- SILVEIRA LOBO – Ver LOBO, Francisco de Paula Silveira
- SILVEIRA MARTINS – Ver MARTINS, Gaspar da Silveira
- SILVEIRA, Pedro Ivo Veloso da – 209, 215, 217, 223
- SINIMBU (visconde de) – Ver SINIMBU, João Lins Vieira Cansação de
- SINIMBU, João Lins Vieira Cansação de – 115, 153, 154, 157, 158, 242, 255, 258, 274, 292, 294, 302, 426, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 470, 471, 472, 473, 474, 476, 477, 478, 479, 481, 482, 515, 527, 528, 580, 591
- SIQUEIRA, Antônio de – 542
- SOARES DE ANDRÉIA – Ver ANDRÉIA, Francisco José de Sousa Soares de
- SOARES, Joaquim – 218, 223, 232, 235, 236
- SOUSA CARVALHO – 373, 381, 426, 490, 530
- SOUSA DANTAS – Ver DANTAS, Manuel Pinto de Sousa
- SOUSA DE ANDRADE – 381
- SOUSA FILHO, Paulino de – 266, 273, 279, 364, 385, 413
- SOUSA FRANCO – Ver FRANCO, Bernardo de Sousa
- SOUSA FRANCO (os) – 154
- SOUSA FRANCO (visconde de) – Ver FRANCO, Bernardo de Sousa

SOUSA JÚNIOR, Paulino de – 423, 424, 425, 426, 432, 433, 434, 442, 459, 460, 505, 508, 510, 512, 532, 534, 541, 562

SOUSA LEÃO – Ver LEÃO, Domingos de Sousa

SOUSA LEÃO (os) – 155, 202

SOUSA MARTINS – Ver MARTINS, Francisco de Sousa

SOUSA PITANGA – 472

SOUSA RAMOS – Ver RAMOS, José Ildfonso de Sousa

SOUSA, Aprígio José de – 180, 190

SOUSA, Aureliano de – Ver COUTINHO, Aureliano de Sousa de Oliveira

SOUSA, Bento Francisco de Paula e – 105, 106, 113, 159, 173, 174, 175, 176, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 196, 242, 253, 346, 493, 594

SOUSA, Francisco Belisário Soares de – 425, 444, 512, 529, 549, 559, 598

SOUSA, Guilherme de – 397

SOUSA, Irineu Evangelista de – 266, 272, 276

SOUSA, Manuel Marques de – 143, 235, 290, 353, 355, 359, 365, 366, 367, 368, 374, 375, 376, 435, 582

SOUSA, Paulino José Soares de – 63, 80, 82, 97, 101, 104, 106, 110, 119, 121, 133, 136, 140, 141, 142, 167, 168, 170, 180, 220, 221, 222, 223, 228, 231, 232, 236, 237, 239, 240, 241, 246, 252, 254, 261, 269, 568, 569, 571, 576

SOUSA, Pedro Luís Pereira de – 426, 479, 593

SOUSA, Saturnino de – Ver OLIVEIRA, Saturnino de Sousa e

SUAÇUNA (barão e visconde de) – Ver ALBUQUERQUE, Francisco de Paula Cavalcanti de

## T

TAMANDARÉ (marquês de) – Ver LISBOA, Joaquim Marques

TAQUARI (barão de) – Ver RODRIGUES, Manuel Jorge

TAQUES, Benevenuto Augusto de Magalhães – 180, 260, 280, 283, 284, 285, 297, 435, 581

TASINAFO, Célio Ricardo – 565

TAUNAY (visconde de) – Ver TAUNAY, Escragnole

TAUNAY, Escragnole – 453

TAVARES BASTOS – Ver BASTOS, José Tavares

TAVARES, Jerônimo Vilela – 209

TAVARES, João da Silva – 95

TEIXEIRA JÚNIOR, Jerônimo José – 265, 266, 273, 410, 411, 417, 541, 589

TEIXEIRA, Luís Joaquim Duque Estrada – 425, 512

TEIXEIRA, Manuel de Sousa – 178

TERESA CRISTINA (princesa) – 144

THIERS, Adolfo – 106

THORNTON – 323, 326, 354, 355

TOBIAS, Rafael – Ver AGUIAR, Rafael Tobias de

TOCANTINS (conde de) – Ver SILVA, José Joaquim de Lima e

TORRES, Fernando – 170, 173

TORRES, Francisco Cordeiro da Silva – 107

TORRES, Joaquim José Rodrigues – 63, 66, 71, 76, 82, 104, 115, 141, 142, 147,

- 149, 156, 159, 171, 192, 196, 221, 223, 224, 239, 240, 243, 247, 254, 264, 265, 266, 270, 276, 279, 364, 373, 382, 385, 386, 387, 389, 402, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 423, 424, 427, 428, 430, 457, 497, 570, 576, 587, 588
- TORRES, José Carlos de Almeida Pereira – 150, 152, 153, 157, 161, 164, 165, 166, 183, 185, 186, 187, 197, 226, 570, 571, 573, 574, 602
- TORRES, José Joaquim Fernandes – 166, 168, 363, 572, 586
- TOSTA, Manuel Vieira – 64, 83, 104, 180, 206, 207, 209, 216, 217, 220, 221, 239, 241, 254, 270, 271, 346, 373, 385, 389, 423, 427, 428, 576, 579, 587, 588
- TRAMANDATAÍ (barão de) – Ver BRITO, Antônio José Ferreira de
- U**
- URBANO SABINO – Ver MELO, Urbano Sabino Pessoa de
- URBANOS (os) – 142
- URQUIZA – 223, 232, 234, 235, 318, 321, 337, 340, 342, 355, 390
- URUGUAI (visconde de) – Ver ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de
- URUGUAI (visconde de) – Ver SOUSA, Paulino José Soares
- URUGUAIANA (barão de) – Ver FERRAZ, Ângelo Muniz da Silva
- V**
- VALADARES, Benedito – 540, 542
- VALDETARO, Manuel de Jesus – 180, 184
- VANDERLEI, João Maurício – 153, 191, 198, 253, 258, 260, 373, 385, 424, 428, 448, 457, 458, 459, 468, 471, 472, 481, 508, 512, 548, 549, 551, 553, 557, 558, 578, 587, 588, 591, 597, 598
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo – 453
- VASCONCELOS, Bernardo Pereira de – 61, 64, 65, 77, 80, 105, 106, 107, 159, 171, 175
- VASCONCELOS, Francisco Diogo de – 261, 266, 267, 271
- VASCONCELOS, João Antônio de – 184
- VASCONCELOS, João Florentino Meira de – 508, 542, 595, 597
- VASCONCELOS, Joaquim José Pinheiro de – 107, 184, 258
- VASCONCELOS, Zacarias de Góis e – 239, 255, 260, 280, 284, 287, 288, 289, 291, 292, 293, 294, 307, 315, 316, 317, 326, 327, 328, 361, 363, 364, 365, 369, 370, 382, 383, 577, 581, 582, 583, 584, 586, 587
- VEIGA, Bernardo Jacinto da – 122, 125, 126
- VEIGA, Evaristo Ferreira da – 453
- VELLASCO, Bernardo – 339
- VELOSO, Pedro Leão – 509, 595
- VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos – 105, 106, 112, 121, 130, 146, 159, 174, 176, 181, 189, 242, 251, 573
- VIANA, Antônio Ferreira – 425, 442, 511, 512, 530, 599
- VIANA, Cândido José de Araújo – 66, 97, 99, 102, 112, 119, 568, 602
- VIANA, Joaquim Francisco – 77, 80, 82, 141, 149, 569

- VICENTE (marquês de São) – Ver  
BUENO, José Antônio Pimenta
- VICENTE PIRES DA MOTA – Ver  
MOTA, Pedro Vicente Pires da
- VIEIRA TOSTA – Ver TOSTA, Manuel  
Vieira
- VIEIRA, João Pedro Dias – 307, 329,  
584
- VILA BELA (barão) – Ver LEÃO, Do-  
mingos de Sousa
- VILELA, Jerônimo – 279
- VILLALBA – 337
- VIRASORO – 223, 234, 235
- VITAL (dom) – 439
- VITÓRIA (barão da) – Ver COELHO,  
José Joaquim
- VITÓRIA (rainha) – 354
- W**
- WARREN – 299, 305
- Z**
- ZACARIAS – Ver VASCONCELOS,  
Zacarias de Góis e
- ZAMA, César – 525

*Memórias de Meu Tempo*, de J. M. Pereira da Silva,  
foi composto em Garamond, corpo 12, e impresso em  
papel vergê areia 85g/m<sup>2</sup>, nas oficinas da SEEP (Secretaria  
Especial de Editoração e Publicações), do Senado Federal, em  
Brasília. Acabou-se de imprimir em setembro de 2003, de  
acordo com o programa editorial e projeto gráfico  
do Conselho Editorial do Senado Federal.